SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA – SEDUR/BA

Superintendência de Gestão Territorial

Diretoria de Planos Territoriais

ESTUDO DA REDE URBANA DA BAHIA

Relatório Final

Caracterização da Rede Urbana Estadual e

Propostas de Ações Estratégicas

(versão final)

Salvador, Bahia

Junho 2011

GOVERNADOR DO ESTADO

Jaques Wagner

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Cícero Carvalho Monteiro

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Maria das Graças Torreão Ferreira

DIRETORA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Heloisa Carvalho

COORDENADORES

Homero Saes

Lucimar Pela

Maria Dulce Lavigne Mota

Ana Carla Souto Rocha

EQUIPE TÉCNICA

Aline Schindler Gomes da Costa

Angélica Rebouças

Creomar Baptista

Indaiara Braga

Juliana Silva Macedo

Maiana Fernandes Vaz Freitas

Márcia Sampaio Baggi

Rebeca Lima Azevedo

AGRADECIMENTOS

Luís Augusto Maia Costa

Meiritânia Regueira

Pedro Lautaro

Rafael dos Santos Vivas

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao Edital de Tomada de Preços nº 001/2009 da SEDUR/BA, apresenta-se o **Relatório Final (versão final) – Caracterização da Rede Urbana Estadual e Propostas de Ações Estratégicas**, produto referente à Etapa 03 do edital em destaque, cujo objeto é a elaboração do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia. Este documento foi preparado com a colaboração do Grupo Técnico de Acompanhamento – GT e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR/BA.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1
2 REFERENCIAL TEÓRICO 3
2.1 Notas Teórico Conceituais 3
2.2 Evolução dos Níveis de Centralidade 6
3 A REDE URBANA DO ESTADO DA BAHIA 13
3.1 Hierarquia dos Centros Urbanos da Bahia 13
3.2 Classificação dos Centros Urbanos da Bahia 19
3.3 Regiões de Influência 23
3.4 Fixos e Fluxos – leitura complementar 29
3.4.1 Manifestações Culturais e Redes de Apoio ou Ação Política 29
3.4.1.1 Fixos e fluxos relacionados às manifestações culturais 29
3.4.2 Fixos e fluxos relacionados às redes de apoio ou ação política 36
3.4.3 Origem e destino dos principais fluxos no Estado da Bahia 43
4 CARACTERIZAÇÃO DA REDE URBANA ESTADUAL DA BAHIA 55
4.1 A Rede Urbana da Bahia e sua Interface Internacional 56
4.1.1 Redes e Regiões determinadas por Mercados Emissores de Turismo 56
4.1.2 Redes e Regiões determinadas pela Internalização do Capital Estrangeiro em Ativos Imobiliários 63
4.1.3 Regionalizações da Bahia a partir da Ação Imobiliária Internacional 64
4.2 A Rede Urbana da Bahia e sua Interface Interestadual 67
4.3 A Rede Urbana da Bahia e suas Características Intraestaduais 76
4.3.1 Características Resultantes dos Saltos Hierárquicos da rede urbana da Bahia 76
4.3.2 Características Resultantes de Territórios Configurados a partir de Distâncias Relativas de Influência do Pólo Principal de cada RI 80
4.4 A Rede Urbana da Bahia por Indicadores Selecionados 95
4.4.1 Aspectos Ambientais 95
4.4.2 Aspectos Demográficos 101
4.4.2.1 Distribuição da população urbana 101
4.4.2.2 Dinâmicas demográficas 107
4.4.2.3 Aglomerados, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas 112
4.4.3 Aspectos Socioeconômicos 117
4.4.3.1 Desconcentração Espacial das Atividades Econômicas no Território da Bahia e Convergência dos PIBs *per capita* de grande parte das Regiões de Influência 118
4.4.3.2 Distribuição Espacial das Atividades Econômicas da Bahia, segundo as Regiões de Influência e Características Básicas de sua rede urbana 129
4.4.3.3 Análise da Estrutura Setorial do PIB dos Municípios 131

4.4.3.4 Importância Relativa da Bolsa Família para a Economia do Município 133
4.4.3.5 Nível de Desenvolvimento dos Municípios 136
4.4.3.6 Investimentos Estratégicos no Estado da Bahia..... 141
4.4.3.7 Conclusões Síntese..... 146
4.4.4 Infraestrutura Logística..... 149
4.4.5 Habitação e Infraestrutura Urbana Básica..... 158
4.4.5.1 Habitação..... 158
4.4.5.2 Infraestrutura Urbana Básica 162
4.5 A Rede Urbana da Bahia e suas Especificidades por Regiões de Influência... 169
4.5.1 Região de Influência de Salvador 170
4.5.2 Região de Influência de Feira de Santana 179
4.5.3 Região de Influência de Vitória da Conquista 187
4.5.4 Região de Influência de Barreiras 195
4.5.5 Influência de Ilhéus-Itabuna 203
4.5.6 Região de Influência Juazeiro 211
4.5.7 Região de Influência de Jequié 217
4.5.8 Região de Influência de Teixeira de Freitas 225
4.5.9 Região de Influência de Eunápolis 231
4.5.10 Região de Influência de Santo Antônio de Jesus 237
4.5.11 Região de Influência de Paulo Afonso 243
4.5.12 Região de Influência de Irecê 251
4.5.13 Região de Influência de Guanambi..... 257
4.5.14 Região de Influência de Senhor do Bonfim 265
4.5.15 Região de Influência de Valença..... 271
4.5.16 Região de Influência de Brumado 277
4.5.17 Região de Influência de Jacobina..... 283
4.5.18 Região de Influência de Itaberaba 289
4.5.19 Região de Influência de Ribeira do Pombal 295
4.5.20 Região de Influência de Seabra 301
4.5.21 Município de Correntina 307
4.5.22 Municípios baianos polarizados por Aracaju 313
5 IMPLICAÇÕES E INDICAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES..... 319
5.1 Quadros Síntese 319
5.2 Espacialidades Síntese 337
5.2.1 Espacialidade 01: Compartimentos Condicionados pela Densidade de Pólos Hierárquicos 339
5.2.2 Espacialidade 02: Compartimentos Submetidos a Polarizações Externas 343
5.2.3 Espacialidade 03: Compartimentos Condicionados por Umbrais Físico-Ambientais 346
5.2.4 Espacialidade 04: Compartimentos com Dinamicidade Econômica..... 350
5.2.5 Espacialidade 05: Compartimentos submetidos à Fragilidade Social..... 353

5.2.6 Espacialidade 06: Compartimentos determinados pela sua Condição Urbana 355

5.2.7 Espacialidade 07: Compartimentos com Predominância de Pequenos Municípios 358

6 GRANDES ALINHAMENTOS COMO SUBSÍDIO À POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO 361

6.1 Arranjos Espaciais Estratégicos para o Planejamento Urbano do Estado 361

6.2 Centros Urbanos de maior relevância no Estado 365

6.3 Pólos únicos da rede urbana estadual 366

6.4 Oeste baiano com fortes polarizações externas 367

6.5 Pequenos municípios e regiões de baixa inclusão social 369

6.6 Investimentos estratégicos com repercussão na rede urbana estadual 371

6.7 Costa litorânea com forte influência de interesses internacionais 373

7 REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES URBANAS: PRESSUPOSTOS E CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA DEFINIÇÃO 377

7.1 Pressupostos para Definição de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas 377

7.2 Critérios Orientadores para a Definição de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas na Bahia 380

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 387

APÊNDICES 393

LISTA DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, MAPAS, MAPAS SÍNTESE E APÊNDICES

Lista de Figuras

Figura 1: Lógica Territorial Encaixada ou das “Bonecas Russas”, baseada na Teoria das Localidades Centrais de Christaller 4

Figura 2: Lógica Territorial dos “Nós e Redes” 5

Figura 3: Níveis de centralidade do Estado da Bahia 11

Figura 4: Nível hierárquico de concentração de funções dos principais centros urbanos da Bahia..... 18

Figura 5: Fluxos de transporte intermunicipal e deslocamentos para compras e saúde 24

Figura 6: Regiões de Influência da Bahia e suas sobreposições 25

Figura 7: Regiões de Influência adotadas 26

Figura 8: Mapa comparativo da regionalização por Territórios de Identidade e Regiões de Influência 28

Figura 9: Localização das principais festas de São João, no Estado da Bahia. 32

Figura 10: Estado da Bahia: localização das principais municípios, em função dos fluxos decorrentes da religião e religiosidade 35

Figura 11: Localização dos escritórios da CPT Bahia 38

Figura 12: Localização das sedes Cáritas no Estado da Bahia 39

Figura 13: Regiões internacionais de emissão turística para o Estado da Bahia, 1991-2004 58

Figura 14: Regionalização das principais ações do PRODETUR-BA: 1991 e 2002 60

Figura 15: Segmentos prioritários por zonas turísticas da Bahia, Meta 2020 61

Figura 16: Síntese da evolução das regiões turísticas do Estado da Bahia 62

Figura 17: Investimentos imobiliários e turismo internacional 66

Figura 18: Regiões de Influência – Brasil - 2007. 67

Figura 19: Gestão federal, gestão empresarial e conexões aéreas – Regic/2007. 69

Figura 20: Área de Influência gestão federal e empresarial, Regic/2007. 70

Figura 21: Regiões de Influência que avançam sobre outros Estados 71

Figura 22: Regiões que representam perdas territoriais para outras redes 72

Figura 23: Regiões que representam sobreposições de duas redes 74

Figura 24: Rebatimentos interestaduais da rede urbana da Bahia 75

Figura 25: Saltos Hierárquicos da RI de Juazeiro 78

Figura 26: Saltos Hierárquicos da RI de Guanambi 78

Figura 27: Distâncias-raios de influência a partir das cidades pólos das RIs 84

Figura 28: Compartimentos territoriais obtidos a partir da densidade de pólos 87

Figura 29: Área de alta densidade de pólos 88

Figura 30: Saltos Hierárquicos da rede na área de alta densidade de pólos da Bahia 90

Figura 31: Hipsometria, ecorregiões e domínios fitogeográficos da Bahia 96

Figura 32: Tipologia climática na Bahia 97

Figura 33: Vegetação, uso atual do solo e unidades de conservação 99

Figura 34: Crescimento da população total e urbana 108

Figura 35: Áreas de concentração populacional (1991-2007) e áreas de esvaziamento populacional110
Figura 36: Síntese dos Aspectos Demográficos 111
Figura 37: Localização dos aglomerados rurais, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas no Estado da Bahia 114
Figura 38: Quadrantes de desempenho por município e por RI 123
Figura 39: Distribuição dos municípios segundo o PIB total de cada município em relação ao PIB total da Bahia (2007) 125
Figura 40: Distribuição das RI segundo o PIB total (2007) de cada RI em relação ao PIB Total da Bahia (2007) 130
Figura 41: Distribuição dos municípios e da RI segundo a importância relativa da bolsa família para a economia do município 135
Figura 42: Distribuição dos municípios segundo o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Geral, Emprego e Renda, Educação e Saúde. 139
Figura 43: Localização dos investimentos estratégicos no Estado da Bahia 143
Figura 44: Síntese dos aspectos econômicos 148
Figura 45: Corredores rodoviários e ferroviários 150
Figura 46: Transporte hidroviário 152
Figura 47: Principais portos e aeroportos 153
Figura 48: Síntese da Infraestrutura Logística Atual 154
Figura 49: Obras e investimentos anunciadas e em andamento. 156
Figura 50: Organização institucional do setor habitacional nos municípios baianos 159
Figura 51: Déficit Habitacional Municipal em relação ao número de domicílios 160
Figura 52: Síntese Habitacional por Região de Influência 161
Figura 53: Síntese da Infraestrutura Urbana Básica por Região de Influência 166
Figura 54: Síntese da Infraestrutura Urbana Básica por Município 167
Figura 55: Síntese analítica da RI de Salvador 170
Figura 56: Síntese analítica da RI de Feira de Santana 179
Figura 57: Síntese analítica da RI de Vitória da Conquista 187
Figura 58: Síntese analítica da RI de Barreiras 195
Figura 59: Síntese analítica da RI de Ilhéus-Itabuna 203
Figura 60: Síntese analítica da RI de Juazeiro 211
Figura 61: Síntese analítica da RI de Jequié 217
Figura 62: Síntese Analítica da RI de Teixeira de Freitas 225
Figura 63: Síntese analítica da RI de Eunápolis 231
Figura 64: Síntese analítica da RI de Santo Antônio de Jesus 237
Figura 65: Síntese analítica da RI de Paulo Afonso 243
Figura 66: Síntese analítica da RI de Irecê 251
Figura 67: Análise sintética da RI de Guanambi 257
Figura 68: Síntese analítica da RI do Senhor do Bonfim 265
Figura 69: Síntese analítica da RI de Valença 271
Figura 70: Síntese analítica da RI de Brumado 277

Figura 71: Síntese analítica da RI de Jacobina 283
Figura 72: Síntese analítica da RI de Itaberaba 289
Figura 73: Síntese analítica da RI de Ribeira do Pombal 295
Figura 74: Síntese analítica da RI de Seabra 301
Figura 75: Síntese analítica – Município de Correntina 307
Figura 76: Síntese analítica – municípios baianos polarizados por Aracaju 313
Figura 77: Espacialidade 1 –Compartimentos Condicionados pela Densidade de Pólos Hierárquicos342
Figura 78: Espacialidade 2 – Compartimentos Submetidos a Polarizações Externas 345
Figura 79: Espacialidade 3 –Compartimentos Condicionados por Umbrais Físico-Ambientais 349
Figura 80: Espacialidade 4 –Compartimentos com Dinamicidade Econômica 352
Figura 81: Espacialidade 5 –Compartimentos submetidos à fragilidade social 354
Figura 82: Espacialidade 6 – Compartimentos Determinados pela sua Condição Urbana 357
Figura 83: Espacialidade 7 – Compartimentos com Predominância de Pequenos Municípios 359
Figura 84: Macrorregião Metropolitana de Salvador 362
Figura 85: Arranjos Norteadores para o Desenvolvimento das Políticas 364
Figura 86: Centros Urbanos de maior relevância no Estado da Bahia 365
Figura 87: Pólos únicos de nível intermediário da Rede Urbana Estadual 367
Figura 88: Oeste baiano com fortes polarizações externas 368
Figura 89: Pequenos municípios e regiões de baixa inclusão social 370
Figura 90: Investimentos estratégicos com repercussão na rede urbana estadual 372
Figura 91: Costa litorânea co forte influência de interesses internacionais. 374
Figura 92: Síntese dos Grandes Alinhamentos, subsídios à Polítia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. 375

Lista de Mapas

Mapa 1: Classificação dos centros urbanos da Bahia 21
Mapa 2: Fluxos de transporte intermunicipal 45
Mapa 3: Deslocamentos para compras 47
Mapa 4: Origem e destino dos principais jornais do Estado 49
Mapa 5: Fluxos das ligações aéreas 51
Mapa 6: Deslocamento pendular 53
Mapa 7: Distâncias relativas de influência do pólo principal de cada RI 85
Mapa 8: Distribuição da população urbana no Estado da Bahia 103

Lista de Tabelas

Tabela 1: Classificação atribuída às cidades baianas, conforme grau de concentração das variáveis 15
Tabela 2: Níveis de centralidade obtidos a partir de variáveis selecionadas 17
Tabela 3: Estado da Bahia: principais cidades segundo as festas de São João e sua posição hierárquica na rede urbana 30

Tabela 4: Estado da Bahia: principais cidades segundo o fluxo de pessoas devido à religião/religiosidade e sua posição hierárquica na rede urbana 34

Tabela 5: Estado da Bahia: localização dos escritórios das principais instituições de apoio e ação social 41

Tabela 6: Valores em US$ de entrada de capital estrangeiro para o setor imobiliário-turístico em Estados selecionados (2001 – 2007) 64

Tabela 7: Concentração de investimentos estrangeiros no setor-turístico, 2006-2012, Municípios da Bahia. 65

Tabela 8: Maiores regiões (países) de origem dos investimentos estrangeiros no setor imobiliário-turístico na Bahia, 2006-2012. 65

Tabela 9: Características das redes de primeiro nível, 2007 68

Tabela 10: Classificação das RIs segundo sua extensão total 80

Tabela 11: Classificação das RIs segundo média de área por número de centralidades de nível hierárquico situadas entre o 1º e 6º. 81

Tabela 12: Unidades de Conservação no Estado da Bahia 100

Tabela 13: População total e porcentagem de população urbana para os estados do Nordeste, 1970-2000 102

Tabela 14: Estratos populacionais por centros urbanos e municípios no Estado da Bahia, em 2007 105

Tabela 15: Produto Interno Bruto das Regiões de Influência e sua importância relativa no PIB Total da Bahia - 2002/2007 119

Tabela 16: Tipologia das Regiões de Influência segundo quadrantes de desempenho - 2002-2007. 121

Tabela 17: Produto Interno Bruto dos municípios da Região Metropolitana de Salvador - RMS e sua importância relativa no PIB Total da Bahia - 2002/2007 124

Tabela 18: Municípios da Bahia com maiores e menores ganhos de participação relativa no PIB total da Bahia - 2002/2007 126

Tabela 19: Produto Interno Bruto dos municípios baianos da RIDE Petrolina-Juazeiro e sua importância relativa no PIB Total da Bahia - 2002/2007 128

Tabela 20: Organização institucional dos municípios baianos - Setor Habitacional 158

Lista de Quadros

Quadro 1: Classificação dos centros urbanos baianos nas hierarquias superior e intermediária para os anos de 1966, 1978, 1993 e 2007[1] 6

Quadro 2: Variáveis selecionadas para análise 14

Quadro 3: Nomenclatura considerada para as análises em termos de posição hierárquica das centralidades urbanas da Bahia 55

Quadro 4: Regiões de Influência[1], níveis hierárquicos e saltos hierárquicos 77

Quadro 5: Saltos Hierárquicos na área de alta densidade de pólos da Bahia 89

Quadro 6: Concentração espacial de variáveis selecionadas 90

Quadro 7: Concentração espacial de variáveis selecionadas de bens e serviços 92

Quadro 8: Saltos Hierárquicos na área de média densidade de pólos 93

Quadro 9: Concentração espacial de variáveis selecionadas de bens e serviços 94

Quadro 10: Tipologia das áreas não configuradas como urbanas nos municípios brasileiros 112

Quadro 11: Sequência de apresentação das RIs 169

Quadro 12: Implicações e indicações de diretrizes para a Politica de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, segundo o contexto da rede urbana estadual e suas relações internacionais, nacionais e características intraestaduais. 320

Quadro 13: Implicações e indicações de diretrizes para a Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, segundo suas Regiões de Influência 326

Quadro 14: Implicações e indicações de diretrizes para a Política de Desnvolvimento Urbano do Estado da Bahia, segundo cada uma das suas Regiões de Influência 331

Quadro 15: Espacialidades identificadas e indicação de estratégias 337

Quadro 16: Aplicação dos Critérios para determinação de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas 385

Lista de Mapas Síntese

Mapa Síntese 1: Região de Influência de Salvador 177

Mapa Síntese 2: Região de Influência de Feira de Santana 185

Mapa Síntese 3: Região de Influência de Vitória da Conquista 193

Mapa Síntese 4: Região de Influência de Barreiras 201

Mapa Síntese 5: Região de Influência de Ilhéus-Itabuna 209

Mapa Síntese 6: Região de Influência de Juazeiro 215

Mapa Síntese 7: Região de Influência de Jequié 223

Mapa Síntese 8: Região de Influência de Teixeira de Freitas 229

Mapa Síntese 9: Região de Influência de Eunápolis 235

Mapa Síntese 10: Região de Influência de Santo Antônio de Jesus 241

Mapa Síntese 11: Região de Influência de Paulo Afonso 249

Mapa Síntese 12: Região de Influência de Irecê 255

Mapa Síntese 13: Região de Influência de Guanambi 263

Mapa Síntese 14: Região de Influência de Senhor do Bonfim 269

Mapa Síntese 15: Região de Influência de Valença 275

Mapa Síntese 16: Região de Influência de Brumado 281

Mapa Síntese 17: Região de Influência de Jacobina 287

Mapa Síntese 18: Região de Influência de Itaberaba 293

Mapa Síntese 19: Região de Influência de Ribeira do Pombal 299

Mapa Síntese 20: Região de Influência de Seabra 305

Mapa Síntese 21: Município de Correntina 311

Mapa Síntese 22: Municípios baianos polarizados diretamente por Aracaju 317

Lista de Apêndices

Apêndice 1: Mapa Base para Análise do Estudo da Rede Urbana – Escala 1: 1.500.000 395

Apêndice 2: Apêndices Digitais 397

1 INTRODUÇÃO

O Estudo da Rede Urbana da Bahia, a partir da identificação e caracterização das cidades que exercem centralidade e de suas Regiões de Influência, constitui referência estratégica na compreensão do papel das cidades num determinado território e um instrumento prévio para a proposição de ações de intervenção e de planejamento urbano-regional. Tal fato justifica este estudo ser objeto de contratação da Secretaria de Planejamento Urbano da Bahia – SEDUR/BA, com o propósito de subsidiar a elaboração da Política de Desenvolvimento Estadual do Estado.

Compreendeu três etapas ao longo de sua construção, que teve início em agosto de 2009:

a) A Etapa 1, denominada de Atividades Preliminares, correspondeu à elaboração do Relatório Intermediário I – Referenciais e Plano de Pesquisa, com o objetivo de construir, refinar e consensuar com a SEDUR/BA, os princípios conceituais e metodológicos a serem utilizados para o estudo;

b) A Etapa 2, denominada de Levantamento de Dados e Análises, correspondeu à elaboração do Relatório Intermediário II – Caracterização e Classificação da Rede e Cenários de Desenvolvimento, desenvolvido por intermédio de duas versões – uma preliminar e outra final; e

c) A Etapa 3, denominada de Proposições, correspondeu à elaboração do Relatório Final – Caracterização da Rede Urbana Estadual e Propostas de Ações Estratégicas. Também desenvolvido por intermédio de duas versões, compreendeu uma preliminar e esta que é a final, incluindo também a elaboração de um relatório síntese.

Cada uma dessas etapas corresponde à elaboração de um produto, cuja versão preliminar foi apresentada e discutida em reuniões técnicas realizadas com o Grupo Técnico de Acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR/BA, o Concidades e Representantes do Governo do Estado. As considerações e complementações sugeridas e resultantes dessas reuniões orientaram a revisão dos produtos preliminares para a finalização em versões finais.

Assim, ao final dessas três etapas, este relatório apresenta-se como produto final do Estudo da Rede Urbana, que passou por diversos aperfeiçoamentos, ajustes metodológicos e de conteúdo. O caminho crítico do processo que se percorreu, permitiu alcançar os resultados agora apresentados e que possibilitarão subsidiar a *Política de Desenvolvimento Urbano do Estado*. Os capítulos 2, 3, 4 e 5 a seguir, explicitam a metodologia revisada e utilizada para o trabalho, bem como os resultados alcançados.

O Capítulo 2 apresenta os trabalhos e definições de referência para o Estudo da Rede Urbana da Bahia, destacando-se dentre eles uma publicação do IBGE/2008, com informações de 2004-2007, intitulado Regiões de Influência de Cidades – Regic/2007. Esse estudo, em conjunto com os três estudos anteriores, permitiram a avaliação da rede urbana baiana e brasileira sob uma perspectiva histórica. Este estudo constituiu-se em ponto de partida para que fossem desenvolvidos, no Capítulo 3, metodologias que levaram à hierarquização dos centros urbanos e sua classificação e definição da espacialização por Regiões de Influência, conteúdos de base para a análise e diagnóstico da rede urbana baiana, realizados nos capítulos subsequentes.

Assim, definidas a classificação dos centros urbanos e as espacialidades de referência, o Capítulo 4 – Caracterização da Rede Urbana Estadual da Bahia - consiste no diagnóstico propriamente dito, sistematizado da seguinte forma:

a) por escala: internacional (subcapítulo 4.1), interestadual (subcapítulo 4.2), intraestadual (subcapítulos 4.3 e 4.4) e intrarregional (subcapítulo 4.5); e

b) pela integração, de forma sistêmica, entre a rede urbana baiana (centralidades e suas Regiões de Influência - RIs) e os indicadores selecionados sobre os aspectos ambientais, demográficos, socioeconômicos, de projetos e investimentos, da infraestrutura logística e da habitação e saneamento (subcapítulos 4.4 e 4.5).

Esta caracterização insere novos e distintos métodos de avaliação para uma rede urbana. Tais métodos possibilitaram a espacialização e identificação dos pontos de fragilidade do seu desenho atual, conforme se pode verificar no item referente às características intraestaduais (subcapítulo 4.3). As características resultantes de "saltos hierárquicos" e "configurações a partir de distâncias relativas de influência dos pólos principais das RIs", resguardam conceitos e definições próprias e particulares a este estudo, também utilizadas para as avaliações intrarregionais por Regiões de Influência (subcapítulo 4.5).

Para as análises de interface interestadual (subcapítulo 4.2), mostrou-se adequado considerar em sua totalidade os insumos provenientes do Regic/2007, tanto pela sua atualidade, como pela abrangência dos indicadores utilizados para o mesmo.

Já as características de ordem internacional (subcapítulo 4.1), abarcam a interface da rede baiana frente a indicadores que possibilitam vislumbrar a forte inserção da Bahia na rede internacional, a exemplo do turismo e do mercado imobiliário, que sofre grandes pressões neste Estado.

O Capítulo 5, caracteriza-se pela síntese dos principais resultados alcançados do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia. A partir do aprofundamento nas análises da sua rede, nas várias escalas selecionadas para o Estado da Bahia, bem como tendo em vista as variáveis selecionadas com esse intuito, foi possível inferir ameaças e potencialidades, na perspectiva de um cenário tendencial, por intermédio dos quais foram indicadas as principais implicações que poderão nortear a definição de diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Urbano Regional (subcapítulo 5.1). Além disso, a síntese foi sistematizada espacialmente em 7 compartimentos territoriais (subcapitulo 5.2). Considerando o fato de que resulta de um estudo de rede urbana, os compartimentos geográficos que identifica e que sugere como base para uma política urbana ou mesmo uma política regional urbana, seguem parâmetros, sobretudo, de fluxos e de dependência.

O Capítulo 6, finaliza o Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia, apresentando os grandes alinhamentos resultantes do estudo e que podem subsidiar a política de desenvolvimento urbano na Bahia. Complementarmente, o Capítulo 7 apresenta os critérios e a indicação de recortes espaciais específicos como objeto para institucionalização de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo a seguir constitui-se na base conceitual, a partir da qual se resgatam as definições teóricas que orientaram a metodologia que foi utilizada na hierarquização dos centros urbanos da Bahia e delimitação de sua área de influência. Além de apresentarem notas teórico-conceituais (subcapítulo 2.1), contextualiza historicamente a evolução dos níveis de centralidade da rede urbana brasileira e baiana (subcapítulo 2.2).

2.1 Notas Teórico Conceituais

Por rede urbana pode-se compreender o conjunto de cidades distribuídas num determinado território e que favorece a distribuição das pessoas, dos bens e serviços e das informações. A desigualdade em tal distribuição pode ser explicada como fruto não apenas da construção histórico-cultural de determinado território, mas também da existência ou ausência de políticas que favoreçam ou dificultem essa repartição.

No contexto dos estudos de rede urbana não basta identificar a distribuição das cidades, é preciso também conhecer sua posição no conjunto analisado, trata-se assim, da definição da hierarquia das mesmas, ou seja, da identificação da posição que cada cidade ou grupo de cidades semelhantes possui no conjunto analisado.

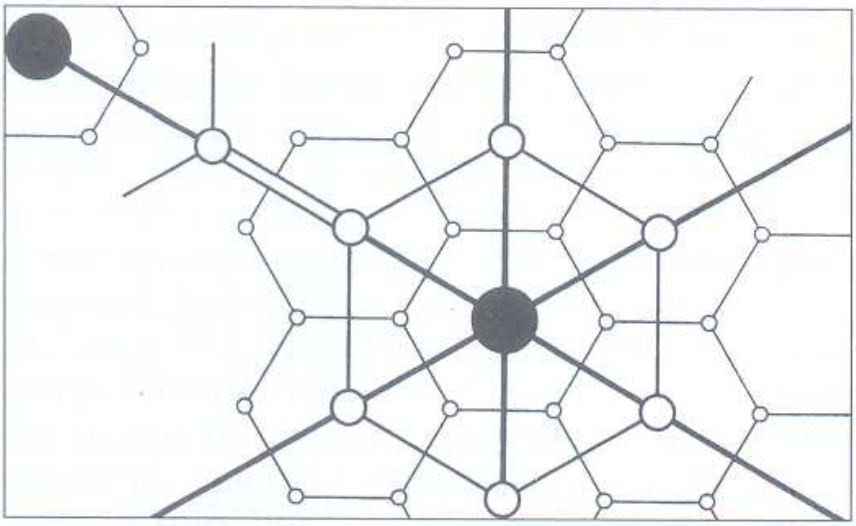
A origem de tais estudos remonta ao século passado, quando ganhou relevância a visão da cidade em sua perspectiva regional (interurbana), por meio da definição tanto do conjunto de cidades que compõem a rede, quanto da posição de cada cidade no conjunto, ou seja, sua posição hierárquica na rede.

Historicamente, os estudos de rede urbana estão diretamente associados às análises efetuadas pelo geógrafo alemão Walter Christaller que, na década de 1930, procurava explicar a distribuição e o tamanho das cidades do sul da Alemanha, com base no mercado de bens e de serviços. Para tanto, formulou a “teoria dos lugares centrais” ou “teoria das localidades centrais”, segundo a qual, as cidades de diferentes tamanhos possuem também diferentes áreas de influência ou hinterlândias, funcionado como lugares centrais de distintos níveis em razão do tipo de bens e serviços que podem oferecer.

Bens e serviços de baixa complexidade e de utilização cotidiana estão distribuídos em cidades de tamanhos menores e que possuem, igualmente, um menor alcance em termos de área de influência, por outro lado, cidades maiores são lugares centrais pela concentração de bens e serviços de maior raridade e, por conseqüência, possuem mais vastas áreas de influência.

Christaller formulou um modelo espacial, como pode ser observado na Figura 1, por meio do qual pode-se visualizar os vários níveis de cidades e suas respectivas hinterlândias. O hexágono foi escolhido como a figura geométrica mais adequada para a representação pelo fato de que o mesmo não gera áreas superpostas ou descobertas, como ocorreria, por exemplo, com o círculo.

Figura 1: Lógica Territorial Encaixada ou das “Bonecas Russas”, baseada na Teoria das Localidades Centrais de Christaller



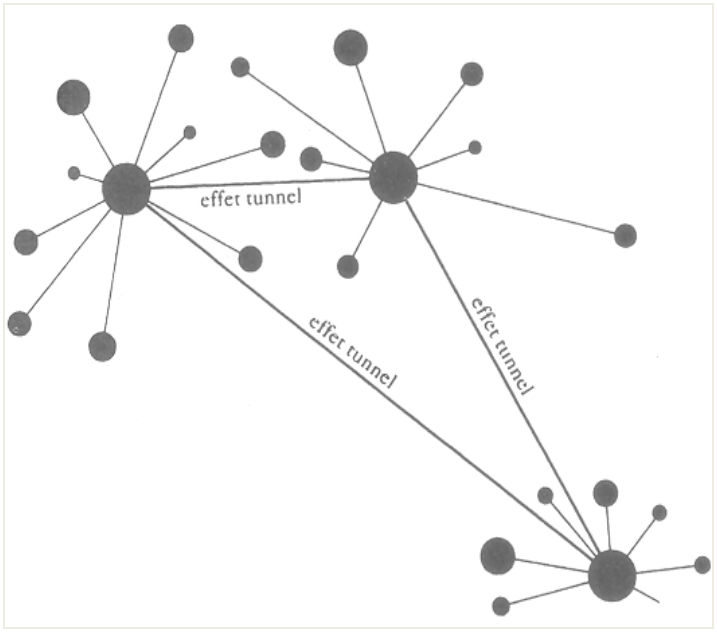
Fonte: MERENNE-SCHOUMACKER, Bernadette/ 2002.

Tal teoria foi base de análises urbanas na escala interurbana em distintos países, dentre eles o Brasil, muito embora, a realidade urbana brasileira não se apresente em nada semelhante àquela do sul da Alemanha. Assim, embora os pressupostos teóricos, em sua totalidade, sejam de difícil aplicação à nossa realidade, adotou-se a noção de “lugar central” como sinônimo da cidade principal. Tal trabalho tem se constituído em referencial obrigatório aos estudos de rede urbana e será aqui considerado mais na sua perspectiva histórica e de proposição interpretativa da realidade do que como espelho da realidade brasileira, em particular, do Estado da Bahia.

O encaixamento territorial dos distintos níveis de cidades, apresentado na teoria das localidades centrais com a perfeita subordinação dos centros urbanos de nível inferior àquele imediatamente superior, não é mais que teórico, sobretudo na realidade atual, onde se observa a superposição de competências entre os centros urbanos. Assim, mais do que uma lógica encaixada, conforme proposto por Christaller, ou das “bonecas russas” como metáfora territorial para sua proposição - na medida em que há ênfase nas relações verticalizadas entre os centros urbanos de diferentes níveis, onde o nível superior absorve os níveis inferiores da hierarquia (as bonecas russas cabem sucessivamente umas dentro das outras até que se chegue à maior) - observa-se, na atualidade, o predomínio de relações horizontalizadas, ou seja, as cidades menores não se reportam, necessariamente, àquela de nível imediatamente superior para suprir suas necessidades de bens e serviços, relacionando-se diretamente com a cidade maior e eliminando mediações. Algumas cidades tecem redes de relações com o mundo, sem que existam muitas mediações locais/regionais, é o caso, por exemplo, de certos destinos turísticos, onde a mediação regional se faz, quando muito, pela utilização de um aeroporto na cidade maior.

Tal lógica, denominada de “redes e nós”, como pode ser observado na Figura 2, resulta numa diversificação das relações entre os centros urbanos e no estabelecimento de canais diretos de ligação entre cidades de mesmo nível ou entre estas e cidades de níveis superiores da hierarquia, sem que seja necessária a “passagem” pelos demais níveis intermediários da hierarquia.

Figura 2: Lógica Territorial dos “Nós e Redes”



Fonte: MERENNE-SCHOUMACKER, Bernadette/ 2002.

É nesse sentido que se compreende a relação entre cidades na contemporaneidade: não por meio de uma relação fechada entre as mesmas, de relações pré-estabelecidas e verticalizadas, mas de relações abertas, horizontais, de interação e interdependência.

No mundo em que vivemos, onde as comunicações rompem fronteiras, dando o caráter de instantaneidade aos acontecimentos, não é mais possível pensar as cidades sem uma razoável flexibilidade, tanto na perspectiva territorial quanto na da governança.

A complexidade da rede urbana e a rapidez e facilidade das inter-relações, não autorizam mais que se trabalhe com uma rede onde cada cidade apresenta uma perspectiva exata e finita de relação com as demais. Há que se tratar, agora, das interconexões, da complementaridade, embora momentos de concorrência não tenham deixado de existir em absoluto.

Com base nesses pressupostos, que serão ampliados no decorrer do trabalho, é que se pretende analisar a distribuição dos fluxos de pessoas, de bens e serviços e de informações no Estado da Bahia, o que pode oferecer um retrato da realidade atual. Considerando-se a diversidade de realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais que caracterizam o Estado da Bahia, é de se supor que a realidade urbana a ser identificada se mostre, igualmente, diversa e múltipla, contribuindo não apenas para corroborar certas proposições teóricas previamente adotadas como, inclusive, para a sua reconstrução.

Desse modo, embora partindo de bases teórico-conceituais previamente definidas, o olhar sobre a realidade específica será aberto a novas possibilidades interpretativas. Para tanto, deverá incorporar uma série de variáveis e de indicadores de uso tradicional e outros em caráter experimental.

2.2 Evolução dos Níveis de Centralidade

Por centralidade pode-se compreender os atributos de uma cidade que a distinguem das demais pelo fato de nela se localizarem atividades variadas que a torna referência para uma população de um contexto mais amplo que o da própria cidade. A centralidade revela-se na oferta de bens e serviços, dos quais a população do entorno necessita, tanto para uso diário como eventual.

Centralidade "é a propriedade conferida a uma cidade de oferecer bens e serviços a uma população exterior [...] a regra de buscar os serviços mais próximos, organiza as cidades em níveis hierarquizados de centralidade, correspondendo à maior ou menor raridade dos serviços ofertados, que se traduzem eles mesmos por uma hierarquia do tamanho dos centros e da dimensão de sua área de influência" (PUMAIN, PAQUOT e KLEINSCHMAGER (2006, p. 45).

Esses níveis de hierarquia podem sofrer alterações ao longo do tempo, pois a oferta de produtos e serviços existentes nas cidades pode ser ampliada ou diminuída. No Estado da Bahia, as diferenças existentes na rede urbana ao longo do tempo puderam ser apreendidas a partir da análise dos dados existentes no Regic/2007, referência base, em quatro temporalidades: uma relativa à configuração existente em 1966, outra em 1978, a terceira de 1993 e a mais recente, de 2007.

A comparação temporal permitiu verificar não somente a evolução, mas também a consolidação de alguns centros. Ressalta-se ainda que em função dos quatro estudos realizarem-se em períodos distintos, os mesmos serão brevemente descritos, como meio de se compreender as diferenças metodológicas existentes (Quadro 1).

Quadro 1: Classificação dos centros urbanos baianos nas hierarquias superior e intermediária para os anos de 1966, 1978, 1993 e 2007[1]

1966	1978	1993	2007
Centro Metropolitano Regional 1C	Metrópole Regional	Máximo	Metrópole 1C
Salvador	Salvador	Salvador	ACP[2] de Salvador
Centro Regional 2A	Capital Regional	Muito Forte	Capital Regional 2B
Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna	Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Jacobina, Jequié, Vitória da Conquista	Feira de Santana	ACP de Feira de Santana, ACP de Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista
Centro Regional 2B		Forte	Capital Regional 2C
Jequié, Vitória da Conquista		Vitória da Conquista	Barreiras, ACP de Petrolina-Juazeiro
Centro Sub-regional 3A	Centro Sub-regional	Forte para Médio	Centro Sub-regional A
Alagoinhas, Barreiras, Itaberaba, Jacobina	Brumado, Guanambi, Irecê, Itaberaba, Itapetinga, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim	Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Barreiras, Guanambi, Jacobina, Jequié, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas	Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas

1966	1978	1993	2007
Centro Sub-regional 3B		Médio	Centro Sub-regional B
Ipiaú, Itapetinga, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha		Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas, Eunápolis, Ipiaú, Irecê, Itaberaba, Jaguaquara, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha	Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cruz das Almas, Eunópolis, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim, Valença

Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007)
Notas: [1] Informações obtidas no banco de dados da publicação.
[2] ACP – Área de Concentração de População.

O estudo de 1966 buscou identificar os centros polarizadores e dimensionar as áreas de influência dos mesmos, através dos fluxos realizados nessas áreas. Foram utilizados dados da distribuição de bens (produtos industriais) e serviços (ligados ao capital, administração e direção, educação e saúde e divulgação). Com base nos resultados, as classes de centros definidas foram: nível 1 - Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Centros Metropolitanos Regionais, Centros Macrorregionais; nível 2 - Centros Regionais A e B; nível 3 - Centros Sub-regionais A e B; e nível 4 - Centros Locais A e B.

Especificamente para o Estado da Bahia, além de Salvador que se configurou como nível 1C (Centro Metropolitano Regional), outras cidades destacaram-se, aparecendo nos níveis subsequentes. Devido à relevância regional, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista foram classificadas no nível 2, ou seja, como Centros Regionais e nos níveis 3 e 4, apareceram respectivamente, 9 e 42 cidades, demonstrando a polarização que determinados municípios exerciam sub-regionalmente ou localmente. No contexto nordestino, a configuração da rede urbana baiana identificada em 1966, destaca-se em relação aos demais estados, na medida em que apresentou maior quantidade de centros nos níveis 2, 3 e 4, indicando assim, uma hierarquia urbana mais complexa. No entanto, ressalta-se que muitas cidades não se inseriram nessa hierarquização, demonstrando a dependência destas em relação a outros centros para os 12 serviços abrangidos pela metodologia, muitos dos quais, caracterizados como básicos.

A pesquisa de 1978 teve como base metodológica a teoria das localidades centrais, de Christaller que define as centralidades urbanas como decorrentes do papel de distribuição de bens e serviços para a população. O questionário aplicado apoiou-se em 76 funções centrais (bens e serviços), cuja concentração permitiu agrupar os municípios em seis conjuntos hierarquizados, designando os níveis de Metrópole Regional, Centro Submetropolitano, Capital Regional, Centro Sub-regional, Centro de Zona e Município Subordinado.

Apesar dessa pesquisa utilizar metodologia diferente e abranger uma quantidade maior de variáveis, algumas comparações podem ser efetuadas. Verifica-se, a princípio, que a capital do Estado, Salvador, configurou-se como uma Metrópole Regional, e que, portanto, manteve sua relevância na distribuição de bens e serviços mais raros e com maior alcance territorial. No nível subsequente - Centro Submetropolitano - não houve ocorrências no Estado, mas evidencia-se que essa classificação abrangeu outras capitais nordestinas. Isso indica que em 1978, somente Salvador e Recife destacavam-se como os grandes centros do Nordeste.

Considerando os dois níveis subsequentes ao Centro Metropolitano, verifica-se que muitas cidades mantiveram sua posição nas hierarquias mais altas, como por exemplo, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista que foram classificadas como Capitais Regionais, em conjunto com Alagoinhas e Jacobina, as quais assumiram uma importância maior na rede urbana no período de 1966 a 1978. Na hierarquia Centro

Sub-regional, além de Itaberaba, Itapetinga e Senhor do Bonfim configuraram-se Brumado, Guanambi, Irecê e Santo Antônio de Jesus, que na década de 1960 eram Centros Locais. Essa situação indica que algumas cidades no período de uma década assumiram uma importância relativamente maior na rede urbana do Estado da Bahia, demonstrando a disseminação gradual de bens e serviços de consumo. Ressalta-se, no entanto, que municípios como Barreiras, Ipiaú, e Paulo Afonso, demonstraram uma dinamicidade menor, na medida em que foram classificados como Centros de Zona.

A pesquisa de 1993 considerou 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 eram geradoras de fluxos de média a alta complexidade e 2, de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Assim, foram definidos oito níveis de centralidade: Máximo, Muito Forte, Forte, Forte para Médio, Médio, Médio para Fraco, Fraco e Muito Fraco.

Como pode ser observado, nessa nova classificação, aumentou-se a quantidade dos níveis de centralidade, o que permitiu a diferenciação dos graus de importância na rede urbana entre cidades, as quais anteriormente estavam classificadas em um mesmo nível. Para o Estado da Bahia, os centros de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Jacobina e Jequié refletem essa situação. Nesse estudo verifica-se a diferenciação dos graus de importância que cada uma dessas cidades desempenha, com destaque para Feira de Santana e Vitória da Conquista, centros regionais tradicionalmente importantes e polarizadores, que se configuram como os dois centros mais importantes posteriormente a Salvador.

As considerações sobre a diferenciação maior entre os centros que o estudo de 1993 permitiu, também são válidas para as demais hierarquias no Estado da Bahia. Cidades que anteriormente estavam classificadas em único nível, tal como Centro Sub-regional, passaram a ser qualificadas em três níveis distintos, tais como Forte para Médio, Médio e Médio para Fraco. Outro ponto importante e perceptível nesse estudo é a relevância, que determinadas cidades passaram a ter, no período de 1978 a 1993. Destacam-se os municípios de Barreiras e Teixeira de Freitas. O primeiro por passar de um Centro de Zona para a caracterização de Forte para Médio em um período de quinze anos, e o segundo, por ter sido criado em 1985 e já se constituir com um nível de hierarquia intermediária. Localizadas respectivamente no Extremo Oeste e Extremo Sul, essas duas centralidades indicam a conformação de uma rede urbana um pouco mais equilibrada, com centros importantes distribuídos pelo território estadual.

Porém, é relevante ressaltar que, da mesma forma que algumas cidades passaram a desempenhar um papel mais polarizador na rede urbana do Estado da Bahia, outras perderam relevância. Como exemplos podem ser citados os municípios de Andaraí, Maracás e Olindina, os quais não apareceram na classificação proposta pelo estudo de 1993, mas que detinham relativa importância nas hierarquizações anteriores. Isso demonstra a diminuição da polarização de determinados centros, em detrimento de outros.

Diferentemente dos demais, o estudo de 2007 priorizou a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas. Assim, os centros de gestão podem ser concebidos como aquelas cidades em que se localizam os diversos órgãos do Estado e as sedes das empresas, cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar, sob o controle da cidade, através das empresas sediadas. Para identificar esses centros, foram levantadas informações secundárias e registros administrativos de órgãos federais (Executivo e Judiciário) e de empresas privadas. Complementarmente, foram consideradas informações secundárias correspondentes aos equipamentos e serviços – informações sobre conexões aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, diversidade de atividades comerciais e de serviços, instituições financeiras

e oferta de serviços bancários, e presença de domínios de Internet – capazes de dotar uma cidade de centralidade, complementando a identificação dos centros de gestão do território.

Além de identificar os centros, o estudo de 2007 definiu as regiões de influência das cidades, com base nas redes de interação que as conectam. Para esse procedimento, foi incorporada a intensidade das ligações entre as cidades, considerada esclarecedora da articulação das redes no território.

Assim, a hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da Região de Influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. A partir disso, a pesquisa de 2007 estabeleceu uma classificação dos centros e a delimitação de suas áreas de influência. Classificaram-se as cidades brasileiras em Metrópoles (1A, 1B ou 1C), Capitais Regionais (2A, 2B ou 2C), Centros Sub-regionais (3A ou 3B), Centros de Zona (4A ou 4B) e Centros Locais.

Para o Estado da Bahia, o estudo de 2007 permite realizar algumas considerações. Inicialmente, verifica-se a importância da Área de Concentração de População (ACP) de Salvador[1], que se configura como uma metrópole de projeção nacional frente à sua importância na hierarquização da rede urbana brasileira. Isso fica evidente quando a sua área de influência é verificada, ou seja, Salvador polariza 6 Capitais Regionais, 16 centros Sub-regionais, 41 Centros de Zona e 486 municípios. Comparando-se com as demais Metrópoles no que se refere à quantidade de centros polarizados, Salvador destaca-se em relação a Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém e Goiânia.

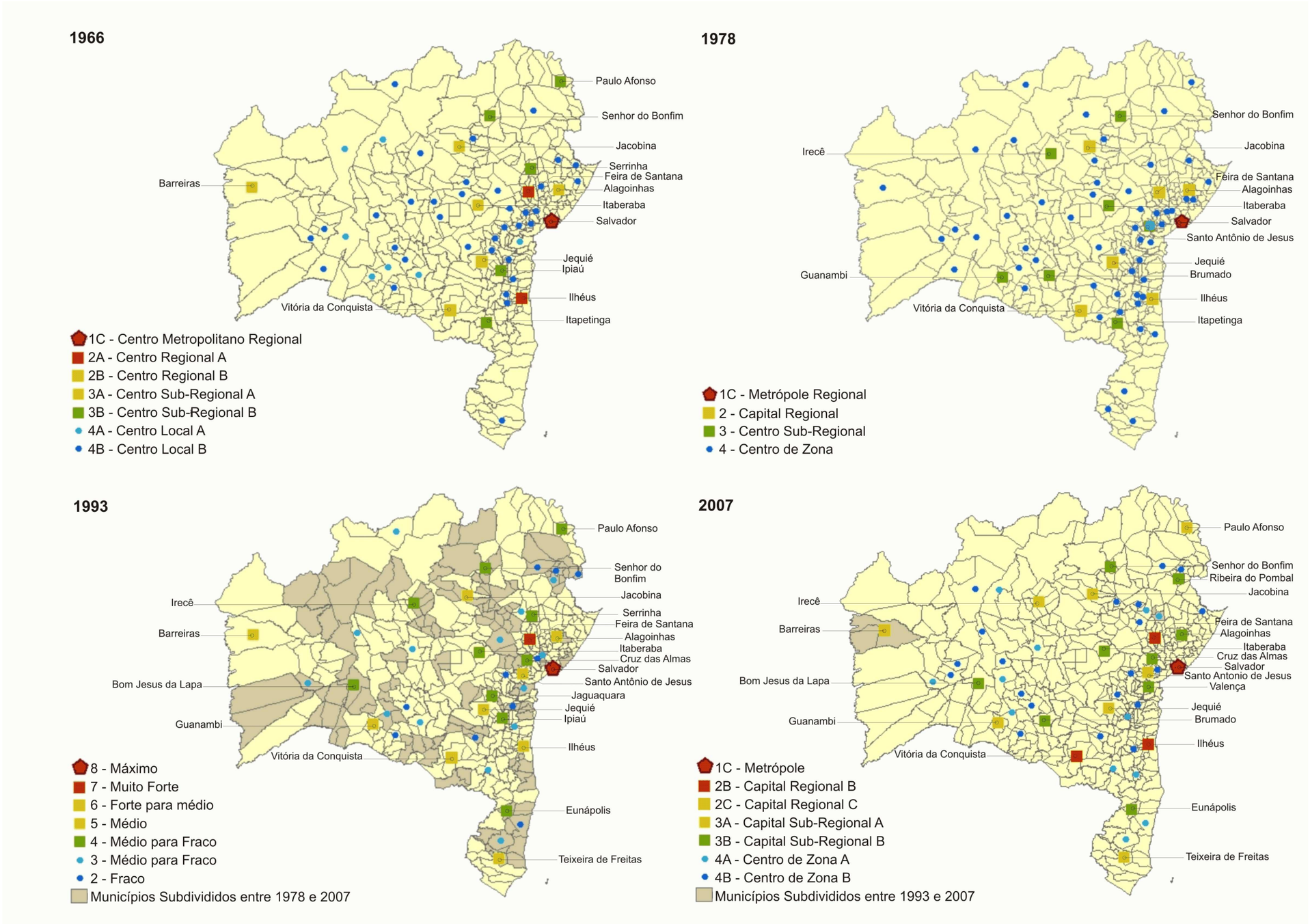
São relevantes também as ACP's de Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e a cidade de Vitória da Conquista, como centros tradicionais de importância regional, que se mantiveram como tais ao longo das décadas. Nesse sentido, vale destacar a trajetória de Barreiras que gradualmente se consolidou como uma Capital Regional, ganhando destaque na rede urbana, bem como aumentando sua Região de Influência, a partir da década de 1990.

Salienta-se também, o ganho de importância que determinadas cidades passaram a ter, e que foram evidenciadas por esse estudo. Municípios tais como Valente, Rio Real e Riachão de Jacuípe, todos criados na década de 1950, que não apareceram nos estudos anteriores, se configuraram como Centros de Zona. Isso destaca a dinamização de algumas cidades e a distribuição de alguns serviços pelo território.

No entanto, o estudo também demonstra que apesar de algumas cidades se destacarem, estas dizem respeito somente às hierarquias intermediárias ou baixas, não aparecendo novos centros de relevância regional. Isso pode ser constatado quando se verifica que, em 2007, a rede urbana do Estado da Bahia tinha a seguinte configuração: uma Metrópole C, três Capitais Regionais B, duas Capitais Regionais C, sete Centros Subregionais A, nove Centros Sub-regionais B, doze Centros de Zona A, vinte Centros de Zona B, trezentos e cinqüenta e um Centros Locais e onze municípios que não foram classificados por pertencerem a alguma ACP (Figura 3).

[1] Além de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João, Candeias, Itaparica, São Francisco do Conde, Amélia Rodrigues e São Sebastião do Passe.

Figura 3: Níveis de centralidade do Estado da Bahia



Fonte: Vertrag (2010), adaptado de IBGE, 2008 (Regic/2007)

3 A REDE URBANA DO ESTADO DA BAHIA

Neste capítulo desenvolveram-se as metodologias para a definição da rede urbana do Estado da Bahia atual, a partir da hierarquização e classificação de seus centros urbanos e definição das espacializações por regiões de influência, que se constituem em conteúdos de base para a análise e diagnóstico da rede urbana baiana, realizados nos capítulos subseqüentes.

3.1 Hierarquia dos Centros Urbanos da Bahia

O Regic/2007 foi o ponto de partida para o estudo de rede urbana do Estado da Bahia. O exame minucioso do Regic/2007, ocorrido nas etapas 1 e 2 do estudo, permitiu concluir que parte das informações geradas teria aplicabilidade na análise da Rede Urbana do Estado da Bahia, bem como suas respectivas bases de dados. Por outro lado, um conjunto de análises se mostrou com baixa aplicabilidade, na medida em que a escala de análise do Regic foi o Brasil, o que poderia ocultar certas realidades locais, sobretudo aquelas do interior dos estados, dentre os quais a Bahia.

Dessa forma, nesse item, visando obter maior detalhamento da rede urbana intra-estadual baiana, principalmente em relação aos níveis de centralidade existentes, ou seja, a hierarquia, optou-se pela adaptação/atualização de alguns dados e a inserção de novas informações, com o objetivo de obter uma nova classificação dos centros urbanos.

Ressalta-se que a centralidade pode ser mensurada por meio da identificação de fixos, no sentido conceitual atribuído por Santos (1996, p.50), para quem, “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar”. Na cidade, tais fixos são as lojas, os escritórios, as universidades, os bancos, os hospitais, as agências governamentais, dentre outras, que devem ser observadas em duas perspectivas, a de sua existência e a de sua especialidade. Trata-se, assim, não apenas de identificar a atividade em si, mas de verificar sua importância e abrangência, que tem relação direta com sua maior ou menor complexidade.

Desse modo, diversas cidades possuem ensino superior, contudo, há aquelas que oferecem especialização crescente para além do ensino de graduação (mestrado e doutorado, por exemplo), essas possuem maior especialização no âmbito do ensino, o que se revelará num diferencial dessa cidade em relação às demais de um recorte espacial dado, e que resultará em sua maior atratividade nesse conjunto.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos setores e atividades anteriormente exemplificados. Trata-se, portanto, de níveis de complexidade crescente, aos quais está associado o maior ou menor alcance espacial da cidade, promovendo certa seletividade espacial, que resulta no dinamismo de algumas áreas e na estagnação de outras.

Assim, optou-se por analisar algumas variáveis selecionadas, que seriam capazes de expressar padrões espaciais de dispersão e/ou concentração de certas atividades, contribuindo para o reforço das centralidades apresentadas no Regic/2007 e verificar a existência de centros relevantes não contemplados pelo referido estudo.

Para tal, a determinação dos níveis de centralidade levou em consideração, a quantidade das variáveis selecionadas existentes em cada cidade e também a qualificação destas, visando estabelecer a diferenciação entre os centros que apresentam os mesmos

tipos de fixos. Tais variáveis respondem por seis tipos diferentes de temas, todos diretamente relacionados à dinâmica urbana, foram eles: comércio, serviços, saúde, ensino superior, gestão e bancos, detalhadas no Quadro 2 .

Quadro 2: Variáveis selecionadas para análise

Nome	Desdobramento/Qualificação	Fonte	Ano
Comércio	a) Raro	RAIS/MTE	2008
Serviços	a) Raro	RAIS/MTE	2008
Saúde	a) Equipamentos de saúde b) Médicos especialistas c) Total de especialidades médicas	SUS	2009
Ensino superior	a) Instituições b) Cursos de Graduação	INEP	2009
	c) Pós-Graduação: Mestrado e Doutorado	CAPES	2009
Gestão	12 (doze) instituições ou órgãos selecionados	Diversas	2009
Banco	a) Agências bancárias b) Volume dos ativos	Banco Central do Brasil	2009

Fonte: Vertrag (2010)

Embora a maioria das informações seja relativa ao município, a natureza das atividades analisadas é essencialmente urbana, o que permite afirmar que as mesmas permitem qualificar os centros urbanos da Bahia.

Assim, para a presente análise foram considerados os estabelecimentos ligados ao comércio de produtos raros e os serviços raros, ou seja, atividades mais concentradas e de maior raridade. Essa opção justifica-se, pois permite uma maior diferenciação entre as cidades.

A variável saúde foi subdivida em três: total de equipamentos médicos; total de especialidades médicas e total de médicos especialistas. Os equipamentos médicos identificados foram: de ressonância magnética; de circulação extracorpórea, para hemodiálise, bomba de cobalto, mamógrafo com estereotaxia, tomógrafo computadorizado, eletroencefalógrafo, mamógrafo com comando simples, ultra-som *doppler* colorido, ultra-som ecógrafo e eletrocardiógrafo.

As especialidades médicas consideradas foram: cirurgia geral, clínica médica, obstetrícia-ginecologia, pediatria, angiologia, cardiologia, medicina nuclear, endocrinologia, hematologia, nefrologia, neurologia, oncologia, ortopedia traumatologia, pneumologia, reumatologia, cirurgia plástica, neurocirurgia, oftalmologia e proctologia.

No que se refere ao ensino superior, optou-se pelo desmembramento desta variável em três modalidades, por município: o total de cursos de graduação; o total de Instituições

de Ensino Superior (IES); e o total de cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado). Ressalta-se que pelo fato de existirem graus de excelência diferentes no que se refere aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) foram atribuídos valores diferenciados. Assim, tais cursos receberam pesos diferenciados conforme a excelência: Conceito 3 – peso 25; Conceito 4 – peso 50; Conceito 5 – 75; Conceito 6 – 100. Cada peso foi multiplicado pelo número de cursos existentes.

Em relação à gestão foram selecionados 12 instituições/órgãos, cuja obtenção de dados se mostrou viável, foram eles: Diretorias Regionais de Educação – DIREC; Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN; Agências do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); Conselho Regional de Medicina – CREMED; Delegacias e Agências do CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia); Subseções da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); Conselho Regional de Odontologia – CROBA; Gerências Regionais e Agências do Trabalho e Emprego; Varas do Trabalho; Inspetorias de Fazenda da Bahia; Diretorias Regionais de Saúde – DIRES e Juizados especiais (cíveis e/ou criminais).

E a variável bancos foi analisada sob duas perspectivas: a) o número de agências bancárias e b) o volume de ativos, expresso em reais.

Metodologicamente, construiu-se uma matriz com as onze variáveis selecionadas e os 417 municípios baianos. Cada município recebeu uma classificação, de acordo com os padrões estabelecidos a partir dos valores originais do indicador: máxima, alta, média, baixa e mínima (Tabela 1 – detalhamento desta, no Apêndice Digital 1). Para a obtenção das classes utilizou-se o método denominado *Natural Breaks (Jenks)*, no qual as quebras de valores são determinadas estatisticamente através da identificação de pares de feições próximas (adjacentes), entre as quais seja detectada uma grande diferença de valores dos dados.

Tabela 1: Classificação atribuída às cidades baianas, conforme grau de concentração das variáveis

Classificação	Serviços Raros	Comércio Raro	Saúde			Ensino Superior			Gestão	Bancos	
			Equipamentos De Saúde	Especialidades Médicas	Médicos	Cursos	IES	Pós-Graduação		Agências	Volume de ativos
Máxima	104 – 874	88 - 215	296 – 1491	19	452 – 3844	82 – 681	11 – 56	3775	12	30 - 241	5.512.054 – 103.502.867
Alta	68 – 103	36 – 87	132 – 295	11 – 18	212 – 451	39 – 81	6 – 10	325	8 – 11	14 – 29	1.995.488 – 5.512.053
Média	27 – 67	24 – 35	70 – 131	6 – 10	79 – 211	24 – 38	4 – 5	150 – 175	6 – 7	7 – 13	812.718 – 1.965.487
Baixa	12 – 26	13 – 23	20 – 69	3 – 5	21 – 78	8 – 23	2 – 3	50	3 – 5	3 - 6	271.395 – 812.717
Mínima	5 - 11	6 - 12	0 - 19	1 - 2	1 - 20	1 - 7	1	25	1 - 2	1 – 2	3.473 – 271.394

Fonte: Vertrag (2010)

Para cada classe descrita atribuiu-se um peso, sendo: máxima – 5; alta – 4; média – 3; baixa – 2; e mínima - 1. Assim, as cidades que detinham maior número de estabelecimentos, obtiveram um peso maior final. A classificação final dos níveis de centralidade ocorreu através da soma dos pesos obtidos em cada variável (Tabela 2).

Como resultado, foi possível classificar os municípios baianos em 7 níveis hierárquicos, correspondente às classes obtidas em função do grau de concentração de funções verificadas a partir da somatória do total de estabelecimentos ligados a cada uma das variáveis utilizadas.

Sendo assim, dos 417 municípios baianos, apenas 43 cidades se destacam com algum nível de centralidade (nível 1 a 6), na medida em que as demais, classificadas como nível 7, não apresentaram o mínimo estipulado pelos cortes estabelecidos. A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos para os 6 níveis superiores e o Apêndice Digital 1 para todos os municípios.

Verifica-se que Salvador é indubitavelmente o centro urbano com maior concentração de funções e isso explica em parte a sua influência por todo o estado. Alcançou máxima concentração em todas variáveis selecionadas. Feira de Santana, por sua vez, classifica-se isoladamente em segundo lugar, sendo verificada uma razoável diferença de 7 pontos em relação aos centros urbanos do 3º nível, com todas as variáveis classificadas como de alta para máxima concentração de funções.

Num terceiro nível, com pontuação na faixa de 32 a 38 pontos, foram classificados os centros urbanos de Vitória da Conquista, Barreiras, Lauro de Freitas, Ilhéus e Itabuna. Nestes pode-se verificar uma predominância das faixas média e alta concentração das variáveis selecionadas. Dentre os municípios deste nível, somente Lauro de Freitas não se constitui, como veremos adiante no subcapítulo 3.3, como um pólo dominante de uma região de influência, podendo inferir-lhe características de complementaridade de funções com o pólo da RI à qual pertence, no caso, de Salvador.

Como quarto nível, 10 outros centros urbanos foram classificados, com pontuação situada entre 21 a 29, sendo que a partir desse nível verifica-se maior predominância dos níveis médios de concentração das variáveis. Destes, destaca-se que Camaçari, conforme também veremos adiante no subcapítulo 3.3, possui características semelhantes a Lauro de Freitas na relação de polarização, e que Alagoinhas e Cruz das Almas, embora pertencentes à RI de Salvador e sendo polarizado diretamente pela capital, também polarizam outros centros urbanos, podendo ser considerados como subpólos de uma RI.

Os demais vinte e seis centros urbanos foram classificados como de 5º e 6º nível com pontuação variando entre 11 a 20. Destes, 9 (nove) - Guanambi, Senhor do Bonfim, Valença, Brumado, Itapetinga, Jacobina, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Seabra – constituem-se em pólos de uma Região de Influência, destacando-se a situação de Seabra, Ribeira do Pombal e Itaberaba com predominância de mínima-baixa concentração de funções, o que expõe a fragilidade da rede urbana em função da classificação hierárquica de seus pólos.

Pelo exposto, considera-se que a classificação resultante avançou em relação a do Regic/2007, na medida em que foram captadas algumas diferenças nos níveis de centralidade não evidenciadas pelo estudo nacional. Por exemplo, a hierarquização demonstrou que as cidades de Luís Eduardo Magalhães, Porto Seguro e Itamaraju apresentam maior concentração de funções do que a indicada pelo Regic/2007. E em situação contrária, Ribeira do Pombal detém menor centralidade do que a explicitada pela publicação.

Tabela 2: Níveis de centralidade obtidos a partir de variáveis selecionadas

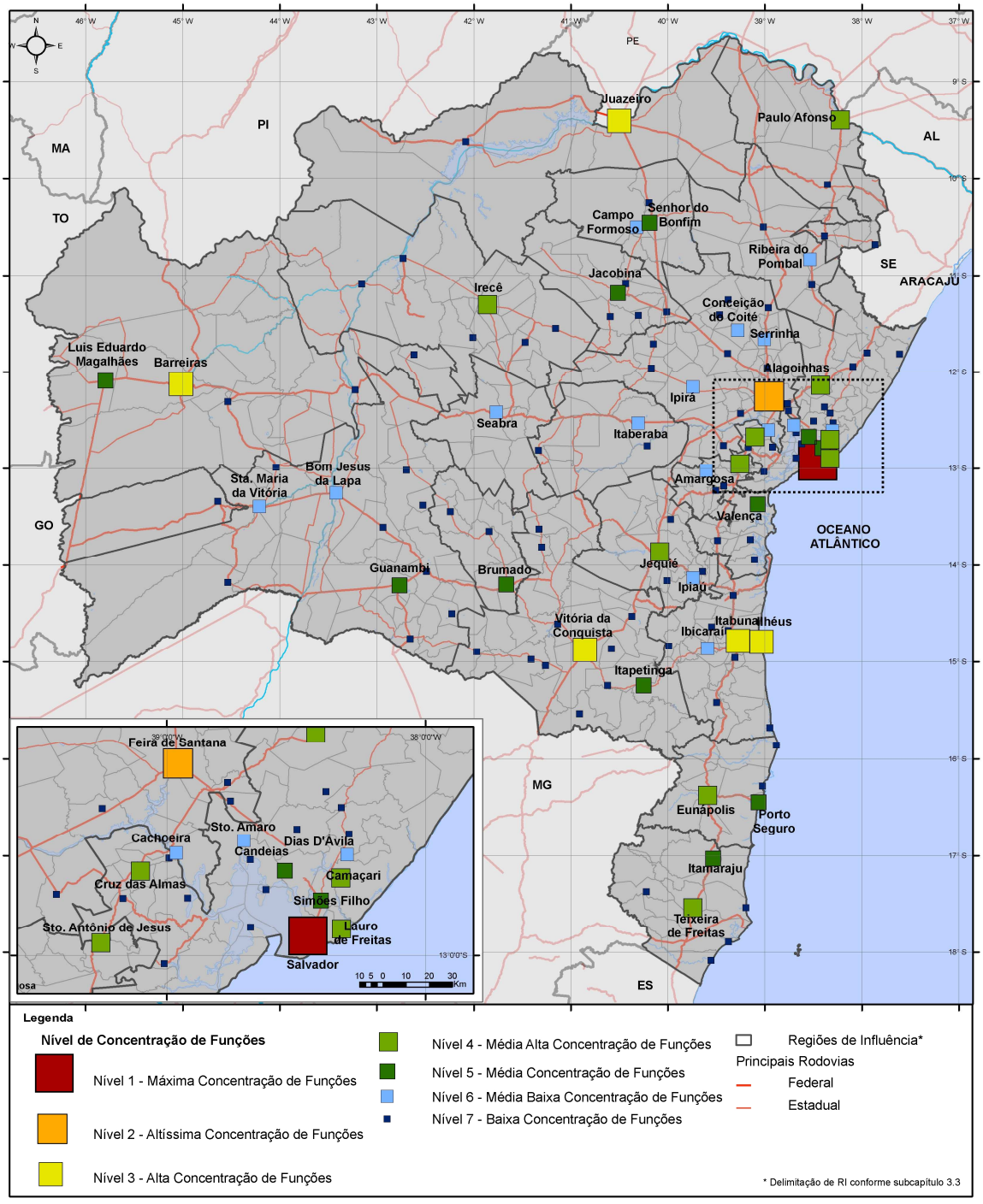
Nº	Município	Somatória	Níveis Hierárquicos	Comércio raro	Serviço raro	Bancos		Saúde			Ensino Superior			Gestão
						Agência bancária	Volume de ativos	Médicos	Equip. médicos	Especial. médicas	Cursos graduação	IES	Cursos pós graduação	
1	Salvador	55	1											
2	Feira de Santana	45	2											
3	Vitória da Conquista	38	3											
4	Barreiras	34	3											
5	Lauro de Freitas	33	3											
6	Ilhéus	32	3											
7	Itabuna	32	3											
8	Alagoinhas	29	4											
9	Camaçari	29	4											
10	Jequié	27	4											
11	Juazeiro	26	4											
12	Teixeira de Freitas	25	4											
13	Cruz das Almas	24	4											
14	Eunápolis	24	4											
15	Santo Antônio de Jesus	23	4											
16	Paulo Afonso	22	4											
17	Irecê	21	4											
18	Guanambi	20	5											
19	Luís Eduardo Magalhães	20	5											
20	Porto Seguro	19	5											
21	Senhor do Bonfim	19	5											
22	Valença	18	5											
23	Brumado	17	5											
24	Itapetinga	17	5											
25	Simões Filho	17	5											
26	Candeias	16	5											
27	Itamaraju	16	5											
28	Jacobina	16	5											
29	Itaberaba	15	6											
30	Ipiaú	14	6											
31	Bom Jesus da Lapa	13	6											
32	Santo Amaro	13	6											
33	Serrinha	13	6											
34	Cachoeira	12	6											
35	Ipirá	12	6											
36	Amargosa	11	6											
37	Campo Formoso	11	6											
38	Conceição do Coité	11	6											
39	Dias d'Ávila	11	6											
40	Ibicaraí	11	6											
41	Ribeira do Pombal	11	6											
42	Santa Maria da Vitória	11	6											
43	Seabra	11	6											

Legenda:

Máxima	Alta	Média	Baixa	Mínima

[1] Aparecem na presente classificação as cidades que apresentaram pelo menos a existência de uma variável, de acordo com os cortes estabelecidos.
[2]Os ***Centros Locais*** (destacados) se referem às cidades que não foram classificadas pelo Regic/2007 por pertencerem a alguma ***ACP.*** Assim, o presente estudou classificou-as automaticamente como Centros Locais.
Fonte: Vertrag (2010)

Figura 4: Nível hierárquico de concentração de funções dos principais centros urbanos da Bahia



Fonte: Vertrag (2010)

3.2 Classificação dos Centros Urbanos da Bahia

Os resultados de hierarquização obtidos a partir da concentração de variáveis, no subcapítulo 3.1, mostraram-se importantes, na medida em que possibilitaram uma primeira identificação de centralidades não captadas pelo Regic/2007, dada a sua análise em escala nacional. Porém, considerou-se que para um resultado mais satisfatório seria necessária a incorporação de outras variáveis e/ou informações.

Assim, como contraponto à classificação primeiramente obtida a partir da concentração de funções e visando qualificar e refinar o resultado, a hierarquização foi confrontada com: i) o tamanho da população urbana de cada município, considerando a importância do tamanho populacional para a consolidação de cidades com maior capacidade de abrigar uma extensa gama de atividades e conter uma lista maior de profissões técnicas, administrativas e intelectuais, sejam elas formais ou informais; ii) o pertencimento a uma RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), que denota ações em escala regional e portanto, de maior impacto na rede urbana; iii) os níveis hierárquicos do Regic/2007, na medida em que este estudo utiliza indicadores de fluxos em sua classificação geral.

Desta forma, a classificação hierárquica final, resultante desta análise, consolida os dois primeiros níveis hierárquicos, ou seja, Salvador e Feira de Santana destacam-se, inequivocadamente, como os mais expressivos em termos de população urbana, com 2.891.467 e 517.371 habitantes, respectivamente.

No terceiro nível hierárquico, destacam-se aqueles com mais de 150.000 habitantes, cabendo destacar que um dos critérios utilizados foi o de manter os níveis hierárquicos dos municípios pertencentes às ACPs, razão pela qual, Lauro de Freitas, com 143.614 habitantes, permaneceu neste nível. Além disso, Juazeiro, com 177.583 habitantes e que que se encontrava no nível 4, foi ajustado para o nível 3, não somente em função de seu tamanho populacional, mas também pela importância que exerce no Estado, conformando com Petrolina (PE) uma aglomeração urbana interestadual e por integrar a RIDE Petrolina/Juazeiro, o que lhe confere maior expressividade regional. Ressalta-se ainda a grande diferença existente entre maior população urbana deste nível, representada por Vitória da Conquista, com 266.904 habitantes, com a de Feira de Santana, o que confirma a sua posição isolada, num segundo nível, logo abaixo de Salvador.

A população urbana dos municípios que compõe o quarto nível hierárquico variam de 58.036 a 133.884 habitantes, deixando-se para tanto de considerar Camaçari, que com 212.005 habitantes, permaneceu nesta posição por pertencer à ACP de Salvador. Cruz das Almas, com população urbana de 46.121 habitantes, e que originalmente pertencia a este nível, foi ajustado para o nível 5.

Assim, no nível 5, a maioria dos municípios possui população aproximada de 40.000 a 60.000 habitantes. Somente Simões Filho, Candeias e Paulo Afonso fogem a essa regra, sendo que os dois primeiros pertencem à ACP de Salvador e, para o terceiro, optou-se pela regra de mantê-lo, com 95.814 habitantes, neste nível, em função de que o nível hierárquico obtido foi também compatível com aquele do Regic/2007. Também para os casos de Itaberaba e Bom Jesus da Lapa (originalmente situados no nível 6), utilizou-se o critério de compatibilidade dos níveis hierárquicos com o Regic/2007, uma vez que neste, os três são classificados como Centros Subregionais B, ao passo que os municípios que pertencem ao nível 6, são em sua maioria Centros de Zona ou Centros Locais.

No nível 6, a mudança obtida refere-se a Itamaraju que originalmente no nível 5, foi posicionada para este nível, em função de sua classificação no Regic/2007 – Centro de Zona A e sua população e Camacan, Macaúbas e Xique-Xique, que no nível 7, constituíam-

se nas únicas com classificação de Centros de Zona A pelo Regic/2007, enquanto todas os demais municípios foram classificados como Centros Locais ou alguns como Centros de Zona B.

Posteriormente, a cada nível foi conferido uma nomenclatura, de modo que a mesma expressasse a relevância e centralidade das cidades no contexto da rede urbana estadual. Dessa forma, chegou-se a seguinte hierarquização:

i) Metrópole: Salvador

ii) Pólo estadual: Feira de Santana

iii) Pólo regional: Vitória da Conquista, Barreiras, Ilhéus, Juazeiro e Itabuna.

iv) Pólo subregional: Alagoinhas, Camaçari, Jequié, Teixeira de Freitas, Cruz das Almas, Eunápolis, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso e Irecê.

v) Pólo local: Guanambi, Luís Eduardo Magalhães, Porto Seguro, Senhor do Bonfim, Valença, Brumado, Itapetinga, Simões Filho, Candeias, Itamaraju e Jacobina.

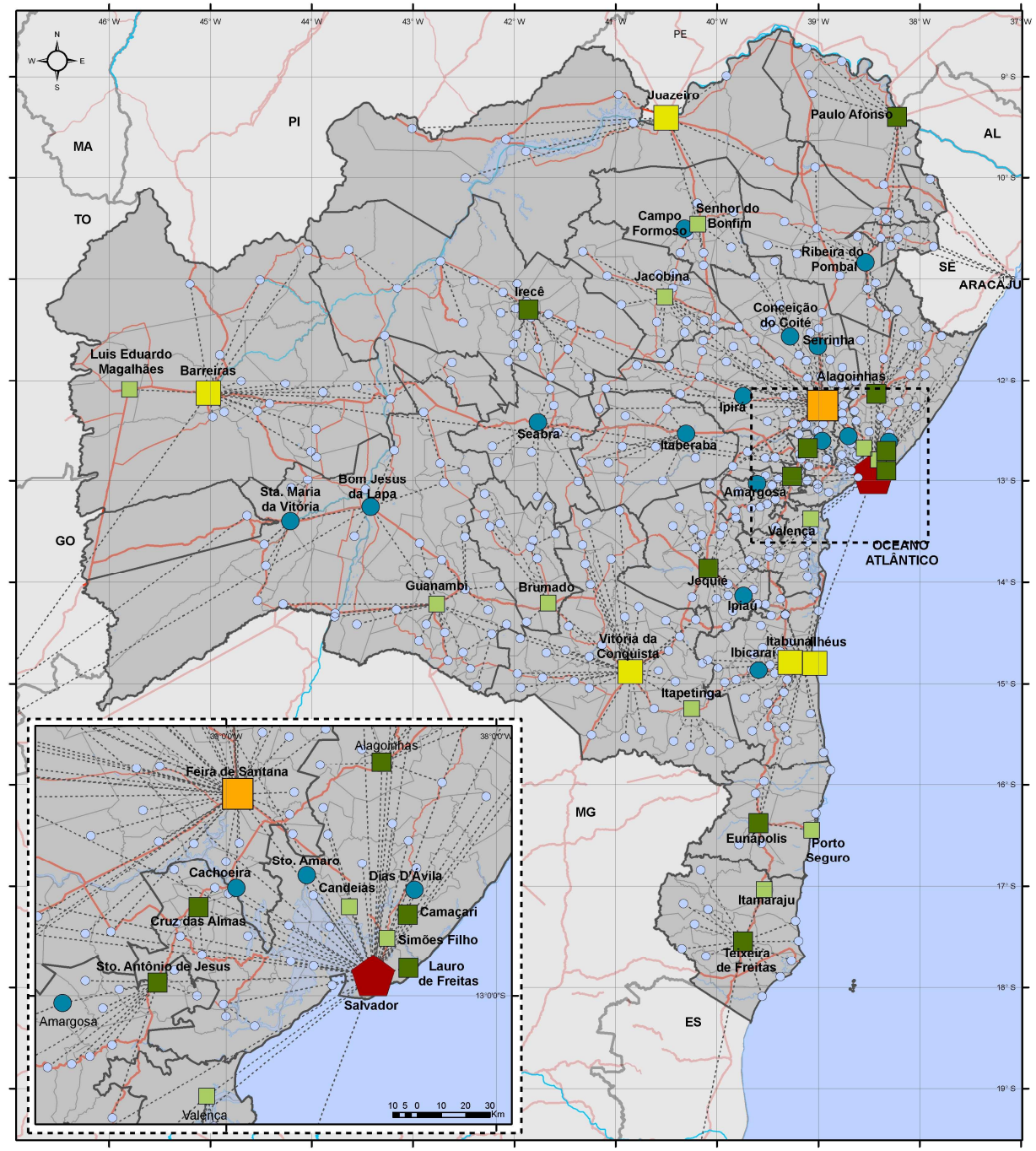
vi) Centro local: Itaberaba, Ipiaú, Bom Jesus da Lapa, Santo Amaro, Serrinha, Cachoeira, Ipirá, Amargosa, Campo Formoso, Conceição do Coité, Dias d'Ávila, Ibicaraí, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória e Seabra.

vii) Núcleo: todos os demais municípios.

Os resultados da readequação dos níveis hierárquicos e da nomenclatura atribuída às cidades, em função de sua relevância na rede urbana estadual estão representados no Mapa 01.

A observação dos resultados e sua análise, permite a identificação da conformação de alguns arranjos espaciais, que dada a sua relevância, mereceram atenção no diagnóstico realizado por este estudo, bem como deverão ser considerados na proposição e implementação de políticas que venham a ser efetuadas. Embora sejam melhor detalhados no subcapitulo 6.1, os mesmos são citados neste item, com o objetivo de obter uma rápida contextualização. Assim, destacam-se os seguintes arranjos: (i) a concentração de centros de grande centralidade na porção leste do Estado, englobando Salvador e seu entorno (até 150 km), que dada a magnitude convencionou-se como Macrorregião Metropolitana de Salvador; (ii) os centros urbanos que conformam Aglomeração Urbana ou com tendência para tal, como são os casos de Ilhéus-Itabuna, Petrolina(PE)-Juazeiro, Eunápolis-Porto Seguro; (iii) as cidades que detêm quase que isoladamente a centralidade de funções urbanas em uma determinada porção do Estado, identificadas pela nomenclatura de Pólos Únicos.

Mapa 1: Classificação dos centros urbanos da Bahia



MAPA 01: CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS URBANOS DA BAHIA

Legenda

Regiões de Influência*

Principais Rodovias

Federal

Estadual

Ligações - Rede Urbana REGIC 2007

Classificação dos Centros Urbanos

Metrópole

Pólo Estadual

Pólo Regional

Pólo Sub-Regional

Pólo Local

Centro Local

Núcleo

Fonte: IBGE, 2007
Organizaçao: VERTRAG, 2010

Escala: 1:1.500.000

0 5 10 20 30 40 km

Projeção Policônica

* Delimitação de RI conforme subcapítulo 3.3

3.3 Regiões de Influência

O diagnóstico da rede urbana do Estado da Bahia não pode estar baseado somente nos centros urbanos tomados isoladamente, mas deve perpassar também, pela análise das regiões que os mesmos influenciam.

Proporcional à centralidade exercida por determinada cidade será sua área de influência, ou seja, o alcance espacial das atividades de comércio e serviços nela fixados. Assim, serão gerados fluxos mais ou menos intensos e de percurso mais ou menos longo. Para Santos (1996, p. 51) os fluxos "atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor [...] os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos".

Os fluxos se materializam por meio da noção de área de influência, cuja origem está atrelada à Teoria das Localidades Centrais, e pode também ser denominada de hinterlândia, trata-se, assim, da área por onde se distribuem os bens e serviços de uma cidade.

Sua análise permite avaliar a centralidade em termos de alcance espacial, porém sua mensuração é mais complexa. Assim, é preciso mensurar fluxos de origem e destino das populações em busca por determinadas atividades, dentre outras, ensino, atendimento médico, compras, lazer. Normalmente as informações para essa definição são obtidas por meio de trabalho de campo, com aplicação de entrevistas junto à população ou mesmo junto aos comerciantes e prestadores de serviços, quando esses possuem uma base de dados confiável sobre a origem da população atendida (clientes/consumidores).

Dadas as dificuldades de obtenção de dados dessa natureza, considerou-se como fonte primária de referência o Regic/2007 (matrizes de regiões de influência, páginas 53 a 58). Nessa publicação as regiões de influência dos centros urbanos foram definidas com base na intensidade de ligações entre as cidades, resultante da análise dos deslocamentos efetuados através de transporte público e dos principais destinos da população para obtenção de produtos e serviços específicos, tais como saúde, educação e lazer. Os mapas da Figura 5 ilustram o deslocamento para algumas variáveis selecionadas no referido estudo, tais como compras, transporte intermunicipal e busca por serviços de saúde, no Estado da Bahia.

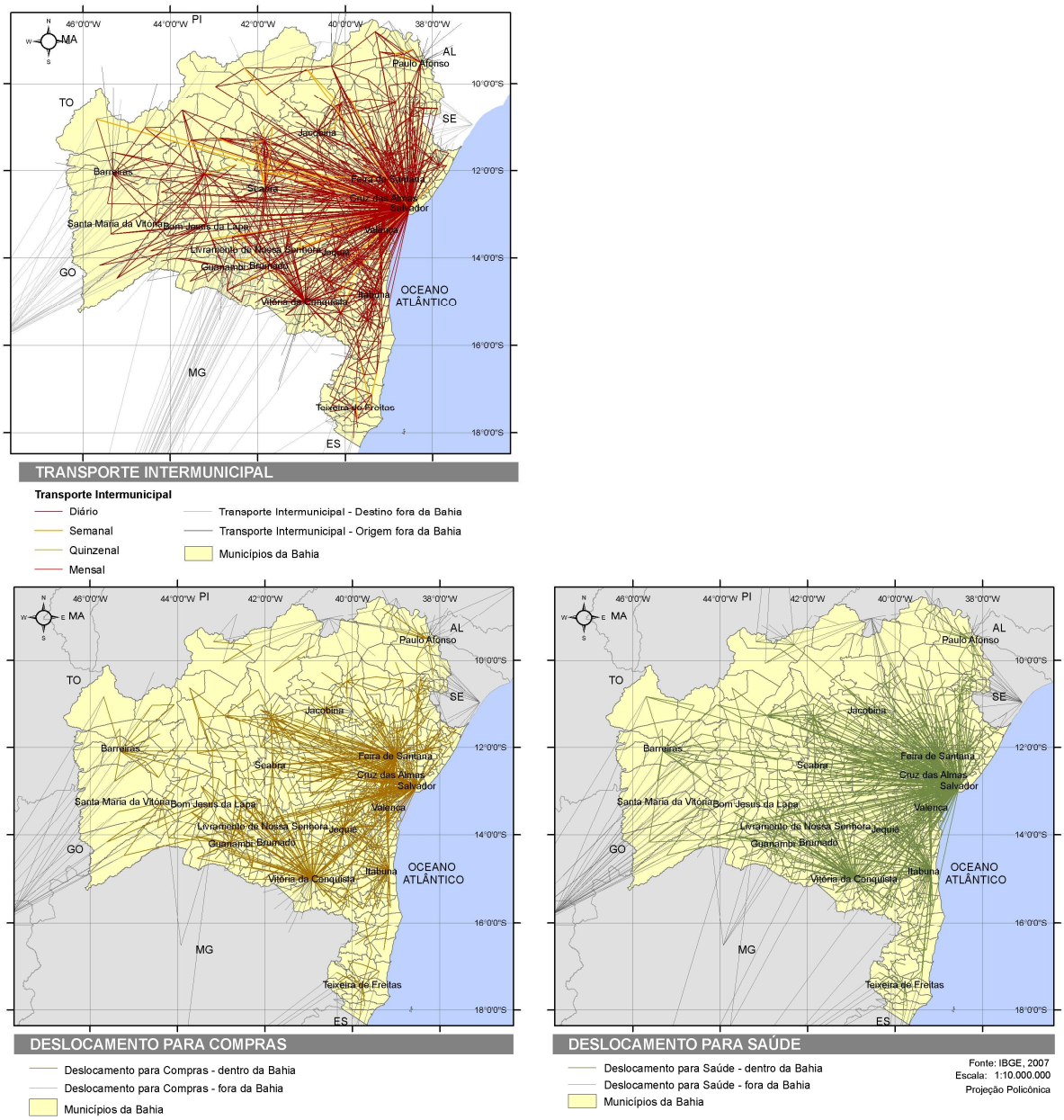
Como pode ser observado, determinadas cidades se configuram como destinos principais dos fluxos representados, demonstrando sua importância na polarização das relações urbanas. Essa situação é evidenciada, por exemplo, em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, entre outros, que polarizam quantidade representativa dos deslocamentos. Dessa forma, a dimensão da centralidade de cada centro urbano pode ser relacionada à amplitude e quantidade dos fluxos que para o mesmo se destinam. Cidades para as quais se direcionam uma quantidade expressiva de fluxos detêm um papel mais relevante na rede urbana, pois concentram parte dos produtos e serviços não existentes em outras localidades. Esses centros urbanos exercem, desta forma, influência sobre determinadas áreas, conformando suas **Regiões de Influência - RI**.

Assim, a Região de Influência de uma cidade é delimitada a partir da abrangência espacial dos fluxos que para a mesma se destinam. É o território polarizado por um determinado centro urbano (cidade-pólo), devido à sua relevância na oferta de serviços e produtos não encontrados nas cidades de origem dos deslocamentos.

Embora o Regic/2007 tenha sido a referência de base para a delimitação das RIs, a conformação obtida no presente estudo o ultrapassa, devido ao detalhamento alcançado. A análise intensiva e minuciosa das matrizes das regiões de influência da publicação serviu como ponto de partida e permitiu a construção qualitativa da proposta de regionalização

adotada. As várias tentativas de espacialização das regiões com base na influência dos centros urbanos permitiram chegar a um resultado satisfatório de regionalização na escala estadual.

Figura 5: Fluxos de transporte intermunicipal e deslocamentos para compras e saúde

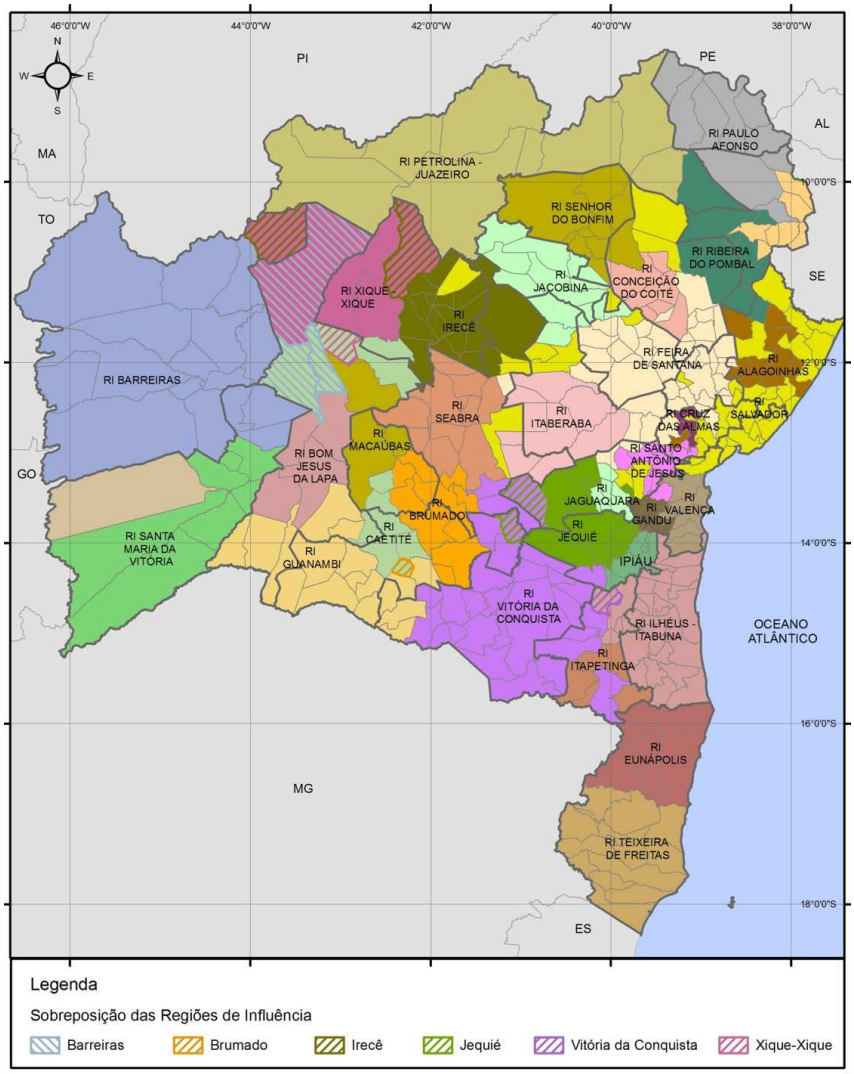


Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007)

Assim, para a delimitação das RIs adotadas, inicialmente, desmembrou-se a principal RI da Bahia proposta pelo Regic/2007, qual seja a de Salvador. Esse procedimento foi necessário na medida em que essa RI abrange praticamente todo o Estado, o que não possibilitaria as análises necessárias para se entender a rede urbana na escala intra-estadual.

O desmembramento permitiu o desenho das seguintes RIs, as quais podem ser observadas na Figura 6: Alagoinhas, Aracaju, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Caetité, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Eunápolis, Feira de Santana, Gandu, Goiânia, Guanambi, Ibotirama, Ilhéus-Itabuna, Ipiaú, Irecê, Itaberaba, Itapetinga, Jacobina, Jaguaquara, Jequié, Macaúbas, Paulo Afonso, Juazeiro, Ribeira do Pombal, Salvador, Santa Maria da Vitória, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença, Vitória da Conquista e Xique-Xique – 35 no total.

Figura 6: Regiões de Influência da Bahia e suas sobreposições

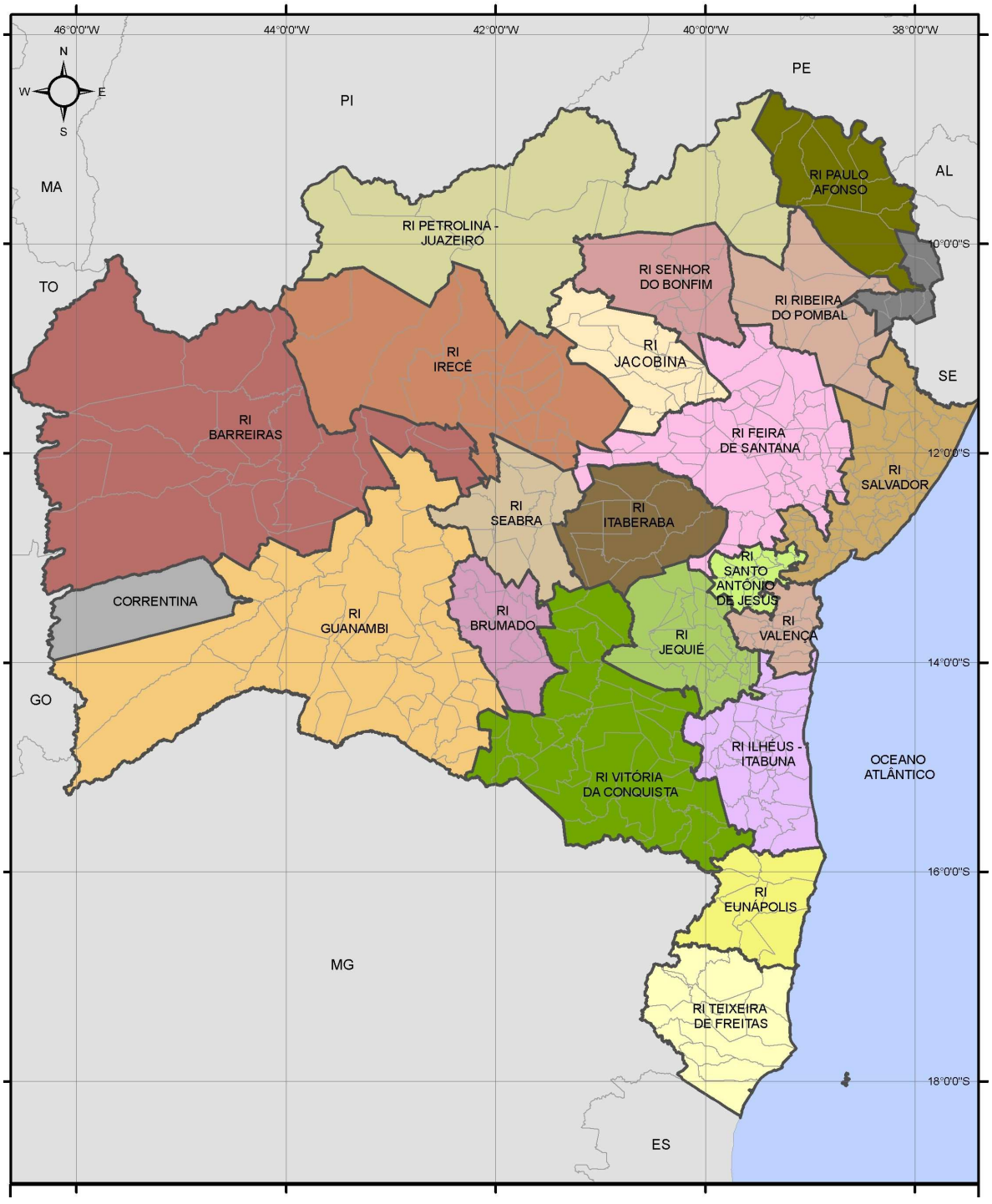


Fonte: Vertrag (2009)

Porém, em função da sobreposição de influência de centros sobre determinadas cidades, das regiões sem continuidade territorial e da necessidade de se delimitarem RIs mais homogêneas, foram adotados os seguintes critérios que possibilitaram a delimitação final: 1) Desmembramento de certas regiões de influência com área muito extensa; 2) Os subpólos de hierarquia menor e que, portanto detêm em sua Região de Influência apenas um ou dois municípios foram englobados para a RI à qual pertencem; 3) Para as sobreposições foram adotados critérios de proximidade geográfica e acessibilidade. No entanto, quando a acessibilidade e a proximidade geográfica eram similares entre dois municípios polarizadores, optou-se por deixá-los na região de maior hierarquia.

Como resultado final obteve-se a delimitação das 22 RIs, as quais serviram como regionalização de referência para os estudos de Rede Urbana do Estado da Bahia. Os resultados podem ser visualizados na Figura 7 a seguir.

Figura 7: Regiões de Influência adotadas



Fonte: Vertrag (2009)

As RIs obtidas foram as seguintes: RI de Salvador, RI de Feira de Santana, RI de Ilhéus-Itabuna, RI de Vitória da Conquista, RI de Barreiras, RI de Juazeiro, RI de Guanambi, RI de Irecê, RI de Jacobina, RI de Jequié, RI de Paulo Afonso, RI de Santo Antônio de Jesus, RI Teixeira de Freitas, RI Brumado, RI Eunápolis, RI Itaberaba, RI Ribeira do Pombal, RI de Senhor do Bonfim, RI de Valença e RI de Seabra. Além disso, podem ser citadas as seguintes conformações: a RI polarizada por Aracaju (SE), localizada no Nordeste da Bahia; e o município de Correntina, polarizado principalmente por Goiânia (GO). Ressalta-se que as questões relativas às influências interestaduais sobre a Bahia serão contempladas no Capítulo 4.

Considerando o objetivo deste Estudo, a regionalização com base nas Regiões de Influência mostrou-se adequada para subsidiar uma Política de Desenvolvimento Urbano, por isso, sua adoção. Ressalta-se que o uso desta regionalização é diversa à correntemente utilizada na elaboração de políticas do Estado da Bahia, a dos Territórios de Identidade. Isso se justifica na medida em que privilegia as ligações de natureza urbana entre as cidades, inclusive nas pequenas. As RIs foram construídas com base nos deslocamentos, ou seja, no movimento da população em busca de serviços e produtos, nos fluxos materiais e imateriais. Embora em alguns casos os limites dessas duas regionalizações sejam muito similares, em outros se mostraram bastante divergentes. Afinal, os Territórios de Identidade foram delimitados com base no sentimento de pertencimento a uma determinada região e nas características da agricultura familiar e da reforma agrária, lógica que se diferencia daquela dos deslocamentos da população em uma rede urbana (Figura 8).

Figura 8: Mapa comparativo da regionalização por Territórios de Identidade e Regiões de Influência

Fonte: Vertrag (2009)

3.4 Fixos e Fluxos – leitura complementar

A definição da hierarquia urbana, explicitada anteriormente, pretendia incluir dados de manifestações culturais presentes no território baiano. No entanto, as informações disponíveis não eram suficientes para mensurar a relevância dessa variável na determinação de centralidade dos municípios. Assim, dada a importância dessas informações, apresentar-se-á a contextualização da rede de manifestações culturais como meio de exaltar os aspectos qualitativos de determinadas cidades que se sobressaem, não apenas pela ótica da concentração de funções tipicamente urbanas.

Do mesmo modo, a título de contextualização, determinou-se como relevante apresentar uma outra forma de rede existente no Estado da Bahia, tendo em vista a constatação direta, obtida a partir do estudo de centralidades urbanas da Bahia, de um número expressivo de municípios (Núcleos) que dependem de serviços e produtos de outros de hierarquia superior e, cuja população é inferior a 20.000 habitantes. São pequenos municípios, espalhados por todo o Estado, cujo perfil caracteriza-se pelas suas fragilidades sociais e econômicas, localizados principalmente na região semi-árida e que, merecem por si só, políticas públicas específicas. Desta forma, este subcaptítulo apresenta também as redes de apoio ou ação política no Estado, compostas pelos grupos que atuam junto aos movimentos sociais, à população rural, aos ribeirinhos, etc.

3.4.1 Manifestações Culturais e Redes de Apoio ou Ação Política

3.4.1.1 Fixos e fluxos relacionados às manifestações culturais

As manifestações culturais comuns a um determinado povo são percebidas de inúmeras formas, dentre as quais podem ser destacadas a culinária, as músicas, a arte de uma maneira geral, as festas e a religião e/ou religiosidade. No Estado da Bahia, pode-se afirmar que tais manifestações assumem extrema importância, haja vista a preocupação com a manutenção de uma identidade cultural.

Assim, em se tratando de um estudo que procura caracterizar a rede urbana do Estado da Bahia e criar subsídios para uma política de desenvolvimento urbano, é imprescindível que os fatores culturais sejam levados em consideração. Nessa perspectiva, essas manifestações foram somadas ao estudo, visando qualificar as cidades.

Para tanto, foram selecionadas como variáveis de análise, as festas populares e a religião/religiosidade. É necessário ressaltar que, dada a magnitude de Salvador em relação às festas e manifestações religiosas essa cidade não será analisada. A inclusão das festas na capital, com destaque para o carnaval e festejos correlatos, e as de manifestações religiosas, tais como o catolicismo e o candomblé, iria somente acentuar a relevância dessa metrópole no contexto baiano.

Portanto, a análise se dividirá em duas partes: a primeira será relativa às festas populares existentes na Bahia, evidenciando as de São João; e, a segunda, tratará das principais manifestações religiosas, com destaque para as romarias. As duas variáveis serão analisadas em uma perspectiva espacial, buscando-se compreender não somente como ocorrem as respectivas distribuições no espaço, mas também e, principalmente, verificar a estruturação da rede urbana em função das mesmas.

a) Festas de São João

Diferentemente do caráter espacial concentrado do carnaval, sobretudo em Salvador, as festas juninas ocorrem de forma difusa no espaço baiano. Segundo Castro (2008), essas festas mobilizam os municípios em diferentes intensidades e pode ser considerado como o evento festivo mais importante do interior do Nordeste, de um modo geral. Para expressar a importância dessa festa, Castro (2008) cita como é habitual a expressão "passar o São João", para indicar quando as pessoas irão se deslocar para determinados lugares, no período junino.

A partir dos anos de 1980, as festas de São João passam a ser concebidas de uma forma diferente daquela praticada no passado. Anteriormente, as festividades ocorriam em clima de espontaneidade, na ambiência familiar, em um misto de sagrado e profano. Posteriormente, transformaram-se em um produto a ser consumido em espaços públicos e privados. Esse novo formato, cada vez mais racionalizado, passa a ser esboçado a partir da iniciativa de prefeituras, empresas, comerciantes e de segmentos do governo do Estado. Em algumas cidades, como Cruz das Almas, a cada festa é montada uma verdadeira cidade cenográfica (CASTRO, 2008). Além disso, em se tratando da amplitude que essas festas passaram a ter, pode-se citar a existência de páginas de Internet, nas quais é possível se encontrar a programação das festas de São João, para cada cidade baiana[2].

Nessa perspectiva, algumas cidades se sobressaem. Na Tabela 3 estão expressas as cidades que, no período junino, assumem uma centralidade especificamente em função da festa de São João. Vale ressaltar, que a grandiosidade da festa, é variável para cada um desses centros.

Tabela 3: Estado da Bahia: principais cidades segundo as festas de São João e sua posição hierárquica na rede urbana

Cidade	Classificação	Nível Hierárquico	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
Amargosa	Centro Local	6	23.505	10.049	33.554
Barreiras	Pólo Regional	3	115.913	13.588	129.501
Cachoeira	Centro Local	6	16.426	15.826	32.252
Caravelas	Núcleo	7	11.583	9.567	21.150
Coribe	Núcleo	7	5.611	8.944	14.555
Cruz das Almas	Pólo Sub-regional	4	46.121	8.706	54.827
Ibicuí	Núcleo	7	11.712	4.065	15.777
Ilhéus	Pólo Regional	3			220.144
Ipiaú	Centro Local	6	37.970	4.591	42.561
Itagimirim	Núcleo	7	5.680	1.369	7.049
Itaparica	Núcleo	7			19.897
Itiruçu	Núcleo	7	11.602	4.162	15.764
Jaguaquara	Núcleo	7	36.585	10.056	46.641
Jaguarari	Núcleo	7	14.930	14.167	29.097
Jequié	Pólo Sub-regional	4	133.884	12.080	145.964
Jeremoabo	Núcleo	7	16.810	20.621	37.431
Juazeiro	Pólo Regional	3			230.538

[2] Em especial o site http://www.saojoaobahia.com.br/

Cidade	Classificação	Nível Hierárquico	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
Lençóis	Núcleo	7	7.324	2.293	9.617
Maragogipe	Núcleo	7	22.516	19.563	42.079
Monte Santo	Núcleo	7	8.218	44.031	52.249
Mucuge	Núcleo	7	4.119	10.012	14.131
Paulo Afonso	Pólo Sub-regional	4	87.411	14.541	101.952
Piatã	Núcleo	7	7.217	10.868	18.085
Piritiba	Núcleo	7	15.136	9.053	24.189
Rio de Contas	Núcleo	7	6.003	7.444	13.447
Santo Antônio de Jesus	Pólo Sub-regional	4	73.312	10.944	84.256
São Francisco do Conde	Núcleo	7	23.930	5.899	29.829
Senhor do Bonfim	Pólo Local	5	55.293	17.218	72.511
Uauá	Núcleo	7	10.074	14.588	24.662

Fonte: CASTRO (2008) / site: www.visiteabahia.com.br / Contagem Populacional (IBGE, 2007) / VERTRAG (2010)

Em se tratando da centralidade verifica-se que em torno de 62% dessas cidades são classificadas como Núcleos, muitas das quais sem qualquer concentração de funções urbanas. Dentre essas cidades, quase 39% apresentam a população rural maior que a urbana. Isso pode indicar que apesar da festa transformar-se em algo de consumo, o espaço no qual ela se realiza ainda mantém uma vinculação, mesmo que mínima, com a originalidade do evento, ou seja, a “festa do interior”. Esse interior aqui é tido não como o local longe da grande cidade, mas aquele que ainda mantém fortes ligações com o tradicional e o rural.

Essa constatação advém do fato de que grande parte das cidades que apresenta relevância no contexto das festas de São João, identificadas na Tabela 3, está relativamente próxima aos grandes centros. Como pode ser observado na Figura 9, as cidades nas quais se localizam os principais festejos juninos estão próximas àquelas de maior centralidade na rede urbana. Assim, tem-se as festas próximas à Salvador, Feira de Santana, Seabra, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Paulo Afonso. Ressalta-se que as duas últimas também têm festas juninas regionalmente relevantes.

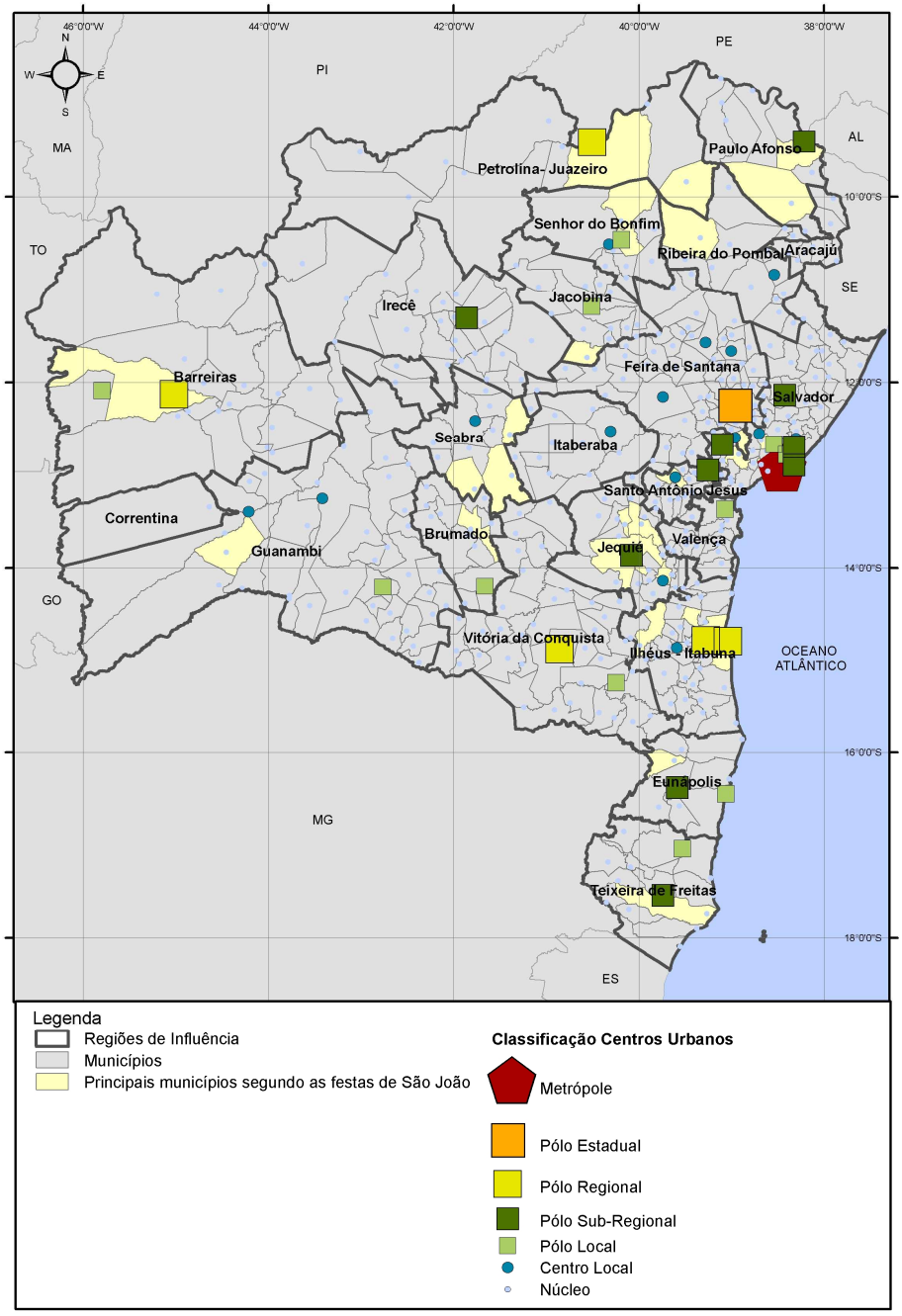
Isso demonstra dois pontos importantes. O primeiro é a facilidade de deslocamento da população dos grandes centros para participar desses festejos. Uma festa realizada em uma cidade muito distante dos grandes centros seria inviável, afinal, seriam poucas as pessoas que se deslocariam muitos quilômetros para “passar o São João”. Uma festa assim teria uma importância apenas local ou micro-regional. Porém, quando uma festa ocorre a uma distância possível de ser percorrida em poucas horas, o fluxo de participantes é muito maior.

O segundo ponto diz respeito ao custo. Como mais da metade desses lugares é classificado como Núcleo, a infraestrutura necessária à festa não é obtida no próprio local, ou seja, a realização de eventos de grande porte requer serviços especializados e grande volume de produtos comercializáveis, os quais geralmente não existem em pequenas cidades. Dessa forma, grande parte da infraestrutura é obtida em centros maiores. Uma grande distância elevaria sobremaneira os custos dos produtos e serviços, e, portanto, da própria festa. Vale lembrar que tais festas, como citado anteriormente, tornaram-se um espaço de consumo e, portanto, são cada vez mais racionalizadas.

Em relação aos centros de maior hierarquia, a necessidade de proximidade com grandes cidades é menor, pois grande parte ou a totalidade da infraestrutura necessária à

festa é obtida no próprio lugar. Como exemplo, tem-se a cidade de Barreiras (Pólo Regional), que, dada a disponibilidade de serviços e produtos, não precisa estar próxima a cidades como Salvador ou Feira de Santana para realizar uma grande festa de São João. Além disso, o fluxo de participantes decorre do próprio município ou daqueles vizinhos, sobre os quais já exerce grande influência.

Figura 9: Localização das principais festas de São João, no Estado da Bahia.



Fonte: CASTRO (2008) / site: www.visiteabahia.com.br / VERTRAG (2010)

A partir da Figura 9 também é possível verificar que as principais festas juninas, apesar da dispersão maior que a do carnaval, reúnem-se em algumas áreas de concentração espacial, dentre as quais podem ser destacadas: norte/nordeste, centro e o arco leste/oeste/leste (com início na RMS e término em Ilhéus). São para essas áreas que,

no mês de junho, convergem os maiores fluxos de pessoas, mercadorias e serviços relativos às festas de São João.

Isso demonstra que tais cidades, principalmente os Núcleos, são regionalmente importantes em apenas um breve período do ano, ou seja, com exceção do mês de junho, os fluxos não mais se destinam a essas cidades, pelo contrário, têm origem nesses centros e dirigem-se às grandes cidades, com maiores ofertas de bens e serviços.

Portanto, a festa de São João, apesar de toda a sua importância econômica para muitos municípios no mês de junho, não consegue alavancar, por si só, outras formas de desenvolvimento e extrapolá-las para além desse período. Como exemplo, tem-se a cidade de Cachoeira que, desde a década de 1970, apresenta uma das maiores festas do Estado da Bahia, mas que até o momento configura-se como um Centro Local.

Nesse sentido, pode-se atribuir a existência de uma rede urbana sazonal e flutuante em função das festas juninas. Porém, essa rede não consegue estabelecer-se e consolidar a relevância dos seus centros em outros âmbitos, além daquele das festas de São João.

b) Religião/religiosidade

A religião e a religiosidade são relevantes na vida da população baiana e isso acaba repercutindo em fluxos de pessoas, mercadorias e serviços para determinados lugares, considerados valorosos, religiosamente. A busca por santuários, romarias, peregrinações e festas religiosas demonstra a importância da religião e religiosidade no cotidiano da população baiana.

Vale ressaltar que, devido a essa importância, recentemente, o Estado da Bahia foi incluído no roteiro oficial da agência de viagens da Igreja Católica, a Ópera Romana Peregrinações. Os roteiros detalhados estão sendo discutidos com o Vaticano, mas pode-se afirmar que além das igrejas existentes em Salvador, o itinerário irá englobar a romaria à cidade de Bom Jesus da Lapa. A inserção da Bahia nesse roteiro irá aumentar, consideravelmente, o fluxo de turistas, especialmente estrangeiros[3].

O aumento poderá refletir diretamente na reestruturação dos serviços relacionados a esse tipo de turismo, especialmente nas cidades que integram o roteiro. A necessidade de qualificação de mão-de-obra, abertura de hotéis e restaurantes e a venda de produtos religiosos, demandarão maiores investimentos pelas municipalidades e pelo Estado. Uma vez que essa infraestrutura de turismo seja instalada poderá mudar a posição da cidade na rede urbana, dotando-a de maior relevância.

Um exemplo atual da importância da religião e religiosidade no desenvolvimento econômico de uma cidade é o de Bom Jesus da Lapa. Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo, o comércio de produtos religiosos movimenta R$ 8.000.000,00, todos os anos. A cidade conta também com 5 mil leitos em 200 estabelecimentos. A venda de souvenires como imagens sacras, camisetas, velas, crucifixos, canecas e chapéus representa uma boa parte da receita do município[4]. É necessário ressaltar que a romaria ao Santuário de Bom Jesus da Lapa (Morro do Bom Jesus) é a terceira maior do Brasil e atrai, anualmente, em torno de 700 mil fiéis.

Além de Bom Jesus da Lapa, o Estado da Bahia conta com outros lugares de peregrinação e romaria, como pode ser visualizado na Tabela 4.

[3] http://www.setur.ba.gov.br/2010/09/17/vaticano-inclui-a-bahia-nos-roteiros-oficiais-de-turismo-religioso/

4 http://www.bahia.com.br/destaque/6199

Tabela 4: Estado da Bahia: principais cidades segundo o fluxo de pessoas devido à religião/religiosidade e sua posição hierárquica na rede urbana

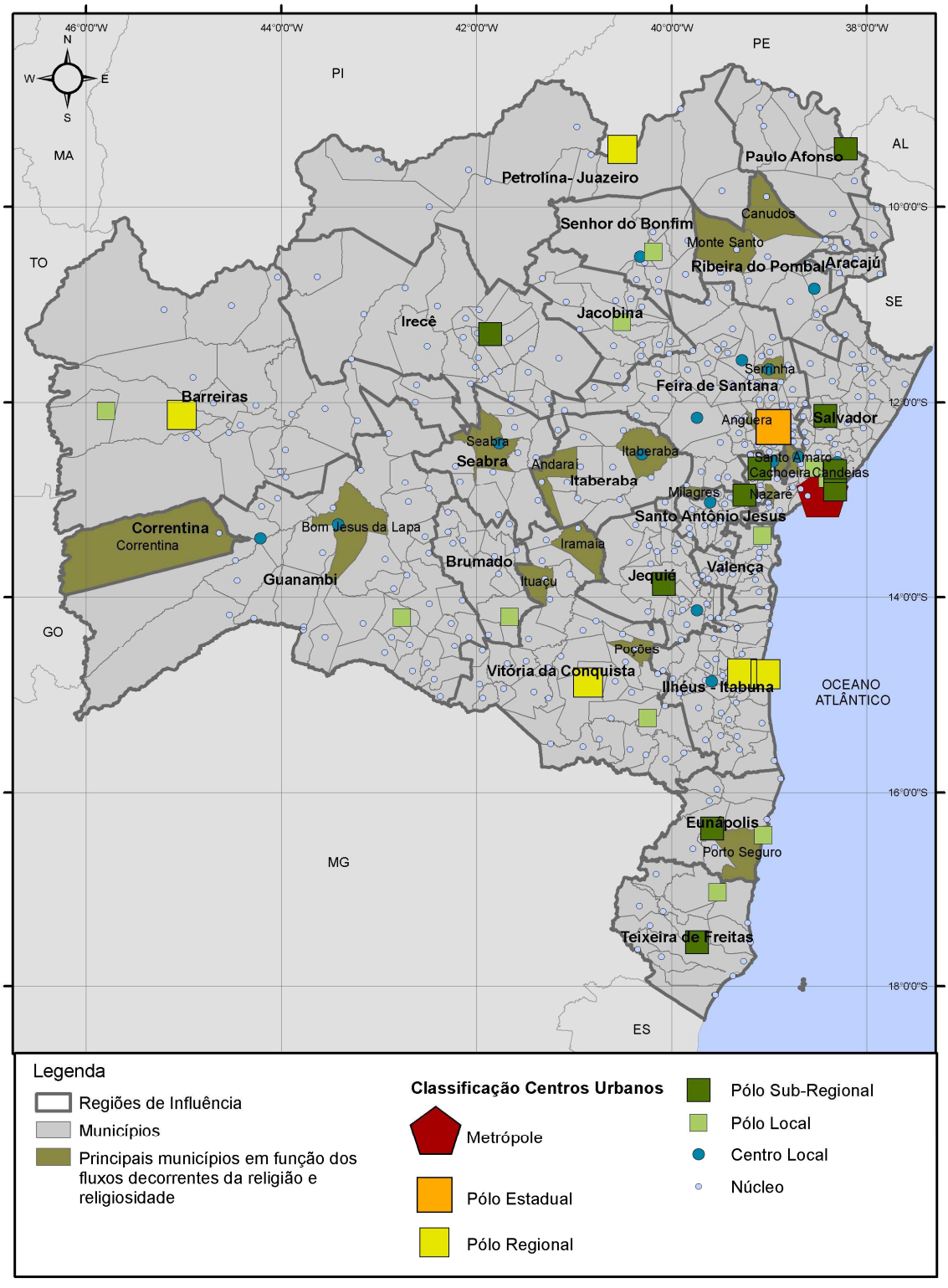
Cidade	Tipo	Classificação	Nível hierárquico	População Urbana	População Rural	População Total
Andaraí	Festa do Divino	Núcleo	7	7 670	6 418	14 088
Anguera	Romaria	Núcleo	7	4 104	5 419	9 523
Bom Jesus da Lapa	Peregrinação - Romaria	Centro Local	6	41 705	20 494	62 199
Cachoeira	Festa da Boa Morte	Centro Local	6	16 426	15 826	32 252
Candeias	Romaria	Pólo Local	5	71 665	6 953	78 618
Canudos	Romaria	Núcleo	7	7 640	7 016	14 656
Correntina	Bandeira do Divino	Núcleo	7	12 370	19 288	31 658
Iramaia	Romaria	Núcleo	7	7 570	7 564	15 134
Itaberaba	Romaria	Centro Local	6	45 845	13 548	59 393
Ituaçu	Romaria	Núcleo	7	5 832	12 107	17 939
Milagres	Romaria	Núcleo	7	9 573	2 198	11 771
Monte Santo	Romaria (Via *Crucis*)	Núcleo	7	8 218	44 031	52 249
Nazaré	Procissão *Corpus Christi*	Núcleo	7	23 224	3 282	26 506
Poções	Festa do Divino	Núcleo	7	32 623	12 136	44 759
Porto Seguro	Romaria	Pólo Local	5	95 814	18 645	114 459
Santo Amaro	Romaria	Centro Local	6	43 461	14 567	58 028
Seabra	Folia de Reis	Centro Local	6	18 642	21 901	40 543
Serrinha	Procissão do Fogaréu	Centro Local	6	44 166	27 217	71 383

Fonte: Sites: www.bahia.com.br, www.visiteabahia.com.br, http://bahia3000.hpg.com.br, http://www.atarde.com.br, http://www.uneb.br / VERTRAG (2010)

A Tabela 4 demonstra que as cidades de destino religioso são, em sua maioria, classificadas como Núcleos e Centros Locais, que representam respectivamente, 55,5% e 33,3%. Os Pólos Locais representam apenas 11,1%. Como pode ser observado, não há cidades classificadas nos substratos superiores da hierarquia urbana[5]. Em se tratando da população, os estratos encontram-se distribuídos da seguinte maneira: 33,3% até 20 mil habitantes; 27,7% entre 20 e 50 mil habitantes; e 38,8% entre 50 e 79 mil habitantes. Outro aspecto relevante na caracterização dessas cidades é o grande contingente de população rural. Dentre essas cidades, 5 apresentam a população urbana inferior à rural e 2, com valores muito próximos.

[5] Caso a cidade de Salvador fosse incluída se teria uma metrópole no rol das principais cidades de destino do turismo religioso. Além do catolicismo essa cidade destaca-se também em função do grande número de adeptos do candomblé. Como já citado anteriormente, Salvador não está incluída em decorrência de sua irrefutável relevância nos contextos religiosos estadual, nacional e internacional.

Figura 10: Estado da Bahia: localização das principais municípios, em função dos fluxos decorrentes da religião e religiosidade



Fonte: Sites: www.bahia.com.br, www.visiteabahia.com.br, http://bahia3000.hpg.com.br, http://www.atarde.com.br, http://www.uneb.br, http://arraialdajudasantuario.blogspot.com/ VERTRAG (2010)

Isso decorre em parte do fato de que, alguns dos lugares de romaria, encontram-se localizados na área rural dos municípios, como é o caso de Anguera e Ituaçu, por exemplo. Além disso, destaca-se que algumas formas específicas de religiosidade estão relacionadas diretamente a modos de vida mais tradicionais, existentes em cidades menores. Determinadas manifestações religiosas não fariam sentido em um grande centro, como Salvador[6].

A Figura 10 evidencia a espacialização dessas cidades. Como pode ser observado, as cidades encontram-se distribuídas no território baiano, com exceção da área a norte/noroeste onde não há ocorrência. Na área central, vários dos municípios são de fundação bastante antiga, o que pode explicar a existência de práticas religiosas tradicionais. Para se ter uma ideia, dos 18 municípios levantados, 72% foram criados anteriormente ao século XX.

Considerando as suas características, pode-se dizer que a importância dos mesmos na rede urbana ainda é pequena. Algumas exceções podem ser destacadas, como Bom Jesus da Lapa, Centro Local. No entanto, dada as características de tais manifestações, somado à localização e à caracterização desses lugares, pode-se inferir que, com raras exceções[7], a tendência é que essas cidades permaneçam na mesma hierarquia na rede urbana atual. O turismo que ocorre nelas não é aquele que demanda infraestrutura complexa, no qual são necessários serviços especializados, hotéis de luxo e restaurantes sofisticados. O turismo realizado nesses lugares, pautado na religiosidade, é baseado em outra lógica do que aquela do grande capital.

3.4.2 Fixos e fluxos relacionados às redes de apoio ou ação política

As redes de apoio e/ou ação política se caracterizam, em sua maior parte, por estimular e reforçar o protagonismo e autonomia das populações menos favorecidas. Esses grupos atuam junto aos movimentos sociais, à população rural, aos ribeirinhos, etc. No Estado da Bahia, dentre as várias redes de apoio e/ou ação política, podem ser destacados: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas Brasil, a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

A importância dessas redes se materializa nas transformações observadas no cotidiano das populações nas quais houve o apoio e a ação. Um exemplo bastante elucidativo é citado por Magalhães e Abramovay (2007). De acordo com esses autores, no território do sisal[8], a ação das comunidades eclesiais de base promoveu uma forte mudança cultural, com impacto na organização econômica da população local. Com a introdução da racionalização econômica, os agricultores familiares passaram a compreender melhor o funcionamento do mercado e, assim, ter subsídios para gerir melhor os recursos, promover o aumento do uso do dinheiro e poupar. Surgiu no sertão baiano, o que os autores chamam de um mercado de microfinanças, inexistente até a ação dessas comunidades eclesiais de base.

A relevância dessas redes, no Estado da Bahia, também é decorrente do grande contingente de população rural existente, em torno de 32% do total. Acrescenta-se a isso, o

[6] Um exemplo bastante elucidativo é o da localidade de Morro Redondo, na zona rural de Seabra. Segundo Castro (2008), nessa localidade no período junino é realizada uma procissão com a imagem de São João Batista de uma igreja local para uma fonte, na qual lavam a imagem do Santo e os olhos dos fiéis. Essa prática é uma promessa da comunidade para que a fonte nunca seque.

[7] Como citado anteriormente, mudanças poderão ser observadas nas cidades que passarão a integrar o roteiro do Vaticano.

[8] O território do sisal compreende 27 municípios, nas microrregiões Nordeste, Piemonte da Diamantina e Paraguaçu, no Estado da Bahia.

fato dos municípios com menos de 20 mil habitantes concentrarem em torno de 60% da população do Estado. Ou seja, a existência de tais redes tende a fortalecer as iniciativas locais, muitas vezes inviabilizadas pela falta de apoio e meios necessários. A ação e apoio em municípios pequenos, seja na área rural ou urbana, tende a viabilizar projetos e, assim, promover soluções locais de desenvolvimento social e econômico.

Dentre os vários projetos desenvolvidos pelas redes de apoio e/ou ação social citados anteriormente, serão descritos os que mais se destacam no contexto baiano. Ressalta-se que muitas dessas ações ocorrem no meio rural, no entanto, dada a intensa relação entre campo e cidade, em centros pequenos, as mesmas são uma forma de fortalecimento da base local. O aproveitamento das características locais favorece a diminuição da busca de serviços e produtos mais simples em outros lugares.

a) A Comissão Pastoral da Terra – CPT[9]

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, Regional Bahia, foi fundada em 1976, alguns meses depois do nascimento da CPT nacional. É um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz.

A CPT Bahia estrutura seus eixos de ação em torno dos principais desafios enfrentados pelas comunidades do campo, quais sejam: a luta pela terra, as comunidades tradicionais, a agroecologia, o projeto São Francisco e o combate ao trabalho escravo. Procura conhecer as reinvidicações dos agricultores e, a partir disso, realizar um trabalho de base que dê subsídios para ampliar a compreensão sobre a realidade, indicando perspectivas para a população atendida.

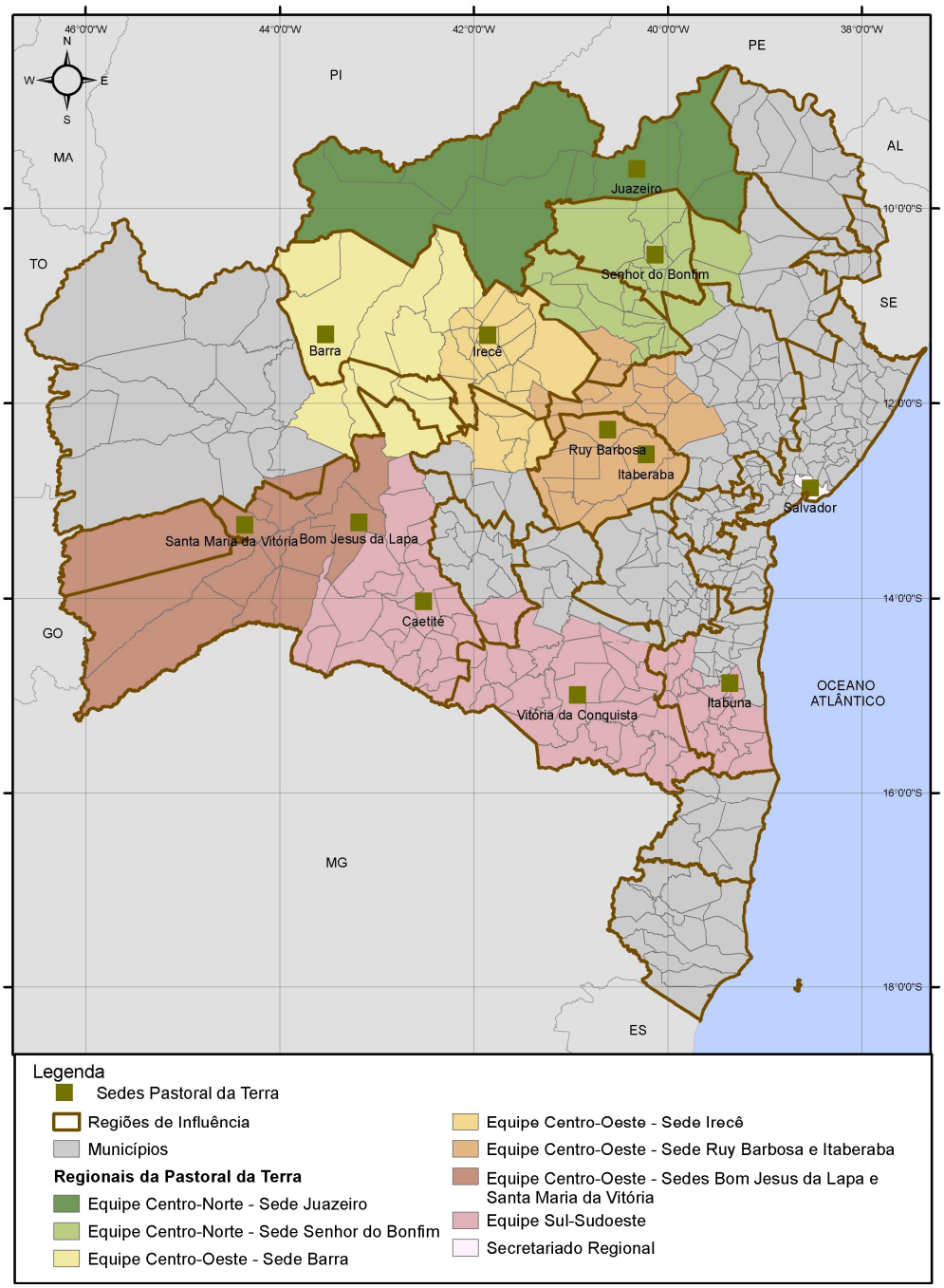
O trabalho da CPT Bahia divide-se em 7 regiões, sendo: Juazeiro, Senhor do Bonfim, Barra, Irecê, Ruy Barbosa, Bom Jesus da Lapa e Sul/Sudoeste da Bahia (Caetité, Vitória da Conquista e Itabuna). Essas regiões englobam em torno de 100 municípios baianos (Figura 11) e contam com três equipes sub-regionais (centro-norte, centro-oeste e sul-sudoeste) e um Secretariado Regional que, juntos, desenvolvem um serviço de assessoria, acompanhamento e mobilização das comunidades nos municípios em que atua.

As ações desenvolvidas recebem o apoio de várias entidades distribuídas na Bahia, no Brasil e no mundo. Essas redes envolvem países tais como Alemanha (4 instituições), Áustria (5 instituições), Espanha (3), Inglaterra (1), Itália (1) e Suíça (1). Na escala estadual, as redes se conformam com instituições localizadas em Salvador, Juazeiro, Ibotirama e Barreiras. Assim, apesar dos escritórios da CPT Bahia estarem localizados em lugares específicos do território baiano, suas ações e apoios à população rural encontram-se vinculadas a vários outros pontos, extrapolando a escala regional.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, dada a abrangência da CPT Bahia no estado e as várias conexões existentes com outras cidades e países, essa instituição tem um papel de grande importância na estruturação de competências locais. A tentativa de resolução das principais problemáticas agrárias pode contribuir para a permanência da população no campo e através de um possível intercâmbio entre o rural e o urbano, fortalecer um desenvolvimento endógeno, pautado em outra racionalidade, além daquela da grande agropecuária de grande escala.

9 As informações encontradas neste tópico foram extraídas do site: http://www.cptba.org.br/

Figura 11: Localização dos escritórios da CPT Bahia



Fonte: www.cptba.org.br

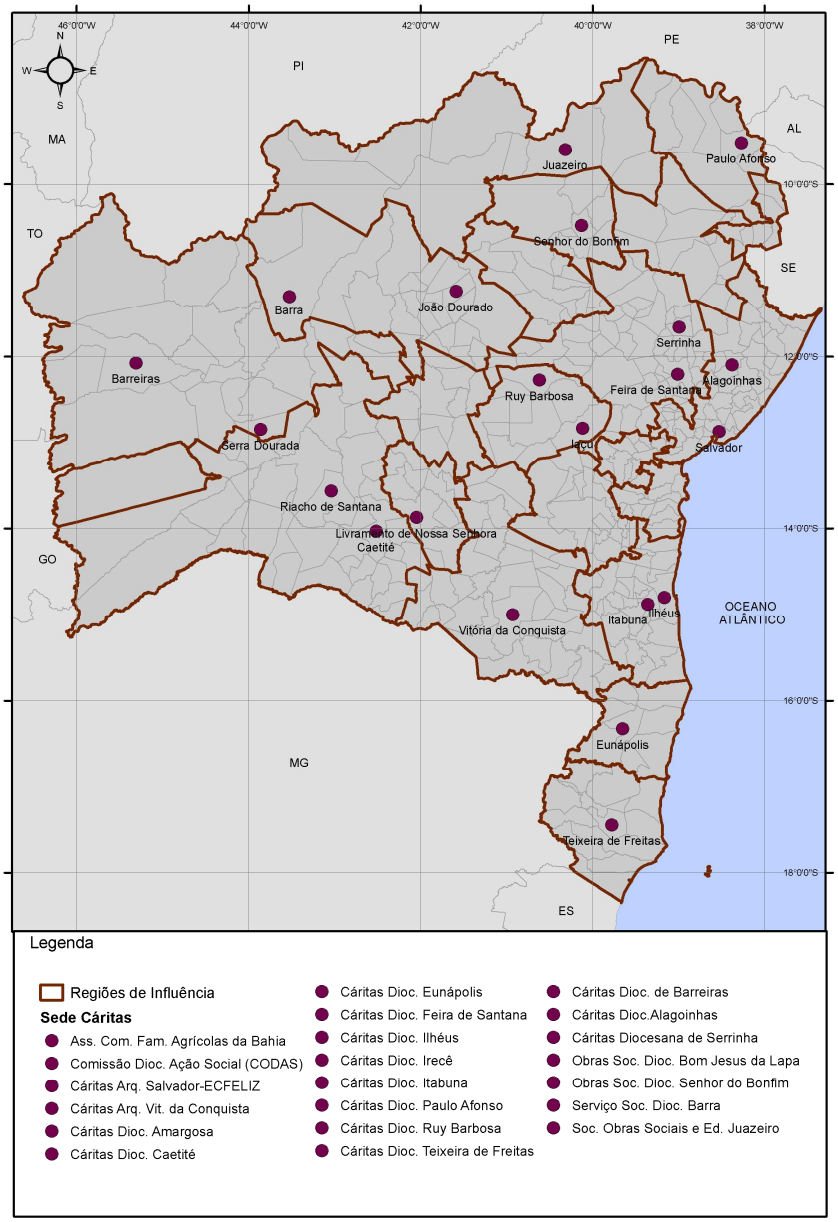
b) Cáritas[10]

A Cáritas Brasileira está vinculada à Rede *Caritas Internationalis* da Igreja Católica, com sede em Roma, composta por 162 organizações e presente em 200 países. No Brasil é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atuando na defesa e promoção dos direitos da população em situação de exclusão social e no controle social de políticas

[10] As informações aqui descritas foram obtidas no site http://www.caritas.org.br/index.php

públicas. Está organizada em 10 regionais no Brasil, entre elas a Nordeste III (BA, SE) que, no Estado da Bahia, possui 21 sedes, entre dioceses e arquidioceses (Figura 12).

Figura 12: Localização das sedes Cáritas no Estado da Bahia



Fonte: www.cptba.org.br

Dentre as várias linhas de ação e apoio social desenvolvidas pela Cáritas, uma destaca-se no contexto baiano, relativa à economia popular solidária. Com o objetivo de apoiar pequenos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou, em 1981, os Fundos Solidários. A intenção era disponibilizar auxílio técnico e financeiro às propostas de desenvolvimento local em diversas regiões do país – elaboradas pelas próprias comunidades. Os PACs foram o início do que hoje é denominada de economia popular solidária.

Desde o início do desenvolvimento dos PACs, a Cáritas tem apoiado grupos (associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas) por meio de projetos social-organizativos ou econômico-produtivos, baseados na auto-gestão do trabalho. Na Bahia, destacam-se os projetos desenvolvidos em Pintadas e a cadeia produtiva Rede Bode.

c) Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)[11]

O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) foi fundado em 1967, pela Companhia de Jesus. Constitui-se como uma instituição jurídica, sem fins lucrativos. Visa contribuir para a superação da miséria e da exclusão social através da prática do fortalecimento da autonomia e do protagonismo da população assistida. O CEAS realiza um trabalho político-educativo com setores populares, buscando alcançar o público mais desassistido e os estratos da população de renda mais baixa.

Dentre as propostas de trabalho, presta assessoria direta a grupos urbanos e rurais, principalmente no âmbito dos movimentos sociais, tais como o da luta pela moradia e o da luta pela terra. Os projetos urbanos, de apoio e ação social, desenvolvem-se basicamente na cidade de Salvador, enquanto que os de caráter rural, em duas regiões no Estado da Bahia, quais sejam sul e sudoeste.

A atuação na região sul, compreendendo as sub-regiões sul e o baixo sul, deve-se ao contexto de exclusão proporcionado pela diminuição da lavoura cacaueira. E na região sudoeste, pela implantação do pólo cafeeiro na década de 1970, que mudou significativamente a dinâmica agrícola antes existente. A partir de então, verificou-se um grande incremento na população urbana, com destaque para a cidade de Vitória da Conquista.

d) Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA[12]

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA é um fórum de organizações da sociedade civil que, desde 1999, vem trabalhando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural no semi-árido brasileiro. Mais de 700 entidades fazem parte da ASA, dentre as quais podem ser citadas: igrejas católicas e evangélicas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais e ONGs de desenvolvimento e ambientalistas.

Em linhas gerais, a ASA tem por objetivo promover a conscientização sobre a importância ecológica, social e econômica do semi-árido brasileiro, buscando alternativas de desenvolvimento sustentável para a permanência e sobrevivência da população rural, residente nessa região.

Atualmente, trabalha em dois projetos principais: P1+2 e P1MC. O primeiro baseia-se na captação de água da chuva para o consumo humano e para a produção de alimentos (vegetal e animal). Esse projeto busca desenvolver tecnologias simples, baratas e eficientes, com base no conhecimento local, encontrando-se ainda na fase demonstrativa. No Estado da Bahia foram implantados 53 pontos de testes, sendo: 23 pontos envolvendo tecnologias, 20 áreas de intercâmbios e 10 pontos de sistematizações. Esses testes têm como objetivo principal a demarcação ou ampliação da área do projeto. Dentre as tecnologias desenvolvidas, sobressaem-se aquelas relativas à construção de cisternas adaptadas às roças (sistema de captação e irrigação), barragens subterrâneas (conservação da água

11 As informações foram extraídas do site http://ceas.com.br/

12 Informações extraídas do site http://www.asabrasil.org.br/

infiltrada no solo), tanque de pedra (tanques construídos em lajedos) e barreiro trincheira (tanques em que a água não se infiltra no solo).

O segundo projeto objetiva construir 1 milhão de cisternas em todo o semi-árido brasileiro, favorecendo 5 milhões de pessoas. O sistema baseia-se na captação de água da chuva, através de calhas instaladas nos telhados. Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água que, usadas adequadamente, podem durar até 8 meses. Na construção das cisternas são requisitados pedreiros da região e as próprias famílias beneficiadas, todos capacitados pelo projeto. Até o final de agosto de 2010 haviam sido construídas 294.940 cisternas. No Estado da Bahia, o projeto concluiu recentemente a construção de 60 cisternas, beneficiando famílias nos municípios de Serrinha, Nova Fátima, Ichu, Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe[13].

e) A centralidade dos escritórios regionais das instituições de apoio e ação social: CPT Bahia e Cáritas

Todas as instituições relatadas anteriormente são importantes para os projetos e estratégias de desenvolvimento com base local. O permanente contato com o cotidiano dos habitantes das zonas rurais, realizado por essas instituições permite traçar planos que visam diminuir ou erradicar muitas das problemáticas enfrentadas. O aproveitamento do saber popular e a promoção da autonomia são caminhos que têm mostrado resultados.

A ação dessas instituições encontra-se pulverizada pelo território baiano. São muitos os municípios abrangidos pelos projetos. Da mesma forma, os escritórios ou sedes encontram-se bem distribuídos pelo Estado, localizando-se nas principais cidades, principalmente quando se considera a CPT Bahia e a Cáritas (Tabela 5).

Tabela 5: Estado da Bahia: localização dos escritórios das principais instituições de apoio e ação social

Localização	Instituição	Hierarquia	Nível hierárquico	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
Alagoinhas	Cáritas	Pólo Sub-regional	4	115.832	16.893	132.725
Barra	Cáritas e CPT	Núcleo	7	21.026	26.729	47.755
Barreiras	Cáritas	Pólo Regional	3	115.913	13.588	129.501
Bom Jesus da Lapa	CPT	Centro Local	6	41.705	20.494	62.199
Caetité	Cáritas e CPT	Núcleo	7	25.907	20.285	46.192
Eunápolis	Cáritas	Pólo Sub-regional	4	87.875	6.109	93.984
Feira de Santana	Cáritas	Pólo Estadual	2			571.997
Iaçu	Cáritas	Núcleo	7	21.205	6.630	27.835
Ilhéus	Cáritas	Pólo Regional	3			220.144
Irecê	CPT	Pólo Sub-regional	4	58.036	4.640	62.676
Itaberaba	CPT	Centro Local	6	45.845	13.548	59.393
Itabuna	Cáritas e CPT	Pólo Regional	3			210.604
João Dourado	Cáritas	Núcleo	7	12.942	7.892	20.834
Juazeiro	Cáritas e CPT	Pólo Regional	3			230.538
Livramento de Nossa Senhora	Cáritas	Núcleo	7	19.031	23.115	42.146
Paulo Afonso	Cáritas	Pólo Sub-regional	4	87.411	14.541	101.952
Riacho de Santana	Cáritas	Núcleo	7	12.287	17.138	29.425
Ruy Barbosa	Cáritas e CPT	Núcleo	7	21.102	8.256	29.358
Salvador	Cáritas e CPT	Metrópole	1			2.892.625

[13] www.reporterbrasil.org.br

Localização	Instituição	Hierarquia	Nível hierárquico	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
Santa Maria da Vitória	CPT	Centro Local	6	23.154	17.417	40.571
Senhor do Bonfim	Cáritas e CPT	Pólo Local	5	55.293	17.218	72.511
Serra Dourada	Cáritas	Núcleo	-	5.777	11.645	17.422
Serrinha	Cáritas	Centro Local	6	44.166	27.217	71.383
Teixeira de Freitas	Cáritas	Pólo Sub-regional	4	110.084	8.618	118.702
Vitória da Conquista	Cáritas e CPT	Pólo Regional	3			308.204

Fonte: Sites: http://www.cptba.org.br/ ; http://www.caritas.org.br/index.php; Contagem da População (IBGE, 2007); VERTRAG (2010)

Como pode ser observado na Tabela 5, todos os centros urbanos classificados nos níveis mais elevados da rede urbana contam com um escritório da Cáritas e, em alguns casos da CPT Bahia. A atuação dessas duas instituições também é percebida nas demais hierarquias. Verifica-se que, tanto a Cáritas quanto a CPT Bahia, procuram trabalhar nos mais diversos níveis hierárquicos de cidades, desde aquelas com importância regional, até aquelas que não conseguem extrapolar sua influência para além dos seus limites. Entende-se que é uma forma de atingir as mais diversas escalas e, assim, diferentes atores.

Dos municípios em que essas duas instituições têm escritório de representação, constata-se que em torno de 52% apresentam a população rural acima de 10 mil habitantes. Dentre esses, 4 são eminentemente rurais, ou seja, a população rural é superior à urbana.

Considerando os municípios em que atua especificamente a CPT Bahia[14], excetuando-se os escritórios de representação, observa-se o predomínio daqueles com características eminentemente rurais e quantidade reduzida de habitantes. Nesse sentido, dos 98 municípios atendidos, 61 têm população total inferior a 20 mil habitantes e 55 apresentam taxas de urbanização abaixo de 50%.

Verifica-se assim, pelo exposto, que a CPT Bahia e a Cáritas buscam se localizar em cidades de expressão regional, mas com fortes ligações com o rural. Isso se explica pela necessidade de se estar próximo à área de atuação. A inserção desses escritórios tende a fortalecer centralidades, pautadas no desenvolvimento das ações sociais. Nesse sentido, uma cidade que é classificada como Núcleo, no âmbito das funções urbanas, pode apresentar uma centralidade muito mais relevante quando se considera sua inserção nas redes de apoio e ação social.

Obviamente que, em muitos casos, os efeitos benéficos de determinadas ações sociais não extrapolarão para outros âmbitos. No entanto, o ataque a problemas pontuais pode acarretar em melhoria da qualidade de vida da população envolvida.

[14] Em função da disponibilidade de dados para essa instituição.

3.4.3 Origem e destino dos principais fluxos no Estado da Bahia

Os Mapas apresentados na sequência, corroboram as análises sobre as centralidades, contudo, revelam não os fixos espaciais mas os fluxos, medidos pela dinâmica dos deslocamentos por meio das variáveis: a) transporte intermunicipal, tendo em vista seu destino e freqüência; b) deslocamentos para compras; c) origem e destino dos jornais; d) ligações aéreas; e) deslocamentos pendulares. Tais informações foram sistematizadas a partir dos dados do Regic/2007, porém, limitando-se ao mapeamento dos fluxos, sem hierarquizá-los.

Observa-se de modo inequívoco a importância de alguns centros já destacados na análise da concentração de variáveis e que revelam a dinamicidade dos centros urbanos principais da Bahia, bem como a sua Região de Influência, ou seja, os subespaços do território baiano que são diretamente influenciados por algumas cidades, com ênfase em: Salvador, Barreiras, Paulo Afonso, Itabuna, Vitória da Conquista e Porto Seguro. Exceção pode ser destacada na origem e destinos dos jornais, onde a presença de Salvador é marcante e quase que absoluta no contexto estadual.

Os fluxos de transporte (Mapa 2) são polarizados por três centos, estando apenas um deles em território baiano, notadamente Salvador, sendo os demais São Paulo e Goiânia/Brasília. Destaca-se a importância de São Paulo no âmbito dos fluxos relativos à região central da Bahia e de Goiânia/Brasília naqueles relativos ao oeste. A porção noroeste do Estado é a menos relevante nessa realidade.

Os fluxos de compra (Mapa 3) são proporcionalmente menos intensos que os das demais variáveis e pode ser explicado pela distribuição do comércio. Mesmo assim, chama atenção a polarização exercida por Goiânia/Brasília sobre a porção oeste do estado e a relativa ausência de fluxos na porção noroeste.

Os fluxos relativos ao destino dos jornais (Mapa 4) mostram o papel da mídia impressa presente em todo o território na Bahia, e o papel de Salvador nesse contexto, evidenciando sua polarização absoluta. Há que se questionar, contudo, qual é efetivamente o papel assumido pelo jornal no contexto das populações pequenas e carentes que caracterizam parte do estado ao lado do poder das grandes empresas que conseguem grande capilaridade territorial.

Os fluxos relativos às ligações aéreas (Mapa 5) corroboram a importância de poucos centros urbanos do estado, mormente, Salvador, Vitória da Conquista, Barreiras e Itabuna, embora haja destaque também para Porto Seguro, em razão dos fluxos turísticos que para lá se dirigem.

O mapa do deslocamento pendular (Mapa 6) permite esboçar algumas conclusões relevantes. Sua observação deixa claro que a maioria dos fluxos tem como origem, além de Salvador, a área central do Estado da Bahia, o que pode ser atribuído tanto ao fato de se tratar do predomínio do semi-árido, com forte tendência de expulsar população, mas também que nesse subespaço se encontram as porções menos atendidas pelos equipamentos de comércio, serviços e, sobretudo, de ensino superior, conforme evidenciado pela análise da concentração de variáveis. O principal destino é São Paulo, tanto a Região Metropolitana quanto as áreas dinâmicas do interior desse Estado.

Há que se destacar, ainda, que quando o IBGE levantou o dado sobre o movimento pendular, o fez a partir da compilação da informação acerca das pessoas que estavam fora de seu município de origem em função de dois motivos: trabalho e estudo. Pelas distâncias envolvidas nesse deslocamento, no caso em questão, ele se refere a deslocamentos de

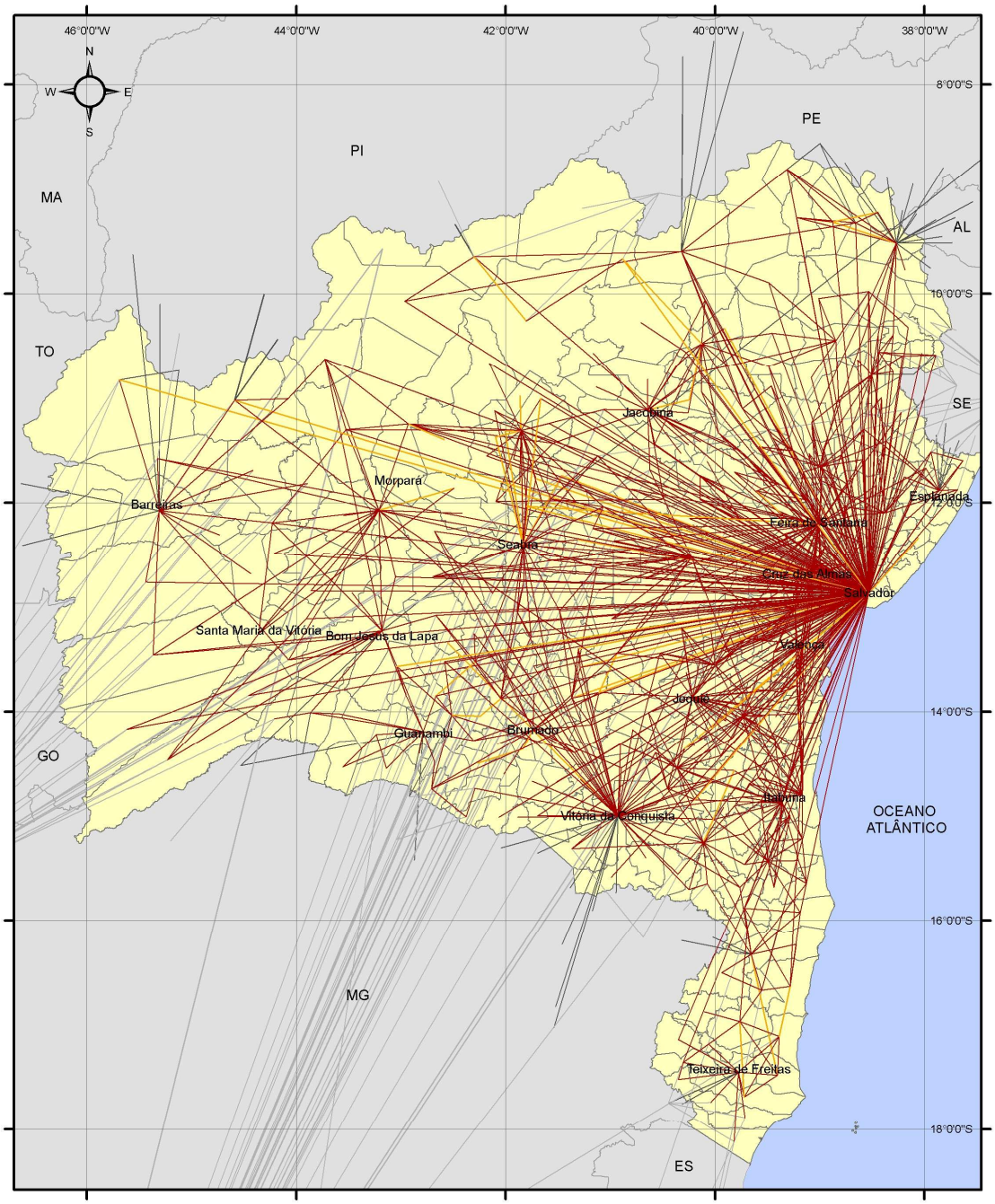
duração maior, não podendo ser confundido com aquele que ocorre no entorno das grandes cidades, cujo trajeto de ir e vir se faz num mesmo dia.

Os fluxos contribuem para afirmar certas tendências já apontadas anteriormente, sobretudo a forte relação do oeste da Bahia com Goiânia/Brasília; as importantes relações de deslocamento originadas na porção central da Bahia e tendo como destino o Estado de São Paulo; a relativa carência de fluxos das outras variáveis nas porções central e noroeste do Estado, sugerindo a necessidade de atenção das políticas públicas a essas áreas.

Observa-se que o Estado da Bahia encontra-se de certo modo dividido entre a influência forte de estados vizinhos: Pernambuco ao norte; Goiás e Distrito Federal a oeste e Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo ao sul. Em função de tal realidade, há que se ter atenção de modo a que as atividades e recursos gerados nas áreas de fronteira sejam drenados para o próprio estado, mais do que para seus vizinhos. Para tanto, é preciso fortalecer as atividades existentes ou estimular a implantação de outras.

Do mesmo modo a porção central e a noroeste do Estado foram as que mais se destacaram quanto à carência de atividades, o que deve ser adequadamente enfrentado pelo poder público estadual, na medida em que o mesmo dispõe de ferramentas capazes de reverter, ou pelo menos amenizar tal situação, por meio da implementação de políticas públicas, quando pertinentes.

Mapa 2: Fluxos de transporte intermunicipal



MAPA 03: FLUXO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

Transporte Intermunicipal
- Diário
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Municípios da Bahia

- Transporte Intermunicipal - Destino fora da Bahia
- Transporte Intermunicipal - Origem fora da Bahia

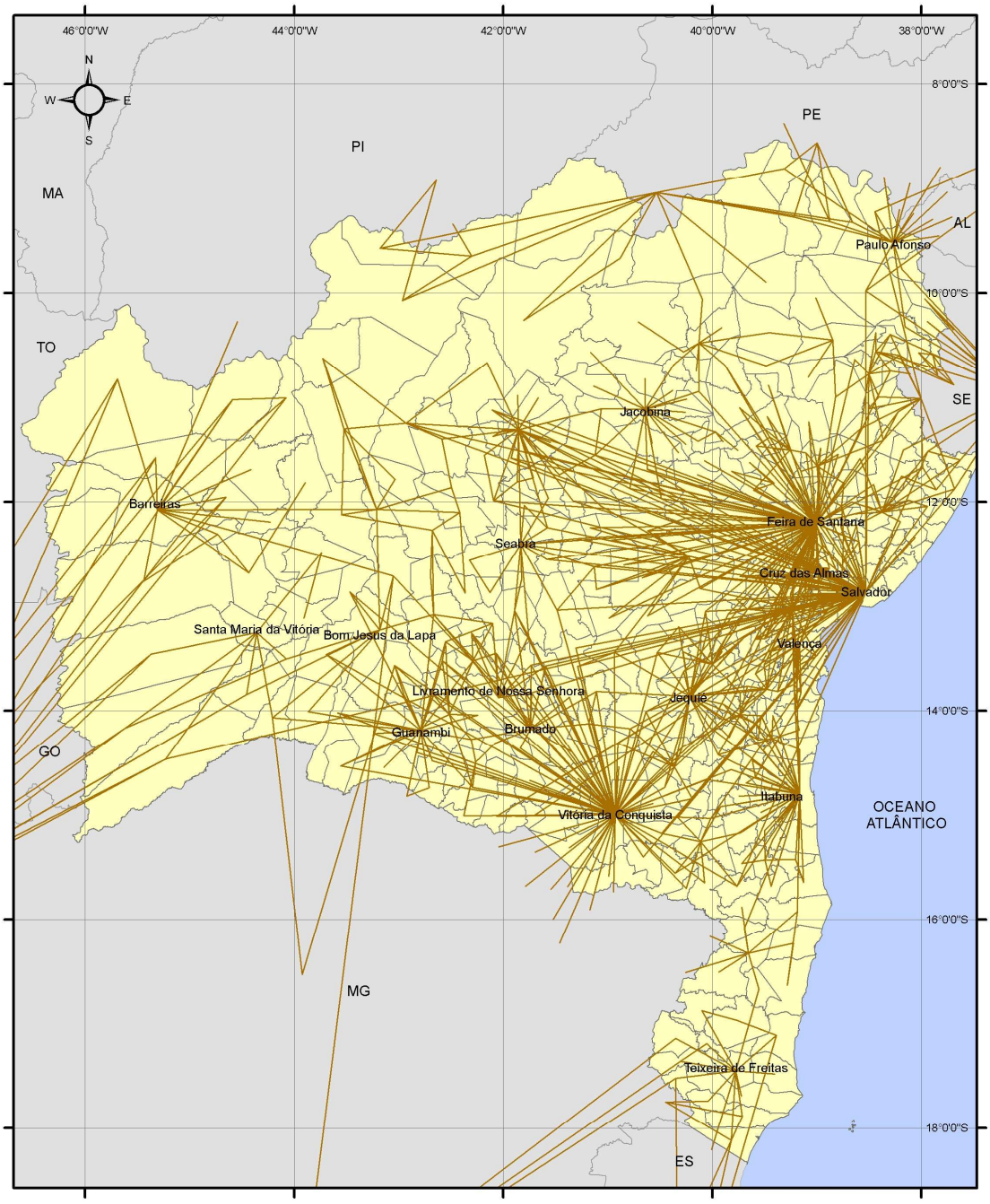
Fonte: IBGE, 2007
Organização: VERTRAG, 2010

Escala: 1:5.500.000

0 25 50 100 150 200 km

Projeção Policônica

Mapa 3: Deslocamentos para compras



MAPA 03: DESLOCAMENTO PARA COMPRAS

Deslocamento para Compras

Municípios da Bahia

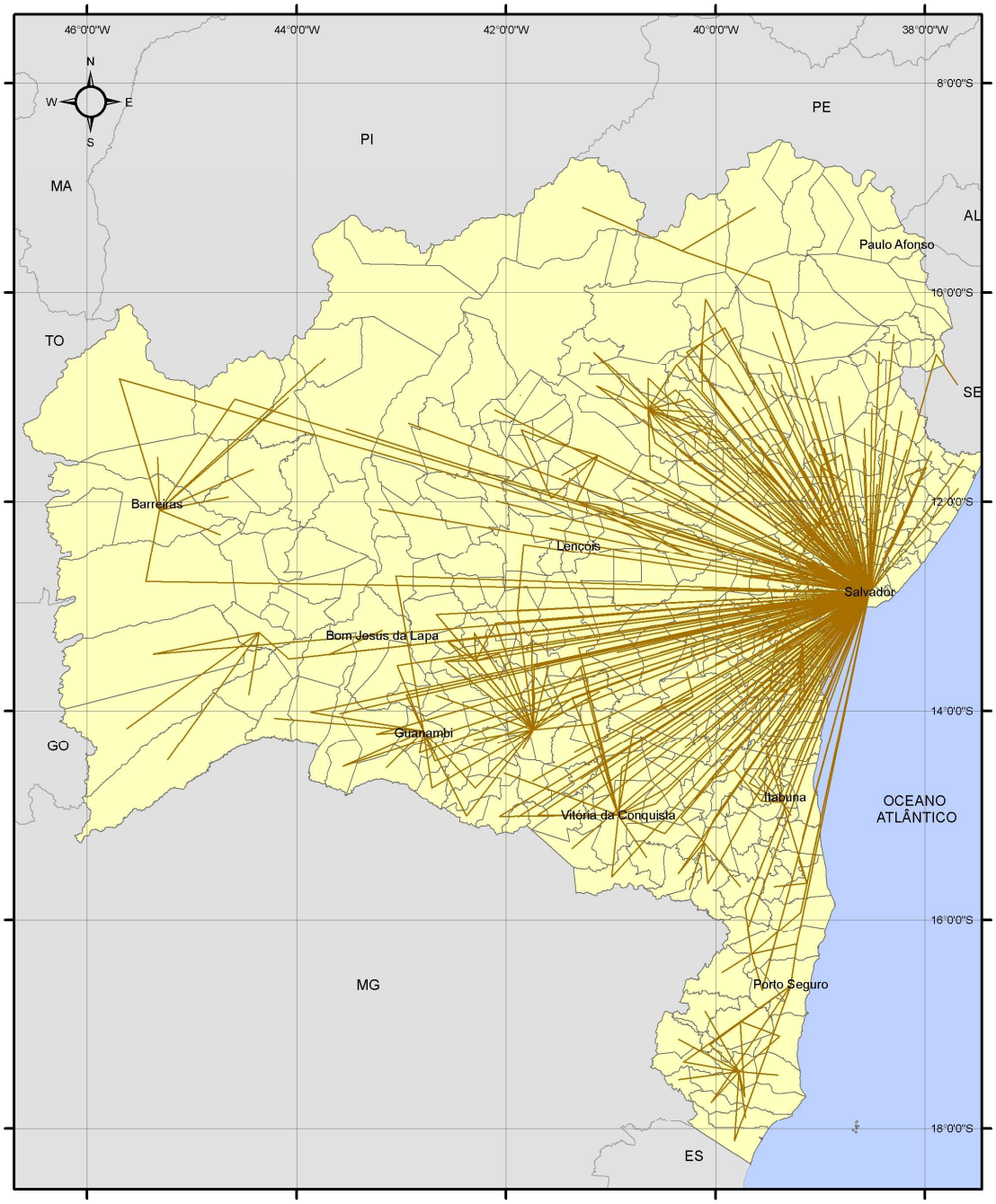
Fonte: IBGE, 2007
Organização: VERTRAG, 2010

Escala: 1:5.500.000

0 25 50 100 150 200 km

Projeção Policônica

Mapa 4: Origem e destino dos principais jornais do Estado



MAPA 04: ORIGEM E DESTINO DOS PRINCIPAIS JORNAIS DO ESTADO

Origem e Destino dos Jornais

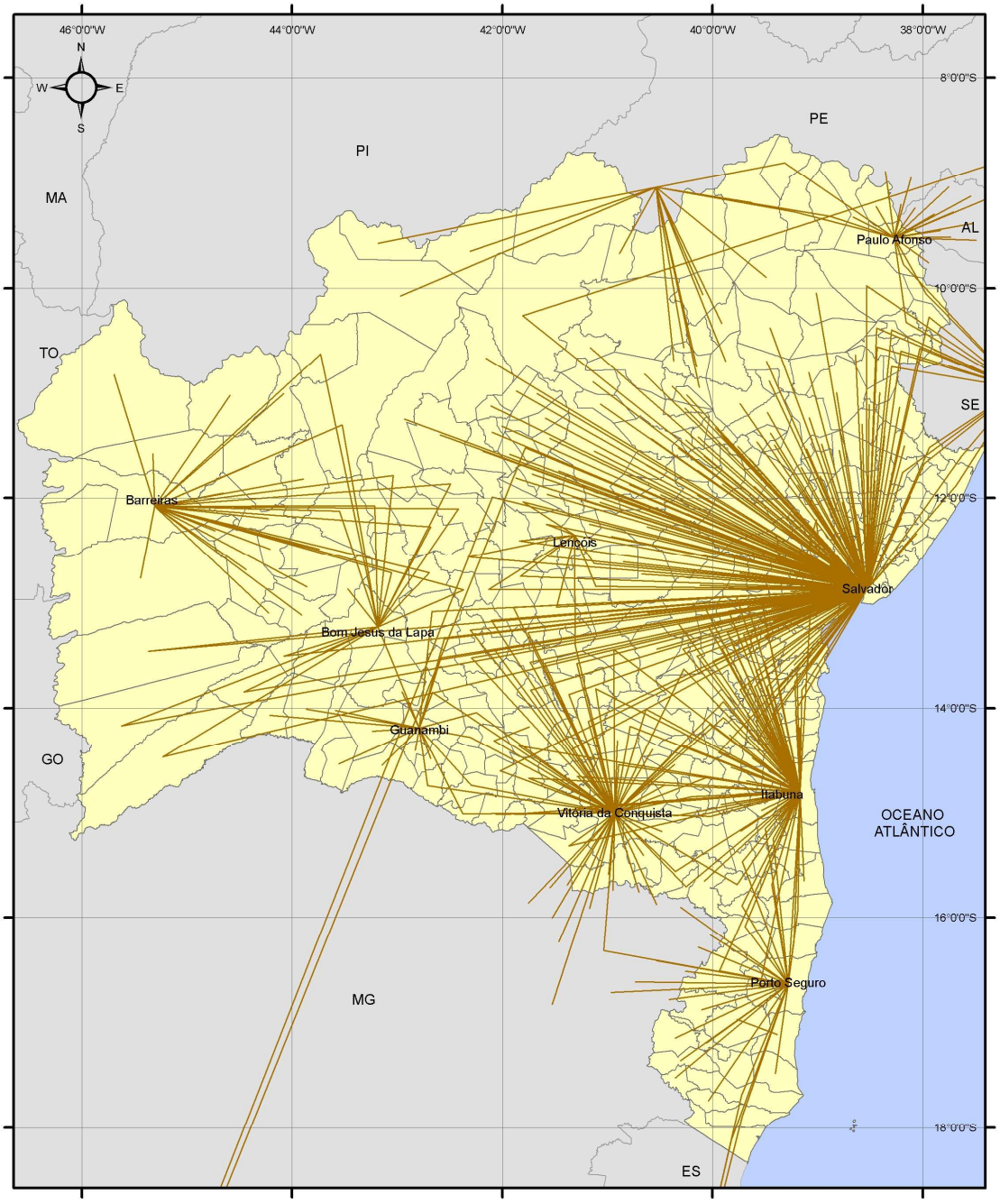
Municípios da Bahia

Fonte: IBGE, 2007
Organização: VERTRAG, 2010

Escala: 1:5.500.000
0 25 50 100 150 200
km

Projeção Policônica

Mapa 5: Fluxos das ligações aéreas



MAPA 05: FLUXOS DAS LIGAÇÕES AÉREAS

Ligações Aéreas

Municípios da Bahia

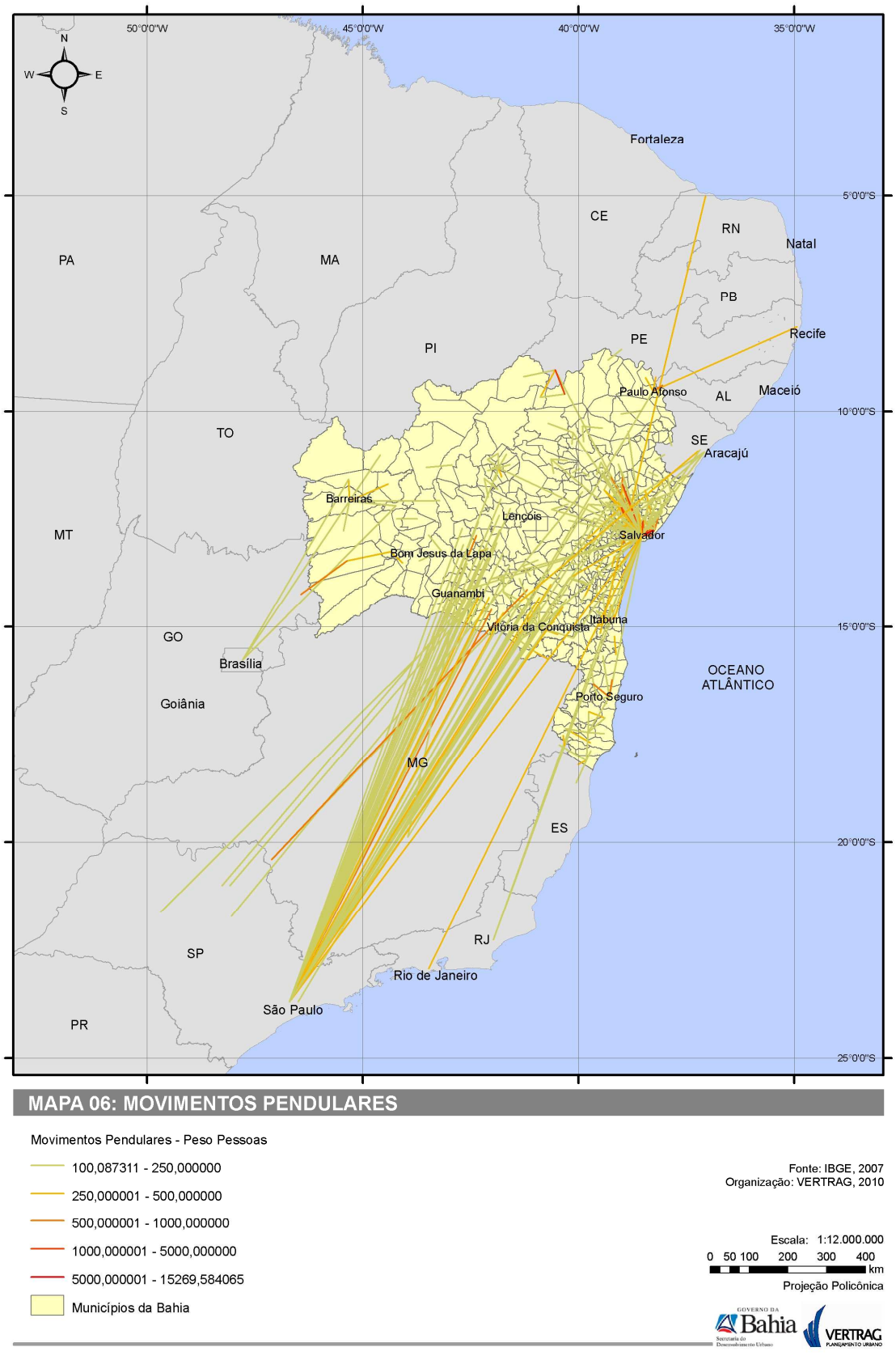
Fonte: IBGE, 2007
Organização: VERTRAG, 2010

Escala: 1:5.500.000

0 25 50 100 150 200 km

Projeção Policônica

Mapa 6: Deslocamento pendular



4 CARACTERIZAÇÃO DA REDE URBANA ESTADUAL DA BAHIA

A caracterização da rede urbana estadual consiste no diagnóstico do estudo, a seguir apresentado por intermédio das seguintes escalas de análise: internacional (subcapítulo 4.1), interestadual (subcapítulo 4.2), intraestadual (subcapítulos 4.3 e 4.4) e intrarregional (subcapítulo 4.5).

Apesar da subdivisão acima estabelecida, cabe evidenciar que o método utilizado para as análises realizadas integra, de forma sistêmica, questões relativas à rede urbana baiana e os indicadores selecionados sobre os aspectos ambientais, demográficos, socioeconômicos, da infraestrutura logística, habitação e infraestrutura urbana básica.

Com este intuito, os subcapítulos 4.1, 4.2 e 4.3 consistem na descrição da configuração da rede urbana propriamente dita nas três escalas (internacional, interestadual e intraestadual), considerando principalmente os aspectos inerentes à classificação dos centros urbanos e suas Regiões de Influência (subcapítulos 3.2 e 3.3), donde se destaca que, esta caracterização, insere novos e distintos métodos de avaliação da rede urbana, possibilitando a espacialização e identificação de pontos de fragilidade do seu desenho atual. Nesse sentido, verificam-se as características resultantes de "saltos hierárquicos" e "configurações a partir de distâncias relativas de influência dos pólos principais das RIs", as quais resguardam conceitos e definições próprias e particulares a este estudo.

Já os subcapítulos 4.4 e 4.5, analisam a rede urbana da Bahia à luz das suas configurações explicitadas nos três subcapítulos anteriores, qualificando-a interestadualmente e intrarregionalmente (22 Regiões de Influência) por intermédio dos indicadores selecionados.

O quadro a seguir foi construído com o intuito de orientar o leitor nas nomenclaturas de níveis hierárquicos utilizadas no decorrer das análises. Adotou-se uma nomenclatura cujo gradiente é numérico (1 a 7, da mais alta à mais baixa posição hierárquica), segundo a classificação de centros urbanos obtida no estudo (subcapítulo 3.2).

Quadro 3: Nomenclatura considerada para as análises em termos de posição hierárquica das centralidades urbanas da Bahia

Classificação de Centros Urbanos	Posição hierárquica	Centros Urbanos
Metrópole	1ª pos. hier.	Salvador
Pólo Estadual	2ª pos. hier.	Feira de Santanta
Pólo Regional	3ª pos. hier.	Vitória da Conquista, Barreiras, Ilhéus, Juazeiro e Itabuna.
Pólo Suregional	4ª pos. hier.	Alagoinhas, Camaçari, Jequié, Teixeira de Freitas, Cruz das Almas, Eunápolis, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso e Irecê.
Pólo Local	5ª pos. hier.	Guanambi, Luís Eduardo Magalhães, Porto Seguro, Senhor do Bonfim, Valença, Brumado, Itapetinga, Simões Filho, Candeias, Itamaraju e Jacobina.
Centro Local	6ª pos.hier	Itaberaba, Ipiaú, Bom Jesus da Lapa, Santo Amaro, Serrinha, Cachoeira, Ipirá, Amargosa, Campo Formoso, Conceição do Coité, Dias d'Ávila, Ibicaraí, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória e Seabra.
Núcleo	7ª pos. hier.	Demais municípios.

Fonte: Vertrag (2010)

4.1 A Rede Urbana da Bahia e sua Interface Internacional

Reconhece-se que a dinamicidade das relações da rede urbana de um Estado acarreta não só ligações de âmbito intraestadual, mas também, em casos de estados com centralidade e complexidade mais elevadas como a Bahia, observam-se relações interestaduais e até internacionais. O desenvolvimento de relações horizontalizadas amplia, frequentemente, a inserção de mais cidades em diversas redes (econômicas, científicas, sociais, etc.) e que repercutem direta ou indiretamente na conformação das redes urbanas nas quais estão inseridos os seus nós. Nesse caso específico, observa-se uma forte inserção na rede internacional, tendo-se como exemplo o turismo e o mercado imobiliário.

As relações internacionais entre cidades, temática mais específica do presente item, podem ocorrer de inúmeras formas, tais como pelo comércio, cooperação científica, cadeia de produção, turismo ou mercado imobiliário. Nesse sentido, a caracterização da rede urbana baiana deve contemplar os aspectos de origem internacional por se entender que, muitos processos originados em âmbito internacional, têm rebatimento na configuração da rede deste Estado. A organização da rede pode mudar quando uma cidade ganha importância em função do recebimento de determinados investimentos de origem externa. Assim, visando qualificar a rede urbana com base em elementos estrangeiros no território baiano, o presente texto destacará:

1) Redes e Regiões determinadas por mercados emissores de turismo;

2) Redes e Regiões determinadas pela internalização do capital estrangeiro em ativos imobiliários.

Essas inserções obrigam distintas atuações das políticas públicas estaduais, trazendo para seu debate e implementação novos agentes participativos: governo federal, governos estaduais vizinhos, organizações macrorregionais diversas e, o que é mais difícil, agentes privados internacionais.

4.1.1 Redes e Regiões determinadas por Mercados Emissores de Turismo

Neste item, procura-se determinar as regiões (países ou grupo de países) entendidas como mercados emissores do turismo internacional para a Bahia. Tomou-se como base o ano de 1990 por apresentar maior disponibilidade de dados, apesar das diversas fontes disponíveis para o estudo do turismo na Bahia e, relativamente completas, atualizadas e consolidadas em bancos de dados com séries históricas. Além desse diferencial, o Estado da Bahia também é objeto constante de vários estudos acadêmicos que versam sobre a internacionalização de seu turismo.

Tem-se como dados de referência nesta análise a origem do fluxo e o volume ou tamanho do mesmo, ou seja, o número de turistas que visitam o estado num determinado período. Outras informações importantes são a tendência do volume e do perfil do fluxo, o que pode indicar determinados comportamentos futuros a partir do recorte adotado, e o dado relativo à constância, ou seja, a determinação de quais redes ou regiões (países) se mostram consolidadas, distinguindo-se de recortes mais instáveis. Com isso se distinguem os mercados emissores que há muito se destacam como importantes para o turismo da Bahia, daqueles que se destacam por um curto período de tempo na composição geral de turistas a esse Estado.

Para a análise apresentada utilizou-se como principal fonte, o *Livro do Século XXI - Consolidação do Turismo: Estratégia Turística da Bahia (2003-2020)* da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, de 2005, onde pode-se vislumbrar o cenário atual e tendencial do turismo na Bahia, além de um resumo das principais iniciativas governamentais, suas alterações programáticas e uma série de regionalizações a partir da leitura do setor de turismo.

De forma complementar, utilizou-se do banco de dados da Embratur e Infraero, disponíveis em seus sites oficiais, que destaca o movimento de turistas estrangeiros nos principais aeroportos do Estado. O aeroporto de Salvador ocupa a terceira posição em movimento de passageiros no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009 (230.199 – internacionais e 4.286.328 - domésticos), após apenas dos de Guarulhos e Galeão. Já o aeroporto de Ilhéus, o único aeroporto estadual alternativo ao de Salvador para rotas internacionais, apesar de sua importante inserção no cenário turístico, registra pequeno movimento de passageiros internacionais e domésticos. Esta informação denota que Salvador configura-se como o principal destino turístico, seja de procedência doméstica ou internacional, com reduzida influência ou relação com sua região de entorno.

Apesar da concentração das entradas pelos aeroportos de Salvador e Ilhéus, pode-se ainda assim proceder-se a uma *próxis* do que seja o movimento de passageiros internacionais no Estado da Bahia como um todo e, a despeito de não se ter indicadores consolidados das rotas internas seguidas pelos turistas, é possível arriscar um panorama sobre a inserção estadual num cenário turístico mais abrangente e, empiricamente afirmar que os turistas movimentam-se basicamente na região costeira.

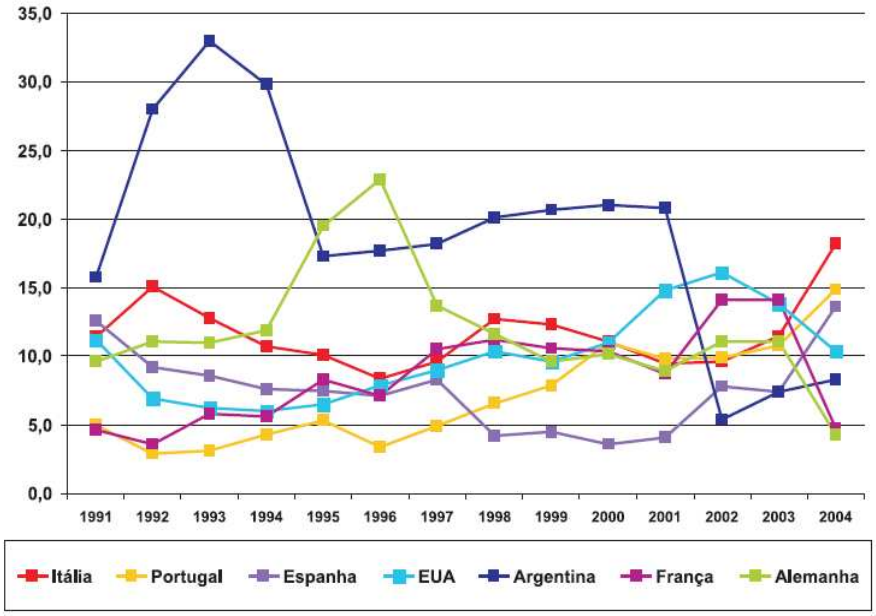
Em termos dos principais mercados internacionais emissores, a situação é heterogênea em termos de volume por estar diretamente vinculada a fenômenos internacionais e pela característica intrínseca do turismo como um setor extremamente sensível a mudanças econômicas e sociais, seja nos locais de emissão de turistas, seja nos locais de destinos finais.

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, há uma inconstância temporal ligeiramente maior no volume dos principais mercados emissores de turistas com entrada em Salvador. Porém, há uma permanência do mesmo grupo de países mais relevantes: Itália, Portugal, Espanha, Estados Unidos, França e Alemanha. A Argentina, país que também integra esse conjunto de principais emissores, sinaliza grandes alterações no gráfico, ano a ano, mas de modo geral com importância descendente. O entendimento deste cenário pode contribuir para o direcionamento geográfico e de perfil das políticas públicas e privadas de atração turística estadual.

Se for descartado o último período, 2003-2004, por apresentar tendências ainda não consolidadas, pode-se observar que destacam-se três tipologias de região de emissão de turistas para a Bahia: os de emissão estável (Itália, Espanha, Estados Unidos e França), de emissão em declínio (Argentina e Alemanha), e de emissão em ascensão (Portugal). Tem-se ainda que o único país que demonstra volume crescente na emissão de turistas – Portugal - apresenta um baixo volume absoluto deles. No outro extremo, encontram-se Argentina e Alemanha com um grande número absoluto de turistas.

Esses dados possuem importância para definição de políticas públicas (com rebatimentos no setor privado), que tenham como objetivo a dinamização do turismo estadual, indicando a formulação de estratégias diferenciadas segundo regiões específicas (países). Em termos de rebatimento dessas políticas no território, é importante notar que a área de impacto do movimento turístico, seja o de curta duração, em hotéis, seja o que implica em uma nova tipologia de produto imobiliário (segunda moradia para estrangeiros), configura uma faixa litorânea com pouca aderência a recortes definidos por polarizações e dependências, conforme observado nos estudos aqui utilizados.

Gráfico 1: Evolução do fluxo turístico internacional, segundo os principais mercados emissores, Salvador, 1991-2004



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, de 2005. Livro do Século XXI, Consolidação do Turismo: estratégia turística da Bahia, 2003-2020.

Figura 13: Regiões internacionais de emissão turística para o Estado da Bahia, 1991-2004.

Fonte: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, de 2005. Livro do Século XXI, Consolidação do Turismo: estratégia turística da Bahia, 2003-2020. Adaptado por Vertrag (2009.)

A evolução da receita turística[15] da Bahia é outro indicador que pode sinalizar ampliação ou redução geográfica dos mercados emissores, sugerindo tendências de redes e regiões ora mais domésticas ora mais globais. Mesmo se reconhecendo que estatísticas relativas ao turismo são altamente sensíveis a mudanças, estudos da Bahiatursa indicam um incremento de 115% para o mercado emissor nacional e 433% para o internacional, se tomados os valores de 1991 a 2004. Nesse mesmo período, o crescimento/incremento percentual médio foi de 6,1% para o nacional e 13,7% para o internacional. Ao se considerar esses incrementos, têm-se então valorizadas as regiões internacionais emissoras acima mencionadas.

Em termos de mercado emissor internacional, a prioridade é que se trabalhe com alguns países (regiões) selecionados com vistas a otimizar esforços. Deste modo, o que se tem hoje, fundamentado em estudos sobre o comportamento dos mercados emissores internacionais para a Bahia e, segundo pesquisas sobre Turismo Receptivo realizadas ao longo de 20 anos pela Secretaria da Cultura e Turismo - como prioridade para atuação de *marketing*, em termos de blocos por continente - apontam para os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai (Figura 13).

Se uma prioridade é otimizar esforços trabalhando-se com um grupo de países emissores de turistas, uma outra, igualmente importante, é ampliar dentro do Estado, as opções de destino, tanto para turistas estrangeiros quanto nacionais. Assim, ao se analisar as diretrizes dos principais programas de desenvolvimento turístico para o Estado, é possível observar o avanço na inclusão de cada vez mais regiões no processo, ao menos como tentativa governamental.

As primeiras tentativas formais de desenvolvimento turístico podem ser observadas desde 1953 e restritas ao município de Salvador. Em 1968, com a criação da Bahiatursa. – Empresa de Turismo da Bahia –, elabora-se o primeiro Plano de Turismo do Recôncavo. Na sequência, são desenvolvidos os planos da Baía de Todos os Santos, da orla de Salvador (estendendo-se até a Praia do Forte), de Ilhéus e de Porto Seguro e iniciam-se estudos para a implantação de um Centro de Convenções e Feiras em Salvador. O programa Caminhos da Bahia já previa, naquela época, a ampliação da rede hoteleira e de pousadas, ações de *marketing* e capacitação de recursos humanos nos municípios de Camamu, Cipó, Cachoeira, Ibotirama, Ilhéus, Itaparica, Jacobina, Juazeiro, Lençóis, Paulo Afonso, Porto Seguro, Tucano e Valença.

No início dos anos 1990, observa-se assim, o desenvolvimento de novas regiões turísticas que se formaram, incorporando municípios em direção ao Oeste do Estado, com outros potenciais que se agregaram às praias:

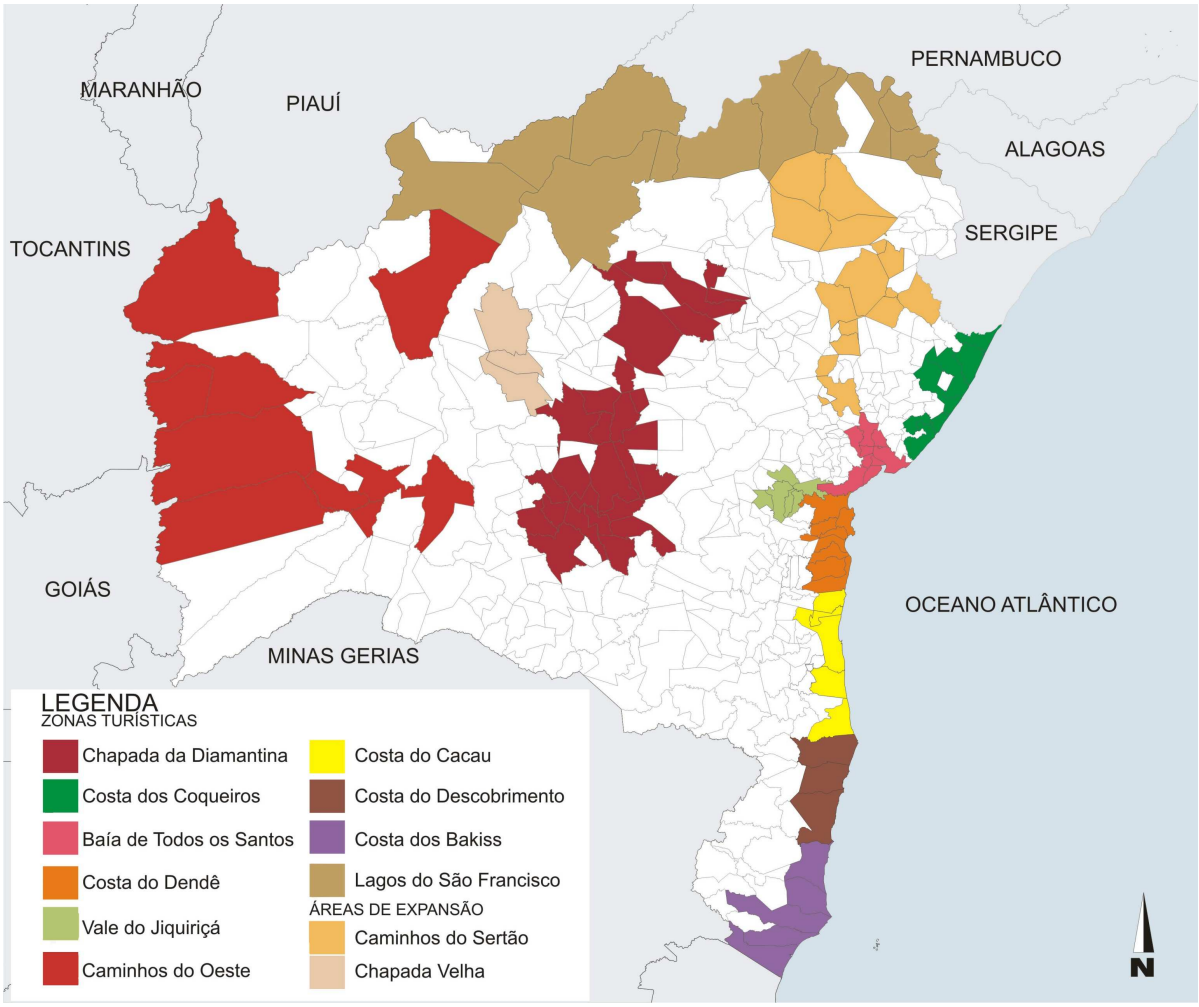
- Costa dos Coqueiros: municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas;
- Baía de Todos os Santos: municípios de Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz, Salinas da Margarida, Maragojipe, São Félix, Cachoeira, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Salvador;
- Costa do Dendê: municípios de Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú;
- Costa do Cacau: municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras;

[15] Estima-se a receita derivada do turismo no estado com base em três variáveis: o gasto médio diário *per capita* do turista nos municípios receptores, o tempo médio que este permanece no local visitado e o fluxo global. Do produto dessas três informações resulta a receita turística total.

- Costa do Descobrimento: municípios de Belmonte, Santa Cruz, Cabrália e Porto Seguro;
- Costa das Baleias: municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri;
- Chapada Diamantina: subdividida nos Circuitos do Diamante (municípios de Mucugê, Itaetê, Andaraí, Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra) e do Ouro (municípios de Rio de Contas, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Abaíra)

A implantação do Prodetur-BA chamou a atenção para a possibilidade de incorporação de outras áreas: Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Vale do Jiquiriçá e Caminhos do Sertão (Figura 14).

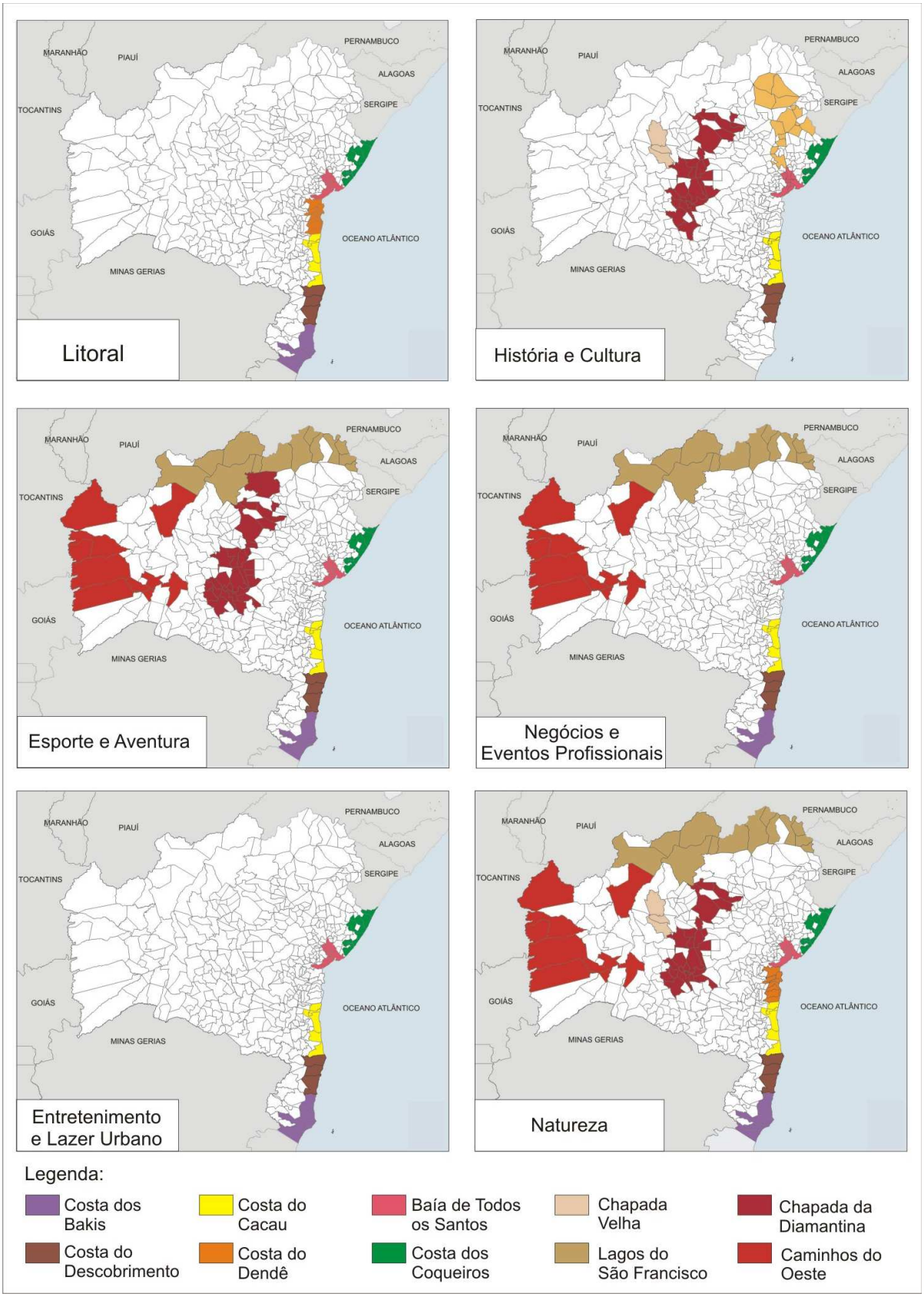
Figura 14: Regionalização das principais ações do PRODETUR-BA: 1991 e 2002



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, de 2005. Livro do Século XXI, Consolidação do Turismo: estratégia turística da Bahia, 2003-2020.

Na atual proposta para o desenvolvimento turístico no Estado, com metas até o ano de 2020, a regionalização passa a ser integradora de quase todo o território estadual, pois hoje a Bahia já conta com onze Zonas Turísticas, sendo sete consolidadas e quatro em formação. Essa regionalização pode ser visualizada na Figura 157 a seguir.

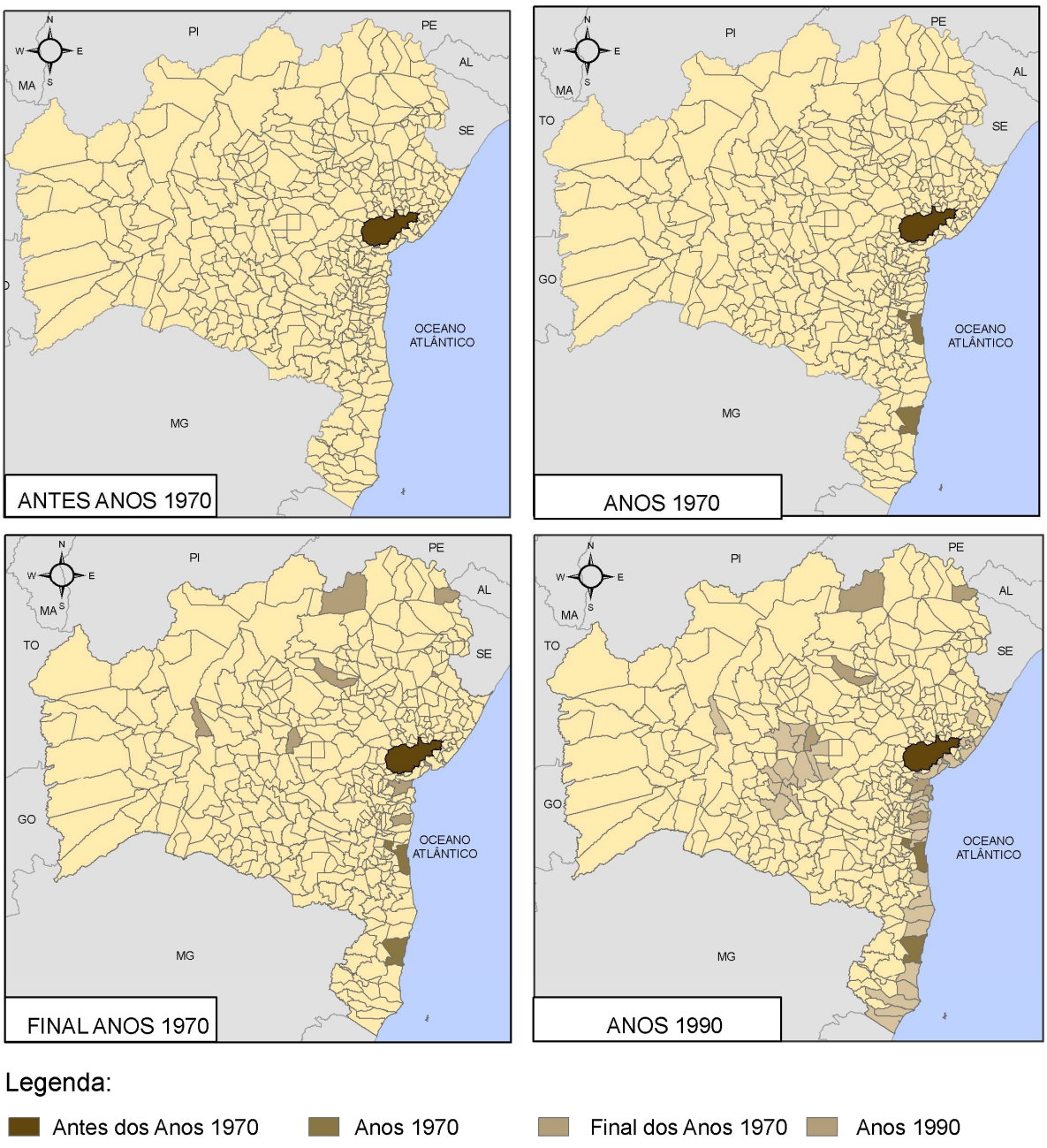
Figura 15: Segmentos prioritários por zonas turísticas da Bahia, Meta 2020



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, de 2005. Livro do Século XXI, Consolidação do Turismo: estratégia turística da Bahia, 2003-2020.

A expansão de novas regiões vem sendo inseridas, ao longo do tempo, no entendimento governamental e privado, uma vez que programas de turismo são tradicionalmente e obrigatoriamente elaborados com a parceria desse setor. A síntese dessa evolução pode ser observada na Figura 16 abaixo. Vale notar que do mesmo modo que o processo de ocupação do território se faz da costa em direção oeste, a ampliação de municípios e regiões considerados turísticos também o é. Neste sentido, valem as mesmas diferenças em termos de consolidação na prestação de serviços, no volume de turistas e, o que mais importa neste item, nas diferenças do índice de internacionalização.

Figura 16: Síntese da evolução das regiões turísticas do Estado da Bahia



Fonte: Vertrag (2009)

No entanto, apesar da existência de uma série de regiões turísticas fomentadas pelo Estado, é notória a preponderância da faixa litorânea como principal destino de turistas internacionais. Essa área, além de abranger quase todos os segmentos turísticos é, tradicionalmente, a mais divulgada e conhecida.

4.1.2 Redes e Regiões determinadas pela Internalização do Capital Estrangeiro em Ativos Imobiliários

A situação incremental que se observa no mercado imobiliário em geral e, mais especificamente, a sensível ampliação da participação do mercado internacional nesse segmento, publicizadas por várias fontes, justificam esta análise. Segundo dados da revista Exame (2007), até 2010 estavam previstos para o Nordeste brasileiro R$ 4,9 bilhões em investimentos privados internacionais que correspondem a 74% do total previsto para o Brasil. A Bahia, isoladamente, com seus 43 empreendimentos previstos (entre hotéis, *resorts*, *flats*. parques temáticos, etc.), teria 29% dos projetos no Brasil.

Pinheiro (2006) confirma este cenário indicando que, em período recente, a compra de moradia (apartamentos ou casas) por estrangeiros cresceu 200% e o aluguel de imóveis subiu 64,52%; ao contrário, o valor das diárias em hotéis e pousadas cresceu apenas 12,5%. Essa mesma situação pode ser confirmada ao se observar que, em média, no Nordeste, 47,6% dos turistas (nacionais e estrangeiros) se hospedam em hotéis ou pousadas, enquanto 53,4% já se alojam em *flats*, apartamentos, imóvel próprio ou residências de amigos. De acordo com números do Banco Central, 6,3% das entradas de divisas no Brasil, em 2006, foram destinadas à compra de imóveis (Exame, 2007). Segundo dados da Embratur, em 2001, 1,9% dos estrangeiros que se hospedaram no Brasil, o fizeram em casa própria; em 2002, esse percentual chega a aproximadamente 4%, seguindo sempre uma tendência ascendente (Negócio Imobiliário, 2009).

A situação descrita acima, na qual o Nordeste e a Bahia ganham destaque no âmbito nacional, implica, não apenas em novas dinâmicas imobiliárias, aí se incluindo a oferta de produtos para novos mercados, mas também, em um impacto ainda mais excludente no acesso à primeira moradia pelas camadas com menor poder aquisitivo do Estado da Bahia. Desnecessário dizer que tal fenômeno implica em novas demandas a uma política pública habitacional, com prioridade para as regiões mais impactadas por essa nova dinâmica imobiliária.

Nos dez últimos anos, as atividades do chamado setor imobiliário-turístico passaram, segundo Cardoso da Silva e Ferreira (2008), a desempenhar uma relevância não apenas econômica, mas também nas questões territoriais, sociais e ambientais nas áreas litorâneas do Nordeste brasileiro. Os mesmos autores atestam que esse período recente pode ser dividido em três momentos: um primeiro onde se destaca o papel das políticas públicas na implantação de infraestrutura urbana voltada à promoção do turismo; um segundo onde as estratégias do mercado imobiliário foram modificadas pela entrada de capital estrangeiro; e um terceiro em que o controle estatal da produção do território novamente se faz por meio de planos de desenvolvimento regional.

Todavia, ainda são necessários estudos mais específicos que permitam espacializar, minimamente, no âmbito municipal, a atuação do mercado imobiliário internacional. O que se descreve aqui é uma aproximação que tem como objetivo alertar para a necessidade de políticas públicas específicas para as áreas identificadas como prioritárias. Tradicionalmente, regiões que recebem grandes obras, como é o caso de muitas das inversões imobiliárias internacionais voltadas para o turismo na Bahia, são focos de discussões apenas de caráter ambiental, quando deveriam também ser analisadas pelo impacto excludente em termos de acesso à terra, a despeito da geração de empregos e

dinamicidade econômica que possam gerar. Outro aspecto que merece ser destacado é o fato de que a dinâmica imobiliária imposta pelo capital internacional reflete no território de forma diferenciada daquela observada pela rede urbana do Estado, constituindo espaços distintos que se configuram a partir de relações fora dos limites estadual e nacional.

Pacheco (2007) identifica alterações significativas nos anos de 2000 a 2007, em termos de internalização do capital estrangeiro no Brasil. Se considerarmos as atividades imobiliárias de modo geral, e não apenas as referentes ao turismo, tem-se um crescimento importante entre os anos de 2002 e 2006 que salta de US$ 196,79 milhões para US$ 1,40 bilhão. “Nesse caso, a explicação é o litoral nordestino, uma das preferências de grupos hoteleiros e turistas europeus interessados em ter a região como uma opção de segunda residência. No primeiro semestre, o Rio Grande do Norte foi o principal destino de dólares com o objetivo de adquirir imóveis, à frente de São Paulo” (Pacheco, 2007, p. 08, *apud* Cardoso da Silva & Ferreira, 2008).

Tabela 6: Valores em US$ de entrada de capital estrangeiro para o setor imobiliário-turístico em Estados selecionados (2001 – 2007)

Estados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RN	10.355.947	2.214.459	8.153.610	24.477.033	37.188.720	61.683.547	96.718.864
CE	10.356.000	18.481.157	20.960.524	15.588.431	29.822.486	37.619.175	153.800.798
BA	11.797.575	23.311.979	42.284.139	16.147.789	89.964.095	243.743.934	49.699.086
PE	-	2.350.000	2.849.500	959.205	1.252.800	24.323.904	4.798.787
Total	**32.509.522**	**46.357.595**	**74.247.773**	**57.172.460**	**158.228.101**	**367.370.561**	**305.017.536**

Fonte: Banco Central do Brasil (http://www.bcb.gov.br/?REGCAPESTR. Acessado em março de 2008). Não foi retirada a inflação do período. Elaboração de Cardoso da Silva & Ferreira (2008)

A Tabela 6 acima deve ser analisada frente aos dados de crescimento do PIB desses estados. Assim, se por um lado, de modo geral, no mesmo período analisado, os estados não apresentam crescimento nesse indicador, inclusive apresentando reduções, o investimento estrangeiro no setor imobiliário-turístico demonstra crescimento significativo: com destaque de 1.579% para o Rio Grande do Norte, 285% para a Bahia (em segundo lugar, mas muito significativa em termos de valor absoluto), 61,37% para o Ceará e sem crescimento para Pernambuco. No contexto dos quatro estados analisados pela pesquisa de Cardoso da Silva & Ferreira, em 2008, a média de crescimento desse setor foi de 241%.

A partir da constatação da importância do setor imobiliário (sobretudo imobiliário-turístico) devido aos recursos do capital internacional na formulação de novas regiões funcionais no Estado da Bahia, ensaia-se, no item a seguir, uma discussão sobre esse processo ao longo dos últimos anos e como é possível a sua espacialização.

4.1.3 Regionalizações da Bahia a partir da Ação Imobiliária Internacional

A fonte principal de informações utilizadas nesta análise é o relatório preparado pela *BSH Travel Research*, divisão estatística da *BSH International*, nomeado Investimentos no Brasil: Hotéis & *Resorts*, 2008-2011. A partir dos dados e análises disponíveis nessa publicação procedeu-se um recorte para o território da Bahia, priorizando-se processos que possam vir a se consubstanciar em regiões homogêneas. O objetivo principal foi o de identificar investimentos já confirmados e os a confirmar no setor de turismo no Brasil, de 2006 a 2012.

O levantamento contou com aproximadamente 80 instituições, *sites* de notícias de mercado e de um mapa de investimentos pelas empresas responsáveis. Infelizmente, não foi possível identificar, dentre os empreendimentos turísticos, aqueles que tem caráter exclusivo de segunda residência, porém, acredita-se ser possível fazer uma aproximação dessa situação. De fato, há similaridades entre o investimento internacional no setor imobiliário-turístico e o internacional no imobiliário-turístico voltado para a segunda moradia no exterior. A justificativa para se adotar esse tipo de informação que permite uma compreensão de nosso objeto, tão-somente por meio de aproximações, é também a dificuldade em se obter as informações desejadas minimamente na escala municipal. Além disso, é sabido que muitos desses processos tem sua nacionalização falseada.

A seguir, em tabela síntese elaborada a partir de informações selecionadas da *BSH Travel Research* (com dados 2006-2008 e estimativas 2009-2012), tem-se uma clara expansão territorial do investimento estrangeiro em ativos imobiliários-turísticos, que inicia em apenas três municípios (Salvador, Camaçari e Porto Seguro) em 2006 e avançaria para quatorze outros em 2012.

Tabela 7: Concentração de investimentos estrangeiros no setor-turístico, 2006-2012, Municípios da Bahia.

Município	Nº de investimentos implantados e previstos
Salvador	21
Camaçari, Porto Seguro / Trancoso	7
Mata de São João, Belmonte	5
Itacaré, Porto Seguro	3
Costa Azul / Jandaíra, Canavieiras	2
Maraú, São Francisco do Conde / Ilha de Cajaíba, Ilhéus, Salinas de Margarida, Vitória da Conquista	1

Fonte: *BSH Travel Research* (2008). Tabulação dos autores.

A despeito desse crescimento, mantém-se a concentração desse tipo de investimento ao longo da costa baiana, em consonância com os principais fluxos de turistas estrangeiros. Ou seja, esses investimentos se justificam mais pelas possibilidades reais de retorno financeiro que *pela consolidação da Bahia como pólo turístico em toda sua extensão ou em todo seu potencial*.

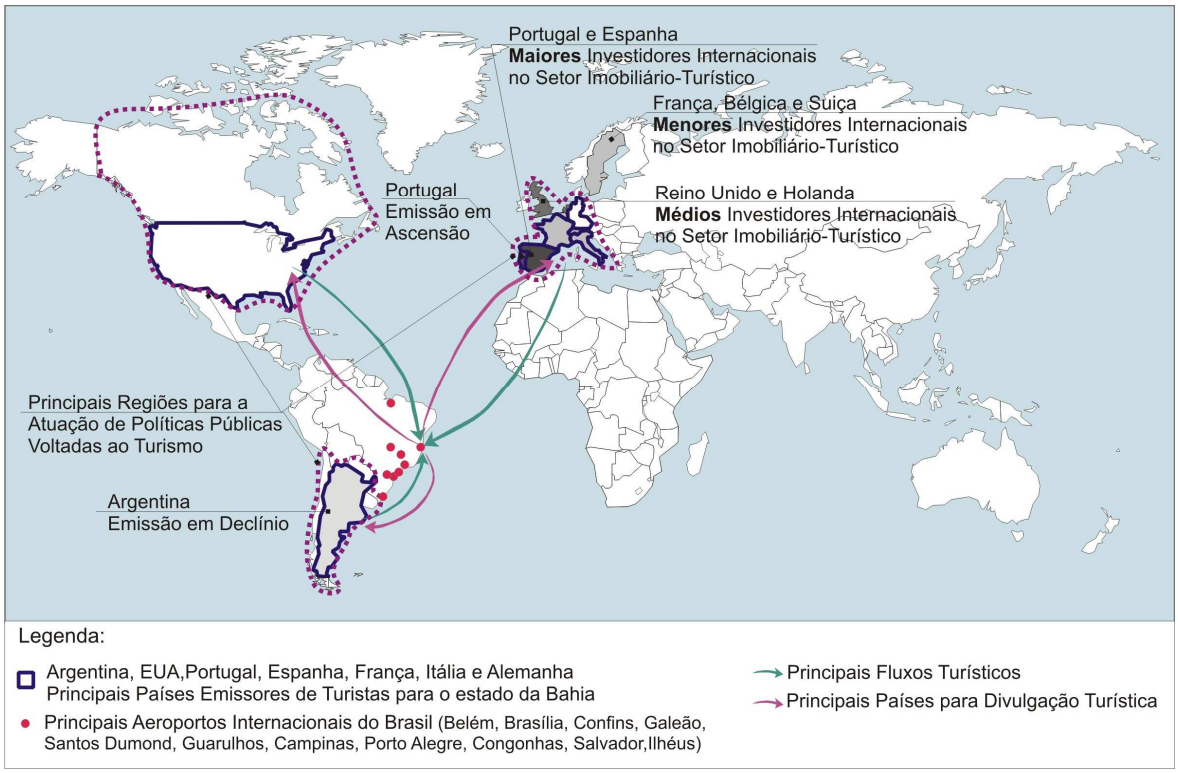
Do mesmo modo que se observa uma expansão no território da Bahia do capital imobiliário estrangeiro, é possível também identificar uma diversificação na sua origem. De fato, verifica-se em 2006 uma participação majoritariamente nacional contra um total de nove diferentes países (Tabela 8).

Tabela 8: Maiores regiões (países) de origem dos investimentos estrangeiros no setor imobiliário-turístico na Bahia, 2006-2012.

Nº de investimentos implantados e previstos	País de origem do investimento
9	Portugal
8	Espanha
5	Inglaterra
4	Holanda
2	Itália e França
1	Suíça, Suécia e Bélgica

Fonte: *BSH Travel Research* (2008). Síntese dos autores.

Figura 17: Investimentos imobiliários e turismo internacional



Fonte: Vertrag (2010)

Como pode-se visualizar, há uma clara preponderância dos investimentos portugueses e espanhóis, o que pode também indicar uma maior preponderância de compradores ou usuários desses mesmos países.

Reitera-se aqui a configuração de uma regionalização no âmbito internacional e seus reflexos no interior do Estado da Bahia. Tais regiões devem ser consideradas de forma especial na construção de políticas públicas setoriais e diferenciadas regionalmente. Deve haver uma prioridade no trato de municípios da costa baiana, sobretudo os destacados nesta análise em planos de uso do solo, planos de desenvolvimento sustentável e políticas de acesso à terra; como também deve haver uma política estratégica de aproximação e *marketing* nos principais mercados emissores internacionais de investimento, na área imobiliário-turístico. O reconhecimento de tais realidades podem ainda contribuir na ação fiscalizadora e de monitoramento do processo de ocupação do solo, fundamentalmente em áreas de maior pressão para mudanças.

A análise das redes conformadas com base na origem de turistas e de empreendimentos imobiliários permite verificar/reafirmar que a interface internacional da rede baiana encontra-se principalmente na faixa litorânea. Essa área recebe os principais fluxos de turistas e, consequentemente, os grandes investimentos imobiliários, seja pela construção de pousadas, hotéis e *resorts*, seja pela segunda residência.

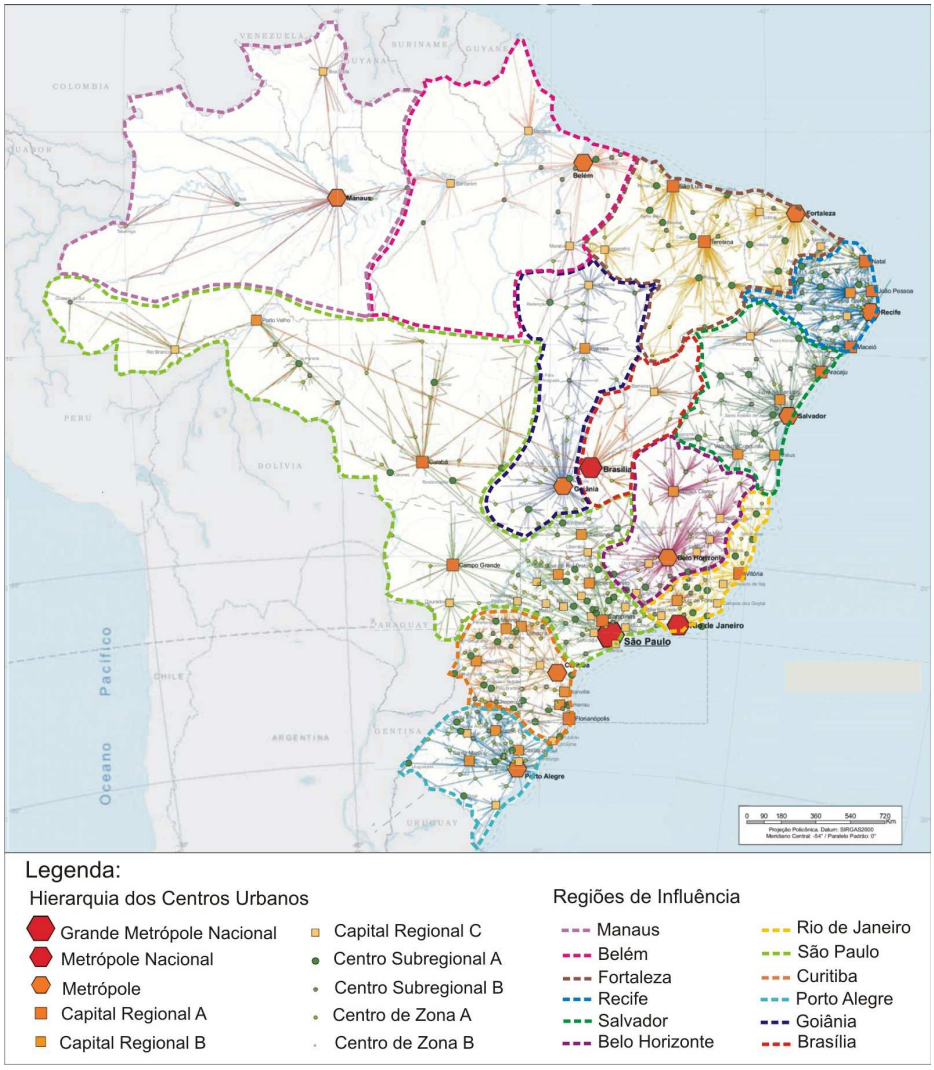
O aumento da quantidade de estabelecimentos voltados ao turismo em uma única área do Estado acentua o processo de concentração e, consequentemente, a desigualdade da rede urbana. As cidades que já demonstravam importância regional/nacional são as mais beneficiadas pelo turismo.

Nesse sentido, verifica-se o desenvolvimento de um círculo vicioso no qual as cidades mais equipadas recebem mais investimentos, que irão gerar mais riquezas, no mesmo local. Não há um espraiamento territorial significativo que possa irradiar as benesses dessa atividade. Assim, é fundamental a ação do Estado como disciplinador e promotor do fortalecimento de outras áreas turísticas.

4.2 A Rede Urbana da Bahia e sua Interface Interestadual

A dimensão interestadual da rede urbana baiana é verificada pela representatividade no âmbito nacional de Salvador, classificada no Regic/2007 como Metrópole. Segundo essa classificação, Salvador constitui-se em um dos 12 principais centros urbanos do país, "caracterizados por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral possuírem extensa área de influência direta" (Regic/2007). Destes, apenas São Paulo é uma Grande Metrópole Nacional (a mais alta hierarquia), Rio de Janeiro e Brasília as únicas Metrópoles Nacionais, sendo as demais, inclusive Salvador, denominadas de Metrópoles.

Figura 18: Regiões de Influência – Brasil - 2007.



Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag (2009)

Assim, conforme pode-se verificar na Figura 18 e Tabela 9, em termos de região polarizada (não considerando o volume demográfico ou outras variáveis utilizadas para se caracterizar uma região), pode-se afirmar que Salvador polariza uma área de média extensão e de média concentração de pólos (de qualquer ordem, considerando-se as 10 tipologias do Regic/2007).

Tabela 9: Características das redes de primeiro nível, 2007

Redes de Primeiro Nível	Núm. de capi-tais regio-nais	Número de centros sub-regionais	Número de centros de zona	Número Total de Pólos	Número de municípios	População (2007)	Área (km²)	Relação área/num. de pólos
São Paulo	20	33	124	177	1 028	51 020 582	2 279 108,45	12.876
Rio de Janeiro	5	15	25	45	264	20 750 595	137 811,66	3.062
Brasília	4	10	44	58	298	9 680 621	1 760 733,86	30.357
Manaus	1	2	4	7	72	3 480 028	1 617 427,98	231.061
Belém	3	11	10	24	161	7 686 082	1 389 659,23	57.902
Fortaleza	7	21	86	114	786	20 573 035	792 410,65	6.950
Recife	8	18	54	80	666	18 875 595	306 881,59	3.886
Salvador	**6**	**16**	**41**	**63**	**486**	**16 335 288**	**589 229,74**	**9.352**
BH	8	15	77	90	698	16 745 821	483 729,84	5.374
Curitiba	9	28	67	94	666	16 178 968	295 024,25	3.138
Porto Alegre	10	24	89	123	733	15 302 496	349 316,91	2.839
Goiânia	2	6	45	53	363	6 408 542	835 783,14	15.769

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: out 2009.

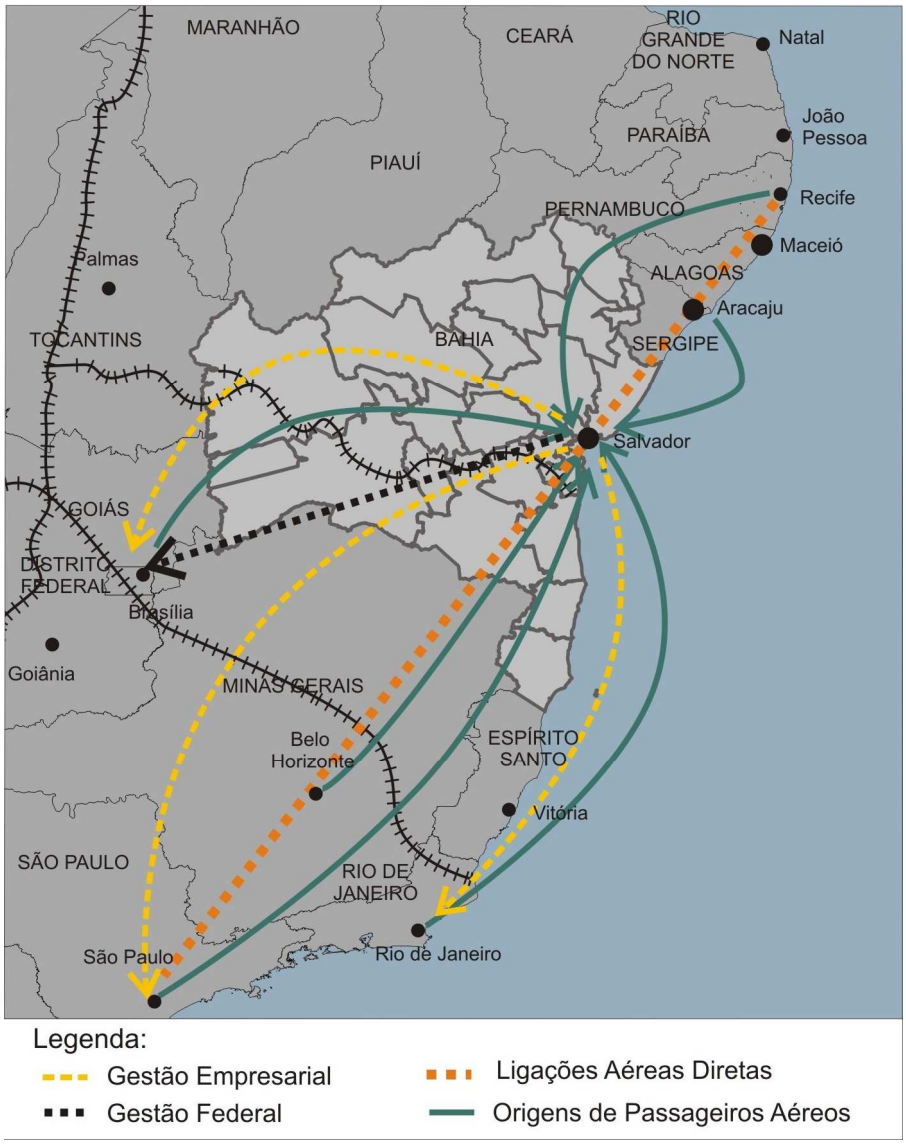
A partir da tabela acima pode-se então elaborar alguns índices que qualificam a complexidade das redes de primeiro nível do Brasil, com destaque para aquela de Salvador. Primeiramente, é importante notar que a variação de concentração do número de Capitais Regionais, Centros Sub-regionais e Centros de Zona para cada uma das Redes de Primeiro Nível não é constante, apresentando grande variação. O número absoluto já indica distintos níveis de complexidade. Ao se relacionar esse número absoluto com a extensão da rede (km²), é possível identificar maior intensidade de relações entre pontos e, portanto maior dinamicidade econômica e social.

Salvador localiza-se em situação intermediária: muito longe da rede rarefeita de Manaus e de Belém, mas também igualmente distante daquela de Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro e mesmo de Recife. O que se conclui é uma falta de pólos, com posições hierárquicas intermediárias, capazes de atender a demandas diversas da população sem a necessidade de grandes deslocamentos.

Em termos de relações com as demais metrópoles nacionais, Salvador repete o padrão mais recorrente: o de uma forte submissão à Brasília para a Gestão Federal e a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília para a Gestão Empresarial. Tal situação é confirmada pelo tráfego aéreo principal, o qual repete as mesmas hierarquias de destino.

Mais uma vez, percebe-se uma fraca relação com outras metrópoles nacionais do Nordeste, como ocorre entre Manaus e Belém e Fortaleza e Recife, ou entre a das Regiões Sul e Sudeste. Essa situação, é importante destacar, não reitera uma esperada trama de relações do setor de turismo regional que indicaria a oferta e a compra de produtos integrados entre as capitais/regiões da costa norte do Nordeste, também não observada, ao se avaliar do ponto de vista das conexões rodoviárias. Ao contrário, o Estado da Bahia é cortado por conexões iniciadas em São Paulo ou Belo Horizonte e finalizadas em outras capitais do Nordeste, sem se observar importância significativa no volume de destinos com origem em Salvador.

Figura 19: Gestão federal, gestão empresarial e conexões aéreas – Regic/2007.

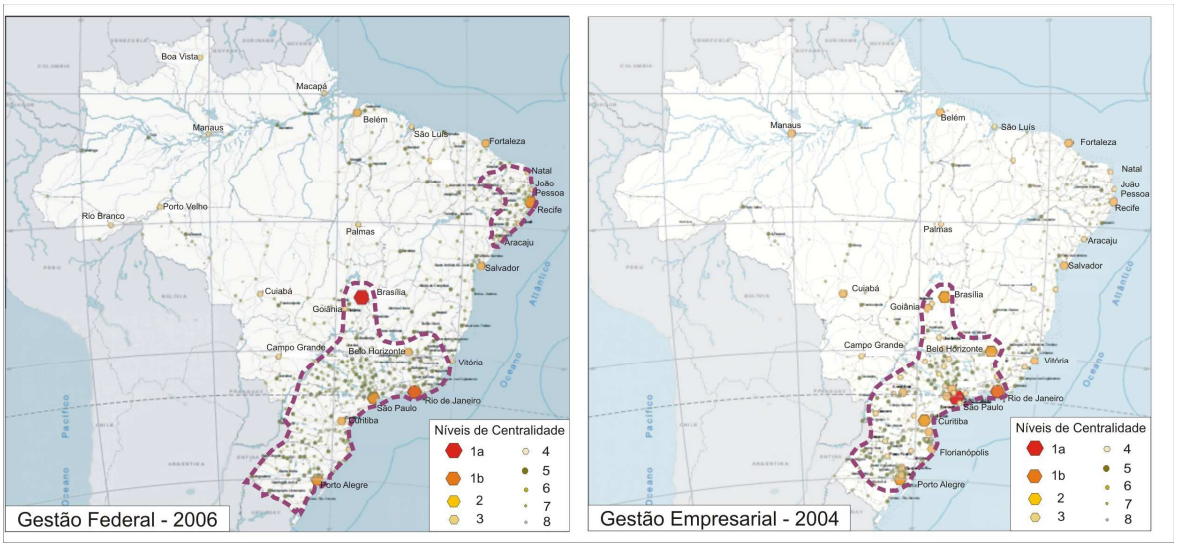


Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag (2009)

Analisando-se o mapa resultante dos níveis de Gestão Federal (Figura 20)[16], detecta-se claramente a concentração de duas grandes manchas, uma na Região Sul e Sudeste e outra no extremo oriental da Região Nordeste. O mesmo ocorre com as informações de Gestão Empresarial, esta limitando-se ao Sul e ao Sudeste.

A sobreposição das manchas de concentração das decisões empresariais e de governo federal no Sul e Sudeste se, por um lado, reflete uma provável resposta a maiores demandas impostas pelo mercado, por outro lado, parece não indicar a existência de uma política pública de equidade regional.

Figura 20: Área de Influência gestão federal e empresarial, Regic/2007.



Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag (2009)

A exclusão do Estado da Bahia de ambas as concentrações, chama a atenção pelo volume demográfico que agrega, superior a todos os demais estados excluídos (Bahia é o quarto Estado mais populoso, seguindo São Paulo, Rio de Janeiro, integralmente incluídos, e Minas Gerais, parcialmente incluído).

Por último, ao se analisar a posição da rede urbana polarizada por Salvador no contexto nacional, tem-se o seu quase constante isolamento das principais dinâmicas do país, sejam elas de caráter governamental ou privado.

Ao se avaliar a série de estudos de Regiões de Influência do IBGE desde os anos 1960 sobre a rede urbana do Brasil (Regic/1966, 1978, 1993 e 2007), verifica-se um avanço de sua influência para Oeste, mas uma perda para polarizações da rede de Brasília.

Perdas de influências territoriais desse gênero podem significar a menor importância relativa de Salvador como capital, seja capitaneando os resultados financeiros dos processos ocorridos nesses lugares, seja do ponto de vista de identidade, pois as pessoas podem se sentir mais próximas de outras capitais e/ou outras regiões, sem se sentirem pertencentes de fato à Bahia. Da mesma forma, as perdas podem estar ocorrendo em determinadas áreas de outros estados, em função da rede de influência de Salvador.

Assim, com vistas a analisar estas perdas e avanços territoriais no contexto estadual baiano, foi objeto de estudo as relações existentes entre municípios pólo do Estado e suas

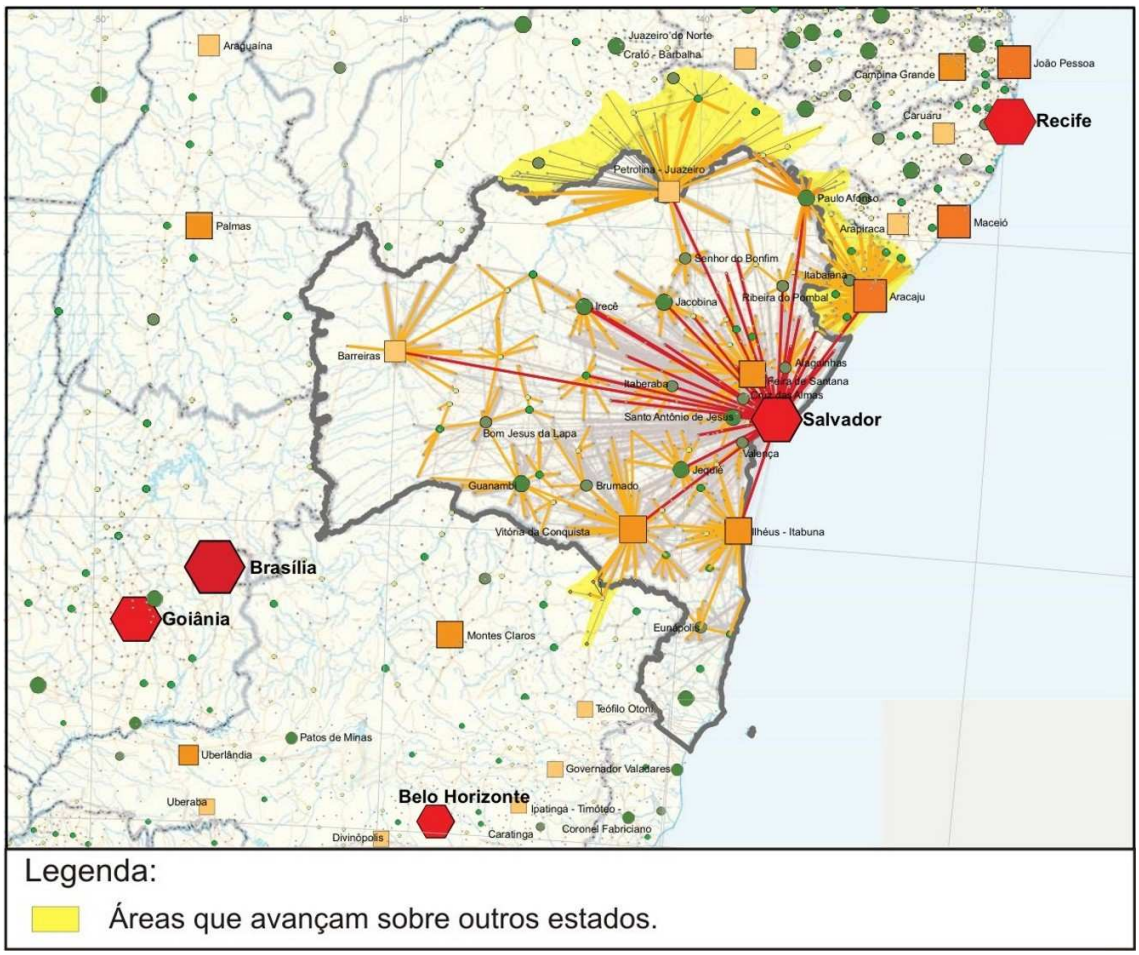
[16] Em termos de gestão, os estudos do Regic /2007, dividem-na em governamental, por meio da estrutura de governo federal, e a empresarial, por intermédio da identificação de pontos de gerência de comércio e de serviços.

Regiões de Influência com interfaces externas a ele, o que permitiu identificar três processos possíveis:

1) Regiões que avançam sobre outros Estados

A rede urbana capitaneada por Salvador - uma das 12 principais metrópoles brasileiras - possui uma Região de Influência que extrapola o território estadual em 4 pontos distintos (Figura 21):

Figura 21: Regiões de Influência que avançam sobre outros Estados



Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag (2010)

a) A Nordeste, a Região de Influência de Aracaju (SE), cujo pólo Aracaju, possui alcance regional sobre municípios sergipanos e alguns baianos. Sofre forte influência de Salvador e pertence à sua rede, tendo em vista o fácil acesso possibilitado pela BR 101 e a proximidade desta capital sergipana à Salvador (uma distância de aproximadamente 250 km);

b) Também a Nordeste, a Região de Influência de Paulo Afonso alcança alguns municípios sergipanos em função da sua proximidade a este centro urbano num raio de abrangência de aproximadamente 100 km;

c) Ao Norte, a Região de Influência de Petrolina-Juazeiro (Petrolina em Pernambuco e Juazeiro na Bahia), avança sobre territórios pernambucanos e piauienses. Cabe salientar que esta Região de Influência é dada pela centralidade exercida pela dinâmica de dois

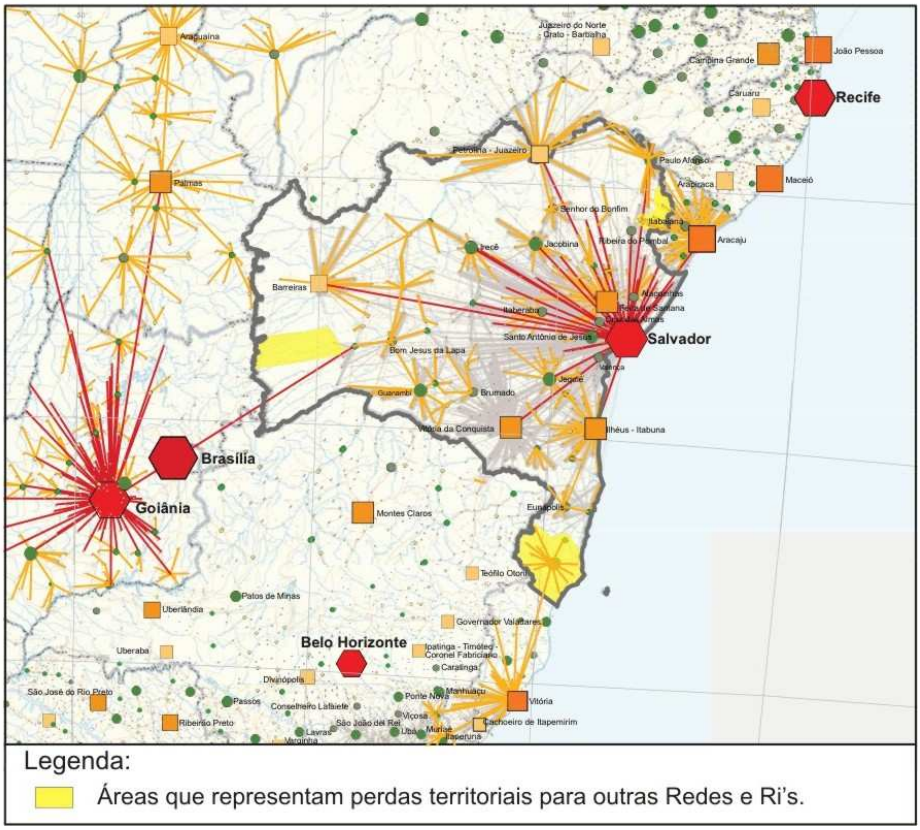
municípios que exercem funções de complementaridade. Nesse caso, Petrolina é aquela que detém o maior número de serviços especiais e de maior raridade. De fato, quando visto isoladamente no território baiano, Juazeiro ocupa somente o 11º lugar no ranking de centralidades elaborado pelo estudo (Tabela 2). A aglomeração urbana formada por Petrolina-Juazeiro possui Região de Influência que abarca a área do baixo médio São Francisco e é caracterizada pelas mudanças ocorridas no padrão produtivo da economia agropecuária regional, a partir da 2ª metade da década de 1980, sobretudo com relação à modernização da fruticultura irrigada que enfatizaram a diversidade intrarregional e aumentaram a diferenciação das atividades produtivas, ao tempo que inseriram uma parte da RI nos mercados nacional e internacional.

d) No centro Sul, a Região de Influência de Vitória da Conquista avança sobre alguns municípios mineiros, dada a proximidade destes a este pólo e a acessibilidade possibilitada pela BR 116.

2) Regiões que representam perdas territoriais para outras redes

Assim como a rede de influência de Salvador avança sobre outros estados, ora pela acessibilidade e proximidade, ora pela forte centralidade que exerce em função de serviços raros e específicos, outras sub-redes nacionais avançam sobre o território baiano, significando deste modo perdas territoriais. Sobre o território estadual baiano, isto ocorre sobre três pontos específicos:

Figura 22: Regiões que representam perdas territoriais para outras redes



Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag (2010)

a) A Nordeste, a sub-rede de Aracaju (esta polarizada por Salvador) alcança alguns municípios baianos: Adustina, Cícero Dantas, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Paripiranga e Pedro Alexandre. Ou seja, tais municípios representam perdas territoriais baianas para a Região de Influência de Aracaju, que é um centro urbano com forte influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por um grande número de municípios;

b) Ao Sul, a RI de Teixeira de Freitas, localizada no extremo Sul da Bahia, ao longo da BR 101, é polarizada principalmente por Vitória (ES), que está muito mais próxima de Teixeira de Freitas do que Salvador e é também uma capital com influência regional, tal qual Aracaju. Além disso, é diretamente polarizada por Rio de Janeiro (uma metrópole de influência nacional) e como conseqüência, tanto a RI de Teixeira de Freitas quanto de Vitória pertencem também à sua rede.

c) A Oeste, o município de Correntina possui centro urbano polarizado principalmente por Goiânia (GO), com tênues relações com outros municípios baianos. Neste caso, a forte influência dá-se pelo fácil acesso a Goiânia do povoado de Rosário, situado na fronteira com Goiás. No entanto, pode-se também apontar como fator explicativo, a lógica do processo de ocupação do território baiano, a partir da qual, por um longo tempo, o oeste baiano, foi considerado como área de reserva, distante aproximadamente 850 km de Salvador. Observa-se neste contexto que a colonização baiana deu-se ao longo de sua costa, na região Leste. Desta forma, tendo em vista a proximidade e tal histórico, os municípios a Oeste, mesmo os mais desenvolvidos como Bom Jesus da Lapa ou que se desenvolveram ao longo das últimas décadas, a exemplo de Barreiras, mantiveram relações em busca de serviços com Brasília e Goiânia. Contudo, há um dado relevante nesses casos: a capital do Estado exerce papel importante do ponto de vista das decisões políticas e de suas proposições e, portanto, essas áreas estão inegavelmente ligadas à capital.

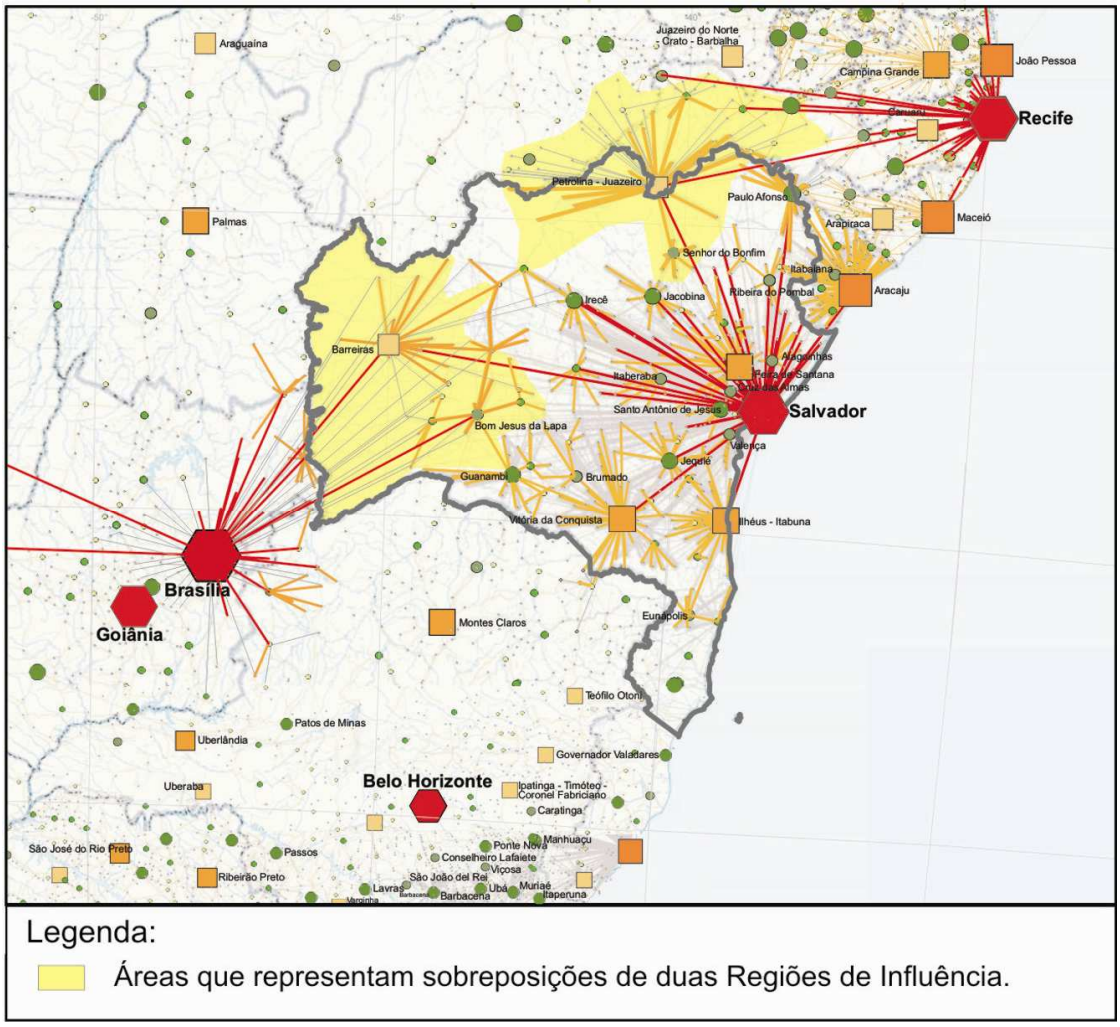
3) Regiões que apresentam sobreposições de duas redes

Os casos de sobreposições ocorrem pela influência em determinadas regiões de duas redes concomitantemente. No caso do Estado da Bahia, verifica-se tal ocorrência em dois pontos distintos:

a) A Oeste, a RI de Barreiras, a sub-Região de Influência formada por Bom Jesus da Lapa na Bahia (pertencente à RI de Guanambi), e ainda o município de Barra constituem-se em parcela da rede de Salvador sobre os quais avança a rede urbana de Brasília. Esta forte sobreposição, com os municípios de Barreiras e Bom Jesus da Lapa sendo diretamente polarizados por Brasília dá-se em função dos motivos já expostos anteriormente - sobre as relações históricas de ocupação do território baiano e sua proximidade e boa acessibilidade com estas capitais. Destaca-se, neste contexto, a forte centralidade exercida por Brasília enquanto Capital Nacional, com fortes relações de gestão federal e fluxos aéreos, entre outros.

b) Ao Norte, a Região de Influência de Petrolina-Juazeiro, além de representar um avanço da rede de Salvador sobre territórios pernambucanos e piauienses, constitui-se em uma sobreposição com a rede urbana do Recife que, por sua vez, avança sobre territórios baianos. A região de Petrolina-Juazeiro, conforme já mencionado anteriormente, reflete o desenvolvimento regional sobre dois estados, ocorrido pelas profundas mudanças no padrão produtivo da economia agropecuária regional, a partir da 2ª metade da década de 1980, sobretudo com relação à modernização da fruticultura irrigada.

Figura 23: Regiões que representam sobreposições de duas redes



Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag/2010

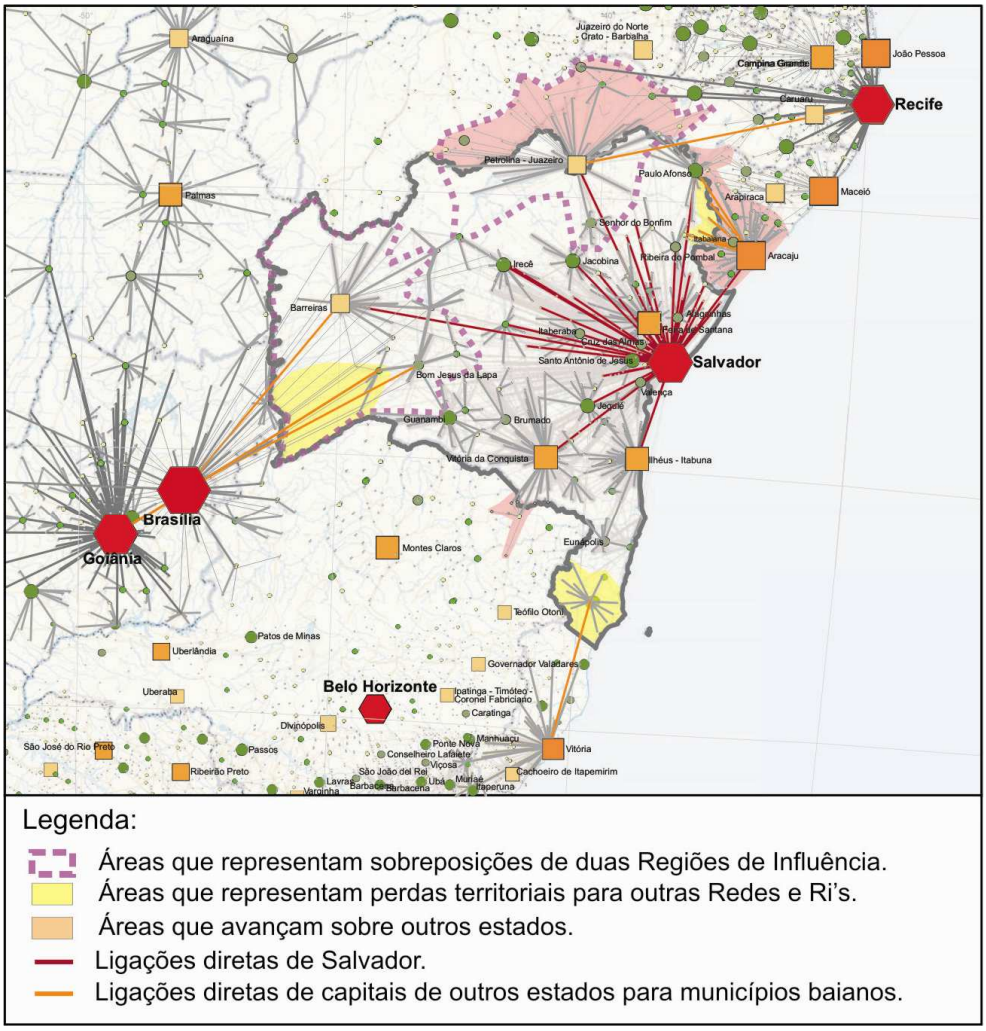
Finalmente, a Figura 24 a seguir ilustra sinteticamente os rebatimentos interestaduais detalhados anteriormente, podendo -se inferir que:

- a existência de avanços de outras redes urbanas sobre o território baiano explica-se em função da extensão territorial da Bahia, da localização geográfica de Salvador e do histórico de ocupação desse Estado;

- a existência de centros relevantes em outros estados que, por se encontrarem mais próximos do que Salvador, tornam-se mais atrativos para o deslocamento das populações residentes nas cidades das RIs de Barreiras, Petrolina-Juazeiro, Teixeira de Freitas e das cidades influenciadas por Aracaju no Estado da Bahia;

- o avanço da rede urbana baiana para além dos limites estaduais ocorre principalmente sobre as cidades localizadas ao Norte e Nordeste e em menor medida ao Sul. A polarização exercida nas direções Norte e Nordeste pode ser explicada pela ausência de um centro com a relevância de Salvador nessa região. E a menor influência exercida no Sul, dá-se pelo fato de existirem centros importantes no território mineiro, fazendo com que a atuação de Vitória da Conquista seja restrita.

Figura 24: Rebatimentos interestaduais da rede urbana da Bahia



Fonte: IBGE, 2008 (Regic/2007), adaptado por Vertrag (2010)

4.3 A Rede Urbana da Bahia e suas Características Intraestaduais

Nas análises interestaduais realizadas no subcapítulo anterior, pôde-se constatar a existência de uma rede urbana baiana praticamente limitada ao território do Estado e, além disso, a persistência de grandes áreas a Oeste, quase que "descoladas" da rede estadual, com uma baixa ocupação do território nessas regiões ou mesmo uma pequena inserção na dinâmica socioeconômica do Estado, indicam também uma baixa utilização de serviços considerados básicos. Tais constatações implicam numa série de fragilidades da rede que, no cotidiano dos cidadãos ou nos dispêndios de recursos públicos, podem ser verificadas em irracionalidades com deslocamentos, eventuais burocracias e/ou centralizações dispendiosas.

A caracterização intraestadual da rede urbana da Bahia apresentada a seguir, visa identificar, com maior rigor, essas áreas de fragilidade do ponto de vista das suas relações em rede. Para tanto, o estudo focou-se em duas linhas de análise, desenvolvidas especialmente para o trabalho: a primeira é verificada a partir de características resultantes de "saltos hierárquicos" e a segunda, de "configurações a partir de distâncias relativas de influência dos pólos principais das RIs".

4.3.1 Características Resultantes dos Saltos Hierárquicos da rede urbana da Bahia

Pela perspectiva teórico-conceitual apresentada anteriormente no subcapítulo 2.1, entende-se que a *rede urbana ideal*, teorizada por Christaller, é aquela em que um nível de centralidade inferior remete-se ao imediatamente superior e assim sucessivamente até as relações mais complexas direcionarem-se ao centro de maior hierarquia.

No entanto, quando se analisa o Estado da Bahia, verifica-se que essa situação não ocorre plenamente, seja considerando a rede urbana estadual, seja quando se consideram os subsistemas urbanos de cada Região de Influência – RI. Ressalta-se que por subsistema urbano compreende-se a porção da rede urbana baiana existente em cada RI. Ou seja, os vários subsistemas urbanos em conjunto e inter-relacionados formam a rede urbana estadual.

O quadro a seguir (Quadro 4) demonstra a classificação das cidades que conformam os subsistemas urbanos das RIs. Como pode ser observado, existem descontinuidades na hierarquização dos centros. Nesse sentido, pode-se afirmar que a rede urbana baiana e os subsistemas que a formam têm como característica apresentar saltos hierárquicos em sua conformação. Por salto hierárquico compreende-se a falta de níveis de centralidade intermediários entre um centro de menor hierarquia e um de hierarquia superior. Assim, um subsistema urbano, ou mesmo a própria rede, pode apresentar *baixa densidade hierárquica* quando apresenta grandes saltos hierárquicos ou *alta densidade hierárquica*, quando o contrário ocorre.

Quadro 4: Regiões de Influência[1], níveis hierárquicos e saltos hierárquicos

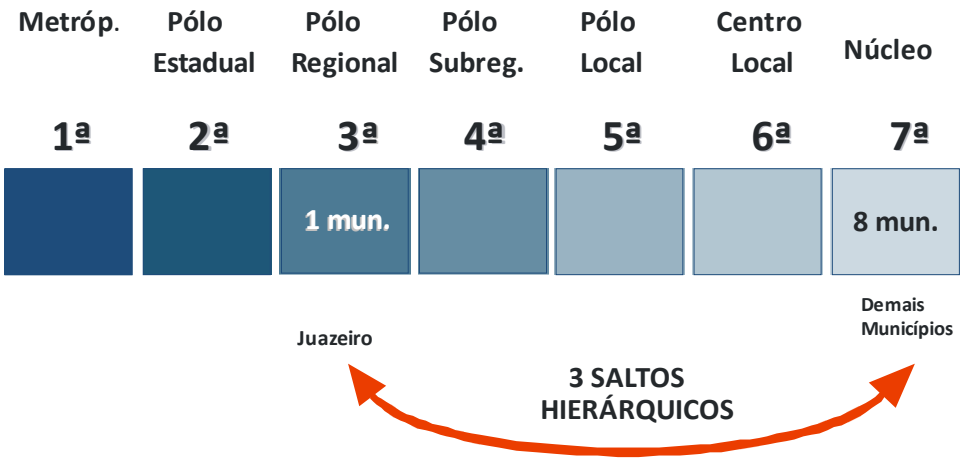
Classificação	Metrópole	Pólo Estadual	Pólo Regional	Pólo Sub-regional	Pólo Local	Centro Local	Núcleo	Saltos Hierárquicos	Nº total mun.
Posição Hierárquica (PH)	**1ª**	**2ª**	**3ª**	**4ª**	**5ª**	**6ª**	**7ª**		
Salvador	1			4	2	3	39	2	48
Feira de Santana		1				3	50	3	54
Vitória da Conquista			1		1		34	2/1	36
Barreiras			1		1		19	2/1	21
Ilhéus-Itabuna			2			1	29	2	32
Juazeiro			1				8	3	9
Jequié				1		1	20	1	22
Teixeira de Freitas				1	1		11	1	13
Eunápolis				1	1		6	1	8
Santo Antônio de Jesus				1		1	12	1	14
Paulo Afonso				1			8	2	9
Irecê				1			22	2	23
Guanambi					1	2	35	0	38
Senhor do Bonfim					1	1	8	0	9
Valença						1	12	0	13
Brumado					1		10	1	11
Jacobina					1		14	1	15
Itaberaba						1	9	0	10
Ribeira do Pombal						1	13	0	14
Seabra						1	9	0	10
									409

[1] O quadro contempla somente as RIs polarizadas por Salvador, portanto sem Correntina e os municípios polarizados por Aracaju.
Fonte: Vertrag (2010)

Exemplificando-se, pode-se citar a RI de Juazeiro, na qual o centro de maior hierarquia configura-se como um Pólo Regional (3ª posição hierárquica) e os centros subsequentes como Núcleos (7ª posição hierárquica)[17]. Por apresentar três saltos hierárquicos, esse subsistema urbano se caracteriza como de baixa densidade hierárquica.

[17] As posições hierárquicas foram concebidas a partir da concentração de determinadas variáveis. A hierarquia Núcleo abrange os municípios que obtiveram concentração mínima ou inexistente. Sobre as posições hierárquicas reportar-se ao Capitulo 3.

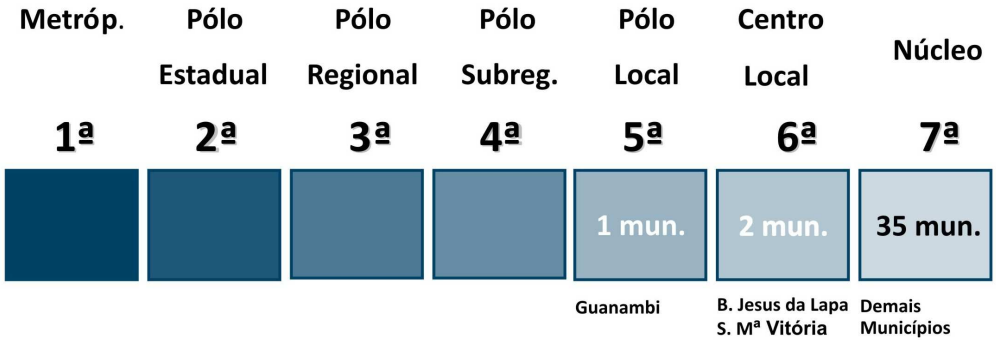
Figura 25: Saltos Hierárquicos da RI de Juazeiro



Fonte: Vertrag (2010)

Situação inversa tem-se na RI Guanambi, por exemplo, na qual não existem saltos hierárquicos entre os centros que compõem esse subsistema urbano, portanto, apresenta como característica alta densidade hierárquica.

Figura 26: Saltos Hierárquicos da RI de Guanambi



Fonte: Vertrag (2010)

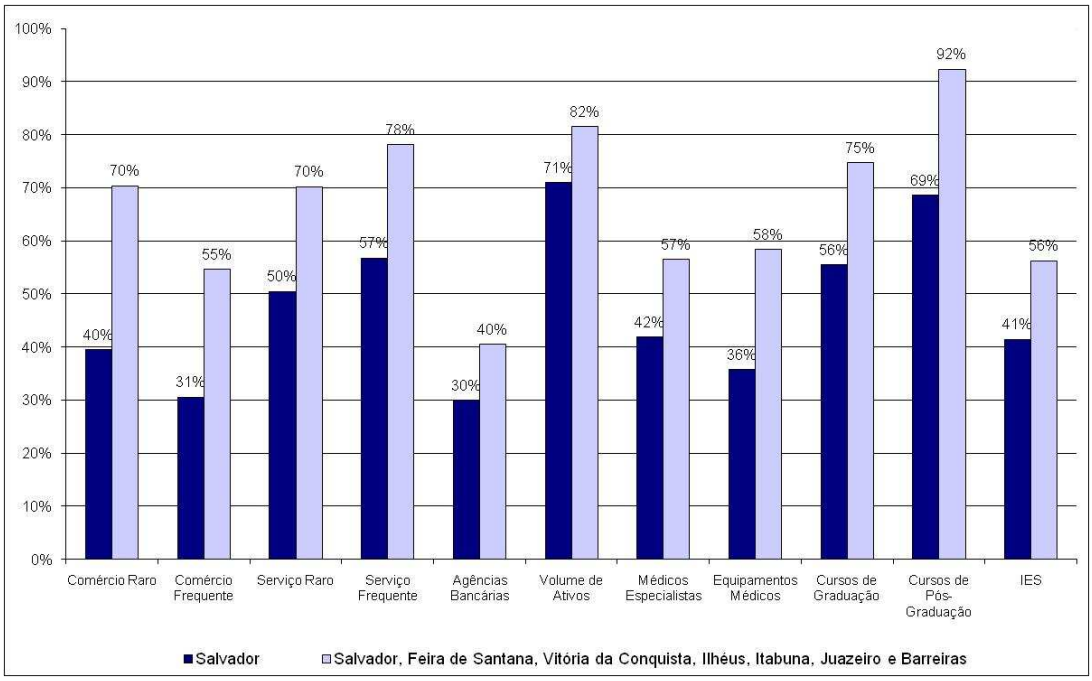
No entanto, a análise dos saltos hierárquicos vai além da classificação de um determinado subsistema em baixa ou alta densidade hierárquica. A relevância dessa constatação reside no fato de identificar quais os pontos frágeis da rede urbana e, consequentemente, apontar políticas de fortalecimento que acarretem em uma distribuição de serviços mais equitativa.

Assim, os saltos hierárquicos refletem uma situação de alta concentração de fixos no território baiano. São poucas as cidades que detêm a localização de bens e serviços, desde os considerados raros até os mais cotidianos.

Essa situação fica evidente quando se considera a distribuição geográfica das variáveis selecionadas para a determinação dos níveis de centralidade, explicitada no subcapítulo 3.1. De acordo com as análises efetuadas, verifica-se, com raras exceções, que é nas cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Barreiras e especialmente em Salvador que se localizam, de forma concentrada, os serviços e comércios frequentes e raros, os médicos especialistas, os equipamentos médicos, as

agências bancárias, o volume de ativos, os cursos de graduação e pós-graduação e as instituições de ensino superior (Gráfico 2).

Gráfico 2: Participação de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro e Barreiras na concentração espacial das variáveis selecionadas



Fonte: Vertrag (2010)

Além desses centros, classificados nas hierarquias superiores (Metrópole, Pólo Estadual e Pólos Regionais), existem poucas cidades que são caracterizadas nas hierarquias intermediárias e que, portanto, detêm certa concentração das atividades e serviços mais elementares. Assim, podem ser citados os Pólos Sub-regionais e Pólos Locais (4ª e 5ª posições hierárquicas) de Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas, Brumado, Eunápolis, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Valença.

Isso confere à rede urbana baiana uma conformação em que alguns centros se destacam e adquirem cada vez mais relevância em detrimento das demais cidades, nas quais, frequentemente, inexistem tais serviços e atividades como pôde ser constatado.

As consequências dessa conformação, decorrente da existência de grandes saltos hierárquicos, são os extensos deslocamentos efetuados para a obtenção de serviços e bens, acarretando em amplos dispêndios econômicos que, em conjunto com a precariedade da infraestrutura viária, contribui para a elevação de preços de determinados produtos, bem como para a situação de isolamento que algumas cidades vivenciam.

Nesse sentido, a questão principal não é eliminar a existência de todos os saltos hierárquicos verificados. Até porque isso seria utópico e inviável do ponto de vista das políticas públicas. Portanto, uma questão primordial para a diminuição das disparidades intrarregionais e regionais e, consequentemente, para o fortalecimento da rede urbana, é a diminuição dos saltos hierárquicos através da dotação dos fixos necessários (serviços públicos relacionados à saúde, educação, jurídico, etc.) em um maior número de cidades, as quais se consolidariam como níveis de centralidade intermediária.

Assim, a ação do Estado é fundamental para reduzir os saltos hierárquicos e, como consequência, as fragilidades da rede urbana, as quais são percebidas nas disparidades intra e inter-regionais, consolidadas historicamente.

4.3.2 Características Resultantes de Territórios Configurados a partir de Distâncias Relativas de Influência do Pólo Principal de cada RI

Além dos saltos hierárquicos, outra medida possível para buscar apreender quais Regiões de Influência possuem maiores fragilidades em termos de sua rede urbana, consiste na avaliação do tamanho de suas áreas *versus* o número de centros urbanos que exercem alguma centralidade.

Tabela 10: Classificação das RIs segundo sua extensão total

Região de Influência	Classificação por Área (Km^2)	área total (Km^2)	% de área em relação ao Estado	% de área por classe
Região de Aracaju[1]	TAMANHO PEQUENO (0-10.000)	4.284	0,76	2,61
Região de Santo Antônio de Jesus		4.499	0,80	
Região de Valença		5.970	1,06	
Região de Brumado	TAMANHO MÉDIO (10.001- 20.000)	11.073	1,96	32,32
Região de Eunápolis		12.133	2,15	
Região de Goiânia[2]		12.142	2,15	
Região de Seabra		13.857	2,45	
Região de Jacobina		14.157	2,51	
Região de Senhor do Bonfim		15.002	2,66	
Região de Jequié		15.118	2,68	
Região de Itaberaba		16.140	2,86	
Região de Ilhéus-Itabuna		17.891	3,17	
Região de Ribeira do Pombal		18.071	3,20	
Região de Paulo Afonso		18.433	3,26	
Região de Teixeira de Freitas		18.514	3,28	
Região de Salvador	TAMANHO GRANDE (20.001 - 40.000)	21.374	3,79	9,74
Região de Feira de Santana		33.607	5,95	
Região de Vitória da Conquista	TAMANHO MUITO GRANDE (40.001 - 90.000)	41.924	7,42	55,33
Região Irecê		46.855	8,30	

Região de Influência	Classificação por Área (Km²)	área total (Km²)	% de área em relação ao Estado	% de área por classe
Região de Juazeiro		58.781	10,41	
Região de Guanambi		77.159	13,66	
Região de Barreiras		87.711	15,53	
Total		**564.695**		

[1] Considerando-se somente a polarização exercida no Estado da Bahia. Não diz respeito à totalidade da rede urbana dos referidos pólos.
Fonte: Vertrag (2010)

Considerando-se somente as áreas das 22 Regiões de Influência da Bahia, verifica-se que as cinco RIs de maior extensão (acima de 40.000 km² – RI de Vitória da Conquista, Irecê, Juazeiro, Guanambi e Barreiras) conformam um território que abarca mais da metade do Estado (55,33%). As RIs de Feira de Santana e Salvador, com áreas de 33.607 km² e 21.374 km² respectivamente, ocupam a 6ª e 7ª posição.

Tabela 11: Classificação das RIs segundo média de área por número de centralidades de nível hierárquico situadas entre o 1º e 6º.

Região de Influência	Classificação pela média de área por centro de nível superior da RI	Média de área por centro de nível superior da RI	Área Total (km²)	Área Média dos Municípios	Número de Centros Urbanos (Municí-pios)	Número de Centros de Nível Superior[1]
Região de Santo Antônio de Jesus	TAMANHO INFERIOR (0-10.000 KM2)	2.249,50	4.499	321,36	14	2
Região de Valença		5.970,00	5.970	459,23	13	1
Região de Brumado		11.073	11.073	1.006,64	11	1
Região de Salvador		2.137,40	21.374	445,29	48	10
Região de Jequié		7.559,00	15.118	687,18	22	2
Região de Ilhéus-Itabuna		5.963,67	17.891	559,09	32	3
Região de Eunápolis		6.066,50	12.133	1.516,63	8	2
Região de Feira de Santana		8.401,75	33.607	622,35	54	4
Região de Jacobina		14.157	14.157	943,8	15	1
Região de Ribeira do Pombal	TAMANHO INTERMEDIÁRIO (10.001- 20.000 KM2)	18.071	18.071	1.290,79	14	1
Região de Guanambi		25.719,67	77.159	2.030,50	38	3

Região de Influência	Classificação pela média de área por centro de nível superior da RI	Média de área por centro de nível superior da RI	Área Total (km²)	Área Média dos Municípios	Número de Centros Urbanos (Municí-pios)	Número de Centros de Nível Superior[1]
Região de Seabra		13.857,00	13.857	1.385,70	10	1
Região de Vitória da Conquista		20.962,00	41.924	1.164,56	36	2
Região de Senhor do Bonfim		7.501,00	15.002	1.666,89	9	2
Região Irecê		46.855,00	46.855	2.037,17	23	1
Região de Itaberaba		16.140,00	16.140	1.614,00	10	1
Região de Paulo Afonso		18.433,00	18.433	2.048,11	9	1
Região de Teixeira de Freitas		9.257,00	18.514	1.424,15	13	2
Região de Barreiras	TAMANHO GRANDE (20.001-60.000 KM2)	43.855,50	87.711	4.176,71	21	2
Região de Juazeiro		58.781,00	58.781	6.531,22	9	1
Região de Aracaju[2]		0	4.284	612	7	0
Região de Goiânia[2]		0	12.142	12.142,00	1	0
Total			564.695		417	43

[1] Metrópole, Pólo Estadual, Pólo Regional, Pólo Sub-regional, Pólo Local e Centro Local.
[2] Considerando-se somente a polarização exercida no Estado da Bahia. Não diz respeito à totalidade da rede urbana dos referidos pólos.
Fonte: Vertrag (2010)

Ao se considerar o número de centros que exercem alguma centralidade por RI, pode-se exprimir a média de área por cada um destes centros urbanos. Para a Bahia, pode-se constatar que, exceto Feira de Santana e Teixeira de Freitas, as Regiões de Influência localizadas a Leste – Santo Antônio de Jesus, Valença, Jequié, Ilhéus-Itabuna, Eunápolis e Salvador e que forma a porção territorial de maior concentração tanto populacional como de centros urbanos, estão na faixa situada abaixo de 7.500 km^2/centralidade. Destaca-se também que para estas RIs, observa-se compatibilidade com relação ao tamanho médio de seus municípios situando-se a maioria na faixa abaixo de 1.000 km^2, os menores da Bahia.

Dessa forma, embora Salvador e Feira de Santana estejam em posição intermediária de extensão entre as RIs do Estado (entre 20.000 e 40.000 km^2), estão entre aquelas com melhores condições em termos de número de centralidades posicionadas de forma a dar suporte urbano à população sem necessidade de grandes deslocamentos. Em contrapartida, dentre as outras 5 maiores Regiões de Influência:

- as RIs de Juazeiro e Irecê encontram-se na pior condição, com apenas uma centralidade em todo o território de 58.781,00 km^2 e 46.855 km^2, respectivamente;

- a RI de Barreiras na terceira pior condição, com apenas 2 centralidades para uma área de 87.711 km^2 (29.237,00 km^2/centralidade);

- as RIs de Guanambi e Vitória da Conquista possuem respectivamente, 3 e 2 centros urbanos que exercem centralidade, resultando em áreas médias de 25.719,67 km^2 e 20.962 km^2.

Dessa forma, a partir das análises realizadas para as áreas das RIs e seu número de centralidades pode-se inferir, como no caso dos saltos hierárquicos, indicativos de fragilidade da rede urbana. Seguindo-se essa mesma linha de raciocínio e com o intuito de aprofundar esta leitura, o Estudo da Rede Urbana da Bahia introduziu, conforme verifica-se a seguir, outra variável de análise: *a distância necessária de deslocamento de um ponto qualquer da RI até o seu centro urbano principal (cidades-pólos), dada pela centralidade de maior hierarquia.*

Partindo-se da premissa de que 50km constitui-se em uma distância máxima aproximada percorrida diariamente para trabalho e estudo pelas pessoas, (considerada aqui a realidade brasileira onde a infraestrutura viária é limitada), elaborou-se um mapa de distâncias-raios de influência (50km, 51 a 100 km e acima de 100km) a partir das cidades pólos de cada uma das 22 RIs do Estado da Bahia, conforme pode ser visualizado em sua forma sintética na Figura 27.

A abstração possibilitada por essa figura, gerada através de raios de influência dos pólos, permitiu inferir a visualização de 3 configurações territoriais:

1. Configuração determinada por um agrupamento de centros urbanos próximos a Salvador, cujos raios de influência se sobrepõem na medida inferior a 50 km, indicando concentração e proximidade. A mesma fusão pode ser observada no caso de Ilhéus e Itabuna que, de fato, constituem-se em uma Região de Influência única.
2. Outra configuração pode ser visualizada no entorno desses dois agrupamentos até os limites da bacia do rio São Francisco, onde se pode visualizar centros urbanos que se sobrepõem na medida de raios de influência inferiores a 100km e, portanto, mais rarefeitas em relação à primeira conformação;
3. Por último, na porção territorial mais a Oeste, verifica-se a existência de uma região cuja necessidade de deslocamento até os pólos principais ultrapassam a distância de 100km, com exceção do raio de influência de 100km formado em função da polaridade exercida por Barreiras.

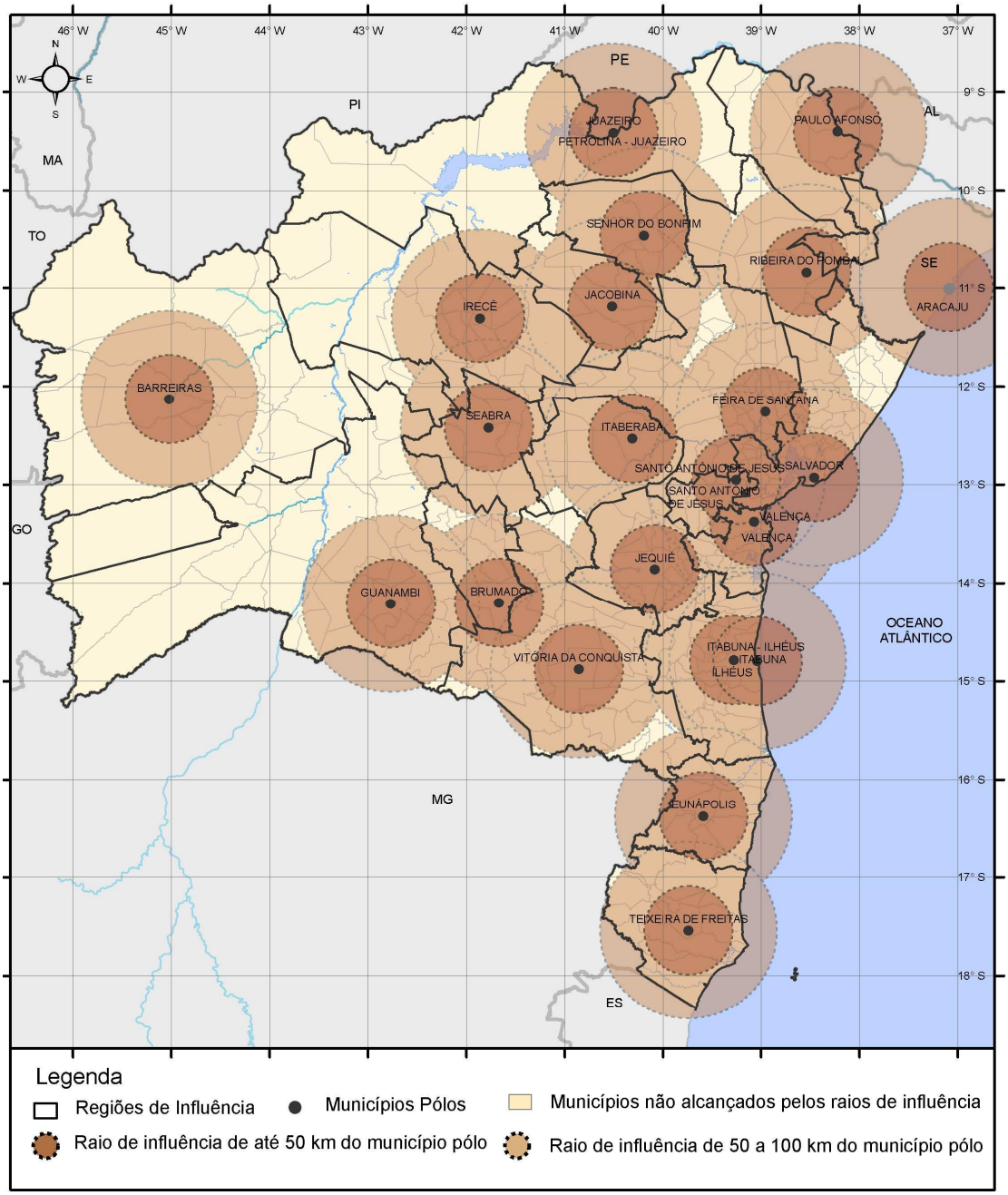
A partir dessas distâncias relativas de influência do pólo principal de cada RI, foi feito um segundo mapa (Mapa 7) mais detalhado, que, por sua vez, considerou outras duas variáveis para a sua elaboração, quais sejam:

(i) população urbana do município para caracterizar o tamanho do centro urbano – até 10.000 hab, de 10.000 a 20.000 hab, 20.000 a 50.000 hab, 50.000 a 200.000 hab, 200.000 a 500.000 hab., e acima de 500.000 hab;

(ii) a infraestrutura viária de melhor acessibilidade aos pólos.

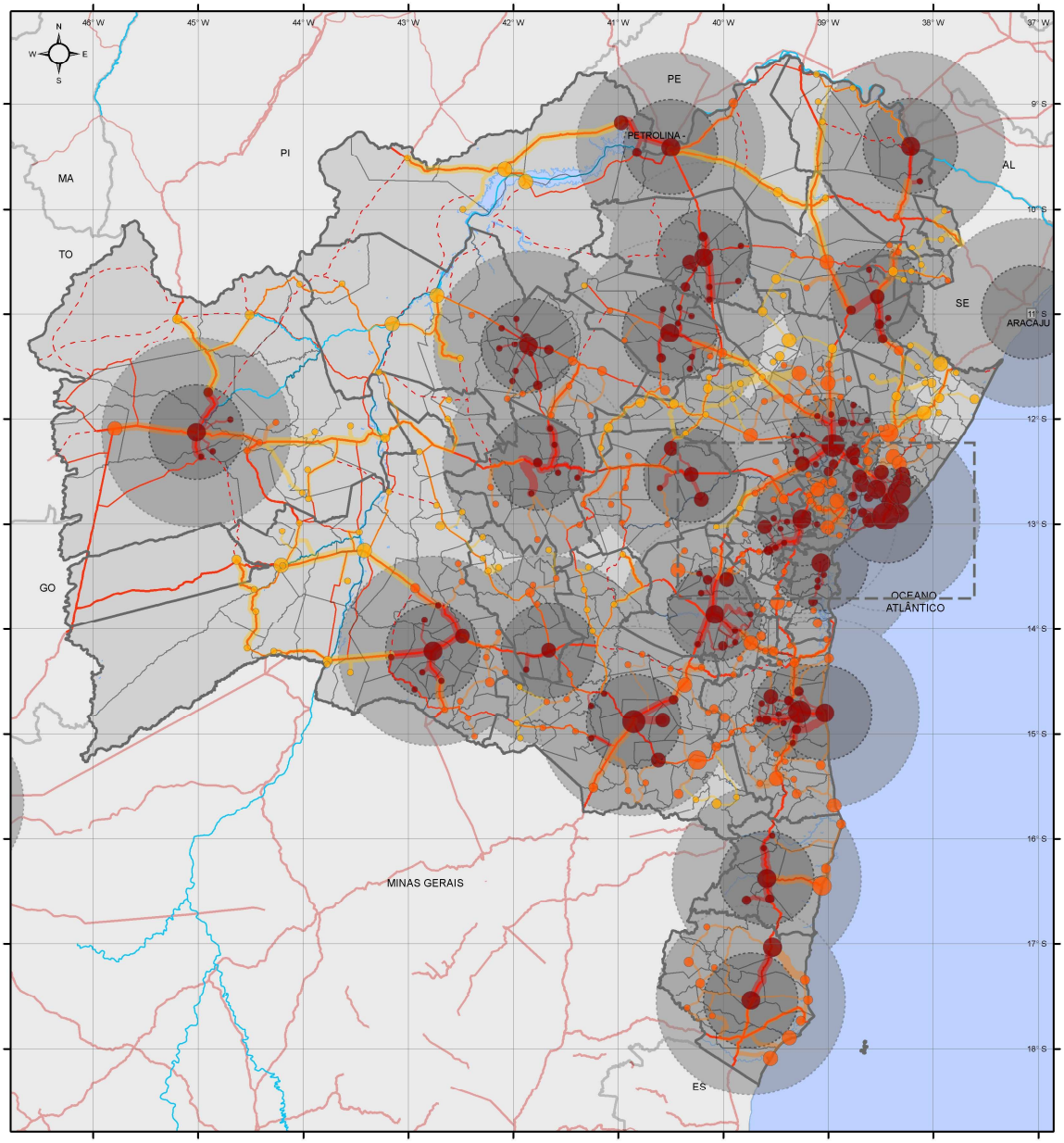
Considerando as variáveis acima, o mapeamento foi realizado com a composição de três escalas de cores - do mais intenso para o mais claro (vermelho, laranja e amarelo) - como indicativos das distâncias relativas a serem percorridas e dadas aproximadamente a partir dos três raios de influência (0-50 km, 51-100km e acima de 100km). Desta forma, os centros urbanos que se constituem em círculos que variam de tamanho, de acordo com a sua população, estão também simbolizados pelas três cores que indicam as distâncias que devem ser percorridas pela população de um dado centro urbano até o município pólo.

Figura 27: Distâncias-raios de influência a partir das cidades pólos das RIs



Fonte: Vertrag (2010)

Mapa 7: Distâncias relativas de influência do pólo principal de cada RI



MAPA 07 - DINÂMICAS DE PÓLOS E FLUXOS DAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA

Legenda

Regiões de Influência
Principais Hidrovias
Principais Rodovias
Federal
Estadual
Principais Rodovias Planejadas
Raios de influência do município pólo
Até 50 Km do município pólo
Entre 50 e 100 Km do município pólo
Mais de 100 Km do município pólo

Representação dos Centros Urbanos Municipais * :
1 - Proximidade com o Município Pólo
Alta
Média
Baixa
2 - População Urbana
Acima de 500.000 hab.
Entre 200.000 a 500.000 hab.
Entre 50.000 a 200.000 hab.
Entre 20.000 a 50.000 hab.
Entre 10.000 a 20.000 hab.
Até 10.000 hab.

Representação das Interligações dos Centros Urbanos* :
1 - Proximidade do Município Interligado
Alta
Média
Baixa
2 - Rodovia da Interligação
Federal
Federal e Estadual
Estadual

Fonte: DERBA, 2007
REGIC, 2007.
Organização: VERTRAG, 2010

Escala: 1:4.000.000
0 25 50 100 150 200 km

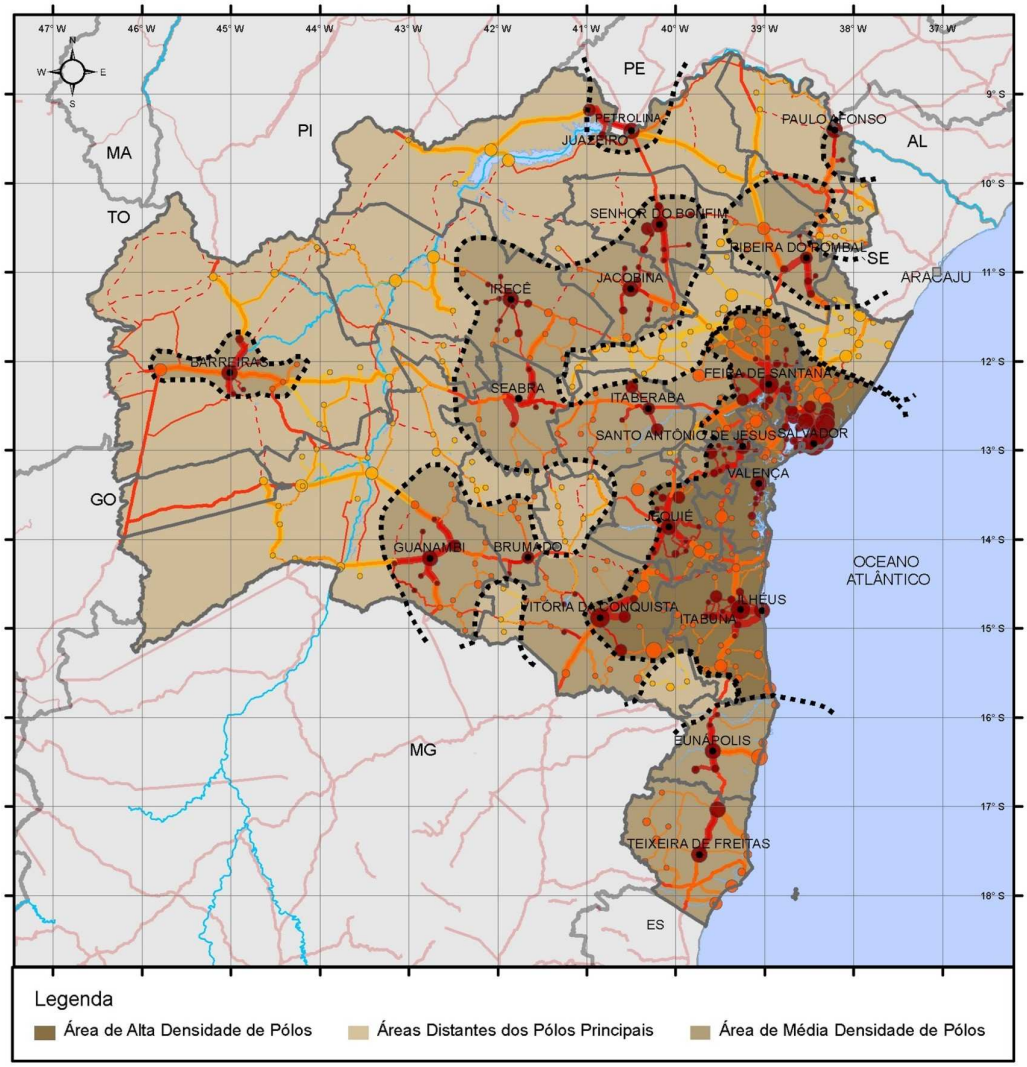
Projeção Policônica

* - As representações dos Centros Urbanos e suas interligações são formadas pelas legendas de cor (1- ambas pela proximidade) e pelas legendas referentes a dimensão dos símbolos (2 - respectivamente círculos representando a população urbana e linhas representando a rodovia da interligação).

Os caminhos a serem percorridos para deslocamento de um dado centro urbano até o seu pólo principal também estão indicados e representados por essas três cores/distâncias. Assim, por exemplo, as áreas onde predominam o amarelo, indicam aquelas onde as distâncias ultrapassam em 100km, o que sinaliza com maior precisão as porções territoriais onde se localizam populações em centros urbanos que necessitam percorrer grandes distâncias para chegar ao seu pólo principal. O detalhamento que se verifica no Mapa 7 pode ser melhor visualizado na escala 1:1.500.000, do mapa que segue anexo ao relatório (Apêndice 1). Esta base referencial foi utilizada também para a confecção dos mapas de síntese analítica para as especificidades por Regiões de Influência (Subcapítulo 4.5).

Além disso, a base elaborada permitiu a distinção de três compartimentos territoriais, também utilizadas para as leituras setoriais: (i) área de alta densidade de pólos, (ii) área de média densidade de pólos e (iii) áreas distantes do pólo principal das RIs; que foram possíveis de ser identificadas a partir da verificação do número de pólos das RIs em relação à sua extensão territorial, conforme representado na Figura 28.

Figura 28: Compartimentos territoriais obtidos a partir da densidade de pólos



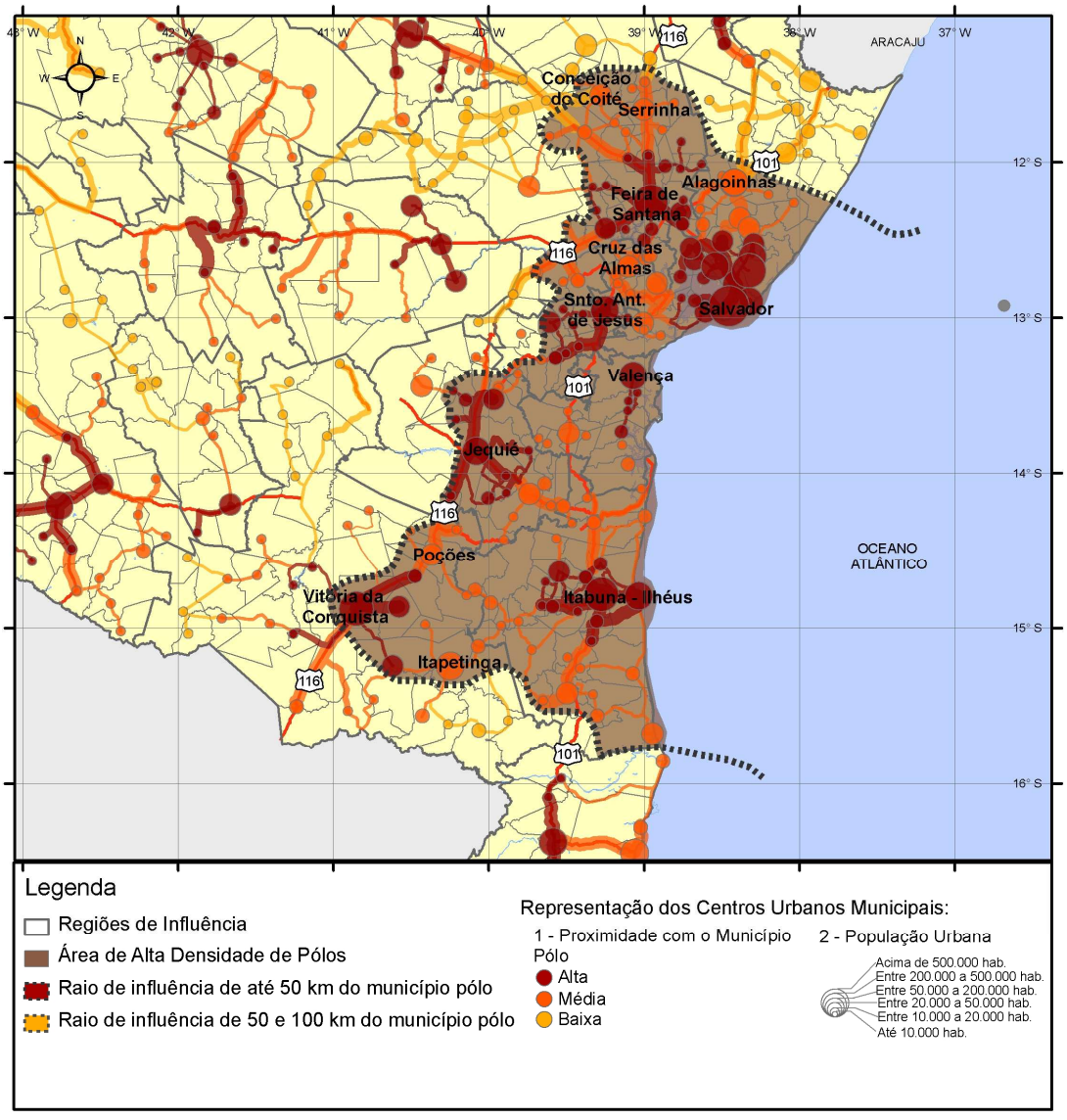
Fonte: Vertrag (2010)

Uma análise qualitativa desses compartimentos territoriais, considerando principalmente as suas relações em rede, é apresentada a seguir.

1) Área de Alta Densidade de Pólos

O compartimento territorial de alta densidade de pólos é identificado pela concentração inequívoca de centros urbanos, especialmente na região leste do Estado, sendo esta caracterizada não somente por uma alta densidade de centros urbanos, mas também por estes se distinguirem como os níveis mais altos da hierarquia da rede urbana do Estado da Bahia. Abarca áreas de raios de influência situadas entre 50 ou 100 km a partir da centralidade exercida pelas cidades de Salvador, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Valença, Jequié e Vitória da Conquista (esta última localizada mais a sudoeste que as demais).

Figura 29: Área de alta densidade de pólos



Fonte: Vertrag (2010)

Assim, portanto, as áreas das RIs formadas pelas centralidades que são mais rarefeitas em relação ao número de centros urbanos, bem como aqueles centros distantes mais de 100km destes pólos não se inserem na lógica deste compartimento territorial. Isso ocorre com porções territoriais ao Norte da RI de Salvador, no arco Norte-Oeste da RI de Feira de Santana, a Leste da RI de Santo Antônio de Jesus e Jequié e no Arco Norte-Oeste-Sul de Vitória da Conquista.

Essas cidades pólos formaram-se ao longo de duas rodovias federais de importância nacional: a BR 101 e a BR 116, cuja pavimentação, ao longo da década de 1960, facilitou a inter-relação da Bahia com os demais estados do Nordeste, bem como com o restante do Brasil. Considerando-se que essas rodovias permitem a circulação de pessoas e mercadorias entre os extremos Norte e Sul do Brasil, as áreas por onde passam apresentam maior dinamicidade, quando comparada aos locais dependentes de rodovias estaduais, em função da escala de influência.

Destacam-se ainda como sendo os municípios mais antigos do Estado, os quais se formaram como consequência direta do modelo de colonização adotado que privilegiou a exploração dos recursos naturais do domínio da Mata Atlântica, bem como a criação de cidades ao longo da costa litorânea. Tem-se, assim, a cidade de Salvador, primeira capital brasileira, e a consolidação das principais cidades baianas nessa primeira faixa, contribuindo para a consolidação de uma rede urbana com tendência à macrocefalia.

O porte dos municípios, cuja média em extensão está entre a menor do Estado, confirma a condição de consolidação urbana desta área. Muito embora as Regiões de Influência conformadas a partir de 4 dentre esses pólos sejam caracterizadas por saltos hierárquicos de 2 a 3 degraus (Salvador, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista) – Quadro 5 a seguir, nesta região, tais degraus podem ser desconsiderados sob a ótica da proximidade e forte influência de Salvador que, uma vez metrópole de influência nacional, polariza todos os demais pólos do Estado.

Quadro 5: Saltos Hierárquicos na área de alta densidade de pólos da Bahia

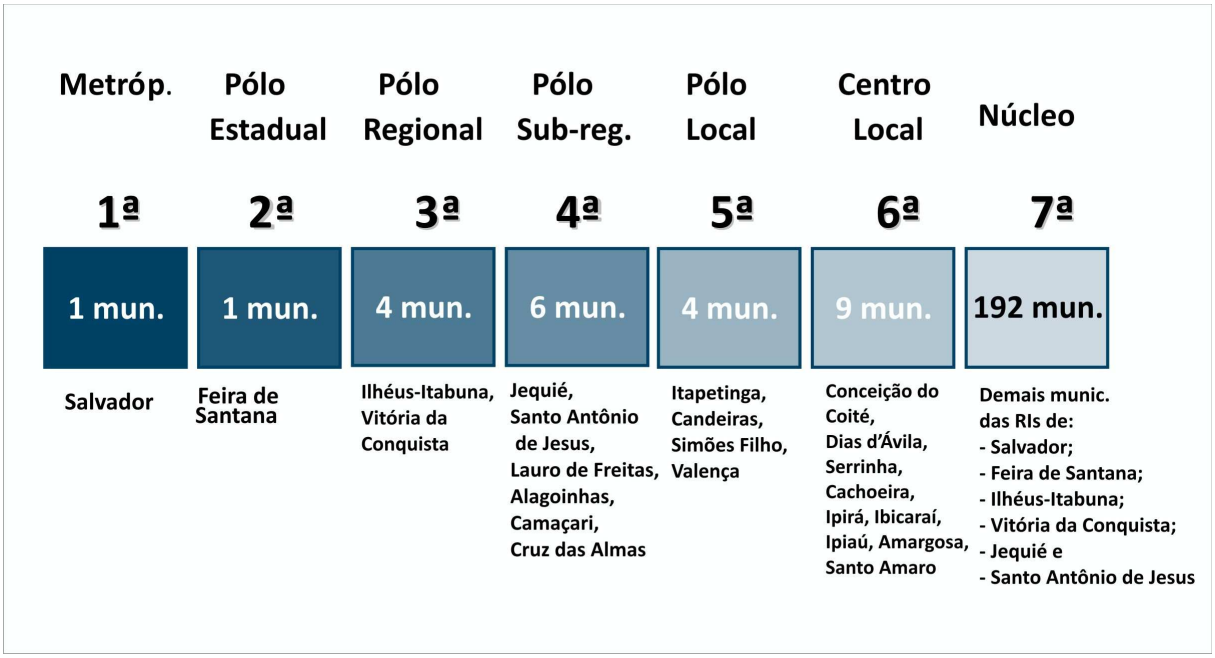
Classificação	Metrópole	Pólo Estadual	Pólo Regional	Pólo Sub-regional	Pólo Local	Centro Local	Núcleo	Saltos Hierárquicos	Nº total mun.
Posição Hierárquica (PH)	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª		
Salvador	1			4	2	3	39	2	48
Feira de Santana		1				3	50	3	54
Ilhéus-Itabuna			2			1	29	2	32
Vitória da Conquista			1		1		34	3/1	36
Jequié				1		1	20	1	22
Santo Antônio de Jesus				1		1	12	1	14
Valença						1	12	0	13

Fonte: Vertrag (2010)

Sendo assim, este compartimento territorial pode ser visto, sob a ótica dos saltos hierárquicos, a partir da somatória das suas centralidades nos vários níveis (Figura 29). Sob essa perspectiva, pode-se inferir que este compartimento territorial consiste na região mais equilibrada da Bahia, de alta densidade hierárquica e sem saltos hierárquicos. Possui uma alta concentração de fixos (a mais alta do Estado – Gráfico 2) e, além disso, conforme pode-

se visualizar no Quadro 6, a concentração das variáveis apresenta-se predominantemente entre as classificações máxima e média. Essa situação indica uma distribuição mais equitativa dos fixos e, consequentemente, menores deslocamentos em busca de bens e serviços.

Figura 30: Saltos Hierárquicos da rede na área de alta densidade de pólos da Bahia



Fonte: Vertrag (2010)

Quadro 6: Concentração espacial de variáveis selecionadas

Município	Comércio/Serviço		Bancos		Saúde			Ensino Superior			Gestão
	comércio raro	serviço raro	agências bancárias	volumes ativos (1000 reais)	médicos especialistas	equipamentos médicos	especialidades médicas	cursos de graduação	IES	cursos de pós graduação	Instituições/ Órgãos
Salvador											
Feira de Santana											
Vitória da Conquista											
Ilhéus											
Itabuna											
Jequié											
Santo Antônio de											
Valença											

Máxima Alta Média Baixa Mínima

Fonte: Vertrag (2010)

De fato, nessa área, os deslocamentos até os pólos principais não ultrapassam 100 km, podendo-se nesta linha distinguir três tipos de formações urbanas, quando consideradas a sua localização a partir de Salvador, lembrando a forte polarização que exerce:

(i) a primeira, no entorno direto de até 100 km de Salvador o conjunto formado pela capital e Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Valença, sendo que entre os mesmos as distâncias de qualquer cidade até um desses pólos não ultrapassam 50 km. Destacam-se neste contexto Alagoinhas (4ª pos. hier.), Serrinha (6ª pos.hier.), Conceição do Coité (6ª pos. hier.), Cruz das Almas (4ª pos. hier.);

(ii) a segunda, no entorno de até 250 km de Salvador, Jequié na BR 116 e Ilhéus-Itabuna na BR 101, constituem formações que se caracterizam pela proximidade de um número acima da média estadual de centros urbanos com alguma concentração de bens e serviços, na órbita de 50 km a partir de suas posições centrais - ambos com 11 centros urbanos neste raio de influência. Destaca-se ainda que Ilhéus e Itabuna podem ser caracterizados como uma aglomeração urbana;

(iii) a terceira, Vitória da Conquista, localizada a mais de 300 km de Salvador, caracteriza-se por uma rede que tende a ser mais rarefeita a Oeste a partir do eixo da BR 116 (área que não foi incorporada neste compartimento territorial), sendo, contudo, melhor constituída em termos de centralidades urbanas ao Leste - Poções (7ª pos. hier.) e Itapetinga (5ª pos. hier.) – com densidade de pólos e de número de centros urbanos que encontra similaridades com o conjunto de mais alta densidade de pólos.

2) Área de Média Densidade de Pólos

O compartimento territorial de área de média densidade de pólos (Figura 28) é caracterizado pelos centros urbanos que se localizam a aproximadamente entre 100 e 150 km do pólo principal da RI a qual pertencem. Formam uma área contínua, de Sul ao Leste da região de alta densidade de pólos tratada no item anterior, com exceção de Barreiras que se encontra ilhada, a Oeste do Estado. É constituído, com exceção de Juazeiro e Barreiras (ambas Pólo Regional, 3ª pos. hier.), em sua maioria por centralidades de influência intermediária da rede urbana Baiana – Pólos Sub-regionais e Pólos Locais (4ª e 5ª pos.hier.). Destaca-se que as Regiões de Influência de Barreiras, Guanambi, Irecê e Juazeiro possuem vastas áreas, além do raio de 100 km, determinados a partir de seu pólo urbano, tratado no próximo item: áreas distantes dos pólos principais.

Os pólos sub-regionais e locais caracterizam-se por centralidades com atividades de gestão menos complexas e de área de atuação mais reduzida. Pode-se constatar que a concentração espacial de variáveis selecionadas situam-se entre baixa e média, sendo que somente no item gestão, alguns municípios possuem variáveis que oscilam entre alta e máxima concentração. Observa-se ainda que Barreiras e Juazeiro, centros urbanos de hierarquia diretamente superior – Pólo Regional (3ª pos. hier.), possuem mais itens que oscilam entre média e máxima concentração de variáveis, aproximando-se da situação de alguns centros urbanos da área de alta concentração de pólos.

Esses centros urbanos intermediários distinguem-se daqueles da área de alta densidade de pólos em razão da distância entre os mesmos, que varia entre 100 a 150 km, sendo que entre eles as áreas são predominantemente rurais. Assim, os centros urbanos localizados nesta região intermediária e rural possuem, como característica básica, bens e serviços de atendimento primordialmente das necessidades cotidianas da população, sendo que para as demais, as pessoas tendem a se deslocar de 50 a 100 km até municípios pólos.

Quadro 7: Concentração espacial de variáveis selecionadas de bens e serviços

Município	Comércio/ Serviço		Bancos		Saúde			Ensino Superior			Ges-tão
	Comércio raro	Serviço raro	Agências bancárias	volumes ativos (1000 reais)	médicos especialistas	equipamentos médicos	especialidades médicas	cursos de graduação	IES	cursos de pós graduação	Instituições/ Órgãos
Barreiras											
Juazeiro											
Teixeira de Freitas											
Eunápolis											
Paulo Afonso											
Irecê											
Guanambi											
Senhor do Bonfim											
Brumado											
Jacobina											
Itaberaba											
Ribeira do Pombal											
Seabra											

Máxima Alta Média Baixa Mínima

Fonte: Vertrag (2010)

De acordo com o Quadro 8, Barreiras, Teixeira de Freitas, Senhor do Bonfim, Guanambi e Eunápolis, destacam-se por possuírem subpólos com média, baixa e mínima concentração de bens e serviços (Tabela 2) e que, sendo assim, contribuem regionalmente para a descentralização de alguns serviços do município pólo da RI. Verifica-se que tais centros urbanos localizam-se de maneira geral no raio acima de 50 km em relação ao pólo urbano regional.

Seabra, que conforma uma Região de Influência de posição central no Estado, constitui-se no pólo que ocupa último lugar dentre os centros urbanos de 1ª a 6ª posição hierárquica, deficiente portanto no número de concentração de bens e serviços para atendimento da população que abrange. De acordo com o

Quadro 7, destaca-se também Ribeira do Pombal com fortes indicativos de fragilidade na manutenção de uma centralidade adequada, com concentrações espaciais das variáveis selecionadas situando-se entre mínima e baixa.

Verifica-se também, no Quadro 8 que, as Regiões de Influência de Barreiras, Juazeiro, Paulo Afonso e Irecê possuem de 2 a 3 saltos hierárquicos, sinalizando, a forte centralidade que exercem, o que corrobora para uma fragilidade de suas redes urbanas, tendo em vista uma baixa densidade hierárquica.

Quadro 8: Saltos Hierárquicos na área de média densidade de pólos

Classificação	Metrópole	Pólo Estadual	Pólo Regional	Pólo Sub-regional	Pólo Local	Centro Local	Núcleo	Saltos Hierárquicos	Nº total mun.
Posição Hierárquica (PH)	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª		
Barreiras			1		1		19	3/1	21
Juazeiro			1				8	3	9
Irecê				1			22	2	23
Paulo Afonso				1			8	2	9
Teixeira de Freitas				1	1		11	1	13
Eunápolis				1	1		6	1	8
Senhor do Bonfim					1	1	8	0	9
Guanambi					1	2	35	0	38
Jacobina					1		14	1	15
Brumado					1		10	1	11
Itaberaba						1	9	0	10
Ribeira do Pombal						1	13	0	14
Seabra						1	9	0	10

Fonte: Vertrag (2010)

A maior parte dos centros de hierarquia intermediária ou superior é antiga, anterior ao início do século XX. Excetuam-se poucos, tais como Itabuna, Irecê, Guanambi, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Eunápolis, criados no século XX. Dentre esses, é necessário ressaltar os dois últimos, pois ambos se localizam na região Sul do Estado e foram criados na década de 1980, respectivamente em 1985 e 1988. Portanto, constata-se que a rede urbana baiana tem como característica predominante ser formada por centros antigos, e que poucas mudanças operaram-se em sua conformação nas últimas décadas.

c) Áreas Distantes dos Pólos Principais

Este compartimento caracteriza-se por áreas muito distantes (acima de 100 km) de qualquer pólo de nível intermediário ou superior (Figura 28), constituídas por centralidades principais das Regiões de Influência adotadas. Abarca municípios com grandes áreas nas Regiões de Influência de Juazeiro, Irecê, Barreiras, Guanambi, além do município de Correntina, sendo que as distâncias de alguns destes centros urbanos até o pólo principal chegam a 300km.

Existem nesta região, no entanto, um conjunto de 13 centros urbanos com concentração espacial de bens e serviços que variam de baixa para mínima, mas que possuem população entre 20.000 e 50.000 habitantes, destacando-se destes Bom Jesus da Lapa, Centro Local (6ª pos. hier.) com aproximadamente 60.000 habitantes.

Quadro 9: Concentração espacial de variáveis selecionadas de bens e serviços

Município	Comércio/ Serviço		Bancos		Saúde			Ensino Superior			Gestão
	comércio raro	serviço raro	agências bancárias	volumes ativos (1000 reais)	médicos especialistas	equipamentos médicos	especialidades médicas	cursos de graduação	IES	cursos de pós graduação	Instituições/Órgãos
Bom Jesus da Lapa											
Santa Maria da											
Ibotirama											
Cícero Dantas											
Macaúbas											
Santana											
Barra											
Paramirim											
Riacho de Santana											
Valente											
Xique-Xique											
Boquira											
Rio Real											
Serra Dourada											

Máxima Alta Média Baixa Mínima

Fonte: Vertrag (2010)

Embora exerçam pouca centralidade, localizam-se em posições estratégicas, na porção territorial de 100 km de margem ao longo do rio São Francisco, nas RIs de Irecê, Barreiras e Guanambi. Barra e Xique-Xique (RI de Irecê), Ibotirama (RI Barreiras) e Bom Jesus da Lapa (RI Guanambi) localizam-se às margens deste rio em sua porção navegável. Além disso, a sede do município de Correntina, localiza-se 53 km próximo de Santa Maria da Vitória.

Outras grandes áreas localizadas ao Leste da RI de Guanambi, todo o arco Sudeste-Norte e Nordeste da RI de Barreiras, Leste e Oeste de Juazeiro constituem áreas isoladas e distantes de qualquer centralidade urbana. Destacam-se na RI de Juazeiro, os centros urbanos de Remanso e Sento Sé, localizados às margens da represa do rio São Francisco, ambos com população urbana de aproximadamente 20.000 habitantes.

Finalmente, ao Norte da RI de Vitória da Conquista e Brumado, áreas distantes de pólos se explicam pela sua localização, distante dos grandes eixos viários de acessibilidade regional no sentido Leste-Oeste do Estado (BR 242 e BR 349). São possivelmente áreas de baixa trafegabilidade em função de sua condição viária. A mesma análise pode ser inferida para a região do arco Oeste-Norte da RI de Feira de Santana.

4.4 A Rede Urbana da Bahia por Indicadores Selecionados

Os subcapítulos a seguir, analisam a rede urbana da Bahia à luz dos três compartimentos territoriais detalhados anteriormente (área de alta densidade de pólos, área de média densidade de pólos e áreas distantes de pólos), qualificando-os através de indicadores selecionados para os aspectos ambientais, demográficos, socioeconômicos, infraestrutura logística, habitação e infraestrutura urbana básica.

4.4.1 Aspectos Ambientais

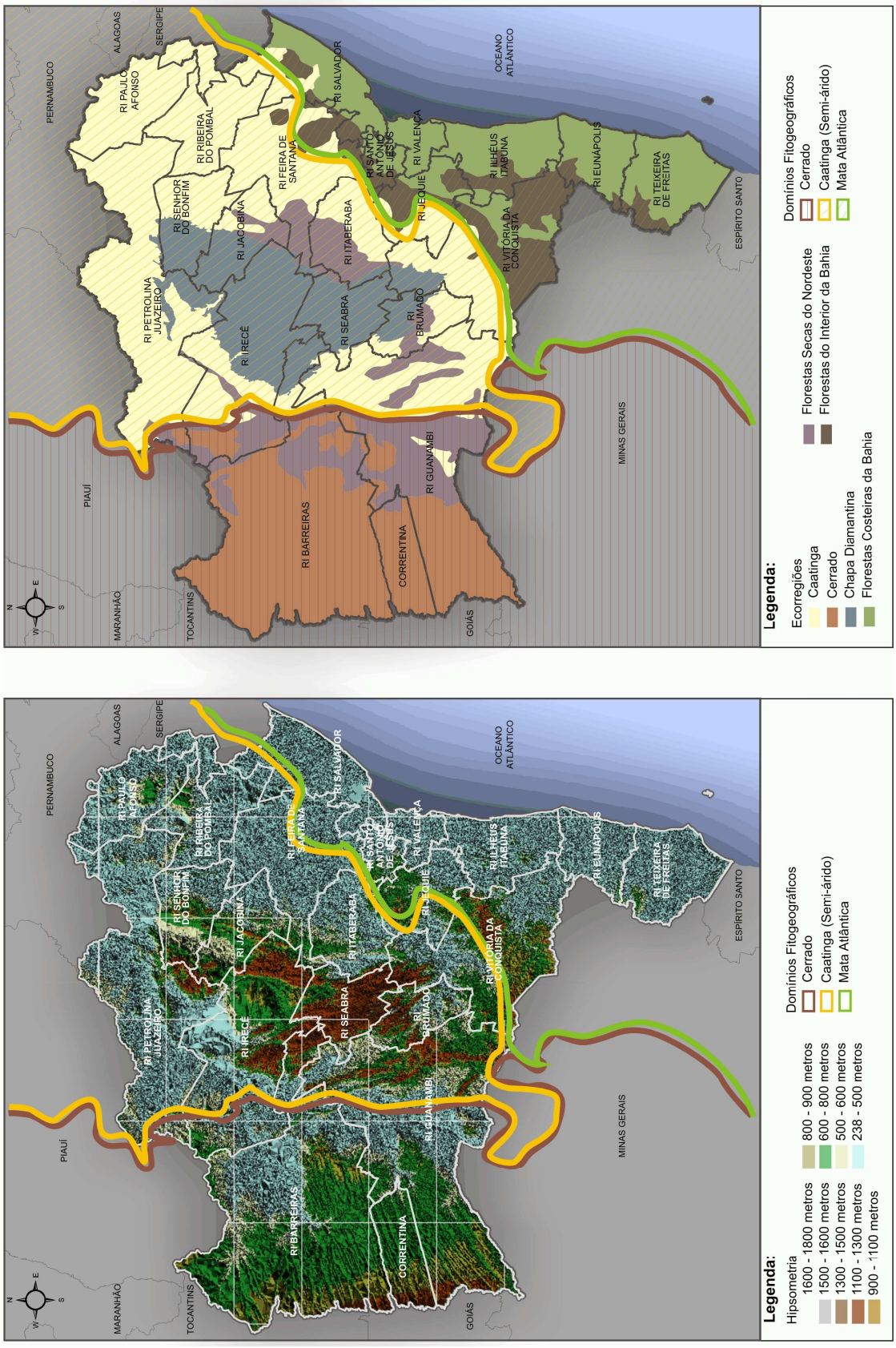
Os três compartimentos territoriais identificados a partir da densidade de pólos da rede urbana do Estado da Bahia apresentam contornos similares aos três domínios morfoclimáticos e fitogeográficos[18] que cruzam o seu território de leste a oeste (Figura 31): Mata Atlântica para a área de alta densidade de pólos, Caatinga para a área de média densidade de pólos e Cerrado nas áreas distantes de pólos.

Tal similaridade pode ser explicada pelo processo de ocupação do território baiano, cuja início relaciona-se à própria história da colonização brasileira, ocorrendo do litoral em direção a oeste do Estado. A região Leste, onde se localiza a área de alta densidade de pólos é, portanto, a mais densa também em termos de população e a mais antropizada do Estado. Como conseqüência, o domínio da Mata Atlântica foi aquele que mais foi impactado ao longo do tempo em decorrência da expansão urbana e de atividades agrícolas e pecuárias. A agricultura, em conjunto com a exploração da madeira e as queimadas, reduziu as florestas costeiras da Bahia a cerca de 8% da sua cobertura original (PERH, 2003). Verifica-se também que nesse domínio, somente pequenas porções encontram-se protegidas por lei sob a forma de unidades de conservação de caráter público ou privado. Ainda, destaca-se nessa região, o nível de vulnerabilidade elevada para os picos pluviométricos, especialmente, em áreas urbanas de encostas e fundos de vale ocupados informalmente, onde os deslizamentos e inundações são frequentes.

O domínio da Mata Atlântica é um ecossistema que possui feições variadas quando se trata dos índices pluviométricos, já que apresenta variações de 800 mm a.a. mais à oeste da faixa litorânea a 2.000 mm a.a no Recôncavo, com temperaturas médias anuais de cerca de 23ºC, caracterizando-se por apresentar um clima quente e úmido sem estação de seca. (Figura 33). Possui uma faixa de transição entre o subúmido e seco, onde se destaca a Serra Geral que, com altitudes entre 200-800 m, constitui-se em uma conformação linear, de relevo acidentado, delimitando o domínio da Mata Atlântica a oeste - localizam-se nesta área cidades como Vitória da Conquista e Jequié. As porções territoriais situadas a leste da Serra Geral conformam, por sua vez, a planície litorânea, ou um conjunto de terras situadas abaixo de 400 m de altitude, apresentando pequenas elevações, morros e colinas e tendo como principal característica a existência de praias e os areais.

18 Domínio morfoclimático e fitogeográfico pode ser considerado como o conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial onde há um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas (AB'SÁBER, 2003).

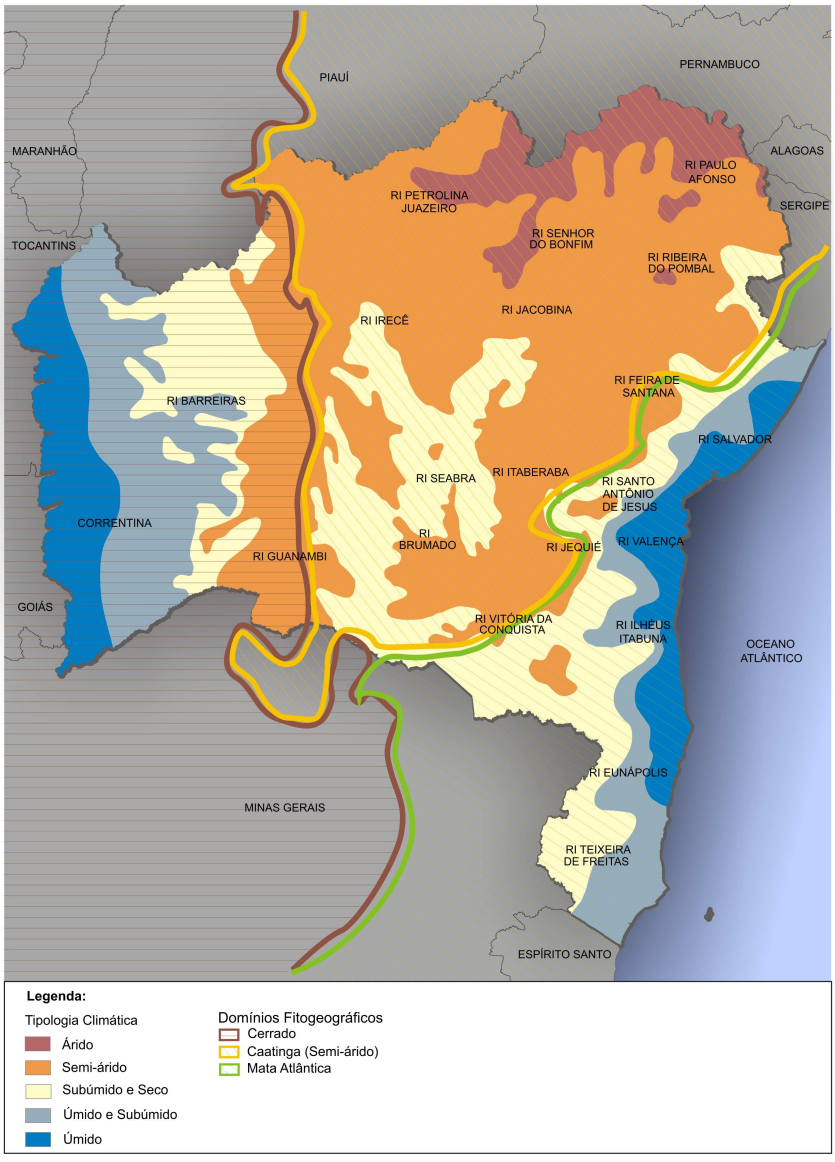
Figura 31: Hipsometria, ecorregiões e domínios fitogeográficos da Bahia



Fonte: Vertrag (2010)

A oeste do domínio da Mata Atlântica, na área abrangida pela Caatinga, predomina a região caracterizada como de média densidade de pólos da rede urbana baiana, e onde estão localizadas as cidades de posição hierárquica intermediária, com exceção de Juazeiro que, às margens do rio São Francisco, apresenta uma dinâmica diversa dos demais centros inseridos nesse domínio fitogeográfico. Nessa região, os centros apresentam extensões territoriais médias, acarretando em uma densidade de centros mais rarefeita que na região da Mata Atlântica, na qual os municípios são pequenos ou médios territorialmente, quando comparados com o restante do Estado. A ocupação dessa área, apesar de se apresentar antiga, ocorreu com menos intensidade, na medida em que foi utilizada principalmente para o desenvolvimento de uma economia pautada na pecuária extensiva, complementar à que se desenvolvia nas porções litorâneas.

Figura 32: Tipologia climática na Bahia



Fonte: Vertrag (2010)

Nesse domínio predomina, portanto, menor densidade demográfica dos centros urbanos em relação à região costeira, sobre uma rede hidrográfica formada por cursos de água temporários e que abrange quase toda a região semi-árida do Estado. Nessa porção, os índices pluviométricos caracterizam-se pelas baixas precipitações (inferiores a 700 mm

a.a) e temperaturas médias anuais superiores à 26ºC. Com quantidade de água insuficiente e restrições climáticas que duram em torno de seis meses ou mais, a região abrangida por esse ecossistema é a que encontra maiores dificuldades para o desenvolvimento econômico. Segundo o atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, publicado pela Secretaria de Recursos Hídricos (2007), setores deste ecossistema são ainda mais vulneráveis à desertificação devido às características do solo existente na margem esquerda do rio São Francisco, no Oeste baiano. Afirma que no Nordeste baiano, na região Raso da Catarina (que abrange os municípios de Jeremoabo e Paulo Afonso, estendendo-se até Ribeira do Amparo na direção Sul e adentrado pelo estado de Pernambuco), reside a maior concentração de áreas consideradas como altamente vulneráveis à desertificação devido às condições climáticas e geomorfológicas. Tal situação ocorre ainda no Baixo Médio São Francisco e à margem esquerda do lago de Sobradinho (Figura 33). Destaca-se, entretanto, o alto potencial de disponibilidade hídrica subterrânea existente neste domínio, contrapondo-se às extensas áreas vulneráveis à desertificação do Estado.

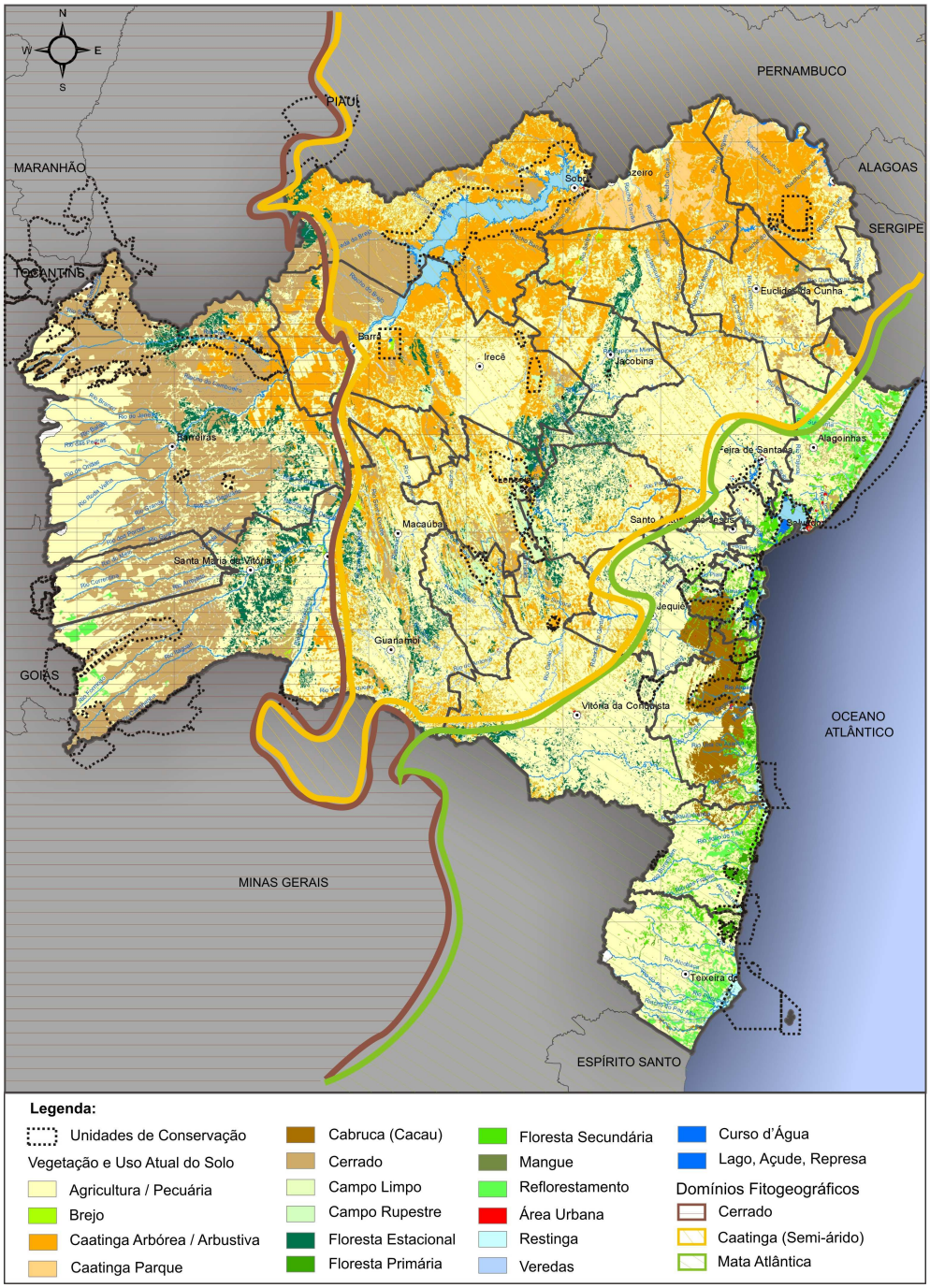
Porém, é na Caatinga que se localiza um dos mais encantadores pontos turísticos pela sua beleza e riqueza natural: a Chapada da Diamantina. Constituída por um conjunto de terrenos elevados (Planalto do Espinhaço – Serra do Sincorá, Serra do Barbado, Serra do Espinhaço, Serra da Mangabeira e Serra do Angelim), com altitude média de 1.200 m, abriga os picos mais altos da Bahia: o Pico das Almas (1.836m) e o Pico do Barbado (2.033m).

Ainda, no domínio da Caatinga, estende-se a oeste do planalto do Espinhaço, a depressão São Franciscana (o Planalto do Espinhaço é divisor de águas dos afluentes do rio São Francisco a Oeste e dos rios que seguem para o atlântico ao Leste). Constituindo-se de terras de baixa altitude (400 m) e relativamente planas, estende-se para além do rio São Francisco, sobre o domínio do Cerrado, até alcançar o início do Planalto Ocidental. Apesar da forte presença do rio São Francisco que cruza o Estado nesta porção territorial, a depressão São Franciscana consiste em região de áreas distantes de pólos da rede urbana da Bahia que, por sua vez, estende-se a partir deste ponto até o limites oeste, norte e sudoeste do Estado. É a área da rede urbana mais rarefeita, com alguns centros de hierarquia mais baixa, os quais se apresentam dispersos pelo território em função do grande tamanho territorial dos municípios. Além disso, vale destacar que a área do Cerrado foi a última a ser efetivamente ocupada e explorada. Isso é constatado quando se verifica que muitos municípios dessa região são de origem recente - após a década de 1960.

O Cerrado apresenta temperaturas médias anuais que variam de 18ºC nas áreas mais elevadas e 22ºC nas áreas mais baixas, com totais pluviométricos variando entre 800 e 1.100 mm a.a, caracterizando, assim, como de clima quente e úmido com estações de seca.

No Cerrado, o cultivo de sequeiros (cultura agrícola que cresce sem a necessidade de adição de água ao solo por meio de irrigação) são predominantes nos limites do Estado da Bahia com os de Tocantins e Goiás, pois são favorecidos pelas chuvas e pela localização da maioria dos afluentes do rio São Francisco. Cabe destacar que ações danosas e mal planejadas, que desrespeitam as deficiências existentes no Cerrado, ferem as regras do desenvolvimento sustentável, sendo responsáveis pela degradação das nascentes, assoreamentos e contaminação dos rios devido ao uso indiscriminado de suas águas, sobretudo para irrigação. Além disso, revelam-se em impactos expressivos sobre a destruição da cobertura vegetal e com sérias repercussões na vida animal, devido, primordialmente, à crescente utilização de terras para a lavoura.

Figura 33: Vegetação, uso atual do solo e unidades de conservação



Fonte: Vertrag (2010)

Nessa região agricultável, na porção oeste da Bahia, sobre o Planalto Ocidental - formado por um grande chapadão com altura aproximada de 800m - observam-se algumas áreas mais elevadas (800 - 1.200m), chamadas de Espigão Mestre (divisa com Goiás) e Serras do Piauí e Tabatinga (divisa com o Piauí). Nela localiza-se Barreiras, município que se destaca pela centralidade que exerce e que conforma, de forma isolada, uma pequena porção da área de média densidade de pólos.

Haja vista a degradação que se verifica nos ambientes naturais baianos, seja pela ação antrópica urbana, seja pela rural, analisou-se o nível de proteção ambiental do ponto

de vista da abrangência das Unidades de Conservação, como uma das melhores estratégicas de conservação e preservação (Figura 33).

Inseridas no domínio da Mata Atlântica, estão aproximadamente 20 unidades de conservação (UC's), na Caatinga 14 e no Cerrado 11.

As demais categorias de UC's presentes na Bahia são: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Parques Nacionais de Proteção Integral; e Área de Proteção Integral e Área de Relevante Interesse Ecológico de Uso Sustentável.

A área aproximada protegida por unidade de conservação na Bahia é de 5.411.719,49 ha, o que corresponde a 9,6% do Estado, sendo deste percentual, 88,15% de proteção integral e 11,85% de uso sustentável.

Tabela 12: Unidades de Conservação no Estado da Bahia

Sigla	Nome das Unidades de Conservação	Nº de unidades	Área aproximada no Estado (ha)
	Uso Sustentável		
APA	Áreas de Proteção Ambiental	25	4.540.414,10
ARIE	Áreas de Relevante Interesse Ecológico	2	12.685,95
ASPE	Áreas sobre Proteção Especial	-	-
EE	Estação Ecológica	2	192.331,59
FLONA	Florestas Nacionais	2	24.472,65
RESEX	Reserva Extrativista (Estadual)	-	-
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural	-	-
	Proteção Integral		
PARNA	Parques Nacionais	7	450.260,33
PE	Parques Estaduais	3	58.911,40
REBIO	Reservas Biológicas	-	-
	Monumento Natural	2	794,99
RVS	Reservas de Vida Silvestre	2	131.848,48
TOTAL		**45**	5.411.719,49

Fonte: SEIA-BA (2003) e SEMA-BA (2008)

4.4.2 Aspectos Demográficos

Os elementos da demografia constituem-se em aspecto fundamental na caracterização de uma rede urbana. A quantidade de habitantes, os estratos populacionais por cidades e a distribuição da população são fatores levados em consideração em estudos relativos a essa temática, pois revelam aspectos da organização espacial de uma determinada região, estado, ou ainda, cidade.

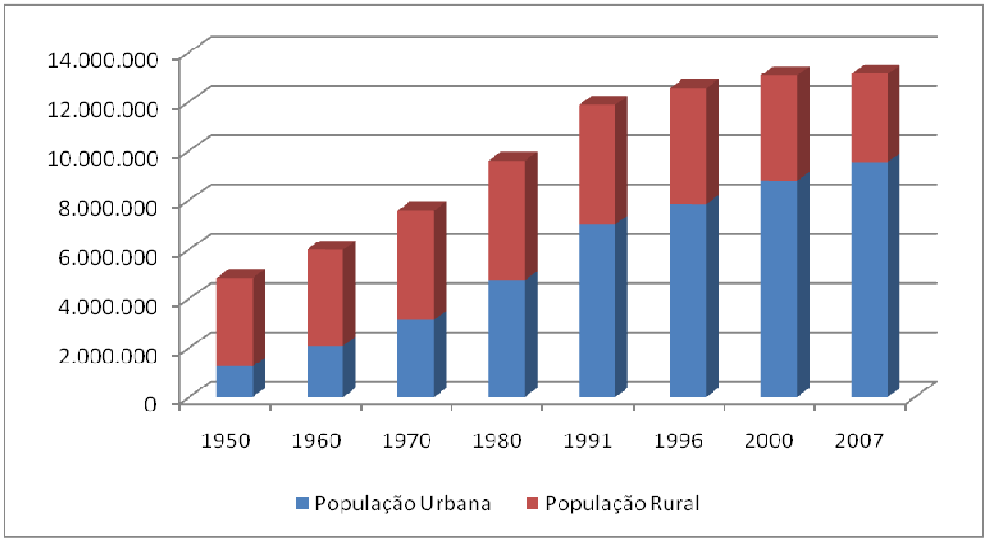
Em se tratando da formulação de políticas públicas de desenvolvimento, seja urbano, rural ou regional, se requer também, além dos fatores citados anteriormente, o conhecimento das dinâmicas demográficas existentes, tais como o esvaziamento ou o crescimento populacional. Tais dinâmicas propiciam o reconhecimento de outros processos em curso que vão além da demografia, evidenciando também questões econômicas, ambientais e sociais.

Nesse sentido, o presente item realizará a contextualização e análise dos principais aspectos demográficos para o Estado da Bahia, destacando a distribuição desigual da população no Estado, a relevância das cidades pequenas e aglomerados rurais, a existência de reduzido número de cidades caracterizadas como grandes ou médias e as dinâmicas de crescimento e esvaziamento populacional. Tais análises serão realizadas com base na configuração territorial dos três compartimentos, proposta a partir da densidade de pólos.

4.4.2.1 Distribuição da população urbana

O Estado da Bahia apresentava, no ano de 2009, segundo o IBGE, uma população estimada de 14.637.364 habitantes, das quais pouco mais de 9 milhões e meio foram computadas como urbana, o que resulta numa taxa de urbanização de cerca de 68% (Gráfico 3). Tal índice posiciona a Bahia abaixo da taxa de urbanização do país, que se situa em torno de 83%.

Gráfico 3: População urbana e rural no Estado da Bahia, 1950-2007



Fonte: IBGE (Censos Demográficos e Contagens Populacionais)

No entanto, deve-se levar em consideração que essa situação não é uma particularidade específica do Estado da Bahia. Quando os dados históricos dos Censos Demográficos são analisados, verifica-se que esse é um fenômeno identificável também em vários outros estados do Nordeste do país.

Na Tabela 13 estão indicadas a população total e a porcentagem da população urbana, segundo os Censos de 1970 a 2000, para cada estado nordestino, para o conjunto do Nordeste e para o Brasil. Através desses dados, observa-se que a transição de população rural para a urbana ocorre de forma menos intensa no Nordeste, quando comparado ao total brasileiro. Essa grande região apresenta características específicas[19] que a diferenciam do restante do país. Nesse sentido, a dinâmica populacional existente na Bahia aproxima-se mais da realidade nordestina do que da brasileira como um todo.

Tabela 13: População total e porcentagem de população urbana para os estados do Nordeste, 1970-2000

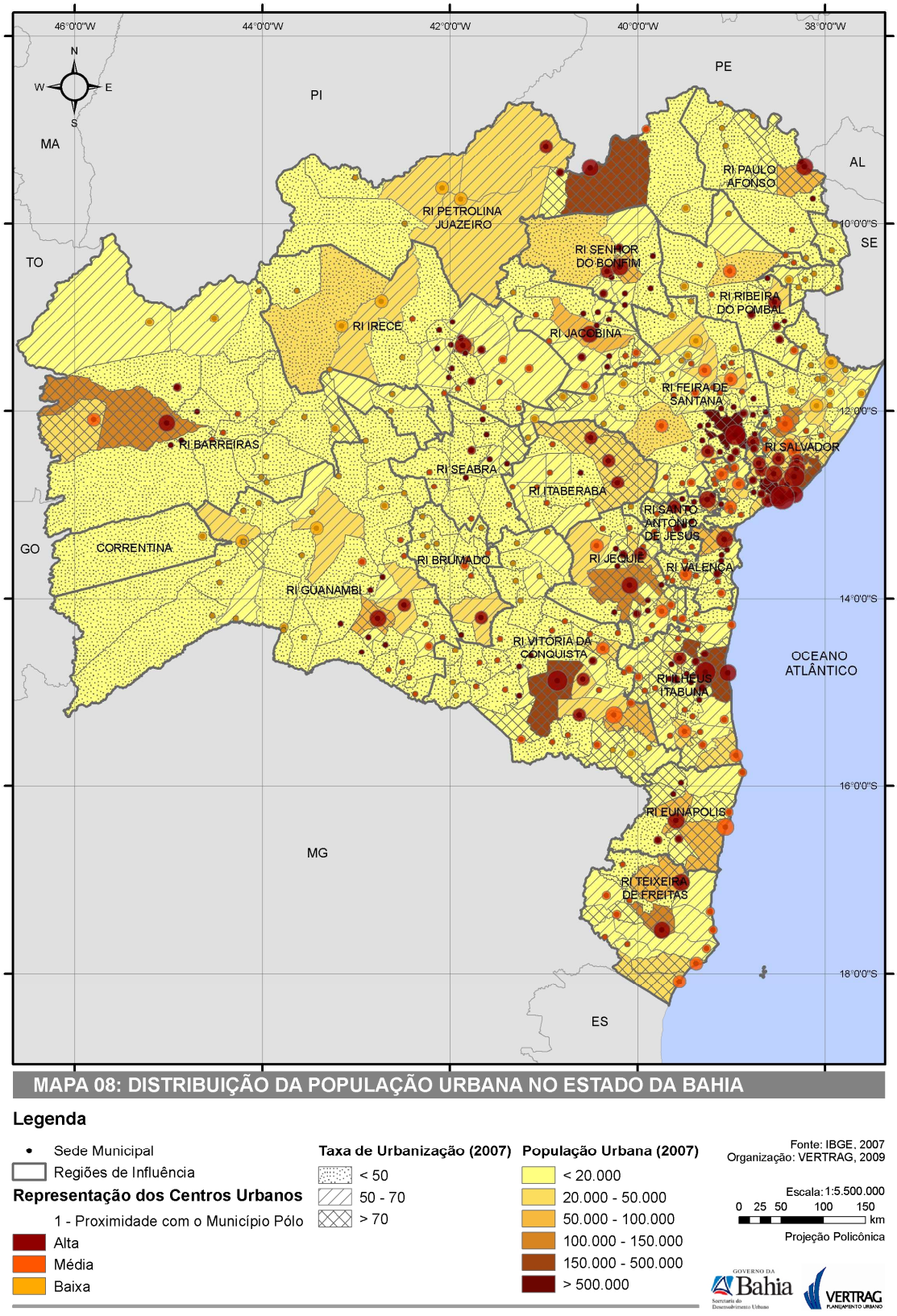
	1970		1980		1991		2000	
	Pop. Total	% Pop. Urb.	Pop. Total	% Pop. Urb.	Pop. Total	% Pop. Urb.	Pop. Total	% Pop. Urb.
Alagoas	1.588.068	39,80	1.982.915	49,28	2.514.100	58,95	2.822.621	68,01
Bahia	**7.493.437**	**41,19**	**9.455.392**	**49,29**	**11.867.991**	**59,12**	**13.070.250**	**67,12**
Ceará	4.361.603	40,84	5.288.429	53,14	6.366.647	65,37	7.430.661	71,53
Maranhão	2.992.678	25,18	3.996.444	31,40	4.930.253	40,01	5.651.475	59,53
Paraíba	2.382.463	42,07	2.770.346	52,31	3.201.114	64,10	3.443.825	71,06
Pernambuco	5.160.625	54,46	6.142.229	61,60	7.127.855	70,87	7.918.344	76,51
Piauí	1.680.573	31,98	2.139.196	41,97	2.582.137	52,95	2.843.278	62,91
Rio Grande do Norte	1.550.184	47,52	1.898.835	58,73	2.415.567	69,10	2.776.782	73,35
Sergipe	900.679	46,12	1.140.379	54,18	1.491.876	67,22	1.784.475	71,35
Nordeste	**28.111.551**	**41,82**	**34.815.439**	**50,46**	**42.497.540**	**60,65**	**47.741.711**	**69,07**
Brasil	**93.134.846**	**55,94**	**119.011.052**	**67,59**	**146.825.475**	**75,59**	**169.799.170**	**81,25**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos)

Do ponto de vista da distribuição da população pelo território baiano (Mapa 8), três considerações principais devem ser feitas: i) há uma expressiva concentração populacional no litoral, onde se situam os maiores agrupamentos urbanos do Estado, embora no interior prevaleça um grande número de centros urbanos de pequeno e médio porte. Com isso, se o litoral concentra uma grande parcela da população estadual em um pequeno número de cidades, o interior concentra uma parcela bem menor, porém distribuída por um grande número de cidades, resultando numa configuração espacial de maior dispersão populacional; ii) há uma expressiva quantidade de municípios com até 19.999 habitantes, que correspondem a perto de 60% do total e, se a eles forem acrescidos aqueles de 20 a 49.999 habitantes, tem-se mais de 90% dos municípios baianos; iii) um pouco mais de 26% da população urbana do Estado encontra-se em 344 municípios (82,5% do total) que apresentam população urbana de até 19.999 habitantes.

[19] A decadência da produção de açúcar (século XVII) repercutiu no desenvolvimento de uma economia de subsistência bastante interiorizada. Em meados do século XVII, a região Nordeste foi se transformando em uma economia em que grande parte da população produzia apenas o essencial para subsistir, de caráter eminentemente rural (FURTADO, 2006).

Mapa 8: Distribuição da população urbana no Estado da Bahia



MAPA 08: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO ESTADO DA BAHIA

Legenda

- Sede Municipal
- Regiões de Influência

Representação dos Centros Urbanos

1 - Proximidade com o Município Pólo

- Alta
- Média
- Baixa

Taxa de Urbanização (2007)

- < 50
- 50 - 70
- > 70

População Urbana (2007)

- < 20.000
- 20.000 - 50.000
- 50.000 - 100.000
- 100.000 - 150.000
- 150.000 - 500.000
- > 500.000

Fonte: IBGE, 2007
Organização: VERTRAG, 2009

Escala: 1:5.500.000
0 25 50 100 150 km

Projeção Policônica

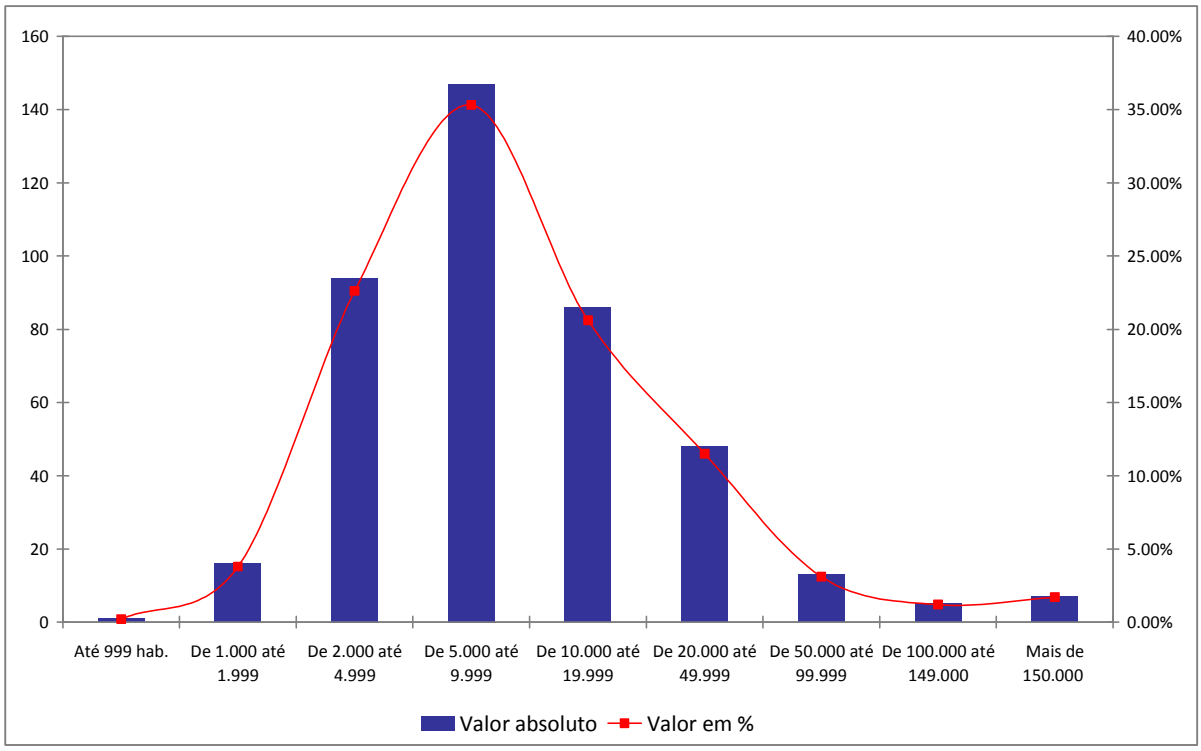
GOVERNO DA Bahia
Secretaria do Desenvolvimento Urbano
VERTRAG PLANEJAMENTO URBANO

Tabela 14: Estratos populacionais por centros urbanos e municípios no Estado da Bahia, em 2007

Estratos	Centros Urbanos				Municípios			
	Total	Participação (%)	População (Urbana)	Participação (%)	Total	Participação (%)	População (Total)	Participação (%)
Até 999	1	0,24	966	0,01				
1.000 a 1.999	16	3,84	26.268	0,26				
2.000 a 4.999	94	22,54	331.723	3,33	7	1,68	27.201	0,19
5.000 a 9.999	147	35,25	1.025.364	10,30	66	15,83	519.484	3,69
10.000 a 19.999	86	20,62	1.226.422	12,32	176	42,21	2.533.057	17,99
20.000 a 49.999	48	11,51	1.391.354	13,98	129	30,94	3.759.307	26,70
50.000 a 99.999	13	3,12	904.313	9,08	24	5,76	1.589.934	11,29
100.000 a 149.999	5	1,20	614.354	6,17	8	1,92	997.064	7,08
Acima de 150.000	7	1,68	4.433.670	44,54	7	1,68	4.654.607	33,06
Total	**417**	**100,00**	**9954434**	**100,00**	**417**	**100,00**	**14.080.654**	**100,00**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional, 2007)

Gráfico 4: Distribuição dos municípios do Estado da Bahia por classes de população urbana, 2007*



* Embora a Contagem Populacional não tenha sido realizada nos municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista, os dados de 2000 já apontavam em 6 deles população urbana superior a 150 mil hab., exceção feita a Juazeiro que em 2000 possuía pouco mais de 133 mil hab. urbanos.
Fonte: IBGE (Contagem Populacional, 2007)

No estrato caracterizado por centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes, identifica-se 17,5% das cidades baianas, dentre as quais se destacam sete centros urbanos com população superior a 150 mil habitantes, respectivamente, Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista. Desse conjunto, deve-se observar que Camaçari faz parte da Região Metropolitana de Salvador, o que sugere uma análise integrada de seu tamanho populacional à dinâmica metropolitana. Além disso, ressalta-se que nesse estrato, composto por apenas 7 cidades, está concentrada quase 45% da população urbana do Estado, o que sinaliza a necessidade de políticas urbanas específicas a esses grandes centros.

Cinco centros se destacam com população urbana entre 100 e 149.000 mil hab., respectivamente, Lauro de Freitas com 143.614 hab., Jequié com 132.926 hab., Barreiras com 113.075 hab., Alagoinhas com 115.466 hab. e Teixeira de Freitas com 109.273 hab.. Ressalta-se, como no estrato anterior, a inserção de um município componente da RMS, qual seja, Lauro de Freitas. Esse grupo concentra pouco mais de 6% do total de população urbana do Estado.

Em treze centros urbanos a população situa-se entre 50 e 99.999 habitantes, a saber: Simões Filho, com 96.779; Porto Seguro, com 94.622; Eunápolis, com 87.324 hab.; Paulo Afonso, com 86.996 hab.; Santo Antônio de Jesus, com 72.799 hab.; Candeias, com 71.407 hab.; Itapetinga, com 60.723 hab.; Guanambi, com 59.028 hab.; Valença, com 58.801 hab.; Irecê, com 57.835 hab.; Senhor do Bonfim, com 55.066 hab., Jacobina, com 52.774 hab. e Dias d'Ávila, com 50.532 hab.. Nesse estrato computam-se três municípios integrantes da RMS, Simões Filho, Candeias e Dias d'Ávila. Essas 13 cidades concentram em torno de 9% do total de população urbana do Estado.

Com relação aos dois estratos inferiores, os centros urbanos que se situam entre 20.000 e 49.999 habitantes, totalizam 48 e concentram quase 14% da população urbana da Bahia. Já aqueles de até 19.999 habitantes, respondem por aproximadamente 26% da população urbana do Estado e totalizam 344 centros urbanos. Dada a inquestionável relevância das pequenas cidades no contexto baiano, especialmente aquelas com menos de 20.000 habitantes, as mesmas serão objeto de análise diferenciada em item específico de análise sintética (subcapitulo 5.2.5), relacionadas a outros aspectos importantes, tais como processos demográficos, condição urbana e localização.

Por fim, do ponto de vista dos três compartimentos territoriais, a distribuição dos centros urbanos por estratos de população urbana encontra-se, de um modo geral, da seguinte forma:

i) os grandes centros urbanos, compostos principalmente por aqueles com mais de 149.999 habitantes, estão localizadas nas áreas de alta e média densidade de pólos, destacando-se a concentração populacional o leste do Estado. Essa conformação se explica pelo fato dessas cidades apresentarem uma grande quantidade de fluxos materiais e imateriais, sobretudo em sua Região de Influência, constituindo áreas com maior densidade de ocupação.

ii) os centros urbanos de pequeno e médio porte encontram-se localizados nos três compartimentos territoriais, com destaque para os de média densidade de pólos e área distante de pólos. A existência de poucas cidades com centralidade, mesmo que mínima, em tais áreas, demonstra uma problemática vivenciada pela população residente, qual seja o acesso a serviços e produtos. Nesse sentido, tais cidades merecem dupla atenção na formulação de políticas de desenvolvimento urbano, seja em função do seu tamanho, seja pela sua localização no contexto da configuração territorial baiana.

4.4.2.2 Dinâmicas demográficas

A análise do crescimento da população (total e urbana – Figura 34) no Estado da Bahia, no período 2000-2007, permite apontar algumas conclusões, são elas:

a. a média de crescimento da população total para o Estado foi de 1,07%, sensivelmente menor que e média brasileira que foi de 1,17%;

b. 116 municípios (27,8%) tiveram crescimento populacional acima da média do Estado e 301 (72,2%) ficaram abaixo dessa média;

c. 47 municípios (11,3%) tiveram crescimento negativo;

d. 5 municípios tiveram crescimento populacional superior a 4%, foram eles: Juazeiro (RI de Juazeiro) com 4,05%; São Desidério (RI de Barreiras) com 4,09%; Camaçari (RI de Salvador) com 4,53%; Itacaré (RI de Ilhéus-Itabuna) com 4,54% e Luis Eduardo Magalhães (RI de Barreiras) com 12,9%;

e. 7 municípios tiveram taxas negativas superiores a -5%, foram eles, Encruzilhada, com taxa de -5,28; Mirante com -5,53; Caatiba com -5,59; Gongogi com -5,96; Maetinga com -6,12; Caraíbas com -6,73 e Guajeru com -8,18. Ressalta-se que todos se localizam numa mesma porção do Estado, seis deles fazem parte da Região de Influência de Vitória da Conquista, e um (Gongogi) faz parte da Região de Influência de Jequié;

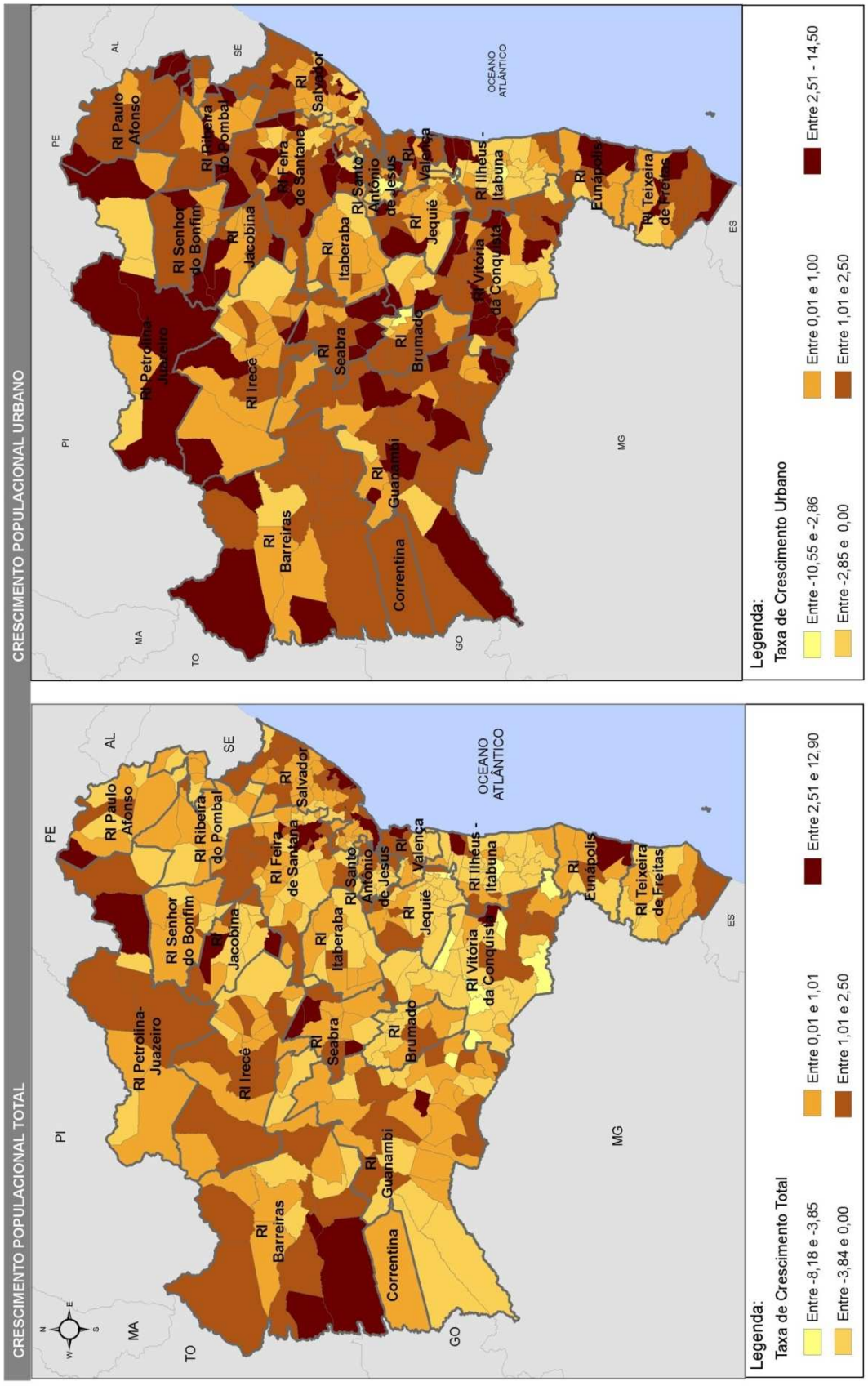
f. a maioria dos municípios com os mais elevados crescimentos negativos (superior a -2%), situam-se em três Regiões de Influência, quais sejam Vitória da Conquista; Jequié e Ilhéus-Itabuna, o que indica a prevalência de fatores de expulsão sobre os de atração de população no conjunto regional;

g. 14 municípios tiveram a taxa de crescimento de sua população urbana superior a 5%, foram eles: Luis Eduardo Magalhães (RI de Barreiras), com 14,5% o maior crescimento registrado no Estado; Ubaitaba (RI de Ilhéus-Itabuna) com 12,23%; Itacaré (RI de Ilhéus-Itabuna) com 8,8%; Mansidão com 7,61% (RI de Barreiras); Igrapiúna (RI de Valença) com 7,37%; Mirangaba (RI de Jacobina), com 6,94%; Novo Horizonte (RI de Seabra), com 6,76%; Macajuba (RI de Feira de Santana), com 6,71%; Abaré (RI de Paulo Afonso) com 5,99%; Matina (RI de Guanambi) com 5,82%; Ibicoara (RI de Vitória da Conquista), com 5,53%; Serra do Ramalho (RI de Guanambi) com 5,44%; Nova Canaã (RI de Vitória da Conquista) com 5,23% e Alcobaça (RI de Teixeira de Freitas) com 5,04%;

h. 5 dentre os 14 municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento da população urbana apresentaram, contrariamente, taxas de crescimento negativas para a população total. Foram eles: Ubaitaba (RI de Ilhéus-Itabuna), Igrapiúna (RI de Valença), Macajuba (RI de Feira de Santana), Serra do Ramalho (RI de Guanambi) e Alcobaça (RI de Teixeira de Freitas);

i. a RI de Ilhéus-Itabuna destaca-se tanto no âmbito de municípios que tiveram taxas de crescimento negativas para a população total quanto elevadas taxas de crescimento da população urbana.

Figura 34: Crescimento da população total e urbana



Fonte: Vertrag (2010)

Para além da visão atual, cabe também observar a dinâmica de crescimento populacional ocorrida na Bahia desde a década de 1990, o que permite concluir sobre a permanência dos processos de concentração e esvaziamento populacional num período de tempo maior, evidenciando tendências de médio e longo prazo.

Desse modo, os mapas na Figura 34 são fundamentais, pois permitem uma visão comparativa do movimento populacional no interior do território baiano ao longo do período de cerca de quinze anos, 1991 até 2007.

O que se observa é a inexistência de um padrão espacial claro de esvaziamento/concentração, pois tais processos ocorrem muitas vezes combinados no interior de uma mesma Região de Influência, conforme apontado anteriormente.

Num esforço de síntese, pode-se afirmar que existem três grandes áreas de concentração de população na Bahia: i) a Região Metropolitana de Salvador e seu entorno, sobretudo a RI de Valença; ii) uma porção no extremo Norte, principalmente na divisa com o estado de Pernambuco, com destaque para as RIs de Juazeiro e Paulo Afonso; iii) uma porção no Centro-Oeste, com delimitação variável, abrangendo as RIs de Irecê, Barreiras e a parte da RI de Guanambi.

Na perspectiva do esvaziamento, três áreas principais se destacam, i) Centro-Leste (excetuando-se a RMS), abrangendo as RIs de Itaberaba, Jequié, Seabra, Jacobina, Feira de Santana e Senhor do Bonfim; ii) Sul, com forte ênfase em partes das RI de Vitória da Conquista e Ilhés-Itabuna e iii) Sudoeste, com ênfase na porção ocidental da RI de Guanambi.

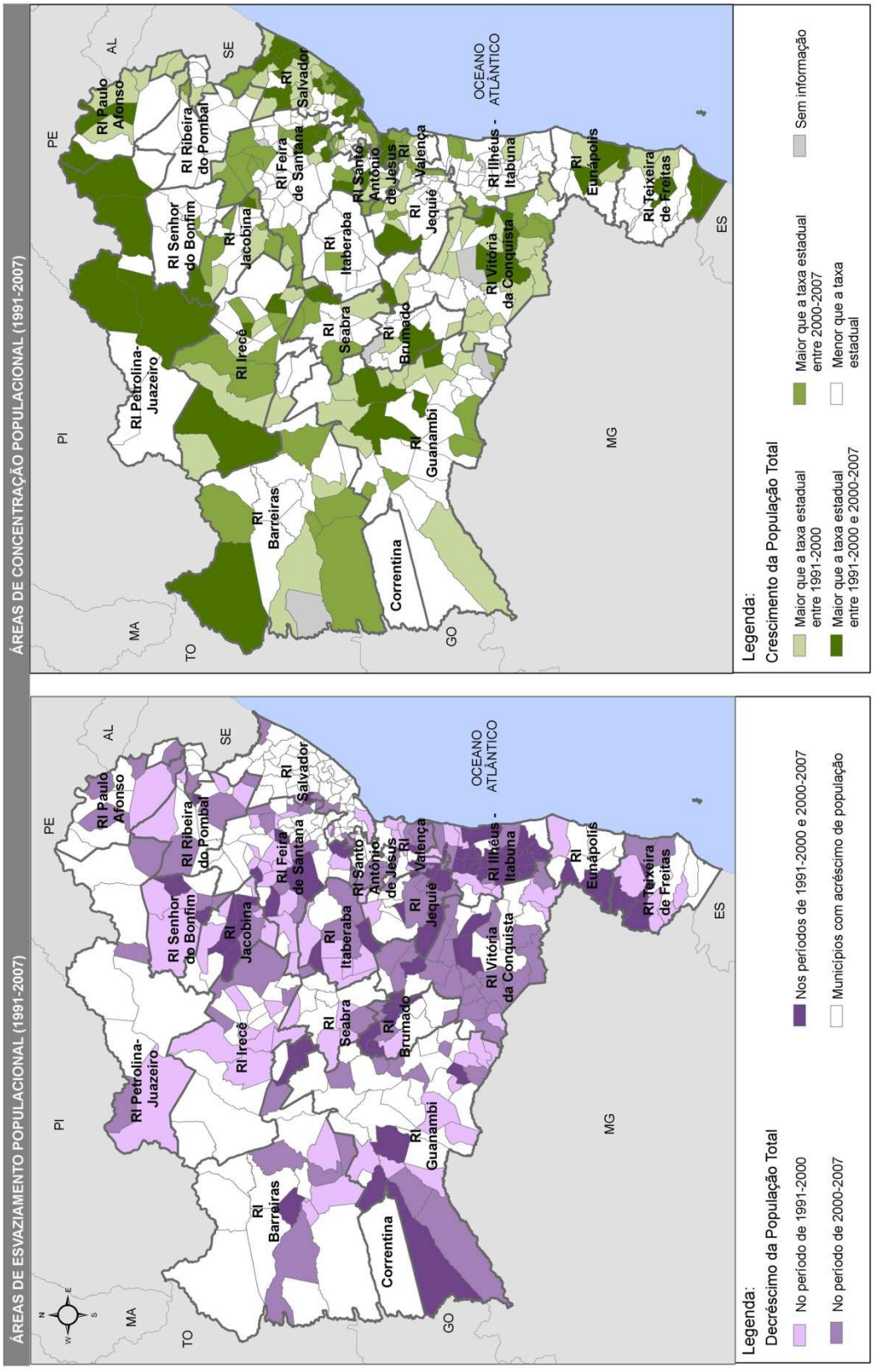
Essa tentativa de síntese, quando comparada com à delimitação dos três compartimentos territoriais da rede urbana (subcapítulo 4.3.2), permite inferir que:

- o compartimento de alta densidade de pólos apresenta uma área definida de concentração populacional significativa, ou seja, o entorno da RMS (envolvendo a RI de Valença e as cidades da RI de Feira de Santana mais próximas a Salvador). Ressalta-se que essa área apresenta a maior concentração de bens e serviços, portanto, repercute diretamente na dinâmica populacional observada. O restante desse compartimento apresenta uma dinâmica inversa, com taxas de crescimento negativo, tanto para a população urbana quanto para a total;

- o compartimento de média densidade de pólos demonstra principalmente a tendência de esvaziamento populacional. Isso é verificado com maior evidência no sentido Nordeste-Sul e no entorno de Barreiras. Essas áreas apresentam as principais cidades com níveis hierárquicos intermediários. No entanto, a concentração média de bens e serviços não tem assegurado a permanência da população em tais lugares. Em situação contrária encontra-se Juazeiro e alguns municípios limítrofes, que apresentam crescimento populacional positivo, evidenciando a importância dessa região;

- a área distante de pólos, apesar de apresentar uma rede urbana mais rarefeita e com concentração mínima de bens e serviços, apresenta muitos municípios com crescimento populacional. Isso é evidenciado na faixa Norte-Sul, de Irecê a Guanambi, e também em dois dos municípios com crescimento populacional superior a 4%, vizinhos entre si e que se localizam no extremo Oeste do Estado: São Desidério e Luís Eduardo Magalhães. Porém, no sudoeste da RI de Guanambi, a oeste do rio São Francisco, encontram-se municípios com tendências de esvaziamento.

Figura 35: Áreas de concentração populacional (1991-2007) e áreas de esvaziamento populacional

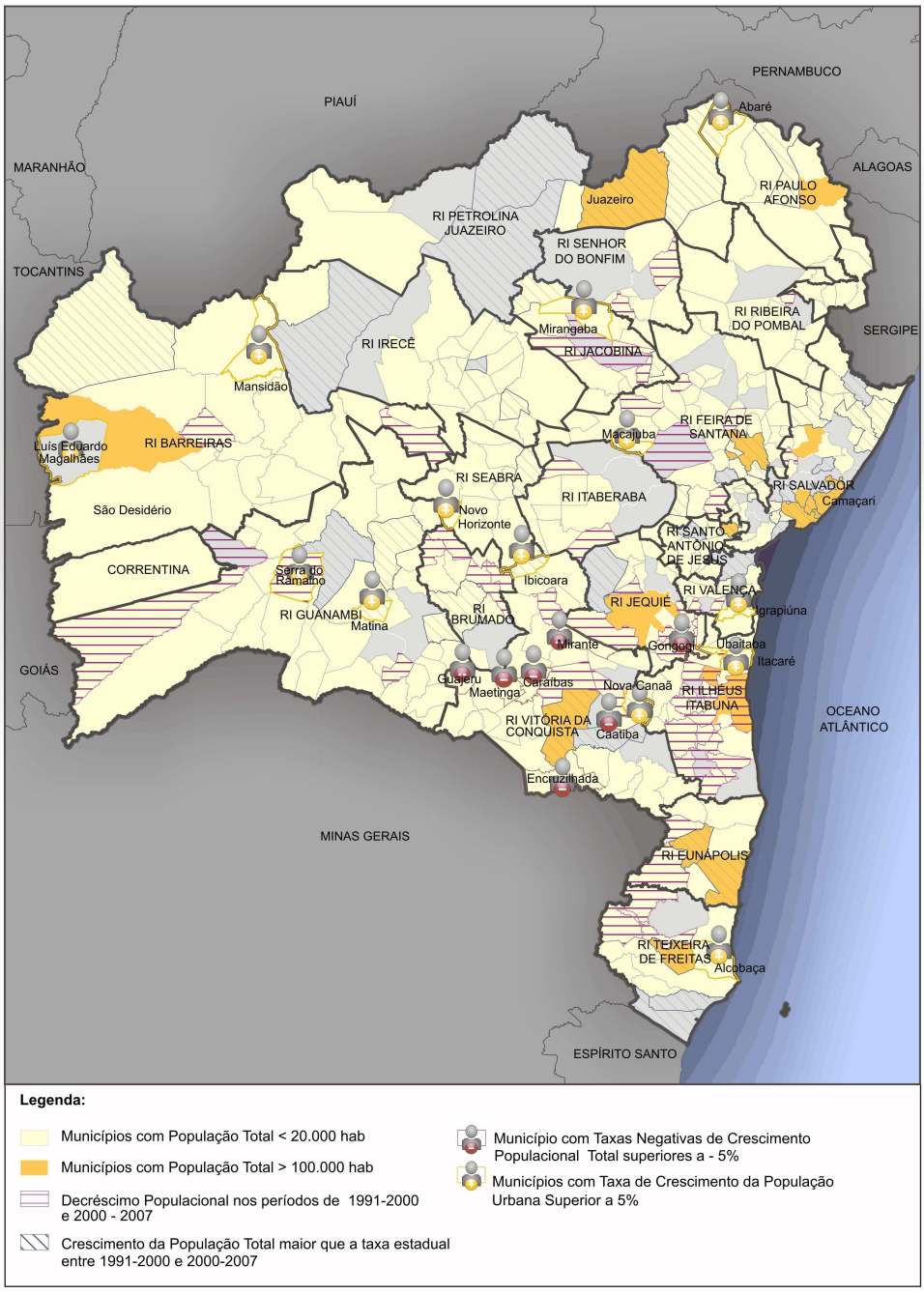


Fonte: Vertrag (2010)

Pelo exposto, verifica-se que os processos de concentração e esvaziamento populacionais não são específicos de um único compartimento, no entanto, podem ser identificadas algumas tendências em determinadas porções do território baiano, como as citadas anteriormente. A identificação dessas tendências assume papel fundamental para a definição de políticas de desenvolvimento urbano no Estado, na medida em que demonstram, ora processos de dinamismo populacional, ora de estagnação e/ou perdas, revelando a natureza das intervenções demandadas por essas porções do território.

As constatações mais relevantes apresentadas anteriormente podem ser agrupadas numa única figura, que visa explicitar as principais tendências demográficas do Estado da Bahia, em período recente.

Figura 36: Síntese dos Aspectos Demográficos



Fonte: Vertrag (2010)

4.4.2.3 Aglomerados, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas

O Estado da Bahia apresenta um grande contingente de população rural. De seus 14.637.364 habitantes estimados em 2009, aproximadamente 32% não vivem áreas urbanas (IBGE, 2009). Essa população reside em locais que têm por denominação aglomerados rurais, povoados, núcleos e outros aglomerados. Tais áreas localizam-se fora da área urbana, muitas vezes se caracterizando pelo isolamento. As principais diferenças entre essas áreas podem ser observadas no Quadro 10.

Quadro 10: Tipologia das áreas não configuradas como urbanas nos municípios brasileiros

Tipologia	Descrição
Aglomerado rural	Loteamento, área de distrito industrial ou de projetos em expansão, com características de permanência, ou povoado (localidade sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de igreja ou capela, pequeno comércio, com seus moradores exercendo atividades econômicas não em função de um só proprietário do solo).
Povoado	Setor situado em aglomerado rural isolado, sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.
Núcleo	Setor rural situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), privado ou empresarial, dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados.
Outros aglomerados	Setor rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.);

Fonte: SEI (2007)

Além das tipologias citadas, existe a *área urbana isolada* que se configura como um setor urbano separado da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal, apresentando também a situação de isolamento. Ressalta-se que essa tipologia também será agregada na presente análise na medida em que foi caracterizada como povoado em um Censo Demográfico e, portanto, foi tabulado nos valores totais disponibilizados pela SEI.

Caracterização Geral dos Aglomerados

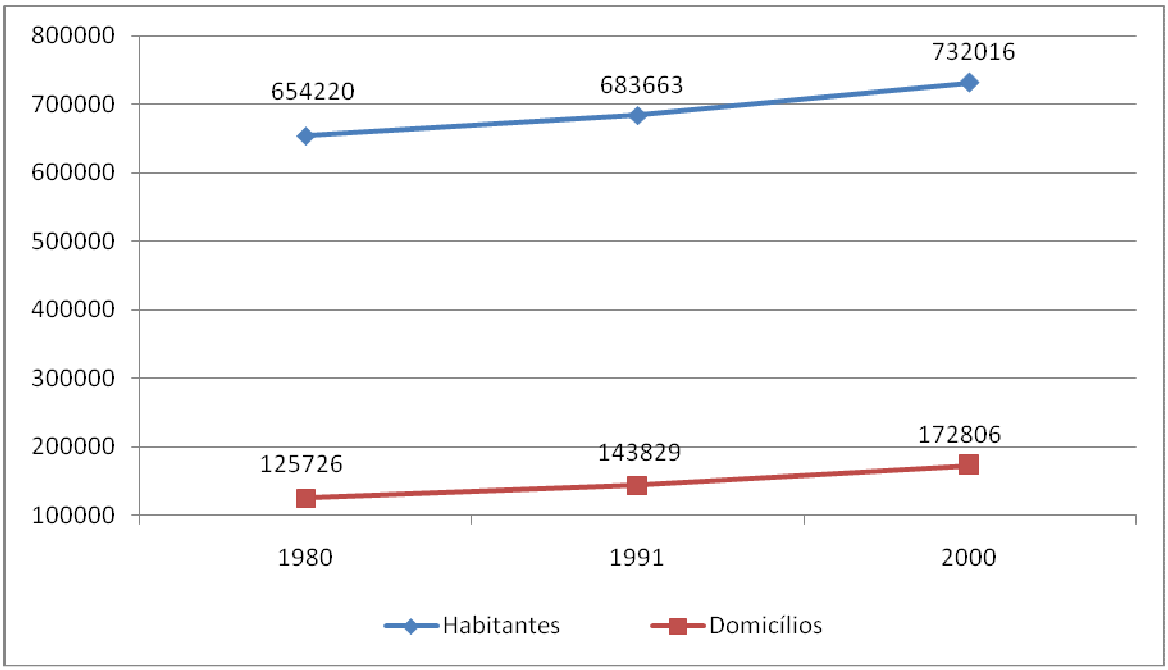
Como se observou no subcapítulo 4.4.2, relativo aos Aspectos Demográficos, muitos municípios baianos vêm apresentando crescimento da população urbana nas últimas décadas. Esse processo não está restrito somente às cidades grandes, pois se verifica essa tendência também naquelas de menor porte, como é o caso de Abaré, Barra e Brumado, por exemplo, que apresentaram crescimento da população urbana entre os anos de 2000 e 2007. Contrariamente, alguns municípios vêm perdendo população total, tais como Boa Nova, Brejões e Maetinga, que no mesmo período sofreram esvaziamento populacional.

Na perspectiva estadual estas informações demonstram que há um processo em curso que tem acarretado no esvaziamento populacional de alguns municípios baianos em detrimento de outros, favorecendo a diminuição da população rural na Bahia. A inexistência de condições mínimas de sobrevivência favorece os fluxos migratórios campo-cidade.

Porém, quando se considera os municípios isoladamente verifica-se que a população rural em alguns casos demonstrou crescimento. Dos 417 municípios baianos, 149 apresentaram aumento da população rural no período 2000-2007, ou seja, 35,73% do total. Isso indica que determinados municípios apresentam condições propícias à permanência da população no campo. Para o período 1991-2000 esse percentual foi menor, em torno de 25% do total de 415 existentes[20].

No Gráfico 5 é possível visualizar o crescimento da população que vive em aglomerados rurais, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas[21]. Por mais que esses dados representem também a população urbana residente em áreas urbanas isoladas, destaca-se que o crescimento populacional ocorre em determinados pontos que não aqueles apenas das cidades.

Gráfico 5: Número de habitantes e domicílios localizados nos aglomerado rurais, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas



Fonte: SEI (2007)

Esses dados evidenciam que houve crescimento na população residente em aglomerados rurais, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas: 4,5% e 7,1%, para os períodos de 1980-1991 e 1991-2000, respectivamente. Para os domicílios os percentuais são ainda maiores, 14,4% e 20,1%.

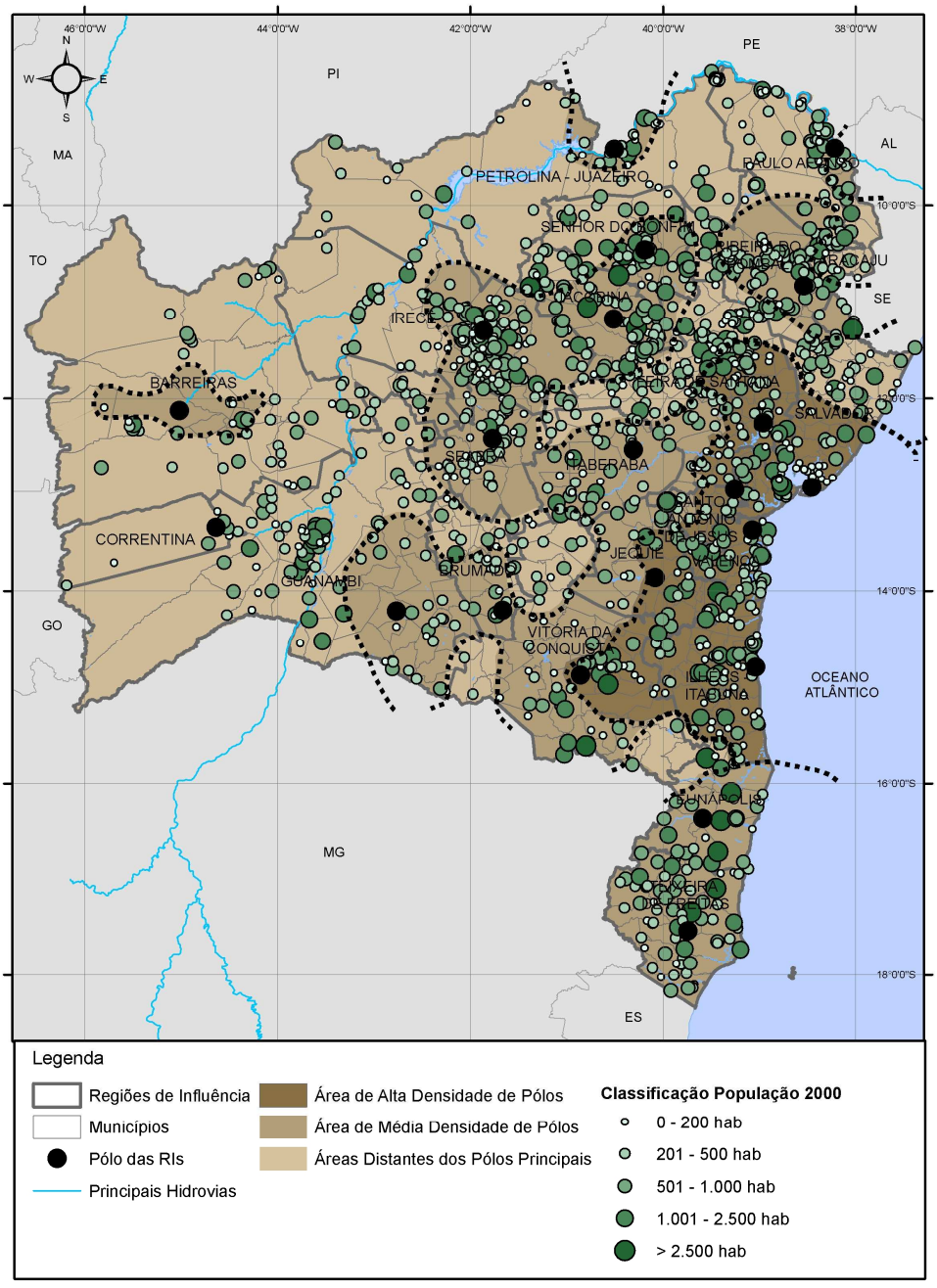
[20] Os municípios de Barrocas e Luís Eduardo Magalhães foram criados em 2000.

[21] Ressalta-se que apesar de tais dados compreenderem o período 1980-2000, não tão atuais quanto os de 2000-2007, os mesmos são representativos para a caracterização que se objetiva fazer neste item.

Porém, ressalta-se que apesar do crescimento observado, a população residente em tais aglomerados vem perdendo participação no total do Estado: em 1980, representava 6,92% do total; em 1991, 5,76%; e, em 2000, 5,6%.

Na Figura 37 é possível observar a localização destes aglomerados[22], bem como a população residente.

Figura 37: Localização dos aglomerados rurais, povoados, núcleos, outros aglomerados e áreas urbanas isoladas no Estado da Bahia



Fonte: SEI (2007)

[22] Visando facilitar a leitura se usará o termo *aglomerado* como referência ao conjunto das tipologias de aglomerado rural, povoado, núcleos, outros aglomerados e área urbana isolada.

Considerando o tamanho dos aglomerados, para os dados do ano 2000, constata-se que alguns apresentavam contingente populacional bastante próximo ao da sede do município no qual se localizam. Como exemplo tem-se o aglomerado de Itamarati, localizado no município de Ibirapitanga, RI de Ilhéus-Itabuna. Em 2000, esse aglomerado detinha uma população de 5.513 habitantes e o centro urbano de Ibirapitanga, 6.363 habitantes. Ressalta-se que no período 1991-2000, Itamarati demonstrou crescimento populacional, contrariamente à sede que perdeu população. Outro exemplo bastante elucidativo é o do aglomerado denominado km 100, localizado em Brejões, RI de Santo Antônio de Jesus. A população do aglomerado era de 3.775 habitantes e a da sede do município de 5.568, em 2000. No período 1991-2000, em km 100 verificou-se crescimento populacional, ao contrário da sede no qual se observou diminuição.

Esses exemplos ilustram uma situação que ocorre em uma série de outros municípios baianos, nos quais os aglomerados apresentam crescimento populacional superior à sede do município. Caso essa circunstância se mantenha e esteja atrelada ao crescimento e desenvolvimento econômico desses aglomerados, poderá acarretar, em um futuro não muito distante, na criação de novos municípios.

Nessa perspectiva, atenção especial deve ser dada também àqueles aglomerados nos quais serão desenvolvidas grandes obras de infraestrutura. Esses investimentos geralmente exercem uma atração bastante acentuada sobre a população, principalmente pela oferta de empregos. Tanto nesse último caso como nos anteriores citados, o Estado deve delimitar uma política de desenvolvimento urbano que leve em consideração o alto crescimento populacional desses aglomerados e as consequentes demandas da população. Concomitante, a política deve considerar alternativas àquelas cidades que passam por um processo de esvaziamento populacional.

Ainda em relação ao tamanho populacional, verifica-se que os aglomerados com maior contingente, ou seja, acima de 2.000 habitantes, se localizam prioritariamente nas áreas de alta e média densidade de pólos. É nessas áreas também que se constata, com algumas exceções, a maior densidade de aglomerados.

Dentro dessas duas configurações territoriais deve ser destacada a existência de uma grande concentração de aglomerados no entorno de Irecê. Vale ressaltar que essa área tem como principal atividade econômica a agricultura, em especial o feijão. Essa cultura geralmente é plantada em propriedades de pequeno e médio porte, o que pode explicar a existência da concentração de aglomerados observada.

Em menor grau tem-se as concentrações próximas a Senhor do Bonfim, Jacobina, Ribeira do Pombal, Seabra, Ilhéus e Itabuna. Essa situação reforça o fato de que essas cidades exercem centralidade, não somente sobre centros urbanos, mas também aglomerados. Afinal, uma localidade rural apesar de encontrar-se teoricamente mais isolada do que uma cidade, também origina fluxos materiais e imateriais, seja pela comercialização de sua produção ou demanda de bens e serviços.

Sobre as concentrações próximas a Ribeira do Pombal e Ilhéus-Itabuna, destacam-se as atividades agrícolas como aquelas do feijão e cacau, respectivamente. O feijão, como já citado, geralmente é plantado em pequenas e médias propriedades. O cacau requer certa quantidade de mão-de-obra. A dedicação a essas culturas pode explicar as concentrações de aglomerados verificadas em torno dos dois municípios referidos.

Na área distante de pólos constata-se certa concentração de aglomerados ao longo do rio São Francisco, especialmente em Serra do Ramalho e Carinhanha, ambos situados na RI de Guanambi. Isso se explica pela necessidade de proximidade com fontes d'água para irrigação das lavouras, haja vista as características hidrológicas da região.

De um modo geral, o oeste e o norte da Bahia apresentam poucos aglomerados, com exceção das áreas de média densidade de pólos no entorno de Barreiras e Juazeiro. A

maioria dos aglomerados dessas duas grandes regiões está localizada longinquamente um dos outros, evidenciando a situação de grande isolamento a que estão sujeitos. Essa conformação se explica de certa forma pelas atividades econômicas desenvolvidas, quais sejam o plantio de grãos e a pecuária. O oeste da Bahia se caracteriza pela agricultura moderna, com destaque para a soja. Esse tipo de cultura comumente é desenvolvido em grandes propriedades com o uso intensivo de mecanização o que diminui consideravelmente a população envolvida na atividade, explicando, portanto, o pequeno número de aglomerados nessa porção do estado. Já a região norte tem como característica principal o desenvolvimento da atividade pecuária, que também se caracteriza pelo número reduzido de pessoas envolvidas na produção, conformando assim, a existência de aglomerados localizados longinquamente um dos outros.

Situação semelhante pode ser observada na área de Vitória da Conquista a Teixeira de Freitas, na qual predomina a atividade pecuária.

Portanto, pelo exposto, destaca-se que a implantação de uma política de desenvolvimento urbano que leve em consideração os aglomerados, deve avaliar as particularidades existentes, tais como o crescimento populacional considerável, a proximidade com centros regionais e ainda a situação de isolamento existente em vários casos.

4.4.3 Aspectos Socioeconômicos

As possibilidades de caracterização da rede urbana da Bahia, segundo a natureza da economia das cidades, são limitadas pela disponibilidade de bases de informações adequadas.

Visando essa caracterização, uma das bases de informações disponíveis é da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, essa base cobre somente as relações de emprego formais, o que implica em uma cobertura restrita da economia urbana e do seu entorno rural, haja vista a elevada taxa de informalidade dessas relações no mercado de trabalho de grande parte dos municípios da Bahia.

Outra base de informações disponível refere-se às estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios brasileiros, elaboradas pelo IBGE. Essa instituição não só estima o PIB total dos municípios, mas também o PIB das atividades agropecuárias, industriais e de serviços. No caso do PIB de serviços, as estimativas são realizadas para o total e para um dos segmentos desse setor: a administração pública. Além disso, é possível complementar a análise dessas estimativas com as informações das seguintes pesquisas: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM; Pesquisa Pecuária Municipal – PPM; e Pesquisa Industrial Anual - PIA, também realizadas pelo IBGE[23].

As estimativas do PIB são realizadas anualmente, de forma que se encontram disponíveis séries históricas que permitem analisar a trajetória temporal de variáveis relevantes para a compreensão da realidade econômica e social do estado e dos municípios da Bahia.

No que se refere ao emprego e às condições de saúde e educação da população, pode-se recorrer às informações relativas ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Este índice foi desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e está disponível para os anos de 2000, 2005 e 2006, sendo que, para este último ano, foi divulgado em 2009. O IFDM considera, com igual ponderação, três áreas de desenvolvimento, com as suas respectivas componentes, a saber: **emprego&renda** (geração de emprego formal; estoque de emprego formal; e salários médios do emprego formal); **educação** (taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono; taxa de distorção idade-série; percentual de docentes com ensino superior; média de horas-aula diárias; e resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB); e **saúde** (número de consultas pré-natal; óbitos por causas mal definidas; e óbitos infantis por causas evitáveis).

Além disso, é possível analisar a importância relativa do Bolsa Família para a economia dos municípios, de forma a inferir a sua maior ou menor fragilidade estrutural. Os municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família em relação à massa de salário do seu mercado de trabalho formal[24] tendem a ser menos estruturados economicamente e a possuir uma renda média familiar relativamente pequena. Esses

[23] A PAM fornece informações sobre a área plantada e a quantidade produzida de culturas temporárias e permanentes nos municípios brasileiros. De forma semelhante, a PPM levanta o efetivo dos rebanhos, a quantidade e o valor dos produtos de origem animal nos principais municípios produtores. Já a PIA apresenta informações que permite a análise da estrutura industrial do Estado da Bahia, a partir das quais é possível fazer inferências de sua configuração regional.

[24] O valor das Bolsas Famílias concedidas pelo Governo Federal em cada município tem como fonte de informação o Ministério do Desenvolvimento Social. O valor da massa de salários pagos nas relações formais de trabalho em cada município tem como base a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

fatores limitam a diversificação do setor terciário desses municípios e, em geral, as suas funções urbanas.

Visando caracterizar a rede urbana Estadual, é possível destacar a análise dos seguintes aspectos socioeconômicos: a) desconcentração espacial das atividades econômicas no território da Bahia e convergência dos PIBs *per capita* de grande parte das Regiões de Influência das Cidades, no período 2002-2007; b) distribuição espacial das atividades econômicas da Bahia, segundo as Regiões de Influência; c) estrutura setorial do PIB dos Municípios; d) importância relativa do Programa Bolsa Família para a economia do municipal; e) nível de desenvolvimento municipal; e f) investimentos estratégicos no Estado.

4.4.3.1 Desconcentração Espacial das Atividades Econômicas no Território da Bahia e Convergência dos PIBs *per capita* de grande parte das Regiões de Influência

Ao se analisar as informações relativas ao PIB dos municípios baianos no período 2002-2007, é possível constatar duas tendências da economia baiana que são importantes para referenciar a formulação de políticas de desenvolvimento urbano.

A primeira refere-se ao fato de que, nesse período, ocorreu um processo de relativa desconcentração espacial das atividades econômicas no território da Bahia[25]. E a segunda, indica um movimento de convergência dos PIBs *per capita* de grande parte das Regiões de Influência[26].

No geral, essas tendências ocorrem no bojo do ciclo expansivo recente da economia brasileira, iniciado em 2002/2003, e evidenciam que, na Bahia, várias Regiões de Influência e suas cidades têm respondido de forma ativa aos efeitos dinâmicos que o crescimento da economia brasileira vem induzindo nas diversas regiões e localidades brasileiras.

Nesse contexto*, as políticas desenvolvimento urbano tendem a ser mais oportunas na medida em que crescimento econômico, acompanhado de desconcentração espacial das atividades econômicas e convergência dos PIBs per capita, tende a pressionar a expansão e a transformação das cidades.*

Assim, no que se refere ao processo de desconcentração espacial das atividades econômicas, é possível constatar, no período 2002-2007, uma perda da participação relativa do PIB da Região de Influência de Salvador no total do PIB da Bahia. Nesse período, essa participação diminuiu de 55,4% para 53,7%[27], equivalente a - 1,75 pontos percentuais. Além dessa região, também perderam participação no PIB baiano, com intensidade relativamente expressiva, mas bem menor do que a de Salvador, as RIs de Ilhéus-Itabuna (- 0,6 pontos

[25] Desconcentração espacial das atividades econômicas: refere-se ao fato da distribuição do Produto Interno Bruto total do Estado - ou do montante da riqueza gerada anualmente na Bahia, na forma de bens e serviços - ter se tornado menos concentrada em alguns municípios ou regiões do estado, em um determinado período de análise. Significa a perda (e ganhos) de participação relativa do PIB de municípios e/ou regiões no total do PIB Estadual, no caso de municípios e/ou regiões que, no início do período de análise, respondiam por uma parcela maior (ou menor) desse PIB do que a observada no final desse período.

[26] Convergência dos PIBs *per capita*: refere-se à diminuição da diferença entre os valores PIBs per capita dos municípios e/ou regiões do estado, em um determinado período de análise. O PIB *per capita* é um indicador do potencial que um município e ou região possui de geração de riqueza, na forma de bens e serviços, em relação ao total de sua população. É um indicador genérico da "produtividade" - ou da capacidade de geração de "riqueza nova" ou "produto" (PIB) - da população de um município e ou região. Quanto maior a convergência dos PIBs *per capita*, maior é a "igualdade" dessa capacidade no conjunto de municípios e/ou regiões do estado.

[27] A diminuição (aumento) da importância relativa do PIB de uma Região de Influência no PIB Total da Bahia significa que a Taxa de Crescimento do PIB da Região, no período em análise, foi inferior (superior) à Taxa de Crescimento do PIB Total da Bahia.

percentuais), Guanambi (- 0,29 pontos percentuais) e Irecê (- 0,12 pontos percentuais) – Tabela 15.

Por outro lado, ganharam participação no PIB da Bahia, as RIs de Feira de Santana (0,73 pontos percentuais), Vitória da Conquista (0,56 pontos percentuais), Eunápolis (0,39 pontos percentuais), Barreiras (0,36 pontos percentuais), Paulo Afonso (0,17 pontos percentuais), Seabra (0,14 pontos percentuais), Valença (0,12 pontos percentuais), Aracaju (0,11 pontos percentuais) e Santo Antônio de Jesus (0,10 pontos percentuais).

Tabela 15: Produto Interno Bruto das Regiões de Influência e sua importância relativa no PIB Total da Bahia - 2002/2007

Região de Influência	PIB 2002 (R$ mil) IBGE Novas Estimativas	PIB Região de Influ./ PIB da Bahia (%) 2002	Distribuição % Acumulada 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE Novas Estimativas	PIB Região de Influ./ PIB da Bahia (%) 2007	Dist. % Acum. 2007	Ganhos ou Perdas de Participação Relativa da Região de Influ. no PIB da Bahia entre 2007-2002 (pontos %)
Salvador	33.635.066	55,4	55,4	58.873.011	53,7	53,7	-1,75
Feira de Santana	4.269.574	7,0	62,5	8.518.571	7,8	61,5	0,73
Ilhéus-Itabuna	3.188.067	5,3	67,7	5.101.849	4,7	66,1	-0,60
Vitória da Conquista	2.422.585	4,0	71,7	4.988.952	4,5	70,7	0,56
Barreiras	2.335.022	3,8	75,6	4.616.073	4,2	74,9	0,36
Teixeira de Freitas	1.839.309	3,0	78,6	3.224.438	2,9	77,8	-0,09
Guanambi	1.843.221	3,0	81,6	3.013.073	2,7	80,6	-0,29
Juazeiro	1.594.287	2,6	84,3	2.873.144	2,6	83,2	-0,01
Jequié	1.350.573	2,2	86,5	2.451.465	2,2	85,4	0,01
Paulo Afonso	1.236.754	2,0	88,5	2.416.508	2,2	87,6	0,17
Eunápolis	1.023.792	1,7	90,2	2.280.770	2,1	89,7	0,39
Irecê	968.781	1,6	91,8	1.620.714	1,5	91,2	-0,12
Valença	805.765	1,3	93,1	1.582.679	1,4	92,6	0,12
Santo Antônio de Jesus	732.663	1,2	94,4	1.431.008	1,3	93,9	0,10
Ribeira do Pombal	669.941	1,1	95,5	1.260.755	1,1	95,1	0,05
Senhor do Bonfim	602.548	1,0	96,4	1.183.047	1,1	96,2	0,09

Região de Influência	PIB 2002 (R$ mil) IBGE Novas Estimativas	PIB Região de Influ./ PIB da Bahia (%) 2002	Distribuição % Acumulada 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE Novas Estimativas	PIB Região de Influ./ PIB da Bahia (%) 2007	Dist. % Acum. 2007	Ganhos ou Perdas de Participação Relativa da Região de Influ. no PIB da Bahia entre 2007-2002 (pontos %)
Jacobina	528.402	0,9	97,3	1.028.362	0,9	97,1	0,07
Brumado	523.593	0,9	98,2	866.543	0,8	97,9	-0,07
Seabra	315.173	0,5	98,7	718.628	0,7	98,5	0,14
Itaberaba	366.291	0,6	99,3	679.269	0,6	99,2	0,02
Aracaju	246.373	0,4	99,7	561.238	0,5	99,7	0,11
Correntina (município)	174.061	0,3	100,0	361.746	0,3	100,0	0,04
PIB Bahia	60.671.843	100,0	100,0	109.651.844	100,0	100,0	0,00
PIB Brasil	1.477.821.769			2.661.344.525			
PIB Bahia/PIB Brasil		4,11			4,12		

Fonte: IBGE (2007). Elaborado por Vertrag (2010)

Denomina-se esse processo de relativa desconcentração espacial das atividades econômicas porque, apesar de ser possível identificar no período de análise a perda de participação relativa do PIB da Região de Influência de Salvador no total do PIB da Bahia e o ganho de várias outras Regiões de Influências, a distribuição dessas atividades ainda permanece fortemente concentrada em poucas Regiões, em particular, na Capital do Estado.

Estados com grandes áreas territoriais e uma alta concentração da distribuição espacial da atividade econômica, como o da Bahia, tendem a ter uma rede urbana fortemente hierarquizada: uma Metrópole, um Pólo Estadual, poucos Pólos Regionais e uma expressiva quantidade de Núcleos.

A convergência significa que, em várias Regiões de Influência, cujo PIB *per capita* era relativamente menor do que o PIB *per capita* da Bahia em 2002, o PIB *per capita* cresceu, no período 2002-2007, a taxas superiores a do crescimento do PIB *per capita* do Estado. Dessa forma, o PIB *per capita* dessas regiões se tornou mais próximo ao daquelas RIs cujos PIBs *per capita*, em 2002, eram relativamente superiores à média.

De forma a identificar esse movimento de convergência, é possível diferenciar as Regiões de Influência das cidades da Bahia, segundo as seguintes tipologias[28], denominadas de “quadrantes de desempenho”, na forma a seguir:

[28] Estas tipologias tem por base a metodologia utilizada no estudo “Economia y território em América Latina y al Caribe: desigualdades y políticas”, realizado pela CEPAL, em 2009.

- **A**: com alto PIB *per capita* em 2002, relativamente ao PIB *per capita* da Bahia, e Taxas de Crescimento do PIB *per capita*, entre 2002 e 2006, inferiores à Taxa de Crescimento do PIB *per capita* da Bahia;
- **B**: com baixo PIB *per capita* em 2002, relativamente ao PIB *per capita* da Bahia, e Taxas de Crescimento do PIB *per capita*, entre 2002 e 2006, inferiores à Taxa de Crescimento do PIB *per capita* da Bahia;
- **C**: com baixo PIB *per capita* em 2002, relativamente ao PIB *per capita* da Bahia, e Taxas de Crescimento do PIB *per capita*, entre 2002 e 2006, superiores à Taxa de Crescimento do PIB *per capita* da Bahia; e
- **D**: com alto PIB *per capita* em 2002, relativamente ao PIB *per capita* da Bahia, e Taxas de Crescimento do PIB *per capita*, entre 2002 e 2006, superiores à Taxa de Crescimento do PIB *per capita* da Bahia.

Como podem ser observadas na Tabela 16, 12 das 22 Regiões de Influência se enquadram no Tipo C, ou seja, regiões que, em 2002, possuíam um baixo PIB *per capita*, relativamente ao PIB *per capita* estadual, e, entre 2002 e 2007, apresentaram taxas de crescimento do PIB *per capita* superiores à taxa de crescimento do PIB *per capita* da Bahia. Assim, essas Regiões, no período de análise considerado, apresentaram convergência de seus PIBs per capita em direção ao valor do PIB *per capita* do total do Estado. Em geral, são regiões cujo "desempenho" econômico, nesse período, pode ser considerado como superior ao da média do estado.

Essas RIs são as seguintes: Aracaju, Eunápolis, Feira de Santana, Itaberaba, Jacobina, Jequié, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Senhor do Bonfim, Valença e Vitória da Conquista.

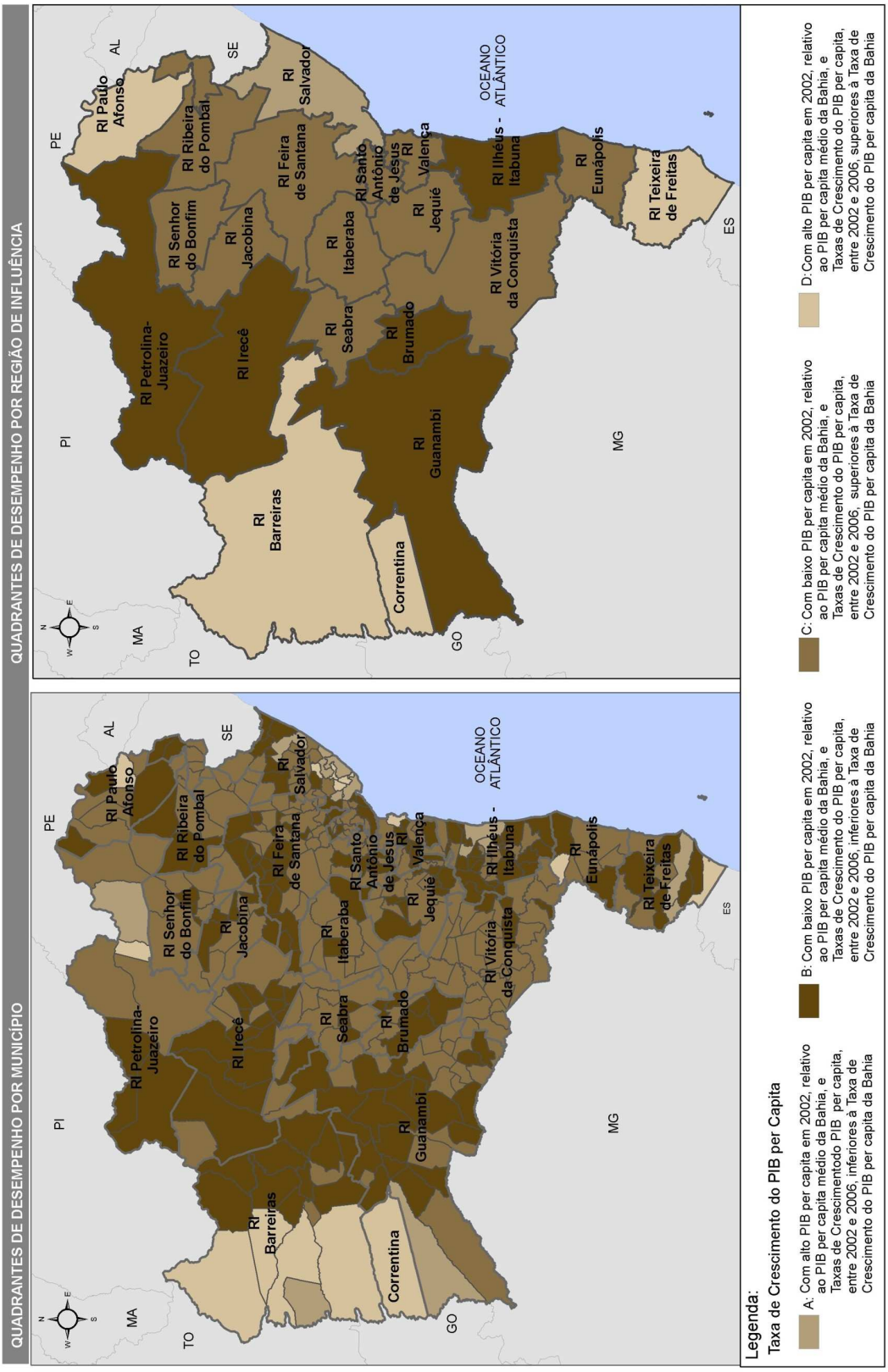
Tabela 16: Tipologia das Regiões de Influência segundo quadrantes de desempenho - 2002-2007

Região de Influência	População 2007 (mil)	População 2002 (mil)	PIB *per capita* 2002 (R$) IBGE Novas Estimativas - corrigido a preços de 2007 (IPCA) - R$ mil	PIB *per capita* 2007 (R$) IBGE Novas Estimativas R$ mil	Indice PIB per Capita 2002 = (PIB *per capita* do Município/PIB *per capita* da BA*100)	Tx. de Cresc. Média Anual do PIB *per capita* do Mun. entre 2002 e 2007 menos a Tx. de Cresc. Média Anual do PIB *per capita* da Bahia entre 2002 e 2007 (= 5,1)	Tipologia dos Mun., segundo PIB *per capita* médio 2002 e o crescimento do PIB *per capita* 2002-2007
Salvador	4.590.405	4.141.874,8	10875,18	12.825	179,48	-1,75	A
Brumado	204.378	206.604,1	3393,88	4.240	56,01	-0,55	B
Guanambi	814.311	797.000,2	3097,14	3.700	51,11	-1,48	B
Ilhéus-Itabuna	927.238	930.611,8	4587,75	5.502	75,71	-1,40	B
Irecê	505.516	491.870,9	2637,64	3.206	43,53	-1,12	B
Juazeiro	506.126	452.266,1	4720,78	5.677	77,91	-1,34	B
Aracaju	142.196	143.209,9	2303,89	3.947	38,02	6,27	C
Eunápolis	322.043	319.067,0	4297,06	7.082	70,92	5,41	C

Região de Influência	População 2007 (mil)	População 2002 (mil)	PIB *per capita* 2002 (R$) IBGE Novas Estimativas - corrigido a preços de 2007 (IPCA) - R$ mil	PIB *per capita* 2007 (R$) IBGE Novas Estimativas R$ mil	Indice PIB per Capita 2002 = (PIB *per capita* do Município/PIB *per capita* da BA*100)	Tx. de Cresc. Média Anual do PIB *per capita* do Mun. entre 2002 e 2007 menos a Tx. de Cresc. Média Anual do PIB *per capita* da Bahia entre 2002 e 2007 (= 5,1)	Tipologia dos Mun., segundo PIB *per capita* médio 2002 e o crescimento do PIB *per capita* 2002-2007
Feira de Santana	1.648.397	1.546.275,9	3697,76	5.168	61,03	1,82	C
Itaberaba	191.664	190.852,9	2570,21	3.544	42,42	1,54	C
Jacobina	293.323	275.642,1	2567,20	3.506	42,37	1,33	C
Jequié	474.066	486.912,0	3714,57	5.171	61,30	1,74	C
Ribeira do Pombal	399.643	398.745,0	2250,00	3.155	37,13	1,89	C
Santo Antônio de Jesus	278.144	272.674,1	3598,34	5.145	59,38	2,31	C
Seabra	170.369	155.491,1	2714,47	4.218	44,80	4,12	C
Senhor do Bonfim	278.390	265.700,7	3036,97	4.250	50,12	1,85	C
Valença	289.080	281.859,0	3828,40	5.475	63,18	2,32	C
Vitória da Conquista	943.549	1.002.716,9	3235,50	5.287	53,40	5,22	C
Barreiras	455.137	410.383,9	7619,77	10.142	125,75	0,79	D
Correntina (município)	31.658	31.310,0	7444,90	11.427	122,87	3,85	D
Paulo Afonso	225.529	225.154,2	7356,05	10.715	121,40	2,71	D
Teixeira de Freitas	389.492	382.885,0	6433,21	8.279	106,17	0,07	D
Estado da Bahia	**14.080.654**	**13.409.108,00**	**6059,38**	**7.787**	**100,00**	**0,05**	
Brasil	**183.987.291**		**11219,84**	**14.465**	**185,16**	**0,11**	

Fonte: IBGE (2007). CEPAL (2009). Elaborado por Vertrag (2010)

Figura 38: Quadrantes de desempenho por município e por RI



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Salvador é do Tipo A, ou seja, uma região que, apesar de apresentar um alto PIB *per capita* em 2002, relativamente ao PIB *per capita* da Bahia nesse mesmo ano, apresentou, no período em análise, um "desempenho" econômico inferior ao da média do estado.

Como do Tipo B, temos as seguintes RIs: Brumado, Guanambi, Ilhéus-Itabuna, Irecê e Juazeiro. Essas últimas regiões já se encontravam relativamente "atrasadas" em 2002, quando da comparação de seus PIB *per capita* em relação ao do Estado e, além disso, no período 2002-2007, apresentaram um "desempenho" econômico ou taxas de crescimento do PIB *per capita* inferiores à do Estado.

Já, ao contrário, as Regiões de Influência de Barreiras, Paulo Afonso,Teixeira de Freitas e o município de Correntina são do Tipo D, revelando-se relativamente como as mais dinâmicas. Ou seja, são RIs/município que já possuíam, em 2002, um PIB per capita maior do que a média do estado e que, no período em análise, apresentaram um "desempenho" econômico superior ao do estado.

Assim, como pode ser observado, o PIB *per capita* da totalidade das Regiões de Influência da Bahia aumentou entre 2002 e 2008, em sua grande maioria (Tipos C e D), a taxas superiores à da média do Estado. Em geral, o aumento do PIB *per capita*, associado ao aumento da população regional no período, implica em pressões locais de diferenciação de funções urbanas e para a expansão e adequação da infraestrutura urbana. Quando a escala de análise é a municipal, é também possível constatar, na Bahia, no período 2002 e 2007, processos de relativa desconcentração espacial das atividades econômicas e de convergência de PIBs *per capita*.

A Tabela 17 apresenta a distribuição dos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) segundo a participação de seus PIBs no PIB total do Estado (Figura 42).

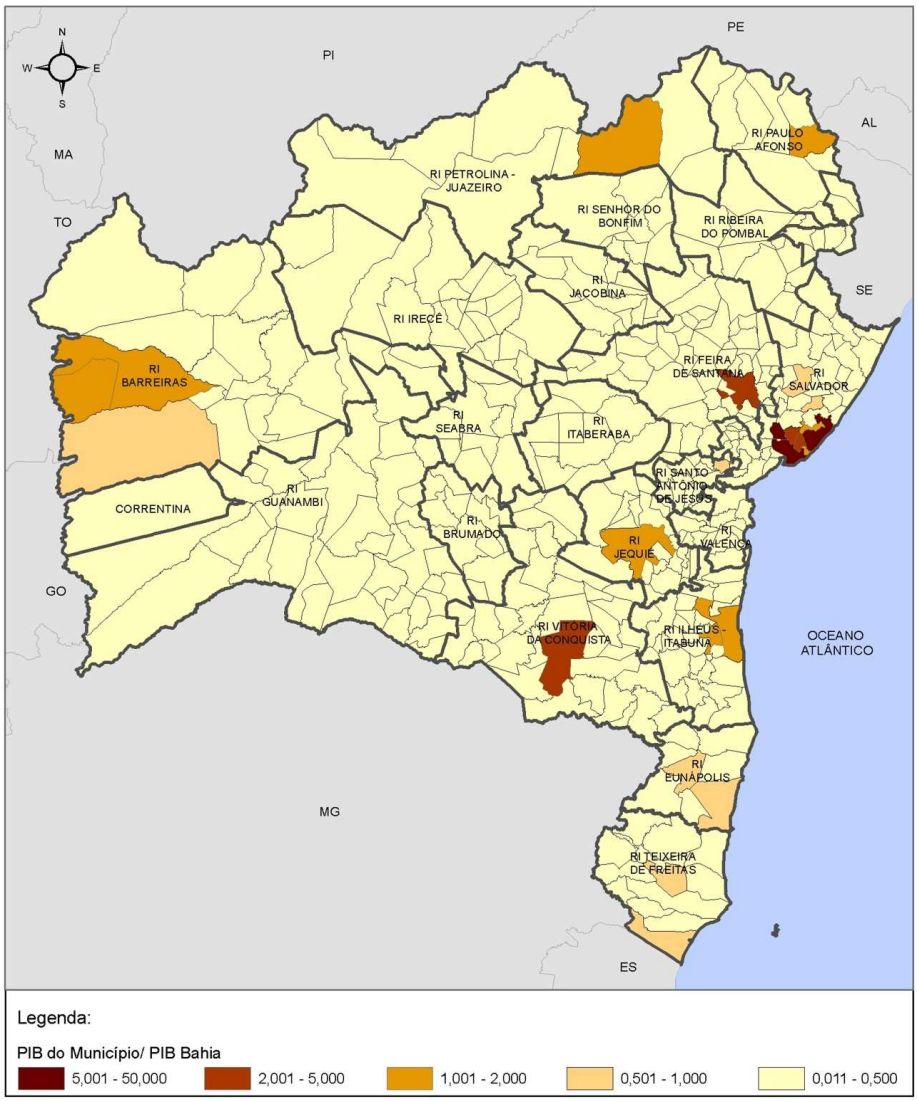
Tabela 17: Produto Interno Bruto dos municípios da Região Metropolitana de Salvador - RMS e sua importância relativa no PIB Total da Bahia - 2002/2007

Nome do Município	Hierarquia	PIB 2002 (R$ mil) IBGE - Novas Estimativas	PIB do Mun./PIB da Bahia (%) 2002	Distribuição % Acumulada 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE - Novas Estimativas	PIB do Mun./PIB da Bahia (%) - 2007	Distribuição % Acumulada 2007
Salvador	Metrópole	16.357.921	26,96	26,96	26.727.132,3	24,37	24,37
Camaçari	Pólo Sub-regional	5.817.366	9,59	36,55	10.401.520,2	9,49	33,86
S. Franc. do Conde	Núcleo	4.406.281	7,26	43,81	7.144.211,2	6,52	40,38
Candeias	Pólo Local	1.005.866	1,66	45,47	2.479.570,6	2,26	42,64
Simões Filho	Pólo Local	1.217.218	2,01	47,48	2.404.201,8	2,19	44,83
Lauro de Freitas	Pólo Sub-	813.273	1,34	48,82	2.106.144,9	1,92	46,75
Dias d'Ávila	Centro Local	584.595	0,96	49,78	1.202.482,8	1,10	47,85
Pojuca	Núcleo	341.653	0,56	50,3	818.159	0,75	48,6
Mata de São João	Núcleo	212.420	0,35	50,7	295.718	0,27	48,9
S. Sebastião do Passé	Núcleo	123.565	0,20	50,9	291.571	0,27	49,1
Vera Cruz	Núcleo	95.938	0,16	49,94	172.229,6	0,16	48,00
Madre de Deus	Núcleo	65.785	0,11	50,05	153.928,4	0,14	48,14
Itaparica	Núcleo	74.124	0,12	50,17	80.117,5	0,07	48,22

Nome do Município	Hierarquia	PIB 2002 (R$ mil) IBGE - Novas Estimativas	PIB do Mun./PIB da Bahia (%) 2002	Distribuição % Acumulada 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE - Novas Estimativas	PIB do Mun./PIB da Bahia (%) - 2007	Distribuição % Acumulada 2007
RMS	-	**31.116.006**	**50,17**		**54.276.987**	**49,5**	
Estado da Bahia	-	**60.671.842**			**109.651.844**		
Brasil	-	**1.477.821.769**			**2.661.344.525**		
PIB Bahia/PIB Brasil	-		**4,11**			**4,12**	

Fonte: IBGE (2007). Elaborado por Vertrag (2010)
(*) Em relação ao PIB do Brasil

Figura 39: Distribuição dos municípios segundo o PIB total de cada município em relação ao PIB total da Bahia (2007)



Fonte: IBGE (2007). Elaborado por Vertrag (2010)

Como pode ser observado, a participação do PIB da Região Metropolitana de Salvador no PIB total da Bahia diminuiu de 51,2%, em 2002, para 49,5%, em 2007. O município de Salvador foi o que mais perdeu participação: de 27,0%, em 2002, para 24,4%, em 2007. Ainda, na RMS, no período 2002-2007, também apresentaram diminuição de participação no PIB estadual, os municípios de São Francisco do Conde (de 7,3% para 6,5%), que conta com a Refinaria Landhulfo Alves – RLAN; e Camaçari (de 9,6% para 9,5%), com seus Pólos Petroquímico e Automotivo.

No conjunto, nesse período, a participação desses três mais importantes municípios do Estado, em termos de geração de PIB, diminuiu de 43,8% para 40,4%.

Já os municípios de Candeias (exploração de petróleo e Porto de Aratu); Simões Filho ("cidade dormitório"); Lauro Freitas ("Litoral Norte"; indústrias de bens de consumo e condomínios de alta renda); e Dias d'Ávila ("cidade dormitório") aumentaram a sua participação.

A Tabela 18 apresenta os municípios baianos que mais ganharam ou perderam participação no PIB total da Bahia.

Tabela 18: Municípios da Bahia com maiores e menores ganhos de participação relativa no PIB total da Bahia - 2002/2007

Nome do Município	PIB 2002 (R$ mil) IBGE – (novas estimativas)	PIB Mun./ PIB da Bahia (%) 2002	Dis-trib. % Acu-mula-da 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE - (novas estimativas)	PIB Mun./PIB da Bahia (%) 2007	Distrib. % Acumu-lada 2007	Ganhos ou Perdas de Participa-ção Relativa da Região de Influência no PIB da Bahia entre 2007-2002 (%)
Feira de Santana	2.221.209,2	3,66	3,66	4.721.366,8	4,31	4,31	0,64
Candeias (1)	1.005.866,4	1,66	5,32	2.479.570,6	2,26	6,57	0,60
Simões Filho (1)	1.217.218,4	2,01	7,33	2.404.201,8	2,19	8,76	0,19
Vitória da Conquista	1.063.495,9	1,75	9,08	2.373.445,5	2,16	10,92	0,41
Lauro de Freitas (1)	813.273,2	1,34	10,42	2.106.144,9	1,92	12,84	0,58
Paulo Afonso	1.034.720,5	1,71	12,12	2.037.815,2	1,86	14,70	0,15
Jequié	632.083,4	1,04	13,17	1.289.197,9	1,18	15,88	0,13
Dias d'Ávila (1)	584.595,2	0,96	14,13	1.202.482,8	1,10	16,98	0,13
Luís Eduardo Magalhães	546.962,2	0,90	15,03	1.165.982,2	1,06	18,04	0,16
Eunápolis	355.764,0	0,59	15,62	1.033.014,7	0,94	18,98	0,36
Mucuri	511.814,3	0,84	16,46	1.008.137,6	0,92	19,90	0,08
São Desidério	366.186,7	0,60	17,06	859.950,5	0,78	20,68	0,18
Pojuca	341.652,6	0,56	17,63	818.158,6	0,75	21,43	0,18
Sobradinho (2)	205.526,1	0,34	17,97	493.709,5	0,45	21,88	0,11
Cairu	53.141,1	0,09	18,05	383.113,2	0,35	22,23	0,26
Maragogipe	75.144,8	0,12	18,18	373.454,6	0,34	22,57	0,22
Formosa do Rio Preto	114.544,2	0,19	18,37	299.833,6	0,27	22,84	0,08

Nome do Município	PIB 2002 (R$ mil) IBGE – (novas estimativas)	PIB Mun./ PIB da Bahia (%) 2002	Dis-trib. % Acu-mula-da 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE - (novas estimativas)	PIB Mun./PIB da Bahia (%) 2007	Distrib. % Acumu-lada 2007	Ganhos ou Perdas de Participa-ção Relativa da Região de Influência no PIB da Bahia entre 2007-2002 (%)
Ibicoara	69.823,4	0,12	18,48	233.113,8	0,21	23,06	0,10
Salvador (1)	16.357.921,0	26,96	26,96	26.727.132,3	24,37	24,37	-2,59
Camaçari (1)	5.817.366,3	9,59	36,55	10.401.520,2	9,49	33,86	-0,10
S.Francisco do Conde (1)	4.406.280,9	7,26	43,81	7.144.211,2	6,52	40,38	-0,75
Ilhéus	1.118.466,7	1,84	45,66	1.706.084,0	1,56	41,93	-0,29
Juazeiro (2)	912.794,6	1,50	47,16	1.467.736,4	1,34	43,27	-0,17
Conde	90.907,9	0,15	47,31	69.176,9	0,06	43,33	-0,09
Teofilândia	83.374,9	0,14	47,45	52.221,6	0,05	43,38	-0,09
Estado da Bahia	**60.671.842,70**	**100,00**		**109.651.844,01**	**100**		
Brasil	**1.477.821.769,00**			**2.661.344.525,00**			

Fonte: IBGE (2007). Elaborado por Vertrag (2010)

(1) Município pertencente à Região Metropolitana de Salvador.

(2) Município pertencente à RIDE Petrolina-Juazeiro.

Além de Salvador, São Francisco do Conde e Camaçari, na RMS, merece também destaque a diminuição da importância relativa do PIB de Ilhéus - com 1,84% do PIB da Bahia, em 2002, e 1,56%, em 2007 - e Juazeiro - com 1,50% e 1,34%, respectivamente, em relação ao total do Estado.

De forma semelhante, além dos municípios da RMS que ganharam participação, é importante destacar o aumento relativamente expressivo da participação dos seguintes municípios: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Jequié, Luís Eduardo Magalhães (RI de Barreiras), Eunápolis, Mucuri (RI de Teixeira de Freitas), São Desidério (RI de Barreiras), Pojuca (RI de Salvador), Sobradinho (RI de Juazeiro), Cairu (RI de Valença), Maragogipe (RI de Salvador), Formosa do Rio Preto (RI de Barreiras) e Ibicoara (RI de Vitória da Conquista).

Feira de Santana foi o município que mais ganhou participação relativa no PIB da Bahia: de 3,7%, em 2002, para 4,3%, em 2007. Esse município se destaca pelas suas características de importante entreposto comercial e entroncamento das principais rodovias que cortam o Estado e sua relativa proximidade e intensidade de fluxos com Salvador, além de abrigar atividades agropecuária e industrial de relativa importância estadual (avicultura e Distrito Industrial de Subaé)[29].

Merece também atenção, o ganho de participação do PIB dos municípios da RIDE Petrolina-Juazeiro no PIB total da Bahia, embora com o desempenho relativamente negativo do município de Juazeiro. Entre 2002 e 2007, a participação do PIB desse município no PIB total do Estado diminuiu de 1,5% para 1,3% (Tabela 19).

[29] SEI. Bahia em Números. Caderno Especial, Ano III, dezembro de 2009.

Tabela 19: Produto Interno Bruto dos municípios baianos da RIDE Petrolina-Juazeiro e sua importância relativa no PIB Total da Bahia - 2002/2007

Nome do Município	PIB 2002 (R$ mil) IBGE – (novas estimativas)	PIB do Mun./ PIB da Bahia (%) 2002	Distri-buição % Acumu-lada 2002	PIB 2007 (R$ mil) IBGE - (novas estimativas)	PIB do Mun./ PIB da Bahia (%) 2007	Distribui-ção % Acumula-da 2007	Ganhos ou Perdas de Participa-ção Relativa da Região de Influência no PIB da Bahia entre 2007-2002 (%)
Juazeiro	912.795	1,50	1,50	1.467.736	1,34	1,34	-0,17
Sobradinho	205.526	0,34	1,84	493.710	0,45	1,79	0,11
Casa Nova	112.295	0,19	2,03	269.043	0,25	2,03	0,06
Curaçá	59.430	0,10	2,13	138.435	0,13	2,16	0,03
RIDE	**1.290.046**	**2,13**		**2.368.924**	**2,16**		
Estado da Bahia	**60.671.843**	**100,00**		**109.651.844**	**100,00**		
Brasil	**1.477.821.769**			**2.661.344.525**			

Fonte: IBGE (2007). Elaborado por Vertrag (2010)

No que se refere à convergência dos PIB *per capita*, 223 municípios da Bahia, 53,5% do total, se enquadram no Tipo C, ou seja, municípios que, em 2002, possuíam um baixo PIB *per capita*, relativamente ao PIB *per capita* estadual e, entre 2002 e 2007, apresentaram taxas de crescimento do PIB *per capita* superiores à taxa de crescimento do PIB *per capita* da Bahia – Tabela da Tipologia dos Municípios segundo Quadrantes de Desempenho – 2002/2007 (Apêndice Digital 2) e Figura 38.

No entanto, observa-se também que, 180 municípios, 43% do total, são do Tipo B, apresentando uma situação relativamente mais crítica. Esses municípios já se encontravam "atrasados" em 2002, quando da comparação de seus PIB *per capita* em relação ao do Estado e, além disso, no período 2002-2007, apresentaram taxas de crescimento do PIB *per capita* inferiores à do Estado.

Pode-se constatar também que, em 234 municípios, 56% do total, apresentaram um aumento do PIB *per capita* entre 2002 e 2008 - em sua maioria a taxas superiores à da média do Estado - associado ao aumento de população, o que implica em pressões locais de diferenciação de funções urbanas e expansão e adequação da infraestrutura urbana.

4.4.3.2 Distribuição Espacial das Atividades Econômicas da Bahia, segundo as Regiões de Influência e Características Básicas de sua rede urbana

Como pode ser observada na Tabela 15, a distribuição do Produto Interno Bruto - PIB da Bahia, segundo as Regiões de Influência, ainda é fortemente concentrada, apesar do processo recente de relativa desconcentração espacial dessas atividades.

Somente a Região de Influência de Salvador respondeu, em 2007[30], por 53,7% do PIB baiano. A segunda Região de Influência relativamente mais importante é a de Feira de Santana, cuja participação no PIB da Bahia, em 2007, foi de 7,8%.

Assim, somente o eixo centro-leste, composto por essas duas RIs, Salvador e Feira de Santana, somou, em 2007, 61,5% do PIB baiano. Acrescentando a esse conjunto a Região de Influência de Ilhéus-Itabuna (4,7%), esse percentual se eleva para 66,2%.

Além disso, se nessa macrorregião incluirmos também as Regiões de Influência de Valença (1,4%), Santo Antônio de Jesus (1,3%) e Jequié (2,2%), o total se eleva para 71,1% do PIB estadual.

Essa macrorregião possui uma alta densidade de pólos e complexidade urbana, contando com a presença de uma estrutura produtiva diversificada e relativamente avançada, com predomínio de segmentos de expressão nacional e/ou internacional (petroquímico; automobilístico; exploração de petróleo e gás natural; agroindústria de carnes; cultivo e beneficiamento de cacau; turismo, atividades portuárias e aeroportuárias; serviços de alta complexidade; etc.)[31].

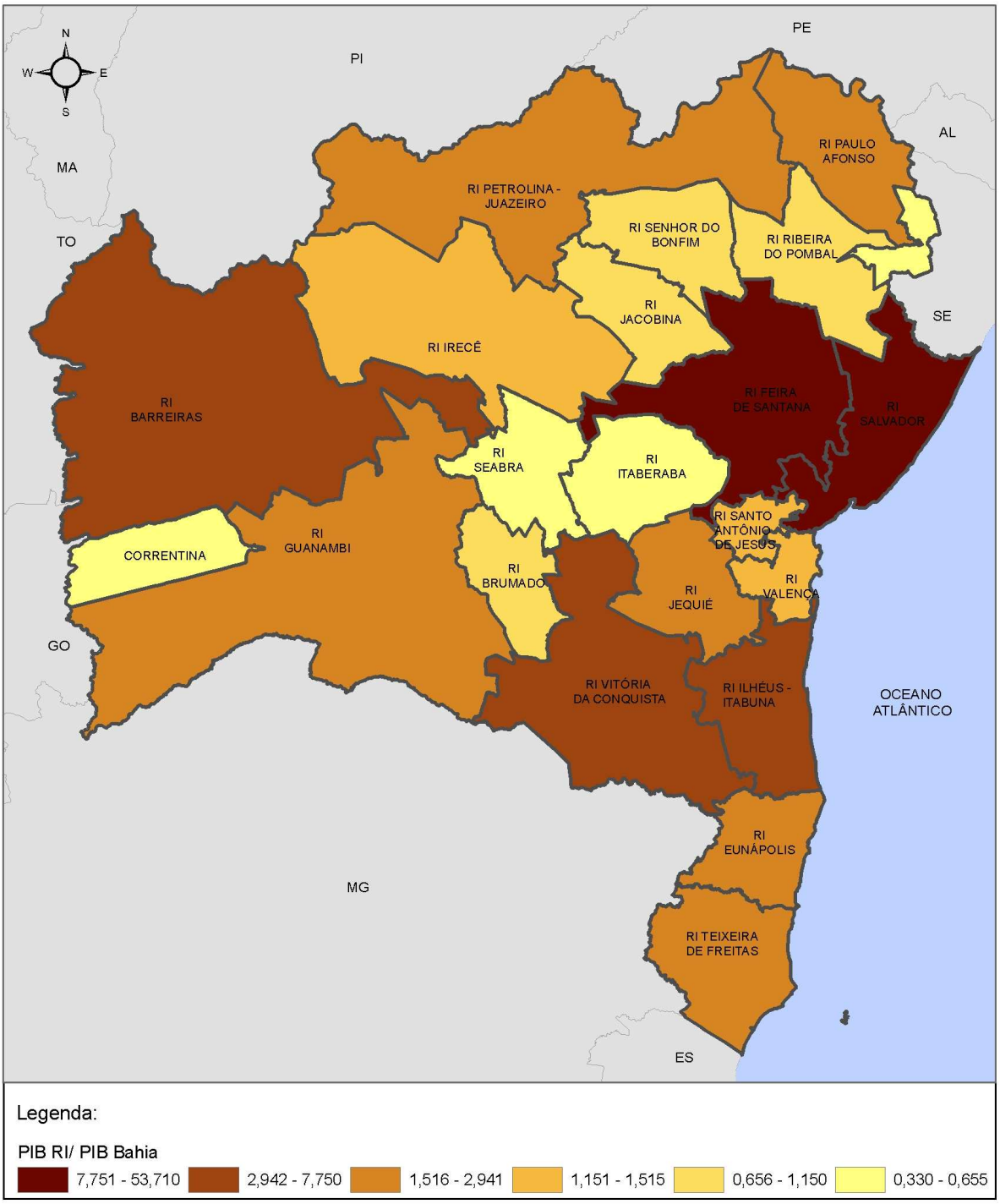
No Oeste do Estado encontram-se a RI de Barreiras (4,2%) e o município de Correntina (0,3%), que se caracterizam por ser as porções mais dinâmicas do Estado. Em 2002, os seus PIBs *per capita* já eram maiores do que o da Bahia e, entre esse ano e 2007, apresentaram taxas de crescimento do PIB *per capita* superiores à do PIB *per capita* do Estado. Essa região é de ocupação relativamente recente e centrada em agronegócios (soja e algodão) de expressão nacional e internacional, que, pela grande escala e tecnologia intensiva dos cultivos, implicou em uma ocupação urbana dispersa espacialmente, com Núcleos distantes do pólo principal.

No Norte da Bahia, encontram-se as Regiões de Influência de Juazeiro e de Paulo Afonso, que responderam, em 2007, por 2,6% e 2,2% do PIB estadual, respectivamente. Essas regiões também se caracterizam por uma ocupação urbana dispersa no espaço, com centros distantes dos pólos principais, relativamente isolados. No caso dessas regiões, esse padrão de ocupação é condicionado pelas características edáfico-climáticas predominantes no território (Cerrado e semiárido irrigado), associadas às características da estrutura produtiva regional: Juazeiro, às margens do Rio São Francisco, como centro regional de comércio e atividade agropecuária de importância nacional e internacional (fruticultura) em perímetros irrigados; e Paulo Afonso, cuja base produtiva é quase exclusivamente centrada na exploração de energia hidrelétrica no curso desse rio.

[30] As últimas informações disponíveis sobre os PIB's de estados e municípios brasileiros referem-se a 2007, segundo estimativas divulgadas pelo IBGE em 16/12/2009.

[31] O Tópico 4.5 desse Relatório apresenta uma análise mais detalhada dos aspectos da estrutura econômica de cada uma das Região de Influências das cidades da Bahia.

Figura 40: Distribuição das RI segundo o PIB total (2007) de cada RI em relação ao PIB Total da Bahia (2007)



Fonte: Vertrag (2010)

No Centro-Sul do Estado, as RIs de Vitória da Conquista (4,5%) e Guanambi (2,7%), abarcam 7,2% do PIB estadual, apresentando estruturas produtivas diversificadas (comércio, serviços, indústria de transformação e extrativa de minerais), inclusive com atividades agropecuárias relativamente importantes em áreas específicas (disponibilidade

de recursos hídricos, altitudes elevadas, etc.) de seus territórios predominantemente semiáridos. A ocupação urbana dessas regiões, de raiz histórica e condicionada por essas áreas e pelas rotas tradicionais de transporte que perpassam seus territórios (Litoral-Sertão da Bahia; e Sul-Norte do País), apresenta uma média densidade de pólos urbanos.

No Extremo-Sul da Bahia, as RIs de Teixeira de Freitas (2,9%) e de Eunápolis (2,1%) somam 5% do PIB estadual. Nessas regiões predominava, no passado, a floresta atlântica, atualmente em grande parte devastada pelas atividades econômicas que historicamente marcaram a estrutura produtiva regional: exploração madeireira e pecuária extensiva. A ocupação urbana dessas regiões, como herança dessa história, também se caracteriza por uma média densidade de pólos urbanos. A crescente importância da indústria de papel e celulose no âmbito regional, associada a grandes áreas de reflorestamento, tende a reafirmar esse padrão de ocupação, dada a relativa dispersão espacial que caracterizam as unidades produtivas desse tipo de indústria.

Finalmente, conformando uma espécie de corredor ou arco no sentido Centro-Nordeste do Estado da Bahia, restam como relativamente pouco expressivas ou dinâmicas, em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), as seguintes Regiões de Influência: Aracaju (0,5%), Ribeira do Pombal (1,1%), Senhor do Bonfim (1,1%), Jacobina (0,9%), Seabra (0,7%), Itaberaba (0,6%) e Brumado (0.8%). No conjunto, essas Regiões, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual e também se caracterizam por uma média densidade de pólos urbanos. A estrutura urbana dessa macrorregião é condicionada pelos seguintes fatores: predomínio de territórios semiáridos, embora com atividades agropecuárias de relativa importância em áreas específicas (disponibilidade de recursos hídricos, altitudes elevadas, etc.); existência de nichos de exploração mineral com intensidade suficiente para dinamizar alguns centros urbanos locais; desenho dos seus eixos de transporte; e presença de uma estrutura produtiva diversificada, mas, em geral, de importância local, exceto, por exemplo, as atividades turísticas em cidades da Chapada da Diamantina.

4.4.3.3 Análise da Estrutura Setorial do PIB dos Municípios

A análise da participação relativa do valor adicionado de cada setor no PIB dos municípios permite identificar características estruturais específicas de sua dinâmica econômica, que constituem aspectos de referência importantes para a formulação de políticas de desenvolvimento urbano e/ou regional[32].

Essas características estruturais se referem à maior ou menor participação do PIB industrial, agropecuário e da administração pública no PIB Total dos municípios. Essas características constituem referências importantes para identificar especificidades da dinâmica da economia e sociedade dos municípios baianos e de suas funções urbanas.

De forma a referenciar a análise, pode-se especificar as seguintes tipologias dos municípios da Bahia:

- Tipologia dos municípios segundo a participação do PIB industrial no seu PIB total em 2007:

  A: menor do que 10%;

  B: igual ou maior do que 10% e menor do que 20%;

[32] A segmentação da estrutura setorial do PIB, estimada pelo IBGE, segundo o valor adicionado bruto do setor, é a seguinte: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Administração Pública (saúde e educação públicas e seguridade social).

C: igual ou maior do que 20% e menor do que 30%;

D: igual ou maior do que 30% e menor do que 40%;

E: maior do que 40%.

- Tipologia dos municípios segundo a participação do PIB agropecuário no seu PIB total:

  A: menor do que 15%;

  B: igual ou maior do que 15% e menor do que 20%;

  C: igual ou maior do que 20% e menor do que 30%;

  D: igual ou maior do que 30% e menor do que 40%;

  E: igual ou maior do que 40% e menor do que 50%;

  F: maior do que 50%.

- Tipologia dos municípios segundo a participação do PIB da administração pública no seu PIB total em 2007:

  A: menor do que 15%;

  B: igual ou maior do que 15% e menor do que 20%;

  C: igual ou maior do que 20% e menor do que 30%;

  D: igual ou maior do que 30% e menor do que 40%;

  E: igual ou maior do que 40% e menor do que 50%;

  F: maior do que 50%.

No que se refere à importância relativa do PIB industrial no PIB total, a maior parte dos municípios baianos (63%) é do Tipo A, sendo possível associar, em geral, a baixa importância relativa do PIB industrial no PIB total (<10%) à inexistência de atividades industriais relevantes.

A participação do PIB agropecuário no total do PIB é superior a 40% em 28 municípios. Alguns, com a atividade agropecuária avançada, como São Desidério (RI de Barreiras), outros com essa atividade diversificada e de baixa produtividade, como Fátima (RI de Aracaju).

Em 15 municípios baianos, a participação do PIB da administração pública no PIB total superou 50%, em 2007 (Tipo F). Em 133 outros municípios, essa participação supera 40% (Tipo E). Assim, em 148 municípios da Bahia, 35% do total, há um forte indicativo de que a principal atividade é a administração pública.

Nesse contexto, pode-se constatar que, em 2007:

- 21 municípios (5% do total) concentravam 81% do PIB industrial da Bahia, com destaques para Camaçari (22,2%), São Francisco do Conde (13,2%) e Salvador (12%);
- 40 municípios, 9,6% do total, responderam por 51% do PIB agropecuário total do Estado. Quanto à atividade agropecuária, os principais municípios da Bahia são os seguintes: São Desidério (7,7%); Barreiras (4,5%); Luís Eduardo Magalhães (2,6%); Formosa do Rio Preto (2,2%); Juazeiro (3,4%); Correntina (2,0%); Barra do Choça (2,0%) e Ibicoara (2,0%). Os 4 primeiros são da Região de Influência de Barreiras (soja, algodão herbáceo e avicultura). Correntina se caracteriza pela

produção de soja e algodão herbáceo. E os 2 últimos municípios pertencem à Região de Influência de Vitória da Conquista (café);

- 52% do PIB dos serviços na Bahia concentra-se em 7 municípios (1,7% do total), quais sejam: Salvador (31,1%), Feira de Santana (5,2%), São Francisco do Conde (4,4%), Camaçari (4,3%), Vitória da Conquista (2,8%), Lauro de Freitas (2,4%) e Itabuna (2,2%).

Em geral, municípios, com o PIB industrial inexpressivo e/ou com PIB decorrentes principalmente de atividades agropecuárias de baixa produtividade e/ou da administração pública, apresentam funções urbanas pouco diversificadas e de baixa complexidade e requerem prioritariamente políticas de desenvolvimento urbano associadas a políticas específicas de *desenvolvimento regional*.

Por outro lado, em geral, municípios com forte concentração industrial e/ou com atividades agropecuárias de alta produtividade e/ou de serviços não tão concentrados na administração pública e, portanto, mais diversificados, especializados e complexos, são mais relevantes no que se refere à necessidade de políticas específicas de *desenvolvimento urbano* (estaduais ou federais), principalmente quando se localizam em regiões metropolitanas consolidadas ou em formação.

4.4.3.4 Importância Relativa da Bolsa Família para a Economia do Município

É possível avaliar a importância relativa do Bolsa Família para a economia do município, comparando o valor das transferências de renda (Bolsa Família) e o valor da massa de salários pagos nas relações de trabalho formais existentes em cada território ou município, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS[33], para o ano de 2008.

Os municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família em relação à massa de salário do mercado de trabalho formal tendem a ser menos estruturados economicamente e a possuir uma renda média familiar relativamente pequena, o que limita a diversificação do seu setor terciário e, em geral, de suas funções urbanas. No entanto, uma elevada proporção desse valor também indica a importância do Bolsa Família para o dinamismo da economia local o que, caso não existisse, seria ainda muito mais limitado.

Assim, quanto à importância relativa do Bolsa Família no total da massa de salários, é possível classificar as Regiões de Influência e os seus municípios, segundo as seguintes tipologias:

- A: Bolsa Família / Massa Salarial Anual abaixo de 10%;
- B: Bolsa Família / Massa Salarial Anual entre 10 e 20%;
- C: Bolsa Família / Massa Salarial Anual entre 20 e 30%;
- D: Bolsa Família / Massa Salarial Anual entre 30 e 50%;

[33] No Brasil, a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (www.mtb.gov.br), instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, possui os seguintes objetivos: prover dados para a elaboração de estatísticas do trabalho; e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. A RAIS permite a sistematização de informações sobre as carcacteríticas e a evolução do emprego no mercado formal de trabalho brasileiro (assalariados celetistas e estatutários), segundo características individuais (sexo, idade, escolaridade, remuneração, tempo de emprego no estabelecimento, etc.) e do estabelecimento (porte, tipo de atividade, etc.).

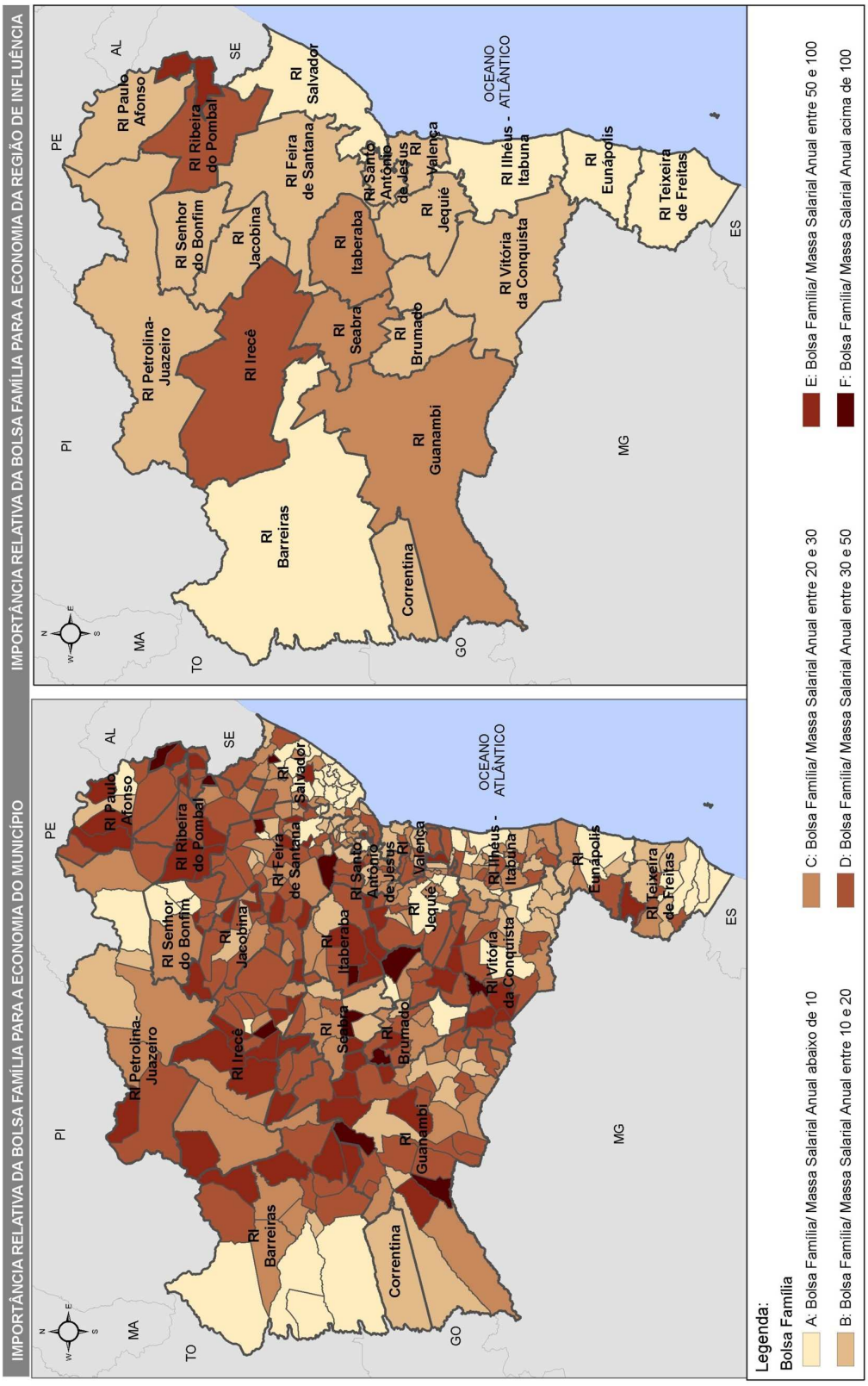
- E: Bolsa Família / Massa Salarial Anual entre 50 e 100%; e
- F: Bolsa Família / Massa Salarial Anual acima de 100%.

O Apêndice Digital 3 apresenta os resultados dessa classificação para todos os municípios e RIs. Nas Regiões de Influências de Aracaju (Tipo E), Ribeira do Pombal (Tipo D) e Irecê (Tipo D), a relação entre os valores de Bolsa Família transferidos aos municípios e o de sua massa salarial formal, supera 30%. Por outro lado, em várias Regiões de Influência, como Barreiras, Eunápolis, Ilhéus-Itabuna, Salvador e Teixeira de Freitas esse percentual é inferior a 10% (Figura 41).

Além disso, essa proporção é muito diferenciada entre municípios, inclusive dentro de uma mesma Região de Influência. Treze municípios, 3,1% do total, apresentam um percentual superior a 100% (Tipo F); 61 municípios, 14,6% do total, são do Tipo D, com um percentual variando de 50% a 100%; e 131 municípios, 31,4% do total, se enquadram no Tipo D, apresentando um percentual entre 30% e 50%.

Assim, em 205 municípios da Bahia, 49% do total, a relação entre os valores de Bolsa Família transferidos aos municípios e o de sua massa salarial formal é superior a 30%. Como já foi observado, nesse tipo de municípios, a diversificação do setor terciário e, em geral, das funções urbanas tende a ser muito limitada. Em geral, políticas de desenvolvimento urbano direcionadas a esses municípios devem estar associadas a políticas específicas de *desenvolvimento regional*.

Figura 41: Distribuição dos municípios e da RI segundo a importância relativa da bolsa família para a economia do município



Fonte: Vertrag (2010)

4.4.3.5 Nível de Desenvolvimento dos Municípios

Indicações sobre o nível de desenvolvimento dos municípios são de extrema relevância para a definição de políticas de desenvolvimento urbano.

É possível avaliar esse nível com base no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Segundo a Firjan, o IFDM considera, com igual ponderação, 3 áreas de desenvolvimento, a saber, Emprego&Renda, Educação e Saúde, com as suas seguintes componentes:

- **Emprego&Renda**: geração de emprego formal, estoque de emprego formal e salários médios do emprego formal;
- **Educação**: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas aula diárias e resultado do IDEB; e
- **Saúde**: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, e óbitos infantis por causas evitáveis[34].

O índice FIRJAN varia entre 0 e 1: quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento do município. Pode-se estabelecer uma tipologia dos municípios, segundo níveis de desenvolvimento, com base na seguinte classificação:

- A - Índice Firjan entre 0,8 e 1,0: alto desenvolvimento;
- B - Índice Firjan entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- C - Índice Firjan entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular; e
- D - Índice Firjan entre 0,0 e 0,4: baixo desenvolvimento.

O perfil dos municípios baianos, segundo esse índice e as suas 3 áreas de desenvolvimento, pode ser observado nos mapas da Figura 42 a seguir.

Na dimensão **Emprego&Renda**, na medida que o índice Firjan tem como referência somente variáveis do mercado formal de trabalho, a situação da grande maioria dos municípios baianos é considerada de baixo desenvolvimento, revelando incipiência da estrutura produtiva e urbana.

Na dimensão **Saúde**, o índice Firjan da grande maioria dos municípios do Estado aponta situações de desenvolvimento regular a moderado.

Já na dimensão **Educação**, a situação é mais crítica: o índice Firjan da maior parte dos municípios se enquadra como de desenvolvimento regular ou baixo desenvolvimento.

É possível constatar que todas as Regiões de Influência ou mesmo grande áreas que podem ser definidas como de referência analítica para a formulação de políticas urbanas na Bahia (p. ex., área de alta densidade de pólos, área de média densidade de pólos, área distante de pólos[35]) apresentam uma expressiva heterogeneidade do seu "nível de desenvolvimento".

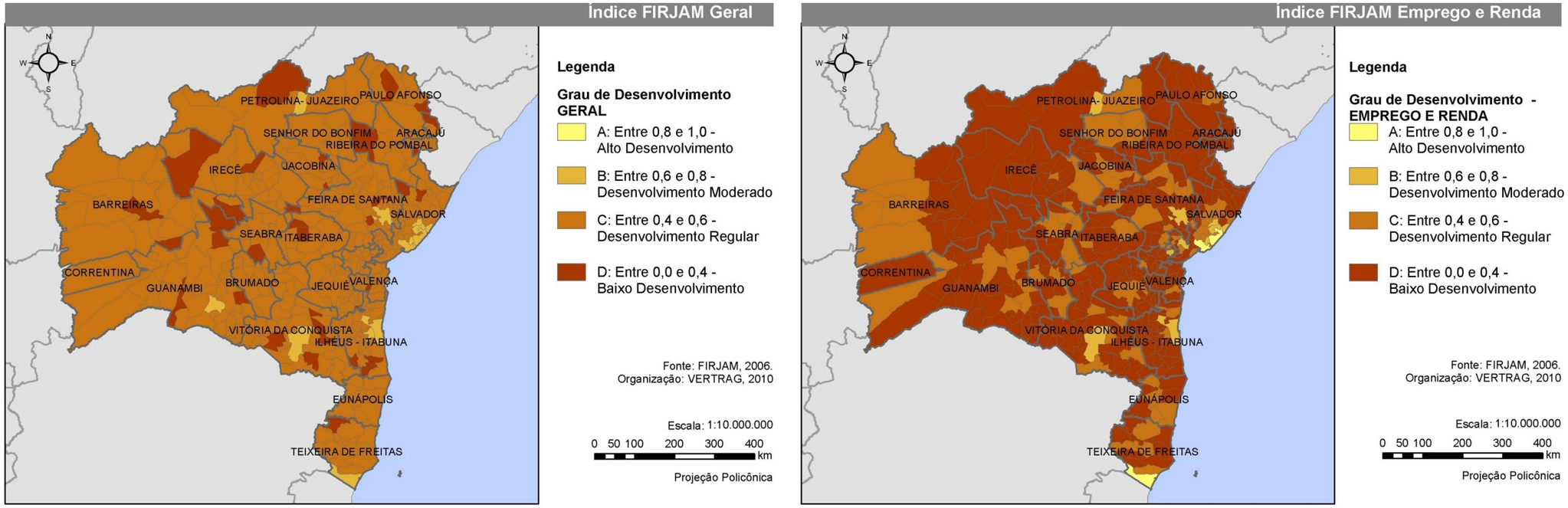
---

[34] A referência da especificação da metodologia do IFDM encontra-se em: http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9231956A5012343B7C92D5445.htm.

35 Ver subcapítulo 4.3.2 desse Relatório.

Nesse contexto, para a grande parte das Regiões de Influência e dos municípios baianos, as políticas de desenvolvimento urbano devem estar associadas a políticas de *desenvolvimento regional,* visando a criação de emprego e renda, e de políticas sociais, particularmente aquelas voltadas para a expansão dos níveis educacionais da população.

Figura 42: Distribuição dos municípios segundo o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Geral, Emprego e Renda, Educação e Saúde.



4.4.3.6 Investimentos Estratégicos no Estado da Bahia

Encontram-se previstos ou em curso na Bahia, alguns investimentos que podem ser considerados estratégicos na medida em que, pelo seu porte, podem vir a ter grandes impactos nas estruturas da economia, regionais ou locais, porém como será explicitado a seguir, poucos impactos imediatos na conformação da rede urbana estadual.

Em geral, esses investimentos poderão provocar impactos expressivos sobre alguns dos centros urbanos da Bahia que, por essa razão, deverão se constituir em um dos focos prioritários da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Dentre esses investimentos, merecem destaques os seguintes: Ferrovia de Integração Oeste-Leste, extração de minério de ferro em Caetité e o Porto Sul; estaleiro Enseada do Paraguaçu; exploração de gás natural em Valença; exploração do Aquífero Tucano; outras iniciativas relevantes relativas à indústria extrativa mineral; e o Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê.

a) Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Essa ferrovia constitui um dos principais investimentos na infraestrutura econômica regional. Incluída entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), terá 1.490 km de extensão e envolverá recursos estimados em R$ 6 bilhões até 2012.

A ferrovia ligará as cidades de Figueirópolis, no estado do Tocantins, a Barreiras, Caetité e Ilhéus, no Estado da Bahia, abrindo uma nova alternativa de logística para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país e formando um corredor de transporte até o Atlântico, com a construção de infraestrutura portuária em Ilhéus.

Entre as vantagens dessa ferrovia para o Estado da Bahia, encontra-se a redução de custos do transporte de insumos e o aumento da competitividade dos produtos do agronegócio, além da possibilidade de implantação de novos pólos agroindustriais e de indústria extrativa mineral. Os principais produtos a serem transportados são soja, fertilizantes, combustíveis e minério de ferro[36].

No caso da indústria extrativa mineral, a ferrovia tornará viável a exploração de minério de ferro em Caetité, na RI de Guanambi - sudoeste da Bahia, a 757 km de Salvador. Este município conta com reservas de 4 a 6 bilhões de toneladas e tende a ser um das principais áreas de exploração desse minério no Brasil. Essa reserva se estende ao Norte da Bahia, até Xique-Xique, na Região de Influência de Irecê.

A construção da ferrovia está sobre a responsabilidade da Valec S.A., uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, e a exploração do minério a cargo da Bahia Mineração – Bamin, de propriedade de grupos brasileiros e asiáticos[37].

Os municípios de Barreiras, Caetité e Ihéus deverão ser os mais afetados pela construção da ferrovia.

[36] www.valec.gov.br.

[37] Em Caetité, a Bahia Mineração pretende implementar o Projeto Pedra de Ferro visando a produção de aproximadamente 18 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Este projeto será formado por um sistema de suprimento de água industrial, linhas de transmissão de energia, a mina e a usina de concentração, uma logística de transporte de mais de 400 km e um terminal de embarque privativo *offshore* ligado a uma retroárea, em Ponta da Tulha, próximo à Ilhéus. A previsão é que o Projeto Pedra de Ferro inicie suas operações em 2012, o que transformará o Estado da Bahia no 3º maior produtor de minério de ferro do Brasil (www.bamin.com.br).

Barreiras e o seu entorno, particularmente São Desidério, deverá se constituir num dos principais pontos de embarque e desembarque de produtos e insumos vinculados aos agronegócios. Pode-se prever uma tendência de maior densidade dos *links* de aglomeração entre as áreas urbanas desses 2 municípios. São Desidério é o 2º maior em extensão territorial da Bahia (14.876 km^2) e um dos principais municípios produtores de soja e algodão do Brasil. Entre 2000 e 2007, a população desse município apresentou uma elevada taxa de crescimento (4,09% a.a). Atualmente, com população em torno de 25 mil habitantes e uma taxa de urbanização de somente de 32,7%, dista somente 27 km de Barreiras, mas vem ganhando relevância de centralidade na rede urbana regional.

A ferrovia vai viabilizar as condições de transporte necessárias à exploração mineral em Caetité, o que deverá aumentar a população urbana local e reforçar a centralidade desse município, com tendências a conformar um embrião de aglomeração urbana, em conjunto com Guanambi, a somente 39,2 km de distância.

Em Ilhéus, coloca-se a previsão de construção de uma nova infraestrutura portuária: o Complexo Intermodal Porto Sul, na Ponta da Tulha, entre Ilhéus e Itacaré - Sul da Bahia, dentro da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada. Esse complexo, com investimentos previstos de R$ 3 bilhões, deverá contar com Terminal *Offshore* de Embarque do minério de ferro a ser explorado em Caetité. Essa nova infraestrutura - além do novo aeroporto de Ilhéus, cujo processo de licitação encontra-se em andamento - deverá expandir e tornar mais complexa a área urbana de Ilhéus, além de reforçar os seus *links* de aglomeração com Itabuna.

b) Estaleiro Enseada do Paraguaçu (ou do Recôncavo)

Localizado em frente ao canteiro de São Roque do Paraguaçu[38], no Recôncavo Baiano, o empreendimento vai ocupar uma área de cerca de um milhão de metros quadrados nas margens da Baía do Iguape, em Maragogipe, município localizado na Região de Influência de Salvador.

Estratégico em relação às demandas decorrentes da exploração das reservas do pré-sal, o estaleiro será totalmente voltado para a produção de plataformas de petróleo de todos os tipos, representando investimentos de R$ 2 bilhões[39]. Lidera essa iniciativa, o grupo Odebrecht. A construção desse estaleiro está prevista no PAC.

Em 2007, Maragogipe contava com uma população de 42 mil habitantes, com uma taxa de urbanização de 53%. Com o estaleiro, essa população deverá crescer de forma expressiva e se tornar cada vez urbana. Deverá aumentar também a centralidade dessa cidade na rede urbana da Bahia.

c) Projeto Sistema Viário Oeste

A partir do qual está prevista a construção de ponte rodoviária ligando Salvador à Ilha de Itaparica; a duplicação, da Ponte do Funil, entre os municípios de Vera Cruz e Nazaré; a duplicação da BA-001 no trecho entre a cabeceira da nova ponte, na Ilha de Itaparica, e a cidade de Nazaré; e a duplicação da BA-046, no trecho entre Nazaré e Santo Antonio de Jesus (entroncamento com a BR-101). Este projeto deverá intensificar a relação de Salvador com os municípios situados a oeste da baía, com tendências a modificar as relações de complementaridade de funções, podendo-se prever a conformação futura de um novo desenho para a sua região metropolitana.

[38] Atualmente já existe, em São Roque do Paraguaçu, distrito de Saubara, um canteiro de construção *offshore* da Petrobras.

[39] www.portosenavios.com.br, 22/04/2010.

Figura 43: Localização dos investimentos estratégicos no Estado da Bahia

Fonte: Vertrag (2010)

d) Exploração de Gás Natural na RI de Valença

Recentemente ganhou importância a exploração de gás natural na Bacia de Camamu-Almada, principalmente na costa marítima do município de Cairu (RI de Valença).

Uma das bases de exploração é o campo de gás natural de Manati, descoberto em outubro de 2000. O reservatório desse campo permite altos índices de fluxo de produção por poço.

O Campo de Manati tem importância significativa, pois o Estado da Bahia é o terceiro maior mercado consumidor de gás natural do Brasil. Entretanto, a Bahia ainda importa gás natural para cobrir sua demanda, que vem aumentando de forma expressiva.

Esse aumento da demanda está relacionado, principalmente, ao número crescente de indústrias metalúrgicas, químicas, eletrônicas, de cosméticos, plásticos e borracha que estão sendo implantadas na Região de Influência de Salvador, incluindo a expansão do complexo industrial petroquímico de Camaçari.

Há também o potencial para um crescimento ainda maior na demanda por gás natural, relacionado às usinas termoelétricas que foram construídas como parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), implementado pelo Estado da Bahia: Termobahia, em São Francisco do Conde e vinculada à Refinaria Lindolpho Alves; Fafen Energia e Arembepe Energia, em Camaçari.

Em função da disponibilidade de gás natural e de jazidas de argilas, com características físicas e químicas adequadas, a Região de Influência de Salvador tende a se tornar um grande pólo cerâmico. Na região já estão instaladas as empresas Moliza, em Candeias, a Eliane e a Incefra, em Camaçari e a Delta a ser instalada no município de São Sebastião do Passé. Entre os municípios, cujas jazidas de argila revelam maior potencial, encontram-se Simões Filho, Mata de São João, Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada e Itanagra.

Estão envolvidas na exploração do Campo de Manati, a Petrobrás, como operadora e detentora de 35% do campo, a Queiroz Galvão, com participação de 45%, a Norse Energy (10%) e a Brasoil (10%).

O gás proveniente desse campo é transportado até a estação de tratamento por um gasoduto que percorre trechos oceânicos e terrestres ao longo dos municípios de Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde, onde é tratado pela unidade local da Petrobrás.

e) Exploração do Aquífero Tucano

O Aquífero de Tucano atravessa o Nordeste da Bahia, constituindo-se em uma das maiores reservas de água subterrânea de boa qualidade do Estado e única alternativa de manancial da região, que concentra 13% da população estadual que não tem acesso à água de qualidade[40].

O Governo do Estado está implementando o Projeto Nordeste da Bahia - Bacia Sedimentar de Tucano, com o objetivo de aproveitar o potencial das águas subterrâneas desse aqüífero, visando, na sua primeira etapa, a expansão da oferta de água nos municípios de Cícero Dantas, Fátima, Heliópolis, Paripiranga e Adustina (localizados a

[40] http://www.comunicacao.ba.gov.br/informes/2010/copy3_of_01/06/07.04-assinatura-de-ordem-de-servico-para-primeira-fase-do-projeto-nordeste-bahia-aquifero-tucano, 07/04/2010.

Nordeste do Estado, na RI de Aracaju), beneficiando cerca de 100 mil habitantes, com investimentos na ordem de R$ 74,1 milhões.

Nessa etapa do projeto, cuja ordem de serviço foi assinada pelo Governo do Estado em abril de 2010, serão perfurados quatro poços, com vazões variadas de até 200 m³/h, e implantados 143 quilômetros de adutoras. Além disso, serão construídas seis estações elevatórias e 106 quilômetros de rede de distribuição.

Os municípios cobertos nessa etapa se localizam na RI de Aracaju, devendo, com esse projeto, aumentar as suas vinculações com o governo estadual.

Nas diversas etapas do projeto estão previstos investimentos de R$ 700 milhões, visando o abastecimento de água de 38 municípios na porção nordeste da Bahia.

Segundo o Governo do Estado, esse empreendimento é o ponto de partida para mudar os indicadores socioeconômicos dos municípios situados nessa região que, sendo precários, a água a ser distribuída deverá ser utilizada não só para a subsistência das pessoas, mas também como fator de *desenvolvimento regional*.

f) Outras Iniciativas Relevantes Relativas à Indústria Extrativa Mineral

Dentre as iniciativas, merece destaque na indústria extrativa mineral, a exploração de níquel em Itagibá, na RI de Jequié, cuja mina é considerada a maior de níquel da América Latina e a terceira do mundo a céu aberto.

A sua exploração em grande escala entrou em operação no final de 2009, fruto de parceria entre a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e a Mirabela Mineração do Brasil Ltda. (australiana).

O complexo da Mirabela acresce em 30% a produção brasileira de níquel, transformando a Bahia no segundo maior produtor do país já em 2010, atrás apenas do estado de Goiás. A exportação desse minério será feita através do Porto de Ilhéus.

Ainda, na Região de Influência de Jequié, no município de Maracás, a Vanádio Maracás Ltda., controlada pela canadense Largo Mineração, desenvolve o projeto de exploração de depósitos de vanádio, tidos como o de maior teor de minério já conhecido no mundo. As reservas foram avaliadas em 17,3 milhões de toneladas de minério, com teor médio de 1,44% de vanádio, superior ao até então o maior teor já descoberto, de apenas 0,4% na África do Sul. O depósito baiano será a única mina de vanádio do Brasil e de maior concentração do mundo. No local, também foram detectados platina e paládio, disseminados e contidos em alto teor.

O empreendimento prevê a produção de 5 mil toneladas/ano de ferro-vanádio, cerca de 7% do total mundial. Esse minério é o principal insumo para a fabricação de aços especiais de alta resistência, utilizados na fabricação de estruturas de aviões de grande porte, ferramentas, tubos de oleodutos e gasodutos, entre outras utilidades.

O investimento para instalação da mina e da unidade de beneficiamento e metalurgia está orçado em R$ 216 milhões, com previsão de início da produção antes de 2013[41].

Com esse empreendimento, a participação do PIB total e da indústria regionais em relação aos da Bahia deverá aumentar, expandindo a centralidade de Itagibá, Jequié e Maracás na rede urbana estadual. Itagibá se localiza a 80 km a sudeste de Jequié e Maracás, a 91 km, a sudoeste.

[41] Conforme Instituto Brasileiro de Mineração (www.ibran.org.br).

Merece ainda destaque, o potencial de exploração de minério de ferro no município de Coração de Maria, a 25 km de Feira de Santana. O projeto de exploração das reservas existentes encontra-se a cargo da Ferrous Resources e o início da produção está previsto para 2015, inclusive com a construção de um mineroduto como meio de transporte da mina até a um porto, a ser também construído pela empresa na Baía de Todos os Santos[42].

Segundo a CBPM, existem boas perspectivas relacionadas à existência de reservas de minério de ferro na RI de Juazeiro, nos municípios de Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Casa Nova, cujo potencial de exploração depende, dentre outros fatores, da disponibilidade de infraestrutura de transportes.

g) Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê

O projeto de irrigação do Baixio de Irecê abrange áreas dos municípios de Xique-Xique, Itaguaçú da Bahia, Jussara e Sento Sé, no sertão baiano. É o maior projeto de irrigação em construção no país e se abastece das águas do rio São Francisco.

O projeto corresponde a uma área de 59 mil hectares, divididas em oito etapas, na região do submédio São Francisco, sendo que as maiores áreas estão nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçú da Bahia, na Região de Influência de Irecê.

Já recebeu da Agência Nacional de Águas – ANA outorga para retirar 58,055 m^3/s de água que serão levados por um canal de aproximadamente 87 km.

Conforme estimativas do Ministério da Integração Nacional, 180 mil empregos diretos e indiretos devem ser gerados com a conclusão do projeto, beneficiando 240 mil pessoas[43]. Com o projeto, pretende-se produzir, em grande escala, na região, cana-de-açúcar para etanol e plantas oleaginosas (dendê, palma, etc.) para diesel, além de fruticultura irrigada. O custo total está estimado em R$ 880 milhões, sendo R$ 547 milhões previstos no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Dada a expressiva dimensão desse projeto de irrigação, a cidade de Irecê tende a aumentar a sua centralidade na rede urbana da Bahia.

4.4.3.7 Conclusões Síntese

A economia da Bahia vem crescendo a taxas superiores à da economia brasileira. A participação do PIB estadual no total nacional aumentou de 3,75%, em 1995, para 3,94% em 2000, e alcançou 4,12%, em 2007.

O PIB baiano cresceu 6,2% a.a., em média, no período 2002-2007, acompanhando o ciclo expansivo da economia brasileira, iniciado em 2002/2003.

Como já foi observado, é possível constatar que, no bojo do crescimento recente da economia baiana, verifica-se um processo de ***relativa*** desconcentração espacial das atividades econômicas no território estadual. Além disso, observa-se também um movimento de convergência dos PIBs *per capita* de grande parte das regiões de influência e dos municípios da Bahia.

[42] Conforme www.ferrous.com.br.

[43] http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&notid=7376.

No geral, essas tendências evidenciam que, na Bahia, várias regiões de influência de suas cidades e municípios têm respondido de forma ativa aos efeitos dinâmicos que o crescimento da economia brasileira vem induzindo nas diversas regiões e localidades brasileiras. Em geral, maior dinamismo das economias municipais pode servir de base para níveis mais elevados de desenvolvimento local.

Essa é uma referência importante para a agenda de políticas públicas, na medida em que tais tendências implicam em pressões de diversificação das funções urbanas das cidades baianas e de adequação da infraestrutura existente nos municípios, tornando necessárias e oportunas as políticas de desenvolvimento urbano.

Essas tendências também favorecem a *eficácia das políticas de desenvolvimento regional*, que são de crucial importância para uma parcela expressiva dos municípios e cidades da Bahia que, no geral, apresentam as seguintes características: população relativamente reduzida; elevada participação dos serviços de baixa produtividade e da administração pública no PIB total; elevada importância relativa do Programa Bolsa Família para o dinamismo da economia municipal e elevados índices de carências socais, em particular, empregos formais e educação. Em contextos de crescimento econômico, as políticas de desenvolvimento regional tendem a gerar resultados mais expressivos.

Nesse contexto, é também possível constatar que o dinamismo que vem ocorrendo nas economias de grande parte dos municípios baianos não tem sido suficiente para induzir alterações expressivas na distribuição espacial das atividades econômicas do Estado - ainda concentrada de forma expressiva na Região de Salvador - e na rede urbana estadual, que permanece fortemente hierarquizada, com poucos centros classificados nos níveis superiores.

No entanto, alguns fatos portadores de futuro podem ter impactos expressivos não só sobre o dinamismo da economia baiana e, particularmente, de alguns municípios e cidades, mas também sobre a rede urbana estadual.

Tais fatos, em grande parte, estão relacionados à perspectiva de desenvolvimento dos agronegócios, da indústria extrativa mineral e de serviços associados a essas atividades no território estadual. A Bahia – a sua economia e base de recursos naturais - encontra-se em condições muito favoráveis de responder à demanda por produtos agropecuários e de origem mineral, atualmente em expansão não só no mercado interno brasileiro, mas, principalmente, no mercado internacional.

Assim, merecem destaques os investimentos estratégicos já mencionados, alguns já em fase operacional: a Ferrovia Oeste-Leste, que vai criar condições favoráveis à expansão dos agronegócios das Ris de Barreiras e Goiânia e permitir a exploração de minério de ferro na RI de Guanambi (Caetité); a exploração de minérios nas RIs de Jequié (Itagibá e Maracás) e Feira de Santana (Coração de Maria); o complexo portuário na RI de Ilhéus-Itabuna; exploração de gás na RI de Valença; e projetos de irrigação e de oferta de abastecimento visando melhores condições de vida e o aumento do potencial de produção agropecuária (alimentos, energia, etc.), nas RIs de Irecê e Aracaju.

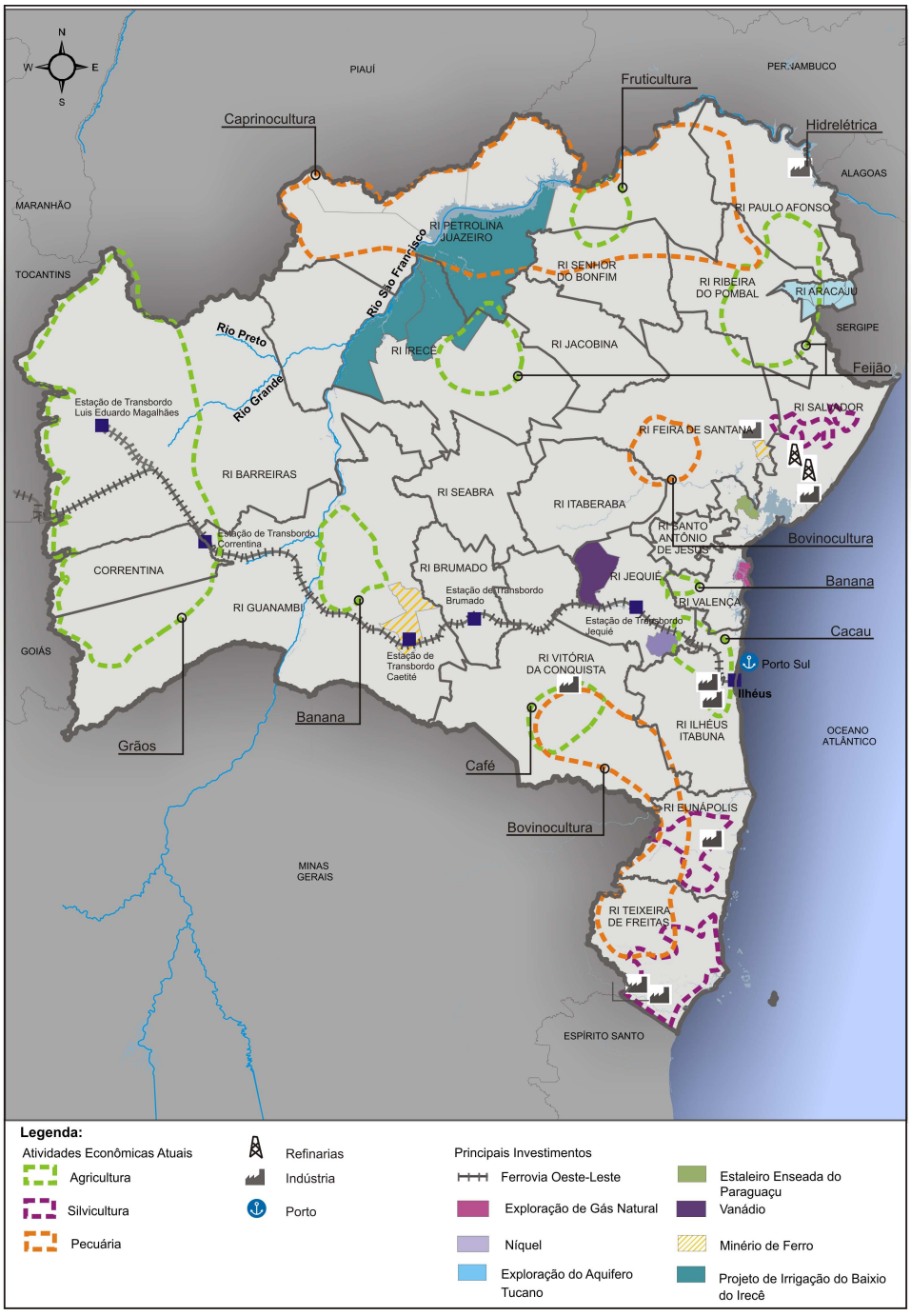
A maturação desses projetos, associada às boas perspectivas existentes para a expansão dos agronegócios das RIs de Juazeiro (fruticultura e cana-de-açúcar), Eunápolis (papel e celulose) e Teixeira de Freitas (papel e celulose), deverá intensificar o processo de *relativa desconcentração espacial* das atividades econômicas no Estado e implicar em mudanças relativamente expressivas na rede urbana da Bahia.

Essa rede deverá ter alguns de seus nós ou centros regionais e/ou locais fortalecidos, principalmente aqueles vinculados diretamente aos impactos dos investimentos estratégicos acima mencionados, embora com tendências de Salvador e de sua Região de Influência permanecer com níveis máximos de centralidade. Isso se justifica não só pelo fato

dessa região ser beneficiária de alguns dos investimentos estratégicos em curso (gás, estaleiro, etc.), mas também pelas perspectivas favoráveis de desenvolvimento de sua atual base produtiva, industrial e de serviços, de importância nacional e mundial (petroquímica, setor automobilístico, turismo, centros de gestão de grandes empresas, etc.).

Esses centros, tendo em vista a intensidade de suas possíveis transformações econômicas, sociais, urbanas e regionais, devem ser objeto de um dos focos da política de desenvolvimento urbano.

Figura 44: Síntese dos aspectos econômicos



Fonte: Vertrag/2010.

4.4.4 Infraestrutura Logística

A mobilidade e acessibilidade adequada entre os principais pólos urbanos da Bahia constituem condições favoráveis para o desenvolvimento de fatores que agregam potencialidades à rede urbana estadual e, consequentemente, aumento da posição central que hoje exercem.

Assim como em outros estados do Brasil, a logística para a mobilidade de pessoas e cargas na Bahia tem sido considerada uma limitação ao desenvolvimento: de um lado, esta situação encarece a produção; de outro, dificulta o acesso a serviços básicos pela população.

Tendo em vista a relação evidente com o desenvolvimento urbano das cidades, a infraestrutura logística deve ser analisada à luz da influência atual nas relações em rede dos municípios, a partir da malha viária, ferroviária e fluvial, além dos sistemas portuário marítimo, portuário fluvial e aeroportuário.

A infraestrutura logística para transportes da Bahia é composta por uma rede multimodal, gerida pelo setor público e pela iniciativa privada. Sobressaem, nessa rede, a malha rodoviária federal e a infraestrutura aeroportuária, a segunda e terceira, maiores em extensão no país, respectivamente.

Os fluxos rodoviários que perpassam o território baiano são determinados por dois movimentos distintos e articulados. O primeiro movimento é influenciado pela localização geográfica das principais estruturas no Estado onde, necessária e historicamente, circula a produção industrial do Centro-Sul em direção aos estados nordestinos, utilizando-se as BRs 116 e 101. No sentido inverso, flui a produção da indústria de transformação nordestina e também da própria Região Metropolitana de Salvador em direção ao Sudeste brasileiro. Esse fenômeno de “passagem” é também observado em relação às rotas e carregamentos aéreos, deixando poucos sinais que possam qualificar uma integração entre a Bahia e suas regiões mais próximas. De fato, seja pela sua posição geográfica, seja por suas características econômicas de menor polarização relativa, o Estado da Bahia se posiciona mais como um conjunto de pontos na rede urbana nacional, onde se destaca Salvador.

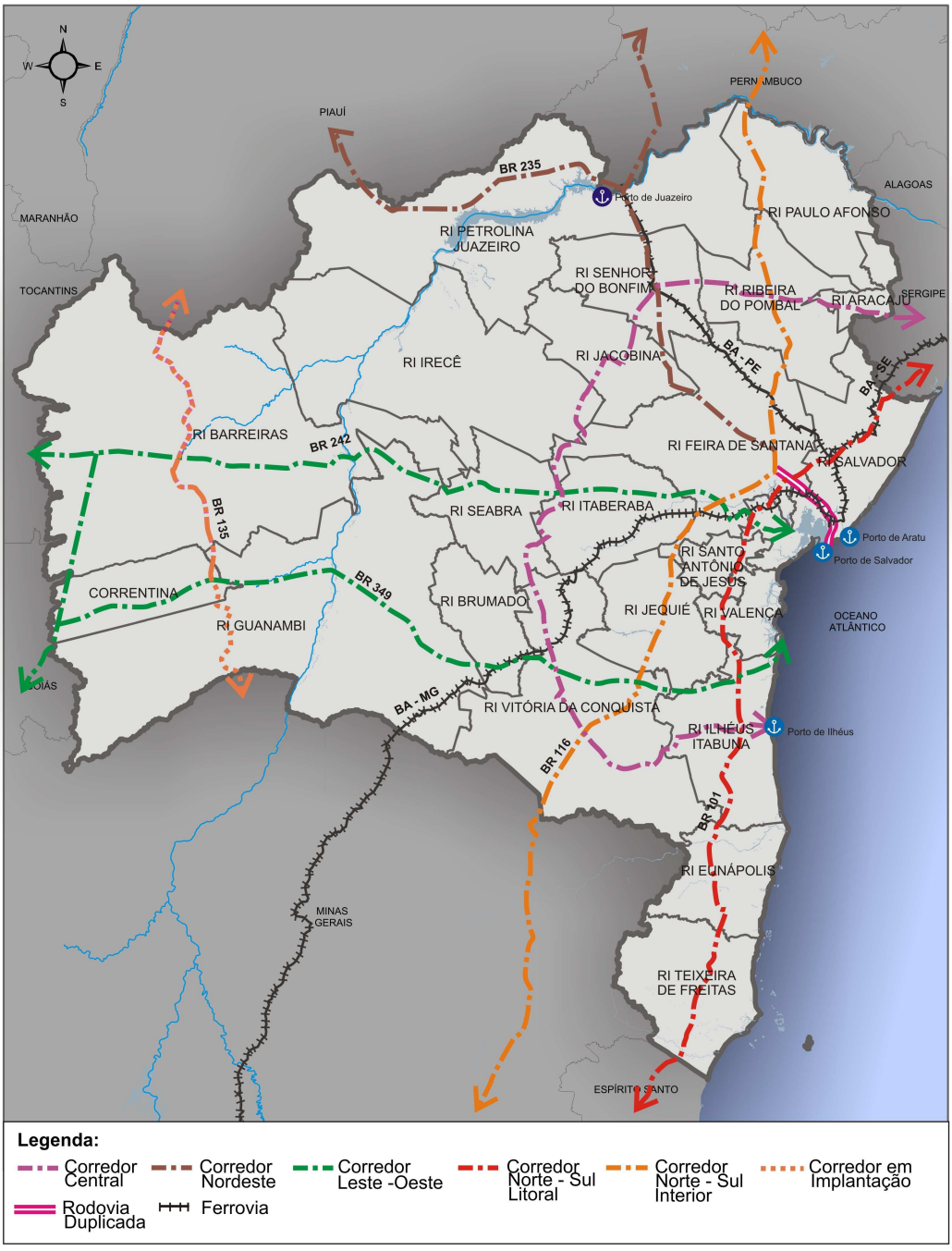
A existência das BRs 116 e 101 justifica e explica, em parte, o tipo de rede urbana que se verifica ao longo delas, onde se têm (i) os municípios mais consolidados do Estado, o que pode indicar melhores estruturas municipais para o atendimento a demandas sociais; (ii) os menores saltos em termos hierárquicos na rede urbana, o que indica menores deslocamentos na busca de bens e serviços; e mesmo, uma maior complexidade nas relações intermunicipais, o que exige uma maior preocupação territorial por parte do governo do Estado. Assim, o que se tem é uma justificativa e uma explicação para a tipologia descrita no subcapítulo 4.3.2 que determina o espaço seccionado por essas rodovias como de alta densidade de pólos. Chama a atenção, porém, o fato de as RIs localizadas mais ao Norte e mais ao Sul dessas duas rodovias não apresentarem as mesmas características positivas de rede urbana. Ao contrário, tem-se Ribeira do Pombal (ao Norte) e Eunápolis e Teixeira Soares (ao Sul) inseridas na média densidade de pólos. A história de ocupação desses espaços talvez explique a distinção: apesar dessas rodovias há muito consolidarem uma ocupação do território de forma quase que linear, os espaços urbanos de Salvador, Vitória da Conquista e Ilhéus/Itabuna são ainda mais antigos e, portanto, consolidados.

O segundo movimento compreende os fluxos gerados pela produção agrícola e agroindustrial do Oeste baiano em direção ao litoral, através da BRs 242 e 349. No sentido inverso, verificam-se os fluxos ditados pelas relações comerciais e de serviços ofertados na

região do Recôncavo e na capital Salvador, através dos grandes eixos rodoviários e ferroviários transversais ao território estadual.

A disposição das rodovias na Bahia revela a oferta restrita de ligações Norte-Sul nas regiões centrais, bem como de ligações diagonais. Deve-se ressaltar aqui: (i) a importância da BR-135 localizada no Oeste baiano que, quando pronta, fará a ligação Norte-Sul; (ii) a falta de rodovias duplicadas em extensões relevantes, com exceção da BR-324 em seu trecho localizado entre Salvador a Feira de Santana; (iii) a importância da BR-415, com origem no município de Ilhéus, e das BAs 262, 142, 131 e 220, formando um corredor central no Estado da Bahia.

Figura 45: Corredores rodoviários e ferroviários



Fonte: Vertrag (2010)

A implantação das estruturas rodoviárias no sentido transversal ao das BRs 116 e 101 é posterior e explica, em parte, a distribuição espacial dos níveis superiores da hierarquia urbana. De Leste para Oeste, conforme já visto, observa-se que os pólos encontram-se mais dispersos, as distâncias entre um e outro são maiores, e os níveis de complexidade das funções urbanas inferiores. Se, ao longo do trecho mais central das BRs 116 e 101, tem-se mais complexidade na rede urbana, a seguir, pelas rodovias em direção a Oeste, passa-se de uma região de média densidade de pólos para uma última denominada áreas distantes dos pólos principais.

A malha ferroviária da Bahia tem uma extensão de cerca de 1.582 km e compreende três troncos ferroviários que são denominados de Linha BA-MG, Linha BA-PE e Linha BA-SE, sendo esses troncos pertencentes à Ferrovia Centro Atlântico:

- Linha BA-MG: liga a Região Metropolitana de Salvador ao estado de Minas Gerais, podendo alcançar o estado de São Paulo através da linha MG-SP;
- Linha BA-PE: liga a Região Metropolitana de Salvador à divisa com o estado de Pernambuco, através de Juazeiro;
- Linha BA-SE: liga a Linha BA-PE a partir do município de Alagoinhas, ao estado de Sergipe, daí alcançando outros estados do Nordeste.

O impacto gerado por uma ferrovia é muito distinto daquele gerado por rodovias. Com a crescente prevalência do transporte de cargas em relação ao transporte de passageiros, esses impactos ficaram menos significativos, sobretudo do ponto de vista da ocupação dos territórios por elas cortados. Assim, observa-se que os troncos ferroviários acima elencados, tenderam a reforçar a classificação de Salvador como Metrópole. Situação diversa poderá ser observada com a construção da ferrovia Oeste-Leste, citada anteriormente.

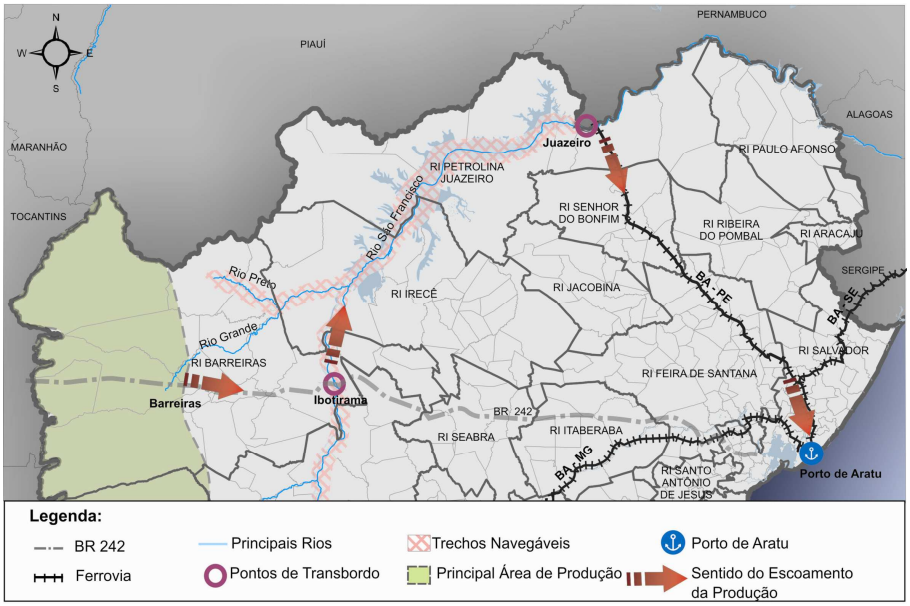
A hidrovia do São Francisco é navegável em 1.371 km, entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA)/Petrolina (PE), porém apresenta alguns trechos já assoreados, o que leva ao comprometimento de sua navegabilidade. O rio São Francisco tem seu aproveitamento integrado ao sistema rodoviário no município de Ibotirama através da BR 242. A partir da implantação da Plataforma Logística na cidade de Juazeiro (em fase de projeto), o escoamento da produção agrícola do Oeste da Bahia, com foco na cidade de Barreiras, banhada por um dos seus principais afluentes, o rio Grande, é realizado por rodovia até a cidade de Ibotirama, na margem do São Francisco, descendo o rio pelo transporte hidroviário até Juazeiro/Petrolina, e deste, por ferrovia, para o porto marítimo de Aratú (BA).

As hidrovias reforçam o poder concentrador dos pólos urbanos hoje já considerados origem e destino, tal qual um efeito “túnel”. As modernizações de estruturas portuárias de apoio hoje existentes podem, no entanto, ampliar a polarização exercida pelos centros atuais.

O sistema portuário marítimo baiano apresenta três portos principais: o Porto de Aratu, Ilhéus e Salvador. Os portos baianos realizam embarques e desembarques de carga geral, principalmente em contêineres e granéis líquidos e sólidos.

Segundo a CODEBA (Companhia de Docas do Estado da Bahia), o Porto de Aratu, situado na Baía de Todos os Santos, nas proximidades da entrada do canal de Cotegipe - a 50 km de Salvador por rodovia e 42 km por ferrovia -, é responsável por 60% de toda a carga movimentada em modal marítimo no Estado, detendo inegável importância no processo econômico da Bahia, uma vez que oferece suporte ao escoamento da produção e da entrada de produtos para o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo da Ford em Camaçari. O volume de carga movimentado gira em torno de um milhão de toneladas/ano.

Figura 46: Transporte hidroviário



Fonte: Vertrag (2010)

O Porto de Ilhéus, situado ao Sul do Estado, na ponta do Malhado – inserido na zona urbana da cidade - é um porto de escoamento de grãos, com uma movimentação de carga girando em torno de 1 milhão de toneladas/ano. Por fim, o Porto de Salvador, o maior do Estado, e localizado na Baía de Todos os Santos – também na zona urbana - é o porto com maior movimentação de contêineres do Norte/Nordeste e o segundo maior exportador de frutas do Brasil. Para acompanhar esse crescimento, os portos apresentam projetos de modernização e ampliação. Desta forma, além de servirem de terminais de exportação para a produção interna baiana, também terão infraestrutura para ampliar o atendimento das demandas de outros Estados.

Em termos de estrutura logística marítima, seja a modernização e ampliação das existentes, seja a criação de novas, tem-se a confirmação da complexidade urbana das RIs localizadas nos trechos mais centrais da costa do Estado. A despeito do que se observa no subcapítulo 4.4.3.6, de anúncio de novas estruturas, poderá se ter uma alterção nos níveis hierárquicos das cidades localizadas nas porções mais ao Sul e ao Norte, no litoral da Bahia.

A oferta de infraestrutura aeroportuária no Estado abrange um conjunto de aeroportos com distintas classes de abrangência e importância para a economia regional. O mais importante, localizado em Salvador, é o Aeroporto Deputado Luis Eduardo Magalhães, classificado como internacional, que é dotado de terminais de passageiros e terminais de carga. Além disso, compõe a logística aeroportuária, os aeroportos de Ilhéus e Paulo Afonso, de importância estadual, os aeroportos regionais, com capacidade atual ou projetada para receber aviões de médio porte (Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Porto Seguro e Vitória da Conquista), além de diversos aeroportos com características locais (9) e complementares (20) e mesmo outros de interesse municipal.

Figura 47: Principais portos e aeroportos

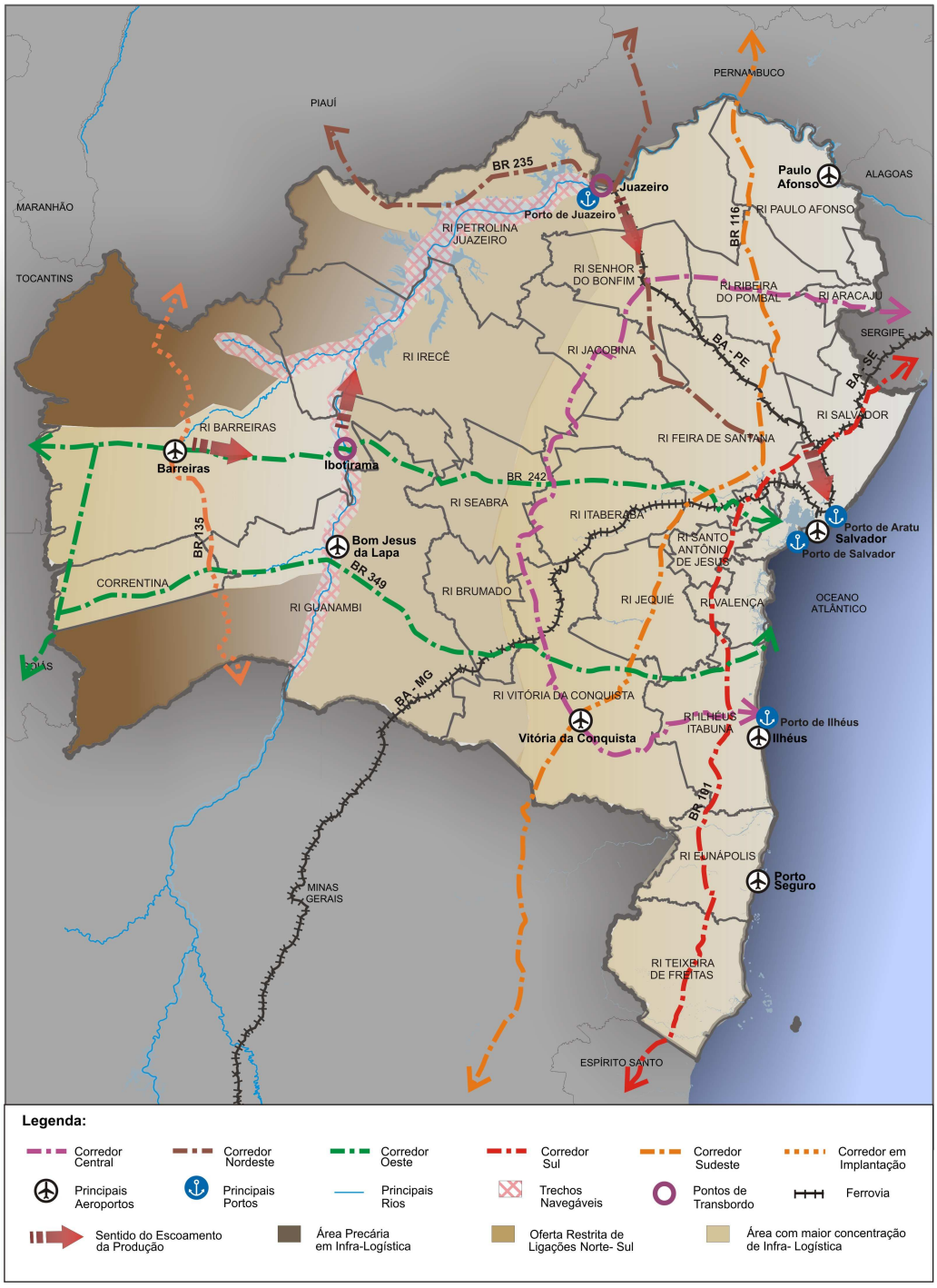
Fonte: Vertrag (2010)

Com esses sete principais aeroportos (de importância nacional, estadual e regional), as principais regiões da Bahia têm condições de receber vôos diariamente. Porém verifica-se que a região Oeste/Norte apresenta precariedade nesse tipo de infraestrutura. A alteração das relações de fluxo de uma rede urbana devido à oferta de serviços aéreos, é de difícil consecução e, o Estado da Bahia, segue esse comportamento.

Com exceção de Barreiras, centro urbano localizado na área de média densidade de pólos na região oeste do Estado (ver Figura 28), as áreas mais centrais e mais ocidentais não contam nem com volume de passageiros nem de produção, que demandem transporte por avião, capaz de alterar a concentração das estruturas de transporte aéreo do Estado.

Em síntese, a Figura 48 a seguir, compreende os principais pontos anteriormente relacionados à infraestrutura logística do Estado da Bahia.

Figura 48: Síntese da Infraestrutura Logística Atual



Fonte: Vertrag (2010)

Da figura e descritivo acima, pode-se concluir, conforme já mencionado no início, que o desenho atual das infraestruturas logísticas e de transporte analisadas são implantadas para atender a uma demanda de mercado ou, minimamente, a uma demanda já existente da população, e não se efetivam como elementos transformadores de relações urbanas regionais. Ou seja, são moldadas para o atendimento daquilo que é básico, ou do que responde a demandas, há muito não atendidas. Das grandes obras anunciadas ou em execução para o Estado da Bahia, a despeito de algumas delas serem de grande relevância para as populações diretamente envolvidas, dificilmente se presenciarão mudanças nas redes urbanas atuais, conforme visto anteriormente. Como também já mencionado, do ponto de vista socioeconômico, isso não significa, todavia, que espaços intraurbanos diretamente relacionados com essas mesmas infraestruturas não o serão; ao contrário.

Resumidamente, acredita-se que, num primeiro momento, tem-se a redução de custos sociais e econômicos de fluxos; num segundo, em longo prazo, um cenário mais transformador, capaz de sugerir mudanças hierárquicas e de dependências.

O caso da ferrovia Oeste-Leste (com quase 1.500 km e, portanto, sem dúvida, de grande porte e com impacto econômico) é emblemático: circulação de *commodities* agrícolas e minerais para exportação, ligando Figueirópolis, no Tocantins, e Ilhéus, na Bahia, com estações em Barreiras/São Desidério, Correntina, Caetité e Ilhéus. O seu Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório minimizam inclusive a importância dessa obra sobre a malha urbana:

> "... no meio urbano (sedes municipais e aglomerados rurais), o traçado da Ferrovia Oeste Leste intercepta ou localiza-se a distâncias inferiores a três quilômetros de núcleos urbanos ou povoados em diversos municípios. (Oikos, p.54)"

Todavia, é sabido que áreas de intenso tráfego como o serão essas estações de transbordo ferroviário, deverão se constituir em vetores de crescimento das malhas urbanas, criando novos processos dinamizadores de ocupação, para o qual, pequenos municípios nem sempre estão preparados. Com isso, a despeito de uma possível minimização, parte dos impactos ambientais identificados no relatório acima citado, vale para subsidiar as recomendações de ações de planejamento que devem ser tomadas pelo órgão estadual responsável.

Em termos de obras menores, e que gerarão impactos nas malhas urbanas, deve-se atentar também para a série de estruturas viárias propostas ou em execução, tais como pontes e secções rodoviárias. Ainda que não alterem a configuração por dependências e mesmo a constituição de municípios nas Regiões de Influência (porque, como foi dito, apenas facilitam fluxos atuais e por ora mais custosos ao cidadão), gerarão impactos em compartimentos urbanos das malhas envolvidas diretamente. Neste caso, tem-se o incremento no fluxo de veículos, um risco de maior número de acidentes e possíveis valorizações fundiárias lindeiras. Todavia, é sabido que tais obras, eminentemente rodoviárias, não agregam em seus projetos o necessário cuidado com a escala urbana, minimizando questões importantes como passeios, tráfego de pedestres, arborização urbana e sinalização de tráfego. Nesses casos, a preocupação por politicas locais urbanas, pensadas a partir de um órgão estadual é o de potencializar os impactos de tais obras, as quais exigem projetos urbanísticos em escala de detalhe. Esta pode ser uma ação da política urbana estadual voltada aos pequenos municípios e/ou pensada em conjunto com órgãos responsáveis por obras rodoviárias que possam impactar os espaços urbanos do estado.

Além disso, ao se observar a figura abaixo, verifica-se que as propostas de novos eixos de transporte com caráter estruturador correm justamente no sentido norte-sul próximo da costa e, portanto, mais vinculados a uma relação nacional que propriamente estadual. Tal fato indica uma reiteração das densidades urbanas e de pólos na porção leste do estado. Pode-se, porém especular, a partir da confirmação da implantação desses eixos norte-sul, uma possível reversão positiva para as RIs Ribeira do Pombal (ao Norte) e Eunápolis e Teixeira Soares (ao Sul) inseridas na área de média densidade de pólos.

Figura 49: Obras e investimentos anunciadas e em andamento.

Fonte: Vertrag (2010)

Entre as construções e pavimentações recentes, destaca-se a a ponte sobre o rio de Contas, na rodovia BA-001 (trecho Itacaré-Camamu, no Litoral Sul). Tal obra reduziu o tempo de deslocamento entre as duas cidades de três horas para 40 minutos e aproximou a população dos equipamentos de saúde e educação do eixo Ilhéus-Itabuna, além de proporcionar aumento do fluxo de turistas e integrar Itacaré e Camamu à Ilha de Itaparica e aos municípios de Nazaré, Valença, Taperoá, Ituberá e Igrapiúna. Nesse caso, fica evidente não apenas os possíveis impactos da obra sobre as áreas urbanas (valorização imobiliária, aumento de fluxo de veículos, acidentes, geração de ruídos e risco de impacto negativo sobre as convivências urbanas e comunitárias) mas também sobre a dinâmica turística observada nesses municípios.

Outro exemplo que pode ser aqui citado, dentre as recentes pavimentações de rodovias e construção de pontes estratégicas na Bahia, tem-se a ponte João Guimarães Rosa sobre o rio São Francisco, ligando os municípios de Carinhanha e Malhada, ampliando o volume de fluxos interestaduais. Do ponto de vista estritamente urbano, tal obra pode gerar impactos em termos de complementaridade de funções urbanas, de modo geral, e de serviços públicos, em particular. Para se pensar em políticas públicas urbanas, é importante considerar os problemas que cidades de fronteira geram em termos de gestão urbana: de um lado, uma pressão pelos serviços públicos na cidade com maior oferta, de outro, a evidência de potenciais que possam ser utilizados para a racionalização de gastos públicos, se estabelecida parcerias regionais entre elas. No caso citado, a distância entre as duas cidades não implica evidentemente num cenário futuro de mancha urbana única, porém chama a atenção para outros casos em que isso de fato acontece, como Petrolina e Juazeiro. Ao se observar que os fluxos entre essas duas pequenas cidades já eram realizados anteriormente à ponte por serviços de barqueiros, confirma-se a idéia de se ter obras viárias apenas agregando qualidade na obtenção de serviços pela população, sem, no entanto, constituir novas relações de rede.

Ainda em termos intraurbanos, vale ressaltar a importância da prevista construção de ponte que ligará Salvador à Ilha de Itaparica. Este caso talvez exemplifique com mais clareza os impactos de obras de acesso sobre a malha urbana e sobre as atividades econômicas originais de um município envolvido, no caso, o turismo. Vale a lembrança de que estudos de impacto ambientais em estruturas rodoviárias e ferroviárias atentam muito mais para os aspectos ambientais e econômicos propriamente ditos, que aqueles que importam à escala do intraurbano. Mais uma vez, fica evidente a atenção por parte das politicas públicas do Estado em se agir de modo conciliado: de um lado, o atendimento a demandas de acesso e facilidade para obtenção das funções urbanas buscadas em cidades maiores por parte das nucleações demograficamente pequenas; de outro, uma atenção à preservação de diferentes escalas urbanas e de suas relações com o desenvolvimento local, sobretudo quando relacionado com turismo de natureza e de patrimônio. Para a população local em suas atividades cotidianas, o convívio entre acesso rodoviário ou ferroviário pode ser ainda mais grave se considerarmos o alto crescimento do número de automóveis e motocicletas nas cidades baianas, a falta ou inadequação dos seus sistemas viários atuais e de órgãos voltados à gestão, planejamento, fiscalização, educação e controle do trânsito.

Conforme pode ser visto na Figura 49 a concentração de investimentos de menor porte para acessibilidade se dará na área centro-leste do Estado. Tal concentração, responde a uma maior necessidade gerada pela dependência entre cidades. Significa, pois, que tais investimentos poderão reverter custos adicionais para obtenção de funções urbanas básicas da população baiana.

4.4.5 Habitação e Infraestrutura Urbana Básica

Habitação e infraestrutura urbana básica são aspectos fundamentais para uma condição urbana adequada. A estruturação de pólos urbanos e dinamização de suas centralidades tem repercussão direta no processo de urbanização das cidades e, como consequência, na ampliação da necessidade por serviços urbanos.

A análise a seguir busca referenciais que possam determinar e antever políticas de adequação e infraestruturação urbana básica das cidades, concomitantemente a intervenções governamentais que possam alavancar os municípios em estado de estagnação, ou ainda, potencializá-los em suas funções de centralidade na rede urbana do Estado.

4.4.5.1 Habitação

A Figura 50, apresenta informações básicas referentes à organização institucional do conjunto de municípios da Bahia para o enfrentamento dos problemas de habitação de interesse social, indicando, de modo geral, fragilidades nesse aspecto, principalmente no interior e Norte do Estado. A organização institucional considerada encontra-se explicitada na Tabela 21.

Tabela 20: Organização institucional dos municípios baianos - Setor Habitacional

Organização Institucional	Municípios	% em relação ao número total de municípios do Estado
Fundo Municipal de Habitação	119	28,53
Plano Municipal de Habitação	82	19,66
Conselho Municipal de Habitação	102	24,46

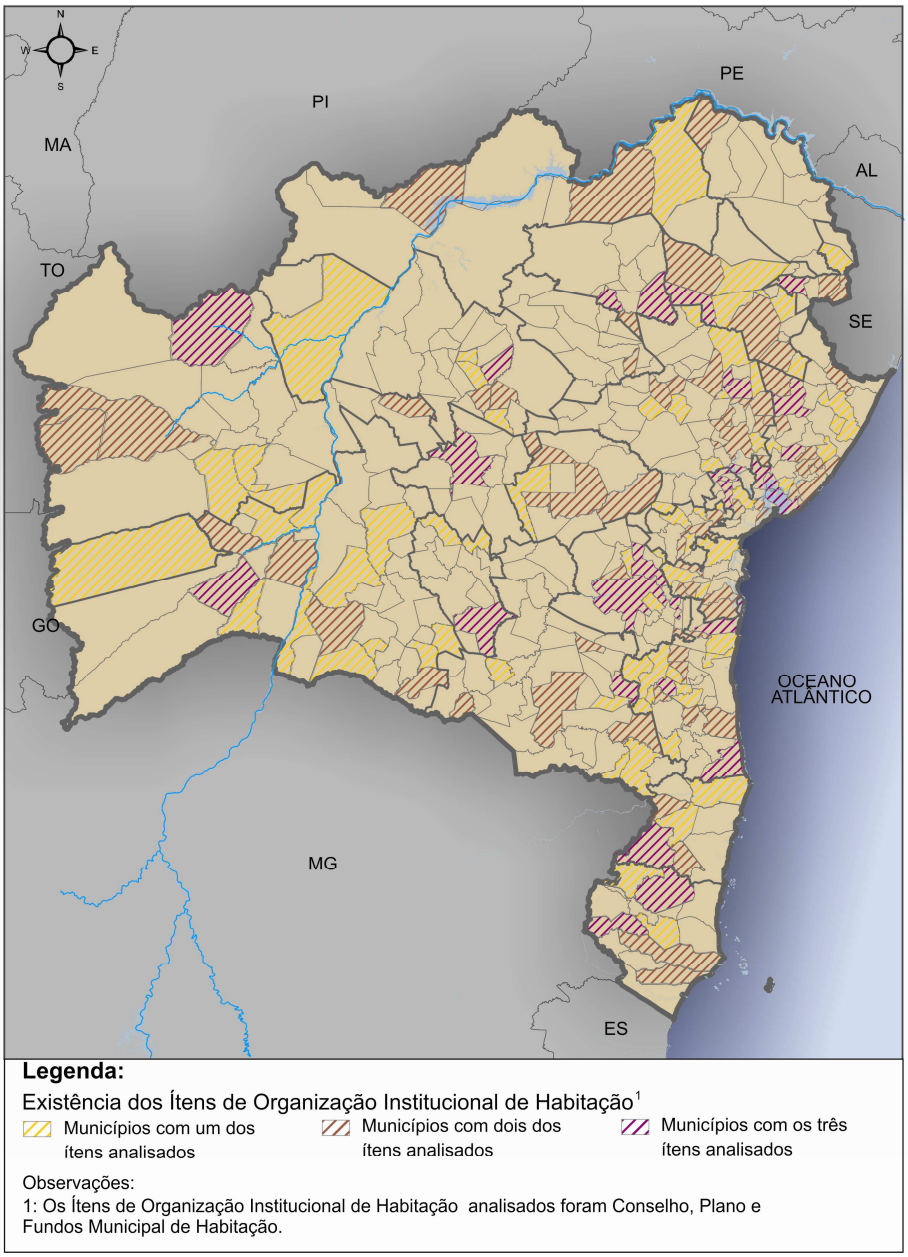
Fonte: IBGE, 2010 (Munic/2009)

Pode-se perceber que mais de 70% dos municípios baianos não dispõe de um fundo ou um conselho municipal de habitação, e mais de 80% de nenhum plano específico para tratar do problema habitacional, condições básicas determinadas pelo Governo Federal para a sua inserção no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o que garantiria, dessa forma, os requisitos necessários para a sua pronta inserção em programas nacionais de habitação.

Além das informações sobre a estrutura organizacional fornecidas pelo Munic/2009 (IBGE, 2010), recorreu-se aos dados de déficit habitacional, desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro (FJP/2007, com dados de 2000), com vistas a melhor caracterizar a questão habitacional no Estado da Bahia. Segundo a FJP, *déficit habitacional*, corresponde à quantidade de moradias que necessitam ser produzidas para atender às demandas acumuladas, ou seja, "a necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e o atendimento à demanda reprimida". Contabilizam-se, para esse cálculo: (i) déficit por reposição de estoque, composto por domicílios rústicos, ou seja, as moradias sem condições de habitabilidade, devido à precariedade das construções ou em virtude de

desgaste da estrutura física; e (ii) déficit por incremento de estoque, composto por domicílios improvisados, coabitação domiciliar e aquelas com ônus excessivo com aluguel.

Figura 50: Organização institucional do setor habitacional nos municípios baianos



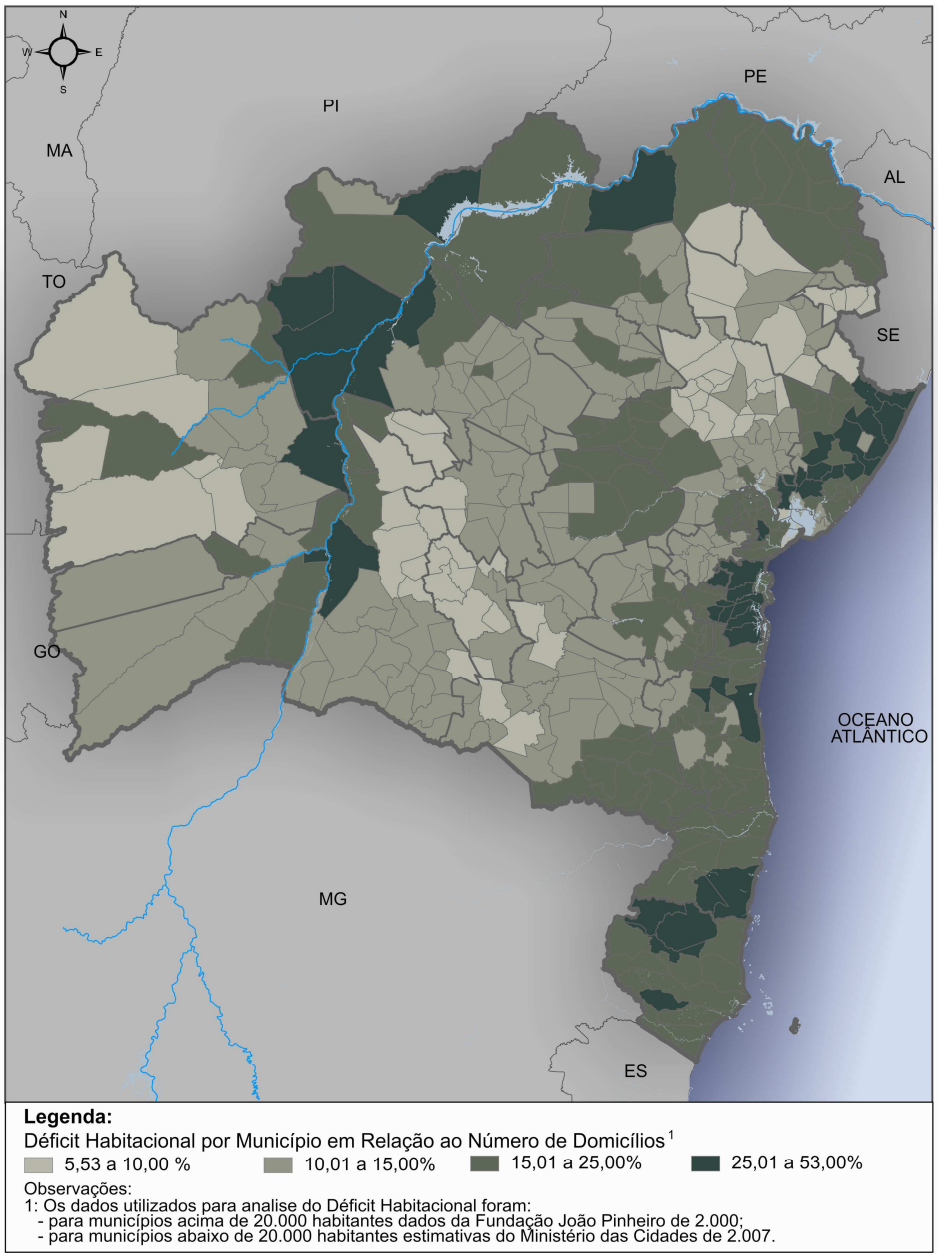
Fonte: IBGE, 2010 (Munic/2009)

Para os municípios abaixo de 20.000 habitantes, o Ministério das Cidades produziu novas estatísticas para o ano de 2007, em parceria com a Fundação João Pinheiro. A Figura 51 considera, portanto, os dados de déficit habitacional de 2000 (para municípios acima de 20.000 habitantes) e de 2007 (para os municípios abaixo de 20.000 habitantes), sistematizados e planificados em relação ao número de domicílios (IBGE, 2000).

Desta forma, considerando-se esses números para os municípios separadamente, o que se verifica é uma grande concentração dos maiores déficits relativos ao número de

domicílios, ao longo do rio São Francisco e no litoral. - a área mais consolidada do Estado, destacando a RI de Salvador, que apresenta 13 de seus municípios com índices superiores a 30% (Catu, Mata de São João, Rio Real, Itanagra, São Sebastião do Passé, Terra Nova, Conde, Esplanada, Jandaíra, Santo Amaro, Pojuca, Nazaré e Entre Rios) e os municípios de Gandu (RI de Valença), Bom Jesus da Lapa (RI de Guanambi), Coroaci (RI de Ilhéus-Itabuna), Amélia Rodrigues, (RI de Feira de Santana), Xique-Xique (RI de Irecê) e Porto Seguro (RI de Eunápolis), que também apresentam índices superiores à 30% em relação ao déficit habitacional.

Figura 51: Déficit Habitacional Municipal em relação ao número de domicílios



Fonte: Fundação João Pinheiro (2007) e Ministério das Cidades (2007)

Num primeiro olhar, parece não haver relação entre o déficit habitacional e as tipologias da rede urbana no Estado da Bahia; ou seja, não segue uma situação do melhor para o pior ou vice versa, de Leste para o Oeste do Estado. Todavia, é compreensível que haja grandes déficits habitacionais nas RIs localizadas na área de alta densidade de pólos. Nessas áreas, a consolidação dos centros urbanos e a concentração de atividades tornam mais cara, ou muitas vezes inacessível, a moradia.

Em concomitância, a perspectiva de empregos e melhores condições de vida se configura como um atrativo para uma grande quantidade de imigrantes, que muitas vezes incapazes de integrar o mercado de trabalho formal, não conseguem ter as suas necessidades habitacionais atendidas.

Figura 52: Síntese Habitacional por Região de Influência

Fonte: Vertrag (2010), com base em FJP(2007) e Ministério das Cidades (2009)

Cabe apontar mais três explicações para a ocorrência de alto déficit habitacional na porção leste do Estado, nas áreas de alta e média densidade de pólos urbanos: A primeira está relacionada à crise da economia cacaueira que destruiu milhares de empregos rurais Associada ao lento e difícil processo de reconversão e diversificação da economia regional, repercutiu no elevado crescimento da população urbana através do incremento populacional decorrente da migração campo-cidade, no período 2002-2007, sendo os destinos principais as cidades de Ilhéus e Itabuna. Considerando-se que essas duas cidades são importantes na rede urbana baiana, os projetos Porto Sul e Ferrovia Oeste-Leste tenderão a ampliar a centralidade e influência, principalmente de Ilhéus, acelerando o processo em curso da migração campo-cidade e da urbanização.

A segunda explicação se pauta no fato de que na Região Metropolitana de Salvador e seu entorno, ocorreram dois processos demográficos distintos e e interdependentes no período 2002-2007: (i) elevadas taxas de crescimento populacional em quase todos os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), englobando algumas cidades das RIs de Valença e Feira de Santana; (ii) saldo migratório negativo na maioria dos municípios localizados fora da RMS, inclusive em Alagoinhas, revelando a transferência de população para as áreas mais próximas à Salvador ou aos municípios da RMS.

Para finalizar, a terceira explicação diz respeito às Regiões de Influência de Eunápolis e Teixeira de Freitas: as duas RIs têm como característica apresentar a diminuição da população rural em concomitância ao expressivo crescimento da população urbana, como saldos migratórios positivos nos municípios de de Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itamaraju, Mucuri e Alcobaça. Nesse sentido, infere-se que houve migração campo-cidade nos referidos municípios.

Concernente à concentração de déficit habitacional verificada ao longo do rio São Francisco, alguns municípios se distinguem por apresentarem déficit habitacional acima de 25% do número de domicílios existentes: Barra, Bom Jesus da Lapa, Buritirama, Juazeiro, Muquém de São Francisco, Remanso e Xique-Xique.

Ressalta-se que o conjunto de municípios ao longo do rio São Francisco apresentam similaridades, identificadas por indicadores de fragilidade urbana socioeconômica: importância do Bolsa Família em relação à massa salarial; IFDM Geral classificado como de Baixo ou Regular Desenvolvimento; baixo PIB *per capita* e índice de crescimento do PIB *per capita* inferior ao PIB estadual. Resumidamente, uma região com baixo desempenho econômico ou, em situação relativamente mais crítica economicamente que os demais municípios do Estado e, portanto, caracterizada pelas maiores dificuldades de estabelecer políticas adequadas para fazer frente aos problemas gerados pela urbanização, aumento populacional, geração de emprego e renda, ou mesmo aquelas direcionadas ao acesso à moradia e com qualidade.

4.4.5.2 Infraestrutura Urbana Básica

As informações relativas a saneamento básico, obtidas junto aos órgãos estaduais competentes, permitem a avaliação das condições dos domicílios em termos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e energia elétrica. Quando o assunto é infraestrutura urbana básica, torna-se essencial distinguir a eficiência na prestação de serviços, que difere bastante, conforme sua localização: sendo ela rural, as alternativas tendem a ser isoladas, já nas urbanas, predominam as alternativas em rede.

Com relação ao abastecimento de água, pode-se classificá-lo em: *rede geral* (o que pressupõe a existência de um serviço de abastecimento de água estruturado em rede, mais próprio, portanto, das áreas urbanas); *poço ou nascente* (localizado no terreno ou propriedade onde o domicílio foi construído); *outra forma* (referente ao domicílio cujo reservatório ou caixa é abastecido com água das chuvas, carro-pipa ou ainda por poços/nascentes localizadas fora do terreno/propriedade onde o domicílio foi construído).

O Estado da Bahia apresenta 69,5% das moradias ligadas à rede geral, conforme dados da Embasa (2007), sendo que a melhoria na cobertura do abastecimento deu-se, basicamente, pela extensão dos serviços em rede devido a grandes investimentos em programas de abastecimento como o Bahia Azul, implantado desde a década de 1970 e o Água para Todos, programa lançado pelo Governo do Estado em setembro de 2007.

Dos 417 municípios que compõem a divisão administrativa do Estado, pouco mais da metade (255) registraram proporções de domicílios abastecidos por rede geral superiores a 50% e, destes, 18 municípios variam entre 85% e 100% (Embasa, 2007). Nesse rol incluem-se sete municípios integrantes da RI de Salvador (Alagoinhas, Salinas da Margarida, Dias d'Ávila, Lauro de Feiras, Camaçari, Salvador e Madre de Deus), quatro apresentam grande contingente populacional (Itabuna, Barreiras, Paulo Afonso e Itapetinga), e os demais pertencem a diversas RIs (Santana - RI de Guanambi; Boninal - RI de Seabra; Abaíra - RI de Brumado; Banzaê - RI de Ribeira do Pombal; Sobradinho – de RI Juazeiro; Rodelas - RI de Paulo Afonso e Irecê - RI de Irecê).

Entre os demais municípios (162), com percentuais inferiores à metade dos domicílios atendidos por rede geral de água, destacam-se Belo Campo (RI de Vitória da Conquista) e Campo Alegre de Lourdes (RI de Juazeiro), por apresentarem percentuais praticamente nulos - 3,36% e 7,64%, respectivamente.

Com relação ao esgotamento sanitário, dados fornecidos também pela Embasa (2007), é possível saber da existência ou não, no domicílio, de banheiros ou sanitários, bem como o tipo de esgotamento utilizado.

Quanto ao tipo de esgotamento sanitário existente, as informações para análise foram classificadas de acordo com a existência de *rede geral de esgoto*; *fossa séptica* e *outros dispositivos* (fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar).

Verifica-se, no Estado, um pequeno crescimento da proporção de domicílios que dispõe de banheiro ou sanitário: 76% em 2000 e 80,76% em 2007.

Com relação ao esgotamento sanitário, em 2007, 34,51% dos domicílios estavam ligados à rede geral de esgoto. Considerando tais domicílios em conjunto com os que utilizavam fossa séptica, a Bahia detinha 42,37% de cobertura de esgotamento sanitário.

A abrangência dos serviços de esgotamento sanitário, pode ser melhor visualizada a partir dos resultados por municípios. Observa-se que apenas 159 municípios abrigavam proporção superior a 25% do total dos domicílios urbanos em situação adequada quanto ao esgotamento sanitário, destacando-se que destes, somente cinco apresentavam taxas superiores a 75% (Embasa, 2007). Entre eles estavam dois municípios da RI de Salvador (Madre de Deus e Salvador); um da RI de Paulo Afonso (Paulo Afonso); um da RI de Ilhéus-Itabuna (Itabuna); e um da RI de Vitória da Conquista (Itapetinga).

Abaixo dos 25%, encontram-se os demais municípios baianos (258), destacando-se Eunápolis, com grande contingente populacional urbano. A situação agrava-se ao se considerar que, 190 municípios sequer atingiram os 10% de domicílios em situação adequada quanto ao esgotamento sanitário.

Quanto ao lixo doméstico, os domicílios foram classificados em relação à situação da sua coleta/destinação em: *coletado*; *queimado ou enterrado*; *jogado em terreno baldio, logradouros, rios, lago ou mar* e *outros destinos*.

O lixo coletado (direta ou indiretamente) pressupõe uma estrutura organizacional mais próxima de áreas urbanas, enquanto as demais formas de destinação estariam mais associadas à zona rural. No entanto, não tem sido pouco comum a ocorrência dessas últimas alternativas nas cidades, o que confere importância a este tipo de informação não apenas para quantificar o grau de cobertura desse serviço, como também, para avaliar o nível de alcance da gestão da coleta do lixo doméstico no âmbito municipal na Bahia e, consequentemente, da qualidade de vida da população.

Entre os anos de 2000 e 2007, verifica-se um aumento na cobertura dos serviços de coleta de lixo doméstico na Bahia, devido ao melhoramento do desempenho na coleta direta, onde a proporção de domicílios atendidos chegava a 61,67%. Merece atenção, porém, os índices da opção "*jogado em terreno baldio*", como terceira alternativa de destinação final do lixo, pelo impacto nas condições de saúde pública, observada em 20,26% dos domicílios urbanos baianos.

Conforme pode ser visualizado na Figura 54, com relação à cobertura das áreas urbanas por serviços de coleta de lixo, chega a 135 o número de municípios que superaram o corte de 50%, estando cinco deles localizados na Região Metropolitana de Salvador e onze dentre os com maior população urbana. Dentre as que estão localizadas na RMS, distinguem-se Madre de Deus (97,91%), Salvador (93,42%) e Dias D'Ávila (84,88%). No caso daqueles com grande contingente de população urbana, podem ser citados Teixeira de Freitas (91,79%), Itapetinga (87,86%), Itabuna (86,78%), Eunápolis (84,61%), Vitória da Conquista (82,61%), Feira de Santana (81,00%), Paulo Afonso (80,56%), Porto Seguro (79,76%), Jequié (79,29%), Santo Antônio de Jesus (79,10%) e Barreiras (77,14%).

Ao mesmo tempo, os outros 282 municípios situam-se entre aqueles cuja cobertura do serviço de coleta de lixo é inferior a 50% do total de domicílios, destacando-se dentre esses, quatorze, cujo serviço não atinge 10%. Desses, em cinco a situação é mais crítica, pois a cobertura do serviço de coleta de lixo não atinge 5% (Itanagra, Chorrochó, Cipó, Itaguaçú da Bahia e Serra do Ramalho).

A energia elétrica distribuída na Bahia é predominantemente de origem hidráulica, oriunda do Sistema Interligado CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), que abrange 8 estados da Região Nordeste, COELBA (Companhia de Eletricidade da Bahia) e COPENE (Companhia Petroquímica do Nordeste). A rede de distribuição constitui, dessa forma, num importante setor da área de infraestrutura. O consumo de energia distribuída para o Estado, vem apresentando crescimento nos últimos anos, com acréscimo de pouco mais de 450 milhões de KWh a cada ano, alcançando um consumo total próximo a 12 milhões de KWh em 2008.

O percentual de domicílios ligados à rede de energia elétrica, segundo dados da COELBA (2007), mostram que o indicador fica abaixo dos 50%, em 26 municípios. Situa-se entre 50% e 75%, em 205 municípios, entre 75 e 90% em 153 municípios e, em 33 municípios o indicador fica entre 90% e 99%, sendo Salvador e Lauro de Freitas os únicos municípios que superam os 99% de ligações de energia elétrica.

Dessa forma, os municípios mais críticos, com relação à energia elétrica, são aqueles que apresentam cobertura abaixo de 50%, estando esses pulverizados pelo Estado, com maior incidência na região central.

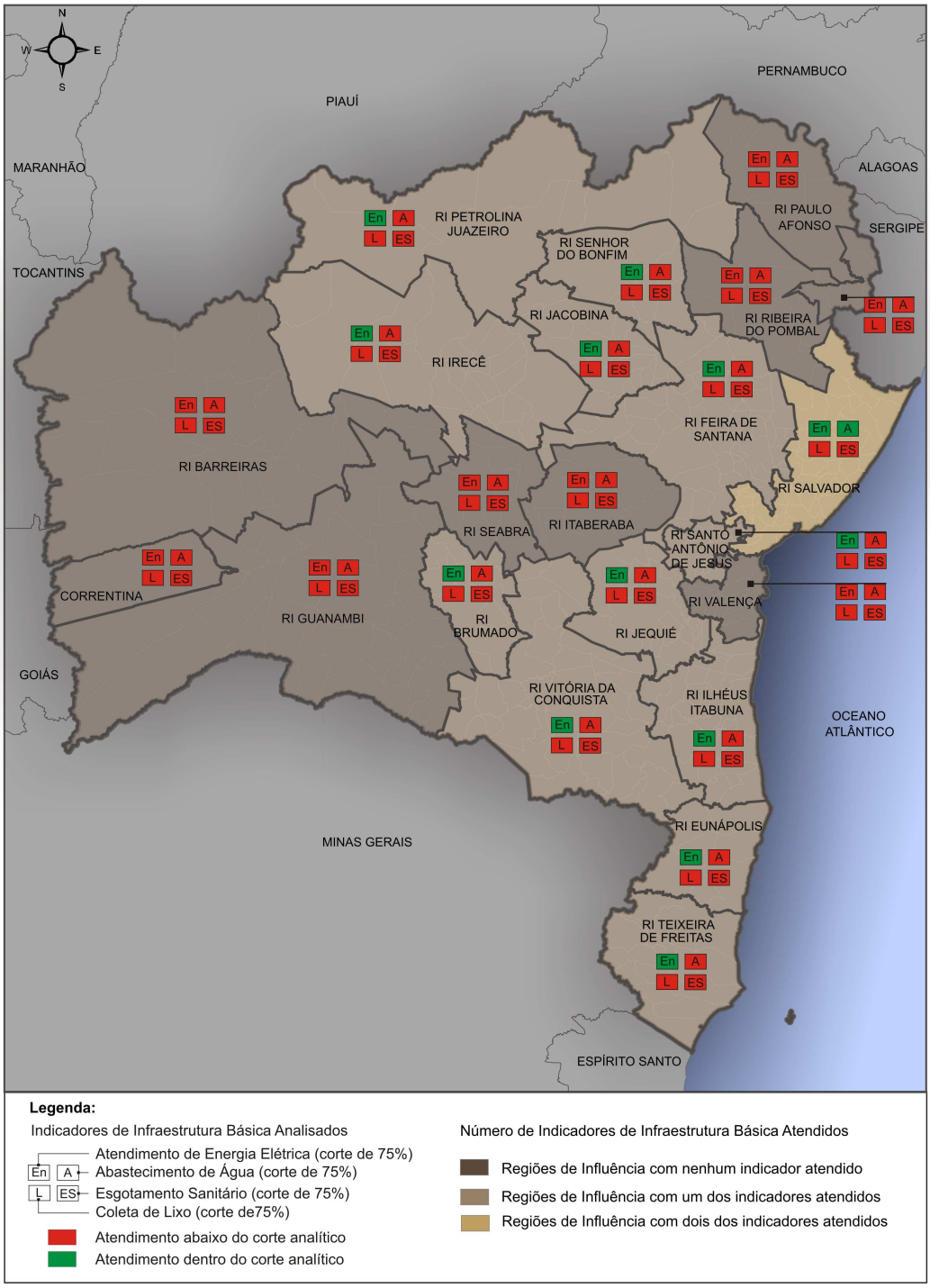
A Figura 54 mostra a classificação das RIs com relação ao número de indicadores atendidos segundo o corte analítico de 75% de cobertura. Para a energia elétrica, as RIs

consideradas críticas são as de Aracaju, Barreiras, Guanambi, Itaberaba, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Seabra e Valença, e o município de Correntina.

Para os outros indicadores a situação é ainda mais precária, na medida em que apenas a RI de Salvador conta com 75% ou mais de domicílios com fornecimento de água tratada, e em se tratando de esgotamento sanitário e coleta de lixo nenhuma RI atingiu o percentual estipulado.

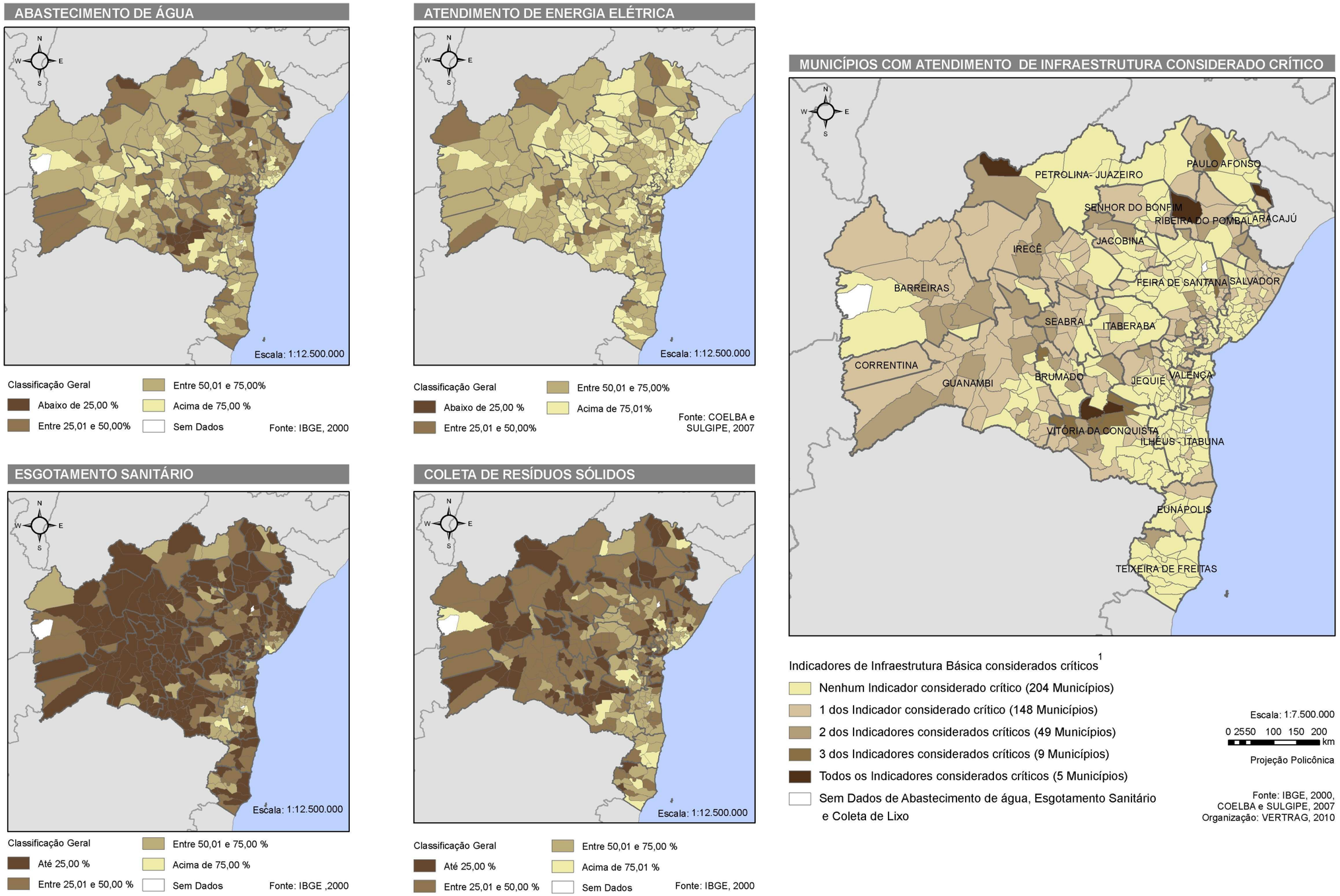
Os resultados encontrados respondem a uma distinção entre os municípios com população predominantemente rural (em pior situação relativa) e aqueles de população majoritariamente urbana (em situações quase sempre melhores). Cabe apontar que na ciência econômica, os serviços de saneamento básico e energia elétrica são conceituados como “indústrias de rede”, nas quais se aplica o princípio econômico da economia de escala e de escopo que, em termos gerais, são serviços economicamente viáveis somente em áreas relativamente bem adensadas. Assim, esses serviços não são economicamente viáveis em áreas urbanas e rurais de baixa densidade populacional. A principal consequência é que cidades ou áreas de baixa densidade populacional não são atendidas ou demoram a ser atendidas pelos serviços de saneamento básico e eletricidade. De modo que, as populações residentes em áreas urbanas ou rurais “economicamente inviáveis” para a indústria ou serviços em rede encontram necessariamente outras formas (pois se trata de serviços públicos básicos ou essenciais), muito delas inadequadas, de destinação do lixo, abastecimento de água, esgotamento sanitário e consumo de energia.

Figura 53: Síntese da Infraestrutura Urbana Básica por Região de Influência



Fonte: Vertrag/2010.

Figura 54: Síntese da Infraestrutura Urbana Básica por Município



Fonte: Vertrag (2010)

4.5 A Rede Urbana da Bahia e suas Especificidades por Regiões de Influência

A seguir, apresentam-se as análises das 22 Regiões de Influência da rede urbana da Bahia, à luz das suas configurações em rede, dadas pelas suas posições hierárquicas na rede urbana e respectivos saltos hierárquicos[44]; pela concentração atividades e serviços que exercem funções de centralidade urbana, por intermédio dos indicadores ambientais, demográficos, socioeconômicos, de infraestrutura logística e urbana (ver subcapítulo 4.4), e pelas relações de fluxos (Regic/2007 – ver Mapas Sínteses de cada RI).

A sequência adotada para a apresentação destas RIs respeita a hierarquia utilizada no presente estudo, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 11: Sequência de apresentação das RIs

	Cidades Pólos das Regiões de Influência	Nível Hierárquico	Hierarquia
1	Salvador	1	Metrópole
2	Feira de Santana	2	Pólo Estadual
3	Vitória da Conquista	3	Pólo Regional
4	Barreiras		
5	Ilhéus-Itabuna		
6	Juazeiro		
7	Jequié	4	Pólo Sub-regional
8	Teixeira de Freitas		
9	Eunápolis		
10	Santo Antônio de Jesus		
11	Paulo Afonso		
12	Irecê		
13	Guanambi	5	Pólo Local
14	Senhor do Bonfim		
15	Valença		
16	Brumado		
17	Jacobina		
18	Itaberaba	6	Centro Local
19	Ribeira do Pombal		
20	Seabra		
21	Município de Correntina	7	Núcleo
22	Municípios baianos polarizados por Aracaju		

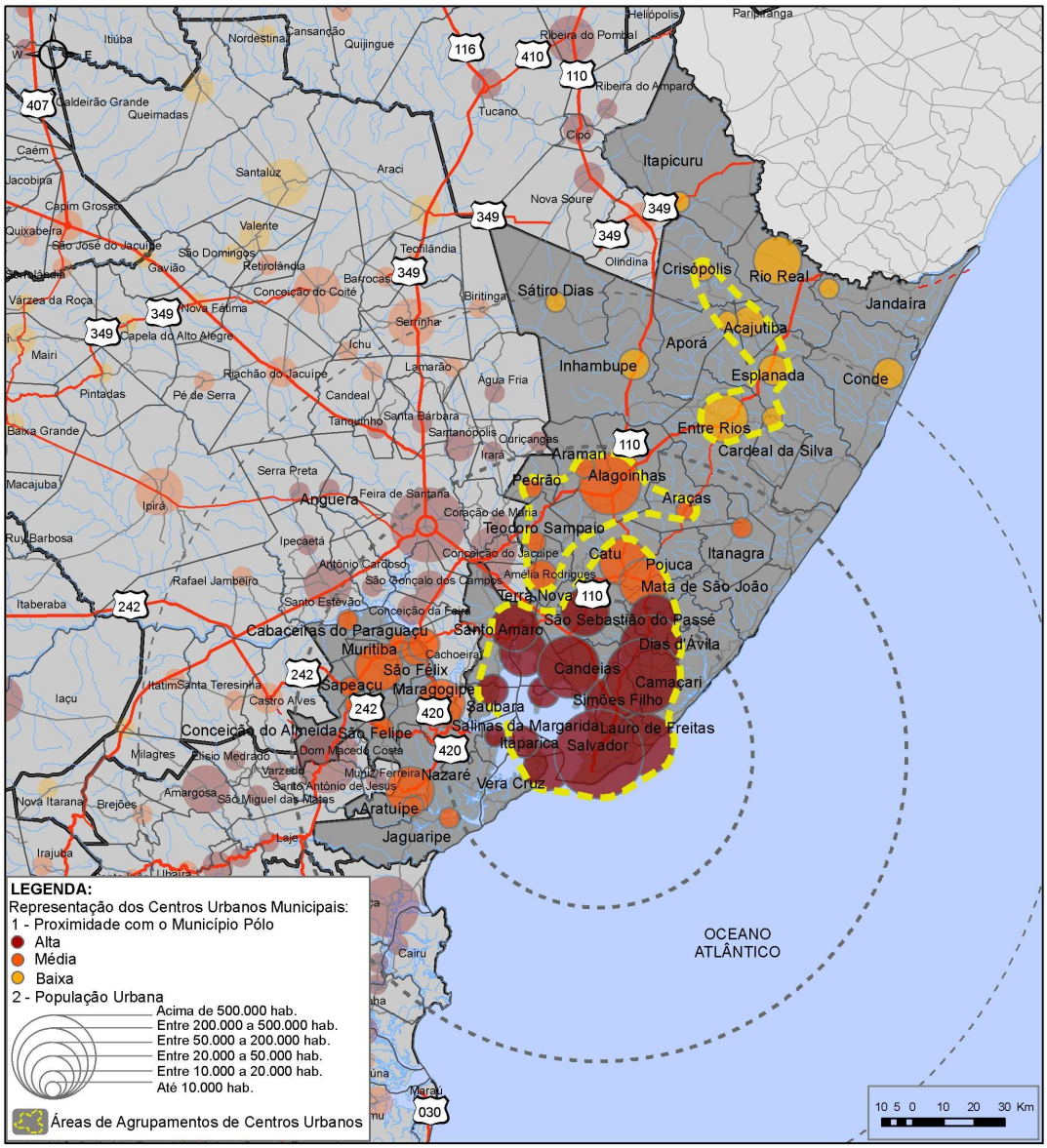
Fonte: Vertrag (2010)

[44] Considerar para melhor compreensão deste subcapítulo os conceitos de saltos hierárquicos, baixa e alta densidade hierárquica apresentada no subcapítulo 4.3.1 do Estudo.

4.5.1 Região de Influência de Salvador

A Região de Influência de Salvador apresenta quase que a totalidade de seus municípios inseridos no domínio da Mata Atlântica, com exceção dos localizados na porção norte (Sátiro Dias, Inhambupe, Cristópolis, Itapicuru e Rio Real), que se inserem na Caatinga. Essa região caracteriza-se pelos climas úmidos e subúmidos, com temperaturas médias anuais que variam entre 22ºC e 25ºC, sendo maiores e com maior amplitude térmica na faixa litorânea. Os índices pluviométricos apresentam-se em gradientes decrescentes do litoral para o interior, com totais anuais variando entre 1.000 mm e 2.000 mm. O regime pluviométrico é regular, com chuvas abundantes, distribuídas durante todo o ano.

Figura 55: Síntese analítica da RI de Salvador



Fonte: Vertrag (2010)

A RI de Salvador é a sétima em extensão territorial, com 21.374 km². Apresenta a maior população total entre as RIs, com 4.590.405 habitantes, 92% urbana. Abrange 48 cidades, sendo a segunda em quantidade de centros urbanos.

Todos os municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS – apresentam taxas de urbanização expressivamente elevadas, variando de 73% (Mata de São João) a 100% (Salvador e Itaparica), em alguns casos, com processos avançados de conurbação.

A RMS (formada pelos municípios de Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Vera Cruz, Madre de Deus, Itaparica, Pojuca, Mata de São João e São Sebastião do Passé), responde por 81% da população da RI (IBGE, 2007). Com exceção de Madre de Deus, Itaparica, São Francisco do Conde, Pojuca e Mata de São João, todos os municípios da RMS possuem população superior a 30 mil habitantes, sendo que, em 4 desses (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho), a população supera 100 mil habitantes.

Em quase todos os municípios da RMS, as taxas de crescimento da população, entre 2000 e 2007, são expressivas – maior taxa em Camaçari, com 4,5% -, exceto para os municípios de São Sebastião do Passé (0,13%), Candeias (0,3%) e Itaparica (0,7%). Em 6 dos 35 municípios da RI fora da RMS, há indicativo de saldos migratórios negativos.

Dentre os 35 municípios fora da RMS, 14 possuem população superior a 20 mil habitantes, sendo que, em 5 desses, supera 40 mil. Somente em 7 municípios da RI, a população é inferior a 10 mil habitantes. Em 19 desses 35 municípios, a taxa de urbanização é superior a 50%. Em geral, os municípios com taxas e urbanização inferiores a 50%, possuem população inferior a 20 mil habitantes, exceto São Felipe (20.265), Itapicuru (30 mil) e Inhambupe (34 mil habitantes).

Dos 48 municípios pertencentes a essa RI, 1 caracteriza-se como Metrópole (Salvador), 4 como Pólos Sub-regionais (Lauro de Freitas, Alagoinhas, Cruz das Almas e Camaçari), 2 como Pólos Locais (Simões Filho e Candeias), 2 como Centros Locais (Santo Amaro e Dias d'Ávila) e 39 como Núcleos.

Por apresentar 2 saltos hierárquicos entre o pólo (Salvador – 1ª pos. hier.) e o centro urbano de nível hierárquico subseqüente (Pólo Sub-regional – 4ª pos. hier.) de seu subsistema urbano (Quadro 4), caracteriza-se como uma RI de média densidade de níveis hierárquicos, ou seja, centrada em uma quantidade intermediária de pólos de hierarquia superior. Não é influenciada por nenhum centro urbano da Bahia, mas conforme as análises interestaduais é polarizada por São Paulo (Metrópole 1A – Regic/2007) e Rio de Janeiro (Metrópole 1B – Regic/2007), principalmente no que se refere à gestão empresarial, e Brasília (Metrópole 1B – Regic/2007), nos aspectos referentes à gestão federal[45].

Concernente à concentração de atividades e serviços, a cidade de Salvador apresenta o nível máximo para todas as variáveis consideradas. Nessa RI destacam-se ainda, com concentrações relevantes dessas variáveis, as cidades de Lauro de Freitas,

[45] O Regic privilegia a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas. Com base no entendimento de Correa (1995, p.83, citado por IBGE, 2008, p.131), o estudo concebe centro de gestão do território como "aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas". Para identificar esses centros, foram levantadas informações secundárias e registros administrativos de órgãos federais (Executivo e Judiciário) e de empresas privadas; ou seja, de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. Complementarmente, foram consideradas informações secundárias correspondentes a equipamentos e serviços – informações sobre conexões aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, diversidade de atividades comerciais e de serviços, instituições financeiras e oferta de serviços bancários, e presença de domínios de Internet – capazes de dotar uma cidade de centralidade, complementando a identificação dos centros de gestão do território. Conforme IPARDES, Comentários sobre os resultados do Regic 2007. Curitiba, 2009.

Camaçari, Alagoinhas, Cruz das Almas, Candeias, Santo Amaro e Dias d'Ávila. Dentre essas, sobressaem-se: Lauro de Freitas, que detém concentrações variando entre média e alta; Camaçari, com destaque para concentrações médias; e Alagoinhas com concentrações entre média e baixa. Ressalta-se que dos municípios citados, Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias e Dias d'Ávila compõem a Região Metropolitana de Salvador.

Conforme pode ser verificado na Figura 55, no primeiro anel, de até 50 km aproximadamente a partir do pólo, verifica-se a área mais densa do subsistema urbano dessa RI. Além disso, essa área caracteriza-se também como a porção mais densa da rede urbana estadual. A densidade evidenciada configura-se principalmente nas direções Norte e Noroeste a partir de Salvador, tendo como eixos principais as rodovias BR-324, BA-093 e BA-522. Nesse primeiro anel destacam-se as cidades de Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila e Santo Amaro, que, dada a proximidade, mantêm fortes ligações de natureza metropolitana com Salvador.

Nesse mesmo raio, no entanto, a sudoeste e oeste de Salvador, localizam-se os Núcleos de Itaparica, Vera Cruz, Salinas de Margarida e Saubara. Embora estejam próximos à capital, a configuração do subsistema urbano nessa porção mostra-se menos densa, pois se encontram na margem oposta da Baía de Todos os Santos e, portanto, não sofrem a mesma polarização que as cidades contíguas à Metrópole.

O segundo anel caracteriza-se por englobar as cidades localizadas entre 50 a 100 km aproximadamente, a partir de Salvador. Constata-se nesse anel, uma densidade menor no subsistema urbano, quando comparado com o primeiro. No entanto, podem ser ressaltadas três centralidades principais, que configuram três subsistemas menores, dentro dessa RI. O primeiro é formado por Alagoinhas (Pólo Sub-regional – 4ª pos.hier.) e os municípios que convergem a esta cidade, ao Norte de Salvador. Nesse subsistema, os Núcleos (7ª pos. hier.) de Aramari, Pedrão e Araçás convergem seus fluxos primeiramente para Alagoinhas, para posteriormente direcionarem-se ao pólo (ver Mapa Síntese 1). Ligado também a Alagoinhas, no entanto, com menor intensidade, está o Núcleo de Teodoro Sampaio. O segundo subsistema desse anel é formado por Cruz das Almas (Pólo Sub-regional – 4ª pos. hier.), ao Noroeste de Salvador, e os Núcleos (7ª pos.hier.) de Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Conceição do Almeida e São Felipe. E, o terceiro subsistema, é formado por Aratuípe e Jaguaripe, que convergem seus fluxos para Nazaré (Núcleo – 7ª pos.hier.), ao sudoeste de Salvador. Além desses subsistemas menores, podem ser citados os Núcleos de Terra Nova, Itanagra e Maragogipe, localizados no segundo anel, mas que não se encontram localizados nas áreas mais densas do mesmo. E ainda, Catu e Pojuca que conformam uma continuidade da área mais densa do primeiro anel.

Esses dois anéis inserem-se na Macrorregião Metropolitana de Salavador que se configura como o arranjo mais dinâmico do Estado, pois além de concentrar fixos relevantes, detém grande intensidade de fluxos entre os centros urbanos que o compõem e com a quase totalidade do Estado. Ressalta-se que a Macrorregião engloba uma porção da RI de Feira de Santana.

No Norte e Nordeste dessa RI estão localizadas as cidades que se encontram no terceiro anel, ou seja, acima de 100 km a partir de Salvador. Nessa área, fica evidenciada a porção mais rarefeita da RI, na qual as cidades se localizam a distâncias maiores uma das outras. Em função das rodovias BR-101, BR-110 e BA-396, alguns centros se destacam no que se refere à convergência de fluxos. Assim, podem ser citados os Núcleos (7ª pos. hier.) de Esplanada, Entre Rios, Inhambupe e Rio Real. Nesse último, convergem os fluxos de Itapicuru e Jandaíra, ambos também classificados como Núcleo; para Esplanada, convergem os deslocamentos de Conde, Acajutiba, Aporá, Crisópolis e, com menor intensidade, de Olindina; para Entre Rios, os fluxos provenientes de Esplanada e Cardeal da

Silva; e, para Inhambupe, os fluxos de Sátiro Dias, Olindina e Acajutiba. Ressalta-se que fluxos desses subsistemas, com destino a centros de maior hierarquia, convergem para Alagoinhas, localizada no segundo anel.

A Região de Influência de Salvador é composta de vários subespaços. De acordo com Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRDS de Regiões da Bahia, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, em 1999 e 2000, a RI poderia ser subdividida nas seguintes sub-regionalizações: RMS, constituída à época pelos municípios de Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Vera Cruz, Madre de Deus e Itaparica. Na Região do Litoral Norte, encontram-se os municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Santo Antônio do Passé e Sátiro Dias. Fazem parte da Região do Recôncavo e de seus subespaços, os seguintes municípios: Aratuípe, Jaguaripe, Nazaré e Salinas da Margarida (Baixadas Litorâneas); Maragogipe, Santo Amaro, São Félix e Saubara (Subaé/Paraguaçu de Baixo); Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, São Felipe e Sapeaçu (Tabuleiros Pré-Litorâneos). Além disso, Crisópolis e Itapirucu pertencem à sub-região de Alagoinhas da Região Nordeste.

A Região de Influência de Salvador possui o maior PIB da Bahia, respondendo por 53,7% do PIB estadual. Já a Região Metropolitana de Salvador – RMS representa 49,5% desse PIB. Somente os municípios de Salvador (24,4%), Camaçari (9,5%) e São Francisco do Conde (6,5%) são responsáveis por 40,4% do PIB baiano. Esses dados indicam uma elevada concentração da distribuição espacial das atividades econômicas do Estado na RI de Salvador, polarizada pela capital estadual, em grau superior ao que pode ser observado em outros estados brasileiros, a exemplo do Paraná. Estados com grandes áreas territoriais e uma alta concentração nessa distribuição, como o da Bahia, tendem a ter uma rede urbana com baixa densidade hierárquica: uma Metrópole, um Pólo Estadual, poucos Pólos Regionais e Sub-regionais e uma expressiva quantidade de Núcleos. A RI de Salvador transcende o Estado da Bahia, polarizando diretamente toda a área de influência de Aracaju, e estabelece vínculos cada vez mais intensos com a RI de Feira de Santana. Na RMS, é evidente um processo metropolitano em consolidação, com a existência, já reconhecida, de relações periféricas (municípios periféricos).

O PIB da agropecuária da Região ocupa a 5ª posição, respondendo por 6,7% do PIB dessa atividade na Bahia, o que é equivalente à participação das Regiões de Influência de Juazeiro e Feira de Santana e representa, por exemplo, um terço do PIB da agropecuária da RI de Barreiras. Além de Barreiras (19,9%), superam a importância relativa da RI de Salvador, nesse setor, as RIs de Vitória da Conquista (9,9%), Guanambi (7,3%) e Teixeira de Freitas (7,1%).

Dado o contorno espacial definido para a Região de Influência de Salvador, essa Região, apesar de sua elevada taxa de urbanização e de contar com um núcleo metropolitano, apresenta também uma atividade agropecuária de relativa importância estadual. Em 2007, a participação do PIB Agropecuário da RI de Salvador no do total do PIB Agropecuário da Bahia foi de 6,8%, percentual menor do que o observado em 2002 (9,0%). A diminuição dessa participação decorre não só do avanço da urbanização na Região, mas também devido à forte expansão da atividade agropecuária em outras Regiões de Influência da Bahia. Pode-se observar também que o PIB da agropecuária dos municípios da Região, que não fazem parte da RMS, contribui com 81% do PIB regional desse setor. Desses municípios, os 6 mais importantes na geração do PIB da agropecuária regional contribuem com percentuais que variam de 3,7% a 6,9% do total, o que evidencia a dispersão dessa atividade no âmbito regional. Esses 7 municípios são os seguintes: Rio Real (6,9%),

Maragogipe (5,7%), Entre Rios (4,7%), Crisópolis (4,0%), Cruz das Almas (3,8%) e Inhambupe (3,7%).

Além disso, a atividade agropecuária regional é diversificada, com destaques para cítricos e amendoim (Rio Real, Maragogipe, Cruz das Almas, Sapeaçu e São Felipe), cítricos e castanha de caju (Itapecuru), batata doce (Maragogipe), fumo (Cruz as Almas, Inhambupe, Sapeaçu, Governador Mangabeira, Sátiro Dias e São Felipe), dendê (Jaguaripe), coco da baía (Conde), avicultura (Ente Rios, Mata do São João, Governador Mangabeira e Sátiro Dias) e bubalinos (Mata do São João).

A indústria regional corresponde a 65,3% do PIB industrial do Estado, estando fortemente concentrada em 3 municípios da RMS: Camaçari (22,2%), São Francisco do Conde (13,2%) e Salvador (12%), totalizando 47,4%. Com a adição de Candeias (3,4%) e Simões Filho (3,1%), esse percentual alcança 53,9%.

A indústria da RMS concentra 93% do PIB setorial regional. A RI de Salvador, mais especificamente, a RMS, conta com o Complexo Petroquímico e Automotivo de Camaçari, ocupando parte dos municípios de Dias d'Ávila e Camaçari. Esse complexo, de importância expressiva na estrutura industrial brasileira, possui quatro áreas para manufaturados e duas para especializadas em serviços. Atualmente, 72 unidades industriais operam no Complexo Petroquímico de Camaçari - Copec, destacando-se os gêneros de produtos químicos, petroquímicos, termoplásticos, metalurgia, papel e celulose, cerveja e fertilizantes. A RMS conta ainda com o Complexo Industrial de Aratu (CIA), localizado nos municípios de Simões Filho e Candeias, a 18 km de Salvador, e com acesso: aos portos de Aratu e Salvador, à BR-324, ao Complexo Petroquímico de Camaçari e à área metropolitana de Salvador. Existem no CIA cerca 170 empresas operando nos seguintes ramos: química, metal-mecânica, plástico, têxtil, alimentos, metalurgia e produtos farmacêuticos. Em São Francisco do Conde está localizada a Refinaria Landhulfo Alves – RLAN. Além disso, o município de Pojuca (3,0% do total regional), conta com um distrito industrial com empreendimentos dos segmentos moveleiro (estofados), alimentício e de serviços (lavanderia industrial). Destaca-se ainda, no município, o funcionamento da empresa Cia. de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa. E a indústria extrativa de petróleo e gás tem relevância em nível estadual.

Já os municípios de Simões Filho (cidade dormitório); Lauro de Freitas ("Litoral Norte" - indústrias de bens de consumo, grandes empreendimentos imobiliários e turísticos); e parte de Dias d'Ávila (cidade dormitório), apresentam um perfil diferente.

Fora da RMS, a indústria é relativamente mais importante em Alagoinhas (1,6%) e Esplanada (1,3%). Alagoinhas também apresenta um distrito industrial, com empreendimentos nos segmentos de minerais não metálicos, bebidas e plásticos. Em Esplanada, merece destaque a indústria da madeira.

O PIB dos serviços da Região de Influência de Salvador responde por 49,5% do PIB setorial do Estado, indicando a elevada concentração espacial dessa atividade. A RMS representa 92% do PIB setorial regional, com destaque para os municípios de Salvador (24,4% do total do Estado), Camaçari (9.5%) e São Francisco do Conde (6,5%). Merecem destaque especial, as atividades turísticas, importantes na RMS e no Litoral Norte, com investimentos hoteleiros, inclusive de grandes grupos internacionais.

A economia da RMS é fundamentalmente de base industrial (petroquímica e automobilística) e de serviços, cujo dinamismo é fortemente atrelado ao da economia brasileira e, em parte expressiva, à economia internacional, contribuindo para afirmar essa região como Metrópole na rede urbana brasileira.

Fora da RMS, Alagoinhas (1,8% do total regional) merece destaque na produção de serviços. A RI de Salvador apresentou PIB *per capita* 180% maior do que a média da Bahia, em 2002. No entanto, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002

e 2007, foi menor do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia, entre 2002 e 2007 (5,1%), em -1,7 pontos percentuais. Esse fato decorre principalmente do intenso crescimento da população regional, e não em função de uma reduzida intensidade de taxa crescimento da atividade econômica. Entre 2002 e 2007, a população regional aumentou em 450 mil habitantes e, mesmo assim, o PIB *per capita* regional aumentou a uma taxa média de 3,4% a.a. Embora inferior à da média da Bahia, essa taxa, associada ao expressivo crescimento da população local, indica o elevado dinamismo do processo de geração riquezas na RMS.

Na RMS, somente no município de Madre de Deus, a participação do PIB da administração pública no PIB total é superior a 35%, revelando a fragilidade de sua estrutura produtiva. Dos 35 municípios da Região, fora da RMS, somente em 10, esse percentual é superior a 35%. Na RMS, somente em Itaparica, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, alcança 20%. Exceto em Vera Cruz (11,5%), nos demais municípios, esse percentual é igual ou inferior a 3%. Dos 34 municípios fora da RMS, em 12, esse percentual é superior a 28%.

Esses indicadores refletem o vigor da estrutura produtiva regional. Em geral, Regiões e/ou municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família, em relação ao total de rendimentos do mercado de trabalho formal, e com elevada importância relativa do PIB da administração pública no PIB total, tendem ter uma estrutura econômica incipiente.

Em geral, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da RMS, apontam para a heterogeneidade das condições sociais regionais, com destaque negativo para a situação da *educação* e, relativamente positivo, para dimensão de *emprego&renda* que, na maior parte dos municípios, é de desenvolvimento regular, exceto Itaparica (baixo desenvolvimento), Simões Filho e Pojuca (desenvolvimento moderado) e Salvador e Camaçari (alto desenvolvimento), refletindo o vigor da estrutura produtiva regional e as especificidades dos diferentes municípios, no que se refere à sua inserção metropolitana. Na dimensão *saúde*, os municípios da RMS apresentam índices de desenvolvimento moderado, exceto Itaparica (desenvolvimento regular); e na dimensão *educação*, todos municípios apresentam índices de desenvolvimento regular, exceto Madre de Deus e Itaparica (desenvolvimento moderado)[46].

Nos municípios de fora da RMS, a situação é a seguinte: na dimensão de *emprego&renda* é, em geral, de baixo desenvolvimento, com destaque para Maragogipe e Mata de São João (desenvolvimento moderado); nas dimensões de *saúde* e *educação*, os índices dos municípios são, em geral, de desenvolvimento moderado e regular, respectivamente.

Finalmente, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Salvador possui boa situação, em relação ao corte utilizado como mínimos para o Estado, apenas para abastecimento de água e energia elétrica. Em relação aos serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo, a RI não conseguiu atingir 75% de domicílios atendidos.

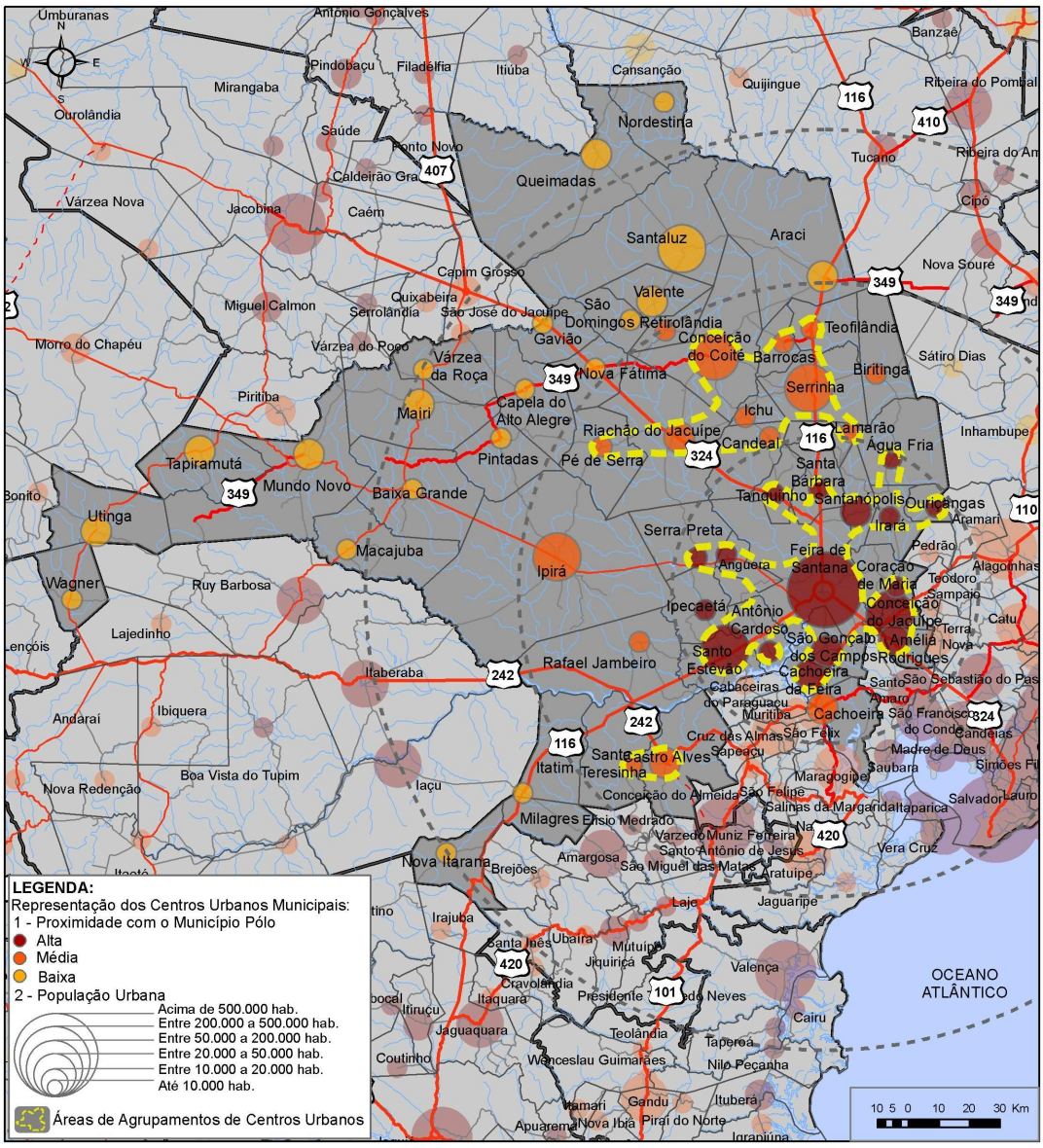
[46] A gradação dos Índices variam de moderado, regular e baixo desenvolvimento

Mapa Síntese 1: Região de Influência de Salvador

4.5.2 Região de Influência de Feira de Santana

Por se localizar próximo ao litoral, o clima característico da Região de Influência de Feira de Santana varia de tropical, úmido a semiárido, no sentido Leste-Oeste, à medida que se afasta do domínio da Mata Atlântica, adentrando na Caatinga. Dessa forma, a temperatura média varia de 20,7℃ a 26,8℃ e precip itações anuais de 500 mm a 800 mm na região da Caatinga, e 18,4℃ a 25,3℃ e precipit ações anuais entre 800 e 2.000 mm, na Mata Atlântica.

Figura 56: Síntese analítica da RI de Feira de Santana



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Feira de Santana é a 6ª em extensão territorial, com 33.607 km². Apresenta a 2ª maior população dentre as RIs, com 1.648.397 habitantes,

distribuídos em 54 municípios, dos quais 67% podem ser caracterizados como urbanos; o que leva a caracterizar essa porção da RI como de alta densidade de pólos, na classificação utilizada para os compartimentos territoriais definidos pela rede baiana. Apesar da maior parte da população ser urbana, a RI de Feira de Santana apresenta a maior população rural dentre as regiões do Estado: 549 mil habitantes.

Entre os 54 centros urbanos da Região, em termos de posição hierárquica na rede urbana verifica-se: um Pólo Estadual (2ª pos. hier.), 3 Centros Locais (6ª pos. hier.) e 50 Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, a RI conforma um subsistema urbano de baixa densidade hierárquica, pois está centrado em um pólo de hierarquia superior (Feira de Santana - 2ª pos. hier.), com lacunas de pólos de hierarquia intermediária, de forma que existem 3 saltos hierárquicos entre esse pólo e o centro urbano de nível hierárquico subsequente (6ª pos. hier.), definindo uma rede de baixa densidade de níveis hierárquicos. A Região é influenciada diretamente por Salvador, Metrópole (1ª posição hierárquica) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

A cidade de Feira de Santana apresenta concentração alta, em praticamente todas as variáveis referentes à atividades e serviços, com exceção apenas para o indicador de gestão urbana, no qual obteve concentração máxima. Além de Feira de Santana, destacam-se também as cidades de Serrinha, Ipirá e Conceição do Coité, essas, no entanto, com menor relevância, pois demonstraram, em sua média, baixa concentração nas variáveis de atividades e serviços, ou ainda, inexistência das mesmas em alguns casos.

Conforme se pode verificar na Figura 56, no raio de cerca de até 50 km de Feira de Santana, encontra-se a área mais densa do subsistema urbano dessa RI, com várias cidades bem próximas uma das outras e com intensas ligações com o pólo regional. Na direção Leste-sudeste de Feira de Santana, localizam-se os centros urbanos de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e Conceição da Feira que conformam um agrupamento de Núcleos, de 7ª posição hierárquica. A ligação entre esses centros e o pólo é facilitada principalmente pela rodovia BR-420. Ressalta-se que essa porção, em conjunto com Feira de Santana faz parte do arranjo da Macrorregião Metropolitana de Salvador, devido às intensas relações de natureza metropolitana. Já o agrupamento formado pelos Núcleos de São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão, Antônio Cardoso e Ipecaetá, ao sudoeste, tem a ligação facilitada pela BR-116. Os Núcleos de Serra Preta e Anguera, ao Noroeste, conformam um agrupamento de centros ligados a Feira de Santana por vias locais. Ao Norte, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Água Fria, Ouriçangas e Irará, constituem outro agrupamento, cujo acesso é facilitado pelas rodovias BA-324 e BR-116. Ressalta-se que os três últimos, apesar de se localizarem nesse raio, convergem seus fluxos primeiro para Santanópolis e, posteriormente, para Feira de Santana (Mapa Síntese 2).

A área situada entre os raios de cerca de 50 e 100 km, no entorno de Feira de Santana, caracteriza-se por apresentar uma densidade menor de centros em relação ao primeiro anel, embora detenha concentrações relevantes no subsistema urbano dessa RI. Dentre essas concentrações, evidencia-se a formada pelos Centros Locais (6ª pos. hier.) de Serrinha e Conceição do Coité, pelos Núcleos de Riachão do Jacuípe, Biritinga, Barrocas, Teofilândia, Retirolândia, Ichu, Candeal e Pé de Serra. Esse subsistema, localizado ao Norte-Noroeste de Feira de Santana, sustenta-se nas ligações de transporte existentes entre os centros, bem como na interligação de fácil acessibilidade com o pólo, possibilitada pelas rodovias BR-116 e BR-324.

Ressalta-se que tanto Serrinha quanto Riachão do Jacuípe, apresentam relevância dentro da RI, na medida em que os fluxos das demais cidades do segundo anel convergem, inicialmente, para esses dois centros, para depois dirigirem-se à Feira de Santana (Mapa Síntese 2).

Ainda entre os raios de 50 a 100 km, pode ser identificada uma segunda área de concentração que, apesar de possuir menor densidade do que a anterior, possui acesso fácil ao pólo, possibilitado pela rodovia BR-116. Dessa forma, esse subsistema estende-se ao longo da BR-116 e rodovias estaduais convergentes, na direção sudoeste, e engloba os Núcleos (7ª pos.o hier.) de Rafael Jambeiro, Castro Alves, Santa Terezinha e Itatim. Além dessas duas áreas de maior densidade urbana, verifica-se, ao Oeste, o Centro Local (6ª pos. hier.) de Ipirá que, em função da distância em relação às demais cidades, está relativamente isolado desse subsistema urbano regional.

Em um terceiro anel, observam-se as cidades com distâncias superiores a 100 km, a partir de Feira de Santana. Evidencia-se nesse anel, menor densidade de centros, quando comparado aos dois anteriores, mostrando uma conformação mais rarefeita, principalmente nas cidades mais distantes do pólo que dependem de outros centros para as atividades econômicas e serviços básicos, haja vista a grande distância até Feira de Santana.

Concernente aos aspectos demográficos, Feira de Santana conta com uma população de 572 mil habitantes (25% do total da RI) e uma taxa de urbanização superior a 90%. Além disso, a RI conta com 4 outros municípios com contingente populacional considerável: Conceição do Coité (61mil habitantes) e Valente (22 mil), no nordeste da RI; Riachão do Jacuípe (33 mil), no centro-oeste; e Serrinha (71 mil), ao norte. Esses municípios apresentam taxas de urbanização variando entre 51% e 55%.

Em termos gerais, nessa RI, além de Feira de Santana com mais de 500 mil habitantes, há 5 municípios com população entre 40 mil e 75 mil habitantes; 15, entre 20 e 35 mil habitantes; 21, entre 10 e 20 mil habitantes; e 12, até 10 mil habitantes. Dos 42 municípios com população superior a 20 mil habitantes, somente 4 apresentam taxas de urbanização expressivamente inferiores a 50%. Entre os 21 municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, 11 possuem taxas de urbanização abaixo de 50%. Dos 12 municípios com população inferior a 10 mil habitantes, em 6, a taxa de urbanização é menor do que 50%. Assim, predominam na RI, municípios que podem ser considerados como essencialmente urbanos.

Dos 54 municípios da Região, somente em 18 não há indicativo de saldo migratório negativo, entre 2000 e 2007. Feira de Santana, o município com maior população na RI, cresceu, nesse período, a uma taxa muito expressiva: 2,5% a.a. Em geral, observa-se, no período, crescimento significativo da população urbana dos municípios da Região.

A Região de Influência de Feira de Santana é também muito heterogênea no que se refere à inserção de seus municípios nas regiões econômicas, tradicionalmente definidas na Bahia. Grande parte dos seus municípios pertence a distintas regiões, conforme regionalização definida pelo governo estadual, no Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDRS/2000, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. De acordo com essa regionalização, a RI de Feira de Santana está inserida, em sua maior parte, na Região de Paraguaçu. Uma segunda parte, pertence à Região Nordeste, na porção Sul da sub-região de Feira de Santana, no caso, dos seguintes municípios: Água Fria, Araci, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Lamarão, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia e Valente. Cabe destacar que o município de Nordestina se enquadra na sub-região de Ribeira do Pombal, da Região Nordeste. Uma terceira parte dos municípios pertence à Região do Recôncavo Sul, a Nordeste dessa Região: Cachoeira (Subaé/Paraguaçu); Castro Alves e Santa Teresinha (Tabuleiros Interioranos); Itatim e Milagres (Sertão/Caatinga); e Nova Itarana (Cafeeiro). Além disso, 3 municípios se localizam em outras regiões: Ouriçangas, na Região do Litoral Norte, ao Oeste; e Utinga e Wagner, na Chapada Diamantina.

Grande parte da RI de Feira de Santana se insere no semi-árido baiano (domínio da Caatinga). Os municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Conceição do Coité, Ichu,

Lamarão, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia e Valente se localizam no Território do Sisal do Semiárido. Três municípios da RI estão fora do Semiárido: Cachoeira, Conceição da Feira e Conceição do Jacuípe se localizam no domínio da Mata Atlântica.

A RI de Feira de Santana conta com o 2º maior PIB da Bahia, respondendo por 7,8% do PIB total do Estado. Feira de Santana, o município mais relevante da RI (PIB, população, etc.) fica a apenas 114 km de Salvador, cuja RI é responsável por 65,3% do PIB estadual. Assim, 73% do PIB da Bahia está concentrado nessas 2 RIs, indicando uma elevada concentração espacial da atividade produtiva no Estado.

O PIB da agropecuária da RI ocupa a 7ª posição, respondendo por 6,1% do PIB dessa atividade na Bahia, abaixo das Regiões de Influência de Barreiras (19,9%), Vitória da Conquista (9,9%), Guanambi (7,3%), Teixeira de Freitas (7,1%), Salvador (6,7%) e Juazeiro (6,7%). A RI se caracteriza pela policultura (feijão, mandioca, fumo, batata-doce, etc.) e sisal ("Território do Sisal"). A atividade agropecuária é dispersa regionalmente, com destaque para a produção de frangos, suínos, codornas e coelhos.

A participação do PIB industrial da RI de Feira de Santana no PIB setorial do Estado, é relativamente elevada (5,0%). É o 3º PIB industrial do Estado, inferior apenas ao das Regiões de Influência de Salvador (65,3%) e de Paulo Afonso (6,1%).

O município de Feira de Santana responde por 56% do PIB industrial da RI à qual pertence. Esse município conta com o Centro Industrial de Subaé (CIS), que possui aproximadamente 110 unidades produtivas, nas áreas química, material elétrico e transportes, eletrodomésticos, bebidas, alimentos, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, metalurgia, papel, papelão e embalagem. Estão instaladas no CIS grandes empresas de capital nacional e internacional, a exemplo das seguintes: Pneus Pirelli, Cervejaria Kaiser, Avipal, Jossan da Bahia, Química Geral do Nordeste, Brasfrut, Siemens, Nestlé, dentre outras.

Além disso, o município de Feira de Santana é considerado um dos mercados de referência nacional na cotação do preço da arroba do boi, sendo um centro de comercialização de bovinos, suínos e caprinos e, de abate e produção de seus derivados para o mercado interno e externo, principalmente com base nas atividades dos frigoríficos Frifeira, Janna e Campo do Gado. Feira de Santana conta ainda com produção integrada de aves (frangos), a exemplo da Avipal, Aviagro, Avícola Alecrim e Gujão.

A indústria extrativa mineral deverá crescer nessa RI, a partir de investimentos na exploração de reservas expressivas de ferro existentes no município de Coração de Maria, a 25 quilômetros de Feira de Santana. O projeto de exploração das reservas existentes encontra-se a cargo da Ferrous Resources, e o início da produção está previsto para 2015, inclusive com a construção de um mineroduto como meio de transporte da mina até um porto, a ser também construído pela empresa na Baía de Todos os Santos[47].

A RI de Feira de Santana possui o 2º maior PIB de serviços da Bahia, respondendo por 9,4% do PIB total do Estado, percentual inferior apenas ao da RI de Salvador (50,7%). A importância relativa de Feira de Santana no PIB total de serviços do Estado (9,4%), maior do que a participação do seu PIB total no do total da Bahia (7,8%), reflete a expressividade e diversificação desse segmento de atividade econômica no âmbito regional. O município de Feira de Santana conta com 56% do PIB de serviços regional.

A RI de Feira de Santana possuía PIB *per capita* de 61% da média da Bahia, em 2002. Além disso, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e

[47] Conforme www.ferrous.com.br.

2007, foi menor do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia, entre 2002 e 2007 (5,1%), em 1,8 pontos percentuais. Esse fato decorre principalmente do intenso crescimento da população regional, e não em função de uma reduzida intensidade de taxa crescimento da atividade econômica na Região. Entre 2002 e 2007, grande parte dos municípios da RI apresentou saldos migratórios positivos, particularmente o de Feira de Santana e, mesmo assim, o PIB *per capita* regional aumentou a uma taxa média de 3,3% a.a. Embora inferior à da média da Bahia, essa taxa, associada ao expressivo crescimento da população local, indica o elevado dinamismo do processo de geração de riquezas na Região de Influência de Feira de Santana.

Dos 54 municípios da Região, 34 apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, superior a 35%, revelando a fragilidade de suas estruturas produtivas. Em 27 municípios, esse percentual é superior a 40%. O município de Feira de Santana apresenta o menor percentual: 11%. Em 31 municípios, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, supera 28%, o que também indica a fragilidade de suas estruturas produtivas. Em 15 municípios, esse percentual é superior a 40%. O município de Feira de Santana apresenta o menor percentual: 4%. Assim diferenciados no âmbito municipal, esses indicadores refletem a expressiva heterogeneidade da estrutura produtiva regional.

De forma compatível com esse quadro, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM da Região de Influência de Feira de Santana também apontam para a heterogeneidade das condições sociais entre os seus municípios, com destaque negativo para a situação do *emprego&renda*, quesito no qual o índice Firjan é, em geral, de baixo desenvolvimento, muito embora se deva enfatizar a atuação de Feira de Santana que possui desenvolvimento moderado para este indicador. Na dimensão *educação*, a situação também é negativa, com grande parte dos municípios apresentando índices de desenvolvimento regular para baixo. Já na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado, refletindo uma maior eficácia das políticas públicas relacionadas à área.

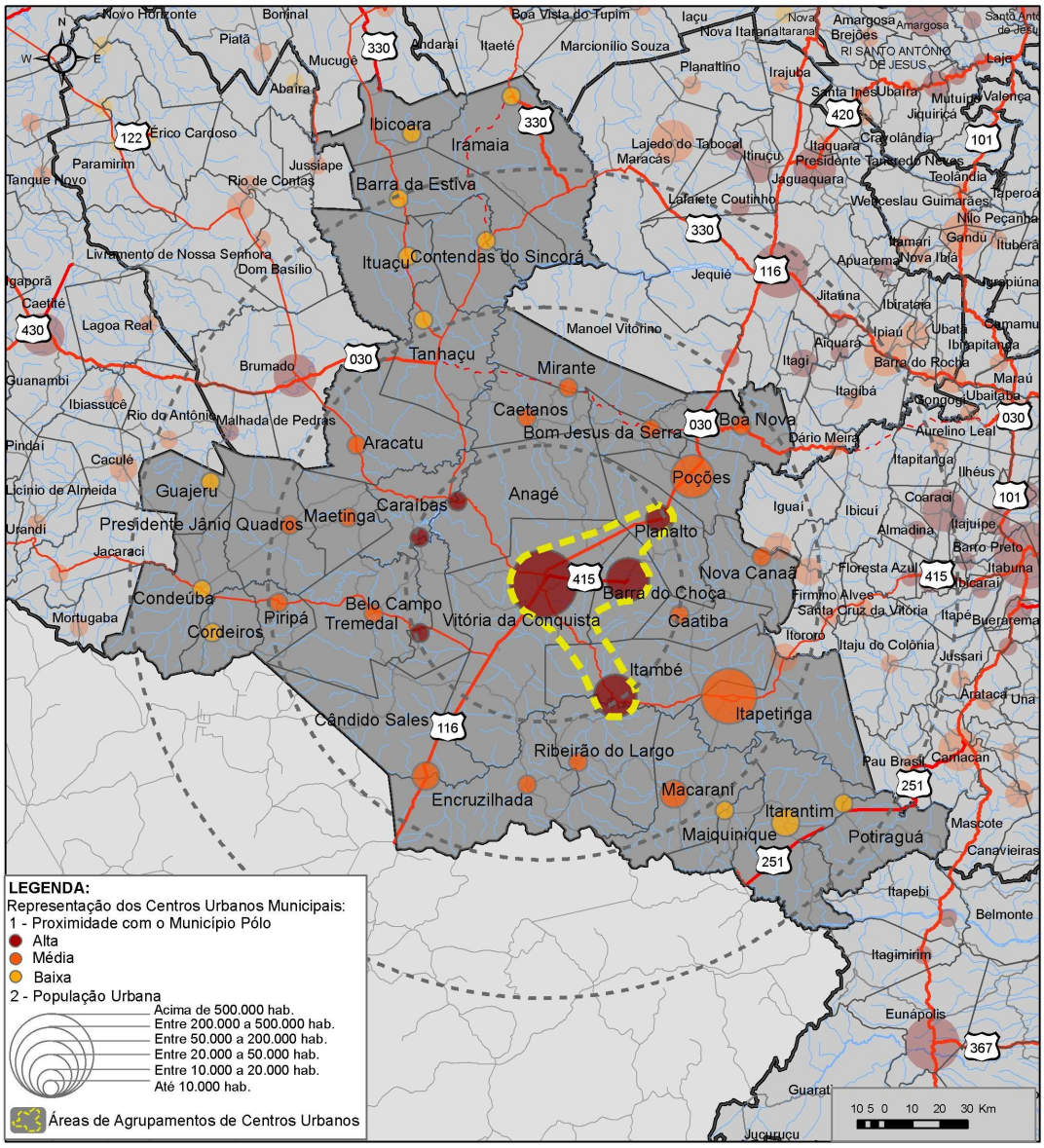
Finalmente, concernente à infraestrutura urbana básica a RI de Feira de Santana possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 2: Região de Influência de Feira de Santana

4.5.3 Região de Influência de Vitória da Conquista

O clima da Região de Influência de Vitória da Conquista varia de semiárido a úmido, já que os seus municípios estão localizados tanto no domínio da Caatinga quanto da Mata Atlântica. Aqueles localizados na Caatinga apresentam clima semi-árido, com temperaturas médias de 20,7℃ a 26,8℃ e precipitações anuais qu e variam de 500 mm a 800 mm, o que agrega possibilidades de apresentar períodos de estiagem relativamente prolongadas. Já os municípios inseridos do domínio da Mata Atlântica, apresentam clima úmido, caracterizado por temperaturas médias de 18,4℃ a 25,3℃ e precip itações anuais entre 800 mm e 1.100 mm.

Figura 57: Síntese analítica da RI de Vitória da Conquista



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Vitória da Conquista é a 5ª RI do Estado em extensão territorial (41.924 km²) e 3ª RI mais populosa. Composta por uma população de 943.549 habitantes, distribuídos em 36 municípios, das quais, 68% (641 mil habitantes) encontram-se nas áreas urbanas.

Dentre esses 36 municípios, 1 caracteriza-se como Pólo Regional (3ª pos. hier.), 1 como Pólo Local (5ª pos.hier.) e 34 como Núcleos (7ª pos. hier.). Essa estrutura hierárquica corresponde à existência de 2 saltos hierárquicos: 1 entre Vitória da Conquista (3ª pos. hier.) e o centro urbano subsequente, correspondente a um Pólo Local (5ª pos. hier.); deste Pólo Local com os seus subsequentes, os Núcleos (7ª pos. hier.) – ver Quadro 4. Tal fato reflete uma situação de baixa densidade hierárquica, o que se revela na possibilidade de reforçar subpólos intermediários, que possam cumprir com funções específicas de serviços de maior raridade (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Vitória da Conquista, enquanto Pólo Regional (3ª pos. hier.), apresenta concentração média para quase todas as variáveis selecionadas (ver Tabela 2). A exceção ocorre para equipamentos médicos, especialidades médicas e cursos de graduação, em que se classifica como alta, e gestão, como máxima. É importante ressaltar que Vitória da Conquista, dada a sua relevância no contexto regional, pode ser caracterizada como Pólo Único, ou seja, um centro que detém quase que isoladamente a centralidade de funções de sua Região de Influência. Outra cidade que se destaca, em escala menor, é Itapetinga (Pólo Local), principalmente na gestão e especialidades médicas, com concentração alta e média, respectivamente. Podem ser citadas ainda Poções e Barra do Choça, mas com relevância menor em relação às duas primeiras.

Conforme se pode verificar na Figura 61, no raio de até 50 km a partir do pólo, o subsistema urbano apresenta densidade maior na direção Nordeste-Leste de Vitória da Conquista. Nessa área, localizam-se os Núcleos (7ª pos. hier.) de Planalto e Barra do Choça, com ligação direta ao pólo pelas rodovias BA-262 e BR-415, respectivamente. Nesse anel, podem ser citados ainda os Núcleos de Itambé, a sudeste; Belo Campo, a sudoeste; e Caraíbas e Anagé, a Noroeste. Ressalta-se que esses últimos, possuem fácil acessibilidade ao pólo, sem, no entanto, conformar uma área de maior densidade do subsistema urbano da Região. Destaca-se que para os centros urbanos de Planalto, Itambé, Anagé e Belo Campo convergem os fluxos de cidades localizadas fora desse primeiro anel, antes de convergirem a Vitória da Conquista.

Em um segundo anel, encontram-se os centros urbanos localizadas no raio aproximado de 50 a 100 km de distância em relação à Vitória da Conquista. Na direção Nordeste desse pólo destaca-se o Núcleo (7ª pos. hier.) de Poções, para o qual convergem os fluxos dos Núcleos de Bom Jesus da Serra, Boa Nova e Nova Canaã, que, em segundo nível, se direcionam para o pólo. Evidencia-se assim, a importância de Poções no âmbito sub-regional. Situação similar pode também ser constatada na direção sudeste, pois para o Pólo Local (5ª pos. hier.) de Itapetinga convergem os fluxos dos Núcleos de Caatiba, Potiraguá, Itarantim, Maiquinique e Maracarani. Ao Sul de Vitória da Conquista, nesse mesmo anel, encontram-se os Núcleos de Ribeirão do Largo, Encruzilhada e Cândido Sales. Desses, somente o último não tem acesso direto ao pólo. No oeste da Região localizam-se os Núcleos de Aracatu, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Condeúba, Piripá, Tremedal e Cordeiro. Evidencia-se, nessa área, uma maior densidade deste subsistema urbano da RI de Vitória da Conquista, determinada pelas possibilidades de interligação entre essas cidades. Os vínculos dessa área com o pólo são entremeadas por Anagé e Belo Campo (ambas do primeiro anel). E ao Norte, encontram-se as cidades de Mirante e Caetanos (Núcleos), cujos fluxos de relações com Vitória da Conquista são menos intensos em função da distância, e condições de transporte rodoviário relativamente precárias.

O terceiro anel, engloba as cidades com distâncias superiores a 100 km, aproximadamente, em relação à Vitória da Conquista. As cidades inseridas nesse anel encontram-se localizadas no extremo norte da Região e na direção oeste a partir do pólo. Os fluxos dos Núcleos (7ª pos. hier.) de Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Barra da Estiva, Ibicoara e Iramaia, localizados no extremo norte, convergem todos em um primeiro momento para Anagé e, posteriormente, para o pólo. Nessa mesma distância, a oeste, localiza-se o Núcleo de Guajeru, com vinculações prévias a vários outros centros antes da necessidade de recorrer ao pólo. Entre esses centros destaca-se Anagé, localizado no primeiro anel. Verifica-se, assim, a relevância de Anagé, na medida em que se caracteriza como uma cidade de convergência de fluxos do segundo e terceiro anéis.

Vitória da Conquista concentra 308 mil habitantes, o que corresponde a 33% da população regional. A população desse município cresceu a uma taxa muito expressiva (2,3% a.a.), entre 2000-2007. Merecem também destaque na Região, os municípios de Itapetinga (62 mil habitantes) e Poções (45 mil), para os quais se observou saldo migratório, no período 2000-2007, positivo e negativo, respectivamente.

Há indicativo de saldos migratórios negativos em 25 dos 36 municípios da RI. Dos sete municípios baianos com as mais altas taxas negativas de crescimento populacional (menor do que -5%), seis estão nessa RI: Encruzilhada, com -5,3%; Mirante com -5,5%; Caatiba com -5,6%; Maetinga com -6,1%; Caraíbas com -6,7; e Guajeru com -8,2%.

Com exceção dos municípios citados anteriormente, todos os demais apresentaram taxas positivas de crescimento da população urbana, entre 2000-2007. Em 25 municípios, essa taxa foi relativamente elevada, variando de 1,4% a 5,5% a.a., nesse período, sendo que dois municípios estão entre aqueles que tiveram maior crescimento da população urbana do Estado, no período 2000 a 2007, Ibicoara com 5,5% e Nova Canaã com 5,3%. Cidades com altas taxas de crescimento demográfico exigem maior atenção em termos de controle e monitoramento do uso e ocupação do seu solo urbano.

Dos 36 municípios que compõem a RI, 7 possuem população entre 20 a 34 mil habitantes, 20 entre 10 e 20 mil habitantes e os demais, 6, apresentam população inferior a 10 mil habitantes. Em 16 municípios, a taxa de urbanização é inferior a 50%, 12 dos quais com população entre 10 e 26 mil habitantes. Apesar dessa quantidade de municípios e, dispersão da expressiva população regional (945 mil habitantes) em nível municipal, a Região ainda possui, mais ao Norte, áreas pouco integradas à economia ou, até mesmo, intactas em termos de exploração econômica e, porções do seu território, com cidades dispersamente distribuídas, ou seja, que apresentam longas distâncias entre si. A ocorrência dessas características, nesse espaço geográfico, permite afirmar que a ocupação, no conjunto da RI, ainda não foi totalmente realizada (PDRS, 2000).

A delimitação dessa Região de Influência coincide com os Subespaços de Vitória da Conquista; de Poções, exceto os municípios de Iguaí e Ibicuí (RI de Ilhéus-Itabuna); de Itapetinga, exceto Firmino Alves e Itororó (RI de Ilhéus-Itabuna), conforme definidos no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado, em 2000, pela CAR, para a Região Sudoeste. Além disso, complementa essa Região, os municípios de Ibicoara e Barra da Estiva, do sudeste da Região da Chapada Diamantina, além de Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Guajeru, Iramaia, Ituaçu, Maetinga, Piripá, Tanhaçu e Presidente Jânio Quadros, localizados ao Leste da Região da Serra Geral, conforme definidas pelo PDRS.

A RI de Vitória da Conquista possui o 4º maior PIB da Bahia, respondendo por 4,5% do PIB total do Estado. Em termos de participação no PIB estadual, essa Região somente é superada pelas RIs de Salvador (53,7%), Feira de Santana (7,8%) e Ilhéus-Itabuna (4,7%).

O PIB da agropecuária da Região ocupa a 2ª posição, respondendo por 9,9% do PIB dessa atividade na Bahia, o que representa, por exemplo, 50% do PIB da agropecuária da RI de Barreiras, indicando a expressividade de sua importância estadual. Na atividade agropecuária, os municípios de Barra do Choça (20,3%), Ibicoara (20,2%), Vitória da Conquista (11,4%), Encruzilhada (5,2%), Barra da Estiva (4,9%) e Poções (4,2%) se destacam, respondendo por 66% do PIB da agropecuária regional.

Esses municípios concentram 36% da produção estadual de café, com uma área plantada de 59 mil hectares, sendo destaque Barra do Choça (14%). Ibicoara também se destaca na produção de tomate (12% da produção estadual), cebola, batata e frutas (melão e abacaxi). A produção de frutas é também importante em Vitória da Conquista (banana) e Poções (banana e maracujá).

Nos municípios de Barra do Choça, Barra da Estiva e Ibicoara, no sudeste da Região da Chapada Diamantina, a cana-de-açúcar assume relevância estadual. A pecuária de bovinos (Itapetinga e Vitória da Conquista) e a avicultura (Vitória da Conquista), possuem expressão estadual. Se, inicialmente, o comércio de gado e, em seguida, a constituição da pecuária bovina foram os elementos dinamizadores do desenvolvimento regional, a diversificação da agropecuária, com a introdução de atividades agroexportadoras, passou a constituir uma nova base econômica para esta RI, estimulando, consequentemente, a ampliação do setor terciário, não apenas no comércio, mas, também, nos serviços (PDRS, 2000).

O PIB da indústria regional responde por 3,5% do PIB setorial do Estado, sendo o 8º maior da Bahia. A indústria da Região se concentra nos municípios de Vitória da Conquista (44%) e Itapetinga (28%).

Vitória da Conquista conta com o Distrito Industrial de Imborés. Os principais segmentos industriais instalados nessa área são: processamento de alimentos, minerais não-metálicos, produtos químicos, metalurgia, mecânica, perfumes, sabão, velas e bebidas alcoólicas. Em Itapetinga, a Calçados Azaléia do Nordeste S.A., conta com a fábrica-mãe de outras 17 unidades distribuídas em municípios vizinhos, gerando cerca de 10 mil empregos. É o maior complexo que a Azaléia possui atualmente: 81% dos componentes dos calçados são produzidos em Itapetinga nessas unidades, contra 19% em Parobé, no Rio Grande do Sul (RODRIGUES, Kelly et al. HSM Management Update, n. 62, dezembro de 2008).

Vitória.da Conquista concentra 47% e 54% dos PIBs total e do setor serviços regionais, respectivamente. Esse município se é um *locus* de eixos rodoviários relevantes no Estado da Bahia: BR-116, no sentido Norte-Sul; BA-263, a Oeste, em direção à Região da Serra Geral e, ao Leste, em direção à Itabuna e Ilhéus. Historicamente, Vitória da Conquista sempre desempenhou funções comerciais relevantes, representando um elo entre o litoral e o sertão da Bahia (PDRS, 2000).

Destacam-se também Itapetinga e Poções, na medida em que os PIBs dos serviços destes municípios representavam 7,3% e 3,6% do PIB desse setor em nível regional, respectivamente.

A RI de Vitória da Conquista, tinha um PIB *per capita* de cerca da metade da média da Bahia, em 2002. No entanto, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita,* entre 2002 e 2007, foi 5,2 pontos percentuais maior que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia, entre 2002 e 2007 (5,1%). Diferencial que, por ser tão expressivo, indica o intenso dinamismo da sua economia regional, apesar da contribuição que o saldo migratório regional negativo, verificado no período, possa ter dado para que essa taxa *per capita* se apresentasse em patamares relativamente elevados.

A participação do PIB da administração pública no PIB total, supera o percentual de 35%, em 23 dos 36 municípios da Região, com destaque para Mirante, Caetanos, Bom

Jesus da Serra e Aracatu, onde esse percentual está acima de 50%, o que indica a fragilidade de suas estruturas produtivas. Essa fragilidade também pode ser constatada quando se observa que em 16 municípios da RI, a importância relativa do Programa Bolsa Família em relação aos rendimentos gerados no mercado formal de trabalho é superior a 40%. Nos municípios de Vitória da Conquista e de Itapetinga, mais estruturados economicamente, esses percentuais são pouco expressivos, 4,3% e 3,6%, respectivamente.

De forma compatível com esse quadro, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, da Região de Influência de Vitória da Conquista, também apontam para a heterogeneidade das condições sociais entre seus municípios, com destaque negativo para a situação do *emprego&renda*, quesito no qual o índice Firjan é, em geral, de baixo desenvolvimento, exceto nos caso dos municípios de Barra do Choça, Caetanos, Encruzilhada, Ibicoara, Itapetinga e Poções (desenvolvimento regular) e Vitória da Conquista (desenvolvimento moderado). Na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado e, na dimensão *educação*, os índices variam de desenvolvimento regular para baixo.

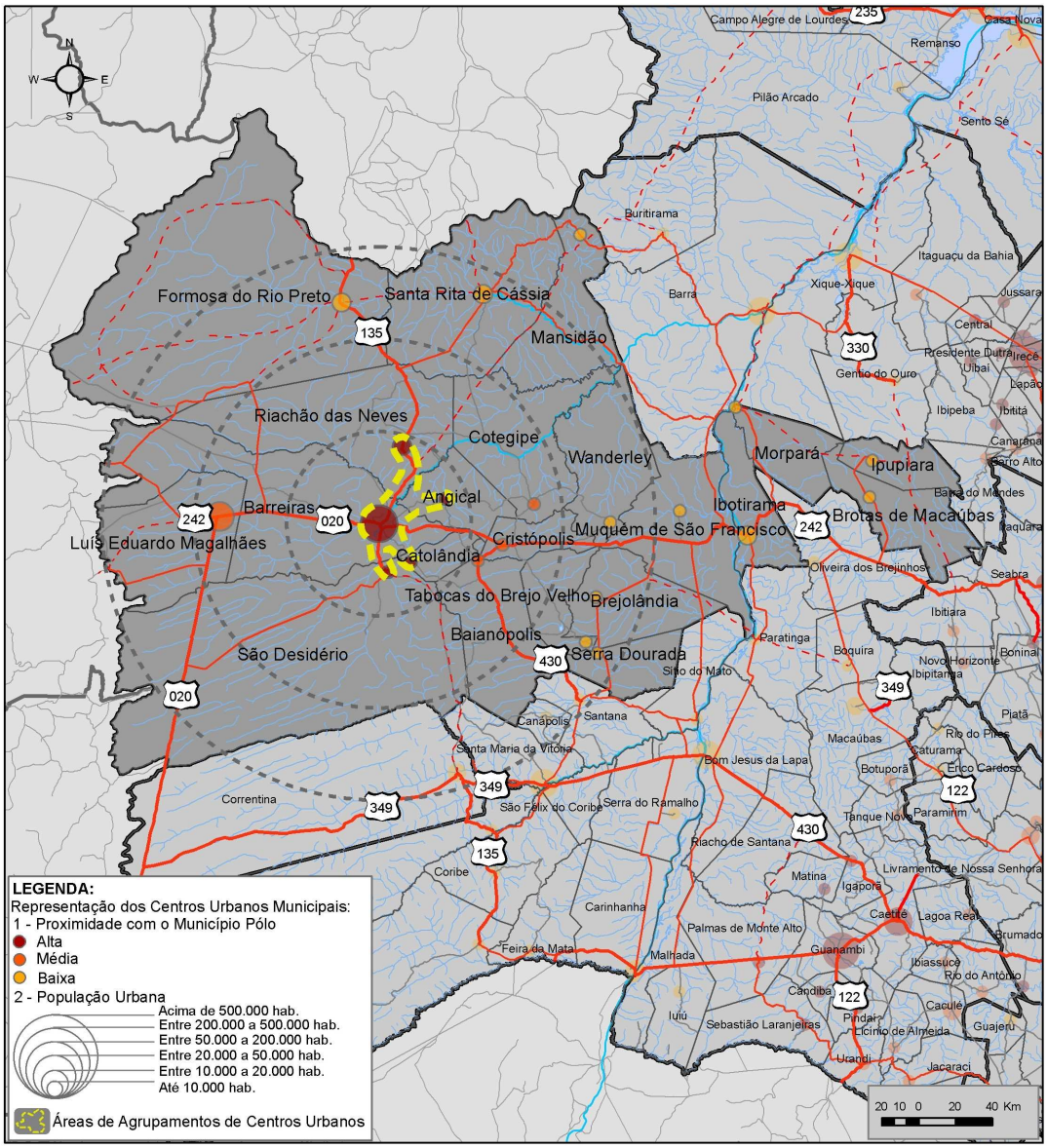
Finalmente, no que se refere à infraestrutura urbana básica, a RI de Vitória da Conquista possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 3: Região de Influência de Vitória da Conquista

4.5.4 Região de Influência de Barreiras

A Região de Influência de Barreiras encontra-se, quase que em sua totalidade no Cerrado, com exceção dos municípios de Brotas de Macaúbas, Ipupiara, Morpará e parte de Ibotirama. O domínio do Cerrado possui estações bem definidas: úmido e quente de novembro a abril e seco e frio de junho a setembro. A temperatura média varia entre 20ºC e 26ºC, e a pluviosidade média anual, entre 800 mm e 1.600 mm, com gradientes crescentes, no sentido leste-oeste.

Figura 58: Síntese analítica da RI de Barreiras



Fonte: Vertrag (2010)

Além do São Francisco, os principais rios da região são: o rio Grande e o rio Preto. Parte desses rios é navegável, particularmente nos percursos entre as cidades de Santa Rita de Cássia/Barra (RI de Irecê) e Barreiras/Barra. Além dos rios principais, a região conta com inúmeros outros cursos d'água de menor porte, o que torna a região de Barreiras uma área privilegiada em termos de disponibilidadade hídrica.

A Região de Influência de Barreiras conta com 21 municípios e uma população de 455.137 habitantes, dois quais 276.279 residem em área urbana. A sua taxa de urbanização, 44,7%, é relativamente baixa.

De modo geral, a Região detém baixa densidade de níveis hierárquicos, pois apresenta a existência de 2 saltos hierárquicos: 1 entre Barreiras (3ª pos. hier.) e o centro urbano subsequente, correspondente a um Pólo Local (5ª pos.hier.); e deste Pólo Local com os seus subsequentes, os Núcleos (7ª pos. hier.). Considerando que o Pólo Local (Luís Eduardo Magalhães) encontra-se relativamente próximo ao Pólo Regional (Barreiras), há a necessidade de grandes deslocamentos da população dos demais municípios para a obtenção de serviços e produtos, o que gera custos adicionais. Em geral, os municípios possuem grandes extensões territoriais e a RI conta com 12 Núcleos (7ª pos. hier.) diretamente vinculados ao pólo principal, Barreiras, cidade classificada como Pólo Regional (3ª pos. hier.). Outros 5 Núcleos, em um primeiro estágio, interagem seus fluxos com duas cidades correspondentes a Núcleos (7ª pos. hier.) – Ibotirama e Serra Dourada e, posteriormente, com o pólo principal. O Pólo Local de Luís Eduardo Magalhães vincula-se diretamente a Barreiras (ver Quadro 4, Quadro 11 e Mapa Síntese 5).

Destaca-se que Barreiras, em função da importância regional na oferta de bens e serviços a outras cidades, pode ser caracterizada como um Pólo Único, ou seja, que detém quase que isoladamente a centralidade de funções em sua Região de Influência.

Conforme se pode verificar na Figura 58, os centros urbanos de Riachão das Neves, Angical, Catolândia e São Desidério encontram-se a menos de 50 km de Barreiras, cidade de maior hierarquia na RI, conformando um primeiro anel. A interligação desses centros com Barreiras é feita através da BR-135 (São Desidério e Riachão das Neves) e estradas estaduais (Angical e Catolândia).

Já, num segundo anel (entre 50km e 100km), encontra-se a oeste do pólo, o centro urbano de Luís Eduardo Magalhães, ligado a Barreiras através da BR-242, a cerca de aproximadamente 100 km. Esse centro se destaca como centralidade emergente no contexto dessa RI, oferecendo juntamente com Barreiras, porém em menor grau, algumas das variáveis referentes à concentração de atividades e serviços, tais como volume de ativos movimentados, agências bancárias, serviço e comércio raros, instituições de ensino superior e cursos de graduação, médicos e diversidade de especialidades médicas (ver Tabela 2). No outro extremo, a leste, encontram-se os centros urbanos de Baianópolis, Cristópolis e Cotegipe, interligados a Barreiras, também através da BR-242. No conjunto dessas variáveis, o centro urbano de Baianópolis identifica-se como de média concentração em relação às especialidades médicas.

No terceiro anel, em áreas situadas entre 100 a 200 km de Barreiras e, portanto, bastante distantes dos serviços mais raros e especializados oferecidos por esse Pólo Regional ou por Luís Eduardo Magalhães, Pólo Local, encontram-se, ao norte, os centros urbanos de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Mansidão, a intervalos de distância de aproximadamente 100 km e interligados ao pólo principal regional através da BR-135 (Formosa do Rio Preto) e BR-020 (Santa Rita de Cássia, indiretamente, e Mansidão, diretamente). Ainda nesse anel, a oeste, interligados a partir da BR-242, encontram-se os centros urbanos de Muquém de São Francisco, Ibotirama, Morpará, Ipupiara e Brotas de Macaúbas. Finalmente, a sudeste desse terceiro anel, encontram-se os

centros urbanos de Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Brejolândia, ligados à Barreiras através da BR-430.

Barreiras é uma das regiões brasileiras onde, o processo de transformação econômica e social, foi dos mais intensos nas últimas décadas. Uma parte dessa região, o seu centro-noroeste, se manteve, até a primeira metade do século XX, como um imenso território de reserva, parcialmente ocupado e com baixo nível de atividade econômica. A partir da década de 1970, a região foi marcada por um novo padrão de desenvolvimento, caracterizado pela elevada intensidade de capital e tecnologia. Centrado nos agronegócios, esse padrão implicou em um intenso e rápido processo de transformação de estrutura econômica e social regional, além de vigoroso movimento populacional intra-regional e inter-regional[48].

O processo de ocupação regional pode ser explicado, de forma mais detalhada, conforme as análises realizadas por Baiardi (2004, p. 956)[49]: "o início da ocupação do Oeste baiano se dá ainda na etapa da economia colonial, em um quadro de expansão da pecuária extensiva, do extrativismo vegetal e animal e da mineração, que continuaram, até meados do século passado, sendo as atividades econômicas mais relevantes da região. (...) Nos anos de 1940/50, Barreiras vive o seu primeiro surto de desenvolvimento. É deste período a construção de uma hidrelétrica e de um abatedouro de gado bovino. (...) ainda na primeira metade do século XX, o município de Barreiras já se destacava em todo o Oeste, por sediar um aeroporto que servia de apoio ao tráfego aéreo no sentido Leste-Oeste e no sentido Norte-Sul. Durante a Segunda Guerra Mundial, o aeroporto cumpriu um papel adicional, servindo de base para abastecimento de aeronaves que se deslocavam para o Rio Grande do Norte. Sua integração à economia baiana se dava, à época, por transporte fluvial, via Rio Grande e São Francisco, e ferroviário, no trecho Juazeiro-Salvador da Ferrovia Leste Brasileira".

Ainda segundo Baiardi (2004, p. 956), "um segundo surto desenvolvimentista ocorre com a construção da BR-242, ocasião na qual passa a sediar o 4º Batalhão de Engenharia, que iria participar da construção da ligação rodoviária entre a Bahia e o Distrito Federal. O expressivo impulso desenvolvimentista rural do Oeste baiano, entretanto, é um fenômeno mais recente, que tem início com a maturação de investimentos em infra-estrutura - sobretudo aqueles ocorridos em meios de transporte, meios de comunicação e geração e distribuição de energia elétrica, nos meados da década de 70 do século XX - e se completa com novos investimentos públicos e com a atração de fluxos de capitais privados, ensejados pelos programas PCI, POLOCENTRO e PRODECER, concebidos, respectivamente, em 1972, 1975 e 1976. Com uma dotação de infra-estrutura econômica no seu entorno, tem início o processo de ocupação típico de fronteira agrícola, ao qual acoplou-se uma política de colonização diferenciada do ponto de vista dos assentados, os quais, em sua quase totalidade, eram produtores familiares de regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, e colonos japoneses, imigrantes recentes ou deslocados da Região Sudeste. O território do entorno de Barreiras transformou-se em um pólo de desenvolvimento de toda parte Noroeste do denominado Oeste Baiano e logrou atrair grande número de atividades integrantes da cadeia de agronegócios, que se estrutura a partir da produção de grãos, frutas e derivados da produção animal, com clusters se constituindo tanto a montante como a jusante do segmento produtivo primário. Em decorrência do processo de expansão da

[48] Conforme SANTOS, Clovis Caribe Menezes dos. Impactos da modernização da agricultura no Oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80. Salvador: [s.n.], 2000. 232p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.

[49] BAIARDI, A. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar: de colonos a neo-farmers. Bahia análise & dados, Salvador, v. 13, n. 4, p. 951-968, 2004.

agricultura e da agroindústria empresariais, houve forte atração de força de trabalho de fora da região, sobretudo dos municípios do Nordeste da Bahia", o que acelerou o processo de diferenciação social da região.

Esse processo de desenvolvimento da Região de Barreiras teve também, como um de seus determinantes principais, o desenvolvimento de novas variedades de cultivos agrícolas por parte da Embrapa; a disponibilidade de recursos hídricos e de solos planos de cerrado, com precipitação regular e temperaturas amenas; a intervenção governamental, na forma de políticas de implantação de infraestruturas de irrigação, fundiárias e creditícias; e os fluxos de capitais privados, com a presença de atores sociais diferenciados em relação aos tradicionais do mundo rural baiano, provenientes de ambientes nos quais a dotação de capital social é mais elevada, particularmente do Sul do Brasil[50].

A Região de Influência de Barreiras possui o 5º maior PIB da Bahia, respondendo por 4,2% do PIB total do Estado, podendo-se nesse contexto salientar, que sofre forte influência de Brasília. Na Região, predominam as atividades do agronegócio, com expressão nacional e internacional. É a RI mais importante da Bahia em termos de produção agropecuária, concentrando 19,9% do PIB setorial do Estado. Seus principais produtos agrícolas são os seguintes: soja, algodão, milho e frutas. A pecuária vem se expandindo em padrões cada vez mais capitalizados.

A RI concentra 2,0% do PIB industrial da Bahia, indicando a existência de um expressivo espaço de avanço da agroindústria, e 3,5% do PIB de serviços estadual, constituindo o 5º núcleo desse segmento no Estado.

É uma Região, cuja taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* foi maior do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia (5,1%), entre 2002 e 2007, em 0,8 pontos percentuais e, o seu saldo migratório, positivo nesse período (45 mil pessoas), o que indica a intensidade do dinamismo de sua economia.

Além disso, é pequena (8,9%) a importância relativa do Programa Bolsa Família em relação aos rendimentos gerados em seu mercado formal de trabalho, o que também contribui para caracterizar seu dinamismo econômico.

É uma Região muito heterogênea: 92,5% do seu PIB agropecuário se concentra em 5 municípios: São Desidério (39%), Barreiras (23%), Luís Eduardo Magalhães (13%), Formosa do Rio Preto (11%) e Riachão das Neves (6%). Esses municípios, na forma de um arco conformado pelas BRs 142 e 135, localizam-se no centro-noroeste da Região. Cada um dos demais municípios da RI não alcança mais do que 0,2% do PIB agropecuário regional. Grande parte desses municípios se situa na porção leste da RI (Wandeley, Muquém de São Francisco, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Ibotirama, Brotas de Macaúbas, Ipupiara, etc.), abarcando áreas do semi-árido que apresentam uma estrutura produtiva com predominância de atividades econômicas vinculadas à pecuária e agricultura familiar. No geral, essas duas sub-regiões conformam as Zonas I e parte da Zona III ("expansão da irrigação") do Oeste da Bahia, que alcançam a "subespacialização regional da Chapada Diamantina", nos casos de Brotas de Macaúbas e Ipupiara, conforme regionalizações definidas no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em 1997.

Cabe destacar que o município de Luís Eduardo Magalhães, com 44 mil habitantes em 2007, vem ganhando centralidade no subsistema urbano da Região, cujo pólo principal, Barreiras, apresenta 129 mil habitantes. Esse município criado somente em 2000, era anteriormente um pequeno povoado denominado Mimoso do Oeste (distrito de Barreiras).

[50] BAIARDI (2004, p. 959).

Centrado em atividades agroindustriais, inclusive com a presença de empresas multinacionais, o seu parque industrial é o de maior expressão nessa RI. Em 2002, o PIB industrial desse município era 40% superior ao de Barreiras. Em 2007, esse percentual aumentou para 55%. O município apresentou uma elevada taxa de crescimento de sua população urbana, entre 2000-2007 (14,5%), muito superior à de Barreiras (0,02%), sendo cada vez maior a participação do seu PIB do setor serviços no PIB total regional desse setor.

Apesar de responderem por 46% do PIB agropecuário regional, esses 2 municípios – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - apresentam elevada taxa de urbanização, em torno de 90%, revelando o caráter altamente capitalizado e tecnificado da produção agrícola local.

No caso de Luiz Eduardo Magalhães, em decorrência dessas características e da sua elevada taxa de crescimento populacional, já é evidente a presença de processos de formação de periferias urbanas com precárias condições de vida.

O município de São Desidério - o 2º maior município em extensão territorial da Bahia (14.876 km^2), e um dos principais municípios produtores de soja e algodão do Brasil, também apresentou uma expressiva taxa de crescimento de sua população, entre 2000-2007 - 4,09%. Atualmente, com população em torno de 25 mil habitantes e uma taxa de urbanização de apenas 32,7%, distante somente 27 km de Barreiras, vem ganhando relevância de centralidade na rede urbana regional. Já os municípios de Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves, com uma população em torno de 20 mil habitantes e taxa de urbanização de cerca de 50%, apresentaram baixas taxas de crescimento populacional, entre 2000 e 2007.

Os demais municípios desta RI apresentam população inferior 20 mil habitantes, na sua maior parte rural, exceto os seguintes: Ibotirama, localizado nas margens do rio São Francisco, na área leste da RI de Barreiras, com uma população de 26 mil habitantes e taxa de urbanização relativamente elevada (74%); e Ipupiara e Morpará, no extremo leste da Região que, com uma população de cerca de 9 mil habitantes, caracterizam-se por apresentar uma taxa de urbanização também elevada para o contexto, respectivamente, 62% e 66%.

Em geral, nos municípios de pequeno porte populacional da RI de Barreiras, a participação do PIB da administração pública no PIB total e a importância relativa do Programa Bolsa Família, no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, são elevadas.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a Região de Influência de Barreiras apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto nos casos dos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, o índice é de desenvolvimento regular, exceto para os municípios de Muquém de São Francisco e Morpará, cuja situação é de baixo desenvolvimento.

Um dos principais vetores de investimentos na infraestrutura econômica regional, é a Ferrovia Oeste-Leste. Incluída entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), essa Ferrovia terá 1.490 km de extensão, envolvendo investimentos estimados em R$ 6 bilhões até 2012 e visa, dentre outros objetivos, melhorar as condições logísticas de transporte e exportação da produção da RI de Barreiras, servindo também de ligação dessa região com outros pólos do país, por intermédio de conexão com a Ferrovia Norte-Sul, cujo traçado intercepta verticalmente o Brasil, do Pará ao Mato Grosso do Sul. A ferrovia ligará as cidades de Barreiras, Caetité e Ilhéus – no Estado da Bahia – a Figueirópolis, no estado do Tocantins, formando um corredor de transporte até o porto de

Ilhéus e abrindo uma nova alternativa de logística para portos no Norte do país, atendidos pela Ferrovia Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás (Porto de Itaqui, no Maranhão). Entre as vantagens previstas com a construção da ferrovia para o Estado da Bahia, está: a redução de custos do transporte de insumos e produtos diversos; o aumento da competitividade dos produtos do agronegócio; e a possibilidade de implantação de novos pólos agroindustriais e de exploração de minérios, aproveitando sua conexão com a malha ferroviária nacional. Os principais produtos a serem transportados são: soja, farelo de soja e milho, além de fertilizantes, combustíveis e minério de ferro.

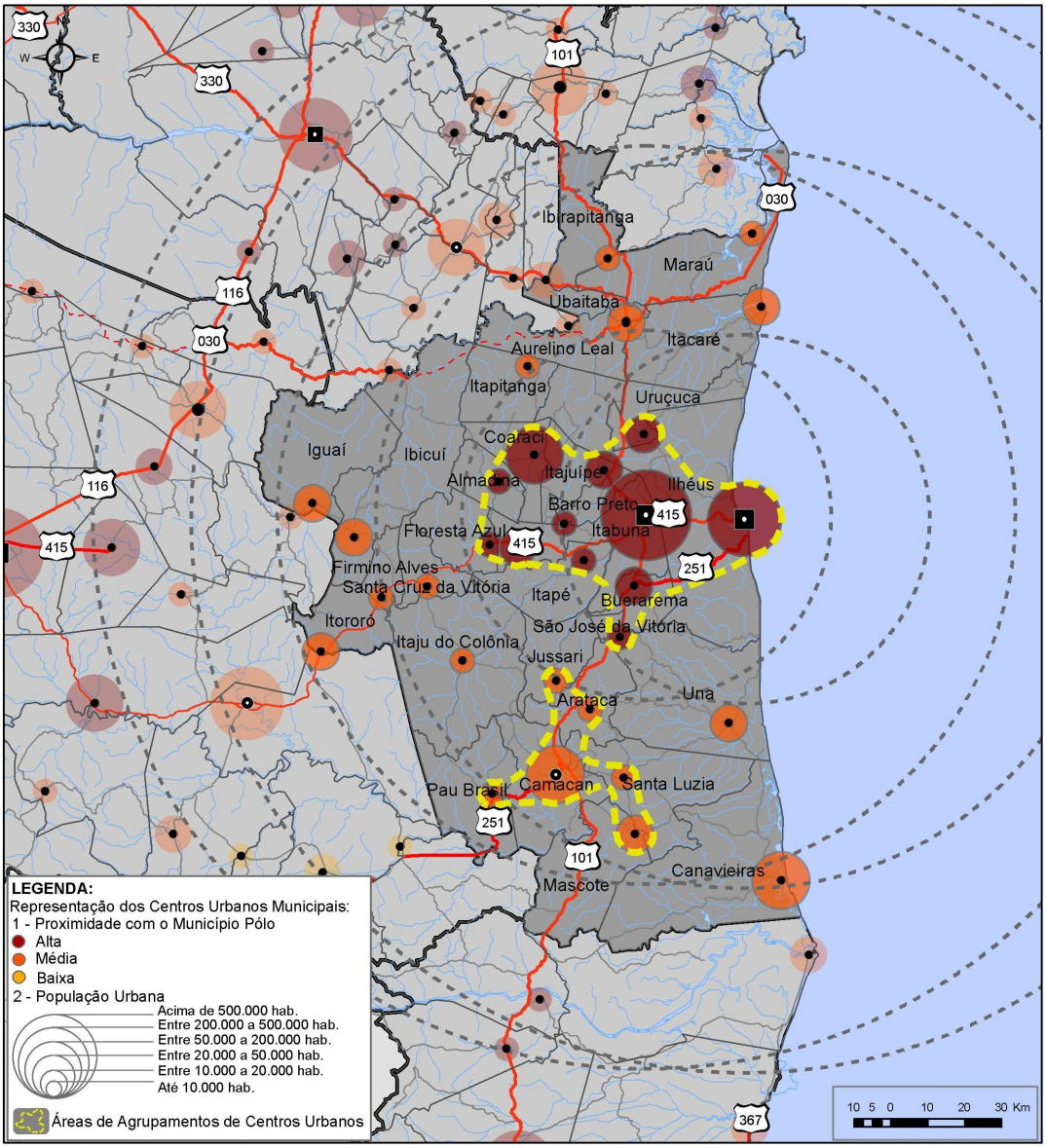
Finalmente, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Barreiras possui todos os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 4: Região de Influência de Barreiras

4.5.5 Influência de Ilhéus-Itabuna

A Região de Influência de Ilhéus-Itabuna caracteriza-se pelos tipos úmidos e sub-úmidos, já que se localiza no domínio da Mata Atlântica. As temperaturas médias anuais variam entre 22ºC e 25ºC, sendo maiores e com maior amplitude térmica na faixa litorânea. A pluviosidade apresenta gradiente decrescente, do litoral para o interior, com totais anuais de 1.000 mm, chegando a alcançar 2.000 mm nos municípios de Ilhéus, Itacaré e Maraú. O regime pluviométrico é regular, com chuvas abundantes, distribuídas durante o ano.

Figura 59: Síntese analítica da RI de Ilhéus-Itabuna



Fonte: Vertrag (2010)

A RI de Ilhéus-Itabuna conta com uma população de 927.238 habitantes. Desse total, 775.641 residem na área urbana, representando uma taxa de urbanização de 66%, uma das mais altas do Estado.

Essa RI corresponde a uma área de pequena dimensão (17.891 km^2) localizada na costa baiana, em um dos principais eixos de interligação interestadual Norte-Sul do Brasil, representado pela Rodovia BR-101. No entanto, a Região possui um grande número de municípios (32), quantidade apenas menor do que a das RIs de Vitória da Conquista e Guanambi, ambas com uma grande extensão territorial. Como as demais Regiões de Influência da costa atlântica baiana, caracteriza-se pela densidade de cidades com menor extensão de área, maior volume populacional relativo e subsistemas urbanos de maior complexidade.

Em função de suas características e da proximidade a subsistemas relativamente complexos localizados ao norte (Salvador, Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus), a população dos centros urbanos da Região não possui dificuldades no sentido de percorrer grandes distâncias até centralidades de maior nível hierárquico, e com maiores possibilidades de serviços raros e especializados.

Os 32 centros urbanos dessa RI, apresentam a seguinte posição hierárquica na rede urbana baiana: 29 são Núcleos (7ª pos. hier.), 1 Centro Local (6ª pos.hier.), como Ibicaraí, e 2 Pólos Regionais (3ª pos. hier), Ilhéus e Itabuna. Essa estrutura hierárquica, corresponde à existência de 2 saltos hierárquicos entre Ilhéus e Itabuna (3ª pos. hier) até o centro urbano de nível hierárquico subsequente (6ª pos. hier.), que reflete em uma situação de baixa densidade de níveis hierárquicos e que, conforme já mencionado, é relativizado pela proximidade a outros subsistemas de maior complexidade, situados ao norte. (ver Quadro 4 e Quadro 11)

Conforme pode ser constatado na Figura 59, ainda, nessa RI, verifica-se que a maior distância dos centros locais em relação à Ilhéus e Itabuna não ultrapassa 100 km. Num raio de aproximadamente 50 km, verifica-se a configuração espacial de um conjunto de 11 municípios localizados à oeste da BR-101, destacando-se que: os centros urbanos de Uruçuca, Itajuípe, Buerarema e São José da Vitória distribuem-se ao longo da BR-101; e Ibicaraí, Itapé e Floresta Azul ao longo da BR-415 - rodovia que se estende em sentido Oeste a partir da BR-101, em direção ao centro urbano de Itabuna. Os demais centros urbanos (quatro no total) localizam-se no quadrante noroeste entre a BR-101 e BR-415, distribuídos em uma trama de vias estaduais de interligação municipal. Destaca-se o centro urbano de Ibicaraí, classificado como Centro Local – 6ª pos.hier. (Tabela 2).

O segundo anel é representado pelos demais 16 centros urbanos, todos caracterizados como Núcleos, localizados a uma distância aproximada entre 50 a 100 km, distribuídos em 3 subsistemas: (i) ao Norte encontra-se o conjunto de 4 centros urbanos, 2 ao longo da BR-101 (Ibirapitanga e Ubaitaba) e 2 ao longo da costa (Maraú e Itacaré) que se interligam à BR-101 por intermédio de rodovias estaduais existentes, (ii) ao Sul, o conjunto de 7 municípios (Una, Santa Luzia, Canavieiras, Mascote, Camacan, Pau Brasil, Arataca e Jussari) que se interligam a Ilhéus e Itabuna, preponderantemente a partir da BR-101, onde Camacan (localizada na bifurcação desta rodovia com a BR-251), apresenta-se como uma centralidade que conjuga níveis baixos para mínimos de concentração de atividades e serviços relacionados às agências bancárias e de especialidades médicas disponíveis e, Canavieiras se destaca por apresentar níveis mínimo e baixo de concentração de comércio raro, especialidades médicas e gestão estadual; e (iii) o conjunto de 6 municípios localizados a leste de Ibicaraí que se interligam a Itabuna por intermédio da BR-282.

A Região se caracteriza, em seu conjunto, pelo esvaziamento populacional, apresentando no período 2000-2007 predomínio de taxas negativas de crescimento

populacional. Exceto em 4 municípios da RI (Iguaí, Itacaré, Uruçuca e Firmino Alves), para todos os demais, há indicativos de saldo migratório negativo, entre 2002 e 2007, sendo essa uma das três Regiões de Influência onde tal característica mostrou-se mais relevante. Em vários casos, esses saldos negativos se verificam, não somente na população rural, mas também na urbana.

Ubaitaba (12,2%) e Itacaré (8,8%) estão entre os municípios com as mais altas taxas de crescimento urbano do Estado. Ubaitaba, apesar de se ter destacado quanto ao crescimento da população urbana, apresentou também, taxas negativas de crescimento da população total.

A delimitação dessa Região coincide com a sub-região de Ilhéus-Itabuna, conforme denominação de regionalização adotada pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, para a Região do Extremo Sul, em 1997, acrescida dos seguintes municípios: Ibicuí, Iguaí, Firmino Alves e Itororó. No PDRS, esses municípios fazem parte da Região Sudoeste: os 2 primeiros no subespaços de Poções; e os 2 últimos no subespaços de Itapetinga.

As atividades desta RI, tradicionalmente baseada na produção de cacau, é marcada pela crise que afetou a economia cacaueira a partir dos anos 1980. Essa crise pode ser explicada pela infestação de pragas (“vassoura-de-bruxa”); queda de preços no mercado internacional; predomínio da monocultura do cacau e falta de alternativas de diversificação da produção agropecuária; resistência a introdução de inovações tecnológicas; etc. Segundo o IBGE, em 1990, a produção de cacau (em amêndoas) na microrregião de Ilhéus-Itabuna alcançava 224,9 mil toneladas, correspondendo a 77% da produção estadual. Em 2008, essa produção diminuiu para 84,6 mil toneladas, permanecendo elevada a sua participação na produção total do Estado (64,6%). Por outro lado, a área plantada com cacau manteve-se, praticamente estável, entre 1990 e 2008 (- 3,5%), em torno de 400 mil hectares.

A reconversão da economia cacaueira e de suas estruturas social, política e logística, é uma questão estratégica que permeia o desenvolvimento futuro dessa região. Essa reconversão constitui um desafio de políticas públicas de desenvolvimento regional (diversificação da atividade agropecuária e industrial; aproveitamento, em bases sustentáveis, do potencial dinâmico da Ferrovia Oeste-Leste, do Complexo Intermodal Porto Sul; expansão da atividade turística e de seu grau de endogenia na estrutura produtiva local; ampliação da cobertura e melhoria da qualidade das políticas de ensino fundamental e médio, de qualificação profissional, de saúde, etc.).

Apesar do declínio do cacau, a RI de Ilhéus-Itabuna ainda possui o 3º maior PIB da Bahia, respondendo por 4,7% do PIB total do Estado. No passado, Ilhéus-Itabuna era a principal região de atividade agropecuária no Estado. Atualmente, ocupa a 8ª posição, respondendo por 3,9% do PIB dessa atividade na Bahia, o que representa, por exemplo, um quinto do PIB da agropecuária da RI de Barreiras. Na Região, busca-se uma diversificação nas atividades: a borracha vem ganhando importância e já representa, 34,5% e 7,5% das produções estadual e nacional, respectivamente. No caso desse produto, merecem destaques os municípios de Una, Maraú, Barro Preto e Ilhéus.

O PIB da indústria regional responde por 3,5% do PIB setorial do Estado, sendo o 4º maior da Bahia. A indústria da RI concentra-se nos municípios de Ilhéus (53%) e Itabuna (28%), que contam com Distritos Industriais. No caso de Ilhéus, os principais gêneros industriais são os seguintes: equipamentos para computador e telecomunicações, minerais não-metálicos, alimentos, produtos químicos, cacau e seus derivados, beneficiamento de mármores e granitos. Em Itabuna, predominam os gêneros minerais não-metálicos, material elétrico e processamento de alimentos. Merece destaque, a atuação da Calçados Azaléia S.A. na Região, com galpões nos municípios de Firmino Alves, Ibicuí e Itororó. O avanço da

atividade industrial nessa RI, inclusive em segmentos não tradicionais como o de informática, reflete o potencial de desenvolvimento regional, quando estimulado por políticas públicas de fomento às atividades produtivas (incentivos fiscais, etc.).

O destaque regional refere-se ao setor serviços. O PIB desse setor na RI representa 5,6% do PIB setorial do Estado, e é o 3º maior da Bahia, inferior apenas ao de Salvador (50,7%) e de Feira de Santana (9,4%). Além das atividades relacionadas ao turismo, os municípios de Itabuna e Ilhéus possuem funções urbanas com escalas relativamente expressivas e diversificadas. Vale ressaltar que essas duas cidades apresentaram, respectivamente, a 6ª e 7ª posições no que se refere às variáveis utilizadas para exprimir a concentração de atividades e serviços (Tabela 2). As duas cidades apresentam níveis muito parecidos de concentração, com diferenciações em comércio raro e volume de ativos movimentados para Itabuna e pós-graduação e gestão para Ilhéus.

É uma Região, cujo PIB *per capita*, era expressivamente inferior à média da Bahia em 2002. Além disso, no período 2002-2007, a RI avançou relativamente menos do que o conjunto das demais regiões do Estado. Embora a taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* da RI, entre 2002 e 2007, tenha sido pouco menor (1,4 pontos percentuais), do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia no mesmo período, o foi em decorrência de taxas relativamente baixas de crescimento do PIB, associadas a fluxos migratórios negativos no âmbito regional. Os dilemas, rumos e ritmos atuais do seu processo de reconversão explicam esse desempenho desfavorável.

A RI de Ilhéus-Itabuna é muito heterogênea: 68,7% do seu PIB total e 46,5% de sua população se concentram nos municípios de Ilhéus (220 mil habitantes) e Itabuna (211 mil habitantes), cidades que se distanciam entre si somente por 23 quilômetros. Apesar de, no conjunto da Região de Influência, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal seja pequena (10%), em 23 de seus 32 municípios, esse percentual supera 25%. Nos municípios de Itororó, Firmino Alves, Itacaré, Itabuna e Ilhéus, esses percentual varia de 10% a 5%.

A participação do PIB da administração pública no PIB total, supera 25% em todos os municípios da Região, exceto Ilhéus (14%) e Itabuna (13%), chegando a alcançar níveis superiores a 40% em 15 municípios.

Esses indicadores refletem a fragilidade da estrutura produtiva regional. Em geral, Regiões e/ou municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família em relação ao total de rendimentos do mercado de trabalho formal e com elevada importância relativa do PIB da administração pública no PIB total tendem ter uma estrutura econômica incipiente e pouco dinâmica.

Em geral, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, da Região de Influência de Ilhéus-Itabuna, apontam para a heterogeneidade das condições sociais regionais, com destaque negativo para dimensão de *emprego&renda*, refletindo os problemas de estrutura e dinamismo da economia regional. Nessa dimensão, o índice Firjan é, em geral, de baixo desenvolvimento, exceto nos casos dos municípios de Ilhéus (desenvolvimento moderado) e Itabuna, Itacaré e Ubaitaba (desenvolvimento regular). Na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, o índice é de baixo desenvolvimento nos municípios de Maraú, Mascote, Santa Luzia e Una.

Um dos principais vetores de investimentos na infraestrutura econômica regional é a Ferrovia Oeste-Leste. Essa ferrovia ligará a cidade de Figueirópolis, no estado do Tocantins a Barreiras (BA), Caetité (BA) e Ilhéus, formando um corredor de transporte até esta última cidade. Além da soja e outros produtos agrícolas ou agroindustriais da RI de Barreiras, a ferrovia terá um papel importante para viabilizar a exploração e o transporte de minério de

ferro de Caetité, na Região de Guanambi, e de níquel de Itagibá, na Região de Jequié. O atual Porto de Ilhéus se localiza na sua área urbana. Em Ilhéus, o Governo da Bahia já desapropriou extensa área na localidade de Ponta da Tulha, onde pretende implantar o Complexo Intermodal Porto Sul (terminal ferroviário, porto, retroporto e um novo aeroporto internacional). Logicamente, esses fatos tenderão a ampliar a centralidade de Ilhéus na rede urbana regional, estadual e nacional, com reflexos diretos sobre Itabuna, podendo acelerar, portanto, os processos de aglomeração urbana já em curso. Salienta-se que essas duas cidades conformam o arranjo Aglomeração Urbana, caracterizado pela existência da complementaridade de funções entre os dois centros urbanos.

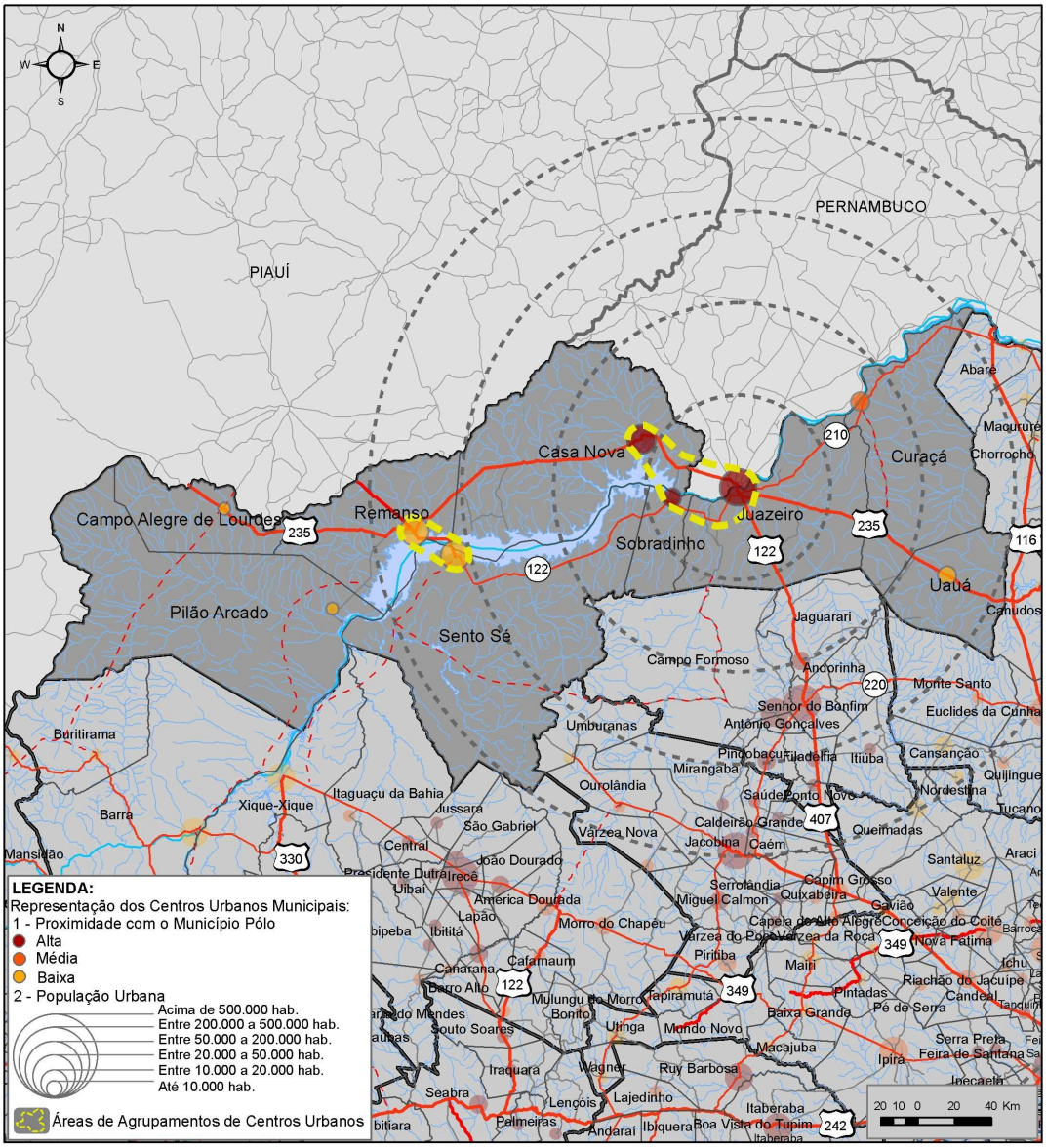
Por fim, concernente à infraestrutura urbana básica, a RI de Ilhéus-Itabuna possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 5: Região de Influência de Ilhéus-Itabuna

4.5.6 Região de Influência Juazeiro

A Região de Influência de Juazeiro, integra o domínio da Caatinga, com clima subúmido seco e semi-árido, chuvas no verão e inverno seco. A precipitação pluviométrica da região encontra-se abaixo de 800 mm anuais, e a temperatura média varia em torno de 24ºC. Os municípios de Juazeiro e Sobradinho encontram-se nas áreas mais secas da região, na qual o índice pluviométrico não chega à 500 mm anuais. A construção da barragem e da usina hidrelétrica de Sobradinho, nos anos 1970, tornou possível a agricultura irrigada nessa porção do Estado.

Figura 60: Síntese analítica da RI de Juazeiro



Fonte: Vertrag(2010)

Esta RI é a terceira maior em extensão territorial, com 58.781 km². A população urbana representa quase 72% de um total de 506.126 habitantes. Em comparação com outras regiões de influência da Bahia, essa Região é a sexta mais populosa. No entanto, é a segunda RI com menor número de municípios, 9 no total, sendo que 8 são Núcleos (7ª pos. hier.) e apenas Juazeiro, configura-se como um Pólo Regional (3ª pos. hier.). Em relação à configuração de sua rede urbana, portanto, a Região pode ser caracterizada como de baixa densidade hierárquica, na medida em que apresenta 3 saltos hierárquicos entre o Pólo Regional (3ª pos. hier.) e o centro urbano de nível hierárquico subseqüente, que corresponde a Núcleos (7ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Conforme se pode verificar na Figura 60, o subsistema urbano dessa RI caracteriza-se como rarefeito, ou seja, apresenta grandes distâncias entre os centros urbanos, podendo ultrapassar 200 km. Um fato que contribui para essa característica é a existência de municípios com grandes extensões territoriais e, portanto, com sedes municipais distantes entre si. Assim, na área de entorno, no raio de 50 km aproximadamente a partir de Juazeiro, localizam-se somente os Núcleos (7ª pos. hier.) de Sobradinho e Casa Nova, no sentido oeste/noroeste. No raio de 50 a 100 km aproximadamente, localiza-se a cidade de Curaçá, a nordeste de Juazeiro. Evidencia-se que apesar da distância dessa cidade em relação ao pólo e aos demais centros, sua interligação é facilitada pela BA-210, permitindo o deslocamento de pessoas e mercadorias até Juazeiro. Além disso, ressalta-se a inexistência de centros de maior relevância nas proximidades dessa cidade, o que fortalece a polarização exercida pelo Pólo Regional.

No terceiro anel, ou seja, na área que ultrapassa o raio de 100 km, localizam-se os demais municípios que têm, como uma de suas principais características, as grandes distâncias para o seu deslocamento até Juazeiro. A sudeste, localiza-se o Núcleo (7ª pos. hier.) de Uauá. Esse centro encontra-se relativamente isolado, pois dentro da Região possui ligação somente com o pólo e as possibilidades de interligação com outros centros próximos que não da RI a qual pertence, somente são possíveis com centros de hierarquia similar, e que, portanto, não exercem qualquer tipo de influência sobre o mesmo. Na direção oeste/sudoeste encontram-se cidades com situação similar. No entanto, destaca-se que o Núcleo (7ª pos. hier.) de Remanso apresenta certa polarização, mesmo que mínima, sobre Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, na medida em que as rodovias que permitem a ligação dessas cidades com o restante da RI convergem para Remanso.

Essas características da rede urbana regional implicam em frequentes deslocamentos entre os municípios, pois somente o Pólo Regional (Juazeiro), detém uma maior centralidade vis a vis com os Núcleos e, portanto, maior concentração de atividades e serviços. No que se refere a essa concentração, Juazeiro se destaca em todas as variáveis consideradas (ver Tabela 2), apresentando da mínima à alta, ou seja, mínima para comércio raro e ensino superior (instituições e cursos de graduação e pós-graduação); baixa para equipamentos médicos; média para serviços raros, agências bancárias, movimentação de ativos e médicos especialistas; e alta para especialidades médicas e gestão. Dentre os demais centros urbanos, somente Remanso e Casa Nova demonstram algum nível de concentração dessas variáveis, com baixa centralidade para especialidades médicas e, mínima para agência bancárias, volume de ativos e número de médicos em ambos os municípios. Em Remanso verificam-se ainda concentração mínima para equipamentos médicos e gestão.

Os municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), em lados opostos do rio São Francisco e na fronteira dos estados de Pernambuco e da Bahia, somam uma população muito expressiva: 512 mil habitantes. A gestão da aglomeração urbana conformada por esses municípios é relativamente complexa na medida em que envolve 2 diferentes governos estaduais. Juazeiro teve uma das cinco maiores taxas de crescimento populacional do Estado, no período 2000 a 2007 (4,05%), o que representou em um

aumento absoluto de população de 43 mil habitantes, mais do que compensando as perdas de população em alguns municípios da Região que, dessa forma, apresentou saldo migratório positivo nesse período.

Essa RI apresenta municípios com população superior a 20 mil habitantes, com destaque para Juazeiro (230 mil) e Casa Nova (63 mil), e taxas de urbanização relativamente baixas, variando de 22% a 51%, com exceção de Sobradinho (90%). Assim, observa-se nessa RI, municípios com população superior a 20 mil habitantes, mas com a maior parte dela vivendo no meio rural, como é o caso de Campo Alegre de Lourdes, Curuçá, Pilão Arcado e Uauá.

Há indicativos de fluxos migratórios negativos, no período 2002-2007, nos municípios de Remanso, Pilão Arcado, Uauá, Sobradinho e Campo Alegre de Lourdes. No caso desses 2 últimos municípios, a população urbana diminuiu no período.

A delimitação da RI de Juazeiro coincide com a da Região do Baixo Médio São Francisco - conforme definida Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS - elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em 2004 - acrescida do município de Uauá.

Além disso, os municípios de Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curuçá, na Bahia, e de Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, compõem a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento - RIDE do Pólo Petrolina e Juazeiro.

Segundo Sobel & Ortega (2006), desde meados do Século XIX, Petrolina e Juazeiro já exerciam papel de destaque no âmbito regional, como entreposto comercial e pólo de prestação de serviços de uma vasta área do sertão nordestino. As transformações das estruturas econômicas e sociais da região se aceleraram, a partir de meados do século passado, com a criação, em 1953, da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que, em convênio com o Ministério da Agricultura, implantou postos de colonização e assistência à irrigação na região. Já em 1959, com a criação da SUDENE, foram intensificadas as ações, visando o desenvolvimento da agricultura irrigada na Região.

No entanto, segundo esses autores, foi sob a égide dos governos militares que, efetivamente, iniciaram-se as grandes obras de irrigação, viabilizando, com a construção dos perímetros de Mandacaru (em Juazeiro) e Bebedouro (em Petrolina), as atividades agropecuárias de alta rentabilidade. O município que mais se beneficiou dessas iniciativas foi Petrolina, já que lá residiam “os Coelhos” – família que representava a principal força política da região, com forte inserção nas estruturas de poder em Pernambuco e no âmbito nacional. Nilo Coelho, a principal referência dessa família, foi governador de Pernambuco, em 1966, líder nacional do PDS, em 1981, e presidente do Senado Federal, em 1983. Os “Coelhos” usaram do seu prestígio político para canalizar recursos federais para o pólo como um todo, mas, principalmente, para o município de sua base política. Durante a gestão do então governador Nilo Coelho (entre 1966 e 1971), este utilizou de sua influência para pavimentar a ligação entre Petrolina e Recife, abrindo o primeiro escoadouro dos produtos extraídos do Vale do São Francisco, e tornando a região, fortemente vinculada à capital pernambucana.

As mudanças ocorridas no padrão produtivo da economia agropecuária regional, principalmente a partir da 2ª metade dos anos 1980 e, sobretudo, com relação à modernização da fruticultura irrigada, aprofundaram a diversidade intra-regional e aumentaram a diferenciação das atividades produtivas locais, ao tempo em que inseriram uma parte da RI nos mercados nacional e internacional. Essas mudanças estão relacionadas com as condições favoráveis, naturais e institucionais, para a produção de frutas com irrigação e uso intensivo de tecnologia, além do vigor da demanda desses

mercados. No bojo dessas mudanças, uma parte da economia regional vem se expandindo, enquanto a agropecuária tradicional permanece, em geral, como uma atividade de baixo dinamismo (PDRS, Baixo Médio São Francisco, 2004).

A Região responde por parcela importante da produção baiana dos seguintes cultivos: cana-de-açúcar (15%), cebola (84%), melancia (28%), melão (82%), uva (92%), manga (41%) e goiaba (33%).

A RI de Juazeiro possui o 8º maior PIB da Bahia, respondendo por 2,6% do PIB total do Estado. Os municípios de Juazeiro (52,4%), Sobradinho (17,6%) e Casa Nova (9,6%) são responsáveis por 79,6% do PIB regional.

O PIB da agropecuária dessa RI ocupa a 6ª posição, respondendo por 6,7% do PIB dessa atividade na Bahia. Os municípios de Juazeiro (50%), Casa Nova (16%), Sento Sé (9%) e Curaçá (9%) concentram 85% do PIB agropecuário regional. Uma das particularidades de Casa Nova é a sua importância na produção de uva e vinhos; e a de Sento Sé, a produção de cebola.

A indústria regional corresponde a 2,6% do PIB industrial do Estado, estando fortemente concentrada na geração de energia elétrica em Sobradinho (63%). O município de Juazeiro, com 24% da indústria regional, conta com o Distrito Industrial de São Francisco, onde as principais unidades produtoras são ligadas à fruticultura.

Indicando a restrita internalização dos efeitos dinâmicos da estrutura da economia regional, e a proximidade com Petrolina, o PIB dos serviços nessa RI, responde por somente 2,6% do PIB setorial do Estado. Petrolina possui uma população de 282 mil habitantes, maior do que de Juazeiro (230 mil) e o seu PIB é 32% superior ao de Juazeiro.

Com relação à participação do PIB da administração pública no PIB total, nos municípios de Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes e Uauá é superior a 30%. Esses também são os municípios onde a importância relativa do Programa Bolsa Família em relação aos rendimentos gerados no mercado formal de trabalho, é superior a 40%. Esses indicadores refletem a fragilidade das economias desses municípios no contexto regional, pois, em geral, municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família em relação ao total de rendimentos do mercado de trabalho formal e, possuem uma elevada importância relativa do PIB da administração pública no PIB total, tendem a ter uma estrutura econômica incipiente.

No entanto, no geral, a economia da Região vem se revelando dinâmica. Apesar de apresentar um PIB *per capita* inferior à média da Bahia em 2002, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, foi expressiva (3,8% a.a.) Nesse período, essa taxa foi menor em 1,3 pontos percentuais do que a de crescimento médio anual do PIB *per capita* da Bahia (5,1%), mas devido, em grande parte, ao fato da Região ter apresentado expressivo saldo migratório positivo, entre 2002 e 2007.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a RI de Juazeiro apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto nos caso dos municípios de Juazeiro (desenvolvimento regular) e Sobradinho (desenvolvimento moderado), cujas economias se destacam na Região; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, o índice é de desenvolvimento regular em todos os municípios.

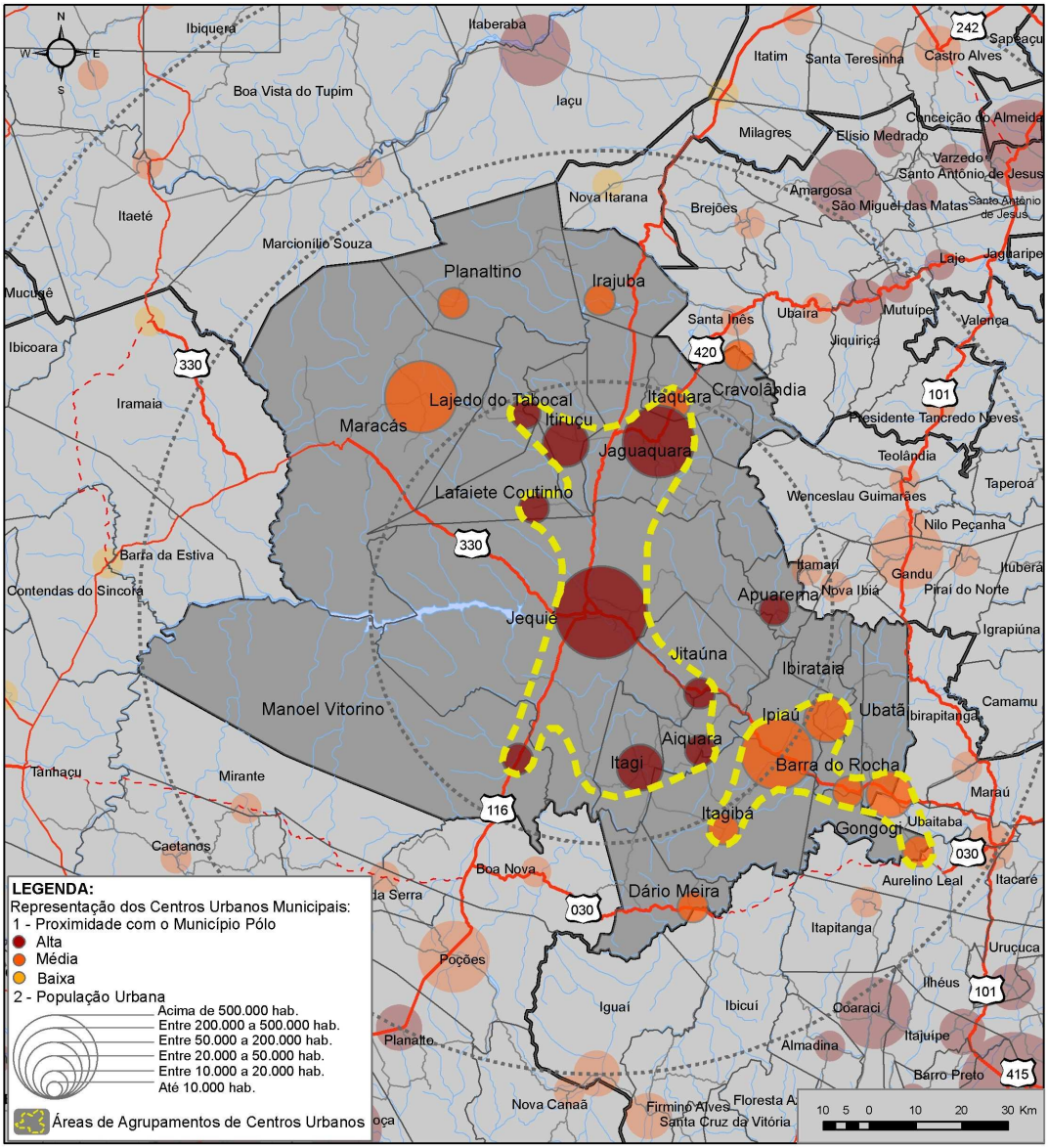
Por fim, no que se refere à infraestrutura urbana básica, a RI de Juazeiro possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 6: Região de Influência de Juazeiro

4.5.7 Região de Influência de Jequié

Os municípios na porção oeste da Região de Influência de Jequié, abrangendo Manoel Vitorino, Maracás e parte de Lafaiete Coutinho e Jequié, localizam-se no domínio da Caatinga, que apresenta clima semi-árido, com temperaturas elevadas e baixos índices pluviométricos (abaixo de 800 mm/ano). Já na porção leste, abrangendo os demais municípios, o clima é bem diferente, uma vez que se localizam no domínio da Mata Atlântica, onde as temperaturas são mais amenas (20ºC à 24ºC), e o índice pluviométrico situa-se entre 800 e 2.000 mm ao ano.

Figura 61: Síntese analítica da RI de Jequié



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Jequié conta com 22 municípios, por onde se distribui uma população de 474.066 habitantes, sendo, portanto, a 8ª RI de maior população na Bahia. Apresenta uma taxa de urbanização de 75%, uma das mais elevadas dentre as Regiões de Influência do Estado.

O Pólo da Região, Jequié conta com 146 mil habitantes, dos quais 92% vivem em cidades. Após encontra-se Jaguaquara com 47 mil habitantes e taxa de urbanização de 78% e Ipiaú, com 43 mil habitantes, dos quais 92% são urbanos.

Dos demais 19 municípios que compõem a Região, 3 possuem população entre 20 a 35 mil habitantes, com taxas de urbanização superiores a 66%; 6 entre 10 e 20 mil habitantes, dos quais 2 com taxas de urbanização inferiores a 50%; e os demais, 10, apresentam população inferior a 10 mil habitantes, em geral com taxas de urbanização superiores a 50%, exceto no caso dos municípios de Planaltino e Irajuba. Portanto, predominam na Região, municípios de pequeno e médio porte, com mais de 50% de população urbana.

Há indicativo de saldos migratórios negativos em 17 dos 22 municípios da Região, inclusive nos municípios de maior porte (Jequié, Jaguaquara e Ipiauí). Desses 17 municípios, em 12, há também indicativo de saldo migratório negativo de população urbana. Merece destaque o município de Gongoji, cujas taxas de crescimento da população total, urbana e rural, entre 2007 e 2000, foram as seguintes: -6,0%, -3,8% e -9,8%, respectivamente.

A RI de Jequié é a 13ª em extensão, com 15.118 km². Dos 22 municípios, 1 caracteriza-se como Pólo Sub-regional (4ª pos. hier.), 1 Centro Local (6ª pos. hier.) e 20 Núcleos (7ª pos. hier.). Por apresentar apenas 1 salto hierárquico entre o pólo (Jequié - 4ª pos. hier.) e o centro urbano de nível hierárquico subsequente (6ª pos. hier.), pode-se caracterizá-la como de alta-média densidade hierárquica. É influenciada diretamente por Salvador (Metrópole – 1ª pos.hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Quanto às variáveis de concentração de atividades e serviços (Tabela 2), a cidade de Jequié apresenta concentração mínima para cursos de pós-graduação; baixa para serviços raros, agências bancárias e cursos de graduação; média para médicos especialistas, equipamentos médicos e instituições de ensino superior; alta para especialidades médicas; e máxima para gestão. Dada a sua relevância, Jequié pode ser caracterizada como um Pólo Único, na medida em que detém quase que isoladamente a centralidade de funções em sua Região de Influência. Outra cidade que se destaca, embora em menor escala, é Ipiaú (Centro Local) com níveis de concentração mínima para médicos especialistas, equipamentos médicos, cursos de graduação e instituições de ensino superior; baixa para agências bancárias e volume de ativos movimentados; e, média para gestão e especialidades médicas.

Conforme se pode verificar na Figura 61, no anel de até 50 km, aproximadamente, a partir de Jequié, constatam-se duas áreas de densidade de centros urbanos, uma a sudeste e a outra ao norte do pólo, que se caracterizam por manter ligações mais intensas com Jequié, facilitadas pelas rodovias BR-330 e BR-116. A sudeste, uma dessas áreas engloba os Núcleos (7ª pos. hier.) de Apuarema, Jitaúna, Aiquara e Itagi, e o Centro Local (6ª pos. hier.) de Ipiaú. Essas cidades possuem ligação com o pólo e facilidades de acesso entre si. Ao Norte de Jequié, uma área de maior densidade de centros urbanos engloba os Núcleos (7ª pos. hier.) de Lafaiete Coutinho, Itiruçu, Lajedo do Tabocal e Jaguaquara. Ressalta-se, no entanto, que além dessas duas áreas, existe o Núcleo de Manoel Vitorino, que, nessa Região, interliga-se somente com Jequié. Essa cidade tem possibilidades de interligação direta com outros centros da RI de Vitória da Conquista, mas como esses não apresentam hierarquia superior a Jequié não possuem condições de polarizar o centro urbano de Manoel Vitorino.

O segundo anel compreende distâncias acima de 50 km, a partir de Jequié. Nesse anel, verifica-se certa concentração de centros urbanos, mas com relações intermediadas principalmente por Ipiaú e Jaguaquara. Esses dois Núcleos polarizam os municípios mais distantes de Jequié, na medida em que as interligações de fluxos convergem primeiramente nessas cidades, para posteriormente direcionarem-se ao pólo. (Mapa Síntese 10). Assim, a sudeste de Jequié, têm-se os Núcleos de Dário Meira, Itagibá, Ibirataia, Ubatã, Barra do Rocha e Gongogi, que são polarizados também por Ipiaú (Centro Local – 6ª pos. hier.). Ao norte/nordeste de Jequié, estão os Núcleos (8ª pos. hier.) de Itaquara, Cravolândia, Irajuba e Itiruçu que são influenciados também por Jaguaquara (Núcleo), principalmente pela proximidade, quando comparada ao pólo. Já os Núcleos (7ª pos. hier.) de Planaltino e Maracás são polarizados somente por Jequié, apesar de relativamente distantes deste centro, em parte devido às facilidades de acesso por meio das rodovias BR-330 e BA-026.

A delimitação dessa RI abarca municípios da Região Sudoeste (Lajedo do Tabocal, Lafaiete Coutinho, Itaquara, Jaguaquara, Itiruçu, Maracás, Planaltino, Cravolândia, Irajuba e Manoel Vitorino e Jequié), e da Região do Litoral (Itagibá, Barra do Rocha, Dário Meira, Aiquara, Ibirataia, Gongogi, Apuarema, Itagi, Jitaúna, Ubatã e Ipiaú). Parte de seus municípios (Itagibá, Barra do Rocha, Dário Meira, Aiquara, Ibirataia, Gongogi, Apuarema, Itagi, Jitaúna, Ubatã e Ipiaú), coincide com os da Zona e Subzona de Ipiaú, da Sub-região de Jequié, da Região de Salvador, conforme regionalizações definidas pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado em 1997, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, para a Região Sudoeste da Bahia. Os municípios de Jequié, Manoel Vitorino e Lafaiete Coutinho, formam o Subespaço de Jequié, conforme definido pelo PDRS, elaborado em 2000, pela CAR. Situados ao norte/noroeste da Região de Influência de Jequié, os municípios de Lajedo do Tabocal, Itaquara, Jaguaquara, Itiruçu, Maracás, Planaltino, Cravolândia e Irajuba fazem parte do Subespaço de Jaguaquara, definido pelo PDRS da Região Sudoeste.

A Região de Influência de Jequié possui o 9º maior PIB da Bahia, respondendo por 2,2% do PIB total do Estado.

O PIB da agropecuária da RI de Jequié ocupa a 10ª posição, respondendo por 3,2% do PIB dessa atividade na Bahia, o que representa, por exemplo, 16% do PIB da agropecuária da Região de Influência de Barreiras. Os municípios de Jaguaquara (19%) e Maracás (9%), ao norte/noroeste dessa Região, respondem por 28% do PIB da agropecuária regional. Itagibá (9%) e Ibirataia (8%), ao leste, representam 17% desse PIB. E Jequié, no centro, 7%.

A agropecuária de Região de Influência de Jequié se caracteriza pela policultura e pecuária diversificada. Em Jaguaquara, merecem destaques os cultivos de maracujá, tomate, café, banana, cacau e mandioca, além da pecuária, em especial de asininos, equinos e aves. Em Maracás, os cultivos de tomate, maracujá, mandioca e café, e uma pecuária mais diversificada (asininos, equinos, bovinos, caprinos, ovinos e aves) são relativamente importantes. Em Itagibá, banana, cacau, batata-doce, frutas (limão, tangerina e goiaba) e cana-de-açúcar, bubalinos, bovinos e equinos. E em Ibirataia, os destaques são os cultivos de cacau, banana, goiaba, palmito e cítricos. Jequié conta com um padrão semelhante.

O PIB da indústria regional responde por 0,9% do PIB setorial do Estado, sendo o 13º maior da Bahia. A indústria da Região se concentra nos municípios de Jequié (63%) e Ipiaú (12%).

Jequié conta com um distrito industrial, onde se localizam empresas dos seguintes segmentos: alimentos (frigoríficos), calçados (Ramarin e Vinilex), vestuário (Bremer) e artefatos plásticos.

Merece destaque, na indústria extrativa mineral, a exploração de níquel em Itagibá, cuja mina é considerada a maior de níquel da América Latina e a terceira do mundo a céu aberto. A sua exploração, em grande escala, entrou em operação no final de 2009, fruto de parceria entre a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM e a Mirabela Mineração do Brasil Ltda. (australiana). O Complexo da Mirabela acresce em 30%, a produção brasileira de níquel, transformando a Bahia no segundo maior produtor do país já em 2010, atrás apenas do estado de Goiás. Com esse empreendimento, a participação do PIB total e da indústria regionais em relação aos da Bahia deverá aumentar a partir desse ano. A exportação de minério será feita através do Porto de Ilhéus.

Ainda na RI de Jequié, no município de Maracás, a Vanádio Maracás Ltda, controlada pela canadense Largo Mineração, desenvolve o projeto de exploração de depósitos de vanádio. As reservas foram avaliadas em 17,3 milhões de toneladas de minério, com teor médio de 1,44% de vanádio, superior ao até então maior teor já descoberto, de apenas 0,4% na África do Sul. O depósito baiano será a única mina de vanádio do Brasil, e de maior concentração do mundo. No local também foram detectados platina e paládio, disseminados e contidos em alto teor.

O empreendimento prevê a produção de 5 mil toneladas/ano de Ferro-Vanádio, cerca de 7% do total mundial. Esse minério é o principal insumo para a fabricação de aços especiais de alta resistência, utilizados na fabricação de estruturas de aviões de grande porte, ferramentas, tubos de oleodutos e gasodutos, entre outras utilidades. Com esse empreendimento, a participação do PIB total e da indústria regional em relação aos da Bahia deverá aumentar, expandindo a centralidade de Itagibá, Jequié e Maracás na rede urbana estadual. Itagibá se localiza a 80 quilômetros a sudeste de Jequié, e Maracás, a 91 quilômetros, a sudoeste.

Os impactos regionais (econômicos, sociais e ambientais), intra e interurbanos da exploração em grande escala de minérios na Região de Jequié, constituem desafios para as políticas públicas municipais e estaduais, de forma a tornar esse vetor de expansão do processo local e de geração de riquezas, compatível com a criação de condições, não só para uma maior endogenia desse processo no âmbito regional, mas também, para melhorar e tornar menos heterogêneo o padrão de vida da população dos municípios dessa Região, principalmente daqueles mais diretamente vulneráveis a esses impactos.

A RI de Jequié possui o 7º maior PIB de serviços da Bahia, respondendo por 2,8% do PIB total setorial do Estado. O setor serviços da Região se concentra em Jequié (55,7% do total regional), Jaguaquara (7,8%) e Ipiaú (7,5%).

A Região, possuía um PIB *per capita* de 61% da média da Bahia, em 2002. Além disso, apresentou uma taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, maior do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia, no mesmo período (5,1%), em 1,7 pontos percentuais. No entanto, em grande parte, essa maior taxa é explicada pelos fluxos migratórios negativos que ocorreram na Região, nesse período. Entre 2000 e 2007, a população total regional diminuiu de 487 mil para 474 mil habitantes. Esses fatos revelam os problemas de dinamismo econômico da Região, o que, em parte, deverá ser superado com as boas perspectivas da indústria extrativa mineral regional, embora de forma muito desigual entre os seus municípios.

A participação do PIB da administração pública no PIB total, supera 35% em 14 dos 22 municípios da Região. Esse percentual é de 14% a 25% nos municípios de Jequié, Jaguaquara e Ipiauí. Esses indicadores refletem a heterogeneidade da estrutura produtiva regional, em escala municipal, e a fragilidade desses 14 municípios fortemente dependentes do PIB gerado pela administração pública. No entanto, em somente 3 municípios da Região, a importância relativa do Programa Bolsa Família, em relação aos rendimentos gerados no mercado formal de trabalho, é superior a 40%. Os municípios de Itagibá, Jequié e Ipiaú

apresentam os menores percentuais, inferiores a 8,5%. Essa situação reflete uma menor dependência da dinâmica econômica da maior parte dos municípios da Região de programas de transferência de rendas, como o Bolsa Família.

Em Ipiaú, localizada no entroncamento da BA-650 e BR 330, o setor serviços representa 55% do PIB total. Considerando Jequié, Ipiaú e Jaguaquara, estes três municípios são responsáveis por 52,6%, 8,6% e 7,1% do PIB total regional, respectivamente.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a Região de Influência de Jequié, refletindo a heterogeneidade da sua estrutura produtiva e/ou, os limites de cobertura e a eficácia de políticas públicas federais, estaduais e municipais na área social, apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de Baixo desenvolvimento, exceto em Jequié; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, os índices variam de desenvolvimento regular para baixo (Gongogi e Ibirataia).

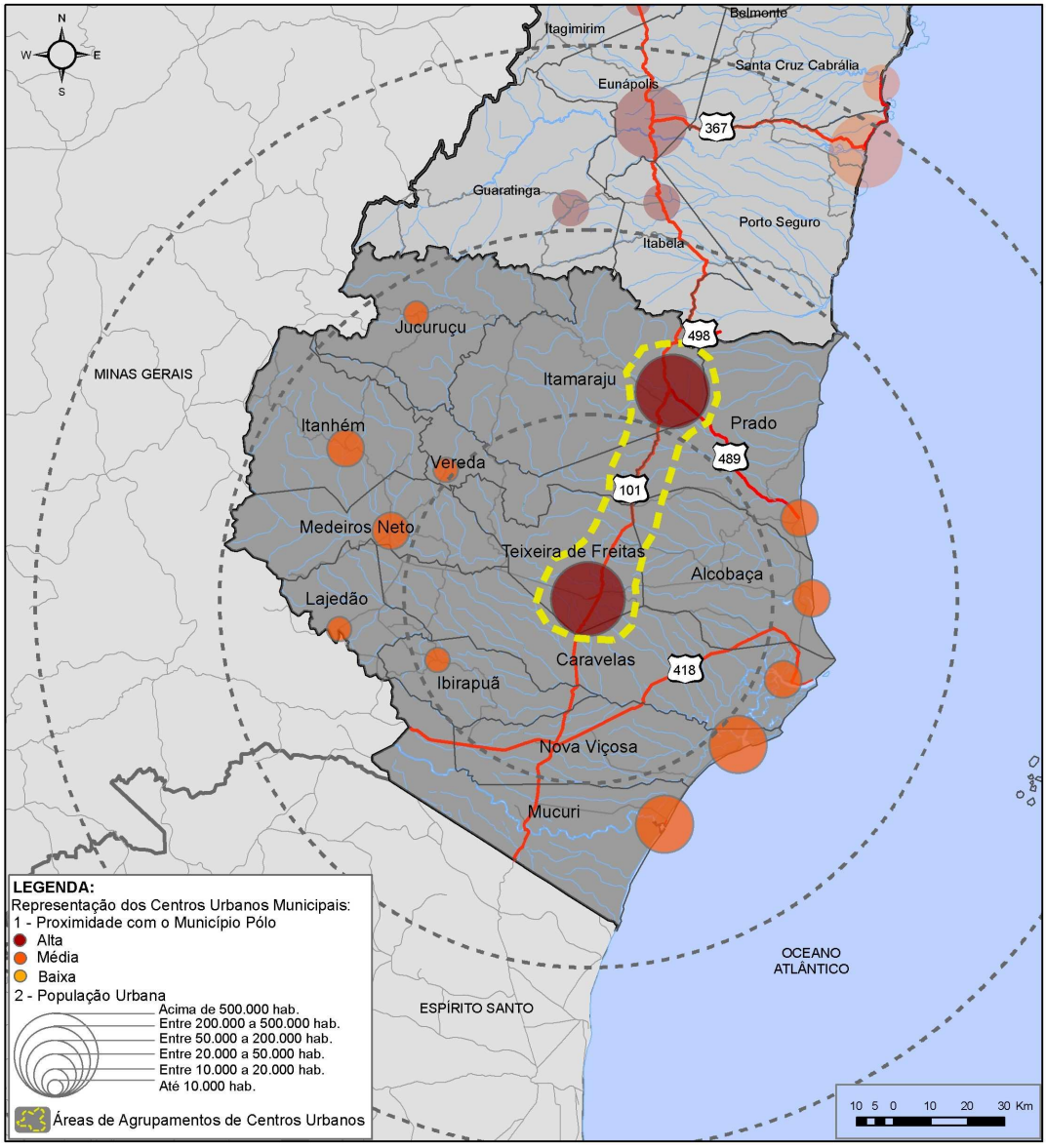
Finalmente, em relação à infraestrutura urbana básica, a RI de Jequié possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 7: Região de Influência de Jequié

4.5.8 Região de Influência de Teixeira de Freitas

A Região de Influência de Teixeira de Freitas insere-se no domínio da Mata Atlântica, com clima subúmido e temperaturas médias anuais entre 22ºC e 25ºC. As precipitações médias anuais variam de 1.100 a 2.000 mm. Caracteriza-se pelos ecossistemas costeiros de restingas, dunas e planícies litorâneas, e manguezais nas áreas de complexos estuarinos, principalmente entre Caravelas e Nova Viçosa.

Figura 62: Síntese Analítica da RI de Teixeira de Freitas



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Teixeira de Freitas é relativamente pequena em termos de extensão territorial (18.514 km^2), possui uma população de 389.492 habitantes, distribuída por 13 municípios, com uma taxa de urbanização em torno de 74%, uma das mais elevadas

dentre as RIs do Estado. Em função da menor distância e da estrutura viária existente, a RI é polarizada principalmente por Vitória, no Espírito Santo, mantendo tênues relações com Salvador.

No que se refere às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Teixeira de Freitas, classificada como Pólo Sub-regional (4ª pos. hier.), apresenta níveis de concentração de baixa a média em praticamente todas as variáveis, com as seguintes exceções: nenhuma concentração no que se refere à variável cursos de pós-graduação e concentração máxima para gestão. Em função da relevância regional, Teixeira de Freitas pode ser considerada como Pólo Único, pois concentra quase que isoladamente a centralidade de funções urbanas no contexto de sua Região de Influência. Já Itamaraju (Pólo Local – 5ª pos. hier.), aparece com concentração de mínima para média, para apenas algumas variáveis, pois nem todas as funções urbanas foram identificadas neste município (ver Quadro 4 e Quadro 11). Os outros 11 municípios são classificados como Núcleos (7ª pos. hier.) devido a concentração mínima ou inexistente de funções urbanas, o que acarreta no deslocamento em direção a outros centros de maior centralidade (Mapa Síntese 8).

Na escala municipal, a RI pode ser dividida em 2 sub-regiões: à direita e à esquerda da BR-101, que perpassa as sedes municipais de Teixeira de Freitas e Itamaraju. Em termos de tamanho de população, esses municípios se destacam na Região: Teixeira de Freitas, com mais de 100 mil habitantes e taxa de urbanização de 93%, e Itamaraju, com mais de 65 mil. Além disso, a taxa de crescimento da população desses municípios foi positiva, entre 2002 e 2007, principalmente no caso de Teixeira de Freitas (1,43%), com indicativo de saldo migratório positivo.

Na sub-região à esquerda da BR-101, os municípios de Medeiros Neto, Itanhém, Jucuruçu, Ibirapuã, Vereda e Lajedão são relativamente pequenos (< 25 mil habitantes. As taxas de crescimento da população desses municípios, entre 2002 e 2007, indicam saldos migratórios negativos, com destaque para o município de Jucuruçu, onde essa taxa foi expressivamente negativa (- 2,19%).

Na sub-região à direta da BR-101, os municípios de Nova Viçosa, Prado, Mucuri, Caravelas e Alcobaça, apresentam população superior a 20 mil habitantes. As taxas de urbanização desses municípios superam 50. Mucuri (3,8%), Alcobaça (5,0%) e Vereda (3,1%), se destacam na RI pela expressiva taxa de crescimento da população urbana, entre 2002 e 2007.

A delimitação da RI coincide com a Sub-região de Teixeira de Freitas, conforme definida no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em 1997, e segundo o qual, no passado, predominava na RI, a floresta atlântica de tabuleiros, típica do sul da Bahia e norte do Espírito Santo, sendo das mais ricas em biodiversidade no mundo. No entanto, a maior parte das áreas naturais dessa RI foi desmatada nas últimas décadas, inicialmente pela atividade madeireira e, em seguida, pela pecuária e agricultura, principalmente pelo relevo plano e facilidade de acesso após a abertura de eixos rodoviários na Região, nos anos 1950 e 1970.

A paisagem regional atualmente é dominada, por extensas áreas de pastagens, em grande parte de baixa produtividade, degradadas e com sinais de erosão. Em algumas sub-regiões há plantações de cana-de-açúcar, reflorestamento de eucalipto, além da fruticultura tropical e cultivos de subsistência em menor escala. O cacau ainda persiste na Região, em escala pouco expressiva, representando menos de 2% da produção baiana. Os plantios de eucalipto foram iniciados com os incentivos fiscais aos reflorestamentos, que ocorreram a partir do final dos anos 1960, e tiveram grande avanço durante as décadas de 1970 e 1980.

Na história recente dessa RI, merecem destaque os seguintes vetores de geração de riquezas: exploração industrial da madeira, a partir dos anos 1950; fruticultura, final dos anos 1970; e cana-de-açúcar, papel e celulose, nos anos 1980/90. Atualmente, a Região de Teixeira de Freitas concentra 2,9% do PIB estadual, com o predomínio da atividade agropecuária.

A Região possui o 4º maior PIB agropecuário da Bahia, respondendo por 7,1% do PIB total desse setor no Estado. As atividades econômicas mais importantes da agropecuária regional são a silvicultura (eucalipto), associada à indústria de papel e celulose; fruticultura (mamão); cana-de-açúcar; e pecuária (mista). Os municípios de Prado (16,0%), Teixeira de Freitas (7,1%), Nova Viçosa (5,7%), Mucuri (4,8%), Alcobaça (4,6%), Vereda (2,1%), Ibirapuã (2,0%) e Caravelas (1,8%) respondem por 44,0% e 20% da área plantada com mamão na Bahia e no Brasil, respectivamente. A produção de cana-de-açúcar dos municípios de Medeiros Neto (6,6%), Mucuri (6.0%) e Caravelas (5,6%) representa 18,2% da produção estadual.

A Região concentra 3,0% e 3,5%, dos PIBs industrial e de serviços da Bahia, constituindo o 5º e 8º núcleo desses setores no Estado, respectivamente. No setor industrial, a RI possui uma grande empresa de celulose, a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, localizada em Mucuri, que demanda grandes áreas de reflorestamento. A estrutura produtiva desse município é de base industrial, e responsável por 72% do PIB da indústria regional.

O dinamismo recente da Região de Teixeira de Freitas tem acompanhado a média do Estado. A taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* da RI, entre 2002 e 2007, superou em somente 0,1 ponto percentual, a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia, entre 2002 e 2007 (5,1%).

Teixeira de Freitas e Itamaraju respondem por 45,6% e 50,1% dos PIBs total e de serviços regionais. Em escala menor, os municípios de Medeiros Neto, Itanhém, Jucuruçu, Ibirapuã, Vereda e Lajedão são responsáveis por 12,4% do PIB Regional.

Nos municípios da Região de Influência de Teixeira de Freitas, a participação do PIB da administração pública no PIB total, não supera 25%, o que indica que o processo local de geração de riquezas não depende tanto desse segmento de atividade, como é caso de outras RIs do Estado. Esse percentual é de somente 5,5% em Mucuri, onde se localiza a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose.

No entanto, refletindo a incipiência de suas economias, alguns municípios, como Jucuruçu, Lajedão e Vareda, se destacam pela elevada importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho: 52%, 49% e 32%, respectivamente.

Refletindo a heterogeneidade da estrutura produtriva da RI, em escala municipal, o seu Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto nos caso dos municípios de Teixeira de Freitas, Itamaraju e Medeiros Neto (desenvolvimento regular), além de Mucuri (alto desenvolvimento). Na dimensão *saúde*, os municípios da RI apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, o índice é de desenvolvimento regular, exceto para os municípios de Jucuruçu (baixo desenvolvimento) e Lajedão (desenvolvimento moderado).

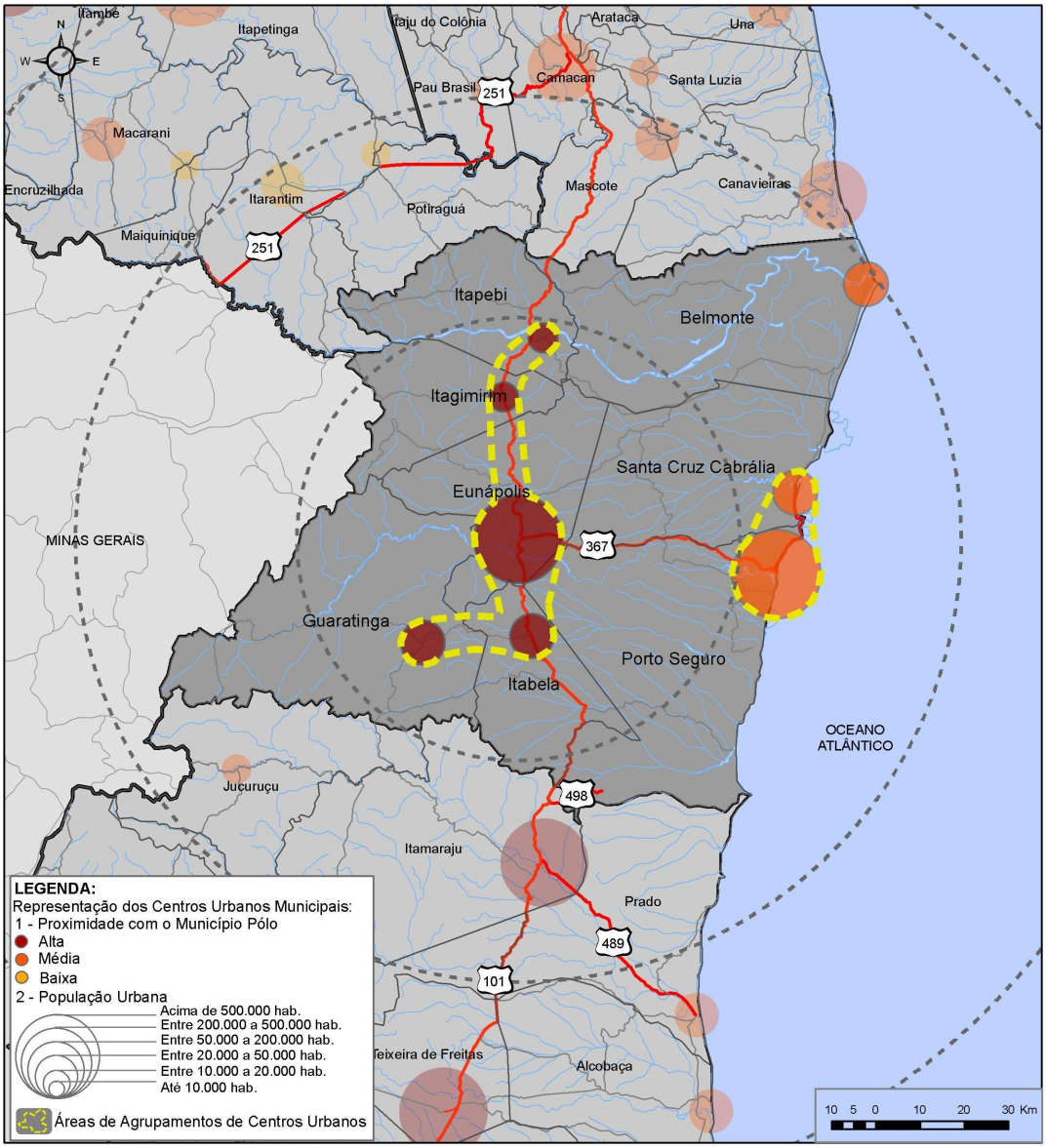
E, em relação à infraestrutura urbana básica, a RI de Teixeira de Freitas possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 8: Região de Influência de Teixeira de Freitas

4.5.9 Região de Influência de Eunápolis

A Região de Influência de Eunápolis está totalmente inserida no domínio da Mata Atlântica e caracteriza-se pelo seu clima úmido e subúmido, com temperaturas médias anuais entre 22ºC e 25ºC. Sua pluviosidade decresce do litoral para o interior, com precipitações anuais de 1.100 mm a 2.000 mm, a exceção de Itabepi e Itagimirim, ao noroeste da RI (índices pluviométricos anuais de 800 mm.). Quanto à hidrografia, destaca-se o rio Jequitinhonha, na porção norte da RI, que passa pelos municípios de Itapebi (onde se localiza a Usina Hidrelétrica de Itapebi) e Belmonte.

Figura 63: Síntese analítica da RI de Eunápolis



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Eunápolis conta com uma população de 322.043 habitantes, na sua maior parte urbana. Apresenta uma taxa de urbanização de 80%, uma das mais altas dentre as RIs do Estado.

Eunápolis, o segundo maior município da Região em tamanho de população, com 94 mil habitantes, nasceu como povoado na época construção da BR-101, nos anos 1960. Somente se tornou município em 1988. É classificado como um Centro Sub-regional (4ª pos. hier.). O outro município de relevância é Porto Seguro, classificado como Pólo Local. Os demais municípios, dependentes dessas duas centralidades são caracterizados como Núcleos (ver Quadro 4, Quadro 11 e Mapa Síntese 9).

A RI possui somente 8 municípios, uma das menores do Estado nesse quesito. Num raio de 50 km a partir de Eunápolis, localizam-se os centros urbanos dos municípios de Itapebi, Itagimirim, Guaratinga e Itabela, todos relacionados ao município pólo por intermédio da BR-101, e formando um conjunto de configuração rarefeita. Conforme se pode verificar na Figura 63, os municípios localizados além dos 50 km, também com uma configuração rarefeita, compõem um eixo de três centros urbanos ao longo do litoral, sendo que Belmonte e Santa Cruz da Cabrália interligam-se diretamente a Porto Seguro (Pólo Local – 5ª pos. hier.), por intermédio de rodovias estaduais costeiras. Esse conjunto de municípios relaciona-se com Eunápolis a partir de Porto Seguro, por intermédio da BR-367, rodovia transversal à BR-101.

No que se refere às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), verifica-se certo grau de complementaridade de usos entre Eunápolis e Porto Seguro (distantes aproximadamente 55 km), principalmente no que se refere às atividades de serviço de uso raro e frequente e de comércio de uso frequente, mais concentrados em Porto Seguro. Essa situação de complementaridade e alternância de funções permite caracterizar esses dois centros como uma Aglomeração Urbana, embora ainda incipiente. Quanto às demais funções (agências bancárias, médicos equipamentos médicos, especialidades médicas e gestão), encontram-se mais concentradas em Eunápolis. Merece destaque também, Santa Cruz da Cabrália (localizada próxima a Porto Seguro), em função de sua centralidade emergente e relacionada à concentração espacial de serviços de ensino superior e de especialidades médicas, embora em níveis baixos e mínimos.

Eunápolis, com 94 mil habitantes, e Porto Seguro, com 114 mil habitantes, se diferenciam em nível regional, pelas expressivas taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2007 - 1,6% e 2,6%, respectivamente.

Em geral, a taxa de urbanização dos municípios desta RI é elevada, variando de 71 a 94%, com exceção dos municípios de Belmonte (54%), no litoral, e Guaratinga (45%), no sudoeste da Região. Em grande parte devido ao declínio da população rural, há indicativos de saldos migratórios negativos, entre 2000 e 2007, nos municípios de Itabela, Guaratinga e Itagimirim. No caso do município de Itagimirim, o único com população inferior a 10 mil habitantes na RI, observa-se, no período, não só taxas negativas de crescimento da população rural, mas também da urbana. Itagimirim é também o município onde a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho é a maior no âmbito regional (34%), o que reflete a incipiência de sua estrutura produtiva.

A RI de Eunápolis concentra 2,1% do PIB estadual. A sua delimitação coincide com a sub-região de Eunápolis, da Região Extremo Sul, conforme definida Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, para a Região do Extremo Sul, em 1997.

A RI é responsável por 2,6% do PIB agropecuário do Estado. Na agropecuária da Região, predominam as atividades de silvicultura (eucalipto), associada à indústria de papel

e celulose, fruticultura (mamão e côco da bahia), pecuária (mista) e cana-de-açúcar. A produção regional de mamão representa, respectivamente, 25% e 11% da produção estadual e brasileira, com destaque para Porto Seguro, o principal município produtor dessa fruta na Bahia. O côco é relativamente importante nos municípios de Porto Seguro, Eunápolis e Belmonte e a cana-de-açúcar, em Eunápolis. A atividade pecuária da Região responde por 5% do total estadual, com destaque para o município de Guaratinga, o segundo mais importante da Bahia nesse tipo de atividade. A produção de cacau, tradicional na Região, atualmente não representa mais do que 5,1% da produção total do Estado. No entanto, ainda é relativamente nos municípios de Belmonte e Guaratinga. Remanescentes da cobertura florestal original são utilizados no sombreamento da cultura do cacau.

Com 2,4% do PIB industrial da Bahia, a RI se destaca pela produção de celulose, em Eunápolis, como resultado de uma *joint-venture* entre a Aracruz Celulose S.A. e a empresa sueco-filandesa Stora Enso. Esse empreendimento começou em 1992, com o início do plantio de eucaliptos, e entrou em fase de operação industrial, em 2005. Existem planos para a expansão desse empreendimento na Região.

A RI de Eunápolis responde por 2,0% do PIB dos serviços da Bahia, com destque para as atividades desse segmento relativas ao turismo, principalmente no município de Porto Seguro. Esse município constitui um dos 65 “destinos indutores” do turismo indentificados no Brasil pelo Ministério do Turismo, dada a sua importância nacional e internacional nesse tipo de atividade. Segundo o Plano Nacional do Turismo 2007-2010, esses destinos foram priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros desse Ministério, visando não só o melhoria das condições técnicas e operacionais dos roteiros turísticos locais (infraestrutura, qualidade do serviços, formalização do emprego, etc.), mas também, de forma a maximizar os impactos dessa atividade no desenvolvimento regional.

O dinamismo recente da RI de Eunápolis foi muito expressivo, no período 2002 a 2007. É uma Região cujo PIB *per capita* era abaixo da média da Bahia, em 2002. No entanto, a taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* da Região, entre 2002 e 2007, foi cerca de 2 vezes maior do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia, entre 2002 e 2007 (5,1%). Assim, refletindo esse maior crescimento relativo, é uma Região de Influência, cujo PIB *per capita* está covergindo ou está se aproximando do PIB *per capita* do Estado.

Ressalta-se que Eunápolis responde por 45,3% e 38,5% dos PIBs total e de serviços regionais, e Porto Seguro, 27,7% e 37,3%, respectivamente.

Nos municípios desta RI, a participação do PIB da administração pública no PIB total, não supera 31%. Esse percentual é de somente 11,2% e 9,9% em Eunápolis e Itapebi, respectivamente. Justifica-se esse percentual, para o caso de Itapebi, pelo fato desse município, de pequeno porte populacional (11 mil habitantes), possuir uma estrutura setorial do PIB marcada pela elevada participação da geração de energia da Usina Hidrelétrica de Itapebi (1.877.268 MWh/ano), no rio Jequitinhonha, na divisa de Minas Gerais com a Bahia. Essa Usina é do Grupo Neoenergia, e entrou em operação em 2005.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a Região de Influência de Eunápolis apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto nos casos dos municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Itapebi (desenvolvimento regular), mais estruturados do ponto de vista econômico; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento moderado; e na dimensão *educação*, o índice é de desenvolvimento regular, exceto para os municípios de Itabela e Itagimirim (baixo desenvolvimento).

Por fim, concernente à infraestrutura urbana básica, a RI de Eunápolis possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os

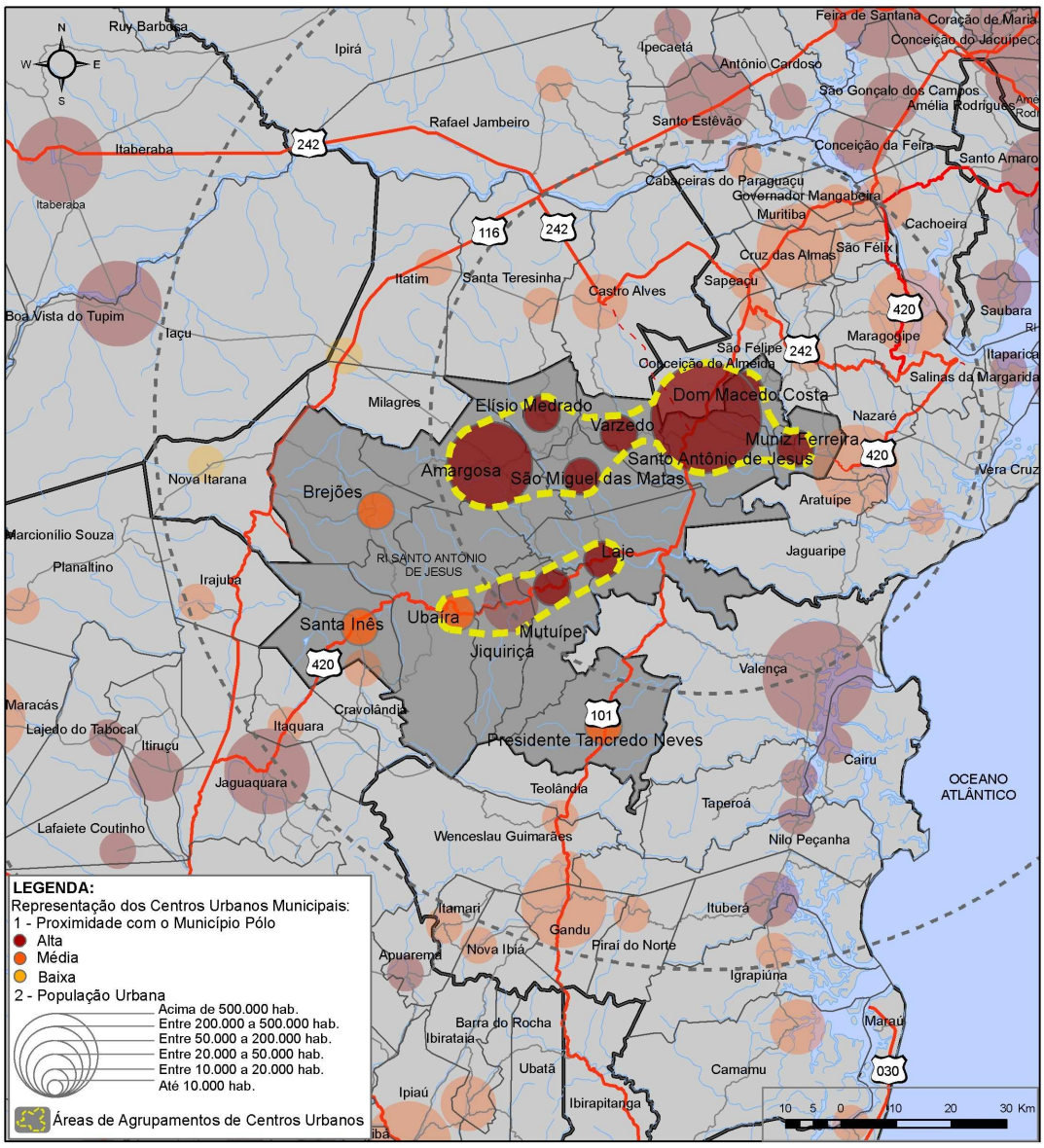
demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 9: Região de Influência de Eunápolis

4.5.10 Região de Influência de Santo Antônio de Jesus

Inserida totalmente no domínio da Mata Atlântica, a Região de Influência de Santo Antônio de Jesus, apresenta grandes variações em seu clima, com temperaturas cujas médias variam de 30ºC a 17ºC. Tal variação é observada também nos seus índices pluviométricos, os quais, chegam à 1.100 mm/ano mais ao leste da RI, contrariamente ao verificado nos municípios mais a oeste, como Brejões, Amargosa, Elísio Medrado, Santa Inês, Ubaíra e Varzedo, nos quais esse índice não ultrapassa os 800 mm anuais – são regiões semi-áridas, inseridas na área de transição entre os domínios da Mata Atlântica e Caatinga.

Figura 64: Síntese analítica da RI de Santo Antônio de Jesus



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Santo Antônio de Jesus caracteriza-se como a 2ª menor do Estado, com área total de 4.449 km². Possui uma população de 278.144 habitantes, com uma taxa de urbanização de 58%.

Além disso, a RI conta com 14 municípios, dos quais 1 é classificado como Pólo Sub-regional (4ª pos. hier.), 1 como Centro Local (6ª pos. hier.) e 12 como Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, apresenta 1 salto hierárquico entre o centro urbano principal (Santo Antônio de Jesus – 4ª pos. hier.) e o de nível hierárquico subseqüente (Centro Local – 6ª posição), o que permite classificar essa rede como de média densidade hierárquica. É influenciada diretamente por Salvador (Metrópole – 1ª pos. hier.). (ver Quadro 4, Quadro 11 e Mapa Síntese 12).

Os municípios de Santo Antônio de Jesus, com 84 mil habitantes, e Amargosa, com 34 mil, respondem por 43% da população regional (278 mil habitantes), e apresentam taxas de urbanização relativamente elevadas, 87% e 70%, respectivamente.

Com exceção desses municípios e de Santa Inês, os demais apresentam taxas de urbanização inferiores a 50%, mesmo no caso daqueles com população em torno de 21 a 23 mil habitantes. Em Santa Inês, 94% da população de 11 mil habitantes é urbana. Esse município conta com uma unidade do Instituto Federal Baiano, criado em 2008, a partir da fusão de várias escolas agrotécnicas federais, dentre elas a de Santa Inês (Catu, Guanambi, Senhor do Bonfim e Santa Inês).

Há indicativo de saldos migratórios negativos em todos os municípios da Região, exceto em Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Presidente Tancredo Neves e Laje. Esses saldos são, em geral, de base rural, pois em grande parte dos municípios da Região, a taxa de crescimento da população urbana é positiva e expressiva. Somente em 4 dos 14 municípios da RI, essa taxa foi negativa (Jiquiriçá, Santa Inês, Ubaíra e Brejões).

No que se refere às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Santo Antônio de Jesus apresenta concentração mínima para serviços frequentes, cursos de graduação e instituições de ensino superior; e baixa para comércio frequente, serviços raros, volume de ativos, médicos, equipamentos médicos e cursos de pós-graduação. Dada a acessibilidade e proximidade com Salvador, integra o segundo anel da Macrorregião Metropolitana de Salvador.

A Região de Influência de Santo Antônio de Jesus apresenta uma distribuição espacial de seus centros relativamente concentrada, na medida em que as cidades encontram-se, na sua maioria, próximas entre si e interligadas por rodovias. Conforme se pode verificar na Figura 64, a área de maior concentração desse subssistema urbano regional encontra-se no raio aproximado de até 50 km a partir de Santo Antônio de Jesus, principalmente na direção sudoeste. Essa área é composta pelos Núcleos (7ª pos. hier.) de Elísio Medrado, Varzedo, São Miguel das Matas, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, além de Amargosa (Centro Local – 6ª pos. hier.).

O segundo anel, que compreende o raio de 50 a 100 km a partir de Santo Antônio de Jesus, apresenta uma menor concentração de centros urbanos. Os centros estão localizados em distâncias maiores, em relação ao pólo e entre si, mas interligam-se através das rodovias. Nesse segundo anel, estão os Núcleos (7ª pos. hier.) de Presidente Tancredo Neves, a sudeste, e Santa Inês e Brejões, a sudoeste.

A delimitação de parte dessa RI, coincide com a Sub-região do Recôncavo Sul, conforme definida Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado em 2000 pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, e inclui os seguintes municípios: Brejões, Amargosa, Elísio Medrado, Ubaíra, Jiquiriçá, Mutuípe, Laje, São Miguel das Matas, Varzedo, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira e Dom Macedo Costa. Além disso, inclui também os municípios de Presidente Tancredo Neves - considerado como da

Zona e Subzona de Gandu, na Sub-Região de Salvador, da Região do Sul da Bahia – e de Santa Inês, ao Nordeste da Região Sudoeste, conforme definidas pelos PDRS das Regiões Sudoeste e Sul da Bahia, elaborados pela CAR, em 2000 e 1997, respectivamente.

Considerando outro recorte espacial, também contemplado pelo PDRS da Região do Recôncavo Sul, os municípios de Amargosa, Elísio Medrado, São Miguel das Matas, Varzedo, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira e Dom Macedo Costa, discriminados no sentido oeste-leste, fazem parte do subespaço Tabuleiros Interioranos. Jiquiriçá, Ubaíra, Laje e Mutuípe, também discriminados no sentido oeste-leste, se situam no Subespaço do Vale do Jequiriçá (BA-420), que inclui também Santa Inês, mais a oeste. Brejões localiza-se no Subespaço Cafeeiro.

A Região de Santo Antônio de Jesus possui o 14º maior PIB da Bahia, respondendo por 1,3% do PIB Total do Estado, pouco inferior à participação da Região de Influência de Valença (1,4%).

No entanto, a Região responde por 3,0% do PIB Agropecuário da Bahia, percentual pouco inferior à participação das Regiões de Irecê (3,1%) e Jequié (3,2%). Os municípios de São Miguel das Matas (24%), Brejões (12%), Amargosa (12%) e Presidente Tancredo Neves (95) respondem por 57% do PIB da agropecuária regional.

Na Região de Influência de Santo Antônio de Jesus, predomina a policultura, com destaques para café (Brejões), guaraná, pimenta-do-reino e banana (Tancredo Neves) e amendoin (Santo Antônio de Jesus). Esse município concentra 42% da área plantada com tangerina na Bahia. Alicerçada na pequena propriedade, a produção de laranja, nesse pólo citricultor, apresenta uma dinâmica diferente daquelas regiões citricultoras onde a produção foi induzida pela atividade agroindustrial (PDRS, 2000). A pecuária local é diversificada, com pequena participação em nível estadual.

A indústria da Região é pouco expressiva. O PIB da indústria regional responde por somente 0,5% do PIB setorial do Estado, sendo o 16º maior da Bahia. Os municípios de Santo Antônio de Jesus (53%) e Amargosa (10%), concentram 63% da PIB setorial regional. A base industrial da Região apresenta, na sua composição, indústrias pouco intensivas em capital, com baixo aporte tecnológico, pouca integração em cadeias produtivas e reduzida capacidade gerencial, bem como uma baixa performance na geração de emprego e renda (PDRS, 2000).

Na indústria regional, merecem destaques os segmentos de alimentos e metal-mecânica (Santo Antônio de Jesus) e calçados (Santo Antônio de Jesus e Amargosa). A indústria extrativa mineral é importante nos municípios de Ubaíra e Jequiriçá (granitos).

O PIB dos Serviços na região representa somente 1,5% do PIB setorial do Estado, e é o 12º maior da Bahia. As atividades desse segmento, na Região, se concentram nos municípios de Santo Antônio de Jesus (51%) e Amargosa (9%).

A Região de Influência de Santo Antônio de Jesus possuía PIB *per capita* inferior em 60% ao da média da Bahia, em 2002, refletindo o atraso relativo de seus níveis de desenvolvimento. Além disso, o seu PIB *per capita*, no período 2002 a 2007, apresentou uma taxa média anual de crescimento, menor em 2,3 pontos percentuais do que a da Bahia (5,1%). Esse fato indica a fragilidade de suas condições econômicas, ainda quando se leva em conta que uma parcela expressiva do crescmento do PIB *per capita* regional, decorreu de fluxos migratórios negativos verificados na Região, no mesmo período. Entre 2000 a 2007, a população total regional aumentou somente de 273 mil para 278 mil habitantes, portanto, a uma taxa bem inferior a que poderia ser observada, caso essa população tivesse crescido em decorrência de seus padrões de natalidade e mortalidade.

A participação do PIB da administração pública no PIB total, supera o percentual de 35%, em 5 dos 14 municípios da RI, o que indica certa fragilidade de suas estruturas produtivas. Esse percentual é menor em Santo Antônio de Jesus (15%) e São Miguel das Matas (12%). Em 4 municípios da Região, a importância relativa do Programa Bolsa Família em relação aos rendimentos gerados no mercado formal de trabalho, varia de 35% a 64%, este último no caso de Elias Medrado, o que também indica a fragilidade de suas estruturas produtivas. O município de Santo Antônio de Jesus apresenta o menor percentual, 5,7%.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a Região de Influência de Santo Antônio de Jesus apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto em Santa Inês, município que, conforme já observado, se destaca em nível regional pela elevada taxa de urbanização. Na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, os índices variam de desenvolvimento regular para baixo, exceto em Laje (desenvolvimento regular).

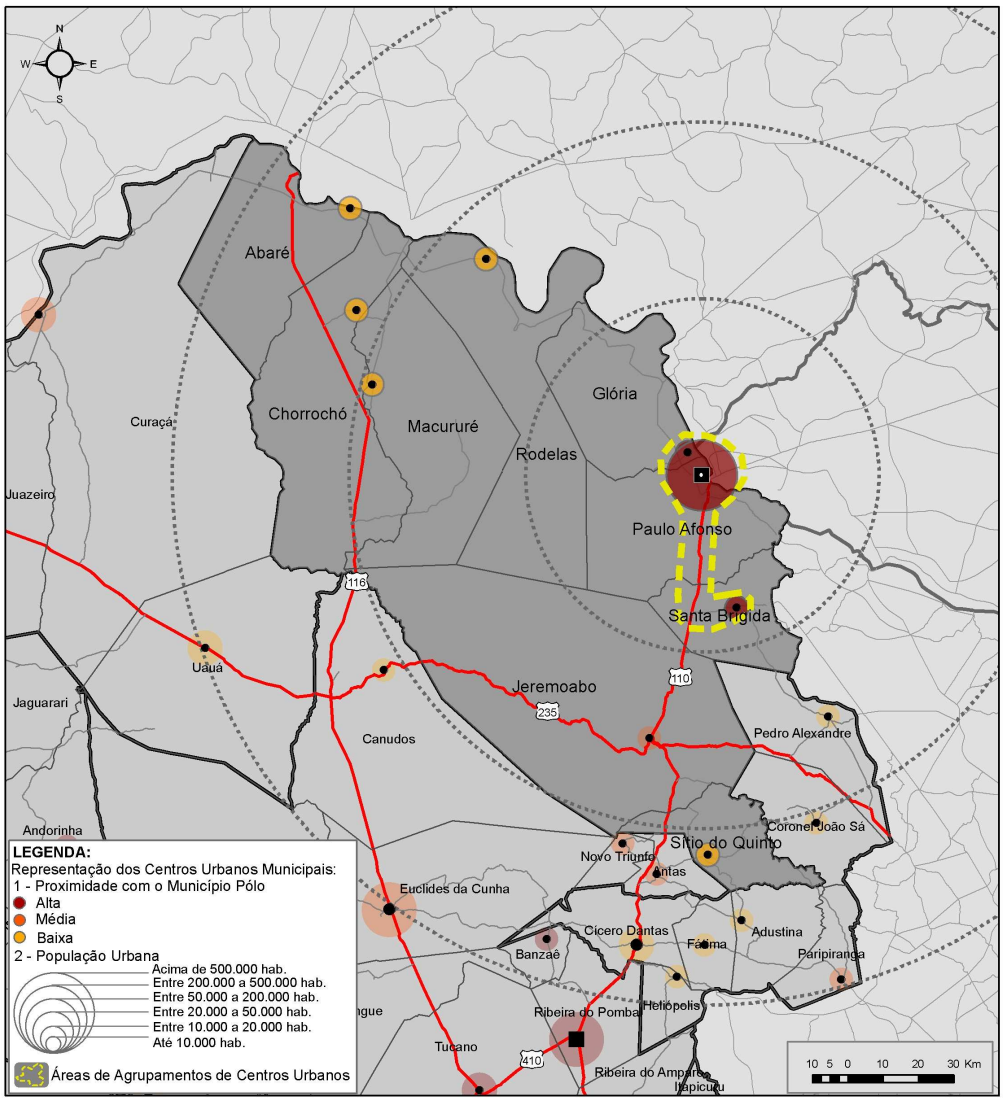
Finalmente, referente à infraestrutura urbana básica, a RI de Santo Antônio de Jesus possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 10: Região de Influência de Santo Antônio de Jesus

4.5.11 Região de Influência de Paulo Afonso

A Região de Influência de Paulo Afonso se insere no Polígono das Secas, domínio da Caatinga, cuja precipitação pluviométrica anual não ultrapassa os 800 mm, com fortes tendências a provocar situações de déficits hídricos acentuados. A extensão mais ao Norte, que envolve os municípios de Abaré, Chorrochó, Rodelas, Glória e Macururé, enquadra-se no tipo climático árido megatérmico ou desértico, com chuvas anuais inferiores a 400 mm e com seca meteorológica, entre onze a doze meses no ano, além de evapotranspiração elevada, da ordem de 1.400 mm anualmente. As temperaturas médias atingem valores acima dos 25ºC, com média das máximas de 34ºC e mínimas de 18ºC. Essa região é uma das mais secas de todo o Estado e a mais suscetível ao processo de desertificação.

Figura 65: Síntese analítica da RI de Paulo Afonso



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Paulo Afonso é a nona em extensão territorial, com 18.433 km², conta com uma população de 225.529 habitantes (3% do total da Bahia) e apresenta uma taxa de urbanização de quase 60%.

Dos 9 municípios pertencentes a essa RI, 1 se caracteriza como Pólo Sub-regional (4ª pos. hier.) e os demais são Núcleos (7ª pos. hier.). A região pode ser caracterizada como de baixa densidade hierárquica, na medida em que apresenta 2 saltos hierárquicos entre o centro urbano de maior hierarquia e a posição hierárquica dos centros subsequentes. Essa RI apresenta sobreposição de influência, pois além de Salvador é polarizada também por Aracaju/SE (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Com relação às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Paulo Afonso apresenta a seguinte situação: mínima para total de cursos de graduação e IES; baixa para serviços raros, volume de ativos movimentados, médicos especialistas e equipamentos médicos; média para agências bancárias; alta para especialidades médicas; e máxima para gestão (instituições e órgãos existentes). As demais cidades apresentam concentrações incipientes ou inexistentes. Dada a relevância de Paulo Afonso, essa cidade pode ser caracterizada como um Pólo Único, devido ao fato de deter quase que isoladamente a centralidade de funções urbanas no contexto da sua Região de Influência.

A RI apresenta um subsistema urbano em que as cidades, na sua quase totalidade, encontram-se distantes do centro de maior hierarquia, conformando uma área de baixa densidade de centros urbanos, em seu entorno. Assim, conforme se pode verificar na Figura 65, em um raio de até 50 km a partir de Paulo Afonso, encontram-se apenas dois Núcleos: Glória, localizado a noroeste e contíguo ao pólo, e Santa Brígida, a sudeste do pólo.

Em um segundo anel, definido pelo raio de aproximadamente 50 a 100 km a partir do pólo, existe apenas um Núcleo, o de Jeremoabo, ao sul. Ressalta-se que, apesar da sua distância em relação a Paulo Afonso, esse centro possui fácil acessibilidade ao mesmo, bem como a outros centros de maior hierarquia em outras Regiões de Influência, mas que não o polarizam devido à distância.

No terceiro anel, ou seja, em um raio acima de 100 km, encontram-se os demais centros urbanos. O subsistema urbano desse terceiro anel apresenta duas feições: a noroeste, caracteriza-se pela existência de centros relativamente próximos entre si, conformando uma área um pouco mais densa do subsistema; e ao sul, verifica-se a ocorrência de um centro (Sítio do Quinto) isolado das demais cidades da Região, mas próximo de cidades de RIs vizinhas. No primeiro caso, encontram-se os Núcleos (7ª pos. hier.) de Macururé, Chorrochó, Abaré e Rodelas. Ressalta-se a possível importância de Rodelas nessa área, na medida em que as rodovias que permitem a ligação com o pólo, convergem nessa cidade antes de dar continuidade até Paulo Afonso. No segundo caso, tem-se o Núcleo (8ª pos. hier.) de Sítio do Quinto, que apresenta apenas uma ligação com as cidades da RI de Paulo Afonso, mas várias interligações com as cidades de RIs vizinhas. Em razão de sua proximidade com Ribeira do Pombal (Centro Local – 6ª pos. hier.), esse município, na medida em que venha a aumentar a sua centralidade, poderá, no futuro, submetê-lo à sua Região de Influência.

O município de Paulo Afonso apresenta uma população de 101 mil habitantes (45% do total regional), na sua grande maioria urbana (86%). Em segundo plano, encontra-se o município de Jeremoabo, com 37 mil habitantes, sua maior parte na zona rural. Esse município se localiza no entroncamento das BRs 110 (Região de Salvador - Paulo Afonso) e 235 (Nordeste da Bahia-Juazeiro).

Todos os demais municípios possuem população inferior a 17 mil habitantes, com taxas de urbanização variando entre 19% e 47%. A exceção é o município de Rodelas, o

menor da Região (7 mil habitantes), com uma taxa de urbanização de 78% e localizado às margens do rio São Francisco, cuja "cidade nova" foi criada, em 1988, em decorrência da construção da barragem de Itaparica.

Em todos os municípios da Região há indicativos de saldos migratórios negativos, entre 2000 e 2007, exceto em Abaré, cuja população cresceu 3,48% a.a. no período. Também em todos os municípios, o crescimento da população urbana foi expresso, com destaque para Abaré (17 mil habitantes), onde a população aumentou 6% a.a..

A delimitação dessa RI corresponde à parte mais ao Norte da Região Nordeste, conforme regionalização definida pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado, em 2000, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR. Quase todos os seus municípios são banhados pelo rio São Francisco, exceto Jeremoabo, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

Ao norte da Região, no Rio São Francisco, é de grande importância as barragens e os lagos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF. O complexo hidrelétrico, cujo início de operação data de 1954, fez surgir o maior núcleo urbano da Região, ou seja, a cidade de Paulo Afonso, criada em 1958, desmembrada do município de Glória. Na Região, há uma das maiores concentrações de povos indígenas da Bahia (Tuxás).

Um dos grandes projetos atualmente em execução, pelo Governo Federal, e que pode afetar a Região de Influência de Paulo Afonso é o da transposição, de parte da vazão do rio São Francisco, paras bacias do Nordeste Setentrional, parte do semi-árido, ao norte do rio São Francisco, que se caracterizam como locais com presença de secas prolongadas, abrangendo parte dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O principal objetivo desse projeto é assegurar a oferta de água para uma população de 12 milhões de pessoas, em uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, com a referida transposição, será possível a retirada contínua de 26,4 m³/s de água, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1.850 m³/s), no trecho do rio onde se dará a captação. Esse montante de água será destinado ao consumo da população urbana, de 390 municípios, do Agreste e do Sertão dos quatro estados do Nordeste Setentrional. Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume captado poderá ser ampliado para até 127 m³/s, contribuindo para o aumento da garantia da oferta de água para múltiplos usos (abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes, etc.).

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do Projeto, elaborado em junho de 2004, os impactos positivos mais relevantes, relativos ao aumento da oferta e da garantia hídrica na sua região de abrangência, refere-se ao desenvolvimento da economia regional (redução da exposição da população a situações emergenciais de seca; dinamização da atividade agrícola e incorporação de novas áreas ao processo produtivo; diminuição do êxodo rural e da emigração da região; redução da exposição da população a doenças e óbitos; redução da pressão sobre a infraestrutura de saúde; etc.).

Além dos impactos ambientais negativos esperados do Projeto (modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas; risco de redução de sua biodiversidade nas bacias receptoras; alteração do comportamento hidrossedimentológico dos corpos d'água; etc.), o RIMA do Projeto aponta os seguintes riscos para a RI de Paulo Afonso, bem como as suas correspondentes medidas corretivas:

- Modificação no regime fluvial do rio São Francisco: a capacidade máxima das estações de bombeamento do Projeto de Integração é de 127 m³/s, e a vazão média prevista para captação ao longo de todo o período de operação é 63 m³/s. Com a operação das bombas, em 20% do tempo, não deverá ocorrer nenhuma

alteração das vazões no baixo São Francisco. Em 60% do tempo, deverá ocorrer uma redução entre 0 e 3% nas vazões, e somente em 20% do tempo, essa redução seria superior a 3%. Segundo o RIMA, os níveis d'água no baixo São Francisco deverão ser controlados pela operação dos reservatórios existentes, sobretudo o de Xingó.

- Redução da geração de energia elétrica no rio São Francisco: o uso da água do rio São Francisco, nos volumes estimados pelo Projeto, deverá acarretar a perda de 137 MWh/h de energia firme para as usinas instaladas no próprio rio, ou seja, 2,4% da energia média gerada pela CHESF, a partir de 2025. Segundo o RIMA, essa redução poderá ser compensada, em nível nacional, com a produção gerada pelas usinas termelétricas que estão sendo instaladas no Nordeste, ou por usinas hidrelétricas localizadas em outras bacias, por meio do Sistema Interligado Nacional.
- Diminuição de receitas municipais: a diminuição da energia gerada nas usinas de Itaparica, Xingó e Paulo Afonso/Moxotó resultará, também, na redução dos valores de compensação recebidos pelos municípios que tiveram parcelas inundadas de seus territórios para formação desses reservatórios, e dos reservatórios a montante e/ou ocupados pelas instalações destinadas à produção de energia elétrica. Estimou-se que as perdas das receitas municipais serão inferiores a 4% para qualquer município afetado, sendo que, para a grande maioria, devem ficar abaixo de 1%. Segundo o RIMA, não foram previstas medidas mitigadoras ou compensatórias dessa redução. Esse fato deve merecer atenção especial, na definição de políticas de desenvolvimento urbano, na RI de Paulo Afonso.

A RI de Paulo Afonso possui o 10º maior PIB da Bahia, respondendo por 2,2% do PIB total do Estado.

O PIB da agropecuária da Região ocupa a última posição dentre as Regiões de Influência, respondendo por apenas 1,2% do PIB dessa atividade no Estado, o que representa, por exemplo, somente 16% do PIB da agropecuária da RI de Barreiras. Destaca-se o município de Abaré, por possuir uma agricultura relativamente diversificada, com destaque para a produção de cebola, tomate e frutas (melão, manga e goiaba).

Da mesma forma, a estrutura de setor serviços é muito incipiente, com o PIB desse segmento, representando somente 1,0% do PIB total desse setor no Estado.

Ao contrário, o PIB da indústria regional é o 2º da Bahia, inferior somente ao da RI de Salvador, correspondendo a 6,1% do PIB industrial do Estado. A importância desse segmento na Região decorre da geração de energia elétrica no Complexo de Paulo Afonso, um dos principais núcleos do sistema hidrelétrico nacional. O PIB da indústria da Região responde por 70% de seu PIB total. O município de maior relevância é Paulo Afonso, que concentra 84% do PIB da Região.

A RI de Paulo Afonso possuía PIB *per capita* maior em 21% do que a média da Bahia, em 2002. Além disso, apresentou uma taxa média anual de crescimento do PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, expressivamente superior (2,7 pontos percentuais) ao do PIB *per capita* da Bahia (5,1%), em decorrência da presença dos fluxos migratórios negativos verificados em todos os municípios da região (exceto Abaré) e, principalmente, do dinamismo de sua base produtiva, determinada fundamentalmente pelas atividades do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso. No caso dessa Região, em função dessa especificidade de sua base produtiva, o desempenho do PIB *per capita* é um indicador muito precário do dinamismo do conjunto das atividades produtivas regionais, além daquelas vinculadas a esse Complexo.

Em todos os municípios da Região, com exceção de Paulo Afonso, a participação do PIB da administração pública no PIB total, é superior ou igual a 28%. Esse indicador reflete a heterogeneidade da estrutura produtiva regional, em escala municipal, além de sua fragilidade, pois é fortemente dependente do PIB gerado pela administração pública, no caso de todos os municípios da Região, exceto Paulo Afonso (geração de energia). Em todos os municípios, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal supera 40%, com exceção de Paulo Afonso (6%) e Rodelas (16%). Essa situação reafirma a fragilidade da estrutura produtiva de grande parte dos municípios da Região, na medida em que reflete uma expressiva dependência da dinâmica de suas economias em relação aos programas de transferência de rendas, como o Bolsa Família.

Refletindo a heterogeneidade de sua estrutura produtiva e/ou, os limites de cobertura e de eficácia das políticas públicas federais, estaduais e municipais na área social da Região de Influência de Paulo Afonso, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, são os seguintes: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto em Paulo Afonso (desenvolvimento regular); na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, grande parte dos municípios apresenta índices de desenvolvimento regular, exceto os municípios de Paulo Afonso (desenvolvimento moderado) e Santa Brígida (baixo desenvolvimento).

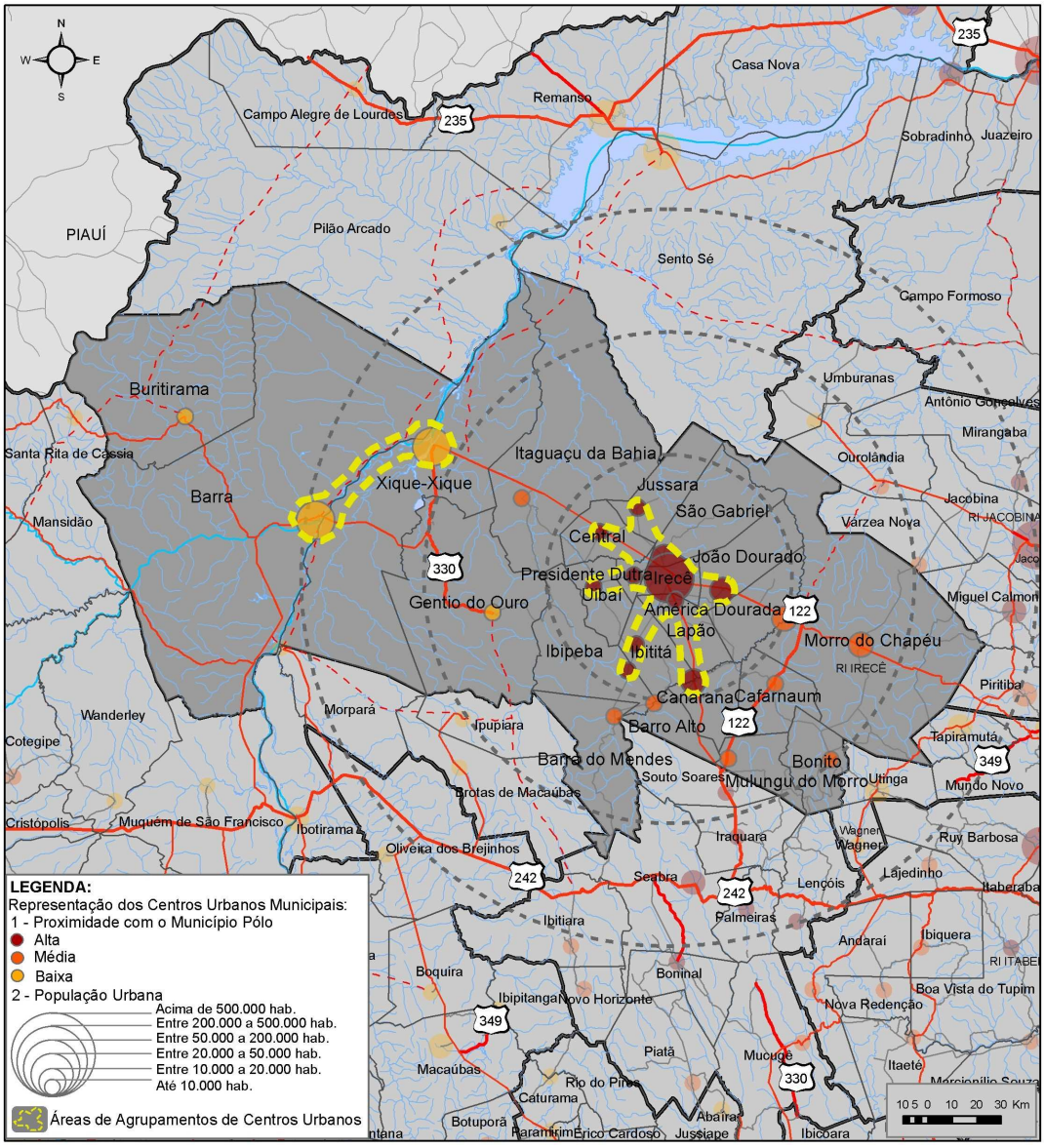
Finalmente, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Paulo Afonso possui todos os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 11: Região de Influência de Paulo Afonso

4.5.12 Região de Influência de Irecê

A Região de Influência de Irecê se localiza, integralmente, no domínio da Caatinga, com exceção de Barra e Buritirama, que se encontram no Cerrado. O clima da região é portanto, predominantemente o semi-árido, com temperaturas médias chegando a 27ºC e precipitação inferior a 800 mm anuais. Essas restrições climáticas ocasionam situações de déficits hídricos acentuados, principalmente nas estações de seca, o que dificulta o desenvolvimento regional. O rio São Francisco é extremamente importante para a Região, sendo que Barra e Xique-Xique localizam-se às margens e em trechos navegáveis do mesmo.

Figura 66: Síntese analítica da RI de Irecê



Fonte: Vertrag (2010)

A RI de Irecê é a quarta maior em extensão territorial, com 46.855 km². É a sétima Região mais populosa, apresentando um total de 505.516 habitantes, com uma taxa de urbanização de 57%.

Dos 23 municípios da Região de Influência de Irecê, 18 apresentam taxas de urbanização inferiores a 60%, dos quais 12, com taxas inferiores a 50%. Em geral, esses 18 municípios têm menos de 22 mil habitantes, exceto Morro do Chapéu (35 mil) e Lapão (26 mil).

Em 14 municípios da RI de Irecê, há indicativos de saldo migratório negativo, embora com crescimento da população urbana, exceto em Morro do Chapéu e Jussara. Os municípios de Irecê, Canarana, Gentio do Ouro e Itaguaçu da Bahia, diferenciam-se no contexto regional, por apresentar elevadas taxas de crescimento da população total, urbana e rural.

A RI de Irecê é sexta com maior quantidade de municípios. Desses, 1 caracteriza-se como Pólo Sub-regional (4ª pos. hier.) e 21 como Núcleos (7ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11). Assim, esse subsistema urbano pode ser caracterizado como de baixa densidade hierárquica, na medida em que apresenta dois saltos hierárquicos entre o pólo (4ª pos. hier.) e o centro urbano de nível hierárquico subsequente (7ª pos. hier.). É influenciada, diretamente por Salvador (1ª pos. hier.).

No que se refere à concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), Irecê, como Pólo Sub-regional, diferencia-se na rede urbana, apresentando concentração mínima de serviço e comércio raros e cursos de graduação e IES; baixa para agências bancárias e movimentação de ativos, médicos e equipamentos de saúde; alta no quesito especialidades médicas; e máxima para gestão. Entre os demais municípios, somente Xique-Xique e Morro do Chapéu apresentam algum tipo de concentração. O primeiro, com concentração mínima em gestão e movimentação de ativos e, baixa em agências bancárias e especialidades médicas. Já Morro do Chapéu, conta com concentração baixa em agências bancárias e mínima em movimentação de ativos, médicos especialistas, equipamentos médicos, especialidades médicas disponíveis e gestão. Nos demais municípios, a concentração mostrou-se ínfima ou inexistente para as variáveis selecionadas. Devido a importância de Irecê no contexto regional, este centro pode ser caracterizado como Pólo Único, haja vista deter quase que isoladamente a centralidade das funções urbanas no âmbito de sua Região de Influência.

Conforme se pode verificar na Figura 66, o subsistema urbano da RI Irecê apresenta uma característica importante: uma concentração de centros urbanos próximos ao pólo, e a presença de algumas cidades que se encontram a grandes distâncias de Irecê. Sobre os primeiros, esses se localizam em um raio aproximado de até 50 km a partir de Irecê, caracterizando uma área com maior densidade de centros. A ligação desses, entre si e com a cidade pólo, ocorre via rodovias estaduais. Assim, nesse primeiro anel, em torno de Irecê, têm-se os Núcleos (7ª pos. hier.) de Jussara e Central a noroeste, São Gabriel ao norte, João Dourado ao leste, Canarana a sudeste, Lapão ao sul, Ibititá e Ibipeba a sudoeste, e Uibaí e Presidente Dutra a oeste.

Em um segundo anel, caracterizado por distâncias aproximadas de 50 a 100 km, encontram-se os centros ligados a Irecê, mas que em função da distância, não mantêm relações tão intensas com o pólo. Destacam-se as cidades localizadas a sudeste e sul, tais como América Dourada, Morro do Chapéu, Cafarnaum, Bonito, Mulungu do Morro, Barro Alto e Barra do Mendes. Esses centros, caracterizados como Núcleos (7ª pos. hier.), possuem interligação rodoviária com o pólo, entre si e também com cidades de hierarquia superior de outras RIs. Nesse sentido, destacam-se Mulungu do Morro e Bonito, que estão mais próximos a Seabra (Centro Local – 6ª pos. hier.) do que de Irecê; e Morro do Chapéu, em distância intermediária de Irecê e Jacobina (Pólo Local – 5ª pos. hier.). Nesse mesmo

anel, localiza-se também, a noroeste, o Núcleo de Itaguaçu da Bahia. Esse centro possui interligação de fácil acesso com Irecê, no entanto, é também polarizado por Xique-Xique (Núcleo), devido à proximidade com esse centro.

Nas distâncias acima de 100 km, localizam-se, a oeste/noroeste de Irecê, as cidades mais distantes e que, por isso, apresentam relações menos intensas com esse pólo. Dentre essas cidades, merece destaque a de Xique-Xique, na medida em que polariza centros mais distantes, como Buritirama, Gentio do Ouro e Barra (Núcleos – 7ª pos. hier.). Assim, como pode ser observado, a RI de Irecê apresenta duas centralidades principais, porém com centralidades bem distintas: Irecê, por ser o centro de maior hierarquia; e Xique-Xique, que, em função das grandes distâncias existentes entre os centros urbanos da Região, polariza aqueles localizados a oeste/noroeste.

O município de Irecê conta com uma população de 63 mil habitantes e uma taxa de urbanização de 93%. Concentra 12,4% da população regional. Com uma taxa de urbanização relativamente elevada, 70%, merece destaque o município de Xique-Xique, localizado na margem direita do rio São Francisco, com uma população de 46 mil habitantes Além disso, sobressai-se o município de Barra, na margem esquerda do rio, com uma população de 48 mil habitantes, em grande parte rural (66%).

A delimitação dessa RI coincide com a da Região de Irecê – conforme regionalização definida Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado, em 2004, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, acrescida dos seguintes municípios: Buritirama e Barra, da Região do Médio São Francisco; Bonito, da Região da Chapada Diamantina; e Morro do Chapéu, da Região do Piemonte da Diamantina.

A RI de Irecê possui o 12º maior PIB da Bahia, respondendo por 1,5% do PIB total do Estado.

Segundo informações do IBGE para 2007, o PIB da agropecuária da RI de Irecê ocupa a 11ª posição, respondendo por apenas 3,1% do PIB dessa atividade na Bahia, o que representa, por exemplo, somente 16% do PIB da agropecuária da RI de Barreiras. Essa RI responde por parcelas importantes das áreas cultivadas no Bahia dos seguintes cultivos: feijão (16%), milho (16%), cebola (8%), mamona (63%), sorgo (22%) e sisal (5%). A importância relativa da pecuária bovina regional no total do Estado se restringe a 3,4%.

A participação do PIB da indústria dessa RI no PIB setorial do Estado é pequena (0,6%), com destaque para a indústria extrativa mineral (fósforo, calcáreo, cristal de rocha e rochas ornamentais). Além disso, a RI de Irecê possui o 11º maior PIB de serviços da Bahia, respondendo por 1,9% do PIB total do Estado.

Na RI de Irecê, o PIB *per capita* alcançava, em 2002, apenas 44% da média desse PIB da Bahia. Além disso, entre 2002 e 2007, o PIB *per capita* da Região cresceu a uma taxa inferior em 1,1 ponto percetual à taxa apresentada pelo PIB estadual *per capita*, mesmo com a Região tendo apresentado saldo migratório negativo nesse período. Esse desempenho do PIB *per capita* regional indica o baixo dinamismo da economia regional.

De certa forma, a Região ainda não se recuperou da crise que atingiu a economia regional, a partir de meados dos anos 1980, até então dinâmica e centrada na produção de feijão. No decorrer dos anos 1970, as condições favoráveis de solo, mais o apoio creditício e a assistência técnica governamental, ao lado de algumas obras de infraestrutura básica, sendo a BA-052 – a Estrada do Feijão (Feira de Santana/Irecê/Xique-Xique), fizeram da Região um dos celeiros de grãos do Nordeste Semiárido, com a produção dos seus principais cultivos, naqueles anos, acima de 50% do total estadual, alcançando, inclusive, mercados extrarregionais (PDRS, 2004) e, direcionando, para a região, fluxos migratórios relativamente expressivos. A intensidade e tecnologia de produção, associada à fragilidade e exaustão dos solos; à ocorrência de secas; aos problemas de endividamento dos

produtores, de comercialização e de infraestrutura; e à retração do apoio e fomento por parte dos órgãos governamentais no decorrer dos anos 1990, levaram à redução da produção regional e à desagregação de sua economia. Entre 1980 e 1995, a produção de feijão na região diminuiu cerca de 180%.

Dos 24 municípios da Região, 19 apresentam participação do PIB da administração pública em relação ao PIB total, superior a 35%. Em 15 municípios, esse percentual é superior a 40%. Em 18 municípios, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, supera 49%. Esses indicadores refletem a fragilidade da estrutura produtiva regional. Em geral, Regiões e/ou municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família em relação ao total de rendimentos do mercado de trabalho formal, e com elevada importância relativa do PIB da administração pública em relação ao PIB total, tendem a ter uma estrutura econômica incipiente.

O município de Irecê concentra 19,5% do PIB da Região. Além desse município, podem ser citados Xique-Xique e Barra, com 8% e 7% do PIB regional, respectivamente.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, e como reflexo dos problemas que afetam o dinamismo de sua economia e da incidência das políticas públicas, principalmente na área de *educação*, a situação atual da Região de Irecê é a seguinte: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto nos caso dos municípios de Irecê, Morro do Chapéu e Mulungu do Morro, considerados como de desenvolvimento regular; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, grande parte dos municípios apresenta índices de desenvolvimento regular para baixo, exceto o município de Presidente Dutra (desenvolvimento moderado).

Visando reorientar a estrutura produtiva regional, e superar os estrangulamentos dinâmicos que afetam a Região desde a crise da sua "economia do feijão", encontra-se em curso, na Região, o Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê. Esse projeto abrange áreas dos municípios de Xique-Xique, Itaguaçú da Bahia, Jussara e Sento Sé, no sertão baiano. É o maior projeto de irrigação em construção no País, e se abastece das águas do rio São Francisco. O projeto corresponde a uma área de 59 mil hectares, divididas em oito etapas, na região do submédio São Francisco, sendo que as maiores áreas estão nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçú da Bahia, na Região de Influência de Irecê. Já recebeu, da Agência Nacional de Águas – ANA, outorga para retirar 58,055 m^3/s de água, que serão levados por um canal de aproximadamente 87 km.

Conforme estimativas do Ministério da Integração, 180 mil empregos diretos e indiretos devem ser gerados com a conclusão do projeto, beneficiando 240 mil pessoas[51]. Com o projeto, pretende-se produzir, em grande escala, na região, cana-de-açúcar para etanol e plantas oleaginosas (dendê, palma, etc.) para diesel, além de fruticultura irrigada. Dada a expressiva dimensão desse projeto de irrigação, a cidade de Irecê tende a aumentar a sua centralidade na rede urbana da Bahia.

Por fim, em relação à infraestrutura urbana básica, a RI de Irecê possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

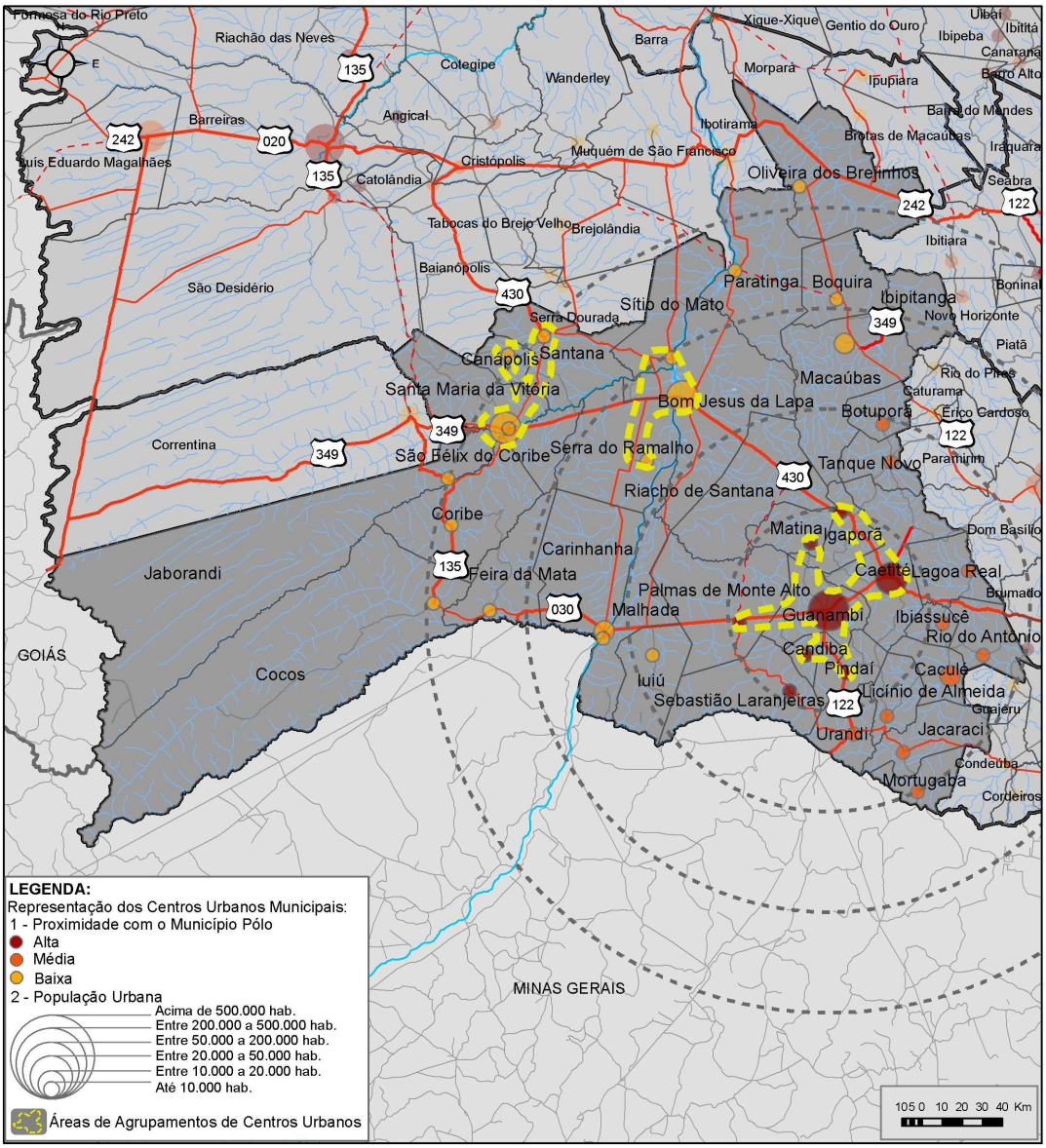
[51] http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&notid=7376.

Mapa Síntese 12: Região de Influência de Irecê

4.5.13 Região de Influência de Guanambi

Os municípios situados na porção oeste da RI de Guanambi, localizam-se no domínio do Cerrado, e apresentam temperaturas médias que variam entre 20ºC e 26ºC e níveis pluviométricos anuais situados entre 800 mm a 1.100 mm, com gradientes crescentes, no sentido leste-oeste. Os demais municípios se encontram no domínio da Caatinga, apresentam índices pluviométricos abaixo de 800 mm anuais e temperaturas médias, que correspondem às maiores no território brasileiro, oscilando em torno de 27ºC.

Figura 67: Análise sintética da RI de Guanambi



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Guanambi é a segunda maior em extensão de área (77.159 km^2) e, com uma população de 814.311 habitantes, ocupa a 5ª posição dentre as

RIs mais populosas da Bahia. Do total populacional, 54% se caracteriza como rural. É a segunda RI com o maior número de municípios (38), após a RI de Salvador.

Os municípios de Guanambi e Bom Jesus da Lapa se destacam nessa Região: possuem população entre 60 a 80 mil habitantes, embora com taxas médias de urbanização (78% e 67%, respectivamente). A taxa de crescimento da população de Guanambi foi relativamente pequena, ente 2002 e 2007 (0,9%), indicando saldo migratório negativo, ao contrário de Bom Jesus da Lapa, cuja população cresceu expressivamente no período (1,9%).

Merece também destaque, o município de Caetité, com 46 mil habitantes, baixa taxa de urbanização (56%) e crescimento populacional, entre 2000 e 2007, de 0,3%, indicando saldo migratório negativo. Já os municípios de Santa Maria da Vitória (40 mil habitantes) e Santana (26 mil), no oeste, e Caculé (22 mil), apresentam taxas de urbanização em torno de 50%.

Os demais municípios, detêm taxas de urbanização inferiores a 50%, mesmo no caso daqueles com população entre 25 e 50 mil habitantes: Macaúbas (46 mil habitantes), Serra do Ramalho (31 mil), Riacho do Santana (29 mil), Paratinga (29 mil) e Cariranha (29 mil). Em geral, em municípios com esse padrão de taxas de urbanização, os centros urbanos são relativamente pouco estruturados, em termos de escala e diversificação de suas funções urbanas.

Dos 38 municípios da RI, há indicativo de saldos migratórios negativos em 26. Apesar disso, apresentam taxas de crescimento da população urbana positivas, exceto os municípios de Sítio do Mato e Coribe. Em 32 municípios, há indicativos de saldos migratórios negativos da população rural. No entanto, em alguns municípios, esse saldo é positivo: Santana, Matina, Sítio do Mato, Sebastião Laranjeiras e Bom Jesus da Lapa.

Esses aspectos da dinâmica demográfica indicam que a urbanização vem avançando na Região, o que requer atenção especial das políticas públicas, em especial de desenvolvimento urbano.

Dentre os 38 municípios que compõem a RI de Guanambi, 1 caracteriza-se como Pólo Local (5ª pos. hier.), 2 podem ser classificados como Centro Local (6ª pos. hier.) e 35 como Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, a configuração do subsistema urbano dessa região apresenta alta densidade hierárquica, pois, possui um número razoável de centralidades dispersas em pontos relativamente bem distribuídos no espaço regional, sem que se observem saltos hierárquicos (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Em Guanambi (Pólo Local – 5ª pos.hier.), no que se refere à concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), predominam, em geral, níveis de baixa concentração para as variáveis analisadas. No entanto, níveis altos de concentração foram identificados paras as variáveis de saúde – apenas para especialidades médicas – e de gestão. Bom Jesus da Lapa (Centro Local – 6ª pos.hier.) apresentou concentração alta para gestão e, para o restante do conjunto das variáveis analisadas, ausência ou níveis mínimo e baixo de concentração. Os municípios de Boquira e Santana, por sua vez, são Núcleos (7ª pos. hier.). No entanto, no que se refere à concentração de atividades e serviços, o primeiro apresenta apenas concentração mínima, destacando-se agências bancárias e volume de ativos movimentados, médicos e especialidades médicas disponíveis e gestão. O município de Santana se encontra na mesma situação com relação a essas variáveis, porém, com maior concentração na variável especialidades médicas.

Nesse sentido, haja vista a relevância de Guanambi na oferta de produtos e serviços no âmbito regional, esta cidade pode ser classificada como um Pólo Único, pois detém quase que isoladamente a centralidade de determinadas funções em sua Região de Influência.

Apesar da relativa densidade do subsistema urbano regional, não se verificam áreas conurbadas entre os centros urbanos. Pelo contrário, pode-se identificar, nesse subsistema, a persistência de extensas áreas rurais.

Conforme se pode verificar na Figura 67, no anel com um raio de 50 km em relação a Guanambi, destaca-se, mesmo que minimamente, a centralidade exercida por Caetité (Núcleo – 7ª pos. hier..), cuja interligação ao principal pólo regional é dada pela BR-030. Ao sul, interligam-se a Guanambi, os centros urbanos de Pindaí e Candiba, através da BR-122; ao norte, o centro urbano de Matina, pela BA-57; e ao leste, os centros urbanos de Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras, a partir da BR-030.

Em um segundo anel, localizados entre 50 e 100 km, destacam-se os centros urbanos localizados a nordeste de Guanambi, cujos fluxos se direcionam para Caetité, no entroncamento de três rodovias federais (BRs 030, 122 e 430), de fácil acesso. São os centros urbanos de Igaporã, Riacho de Santana, Tanque Novo, Botuporã, Lagoa Real e Ibiassucê. Ainda nesse segundo anel, observa-se a acessibilidade permitida pela BR-122 ao sul para os centros urbanos de Urandi, Licínio de Almeida, Jacaraci e Mortugaba. Merece destaque, nessa porção territorial, a centralidade exercida pelo centro urbano de Caculé (Núcleo – 7ª pos. hier.), sobre a cidade de Rio do Antônio, ambos localizados entre as duas rodovias anteriormente citadas – BR-122 (acesso a Guanambi) e BR-030 (acesso a Caetité e Guanambi). No arco sudoeste, encontram-se os centros urbanos de Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras.

Devido à sua grande extensão, o terceiro anel, ou seja, relativo aos centros urbanos localizados além de 100 km de Guanambi, apresenta um conjunto expressivo de centros, localizado no quadrante noroeste em relação a Guanambi, e que forma, juntamente com centros urbanos do terceiro anel da RI de Barreiras, localizados no quadrante sudeste deste, uma considerável porção estadual constituída de municípios distantes de pólos regionais.

Nesse contexto, os centros urbanos localizados no quadrante a oeste de Guanambi encontram-se organizados da seguinte forma, em termos de suas centralidades e fluxos: os centros urbanos de Iuiú, Malhada, Carinhanha e Feira da Mata constituem um conjunto diretamente relacionado a Guanambi, por intermédio da BR-030. Já os municípios localizados no quadrante noroeste, encontram em Bom Jesus da Lapa (Centro Local - 6ª pos. hier.) a sua principal centralidade, podendo-se inferir que se trata de um subsistema da RI de Guanambi.

De acordo com a proximidade e acessibilidade viária, portanto, verificam-se três conjuntos na porção do norte-noroeste da RI de Guanambi: (i) o conjunto centralizado por Bom Jesus da Lapa, formado pelos centros urbanos de Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Paratinga; (ii) o conjunto centralizado por Santa Maria da Vitória (Centro Local – 6ª pos. hier.), formado pelos centros urbanos de Coribe, Cocos, Jaborandi, São Félix do Coribe, Santana e Canápolis, que se relacionam com Bom Jesus da Lapa a partir da BR-349; e (iii) o conjunto formado por Macaúbas (Núcleo - 7ª pos. hier.) e pelos centros urbanos de Oliveira dos Brejinhos, Boquira e Ibipitanga.

A delimitação da Região de Influência de Guanambi perpassa várias regiões, conforme regionalização definida nos Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, elaborados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR. A RI de Guanambi abarca a parte oeste da região definida para o PDRS de Serra Geral (Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Candiba, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Urandi, Licínio de Almeida, Caetité, Lagoa Real, Ibiassucê, Caculé, Jacaraci, Mortugaba e Rio do Antônio); sudeste da região definida para o PDRS como Região Oeste (Bom Jesus da Lapa, Cariranha, Canópolis, Cocos, Coribe, Feira da Mata, Iuiú, Jaborandi, Malhada, Matina, Paratinga, Riacho de Santana, Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe); metade sul da região definida para o PDRS de Médio São

Francisco (Paratinga, Sítio do Mato, Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, Riacho de Santana, Matina, Feira da Mata, Carinhanha, Malhada e Iuiú); e oeste da região definida para o PDRS de Chapada Diamantina (Oliveira dos Brejinhos, Boquira, Ibipitanga, Macaúbas, Botuporã, e Tanque Novo).

A RI de Guanambi possui o 7º maior PIB da Bahia, respondendo por 2,7% do PIB total do Estado. O PIB da agropecuária da RI ocupa a 3ª posição, respondendo por 7,3% do PIB dessa atividade na Bahia, abaixo das Regiões de Influência de Barreiras (19,9%) e Vitória da Conquista (9,9%).

A agropecuária regional é diversificada e relativamente dispersa na Região, com destaques para o algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e mandioca, com 7,5%, 15,9%, 10,5%, 8,6%, 8,3% da área plantada estadual, respectivamente. A pecuária, principalmente de bovinos, tem também importância regional, embora com comportamento irregular em função da limitada capacidade da atividade em suportar anos de crises provocadas por problemas climáticos (PDRS, 2007).

Além disso, na Região, a atividade de extração de origem vegetal (lenha, carvão e madeira) tem se apresentado como alternativa de geração de emprego e renda, constituindo-se para muitas famílias em uma das estratégias de sobrevivência. A decadência de explorações tradicionais é uma das principais causas estimuladoras das explorações extrativas, principalmente a da lenha, produção do carvão e a retirada da madeira. Essas atividades, realizadas de forma predatória e sem qualquer controle, têm provocado uma considerável desfiguração do meio físico, que se expressa pela degradação dos solos, dos recursos hídricos e pela perda da biodiversidade (PDRS, 2007).

A participação do PIB da indústria da Região no PIB setorial do Estado é pequena (1,2%), e centrada na indústria extrativa mineral. No futuro, essa participação tende a aumentar, principalmente em decorrência das perspectivas favoráveis de expansão desse tipo de indústria, no âmbito nacional e internacional.

Atualmente, as explorações minerais mais relevantes são: a extração e o beneficiamento do manganês em Licínio de Almeida e Urandi; o urânio e pedras semi-preciosas em Caetité; e de forma dispersa, em toda a Região, a exploração da argila para a fabricação de blocos e telhas, destinados à construção civil.

As Indústrias Nucleares do Brasil – INB, implantada no município de Caetité, opera na produção da matéria-prima necessária para a combustão nuclear. Atualmente, a empresa atende a 60% da demanda para o processo de enriquecimento de urânio, para as usinas de Angra I e II. Há, ainda, perspectivas de exploração de uma importante reserva de minério de ferro existente nesse município, com um volume estimado entre 4,0 e 6,0 bilhões de toneladas. O traçado da Ferrovia Oeste-Leste, de Figueirópolis (TO) a Ilhéus (BA), contempla o município de Caetité, com vistas a tornar viável a exploração em grande escala desse minério (PDRS, 2007).Essa reserva se estende ao Norte da Bahia, até Xique-Xique, na Região de Influência de Irecê.

Com a perspectiva de expansão da indústria extrativa mineral local, Caetité - atualmente um Núcleo (7ª pos. hier.) - deve aumentar a sua população urbana, transformar a sua estrutura econômica, expandir os seu níveis de emprego, apresentar taxas muito expressivas de crescimento do seu PIB, diversificar e tornar mais complexas as suas funções urbanas, o que tende a ampliar a sua centralidade na rede urbana regional e nacional, inclusive com possibilidades de vir a conformar um embrião de aglomeração urbana na Região, em conjunto com Guanambi, a somente 39,2 quilômetros de distância. Logicamente, os impactos regionais (econômicos, sociais e ambientais), intra e interurbanos da exploração em grande escala de minério de ferro em Caetité, constituem desafios para as políticas públicas municipais e estaduais, de forma a tornar, esse novo vetor de expansão

do processo local e de geração de riquezas, compatível com a criação de condições, não só para uma maior endogenia desse processo em nível regional, mas também, para melhorar e tornar menos heterogêneo o padrão de vida da população dos municípios da Região, principalmente daqueles mais diretamente vulneráveis a esses impactos.

A RI de Guanambi possui o 6º maior PIB de serviços da Bahia, respondendo por 3,2% do PIB total do Estado. Esta Região, cujo PIB *per capita* já era de cerca da metade da média da Bahia em 2002, revelou-se pouco dinâmica, no período entre 2002-2007. A taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, nesse período, foi menor do que a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* da Bahia (5,1%), em 1,5 pontos percentuais, e o crescimento *per capita* observado de 3,6% a.a., se explica, em parte, pelo saldo migratório negativo verificado na Região, no mesmo período.

Em relação ao PIB regional, Guanambi e Bom Jesus da Lapa respondem por 13,2% e 9,6%, respectivamente. Entre os demais municípios, o PIB regional apresenta-se bem disperso.

Dos 38 municípios da Região, 25 apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, superior a 35%, revelando a fragilidade de suas estruturas produtivas. Em 13 municípios, esse percentual é superior a 40%. Essa fragilidade também pode ser constatada quando se observa que, em 29 municípios, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, supera 25%.

Refletindo a heterogeneidade da economia dos diferentes municípios da Região, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, demonstram a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto nos caso dos municípios de Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Caetité, Jaborandi, Macaúbas e Santa Maria da Vitória, considerados como de desenvolvimento regular; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado, exceto Mortugaba (alto desenvolvimento); e na dimensão *educação*, grande parte dos municípios apresenta índices de desenvolvimento regular para baixo, exceto o município de Licínio de Almeida (desenvolvimento moderado).

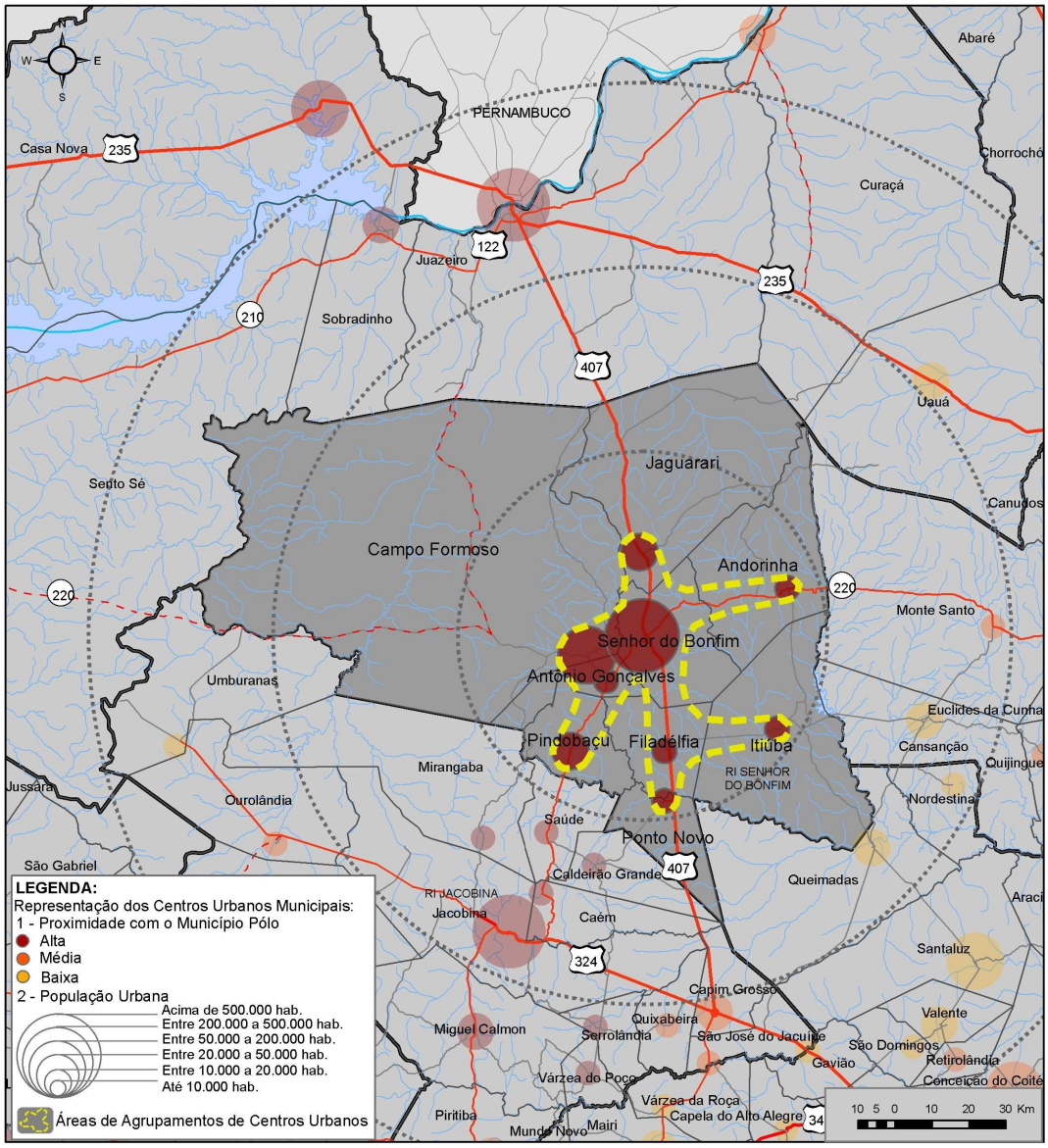
Além disso, em relação à infraestrutura urbana básica, a RI de Guanambi possui níveis críticos para os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo), com cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 13: Região de Influência de Guanambi

4.5.14 Região de Influência de Senhor do Bonfim

A Região de Influência de Senhor do Bonfim insere-se no domínio da Caatinga e apresenta clima semi-árido, temperaturas médias que chegam a 27ºC, e baixos índices pluviométricos (abaixo de 800 mm anuais). Sendo assim, os municípios localizados nessa RI estão sujeitos a ocorrências de situações de déficits hídricos acentuados.

Figura 68: Síntese analítica da RI do Senhor do Bonfim



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Imfluência de Senhor do Bonfim é a 14ª em extensão territorial, com 15.002 km². Conta com uma população de 278.390 habitantes e apresenta uma taxa de urbanização de 49%.

O município de Senhor do Bonfim apresenta uma população de 72 mil habitantes (26% do total da Região) e uma taxa de urbanização de 76%. Outro município de população expressiva na RI é Campo Formoso, com 65 mil habitantes e uma taxa de urbanização de somente 37%.

Dentre os municípios com população entre 20 a 40 mil habitantes, 2 apresentam taxas de urbanização superior a 50% (Jaguarari e Pindobaçu) e em 1, Itiúba, com 36 mil habitantes, essa taxa é de somente 26%. Os demais municípios possuem população inferior a 20 mil habitantes, com taxas de urbanização que variam de 40% a 53%.

Assim, predominam na região, municípios com população inferior a 20 mil habitantes, e que podem ser caracterizados mais rurais do que urbanos, contanto, ainda, com uma base rural economicamente frágil.

Com exceção do município de Antônio Gonçalves (11 mil habitantes), cuja população rural cresceu de forma expressiva, entre 2000 e 2007 (2,7%), em todos os demais municípios há indicativo de saldos migratórios negativos, inclusive de áreas urbanas. A população urbana de Itiúba (36 mil habitantes, 26% urbanos), cresceu à taxa de 0,95% a.a.,entre 2000 e 2007.

Dos 9 municípios pertencentes à Região, 1 é classificação como Pólo Local (5ª pos. hier.), 1 como Centro Local (6ª pos. hier.) e 7 como Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, a RI pode ser considerada de alta densidade hierárquica, na medida em que não apresenta saltos hierárquicos, entre o pólo (Senhor do Bonfim – 5ª pos. hier.) e o centro urbano de nível hierárquico subseqüente (Centro Local - 6ª posição). É polarizada por Juazeiro (Pólo Regional – 3ª pos.hier.), em função da proximidade, e por Salvador (Metrópole – 1ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

No que se refere às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Senhor do Bonfim apresenta, em geral, níveis de concentração mínimos ou baixos, com exceção da gestão (alta concentração) e especialidades médicas (média concentração). Na RI, destaca-se também a cidade de Campo do Formoso nas seguintes variáveis: especialidades médicas, com concentração de nível médio; comércio e ensino superior, concentração mínima; e agências bancárias, baixa. Devido à polarização exercida por Senhor do Bonfim, esse centro pode ser caracterizado como um Pólo Único, em função de deter quase que isoladamente a centralidade de funções no âmbito de sua Região de Influência.

Todas as cidades da RI estão localizadas em um raio de até 50 km a partir de Senhor do Bonfim, cidade pólo. Apesar desse fato, a RI apresenta dois conjuntos de sub-sistemas urbanos, cujas características principais são as seguintes: o primeiro se refere à existência de uma concentração de cidades contíguas ao pólo; o segundo abarca os centros que se encontram em distâncias relativamente maiores. No primeiro conjunto, encontram-se os Núcleos (7ª pos. hier.) de Jaguarari, ao norte; Antônio Gonçalves e Pindobaçu, ao sudoeste; e Filadélfia e Ponto Novo, ao sul. Ainda nesse conjunto encontra-se a sudoeste o Centro Local (6ª pos. hier.) de Campo Formoso No segundo conjunto, encontram-se os Núcleos de Andorinha, ao nordeste; e Itiúba, ao sudeste. No entanto, apesar da maior distância dessas cidades, a interligação com o pólo é facilitada pelas rodovias existentes na Região.

Todos os municípios da RI fazem parte da porção mais ao norte e nordeste da Região do Piemonte da Diamantina e integram o semi-árido da Bahia, de acordo com a regionalização adotada pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bahia – PDRS, conforme elaborados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

A Região de Influência do Senhor do Bonfim possui o 16º maior PIB da Bahia, e responde por 1,1% do PIB total do Estado. Essa RI faz parte de uma espécie de corredor ou

arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), dentre as quais encontram-se, além da RI de Senhor do Bonfim, as seguintes RIs: Aracaju (0,5% do PIB total da Bahia), Ribeira do Pombal (1,1%), Jacobina (0,9%), Seabra (0,7%), Itaberaba (0,6%) e Brumado (0.8%). No conjunto, essas RIs, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual.

O PIB da agropecuária desta Região ocupa a 20ª posição, respondendo por 1,3% do PIB dessa atividade na Bahia, participação inferior à da Região de Influência de Jacobina (1,5%). Dentre os 9 municípios que compõem a RI, o de Campo Formoso, responde por 46% da produção agrícola regional, o que revela a pouca expressividade dessa atividade nos demais 8 municípios da região. A produção de sisal se destaca em Campo Formoso, com 32% da área plantada na Bahia. A atividade pecuária é dispersa regionalmente, com importância estadual em ovinos e caprinos, dada também pelos efetivos existentes em Campo Formoso.

O PIB da indústria da RI ocupa a 12ª posição, respondendo por 1,0% do PIB dessa atividade na Bahia. Os municípios de Jaguarari (22%), Campo Formoso (14%) e Senhor do Bonfim (12%), respondem por 48% do PIB industrial regional e, nos demais municípios, a atividade industrial apresenta uma importância relativa muito pequena. Em Jaguarari é relevante a indústria química (tintas, sabão e detergentes) e a mineração do cobre. Em Campo Formoso, cimento/calcário e mineração do cromo. E em Senhor do Bonfim, o setor industrial é mais diversificado (calçados, confecções e cerâmica).

A Região de Influência do Senhor do Bonfim possui o 15º maior PIB de serviços da Bahia, representando 1,2% do PIB total setorial do Estado. Essa participação é a mesma da RI de Jacobina, e inferior à de Ribeira do Pombal (1,4%). O município de Senhor do Bonfim detém 28% do PIB regional de serviços.

Essa RI possuía PIB *per capita* de somente 50% do PIB *per capita* médio da Bahia, em 2002. Além disso, apresentou uma taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, inferior à do Estado (5,1%), em 1,9 pontos percentuais, determinada, em grande parte, pelo saldo migratório negativo que se oberva na RI, nesse mesmo período. Esses indicadores apontam para a reduzida intensidade da dinâmica econômica regional.

Com exceção de Campo Formoso, Andorinha, Senhor do Bonfim e Jaguarari, todos os demais municípios da RI apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, superior a 39%, o que indica fragilidade de suas estruturas produtivas. Em Andorinha, Senhor do Bonfim e Jaguarari, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal é inferior a 9%. Em 4 dos outros 6 municípios da Região, esse percentual supera 40%, o que também revela a fraglidade das estruturas de suas economias. Assim diferenciados em nível municipal, esses indicadores refletem a expressiva heterogeneidade da estrutura produtiva regional.

De forma compatível com essa situação, no que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a Região de Influência de Senhor do Bonfim apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, 5 municípios apresentam desenvolvimento regular e 5, baixo desenvolvimento. Na dimensão *saúde*, os índices Firjan dos municípios são de desenvolvimento regular para moderado; e na dimensão *educação*, os municípios possuem índices de desenvolvimento regular, exceto Senhor do Bonfim (desenvolvimento moderado).

Por fim, em relação à infraestrutura urbana básica, a RI de Senhor do Bonfim possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia

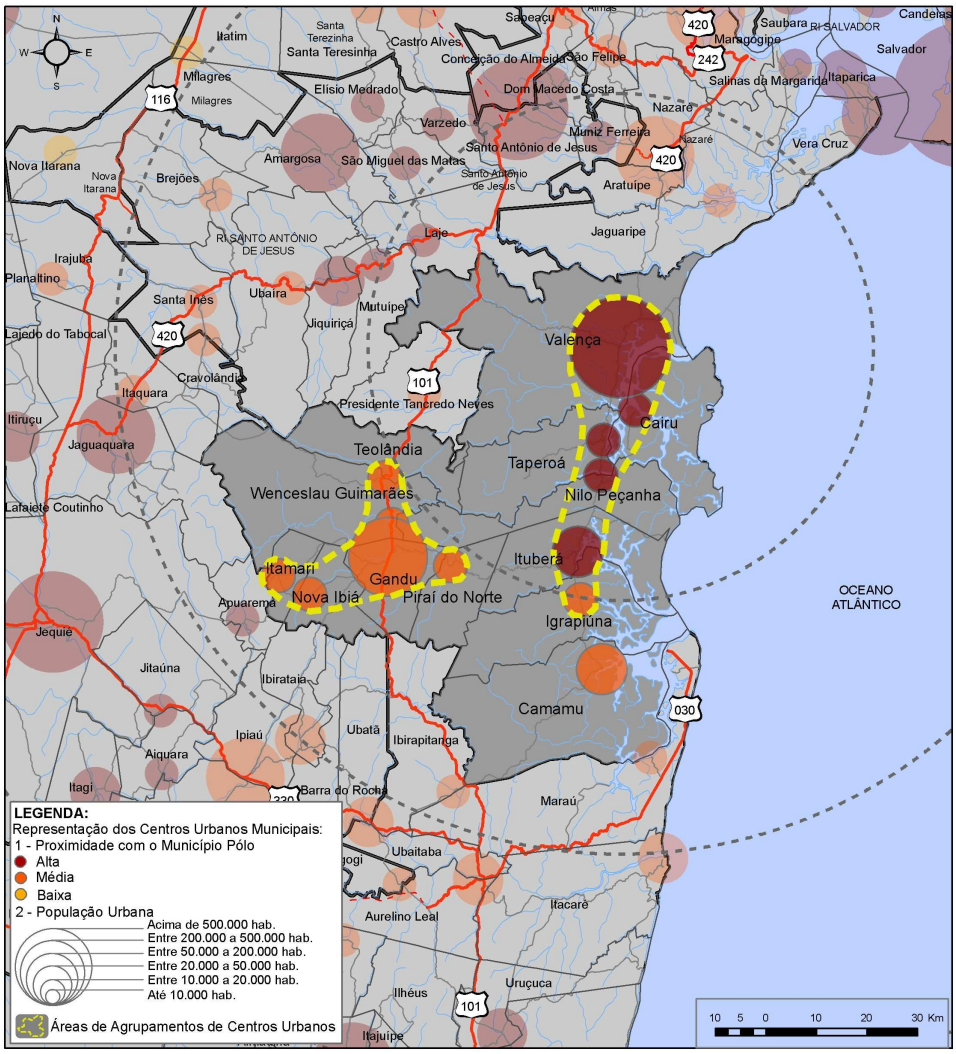
elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 14: Região de Influência de Senhor do Bonfim

4.5.15 Região de Influência de Valença

A Região de Influência de Valença insere-se no domínio da Mata Atlântica, caracterizado pelo clima dos tipos úmidos e sub-úmidos, com temperaturas médias anuais entre 22º e 25ºC, mais altas na faixa costeira, como é o caso de Valença e Cairú, onde as temperaturas podem alcançar 30ºC. A pluviosidade apresenta um gradiente decrescente do litoral para o interior, com totais anuais superiores à 800 mm, podendo alcançar 2.000 mm em determinados locais. Mesmo com elevado nível de desmatamento, a vegetação da Região ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração. As áreas de restinga, manguezais e cabruca (plantio de cacau em áreas de sub-bosque, sombreado com espécies arbóreas da Mata Atlântica), ainda podem ser consideradas fundamentais para a Região.

Figura 69: Síntese analítica da RI de Valença



Fonte: Vertrag (2010)

Dentre as Regiões de Influência da Bahia, a de Valença apresenta uma das menores áreas, com 5.970 km². Conta com uma população de 289.080 habitantes e uma taxa de urbanização relativamente baixa (56%).

Dos 13 municípios que compõem a RI, 1 caracteriza-se como Centro Local (6ª pos.hier.) e 12 como Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, pode-se classificar essa RI como de alta densidade hierárquica, na medida em que não apresenta saltos hierárquicos entre o pólo (Valença – 6ª pos. hier.) e os demais centros urbanos (Núcleo - 7ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Quanto às variáveis referentes à concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), em Valença (Centro Local – 6ª pos. hier.) predominam, em geral, os níveis mínimo e baixo. Dessa forma, Valença apresenta concentração mínima em volume de ativos movimentados e equipamentos médicos; baixa para serviços raros, agências bancárias, médicos, especialidades médicas existentes, cursos de graduação e IES. A maior concentração é verificada na gestão (instituições e órgãos), na qual obteve a classificação alta. Outro município que apresenta algum nível de concentração é Gandu: mínima para agências bancárias, volume de ativos movimentados, médicos especialidades e equipamentos médicos; e baixa para especialidades médicas e gestão. Dada a proximidade com Salvador, Valença integra o 2º anel da Macrorregião Metropolitana de Salvador, caracterizada pela concentração de fixos e intensidade de fluxos.

Valença (84 mil habitantes) e Gandu (30 mil habitantes) são os municípios de maior porte populacional e maiores taxas de urbanização na Região: 71% e 81%, respectivamente.

Além desses municípios, somente Ituberá (24 mil habitantes), Itamari (8 mil) e Cairu (14 mil) apresentam taxas de urbanização superiores a 50%: 72%, 70% e 56%, respectivamente. Os demais municípios apresentam taxas de urbanização inferiores a 50%, mesmo aqueles com população acima de 20 mil habitantes, como Camamu (32 mil) e Wenceslau Guimarães (24 mil), que apresentam taxas equivalentes a 42% e 29%, respectivamente.

Do ponto de vista da dinâmica populacional, os municípios desta RI podem ser divididos em 2 grupos: o primeiro se caracteriza pelos municípios com elevadas taxas de crescimento populacional total, urbana e rural (Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, e Valença, na Costa do Dendê; e Gandu, na BR-101/BA-250); e o segundo, apresenta municípios com indicativo de saldos migratórios negativos, principalmente de origem rural (Itamari, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Ituberá, Nova Ibiá, Camamu, Igrapiúna e Piraí do Norte). Em vários desses municípios, a taxa de crescimento da população urbana é expressiva.

Conforme se pode verificar na Figura 69, no raio de até 50 km a partir de Valença, o subsistema urbano apresenta uma configuração peculiar, pois todos os municípios se localizam no eixo sentido norte-sul, definido a partir desse pólo e ao longo da BA-001. Os Núcleos (7ª pos. hier.) de Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha e Ituberá conformam esse eixo, representando o subsistema mais denso de centros urbanos da Região de Valença. Na continuidade desse eixo, ao Sul, estão as cidades localizadas a mais de 50 km do pólo, Igrapiúna e Camamu, caracterizadas como Núcleos (7ª pos. hier.).

Além desse eixo norte-sul, o subsistema urbano da Região de Valença apresenta uma concentração de cidades a sudoeste do pólo, no entanto, com uma diferente configuração espacial. Essa concentração envolve Gandu (Núcleo - 7ª pos. hier.) e no seu entorno os centros de Piraí do Norte, Nova Ibiá, Itamari, Wenceslau Guimarães e Teolândia (também classificados como Núcleos). O centro urbano de Gandu exerce influência sobre essas cidades. Os centros de Nova Ibiá e Itamari também são influenciados por Jequié (Pólo Sub-regional – 4ª pos. hier..), mesmo que minimamente, em função da acessibilidade e proximidade com esse pólo.

Em geral, a RI de Valença está sujeita a duas polarizações internas: a primeira e mais influente, a da cidade de Valença; e a outra, de Gandu, em menor escala. Casos desse

tipo devem merecer atenção especial na formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de forma que esta reafirme essa bipolaridade ao invés de concentrar ações em somente um desses pólos regionais.

A delimitação de parte dessa Região coincide com a Sub-região de Valença conforme regionalização definida pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado, em 1997, para a Região Sul, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, incorporando os seguintes municípios: Igrapiúna, Nilo Peçanha, Taperoá, Camamu, Ituberá, Valença e Cairu. As sedes desses municípios se localizam, ao leste da Região, ao longo da BA-001, exceto Cairu, "o único município arquipélago brasileiro", formado por 26 ilhas. Esses municípios integram a chamada Costa do Dendê.

Além disso, a Região de Influência de Valença coincide em grande parte com a Sub-região de Gandu, também definida pelo PDRS, para o caso dos municípios de Gandu, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Nova Ibiá, Itamari e Piraí do Norte. Os 3 primeiros se localizam da BR-101, os 2 seguintes ao oeste dessa rodovia e o terceiro, ao leste.

Considerando outro recorte espacial, os municípios da Região fazem parte da subárea do Baixo Sul, exceto Wenceslau Guimarães, Nova Ibiá, Itamari e Gandu, componentes da subárea Cacaueira, conforme definidas pelo PDRS da Região Sul (1997).

A Região de Valença possui o 13º maior PIB da Bahia, respondendo por 1,4% do PIB total do Estado.

Na Região, o setor agropecuário é relativamente importante, pois responde por 3,6% do PIB agropecuário da Bahia, percentual pouco inferior à participação da Região de Influência de Ilhéus-Itabuna (3,9%) e de cerca da metade do das Regiões de Influência de Guanambi (7,3%) e Teixeira de Fretas (7,1%).

Os municípios de Wenceslau Guimarães, Igrapiúna e Valença representam 54% do PIB da agropecuária regional. A policultura agrícola regional dá lugar a alguns cultivos de caráter mais comercial e de expressão regional, como mandioca e banana (Wenceslau Guimarães), pimenta-do-reino (Wenceslau Guimarães e Valença), borracha (Igrapiúna), palmito (Igrapiúna), dendê (Valença e Igrapiúna), guaraná (Valença), cravo (Igrapiúna e Valença) e urucum, abacaxi e côco-da-bahia, em Valença. A piaçava também tem importância regional (Cairú, Itubera, Nilo Peçanha e Valença).

Alguns desses cultivos, a exemplo da pimenta-do-reino, borracha, dendê e guaraná, resultam das ações do programa de diversificação dos cultivos tradicionais locais, desenvolvidos pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), principalmente a partir dos anos 1970.

O ganho de importância relativa desses cultivos, em vários municípios da Região, indica os resultados alcançados por esse Programa. No entanto, o cacau continua a ter expressiva importância na Região (11% da produção total da Bahia), com destaque para os municípios de Camamu, Gandu, Wenceslau Guimarães e Nova Ibiá.

Além desses cultivos agrícolas, a pecuária bovina apresenta-se com alguma relevância em Valença, Taperoá e Nilo Peçanha.

O PIB da indústria regional responde por somente 1,6% do PIB setorial do Estado, sendo o 10º maior da Bahia. Entre as grandes empresas industriais do Baixo Sul destacam-se três, das quais duas dos ramos têxtil e da maricultura, situam-se em Valença, e uma, produtora de derivados do dendê, em Taperoá.

A indústria extrativa mineral na Região, de caráter mais tradicional, é limitada aos minerais não-metálicos (barita, argila e mármore), e realizada em áreas muito vulneráveis como a baía de Camamu, leitos dos rios e tabuleiros costeiros, implicando no

comprometimento irreversível desses ambientes. Ese tipo de atividade destrói a cobertura vegetal, retira a camada de solo, deixando para trás áreas degradadas (PDRS, 1997).

Do ponto de vista dos recursos naturais, a Região de Valença apresenta-se como uma das áreas mais bem dotadas do Estado. Além do potencial de sua atividade agropecuária e das jazidas de argila, recentemente ganhou importância, a exploração de gás natural na Bacia de Camamu-Almada, principalmente na costa marítima do município de Cairu.

Uma das bases de exploração é o campo de gás natural de Manati, descoberto em outubro de 2000. O reservatório desse campo permite altos índices de fluxo de produção por poço. O Campo de Manati tem importância significativa, pois o Estado da Bahia é o terceiro maior mercado consumidor de gás natural do Brasil. Entretanto, a Bahia ainda importa gás natural para cobrir sua demanda, que vem aumentando de forma expressiva.

Com as atividades desse Campo, a Região de Influência de Valença tende a se tornar um grande centro de exploração de gás, o que deverá agravar ainda mais os seus problemas ambientais e, portanto, exigir políticas públicas especificamente voltadas para essa área.

O PIB dos serviços na Região representa somente 1,3% do PIB setorial do Estado, e é o 14º maior da Bahia. Os municípios de Valença (37%) e Gandu (11%), respondem por 48% do PIB dos serviços regional. Nesse setor, a RI se caracteriza como uma das mais importantes Zonas Turísticas da Bahia (Costa do Dendê), o que agrega à questão ambiental, mais um componente de fundamental importância estratégica para a Região.

A RI de Valença possuía PIB *per capita* de 63% da média da Bahia, em 2002. No entanto, a Região apresentou uma taxa média anual de crescimento do PIB *per capita,* entre 2002 e 2007, maior do que a da Bahia (5,1%), em 2,3 pontos percentuais, o que indica o seu relativo dinamismo, apesar de parte do crescimento dessa taxa ser explicada pela intensidade dos seus fluxos migratórios negativos. Entre 2000 e 2007, a população total regional aumentou somente de 282 mil para 289 mil habitantes, entretanto, como já observado, com um comportamento muito diferenciado em nível municipal, urbano e rural.

Refletindo a heterogeneidade da estrutura produtiva regional, na escala municipal, a participação do PIB da administração pública no PIB total, supera 35% em 7 dos 14 municípios da Região. Esse percentual é menor em Gandu (26%), Valença (20%), Igrapiúna (19%) e Cairu (4%), municípios economicamente mais estruturados. Em 7 municípios da RI, a importância relativa do Programa Bolsa Família em relação aos rendimentos gerados no mercado formal de trabalho, varia de 30% a 45%, o que indica a fragilidade de suas estruturas produtivas. Os municípios Cairu, Ituberá, Valença e Igrapiúna, apresentam os menores percentuais, variando entre 10% e 14%.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a RI de Valença apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto em Igrapiúna; na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, os índices variam de desenvolvimento regular para baixo, exceto em Cairu (desenvolvimento regular).

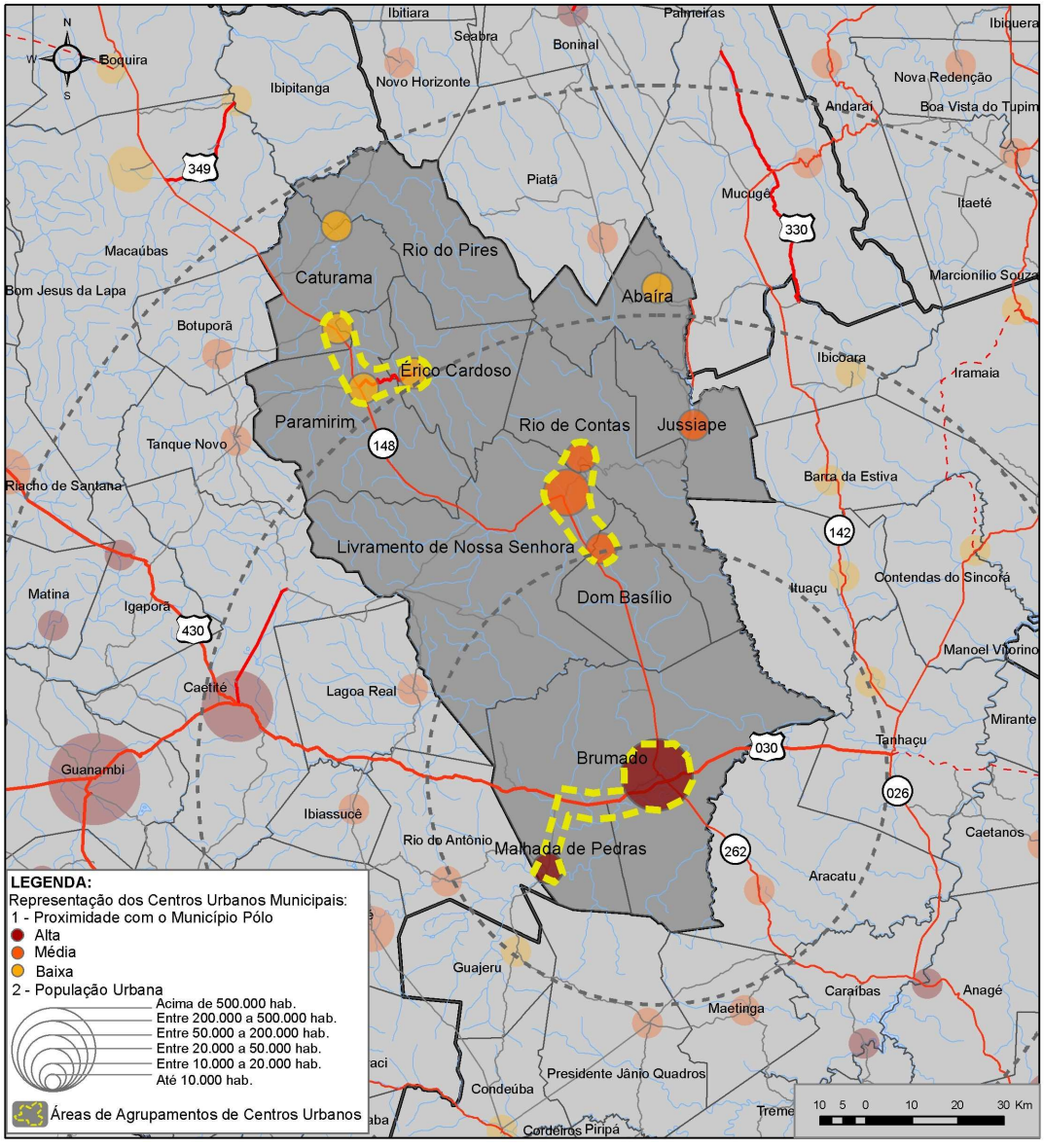
Por fim, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Valença possui os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 15: Região de Influência de Valença

4.5.16 Região de Influência de Brumado

Todos os municípios da Região de Influência de Brumado fazem parte do domínio da Caatinga, com temperaturas típicas do semi-árido nordestino com médias em torno dos 26ºC, e índices pluviométricos abaixo de 800 mm anuais.

Figura 70: Síntese analítica da RI de Brumado



Fonte: Vertrag (2010)

A RI, conta com a Área de Proteção Ambiental - APA da Serra do Barbado que abrange áreas dos municípios de Rio do Pires, Abaíra, Érico Cardoso e Rio das Contas (Chapada Diamantina). Essa APA, criada em 1993, é constituída por um conjunto de serras, com altitudes elevadas, onde se encontra o Pico do Barbado, ponto mais alto do Nordeste

brasileiro, com 2.033,33 metros de altitude, além de outros, como o Pico do Itobira com 1.930 metros.

A Região de Influência de Brumado possui uma extensão territorial de 11.073 km², sendo a 17ª maior do Estado, nesse quesito. Possui 204.378 habitantes, com uma taxa de urbanização de 57%.

Dos 11 municípios que integram a Região, 1 se caracteriza como Pólo Local (5ª pos. hier.) e 10 como Núcleos (7ª pos. hier.). Essa rede pode ser considerada de média densidade hierárquica, na medida em que apresenta 1 salto hierárquico (ver Quadro 4 e Quadro 11), entre o pólo (Brumado – 5º pos. hier.) e os demais centros (Núleo - 7ª pos. hier.). Essa RI é influenciada diretamente por Vitória da Conquista (Pólo Regional – 3ª pos. hier.) que, por sua vez, é influenciada por Salvador (Metrópole – 1ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

O município de Brumado apresenta uma população de 62 mil habitantes (31% do total regional) e uma taxa de urbanização de 69%. Os demais municípios da Região apresentam população total entre 7 mil e 72 mil habitantes e taxas de urbanização que variam de 20% a 45%.

Há indicativo de saldos migratórios em todos os municípios, entre 2000 e 2007, apesar de apresentarem, em geral, taxas de crescimento da população urbana, relativamente elevadas, com exceção de Brumado (0,9%), Rio de Contas (0,8%), Abaíra (-0,8) e Jussiape (-2,9%). Assim, predominam na Região, municípios com população inferior a 20 mil habitantes, e que podem ser caracterizados como mais rurais do que urbanos, contando, ainda, com uma base rural economicamente frágil.

No que se refere às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Brumado, centro de maior hierarquia da RI possui, em geral, concentrações mínimas ou baixas. As concentrações mínimas são referentes ao comércio e serviço raros e à movimentação de ativos; as baixas são relativas ao número de agências bancárias, médicos especialistas e equipamentos médicos. As variáveis que possuem concentrações de maior nível são: especialidades médicas, com concentração média; e instituições e órgãos de gestão, com concentração máxima.

Nesse sentido, merece também destaque a cidade de Livramento de Nossa Senhora, com concentrações mínimas em volume de ativos movimentados, médicos especialistas, equipamentos médicos e gestão; e concentrações baixas em agências bancárias e especialidades médicas. Os demais municípios não apresentaram concentração relevante nas variáveis analisadas.

Em função da importância regional de Brumado, esse centro urbano pode ser caracterizado como Pólo Único, pois detém quase que isoladamente a centralidade de funções no contexto de sua Região de Influência.

Conforme se pode verificar na Figura 70, a cidade de Brumado está localizada na porção sul da RI, e se encontra relativamente distante dos demais municípios. No seu primeiro anel, em um raio de até 50 km, observa-se apenas um centro urbano, o de Malhada de Pedras ao sul da cidade pólo.

No segundo anel, onde se situam os centros urbanos localizados em torno de 50 a 100 km de Brumado, observa-se uma maior concentração de centros. Dentre os quatro centros urbanos que se encontram nesse anel, destacam-se Livramento de Nossa Senhora, através do qual os outros três centros (Rio de Contas, Jussiape e Dom Basílio) se vinculam à cidade pólo, Brumado. As cidades de Dom Basílio e Rio de Contas encontram-se mais próximas a Livramento de Nossa Senhora, enquanto Jussiape se encontra mais distante. O

município de Rio de Contas (13 mil habitantes), dista somente 7,9 km de Livramento de Nossa Senhora (42 mil).

O terceiro anel compreende a área a mais de 100 km, a partir de Brumado. Nesse anel, encontram-se 5 centros. Um deles, Abaíra, vincula-se diretamente a Jussiape, centro urbano pertencente ao segundo anel, e se encontra relativamente distante dos demais centros urbanos desse anel. Nesse anel ainda, localizam-se a noroeste as cidades de Rio do Pires, Caturama, Érico Cardoso e Paramirim, sendo esse último, o eixo de vinculação desses dos demais com o pólo regional (Brumado).

A delimitação dessa Região de Influência perpassa várias regiões, conforme definidas pelos Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS das Regiões da Serra Geral e Chapada Diamantina, conforme elaborados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, em 2007 e 1997, respectivamente.

Segundo o PDRS, os municípios de Brumado, Dom Basílio, Malhada de Pedra e Livramento de Nossa Senhora fazem parte do subespaço de Brumado, ao Norte da Região da Serra Geral. Já os municípios de Jussiape, Rio de Contas, Érico Cardoso, Paramirim, Caturama, Rio do Pires e Abaíra pertencem ao subespaço de Paramirim, no centro-sul da Região da Chapada Diamantina.

A Região de Influência de Brumado possui o 18º maior PIB da Bahia, respondendo por 0,8% do PIB total do Estado. Essa Região faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), dentre as quais, além da RI de Brumado, as seguintes RIs: Aracaju (0,5% do PIB total da Bahia), Ribeira do Pombal (1,1%), Senhor do Bonfim (1,1%), Seabra (0,7%), Itaberaba (0,6%) e Jacobina (0,9%). No conjunto, essas RIs, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual.

O PIB da agropecuária da Região, ocupa a 21ª posição, respondendo por 1,3% do PIB dessa atividade na Bahia. O município de Livramento de Nossa Senhora, responde por 40% da produção agrícola regional (milho, mandioca, feijão, arroz e frutas), pouco expressiva em nível estadual, exceto no caso da manga (27% do total da Bahia) e maracujá (15%). Dom Basílio também se destaca na produção desses frutos (manga, 12%; e maracujá 24%). A produção de cana-de-açúcar é importante em Abaíra, com 1,4% do total da Bahia. A atividade agropecuária é dispersa regionalmente, com algum destaque para a leiteira, em Livramento de Nossa Senhora.

O PIB da indústria dessa RI, ocupa a 16ª posição, respondendo por 0,6% do PIB dessa atividade na Bahia. Brumado concentra 76% do PIB industrial regional. Nesse município, a indústria extrativa mineral tem importância nacional: a Magnesita S.A. produz sínteres magnesianos, magnésia cáustica, óxido de magnésio e talco. A produção de talco é direcionada às indústrias de cosméticos, farmacêuticas, plásticos, papel e celulose, pisos vinílicos, tintas e arroz. As magnésias cáusticas têm várias aplicações, como corretivos de solo, tratamento de efluentes, etc. Já a produção de óxido de magnésio é direcionada para as indústrias de fertilizantes agrícolas, siderurgias, abrasivos, alimentação animal, indústrias químicas, etc. Parte dos produtos das instalações de sinterização é consumida pela própria magnesita, no processo de fabricação de refratários. Outra parte é exportada para Europa, Ásia, Estados Unidos e América Latina, através de terminal próprio, localizado em Aratu, também na Bahia.

A RI de Brumado possui o 18º maior PIB de serviços da Bahia, representando 0,9% do PIB total setorial do Estado. Uma das atividades de maior potencial desse segmento, em nível regional, são aquelas vinculadas ao turismo, em decorrência dos atrativos e expressividade da APA da Serra do Barbado.

A RI de Brumado apresentou um PIB *per capita* de cerca de somente 56% do PIB per capta médio da Bahia, em 2002. Além disso, apresentou uma taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, inferior à do Estado (5,1%), em 0,5 pontos percentuais, apesar do saldo migratório negativo que pode ser observado na Região, nesse mesmo período. Esses indicadores apontam para a reduzida intensidade da dinâmica econômica regional.

Com exceção dos municípios de Rio de Contas, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Brumado, todos os demais município da Região, apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, superior a 38%, revelando a fragilidade de suas estruturas produtivas. Nos municípios de Brumado, Jussiape, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Abaíra, a importância relativa do Programa Bolsa Família, no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, é inferior a 23%. Nos demais municípios, esse percentual supera 37%, o que também revela a fragilidade das estruturas de suas economias. Assim diferenciados no âmbito municipal, esses indicadores refletem a expressiva heterogeneidade da sua estrutura produtiva regional.

De forma compatível com essa situação, no que se refere à dimensão *emprego&renda* do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, na Região de Brumado, predominam os municípios de baixo desenvolvimento, exceto em Brumado, Paramirim e Rio de Contas. Na dimensão *saúde*, os índices Firjan dos municípios são de desenvolvimento regular para moderado. E na dimensão *educação*, grande parte dos municípios, apresenta índices de desenvolvimento baixos.

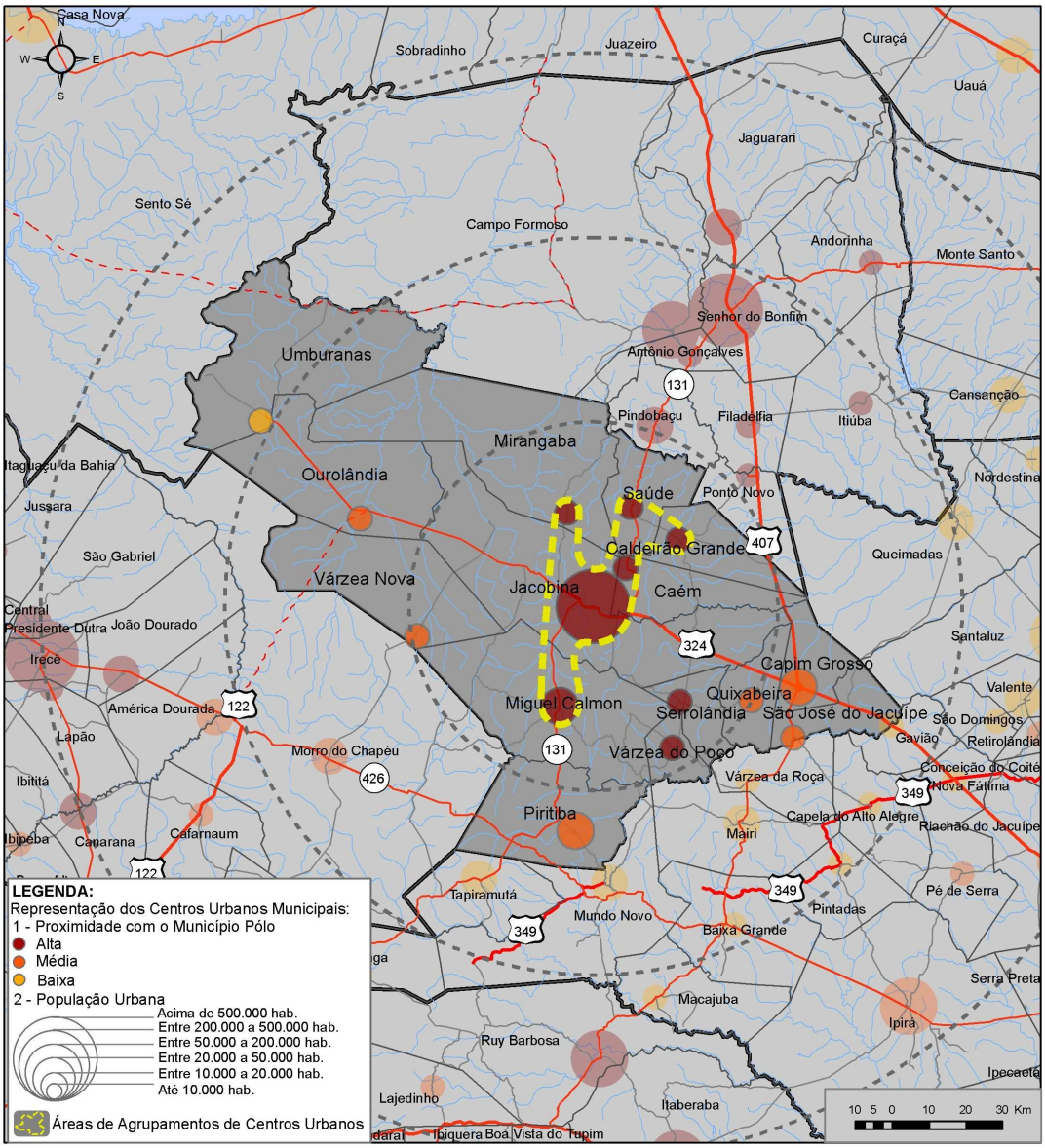
Por fim, concernente à infraestrutura urbana básica, a RI de Brumado possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 16: Região de Influência de Brumado

4.5.17 Região de Influência de Jacobina

A totalidade dos municípios da Região de Influência de Jacobina está inserida no domínio da Caatinga. O clima da região é o semi-árido, com temperaturas médias em torno de 27ºC e baixos índices pluviométricos - abaixo de 800mm anuais. Essas restrições climáticas ocasionam situações de déficits hídricos acentuados, principalmente nas estações de seca, o que dificulta o desenvolvimento regional.

Figura 71: Síntese analítica da RI de Jacobina



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Jacobina é a 15ª em extensão territorial, com 14.157 km². Apresenta 15 municípios, com uma população de 293.323 habitantes - 13ª dentre as RIs da Bahia - e uma taxa de urbanização de 53%.

O município de Jacobina apresenta uma população de 76 mil habitantes (26% do total da Região) e uma taxa de urbanização de 69. Além de Jacobina, destaca-se Capim Grosso, com uma população de 26 mil habitantes e taxa de urbanização de 77%. A sede desses 2 municípios se localiza ao logo da BR-324.

Com exceção de Miguel Calmon (27 mil habitantes) e Piritiba (24 mil), os demais 13 municípios da Região possuem população inferior a 20 mil habitantes, dos quais, somente 6 apresentam taxas de urbanização que variam de 33% a 46%. Assim, grande parte dos municípios da Região (11), pode ser caracterizada como urbana, apresentando taxas de urbanização de 54% a 77%. Em geral, as taxas de crescimento da população urbana, entre 2000 e 2007, foram expressivas, com destaque para o município e Miringaba (6,9% a.a.).

Vários municípios da RI de Jacobina apresentaram taxas expressivas de crescimento populacional, entre 2000 e 2007: Piritiba (4,5% a.a.,), Mirangaba (3,0%), Caldeirão Grande (2,0%), Várzea do Poço (1,9%), Umburanas (1,9%), São José do Jacuípe (1,8%) e Capim Grosso (1,1%). Nos demais municípios, há indicativos de saldos migratórios negativos.

Dos 15 municípios pertencentes à região, 1 caracteriza-se como Pólo Local (5ª pos. hier.) e 14 como Núcleos (7ª pos. hier.). Essa rede pode ser considerada de média densidade hierárquica, na medida em que apresenta 1 salto hierárquico entre o pólo (Jacobina – 5ª pos. hier.) e o centro urbano de nível hierárquico subsequente (Núcleo – 7ª pos. hier.). Essa RI é influenciada diretamente por Salvador (Metrópole – 1ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Quanto às variáveis referentes à concentração de atividades e serviços (Tabela 2), a cidade de Jacobina apresenta, em geral, concentrações mínimas ou baixas. A concentração é mínima para serviço raro e equipamentos médicos, enquanto que para agências bancárias, movimentação de ativos e médicos especialistas é baixa. Apresenta concentração média para especialidades médicas; e em gestão, a centralidade é máxima. Na Região, outro centro urbano que apresenta algum nível de concentração dessas variáveis é o de Capim Grosso: concentração mínima para agências bancárias, movimentação de ativos, médicos especialistas, equipamentos médicos, especialidades médicas e cursos de graduação; e baixa para instituições de ensino superior. Os demais municípios não apresentaram concentração relevante no caso das variáveis consideradas.

Nesse sentido, dada a relevância de Jacobina no contexto regional, esse centro urbano pode ser caracterizado como um Pólo Único, na medida em que detém quase que isoladamente a centralidade de funções no âmbito de sua Região de Influência.

Conforme se pode verificar na Figura 71, considerando-se o primeiro anel em torno de Jacobina, ou seja, o raio de até 50 km, constata-se que, nessa área, o subsistema urbano apresenta maior densidade de centros, principalmente na direção norte/nordeste. Nessa área, os Núcleo (7ª pos. hier.) de Mirangaba, Saúde, Caém e Caldeirão Grande apresentam interligações, na maioria das vezes, diretas com Jacobina e entre si. A proximidade entre esses centros e Jacobina, aliada à existência de rodovias, configura uma área de maior densidade urbana na Região. Um segundo subsistema urbano pode ser observado na direção sul/sudeste, no entanto, com menor densidade do que o anterior. Nesse subsistema, estão os Núcleos de Miguel Calmon, Serrolândia e Várzea do Poço. Apesar da distância entre essas cidades e Jacobina ser maior, a interligação por rodovias permite fácil acesso ao pólo.

No segundo anel, estão inseridas as cidades que se localizam em torno de 50 a 100 km de Jacobina. Os subsistemas urbanos nesse anel apresentam dois segmentos diferenciados. O primeiro, diz respeito à existência de centros distantes um dos outros, mas com fácil acesso a Jacobina. Nesse caso, encontram-se os Núcleos de Ourolândia, a noroeste, Várzea Nova, a leste, e Piritiba, ao sul. O segundo, apresenta cidades próximas

uma das outras, conferindo maior densidade ao subsistema urbano. Nesse segmento, podem ser citados os Núcleos, de Quixabeira, São José do Jacuípe e Capim Grosso. Ressalta-se que, em função da proximidade, Capim Grosso exerce influência sobre Quixabeira e São José do Jacuípe, no entanto, de baixa intensidade.

O terceiro anel, compreende a área a mais de 100 km a partir de Jacobina. Na Região, existe somente um centro localizado nessa distância, o de Umburanas (Núcleo – 7ª pos. hier.), na porção noroeste. A área, na qual está localizado esse centro, tem como característica um subsistema urbano rarefeito, pois além das grandes distâncias entre os centros, as interligações são escassas. Dessa forma, esse município não consegue interligar-se com outros centros mais próximos, de outras RIs, na medida em que não existem vias com boas condições para tal.

Todos os municípios da Região fazem parte da porção, mais ao sudeste, da Região do Piemonte da Diamantina, exceto Piritiba, que pertence à Região do Paraguaçu, conforme regionalização definida Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, elaborado, em 2004, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

A Região de Jacobina possui o 17º maior PIB da Bahia, respondendo por 0,9% do PIB total do Estado. Essa Região faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), dentre as quais, além da RI de Jacobina, destacam-se: RI de Aracaju (0,5% do PIB total da Bahia), RI de Ribeira do Pombal (1,1%), RI de Senhor do Bonfim (1,1%), RI de Seabra (0,7%), RI de Itaberaba (0,6%) e RI de Brumado (0.8%). No conjunto, essas Regiões, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual.

A estrutura urbana dessa macrorregião é condicionada pelos seguintes fatores: predomínio de territórios semiáridos, embora com atividades agropecuárias de relativa importância em áreas específicas (disponibilidade de recursos hídricos, altitudes elevadas, etc.); existência de nichos de exploração mineral, com intensidade suficiente para dinamizar alguns centros urbanos locais; e presença de uma estrutura produtiva diversificada, mas, em geral, de importância local, exceto, por exemplo, as atividades turísticas em cidades da Chapada da Diamantina.

O PIB da agropecuária da Região ocupa a 18ª posição, respondendo por 1,5% do PIB dessa atividade na Bahia, participação inferior à da Região de Influência de Seabra (2,5%). Dentre os 15 municípios que compõem a RI de Jacobina, o de maior importância, responde por 18% da produção agrícola regional, o que revela a dispersão dessa atividade na Região. A produção de sisal se destaca nos municípios de Várzea Nova (5,3% da área plantada na Bahia), Jacobina (4,8%) e Ourolândia (3,5%), respondendo por uma expressiva parcela da produção estadual. Também o cultivo da mamona pode ser considerada como de relativa importância. Já, a atividade agropecuária é dispersa regionalmente, com pequena importância estadual.

O PIB da indústria da Região ocupa a 15ª posição, respondendo por 0,5% do PIB dessa atividade na Bahia. Jacobina concentra 51% do PIB industrial regional e, nos demais municípios, a atividade industrial apresenta uma importância relativa muito pequena. Em Jacobina, a fabricação de calçados é relevante. A indústria extrativa mineral também é relevante no âmbito regional (ouro e mármore), em Jacobina e Ourolândia.

A Região de Jacobina possui o 19º maior PIB de serviços da Bahia, representando 1,2% do PIB total setorial do Estado, percentual superior à da participação de seu PIB total, o que indica uma maior expressão relativa desse setor na Região, em grande parte devido à centralidade exercida pelo centro urbano de Jacobina, que é responsável por 37% do PIB de serviços regional.

Na RI de Jacobina, o PIB *per capita* era de somente 42% da média da Bahia em 2002. Além disso, apresentou não só saldo migratório positivo, entre 2002 e 2007, mas também taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, superior à da média do Estado (5,1%), em 1,3 pontos percentuais no mesmo período, o que indica a intensidade relativamente expressiva de seu dinamismo.

Com exceção de Jacobina, todos os demais municípios da Região apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, variando de 31% a 50%, o que indica certa fragilidade de suas estruturas produtivas. Exceto os municípios de Capim Grosso, Miguel Calmon e Jacobina, em todos os demais, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, varia de 31% a 51%, o que também indica a fragilidade de suas estruturas produtivas. Assim diferenciados, no âmbito municipal, esses indicadores refletem uma expressiva heterogeneidade da estrutura produtiva regional.

De forma compatível com essa situação, no que se refere à dimensão *emprego&renda* do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM na Região de Influência de Jacobina, predominam os municípios de baixo desenvolvimento, exceto Capim Grosso, Jacobina e Miguel Calmon (Desenvolvimento regular). Na dimensão *saúde*, os índices Firjan dos municípios são de desenvolvimento de regular para moderado (Umburanas e Várzea Nova). E na dimensão *educação*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento regular para baixo (Saúde e Umburanas).

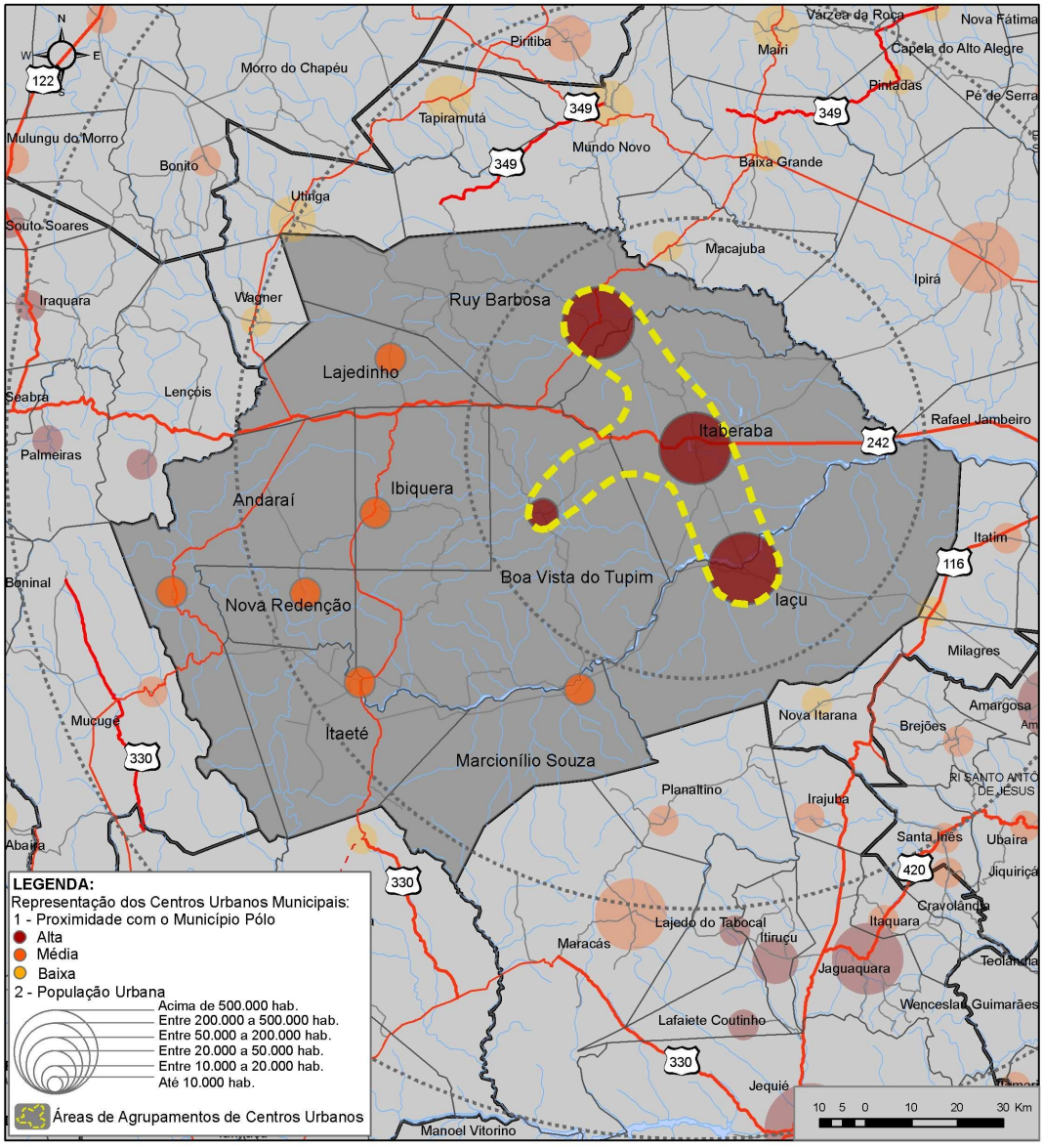
Por fim, concernente à infraestrutura urbana básica, a RI de Jacobina possui apenas um indicador em boa situação, em relação ao corte utilizado, qual seja, energia elétrica. Os demais (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) não atingiram 75% de domicílios atendidos.

Mapa Síntese 17: Região de Influência de Jacobina

4.5.18 Região de Influência de Itaberaba

Todos os municípios da Região de Influência de Itaberaba inserem-se no domínio da Caatinga. Com clima semi-árido, a precipitação pluviométrica anual não ultrapassa os 800 mm. As temperaturas médias atingem valores acima dos 25ºC, com média das máximas de 34ºC e mínimas de 18ºC.

Figura 72: Síntese analítica da RI de Itaberaba



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Itaberaba possui 16.140 km², sendo a 12ª da Bahia em termos de extensão territorial. Conta com 10 municípios, nos quais se distribui uma população de 191.664 habitantes, 54% localizada em áreas urbanas.

O município de Itaberaba conta com uma população de 59 mil habitantes (32% do total da Região) e uma taxa de urbanização de 77%. Somente 3 municípios da Região apresentam taxas de urbanização inferiores a 50%: Lajedinho, a Oeste (29%); Boa Vista do Tupim (34%), no sudoeste; e Itaeté (40%), ao Sul, nas margens do rio Paraguaçu. As taxas de urbanização dos demais municípios variam de 50% a 77%. Exceto os municípios de Itaberaba (59 mil habitantes), Ruy Barbosa (29 mil) e Iaçu (28 mil), os demais possuem população inferior a 20 mil habitantes.

Há indicativo de saldos migratórios para todos os municípios da Região, entre 2000 e 2007, no urbano e no rural, exceto Ibiquera (5 mil habitantes), cuja população rural cresceu a uma taxa de 2,9% a.a. e Nova Redenção (9 mil), cuja população urbana aumentou em 1,9% a.a.

Assim, em geral, predominam nessa RI, pequenos municípios, com população inferior a 30 mil habitantes e taxas de urbanização relativamente elevadas para a Bahia. Dos 10 municípios da Região, 1 caracteriza-se como Centro Local (6ª pos. hier.) e 9 como Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, pode ser classificada como de alta densidade hierárquica, pois não apresenta saltos hierárquicos entre o centro urbano de maior nível na hierarquia da rede e os demais centros (Quadro 4 e Quadro 11). É uma Região influenciada diretamente por Salvador (Metrópole – 1ª pos. hier.).

No que se refere às variáveis de concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Itaberaba apresenta, nível mínimo para serviços raros e equipamentos médicos; baixo para agências bancárias, volume de ativos movimentados e quantidade de médicos; médio para especialidades médicas; e alto para gestão (existência de instituições e órgãos). Os demais centros não apresentam nível relevante de concentração. Pelo fato de exercer isoladamente a centralidade das funções urbanas no contexto de sua Região de Influência, Itaberaba pode ser caracterizada como um Pólo Único.

O subsistema urbano dessa RI tem como principal característica o fato das cidades se localizarem de forma esparsa no território. Não se observa áreas densas, mas centros com distâncias médias entre si, interligadas por rodovias. Assim, no primeiro anel, ou seja, até 50 km a partir de Itaberaba, encontram-se os Núcleos (7ª pos. hier.) de Ruy Barbosa, Iaçu e Boa Vista do Tupim, respectivamente a noroeste, sudeste e sudoeste do pólo. Essas cidades possuem interligação não somente com o pólo, mas também entre si.

Conforme se pode verificar na Figura 72, no segundo anel, de 50 a 100 km aproximadamente, localizam-se os Núcleos de Lajedinho, Marcionílio Souza, Ibiquera, Andaraí, Nova Redenção e Itaeté. Esses últimos quatro centros urbanos não possuem ligação direta com o pólo, e seus fluxos convergem, em um primeiro nível para Lajedinho, no noroeste da Região, ou Marcionílio Souza, ao sudeste. Assim, o subsistema urbano dessa Região, além de ter como característica centros localizados de forma dispersa, apresenta ligações mais intensas nos eixos de oeste para leste, respectivamente ao longo das rodovias BR-242 e BA-245.

São essas rodovias que induzem tais centros, tão esparsos no território, a estabelecer um conjunto tal de inter-relações de fluxos de bens e serviços, entre si e com Itaberaba, que acaba resultando na definição uma determinada Região ou subssitema urbano.

Todos os municípios da Região de Influência de Itaberaba fazem parte da Região Paraguaçu, conforme regionalização definida pelo Governo do Estado da Bahia, exceto Andaraí e Nova Redenção que pertencem ao Subespaço de Utinga, da região da Chapada

Diamantina, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS dessa Região, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, em 1997.

A RI de Itaberaba possui o 20º maior PIB da Bahia, respondendo por 0,6% do PIB total do Estado. Essa Região faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), dentre as quais, além da RI de Itaberaba, destacam-se as seguintes RIs: Aracaju (0,5% do PIB total da Bahia), Ribeira do Pombal (1,1%), Senhor do Bonfim (1,1%), Seabra (0,7%), Jacobina (0,9%) e Brumado (0.8%). No conjunto, essas Regiões, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual.

O PIB da agropecuária da Região ocupa a 19ª posição, respondendo por 1,5% do PIB dessa atividade na Bahia, participação inferior à da Região de Influência de Seabra (2,5%). Dentre os 10 municípios que compõem a RI, o de Itaberaba responde por 24% da produção agrícola regional, o que revela a dispersão dessa atividade na região. A produção de abacaxi merece destaque em Itaberaba, que responde por 50% da área plantada na Bahia. A atividade pecuária é dispersa regionalmente, com pequena importância estadual.

O PIB da indústria dessa RI ocupa a 19ª posição, respondendo por somente 0,3% do PIB dessa atividade no Estado. Itaberaba concentra 36% do PIB industrial regional, indicando que a atividade industrial na Região é não só incipiente, mas também dispersa entre os municípios, sem representatividade relevante em qualquer segmento de atividade, até mesmo no município pólo.

Além disso, a Região de Itaberaba possui o 19º maior PIB de serviços da Bahia, representando somente 0,7% do PIB total setorial do Estado.

Como pode ser observado, a estrutura produtiva da RI e de seus municípios é muito incipiente, com destaque para o cultivo do abacaxi em Itaberaba, sendo muito precária a sua base industrial e de prestação de serviços. No caso dessas atividades, merece destaque aquelas relativas à administração pública, em particular em Itaberaba, onde se localizam órgãos estaduais, com representatividade na sua microrregião, a exemplo da Direc (educação), Dires (saúde), Detran e EBDA (desenvolvimento agrícola).

A RI de Itaberaba possuía PIB *per capita* de somente 42% da média da Bahia, em 2002. Apesar de ter apresentado uma taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, maior do que a do Estado (5,1%), em 1,5% pontos percentuais, deve-se relativizar, pelo menos em parte, esse fato, devido aos saldos migratórios negativos que podem ser observados na Região. Entre 2002 e 2007, a população regional aumentou somente de 190,8 mil para 191,6 mil habitantes.

Com exceção dos municípios de Ruy Barbosa, Nova Redenção, Lajedinho e Itaberaba, todos os demais municípios da RI apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, superior a 38%, revelando a fragilidade de suas estruturas produtivas. Com exeção do município de Itaberaba, em todos os demais, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, é superior a 30%, o que também é um indicador dessa fragilidade.

Refletindo a expressiva heterogeneidade da estrutura produtiva regional, em escala municipal, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, no que se refere à dimensão *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento, exceto para Itaberaba e Nova Redenção (desenvolvimento regular). Na dimensão *saúde*, predominam os municípios de desenvolvimento regular para moderado; e na dimensão *educação*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento regular para baixo.

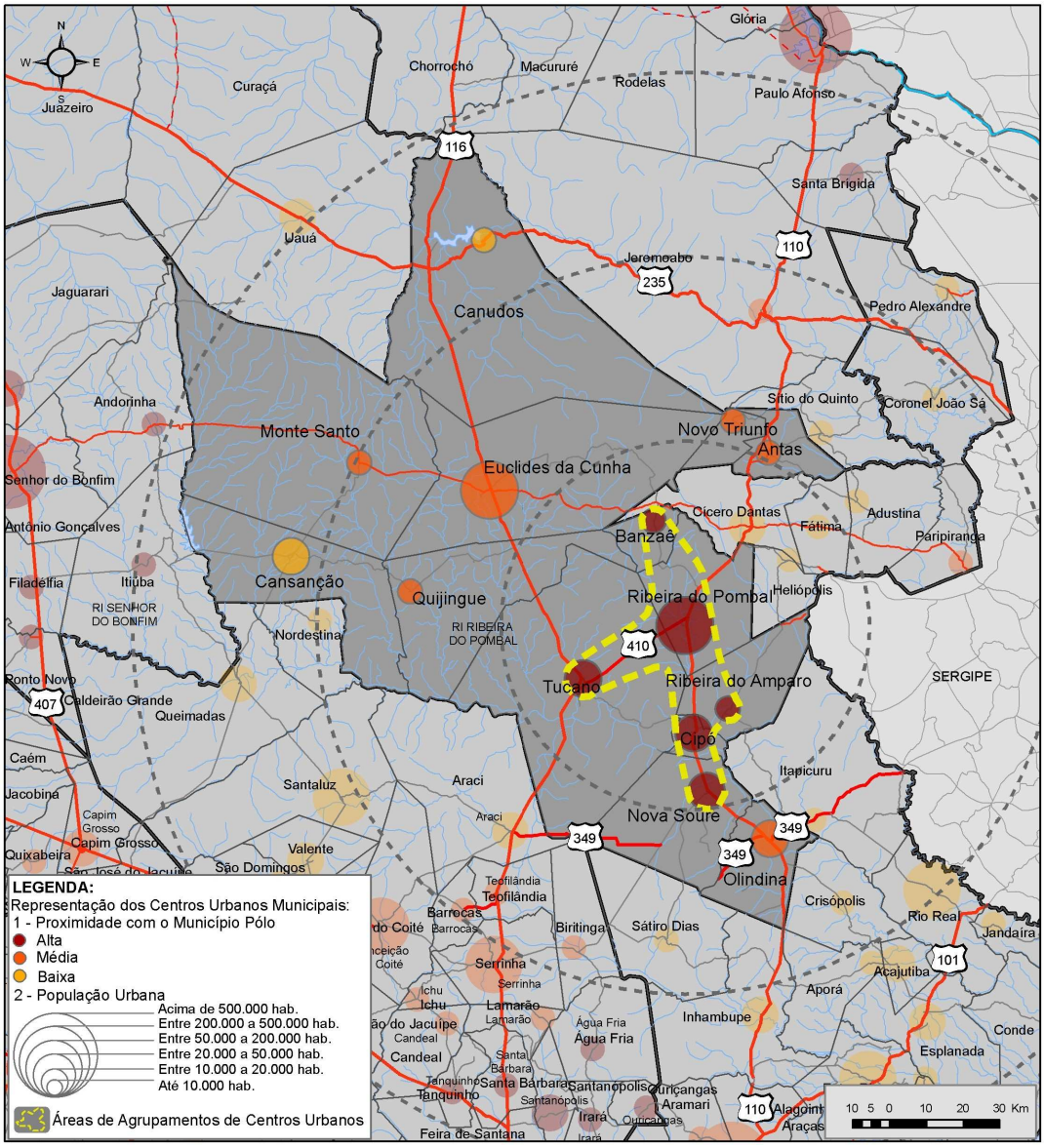
Por fim, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Itaberaba possui os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica, com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 18: Região de Influência de Itaberaba

4.5.19 Região de Influência de Ribeira do Pombal

A Região de Influência de Ribeira do Pombal insere-se do domínio da Caatinga (semi-árido nordestino), área cuja precipitação pluviométrica anual não ultrapassa os 800 mm, ou seja, com fortes tendências a provocar situações de déficits hídricos acentuados. Sua temperatura média – 27ºC - corresponde a uma das maiores do território brasileiro.

Figura 73: Síntese analítica da RI de Ribeira do Pombal



Fonte: Vertrag (2010)

Dentre as Regiões de Influência do Estado, a de Ribeira do Pombal ocupa a 10ª posição em extensão territorial, com 158.471 km². Mais de 60% de sua população, de 399.643 habitantes, vive em áreas rurais.

Predominam na RI de Ribeira do Pombal, os municípios de porte relativamente expressivo (> 20 mil habitantes), e com uma elevada parcela da população residindo no meio rural. Dos 14 municípios da Região, 6 possuem população inferior a 20 mil habitantes e em 4, a população supera 40 mil habitantes (Euclides da Cunha, Monte Santo, Ribeira do Pombal e Tucano). No caso desses municípios, a taxa de urbanização é inferior a 50%, exceto em Ribeira do Pombal, onde alcança 59%. Em Monte Santo, com uma população de 55 mil habitantes, a taxa de urbanização é de somente 16%. Os municípios pequenos (< 20 mil habitantes) apresentam taxas de urbanização inferiores a 50%, exceto em Canudos, cuja taxa de urbanização, de 68%, é a maior dentre os municípios da Região. No conjunto de municípios dessa RI, sobressaem-se Ribeira do Pombal, com 47 mil habitantes (12% da população regional), e Euclides da Cunha, com 57 mil habitantes (14% da população regional).

Há indicativo de saldos migratórios negativos em todos os municípios da Região, exceto em Antas (16 mil habitantes). No entanto, as taxas de crescimento da população urbana são positivas para todos os municípios e, em geral, relativamente elevadas, o que indica pressão sobre a infraestrutura urbana.

A RI possui 14 municípios, dos quais 1 é caracterizado como Centro Local (6ª pos. hier.) e 13 como Núcleos (7ª pos. hier.). Assim, por não apresentar saltos hierárquicos entre o pólo (Ribeira do Pombal – 6ª pos. hier.) e os demais centros urbanos (Núcleos - 7ª pos. hier.), pode se dizer que possui um subsistema urbano equilibrado em termos hierárquicos. A Região de Ribeira do Pombal é influenciada diretamente por Salvador (Metrópole – 1ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Quanto às variáveis referentes à concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), Ribeira do Pombal apresenta concentração baixa para agências bancárias, especialidades médicas e gestão; e baixa para volume de ativos, médicos, equipamentos de saúde, cursos de graduação e IES. Em função de sua relevância regional, mesmo que mínima, Ribeira do Pombal pode ser caracterizado como um Pólo Único, pelo fato de deter quase que isoladamente a centralidade de funções urbanas no âmbito de sua Região de Influência.

A delimitação dessa RI coincide com área central da Região do Nordeste, conforme definida no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS - elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em 2000. Corresponde à parte da sub-região de Riacho do Pombal, definida por esse plano para a Região Nordeste da Bahia, exceto no caso do município de Olindina, mais ao Leste, alocada pelo Plano na sub-região de Alagoinhas.

Conforme se pode verificar na Figura 73, em um raio aproximado de 50 km a partir de Ribeira do Pombal, verifica-se certa concentração de centros urbanos que, devido às rodovias BR-410 e BR-110, convergem diretamente ao pólo. Nesse caso, a influência de Ribeira do Pombal incide diretamente sobre os centros de Banzaê, ao norte, Tucano, ao sudoeste, e, Cipó, Ribeira do Amparo e Nova Soure, na direção sul-sudeste.

Em um segundo anel, entre os raios aproximados de 50 a 100 km do pólo, inserem-se dois grupos de centros urbanos: o primeiro, representado por aqueles que, mesmo distantes, interligam-se de forma direta com Ribeira do Pombal, tais como Olindina, ao sudeste, Antas e Novo Triunfo, ao nordeste, e Euclides da Cunha, ao noroeste. E o segundo, formado por aqueles centros urbanos que convergem primeiro para Euclides da Cunha (Núcleo - 7ª pos. hier.) e, em um segudo estágio, para Ribeira do Pombal, tais como Quijingue e Monte Santo.

As cidades que estão inseridas em um terceiro anel, entre um raio de 100 a 150 km de Ribeira do Pombal, quais sejam, Canudos e Cansanção, não são influenciadas

diretamente pelo pólo. Essas cidades, localizadas a noroeste do pólo, convergem primeiro para Euclides da Cunha e, em um segundo plano, para Ribeira do Pombal.

Em relação a Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha, os seus PIBs total e de serviços apresentam participação praticamente idênticas no total regional (16%) e, ambos municípios, aumentaram a sua participação no PIB total da Bahia, no período 2002-2007. Esse caso em que dois municípios de porte e situação tão semelhantes merece atenção especial quando da formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de forma que esta se oriente no sentido de ampliar uma possível bipolaridade, ao invés de concentrar ações em somente um desses municípios.

A Região possui o 15º maior PIB dentre as Regiões de Influência da Bahia, respondendo por 1,1% do PIB total do Estado. Essa Região faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), dentre as quais, além da RI de Ribeira do Pombal, as seguintes RIs: Aracaju (0,5% do PIB total da Bahia), Senhor do Bonfim (1,1%), Seabra (0,7%), Jacobina (0,9%), Itaberaba (0,6%) e Brumado (0.8%). No conjunto, essas Regiões, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual.

No entanto, o PIB da agropecuária da RI ocupa a 13ª posição dentre as Regiões de Influência da Bahia, respondendo por 2,8% do PIB dessa atividade no Estado, o que representa, por exemplo, 14% do PIB da agropecuária da RI Barreiras. Na Região, as áreas cultivadas com feijão, milho e mandioca representam 22%, 13,5% e 7,1% do total da Bahia, respectivamente, com destaque para os municípios de Euclides da Cunha, Quijingue, Monte Santo (2%), Cansanção e Tucano. Laranja, em Olindina, e caju, em Nova Soure e Banzaê, também possuem importância na Região. No caso da pecuária, é relevante o rebanho de ovinos. Os municípios de Euclides da Cunha (18,6%), Quijingue (15,6%) e Tucano (14,4%), respondem por 48,6% do PIB agropecuário regional.

A indústria regional é inexpressiva, com 0,5% do PIB desse setor no Estado. Antigo destaque regional e nacional na produção de integrada de sucos, a Fazenda Cajuba (13 mil hectares), situada nos municípios de Nova Soure e Tucano, em processo de liquidação judicial, foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, em novembro de 2009.

O PIB dos serviços desta RI corresponde a 1,4% do PIB total, desse segmento, na Bahia. Os municípios de Euclides da Cunha (16,4%) e Ribeira do Pombal (16,0%), que compartilham centralidade urbana na Região, respondem por 32,4% do PIB total de serviços regional.

A RI de Ribeira do Pombal possuía PIB *per capita* de somente 37% da média da Bahia, em 2002. Apesar de ter apresentado uma taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, maior do que a da Bahia, no mesmo período (5,1%), em 1,9 pontos percentuais, uma parcela expressiva desse aumento pode ser explicado pela ocorrência de saldos migratórios negativos em todos os municípios dessa Região.

Com exceção dos municípios de Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Quijingue e Antas, em todos os demais municípios da RI a participação do PIB da administração pública no PIB total, foi inferior a 35%, revelando a fragilidade de suas estruturas produtivas. A importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, supera 40% em todos os municípios da Região, exceto em Ribeira do Pombal, Nova Soure e Banzaê, o que também indica a precariedade da estrutura produtiva desses municípios.

Além disso, no que se refere à dimensão de *emprego&renda*, os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, na Região de Influência de Ribeira do Pombal, é de baixo

desenvolvimento em todos os municípios. Na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado e, na dimensão *educação*, grande parte dos municípios apresenta índices de desenvolvimento regular, exceto Cansanção, Monte Santo e Ribeira do Pombal (baixo desenvolvimento).

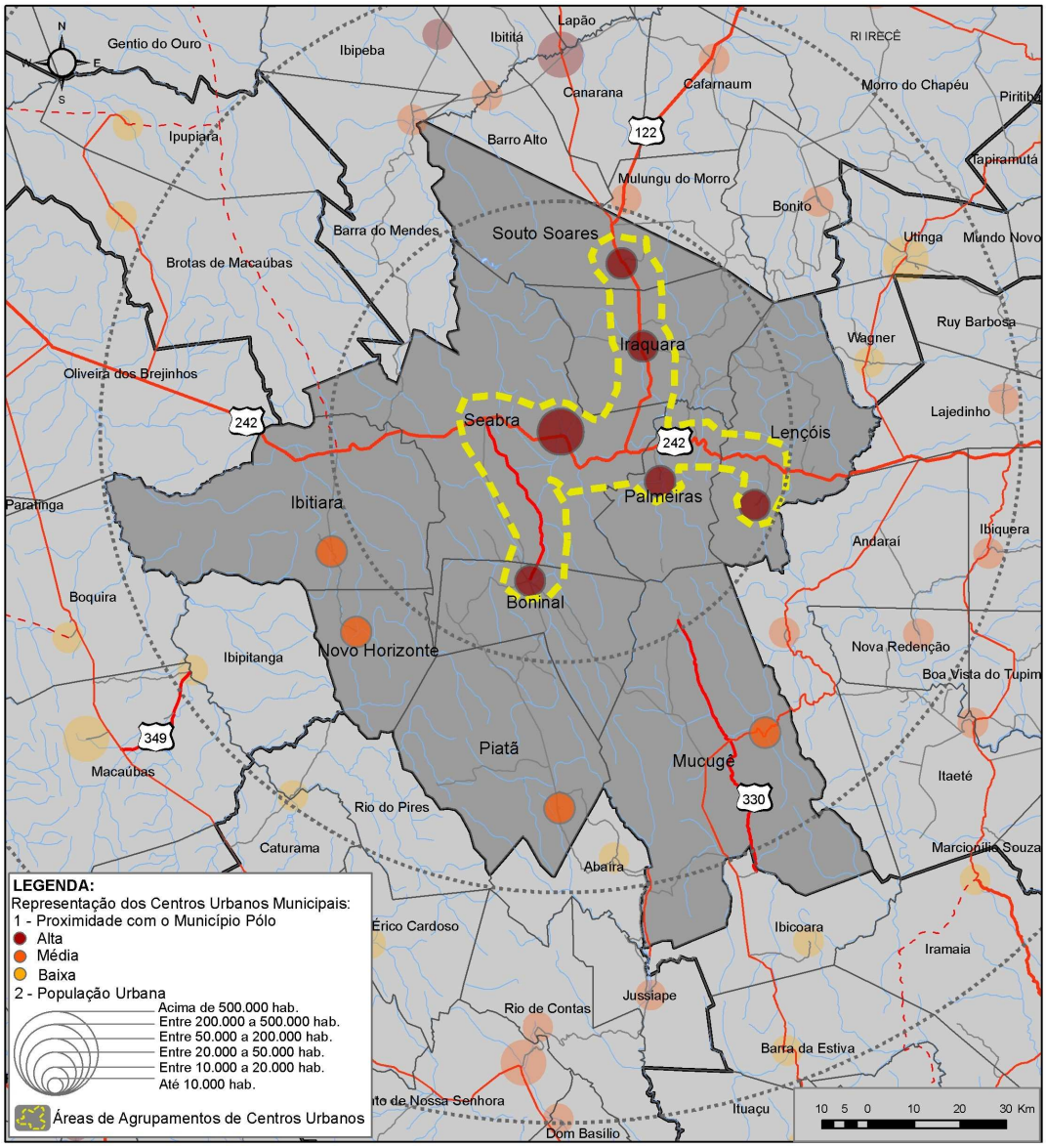
Finalmente, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Ribeira do Pombal possui os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica, com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 19: Região de Influência de Ribeira do Pombal

4.5.20 Região de Influência de Seabra

Todos os municípios da Região de Influência de Seabra estão inseridos no domínio da Caatinga (semi-árido nordestino) e apresentam temperaturas médias em torno dos 23ºC e índices pluviométricos entre 800 mm e 1.100 mm anuais. Nesta RI, localizada na Chapada da Diamantina, merecem destaque duas Áreas de Proteção Ambiental - APAs: a da Serra do Barbado, criada em 1993 (Piatã); e a APA Maribus/Iraquara, também criada em 1993 (Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra). Conta ainda com o Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985 (Lençóis, Mucugê e Palmeiras).

Figura 74: Síntese analítica da RI de Seabra



Fonte: Vertrag (2010)

A Região de Influência de Seabra possui 13.857 km², sendo a 16ª da Bahia nesse quesito. A sua população, de 170.369 habitantes, é uma das menores dentre as RIs. A maior parte dessa poulação reside em áreas rurais, de forma que a taxa de urbanização da Região é de somente 37%.

Destaca-se o município de Seabra que apresenta uma população de 40 mil habitantes (24% do total da Região) e taxa de urbanização de 46%. Todos os demais municípios apresentam taxas de urbanização que variam de 32% a 40%, exceto Palmeiras (41%) e Lençóis (76%).

Dos 10 municípios pertencentes à Região, 1 configura-se como Centro Local (6ª pos. hier.) e 9 como Núcleos (7ª pos. hier.). Por não apresentar saltos hierárquicos entre o pólo e as demais cidades, pode ser caracterizada como de alta densidade hierárquica. É influenciada diretamente por Salvador (Metrópole– 1ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Com exceção de Seabra (40 mil habitantes) – Centro Local - e Iraquara (23 mil habitantes), todos os municípios da Região possuem população inferior a 20 mil habitantes. Predominam na RI, municípios que podem ser caracterizados como de pequeno porte e rurais.

Do total de municípios da desta RI (10), 5 apresentam indicativos de saldo migratório negativos entre 2000 e 2007, com destaque para Seabra e Piatã, cuja população diminuiu a uma taxa de -0,7 a.a., no período. Nesse mesmo período, a população dos demais municípios cresceu a taxas relativamente expressivas (de 1,1% a 3,0% a.a.), o que levou a um aumento expressivo da população total da Região.

Quanto às variáveis referentes à concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), a cidade de Seabra apresenta nível mínimo para comércio frequente, baixo para agências bancárias e médio para especialidades médicas e de gestão. Além de Seabra, nenhum outro município dessa RI apresenta algum nível de concentração de atividades e serviços, o que permite caracterizar esta cidade como um Pólo Único, pois centraliza isoladamente funções urbanas no âmbito regional.

Conforme se pode verificar na Figura 74, no primeiro anel, até 50 km a partir de Seabra, verificam-se três eixos de estruturação do subsistema urbano regional. O primeiro, no sentido sul-norte a partir de Seabra, engloba os Núcleos de Iraquara e Souto Soares, ao longo da BR-122. No segundo, com orientação oeste-leste, localizam-se os Núcleos de Palmeiras e Lençóis, tendo como eixo principal de interligação a BR-242. E no terceiro, ao sul de Seabra, localiza-se o Núcleo de Boninal. Essas cidades, devido à proximidade com Seabra, conformam a área de maior concetração do subsistema urbano da RI.

Em um segundo anel, entre raios de 50 a 100 km a partir de Seabra, encontram-se os Núcleos de Piatã, ao sul; Mucugê, ao sudeste; e Novo Horizonte e Ibitiara, ao sudoeste. Essas cidades, pelas maiores distâncias em relação ao pólo regional (Seabra), apresentam fluxos de atividades e serviços menos intensos com essa cidade, configurando uma área menos concentrada do subsistema urbano regional. As cidades de Piatã e Mucugê convergem seus fluxos para Boninal (1º anel) e, em um segundo plano, para Seabra. Outra característica observada nesse anel, é a proximidade entre Ibitiara e Novo Horizonte, bem como a convergência de fluxos desse último centro urbano para Ibitiara e, em um segundo nível, para Seabra.

Assim, apesar dos centros do 1º e 2º anéis caracterizarem-se como Núcleos (7ª pos. hier.), alguns apresentam uma relevância diferenciada, pois recebem a convergência de fluxos das outras cidades, mais distantes do pólo, e sem ligações diretas com o mesmo. Ressalta-se ainda, que os Núcleos mais distantes de Seabra não sofrem polarizações

externas à Região, pois outros centros de maior hierarquia estão relativamente distantes, com dificuldades para o acesso.

Os municípios da Região de Influência de Seabra, fazem parte da Região da Chapada Diamantina, conforme reginalização definida para os Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS dessa Região, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regioal – CAR, em 1997.

Além disso, segundo esse PDRS, todos os municípios da Região compõem o Subespaço de Seabra, exceto Mucugê (Subespaço de Utinga, ao nordeste da Região da Chapada Diamantina) e Piatã (Subespaço de Paramirim, no centro-sul).

A RI de Seabra possui o 19º maior PIB da Bahia, respondendo por 0,7% do PIB total do Estado. Essa Região faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), dentre as quais encontram-se, além da RI de Seabra, as seguintes RIs: Aracaju (0,5% do PIB total da Bahia), Ribeira do Pombal (1,1%), Senhor do Bonfim (1,1%), Seabra (0,7%), Jacobina (0,9%), Itaberaba (0,6%) e Brumado (0.8%). No conjunto, essas Regiões, pouco articuladas entre si, respondem por 5,7% do PIB estadual.

Na Região, o setor agropecuário é relativamente importante, pois representa 2,5% do PIB dessa atividade na Bahia, participação pouco inferior à da Região de Influência de Eunápolis (2,6%). O município de Mucugê responde por 54% da produção agrícola regional, com destaque para a produção de café, alho e batata. Nesse caso, é responsável por 55% da área plantada na Bahia. A produção de café e fumo é importante em Seabra. Esse município, responde por 4,5% da área plantada com café no Estado. A atividade pecuária é dispersa regionalmente, com pouca importância estadual.

O PIB da indústria da Região ocupa a 20ª posição, respondendo por 0,3% do PIB dessa atividade na Bahia. Seabra concentra 19% do PIB industrial regional, indicando que a atividade industrial na Região é, não só incipiente, mas também dispersa e de pouca relevância entre os municípios.

A Região de Seabra possui o 20º maior PIB de serviços da Bahia, representando 0,7% do PIB total setorial do Estado, apesar da importância de suas atividades turísticas. O município de Seabra responde por 30% do PIB de serviços regional.

O município de Lençóis é a “capital” do turismo regional, contando, inclusive, com aeroporto regional. Esse município constitui um dos 65 “destinos indutores” do turismo, identificados no Brasil pelo Ministério do Turismo, dada a sua importância nacional e internacional, nesse tipo de atividade. Segundo o Plano Nacional do Turismo 2007-2010, esses destinos foram priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros desse Ministério, visando não só a melhoria das condições técnicas e operacionais dos roteiros turíscos locais (infraestrutura, qualidade dos serviços, formalização do emprego, etc.), mas também, de forma a maximizar os impactos dessa atividade no desenvolvimento regional.

A Região de Influência de Seabra possuía PIB *per capita* de cerca de 45% da média da Bahia, em 2002. No entanto, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, foi expressivamente maior do que a da Bahia (5,1%), em 4,1 pontos percentuais, o que, aliado ao aumento da população regional no período, indica o intenso dinamismo da economia regional.

Com exceção dos municípios de Seabra, Mucugê, Lençóis e Iraquara, todos os demais municípios da RI apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, superior a 36%, revelando a fragilidade de suas estruturas produtivas. Nos municípios de Boninal e Novo Horizonte, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de

rendimentos do mercado de trabalho formal, é superior a 50%, o que também indica precariedade de suas bases produtivas e de geração de empregos. Nos demais municípios, esse percentual varia entre 18% a 36%.

No que se refere aos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, a Região de Influência de Seabra apresenta a seguinte situação: na dimensão de *emprego&renda*, 6 municípios apresentam índices de desenvolvimento regular (Iraquara, Lençóis, Mucugê e Seabra) e, 5 de baixo desenvolvimento (Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã e Souto Soares); na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado; e na dimensão *educação*, todos os municípios apresentam desenvolvimento regular.

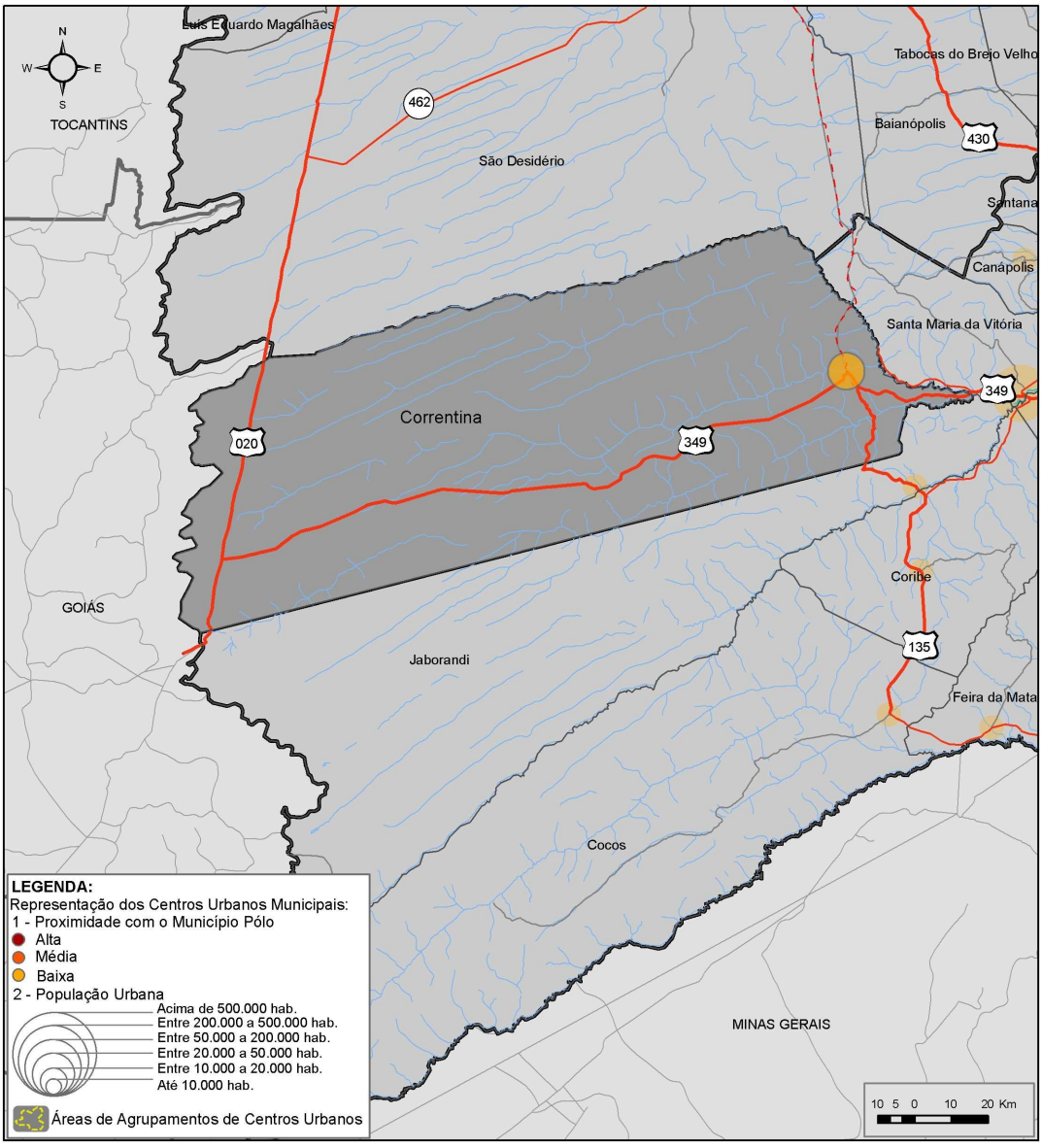
Finalmente, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, a RI de Seabra possui os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica, com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 20: Região de Influência de Seabra

4.5.21 Município de Correntina

Inserido no domínio do Cerrado, Correntina apresenta clima subúmido, com duas estações bem definidas: uma, úmida e quente, que estende-se de novembro a abril; e outra, seca e fria, de julho a setembro. As temperaturas médias máximas e mínimas anuais variam entre 26ºC e 20ºC e a pluviosidade é de 800 mm na mínima e 1.100 mm na máxima, por ano.

Figura 75: Síntese analítica – Município de Correntina



Fonte: Vertrag (2010)

Correntina não determina a sua Região de Influência. Pelo contrário, é um município baiano que é polarizado principalmente pela Região de Influência de Goiânia, capital do estado de Goiás, classificada como Metrópole 1 A da rede urbana brasileira (Regic/2007).

Essa situação se verifica, em parte, pela conexão da área mais produtiva e dinâmica do município, porção oeste, com o estado de Goiás. Além disso, a cidade de Correntina mantém tênues ligações com outros centros de hierarquia superior existentes no Estado da Bahia, tais como Santa Maria da Vitória (Centro Local – 6ª pos. hier) e Barreiras (Pólo Regional – 3ª pos. hier.) (ver Quadro 4 e Quadro 11).

Além das distâncias relativas e dos aspectos históricos referentes à estrututração dos principais eixos de transportes na região (BR-349, BR-020 e BR-342), tal fato pode ser explicado pela lógica do processo de integração de Correntina ao Centro-Oeste do Brasil e não tanto a Salvador, em decorrência da criação de Brasília, nos anos 1950/60, e dos grandes programas de fomento do governo federal voltados para a expansão da fronteria agrícola nacional, a partir da década de 1970, a exemplo do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer).

O município de Correntina possui uma extensão territorial de 12.142 km² e população de 31.658 habitantes. A maior parte de sua população reside em áreas ruruais, de forma que a sua taxa de urbanização é de 39%. Esse fato justifica a baixa centralidade de Correntina, apesar da expressividade de sua população e de sua atividade agropecuária. A taxa de crescimento populacional de Correntina, entre 2000 e 2007, foi de somente 0,5%, o que indica a existência de saldo migratório negativo. No entanto, a taxa de crescimento de sua população urbana foi relativamente expressiva.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da Região Oeste da Bahia, elaborado pela Conpanhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em 1997, Correntina pertence à Zona II, Subespaço 4 (Grãos/Irrigação/Pecuária) da subespacialização dessa Região.

Correntina responde por somente 0,3% do PIB total do Estado. No entanto, o PIB de sua atividade agropecuária representa 2,0% do PIB total setorial da Bahia. Assim, Correntina se coloca como um dos principais municípios baianos em termos da importância relativa do seu PIB agropecuário no total do Estado, inferior apenas a São Desidério (7,7%), Barreiras (4,5%), Luis Eduardo Magalhães (2,6%), Formosa do Rio Preto (2,2%) e Juazeiro (3,4%).

Na atividade agropecuária, Correntina se destaca pela produção de soja e algodão, com 11% e 10% da produção estadual, respectivamente. No caso da soja, Correntina ocupa 4ª posição no Estado. No caso do algodão, a 3ª. Dada essa expressividade da produção desses cultivos no município, Correntina se destaca como um dos mais importantes municípios brasileiros em termos de produção agrícola.

Além da soja e do algodão, a cana-de-açúcar vem ganhando importância no município.

O PIB da indústria de Correntina é somente 0,1% do PIB total setorial do Estado. No município, o PIB desse setor é de somente 7% do PIB total, revelando que esse segmento é ainda inexpressivo, em nível municipal.

No entanto, iniciativas recentes indicam um avanço da agroindústria no município. Em janeiro de 2008, foram iniciadas as obras do Parque Industrial Xingu-Agri (Grupo Multigrain). Este Parque corresponde a um complexo agroindustrial para o cultivo e beneficiamento de algodão e cana-de-açúcar, contando, inclusive, com uma usina termoelétrica alimentada com o bagaço da própria cana. O projeto prevê ainda a instalação de uma esmagadora e de uma unidade de biodiesel, a ser utilizado como combustível nas atividades agrícolas e na frota de caminhões da própria fazenda. O início da operação comercial estava programado para novembro de 2009.

No caso da cana-de-açúcar, visa-se a produção de etanol. A unidade tem previsão de começar a funcionar em março de 2011. A partir da moagem de 3 milhões toneladas de cana, plantadas em cerca de 30 mil hectares irrigados, a usina vai fabricar 250 milhões de metros cúbicos de álcool hidratado e anidro por ano. A previsão é de que a termoelétrica será capaz de gerar 210 mil megawatts de energia anuais. Além de suprir as necessidades energéticas do empreendimento, a energia excedente será oferecida ao mercado baiano e nacional, por meio da interligação já existente no sistema elétrico brasileiro.

Essa iniciativa deverá ampliar a centralidade de Correntina, localizada a 169 km de Barreiras (BR-135). Em 2007, a participação do PIB dos serviços de Correntina no PIB total setorial da Bahia, foi de somente 0,2%.

Correntina é um município cujo PIB *per capita* era 23% superior ao da média da Bahia, em 2002. Além disso, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita*, entre 2002 e 2007, foi maior do que a da Bahia (5,1%), em 3,8 pontos percentuais, o que indica a intensidade do dinamismo de sua economia, apesar de ter apresentado saldo migratório negativo no período.

Em Correntina, a participação do PIB da administração pública no PIB total é de somente 11%, o que também indica a vitalidade de sua estrutura produtiva. Além disso, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho é também relativamente pouco expressiva, 11%.

No entanto, no que refere à dimensão de *emprego&renda* do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, Correntina apresenta-se como de baixo desenvolvimento. Na dimensão *saúde*, o seu índice é de desenvolvimento moderado; e na dimensão *educação*, o município apresenta índice de desenvolvimento regular.

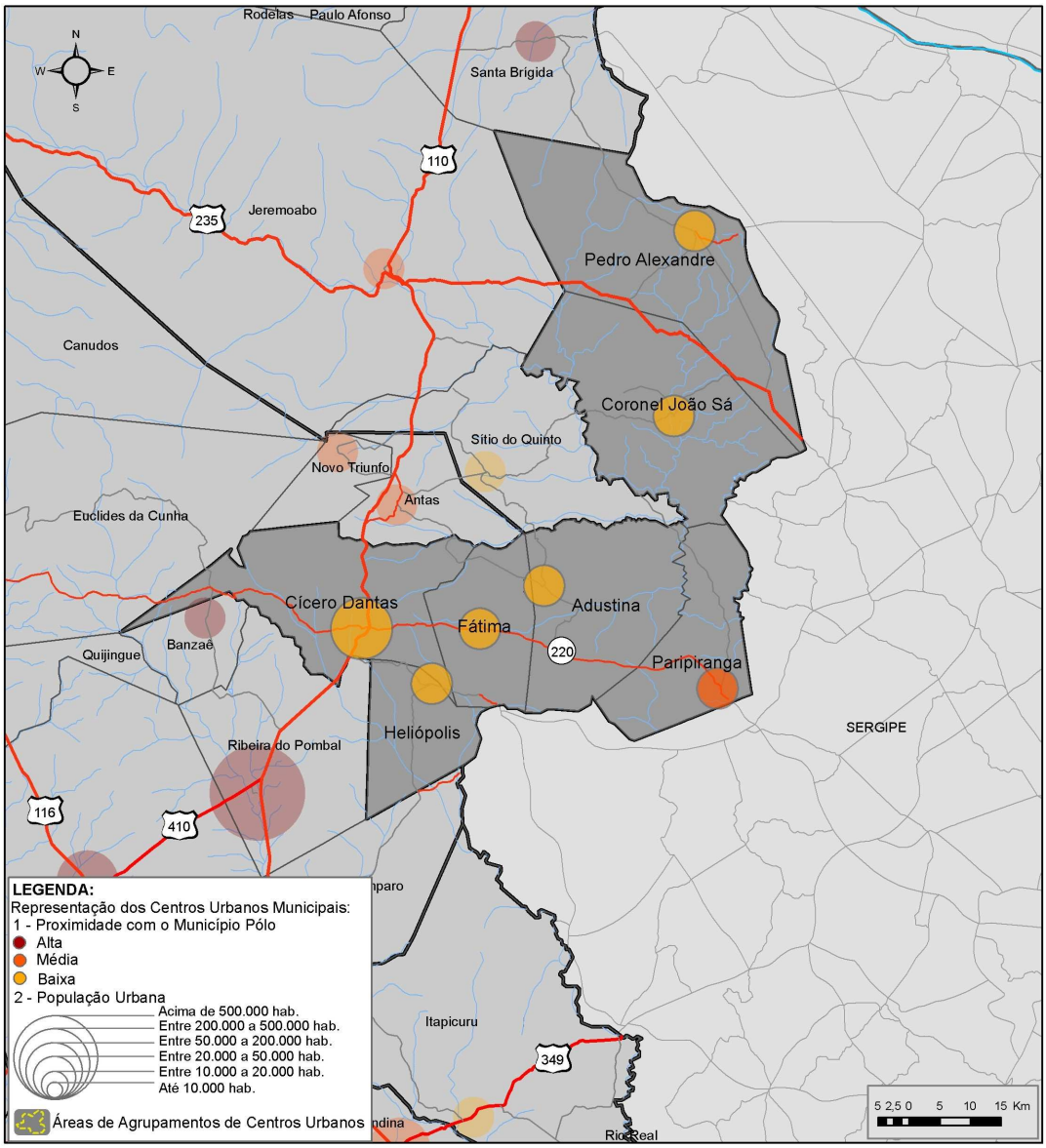
Por fim, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, Correntina possui os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica, com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

Mapa Síntese 21: Município de Correntina

4.5.22 Municípios baianos polarizados por Aracaju

Os municípios baianos polarizados por Aracaju, estão inseridos no domínio da Caatinga (semi-árido nordestino), área cuja precipitação pluviométrica anual não ultrapassa os 800 mm e suas temperaturas médias correspondem a cerca de 27ºC, com exceção do município de Paripiranga e parte de Adustina. Esses constituem áreas definidas climaticamente como mais úmidas, onde a precipitação anual é superior a 800 mm, podendo atingir até 900 mm, com temperaturas médias abaixo dos 25ºC.

Figura 76: Síntese analítica – municípios baianos polarizados por Aracaju



Fonte: Vertrag (2010)

Essa Região abrange os centros urbanos da Bahia que são influenciados principalmente por Aracaju, capital do estado de Sergipe. Essa situação é favorecida

sobretudo pela distância de tais municípios em relação à Salvador (Metrópole) e outros centros urbanos da Bahia de relevância regional, tais como Paulo Afonso (Pólo Sub-regional). Assim, Aracaju se constitui como o principal destino na busca de produtos e serviços mais especializados. No entanto, como Aracaju, considerada pelo Regic/2007 como uma Capital Regional A, é polarizada por Salvador (Metrópole), esses centros se vinculam indiretamente à rede urbana, centrada nessa metrópole.

A Região conta 7 municípios e uma população de 142.196 habitantes, na sua grande maioria com domicílios em áreas rurais. A taxa de urbanização da Região é de somente 37%, uma das mais baixas dentre as Regiões de Influência do Estado. Essa taxa varia de 15% a 41% nos municípios da RI, exceto em Cícero Dias, onde alcança 55%.

Todos os municípios dessa Região possuem população inferior a 20 mil habitantes, exceto Cícero Dantas (30 mil habitantes) e Paripiranga (28 mil). Há indicativo de saldos migratórios negativos em todos os municípios da Região. No entanto, com exceção de Cícero Dantas e Fátima, as taxas de crescimento da população urbana são relativamente elevadas. O município de Cícero Dantas, com 30 mil habitantes, concentra 22% da população dessa RI.

Quanto às variáveis referentes à concentração de atividades e serviços (ver Tabela 2), Paripiranga foi a cidade que mais se destacou, apresentando níveis mínimos de concentração em algumas variáveis. Porém, a existência de serviços com abrangência espacial reduzida, não lhe confere centralidade no âmbito regional, permitindo caracterizar esse centro urbano como Núcleo (7ª pos. hier.), assim como as demais cidades dessa RI.

A delimitação dessa região corresponde à porção nordeste da Região Nordeste da Bahia, conforme regionalização definida pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, elaborado, em 2000, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Segundo esse Plano, o município de Paripiranga, na porção oriental da Região, localiza-se na sub-região de Aracaju; Pedro Alexandre e Coronel João Sá, mais ao Norte, na sub-região de Paulo Afonso; e os demais municípios, Cícero Dantas, Heliópolis, Fátima e Adustina, na sub-região de Ribeira do Pombal.

A Região possui o 21º maior PIB da Bahia, respondendo por 0,5% do PIB total do Estado. O município de Cícero Dantas concentra 21% do PIB total da RI.

Nesta Região, o setor agropecuário é relativamente importante, pois representa 2,6% do PIB dessa atividade na Bahia. Os municípios de Paripiranga, Adustina e Fátima concentram 79% do PIB da Agropecuária regional, com destaque para a produção de milho (7,6% do total da Bahia) e feijão (2,0%).

A indústria regional é inexpressiva, com 0,1% do PIB desse setor no Estado. Da mesma forma, o PIB dos serviços representa somente 0,5% do PIB total desse segmento na Bahia.

Nessa Região, o PIB *per capita* era de somente 38% da média da Bahia, em 2002. No entanto, a taxa média anual de crescimento do seu PIB *per capita,* entre 2002 e 2007, foi expressivamente maior do que o da Bahia (5,1%), em 6,3 pontos percentuais, o que revela um dinamismo da economia regional nesse período, mesmo levando em consideração a ocorrência de saldos migratórios negativos na Região.

Os municípios de Cícero Dantas, Fátima, Paripiranga e Adustina apresentam participação do PIB da administração pública no PIB total, inferior a 35%, o que revela certo potencial de suas estruturas produtivas. Com exceção de Cícero Dantas (34%), em todos os demais municípios da Região, a importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, supera 40%, indicando a fragilidade das condições locais de geração de emprego e renda.

Refletindo esse fato, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/IFDM, na sua dimensão de *emprego&renda*, é de baixo desenvolvimento em todos os municípios da região. Na dimensão *saúde*, os municípios apresentam índices de desenvolvimento de regular para moderado. No que se refere à *educação*, grande parte dos municípios apresenta índices de desenvolvimento regular, exceto Cícero Dantas e Pedro Alexandre (baixo desenvolvimento).

Encontra-se em implementação pelo Governo do Estado, o Projeto Nordeste da Bahia - Bacia Sedimentar de Tucano, com o objetivo de aproveitar o potencial das águas de aquífero subterrâneo existente nessa região[52], visando, na sua primeira etapa, a expansão da oferta de água nos municípios de Cícero Dantas, Fátima, Heliópolis, Paripiranga e Adustina, beneficiando cerca de 100 mil habitantes. A ordem de serviço relativa a essa etapa foi assinada, pelo Governo do Estado, em abril de 2010.

Esse Projeto deverá aumentar a vinculação desses municípios com o Governo Estadual, em paticular com a Metrópole, e esvanecer a atual influência da cidade de Aracaju.

Segundo o Governo do Estado, esse empreendimento é o ponto de partida para mudar os indicadores socioeconômicos dos municípios situados nessa região, precários e devidos à falta de água, a ser utilizada, não só para a subsistência das pessoas, mas também como fator de desenvolvimento regional.

Finalmente, considera-se que em termos de infraestrutura urbana básica, o conjunto dos municípios polarizados por Aracaju possui os quatro indicadores avaliados (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em situação crítica, com níveis de cobertura abaixo de 75% dos domicílios.

[52] O Aquífero de Tucano está localizado no nordeste da Bahia, constituindo-se em uma das maiores reservas de água subterrânea de boa qualidade do Estado e única alternativa de manancial da região, que concentra 13% da população estadual que não tem acesso a água de qualidade.

Mapa Síntese 22: Municípios baianos polarizados diretamente por Aracaju

5 IMPLICAÇÕES E INDICAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES

5.1 Quadros Síntese

O *Estudo da Rede Urbana da Bahia* foi realizado a partir da quantificação e posterior análise dos fixos, fluxos, centralidades e hierarquias urbanas, presentes no território estadual, cujo resultado foi a definição de Regiões de Influências (RIs). As RIs são consideradas recortes geográficos espaciais extraídos da realidade urbana da Bahia e de sua contextualização em territórios maiores, ou seja, de sua regionalização específica, singular e "não ideal", pois: "Nenhuma escala espacial per si é boa ou ruim. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e realizar políticas levando em consideração a escala específica".[53]

As Regiões de Influência do Estado da Bahia são, pois, recortes geográficos territoriais constituídos a partir da polarização exercida por um centro urbano sobre um conjunto de cidades, ou seja, por aquele que exerce a maior centralidade urbana em uma determinada escala. Ele é, portanto, distinto dos demais, pelo fato de aí se localizarem atividades variadas, tornando-o referência para uma população de um contexto mais amplo que o seu próprio limite. A concentração de funções e a maior ou menor oferta de serviços e produtos ofertados, organiza o conjunto de cidades da Bahia em rede, com distintos níveis hierárquicos. Cidades com maior centralidade, são mais relevantes regionalmente e portanto, terão uma área de influência ampliada.

Com isso, acredita-se que seja possível pensar numa Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado da Bahia, a partir das referências de fluxos, hierarquia das cidades, centralidades urbanas e suas Regiões de Influência. Na elaboração desta Política, as três premissas gerais são:

- importância de estruturar e/ou consolidar pólos urbanos regionais e mesmo estaduais;
- importância de potencializar, consolidar e/ou criar pólos urbanos intermediários que garantam uma rede urbana com mais hierarquias, reduzindo extensos deslocamentos para a obtenção de produtos e serviços;
- importância de se definir políticas de desenvolvimento regional que atenuem as diferenças sociais e econômicas entre as regiões.

Tais propósitos conduzem à necessidade de estabelecimento de políticas públicas, estruturadas a partir de tipologias de municípios, independentemente de sua inserção numa ou noutra Região de Influência. Isso se justifica pelo fato da existência de situações muito críticas de atendimento das necessidades básicas da vida urbana, traduzidas em baixos índices de cobertura dos serviços de saneamento básico e energia elétrica, que são mais importantes que as próprias relações de hierarquia e fluxos. Do mesmo modo, devem ser observadas, com cuidado, situações demográficas mais específicas: municípios com altas taxas de crescimento urbano, com altas taxas de esvaziamento da população e, evidentemente, os municípios com grande contingente populacional.

[53] Brandão, Carlos Rodrigues. *O Processo de Subdesenvolvimento, As Desigualdades Espaciais e o "Jogo das Escalas", in Desigualdades Regionais*, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Salvador, 2004.

Também, deve-ser ter cuidado com situações socioeconômicas, como as dos municípios em que, a importância relativa do programa *Bolsa Família* é alta na sua comparação com o valor da massa de salários pagos nas relações de trabalho formal existente, ou, com as situações dos municípios em que havia "baixo PIB per capita em 2002, relativo ao PIB per capita médio da Bahia, e taxas de crescimento do PIB per capita entre 2002 e 2007 inferiores à taxa de crescimento do PIB per capita da Bahia". Por último, em termos de priorização quando da elaboração das políticas públicas para o Estado da Bahia, tem-se como prioritária também, a atenção a municípios que sofrerão os impactos urbanos causados pelos investimentos estratégicos de grande porte em andamento, ou previstos para o Estado da Bahia na próxima década.

Nos três quadros apresentados a seguir (Quadros 12, 13 e 14), na primeira coluna, estão resumidos os principais fatos e tendências identificadas no diagnóstico e análise realizadas pelo Estu*do da Rede Urbana da Bahia* e correlacionadas, na segunda coluna, às suas implicações e indicações de diretrizes que possam subsidiar a Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, contemplando e recomendando prioridades de intervenção governamental, segundo três diferentes contextos ou escalas geográficas espaciais: (i) o da rede urbana da Bahia e suas relações internacionais, nacionais e características intraestaduais; (ii) o contexto mais amplo de suas Regiões de Influência; (iii) o contexto específico de cada uma das Regiões de Influência delimitadas para o Estado. As recomendações de prioridades são respaldadas fundamentalmente na busca da redução das desigualdades sociais, na maior articulação entre as Regiões de Influência e na otimização dos esforços institucionais e financeiros.

Quadro 12: Implicações e indicações de diretrizes para a Politica de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, segundo o contexto da rede urbana estadual e suas relações internacionais, nacionais e características intraestaduais.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	**Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas**
• A rede urbana da Bahia é de média extensão e de média concentração de pólos, comparada às demais brasileiras. Isso significa uma rede de área geográfica e de número de pólos regionais que reproduz a média das demais regiões do Brasil, não apresentando alta densidade de pólos como no caso de São Paulo e, tampouco se estendendo em grandes proporções para outras áreas do território nacional, como aquelas com maior poder de polarização.	• Considerando tais características mais importantes da rede urbana da Bahia, é possível afirmar que ainda há potenciais não apropriados pelo Estado em termos de uma maior "influência" urbana no território brasileiro. A necessária consolidação de seus pólos regionais, como Salvador, seja do ponto de vista urbano (infraestruturas e serviços), seja do ponto de vista econômico, é fundamental para que esse potencial seja apropriado.
• A rede urbana da Bahia é muito diferente se comparada àquela da de Manaus e de Belém, mas também distante das com maior concentração de níveis hierárquicos como as de Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, e mesmo de Recife. No segundo caso, verifica-se menores deslocamentos para a satisfação de demandas por comércio e serviço, fato positivo, no custo social e econômico despendido pela população.	• A inexistência de pólos intermediários exige políticas de valorização dos pólos potenciais ou mesmo criação de novos, no intuito de atender a demandas diversas da população, sem a necessidade de grandes deslocamentos.
• As RIs conformadas pelas cidades classificadas nos níveis mais altos da rede urbana da Bahia, tais como Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista e Juazeiro têm como característica a existência de vários saltos hierárquicos entre a cidade-pólo e as cidades dos níveis subseqüentes. A existência de poucos centros urbanos em níveis intermediários repercute nos grandes deslocamentos enfrentados pela população.	• Necessidade de se identificar potenciais centros que possam ocupar posição intermediária para comércio, serviços e gestão (pública e empresarial) entre Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna e os demais 413 municípios, devem-se constituir em prioridade para uma política pública regional. • Barreiras (Pólo Regional), ainda que dividida pela polarização de Brasília, pode contribuir nesse intento.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
• A rede urbana da Bahia apresenta uma forte submissão à de Brasília para a Gestão Federal, e São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília para a Gestão Empresarial. Isso significa um isolamento das principais dinâmicas do país (governamental e do setor privado).	• Considerando o relativo isolamento da rede urbana da Bahia dos centros de decisão política e empresarial do país, é necessário estabelecer estratégias para a implantação de agências descentralizadas do Governo Federal no interior do Estado da Bahia (destaque para os sub-pólos).
• Não se observam complementaridades turísticas entre a rede urbana da Bahia e o Nordeste brasileiro: território baiano é cortado apenas por conexões iniciadas em São Paulo ou Belo Horizonte, e finalizadas em outras capitais do Nordeste.	• É necessário desenvolver programas de incremento à atividade turística que desencadeiem complementaridades regionais, no intuito de agregar potenciais.
• De modo geral, a rede urbana é pouco densa hierarquicamente, ou seja, suas relações urbanas indicam grandes deslocamentos para a obtenção muitas vezes de serviços de baixa complexidade, fato que encarece produtos e exige mais da população em termos de deslocamento.	• Considerando o aspecto de baixa densidade hierárquica da rede urbana baiana, é necessário, conforme já mencionado em outras análises, que se consolidem subcentros regionais, ainda pouco estruturados em termos de infraestruturas e de serviços urbanos.
• No âmbito do ensino de graduação, Salvador responde por 55,5% dos cursos existentes no Estado e, 41,5% das IES. Em relação aos cursos de pós-graduação, a concentração é mais expressiva em Salvador, com pouco mais de 70% dos cursos, seguido por Ilhéus com 7,9%, Feira de Santana com 7,3%, sendo que os demais se encontram em Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Itapetinga, Jequié e Juazeiro.	• Esse serviço constitui uma relação direta com políticas de desenvolvimento, servindo aos interesses do setor privado (como um atrativo) e ao de gestão governamental (incrementando índices de eficiência do serviço público). Políticas públicas devem priorizar áreas com pólos ainda pouco consolidados. • É necessário que se estimule a instalação de novas unidades das IES estaduais multicampi, bem como diversificar a gama de cursos ofertados, para além dos cursos básicos voltados, sobretudo, para a formação de professores. • Identificar competências regionais e promover o incremento do ensino de pós-graduação, de modo a criar embriões de centros especializados em temáticas definidas. • Criação de um plano estadual de pós-graduação, que estimule os cursos com nota 3 (o nível mais baixo na escala de avaliação) visando sua melhoria, e consolide aqueles de nota 4 e 5.
• A saúde apresentou um bom padrão de distribuição espacial, sobretudo no que diz respeito às especialidades médicas e ao total de médicos especialistas, embora a concentração tenha se revelado preocupante no âmbito dos equipamentos médicos, e prevaleça importantes vazios no noroeste do Estado.	• Mais uma vez, necessidade de se estruturar cidades pólos ou cidades identificadas para tal, reduzindo trajetos, economizando-se tempo e recursos dos usuários. • Dotar as cidades de unidades médicas de proximidade, melhor equipadas.
• Se comparados com os principais aeroportos do país, os aeroportos de maior importância no Estado da Bahia (Salvador e Ilhéus), não apresentam números expressivos em termos de vôos, passageiros e conexões. De fato, os fluxos relativos às ligações aéreas corroboram para a importância de poucos centros urbanos do Estado: Salvador, Vitória da Conquista, Barreiras, Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro, este em razão do turismo. Tais fluxos de origem/destino, restrito a poucos centros urbanos, pode potencializar a conformação do chamado “efeito túnel”, na medida em que conecta os maiores centros entre si, deixando os demais à margem dos processos estabelecidos entre os maiores centros.	• Considerando a baixa representatividade dos aeroportos de Salvador e de Ilhéus, além da concentração de movimento que eles demonstram, em oposição a grandes vazios no atendimento por esse serviço no restante do território estadual, há a necessidade de infraestruturas de logística competitivas no âmbito nacional e capazes de responder a uma demanda crescente do movimento internacional. Considerando essa realidade e a extensão do território baiano, é necessária a modernização de aeroportos menores, inserindo pólos hoje isolados numa dinâmica econômica maior.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
• As principais origens de passageiros aéreos para a Bahia são: São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal e Minas Gerais.	• A concentração da origem turística em alguns estados brasileiros indica a necessidade de políticas de atração de turismo em outros, hoje excluídos dos maiores movimentos, diversificando origens e ampliando/diversificando consumos turísticos.
• Inconstância no volume dos principais mercados emissores de turistas com entrada em Salvador. Porém, há uma estabilidade quanto aos países mais relevantes: Itália, Portugal, Espanha, Estados Unidos, França, Alemanha e Argentina (este com grandes variações e importância descendente).	• Necessidade de decisão estratégica em termos de políticas de atração de turistas estrangeiros: ou reforçam-se políticas em origens já consolidadas, ou busca-se diversificar possíveis origens, ou ainda, trabalha-se na diversificação de fontes no interior de um país (p. e. Argentina).
• Incremento maior de turismo no volume do mercado emissor estrangeiro que o doméstico (respectivamente 115% e 433%, a contar de 1991 até hoje).	• Necessidade de programas de difusão dos produtos turísticos da Bahia no mercado interno e qualificação desses mesmos produtos, para consumidores brasileiros.
• Sinais de expansão territorial do investimento estrangeiro em ativos imobiliário-turísticos: iniciaram mais timidamente em Salvador, Camaçari e Porto Seguro, e hoje avançam para outros onze municípios (Mata de São João, Belmonte, Itacaré, Porto Seguro, Costa Azul/Jandaíra, Canavieiras, Maraú, São Francisco do Conde/Ilha de Cajaíba, Ilhéus, Salinas da Margarida e Vitória da Conquista), indicando maiores impactos sociais, econômicos e ambientais, no âmbito estadual. O aumento de estabelecimentos voltados ao turismo em uma única área do Estado, que recebe os principais fluxos de turistas e investimentos imobiliários, construção de pousadas, hotéis e resorts e segunda residência, acentua o processo de concentração e desigualdades pré-existentes na rede urbana da Bahia.	• Estabelecimento de políticas capazes de atrair tais investimentos, mas também, efetivar políticas necessárias ao controle dos impactos sobre o acesso à terra por população hoje já excluída socialmente. • É fundamental a ação do Estado como disciplinador e promotor do fortalecimento de outras áreas turísticas excluídas dos fluxos internacionais de turistas e de investimentos em ativos imobiliários, além da ação de preparação e capacitação dos municípios no desenvolvimento e aplicação de planos, programas e projetos de controle e fiscalização do uso e ocupação do solo, e de políticas de acesso a lotes urbanizados, regularização fundiária e de habitação de interesse social. • Formação, estruturação e consolidação de Conselhos Municipais das Cidades e de elaboração, revisão e aplicação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano nos municípios do litoral do Estado, com o intuito de fortalecer suas articulações intermunicipais, inclusive com Conselhos Municipais de Turismo, Conselhos Estaduais das Cidades e do Turismo, bem como a articulação entre a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano com a do Turismo, de forma a internalizar não somente o capital imobiliário internacional, mas também os centros de decisão política e social que podem discipliná-los.
• Além da expansão sobre o território baiano do capital imobiliário estrangeiro, identifica-se também diversificação na sua origem. Parte-se de uma participação majoritariamente nacional, para um total de nove diferentes países, em investimentos de empreendimentos imobiliários.	• Tal fato indica a inserção da Bahia em mercado internacional, com grandes recursos. A falta de estrutura de análise de projetos, no âmbito municipal, poderá incrementar eventuais impactos negativos de tal processo.
• Forte concentração de futuros investimentos na região mais próxima a Salvador, sejam eles em número, sejam em volume financeiro e/ou tipologias de fontes dos recursos.	• Fenômeno que contraria a urgente necessidade de dotação de subpólos e/ou pólos emergentes, sobretudo em meio aos vazios da rede urbana, ou às relações pouco densas hierarquicamente.
• Destaca-se que a cidade de Luís Eduardo Magalhães aparece como Centro Local (8ª pos. hier.) na classificação proposta pelo Regic/2007, e na hierarquização adotada pelo presente estudo como um centro de posição intermediária, Pólo Local (5ª pos. hier.). • Outro ponto importante diz respeito às cidades de Porto Seguro e Itamaraju que, de acordo com o Regic/2007 são classificadas como Centro de Zona A (6ª pos. hier.). Na hierarquia adotada pelo presente estudo, assumem posição intermediária, Pólo Local (5ª pos. hier.)- nível 5.	• Pode-se considerar a centralidade emergente verificada para Luis Eduardo Magalhães não foi captada pelo Regic/2007, mas que o detalhamento das análises tornou mais evidente sua relevância na rede urbana do Estado da Bahia. • No caso de Porto Seguro e Itamaraju, a maior relevância obtida na classificação adotada pelo presente estudo, está ligada ao detalhamento permitido pelas variáveis de concentração de serviços e funções, que captaram, possivelmente, a importância das atividades ligadas ao turismo. A partir desses dados, verifica-se também que,

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
• A cidade de Ribeira do Pombal insere-se na hierarquia adotada com um posicionamento inferior ao proposto pelo Regic/2007.	Porto Seguro exerce funções complementares a Eunápolis, emergindo como possível aglomeração urbana. • No caso de Ribeira do Pombal, tal fato pode demonstrar uma diminuição da importância dessa cidade no contexto baiano, não apreendido pelo Regic/2007. Merece atenção especial no desenvolvimento de políticas urbanas, na medida em que outros indicadores demonstram fragilidades sociais e econômicas desta cidade pólo e da sua Região de Influência, muito embora essa possibilidade somente possa ser confirmada, a longo prazo.
• Leitura da fragilidade da rede urbana da Bahia, a partir distância necessária de deslocamento da população em busca de serviços raros e especializados, de um ponto qualquer da RI até o seu centro urbano principal (cidades pólos), permitiu a distinção de três compartimentos territoriais: (i) área de alta densidade de pólos, (ii) área de média densidade de pólos e (iii) áreas distantes do pólo principal das RIs. Cada compartimento territorial implica, diferentemente, nas políticas públicas a serem observadas tendo em vista as funções e relações em rede.	• Tais compartimentos territoriais, cuja identificação foi fundamentada na leitura da rede urbana estadual, associado à hierarquia dos centros urbanos que foram identificados a partir do presente estudo, podem servir como base para a implementação de políticas públicas baseadas nas relações em rede. • Nesse contexto, as bases acima mencionadas, constituem-se em instrumentos para elaborar políticas que atendam à necessidade de se estruturar cidades pólos ou cidades identificadas para tal, reduzindo trajetos, economizando-se tempo e recursos dos usuários. • Contribuem com esse intento, a identificação das pólos e subpólos de maior fragilidade no Estado, considerando-se os aspectos considerados no presente estudo.
• Inserção da Bahia em três domínios morfoclimáticos e fitogeográficos, com contornos similares ao obtido pelos compartimentos territoriais definidos a partir da densidade de pólos: Caatinga (ocupando mais da metade do território, 54%), Cerrado (27%) e Mata Atlântica (19%). Cada qual desses domínios implica diferentemente nas políticas públicas.	• Necessidade de se conhecer não apenas as potencialidades econômicas das regiões do Estado, mas, sobretudo, sua aderência ao quadro natural, de modo a garantir a sustentabilidade. Tal constatação indica a urgência de aplicação de instrumentos a serem previstos pelo Zoneamento Ecológico-Econômico em elaboração, sendo importantes para subsidiar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano. Uma análise conjugada entre ambos os estudos, o da Rede Urbana Estadual e do ZEE do Estado, podem contribuir tanto para uma futura política estadual de ordenamento territorial, quanto para o conhecimento de determinações e mediações importantes entre o econômico, o urbano e o ambiental.
• Ao se analisar as informações relativas ao PIB dos municípios baianos no período 2002-2007, é possível constatar duas tendências da economia baiana que são importantes para referenciar a formulação de políticas de desenvolvimento urbano: a primeira refere-se ao fato de que, nesse período, ocorreu um processo de relativa desconcentração espacial das atividades econômicas no território da Bahia; e a segunda, indica um movimento de convergência dos PIBs *per capita* de grande parte das Regiões de Influência. • Apesar de ser possível identificar, no período de análise, a perda de participação relativa do PIB da Região de Influência de Salvador no total do PIB da Bahia e o ganho de várias outras Regiões de Influências, a distribuição dessas atividades ainda permanece fortemente concentrada em poucas Regiões, em particular, na da capital do Estado.	• No geral, essas tendências ocorrem no bojo do ciclo expansivo recente da economia brasileira, iniciado em 2002/2003, e evidenciam que, na Bahia, várias Regiões de Influência e suas cidades têm respondido de forma ativa aos efeitos dinâmicos que o crescimento da economia brasileira vem induzindo nas diversas regiões e localidades brasileiras. • Nesse contexto, as políticas desenvolvimento urbano tendem a ser mais oportunas na medida em que crescimento econômico, acompanhado de desconcentração espacial das atividades econômicas e convergência dos PIBs *per capita*, tende a pressionar a expansão e a transformação das cidades com diversificação de suas funções urbanas e necessárias adequações na infraestrutura existente nos municípios, destacando-se para tanto as RIs de Barreiras, Goiânia, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas como as mais dinâmicas; e Aracaju, Eunápolis, Feira de Santana, Itaberaba, Jacobina, Jequié, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Senhor do Bonfim, Valença e Vitória da Conquista, como aquelas em avanço.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
	• Cabe destacar que dentre as RIs em avanço, Aracaju, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim, Seabra e Itaberaba conformam, juntamente com Jacobina e Brumado, como aquelas menos expressivas ou dinâmicas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços), formando uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia. • Essas tendências também favorecem a eficácia das políticas de desenvolvimento regional, que são de crucial importância para uma parcela expressiva dos municípios e cidades da Bahia que, no geral, apresentam as seguintes características: população relativamente reduzida; elevada participação dos serviços de baixa produtividade e da administração pública no PIB total; elevada importância relativa do Programa Bolsa Família para o dinamismo da economia municipal e elevados índices de carências socais, em particular, empregos formais e educação.
• Com relação à análise da estrutura setorial do PIB nos municípios, foi possível constatar que: (i) 21 concentrava 81% do PIB industrial da Bahia, com destaques para Camaçari, São Francisco do Conde e Salvador; (ii) 40, 9,6% do total, responderam por 51% do PIB agropecuário total do Estado, com destaques para São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Juazeiro, Correntina, Barra do Choça e Ibicoara; (iii) 52% do PIB dos serviços na Bahia concentra-se em 7 municípios, dentre os quais se destacam: Salvador, Feira de Santana, São Francisco do Conde, Camaçari, Vitória da Conquista, Lauro Freitas e Itabuna.	• Em geral, municípios com forte concentração industrial e de serviços, como os listados ao lado, são mais relevantes no que se refere à necessidade de políticas específicas de desenvolvimento urbano (estaduais ou federais), principalmente quando se localizam em regiões metropolitanas consolidadas ou em formação. • Por outro lado, municípios, com o PIB industrial inexpressivo ou, com elevada participação dos PIBs agropecuários e/ou de serviços, mas de dimensão absoluta pequena e de baixos níveis de produtividade, requerem políticas de desenvolvimento urbano associadas a políticas específicas de desenvolvimento regional.
• Nas Regiões de Influências de Aracaju, Ribeira do Pombal e Irecê, a relação entre os valores de Bolsa Família transferidos aos municípios, e o de sua massa salarial formal, supera 30%, enquanto que no total do Estado, 131 municípios, ou seja, aproximadamente 30%, encontram-se nessa situação.	• Os municípios que apresentam uma elevada proporção do valor de Bolsas Família em relação à massa de salário do mercado de trabalho formal, tendem a ser menos estruturados economicamente e a possuir uma renda média familiar relativamente pequena, o que limita a diversificação do seu setor terciário e, em geral, de suas funções urbanas. No entanto, uma elevada proporção desse valor também indica a importância da Bolsa Família para o dinamismo da economia local o que, caso não existisse, seria ainda muito mais limitado.
• As agências bancárias no Estado da Bahia estão presentes em apenas 65% dos municípios baianos, com grande concentração em Salvador (241 agências) e em outros sete municípios (mais de 10 agências cada um).	• Situação reveladora de uma realidade com baixa atividade econômica. Necessidade de políticas públicas que incentivem a instalação dessas agências, de forma descentralizada, ou que identifiquem formas alternativas de prestação de serviços bancários.
• Polarização absoluta de Salvador em termos de mídia impressa. Isso resulta na priorização dos temas mobilizadores e dos valores de uma sociedade urbano-metropolitana, para um Estado onde a condição urbana é muito heterogênea. A tendência, porém, é a de se homogeneizar a partir da grande cidade para as demais parcelas do Estado.	• A despeito de parecer uma diretriz bastante geral, a da interiorização da cultura (aí incluindo programas que difundam o hábito da leitura), no caso da Bahia, essa sugestão é ainda mais importante, a considerar a alta concentração da mídia impressa na capital.
• Os movimentos pendulares mais expressivos na rede urbana da Bahia são: origem e destino em Salvador e na área central do Estado da Bahia (predomínio do semi-árido, com forte caráter de emigração e baixa cobertura do comércio, serviços e ensino superior).	• Mais uma vez, necessidade de consolidação de pólos regionais e/ou identificação de pólos potenciais nos maiores vazios da rede urbana do Estado. • Como os movimentos são para trabalho e/ou estudo, revela-se a necessidade de criação de novos centros voltados ao ensino superior e à criação de mecanismos que garantam emprego e renda.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
• Na RM de Salvador, observa-se o predomínio de municípios entre 20 e 50 mil habitantes, e com população urbana superior a 50%. A presença de municípios com taxas de urbanização inferiores a 50% revela situação contraditória para uma Região Metropolitana, tendo em vista a qualificação do *metropolitano*. O município de Camaçari teve a terceira maior taxa de crescimento populacional do Estado, com 4,53%.	• Necessidade de políticas públicas urbanas específicas para diferentes realidades: aglomerações metropolitanas complexas, municípios com população majoritariamente rural e municípios com persistência de altas taxas de crescimento demográfico, dentre outros.
• No Estado, predominam municípios entre 10 e 20 mil habitantes, com taxa de urbanização inferior a 50%, seguidos daqueles entre 20 e 50 mil e com taxa de urbanização superior a 50%, e aqueles entre 10 e 20 mil e com taxa de urbanização superior a 50%. Este conjunto representa 82,5% das cidades e aproximadamente 63% da população urbana do Estado da Bahia. Tais municípios estão localizados nos compartimentos territoriais de média densidade de pólos urbanos e áreas distantes dos principais pólos; na área de alta concentração de déficit habitacional ao longo do rio São Francisco e no quadrante de desenvolvimento econômico com baixa performance do PIB *per capita*, renda média familiar pequena, sem agência bancária, jornais locais e com baixa cobertura dos serviços de saneamento básico e energia elétrica.	• Predomínio de uma realidade urbana de pequena dimensão, que demanda políticas de naturezas distintas: de âmbito urbano regional e de âmbito intraurbano. • Quanto à possível descentralização das ações e investimentos em desenvolvimento urbano, suas "condições objetivas de subdesenvolvimento", impõem necessariamente a consecução de políticas de desenvolvimento além de diretrizes específicas relacionadas ao desenvolvimento urbano. A despeito dessa generalização, em termos de diagnóstico para esse grande conjunto de municípios, é necessário estabelecer diretrizes e prioridades não apenas em nível regional, mas também na escala municipal, atendendo, sobretudo, a demandas específicas em termos de necessidades básicas.
• Identificação de várias rede de apoio e/ou ação política no Estado da Bahia que se caracterizam, em sua maior parte, por estimular e reforçar o protagonismo e autonomia das populações menos favorecidas: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas Brasil, a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).	• A importância dessas redes se materializa nas transformações observadas no cotidiano das populações nas quais houve o apoio e a ação. É também decorrente do grande contingente de população rural existente, em torno de 32% do total. Acrescenta-se a isso, o fato dos municípios com menos de 20 mil habitantes concentrarem em torno de 60% da população do Estado. Ou seja, a existência de tais redes tende a fortalecer as iniciativas locais, muitas vezes inviabilizadas pela falta de apoio e meios necessários. A ação e apoio em municípios pequenos, seja na área rural ou urbana, tende a viabilizar projetos e, assim, promover soluções locais de desenvolvimento social e econômico.
• Indicadores de infraestrutura urbana básica (água, energia e esgotamento sanitário), bastante díspares entre os municípios baianos, com realidades que vão da melhor posição relativa no Estado à pior.	• No caso dos indicadores relativos à água, energia e esgoto, resultados médios para uma RI podem não revelar situações extremas no seu interior e ainda, mascarar a criticidade ao qual se encontram muitos dos municípios baianos. Tal fato indica que, políticas setoriais com essas características, devem ser pensadas à luz de realidades municipais e não em nível de generalizações regionais.

Quadro 13: Implicações e indicações de diretrizes para a Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, segundo suas Regiões de Influência

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
▪ Em termos de extensão de território polarizado diretamente por Salvador, têm-se como grandes Regiões de Influência as de Barreiras, Guanambi, Juazeiro e Irecê. Na posição intermediária, tem-se: Vitória da Conquista e Feira de Santana. Com menor território, estão as demais.	▪ No caso das RIs com grandes territórios, observam-se relações com baixa densidade de pólos que resultam, seja de centros pouco equipados em termos de infraestrutura e de serviços, seja em termos de vazios de ocupação e/ou com características rurais. Mais uma vez, insiste-se na necessidade de se detectar possíveis potenciais para que sirvam como pólos intermediários na rede urbana, e que para os mesmos, se voltem investimentos prioritários em atividades de natureza estatal em um primeiro momento, e capazes de mobilizar outras.
▪ Rede urbana com grandes saltos hierárquicos nas relações, indicando longas e custosas locomoções. Os maiores são Feira de Santana e Juazeiro (com 3 saltos hierárquicos entre a posição do pólo e a cidade classificada no nível subseqüente). Em posição considerada positiva estão as RIs de Senhor do Bonfim e Guanambi, por exemplo.	▪ Necessidade de dotar os centros intermediários de atividades capazes de equilibrar a rede.
▪ Em termos de volume de população total (2007), destaca-se, num primeiro nível, Salvador e Feira de Santana (todas com população superior a 1 milhão); num segundo nível, tem-se: Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista, Guanambi, Barreiras, Juazeiro, Jequié e Irecê.	▪ A identificação dessa hierarquia, a qual pode ou não conter igual representatividade na rede urbana do Estado, deve servir como base referencial para o estabelecimento de infraestruturas e serviços públicos, assim como determinação para programas de descentralização. Do mesmo modo, pode servir como base, para definição de circuito rodoviário estruturador dos fluxos terrestres no Estado (anéis rodoviários).
▪ Entre 2000 e 2007, a população das RIs de Vitória da Conquista, Jequié, Ilhéus-Itabuna, Brumado e Senhor do Bonfim diminuiu, o que indica a prevalência de fatores de expulsão sobre os de atração de população por parte dessas Regiões. Alguns outros municípios, em outras RIs, também perderam população.	▪ Isso indica o agravamento dos processos de concentração da população em alguns municípios, indicando crescimento acelerado em outras, e sugerindo maior demanda aos serviços públicos. ▪ Faz-se necessário detectar as causas específicas de esvaziamento de população em cada município, e criação de mecanismos que permitam a permanência e fixação da população.
▪ Cinco municípios tiveram crescimento populacional superior a 4%: Juazeiro (RI de Juazeiro); São Desidério (RI de Barreiras); Camaçari (RI de Salvador); Itacaré (RI de Ilhéus-Itabuna) e Luis Eduardo Magalhães (RI de Barreiras), este com 12,9%.	▪ É preciso identificar as causas dessa transferência de população para cada realidade municipal, e verificar o impacto desse crescimento na infraestrutura existente, tanto dos municípios receptores, quanto dos emissores.
▪ Sete municípios tiveram taxas de crescimento populacional negativas, superiores a - 5%: Encruzilhada, Mirante, Caatiba, Gongogi, Maetinga, Caraíbas e Guajeru. Todos localizam-se numa mesma porção do Estado: seis na RI de Vitória da Conquista e Gongogi na RI Jequié.	▪ Da mesma forma que para a atração populacional anteriormente descrita, é fundamental que se compreenda as razões da diversidade de concentração e esvaziamento, com destaque para Vitória da Conquista, que vive essa dupla realidade de modo significativo.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
▪ Quatorze municípios tiveram taxa de crescimento urbano superior a 5%: Luís Eduardo Magalhães, com 14,5%, o maior, além de Ubaitaba (RI de Ilhéus-Itabuna); Itacaré (Ilhéus-Itabuna); Mansidão (Barreiras); Igrapiúna (Valença); Mirangaba (Jacobina); Novo Horizonte (Seabra); Macajuba (Feira de Santana); Abaré (Paulo Afonso); Matina (Guanambi); Ibicoara (Vitória da Conquista); Serra do Ramalho (Guanambi); Nova Canaã (Vitória da Conquista) e Alcobaça (Teixeira de Freitas). ▪ Cinco dos quatorze municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento urbano obtiveram, contrariamente, taxas de crescimento negativas para a população total: Ubaitaba (Ilhéus-Itabuna), Igrapiúna (Valença), Macajuba (Feira de Santana), Serra do Ramalho (Guanambi) e Alcobaça (Teixeira de Freitas). Tal situação pode indicar migrações no interior do próprio município, com uma possível oferta de trabalho, serviços e infraestrutura em suas sedes municipais. A RI de Ilhéus-Itabuna destaca-se nessa situação.	▪ Nesses casos, o maior impacto ocorre no nível intraurbano, na medida em que o crescimento da população urbana se faz acompanhar da ampliação da demanda por infraestrutura de saúde, moradia, transporte, emprego, etc. ▪ Deve-se estimular que os municípios com crescimento populacional acelerado, em determinado período, elaborem planos específicos de atuação, no âmbito da atenção às demandas intraurbanas.
▪ Há RIs cujo predomínio é de municípios com forte característica rural: Barreiras, Brumado, Guanambi, Irecê, Jacobina, Paulo Afonso, Juazeiro, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus, Seabra e Valença.	▪ Além da necessidade de se estabelecerem políticas públicas diferenciadas em relação às RIs de caráter mais urbanos, esse conjunto exige, a observação de que tipo de rural elas desenvolvem. Importante ainda, é o esforço de se pensar políticas capazes de fortalecer essa característica e, ao mesmo tempo, consolidar centros urbanos que sirvam de nós nos fluxos.
▪ Nos municípios polarizados por Aracaju, Ribeira do Pombal e Irecê, a relação entre os valores de Bolsa Família transferidos aos municípios e o de sua massa salarial formal, supera 30%. Nas RIs de Barreiras, Eunápolis, Ilhéus-Itabuna, Salvador e Teixeira de Freitas esse percentual é inferior a 10%	▪ Políticas de emprego e renda devem ser implementadas de modo a superar a médio e longo prazo, a situação de dependência de programas federais.
▪ Observa-se forte concentração de equipamentos médicos em Salvador, seguido por Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras, Camaçari, Itabuna, Lauro de Freitas, Jequié, Ilhéus, Juazeiro, Alagoinhas e Eunápolis.	▪ Ainda que se observem baixos fluxos para obtenção desse serviço na Bahia, a situação é considerada grave. A razão de tal hipótese, é que pode haver indícios de falta de condições do paciente potencial para a locomoção, muitas vezes realizada em grandes distâncias. À exceção de Camaçari e Alagoinhas, os municípios que concentram equipamentos médicos, já são sede de RIs.
▪ Concentração de especialidades médicas, com destaque para Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Lauro de Freitas, Juazeiro, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Alagoinhas e Barreiras	▪ Chama a atenção para a ausência de Jequié e Teixeira de Freitas nessa lista de especialidades, por serem sede de RIs, o que indica baixa capacidade de atender às demandas de seus municípios polarizados.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
▪ Dentre as Instituições de Ensino Superior – IES estaduais estão a Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, e a Universidade do Estado da Bahia, cuja forte característica multicampi, garante sua presença em 24 cidades do Estado, embora com cursos básicos voltados, sobretudo, para a formação de professores. ▪ Espacialmente, a concentração do ensino superior se dá sobre uma porção específica do Estado, que assume espacialmente a forma de uma meia lua que finaliza em forma de Y invertido. Assim, parte de Juazeiro, tem ao centro, a Região Metropolitana de Salvador, e abre-se em duas direções (tal qual um Y invertido), uma para a região de Ilhéus-Itabuna e outra, passando por Jequié e chegando a Vitória da Conquista.	▪ Não se identifica fortes especialidades das IES e sua distribuição dentre as RIs. Políticas de desenvolvimento estadual devem identificar essas necessidades, e respondê-las com a oferta de uma gama maior de cursos, identificados por meio de especificidades locais/regionais. A localização dessas IES no interior dessas RIs deve perseguir a consolidação de subpólos, e uma melhor distribuição nos fluxos. ▪ Deve-se reverter a situação predominante de vazio na porção centro-oeste do Estado, seja por meio da implantação de novos campus das universidades estaduais, seja por meio de gestões junto ao governo federal, no âmbito do programa de expansão das universidades federais.
▪ Quanto aos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, a concentração é ainda mais evidente, dos 116 cursos de Mestrado e 48 de Doutorado, pouco mais de 70% está em Salvador; 7,9% em Ilhéus; 7,3% em Feira de Santana; os demais, encontram-se em Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Itapetinga, Jequié e Juazeiro.	▪ Usuários dessa função urbana, propõe-se a empreender grandes distâncias; todavia, isso dificulta ou impossibilita sua apropriação por muitos, sugerindo uma demanda latente. Na espacialização dessas concentrações, predomina a ausência dessa função, cujos vazios gerados deveriam ser priorizados na implantação desse serviço, quando de iniciativa governamental.
▪ No âmbito das atividades selecionadas e relacionadas à gestão, a totalidade das instituições/órgãos analisados pode ser observada em 13 municípios: Salvador, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso, Jequié, Jacobina, Itabuna, Irecê, Feira de Santana, Brumado, Barreiras e Alagoinhas.	▪ Tendo em vista o tipo de instituições/órgãos analisados, e sua estreita relação com a administração pública, constata-se uma distribuição equilibrada pelo Estado, sem muitas áreas descobertas. Isso permite afirmar que o Estado tem papel importante, por meio de políticas de descentralização de certos órgãos da administração pública estadual, o que pode contribuir para o estímulo à fixação de outras atividades e, a depender do vigor das ações, pode ter papel importante na transformação da realidade sócioespacial, hoje predominante.
▪ Para a oferta de serviços de esgoto, chama-se a atenção para o fato de que todas as RIs oferecem cobertura inferior a 75% dos domicílios, indicando a precariedade deste serviço.	▪ A falta de cobertura de rede de esgoto é ainda mais grave, quanto maior o volume demográfico e maior a taxa de urbanização. Assim, dessas Regiões, deve-se dar maior prioridade para políticas públicas de saneamento para as de Salvador, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista.
▪ Apenas a RI de Salvador possui 75% ou mais de domicílios com oferta de água potável. Essa situação indica a gravidade do nível de cobertura. ▪ Pode ser também considerado como muito grave, a existência de RIs com cobertura de energia elétrica inferior a 75% dos domicílios: Aracaju, Barreiras, Guanambi, Itaberaba, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Seabra, Valença e o município de Correntina.	▪ Na razão de tal situação, tem-se a falta histórica de políticas públicas que priorizassem esse serviço. Em termos de rede urbana, é importante a prioridade dos municípios onde se observa essa situação crítica. Em termos de política social, valem prioridades setoriais de redução de carências básicas.

Principais fatos e tendências observadas no diagnóstico	Implicações e indicações para a definição de diretrizes urbanas
▪ RIs mais críticas em termos daquilo que é considerado o mínimo (75% de domicílios atendidos) para um desenvolvimento urbano (água canalizada, energia elétrica e esgotamento sanitário) são: Aracaju, Barreiras, Guanambi, Itaberaba, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Seabra, Valença e o município de Correntina	▪ Essas RIs possuem grandes déficits de atendimento em pelos menos 3 das situações avaliadas, fato que as classificam como prioritárias, em ações inclusivas de acesso universal, àquilo que é mais básico para as cidades.
▪ Encontram-se previstos ou em curso na Bahia, alguns investimentos que podem ser considerados estratégicos na medida em que, pelo seu porte, podem vir a ter impactos nas estruturas da economia e na rede urbana Estadual: Ferrovia de Integração Oeste-Leste, extração de minério de ferro em Caetité e o Porto Sul; estaleiro Enseada do Paraguaçu; exploração de gás natural em Valença; exploração do Aquífero Tucano; outras iniciativas relevantes relativas à indústria extrativa mineral; e o Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê. ▪ A maturação desses projetos, associada às boas perspectivas existentes para a expansão dos agronegócios das RIs de Juazeiro (fruticultura e cana-de-açúcar), Eunápolis (papel e celulose) e Teixeira de Freitas (papel e celulose), deverá intensificar o processo de relativa desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado e implicar em mudanças relativamente expressivas na rede urbana da Bahia.	▪ Tendo em vista a implatação de tais investimentos, há que se atentar para políticas urbanas que dêem suporte ao aumento da centralidade de determinadas cidades, que como consequência, tendem sofrer aumento na sua população o que gera a necessidade de investimentos em sua infraestrutura urbana nos mais variados aspectos. Merecem destaque, portanto, com relação à construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, os municípios de Barreiras, Caetité e Ihéus, além de Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Brumado e Jequié que possuirão estações de transbordo. Com relação ao estaleiro Enseada do Paraguaçu, o município de Maragogipe. Concernente à indústria extrativa de níquel, os municípios de Itagibá, Jequié e Maracás. E referente ao Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê, o município de Irecê, com influências em Xique-Xique, Itaguaçú da Bahia, Jussara e Sento Sé. ▪ A ferrovia vai viabilizar as condições de transporte necessárias à exploração mineral em Caetité, o que deverá aumentar a população urbana local e reforçar a centralidade desse município, com tendências a conformar um embrião de aglomeração urbana, em conjunto com Guanambi, a somente 39,2 km de distância. ▪ Não há sinalização de investimentos significativos em duas RIs cujos pólos são importantes nós na rede urbana estadual: Feira de Santana e Vitória da Conquista.

Quadro 14: Implicações e indicações de diretrizes para a Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, segundo cada uma das suas Regiões de Influência

	Região de Influência	Implicações e indicações de diretrizes para a definição de uma política estadual de desenvolvimento urbano
1	**RI Salvador** **(1ª pos. hier.)**	• Tal qual historicamente tem-se observado, a parcela metropolitana desta RI merece um tratamento diferenciado das políticas regionais do Estado da Bahia, seja pela complexidade de seu fenômeno urbano, seja pela especificidade das demandas de sua população. Isso reforça a ideia da importância de encaminhamentos institucionais para suas questões, segundo iniciativa do governo estadual, reduzindo a dependência por iniciativas intermunicipais. • O fato desta RI abrigar um fenômeno metropolitano e, por esse potencializar centralidades bem como situações sociais críticas, constitui-se prioritária no atendimento aos níveis de carência aí observados. • No contexto de Salvador, no papel de Metrópole da rede urbana estadual, e tendo em vista as características dessa rede, é importante que se estabeleçam: (i) políticas de fortalecimento dos pólos de cada uma das RIs para incorporar áreas polarizadas por cidades localizadas fora do Estado; (ii) políticas estratégicas para incrementar a posição hierárquica de Salvador na rede urbana nacional. Para o caso da segunda tipologia de políticas, valem propostas de determinação de potenciais que possam distinguir esse pólo dos demais nacionais. • A inserção desta RI integralmente no domínio da Mata Atlântica, revela limitações para seu uso do solo. Tal realidade impõe soluções mais complexas, considerando a pressão de crescimento metropolitano. Tal fato justifica a prioridade para esforços conjuntos dos municípios, ou seja, patrocinados e incentivados pelo governo do Estado, em ações de controle, monitoramento e fiscalização de todos os processos de uso e ocupação do solo, com destaque para os municípios inseridos na Região Metropolitana; • A centralidade de Salvador em relação a todas as demais RIs e seus pólos, exige uma proposta de sistema rodoviário que articule as cidades com maior centralidade (ou potencial para exercer essa centralidade), e que seja estruturado para o exercício de um sistema de atendimento dos serviços públicos principais. Tal proposta, constituindo-se em um Anel de Integração Estadual (rodoviário), contribuiria para o atendimento, com maior racionalidade, às demandas básicas da população.
2	**RI Feira de Santana** **(2ª pos. hier.)**	• A posição geográfica do pólo da RI de Feira de Santana, faz com que esta cidade seja um importante nó rodoviário no proposto Anel de Integração. Para tanto, necessário se faz o estabelecimento de políticas que reforcem sua centralidade. • Sua posição de destaque no PIB do Estado, reforça sua importância como centralidade para um sistema de atendimento a demandas por serviços diversos. Novamente, os acessos rodoviários ao seu pólo (sobretudo aqueles que o interligam aos demais pólos das demais RIs no interior), devem ser priorizados quando da inversão de recursos em obras de implantação ou de manutenção no Estado. • Os baixos e médios índices de desenvolvimento (IFDM/2009) em termos de *emprego&renda*, *saúde* e *educação*, bem como a representativa importância relativa do Programa Bolsa Família no total de rendimentos do mercado de trabalho formal, verificados para esta RI, não estão relacionados com a sua importância econômica no Estado, ou tampouco com seu nível de centralidade. Do ponto de vista da rede urbana, suas hierarquias e seus fluxos, tal situação sugere imediata ação por programas sociais, com visão regional e de iniciativa do Estado. • A inserção de parte mais adensada desta RI no domínio da Mata Atlântica, revela maiores limitações para o uso e ocupação do solo nessa porção do território. Tal realidade impõe soluções mais complexas, considerando a pressão de crescimento de várias de suas cidades, principalmente Feira de Santana. Tal fato justifica a prioridade para esforços conjuntos dos municípios, ou seja, patrocinados e incentivados pelo governo do Estado, em ações de controle, monitoramento e fiscalização de todos os processos de uso e ocupação do solo. • Por apresentar 3 saltos hierárquicos, caracteriza-se como uma RI de baixa densidade hierárquica, ou seja, a população de muitos municípios consideram seu principal centro a cidade de Feira de Santana para diversas atividades e serviços raros e especializados, deslocando-se, em muitos dos casos, mais de 100 km para obtê-los, o que indica a necessidade de políticas para ampliar e reforçar a centralidade de outras cidades de hierarquia intermediária desta RI, tais como Serrinha, Conceição do Coité e Ipirá. • A inserção desta RI, em grande parte no domínio da Caatinga, revela necessidade de atenção especial, do governo do Estado, para as especificidades de problemas urbanos, em geral, expressas em função de seu clima semi-árido e por conseqüência, com déficit hídrico. Pode-se ainda, do ponto de vista da análise da rede urbana, inferir que estas áreas correspondem àquelas caracterizadas como distantes de qualquer pólo, e cuja população necessita percorrer grandes distâncias para a obtenção de atividades e serviços raros/especializados.
3	**RI Vitória da Conquista** **(3ª pos. hier.)**	• O expressivo volume demográfico do pólo desta RI, juntamente com Salvador, Ilhéus/Itabuna e Feira de Santana, compõem um conjunto de cidades que dificilmente perderão relevância na estrutura da rede urbana do Estado. Isso implica numa possível e necessária valorização dessas centralidades no desenho formado pelos fluxos e hierarquias identificados. Um Anel de Integração Estadual (rodoviário) qualificará positivamente as relações que eles realizam. Tal anel deve estar vinculado a uma hierarquia de serviços e infraestruturas para o restante do Estado. • Por apresentar 2 saltos hierárquicos, caracteriza-se como uma RI de baixa densidade hierárquica, ou seja, a população de grande parte dos municípios consideram seu principal centro a cidade de Vitória da Conquista para diversas atividades e serviços raros e especializados, deslocando-se, em muitos dos casos, mais de 100 km para obtê-los, o que indica a necessidade de políticas para ampliar e reforçar a centralidade de outras cidades desta RI, como Itapetinga, por exemplo. Já para o conjunto de centros urbanos distantes de Vitória da Conquista, localizados na porção norte desta RI, podem ser implementadas políticas de aumento de centralidade e melhorias da estrutura viária de acessibilidade ao centro urbano de Brumado (RI de Brumado). • Essa RI é caracterizada por um conjunto de municípios com saldos migratórios negativos, indicando baixa oportunidade de emprego, também o é por municípios com taxas altas de crescimento. Quando essas taxas acontecem sobre volumes demográficos mais significativos, a prioridade em termos de programas de infraestrutura e serviços urbanos, deve ser ainda maior. Este é o caso do município pólo desta RI, que apresentou expressiva concentração populacional nos períodos analisados de 1991-2000 e 2000-2007. • As disparidades em nível de atendimento a demandas por infraestrutura urbana básica, que se observam no interior desta RI, exigem políticas de atendimento com visão municipal e não generalizações regionais. Essa situação ocorre em muitos outros casos analisados, o que alerta para o fato de que, a despeito do recorte regional servir como uma primeira e importante aproximação, em termos de demandas sociais, estudos mais aprofundados em nível de município serão sempre necessários. • A inserção desta RI no domínio da Caatinga, indica grandes restrições à produção agrossilvipastoril. Tal fato a qualifica como prioritária para políticas de desenvolvimento científico, onde se identifiquem centros de pesquisa de excelência com estudos voltados para esta problemática, e viabilizem sua consolidação. Do mesmo modo, sugere-se que essas mesmas políticas avaliem como a descentralização de estruturas universitárias e de pesquisa consideram as diferentes realidades regionais, procurando atender, sobretudo, aquelas onde as limitações ambientais são mais graves. • A relativa recente criação de municípios nesta RI, indica uma possível baixa consolidação de seus processos administrativos, se comparada com as demais, sobretudo com aquelas mais ao leste do Estado. Tal situação indica baixo poder de resposta administrativa, quando de mudanças bruscas em suas realidades sociais e econômicas. De fato, esta é uma realidade que pode ser síntese do processo de consolidação das estruturas governamentais, decrescente do leste para o oeste do Estado, seguindo o avanço da mancha de ocupação. Esse é um fenômeno que exige um suporte técnico do Estado da Bahia aos municípios de forma quase que generalizada.

	Região de Influência	Implicações e indicações de diretrizes para a definição de uma política estadual de desenvolvimento urbano
4	**RI Barreiras** **(3ª pos. hier.)**	• Necessidade de políticas inclusivas, reduzindo diferenças entre uma situação de grande concentração de riqueza e baixos índices em infraestrutura e serviços urbanos. • Por apresentar 2 saltos hierárquicos, caracteriza-se como uma RI de baixa densidade hierárquica, ou seja, a população de muitos municípios consideram seu principal centro a cidade de Barreiras para diversas atividades e serviços raros e especializados, deslocando-se, em muitos dos casos, mais de 100 km para obtê-los, o que indica a necessidade de políticas para ampliar e reforçar a centralidade de outras cidades no interior desta RI, como por exemplo Ibotirama, situada às margens do rio São Francisco. Neste caso, destaca-se o projeto existente da instalação da estação de transbordo fluvial do rio São Francisco, no encontro com a BR-242, a ser implementado na referida cidade. • Os bons índices de desenvolvimento podem estar atrelados a uma economia interestadual. Assim, é urgente que se estabeleçam correções, e mesmo adensamento das redes de infraestruturas viárias com as áreas mais a oeste no território do Estado. Dessa forma, seria possível reverter sinais de dependência e polarização dessa região com a rede urbana de Brasília e, efetivamente, integrar essa Região na lógica da rede urbana da Bahia. Deverá contribuir para esse intento, a implementação da ferrovia Oeste-Leste, formando um corredor de transporte até o Porto em Ilhéus. • Avaliar a atual estrutura ofertada para pesquisas agropecuárias nesta Região, considerando a especificidade dos tipos de solo, clima e localização geográfica, assim como demandas específicas em termos de escoamento de safras. Sinais de dinamicidade desse setor produtivo, até o momento, necessitam de posicionamentos claros do governo estadual e/ou federal para garantir competitividade e conservação ambiental. • Ao considerar a importância reduzida do programa Bolsa Família nesta RI, esta deverá se posicionar como menos prioritária em programas sociais se comparada com outras do Estado. Todavia, conforme afirmado no diagnóstico, mesmo RIs bem posicionadas em determinados indicadores, podem revelar nichos críticos em nível municipal. • Municípios como o de Luís Eduardo Magalhães, cuja taxa de crescimento demográfico é a maior do Estado, e São Desidério, devem ser incluídos no grupo daqueles que demandam crescentemente de infraestrutura e serviços públicos que o poder municipal deverá ofertar. • Do mesmo modo, esses municípios exemplificam dois, dentre o conjunto daqueles com prioridade para políticas de apoio técnico-administrativo de questões relativas ao uso do solo urbano. Verifica-se, neste contexto, que a RI revela-se dentre aquelas com os menores índices de antendimento às infraestruturas urbanas básicas como energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário. • A convivência de bons indicadores econômicos com indicadores sociais mais críticos no Estado, pode revelar situações comuns a urbanizações aceleradas e com baixa atuação do governo estadual. No caso dos municípios com maior população urbana, isso se revela em periferias empobrecidas, que demandam políticas próximas às que hoje já são ensaiadas em aglomerados urbanos, aí incluindo as voltadas para a questão da segurança, drogas, prostituição e recondução ao emprego.
5	**RI Ilhéus Itabuna** **(3ª pos. hier.)**	• Considerando os sinais de arrefecimento de sua economia no cenário estadual, com relativa desconcentração de suas atividades econômicas em nível estadual, bem como perda relevante de população, entre 2000 e 2007, é importante a implantação de programas de desenvolvimento urbano, capazes de reverter tal processo e reforçar sua centralidade. Reitera-se aqui a importância de se consolidar o espaço urbano dos pólos das RIs, principalmente em relação à infraestrutura e serviços, capazes de atender adequadamente as demandas que para eles sejam dirigidas. • A inserção desta RI integralmente no domínio da Mata Atlântica, revela limitações para seu uso do solo, que devem se refletir em ações intensas de controle, monitoramento e fiscalização. • A reconversão da economia cacaueira e de suas estruturas social, política e logística, é uma questão estratégica que permeia o desenvolvimento futuro dessa Região. Essa reconversão constitui um desafio de políticas públicas de desenvolvimento regional (diversificação da atividade agropecuária e industrial; aproveitamento, em bases sustentáveis, do potencial dinâmico da Ferrovia Oeste-Leste do Complexo Intermodal Porto Sul; expansão da atividade turística e de seu grau de endogenia na estrutura produtiva local; ampliação da cobertura e melhoria da qualidade das políticas de ensino fundamental e médio, de qualificação profissional, de saúde, etc.). • O anúncio da ferrovia, a estabelecer-se da porção oeste do Estado em direção ao litoral, com a implementação de importante estrutura portuária em Ilhéus, deverá transformar essa RI em ponto privilegiado de entrada e saída de mercadorias, conectando o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, ao oeste e sudeste baiano. Políticas públicas deverão atentar para possíveis externalidades desses fatos, e para a consequente potencialização da centralidade do aglomerado urbano formado por Ilhéus e Itabuna. • A localização desta RI, próxima às de Valença, Jequié, Salvador, Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus, inserida na área de alta densidade de pólos do Estado (considerando o sistema de rede urbana da Bahia), implica certamente em relações de maior complexidade, e mais intensa entre as cidades, exigindo uma atenção especial das políticas públicas regionais estaduais que considerem tipologias urbanas como referencial. • O exemplo de Itacaré nesta RI, com altas taxas de crescimento demográfico e influência do capital internacional sobre seu uso do solo, é revelador de uma situação de maior complexidade e para o qual, ainda não se tem consolidadas, as ferramentas de solução. Tais casos, aqui relatados como destaque nas relações e ocupações do território, merecem estudos específicos com os diversos agentes envolvidos.
6	**RI Juazeiro** **(3ª pos. hier.)**	• Altas taxas de crescimento sobre grandes volumes demográficos, como os verificados em Juazeiro, implicam em grandes demandas de infraestruturas e serviços urbanos. A combinação desses fatores deve constituir prioridade em programas de investimento público. • As relações indissociáveis entre Petrolina e Juazeiro, indicam a necessidade de uma interação entre os estados de Pernambuco e Bahia, quando da proposição de quaisquer políticas de intervenção na área, sob pena da duplicação de programas, esforços e recursos. É importante ressaltar que visando criar uma política comum para essa área de interação interestadual, em 2001, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Petrolina-Juazeiro, envolvendo além destas duas cidades, mais três em cada estado. • Do ponto de vista intraurbano, grandes investimentos devem também ser pensados segundo seus impactos nas malhas urbanas. A maioria dos municípios não está preparada para tal situação. Políticas de capacitação institucional ou mesmo programas de análise, fiscalização e monitoramento em nível estadual, devem ser pensados.
7	**RI Jequié** **(4ª pos. hier.)**	• O empreendimento de exploração de Vanádio nesta RI, deverá aumentar a participação do PIB total e da indústria regionais em relação aos da Bahia, expandindo a centralidade de Itagibá, Jequié e Maracás na rede urbana estadual. Os impactos regionais (econômicos, sociais e ambientais), intra e interurbanos da exploração em grande escala de minérios na RI de Jequié, constituem-se como desafios para as políticas públicas municipais e estaduais, de forma a tornar esse vetor de expansão do processo local e de geração de riquezas, compatível com a criação de condições, não só para uma maior endogenia desse processo no âmbito regional, mas também, para melhorar e tornar menos heterogêneo o padrão de vida da população dos municípios dessa Região, principalmente daqueles mais diretamente vulneráveis a esses impactos. • Associado aos fatos acima relacionados, o fato de compreender municípios com áreas médias dentre as menores da Bahia e com predominância de população urbana, a inserção desta RI, grande parte no domínio da Mata Atlântica, revela limitações para o uso do solo, que deverá se refletir em ações intensas de controle, monitoramento e fiscalização, bem como em ações do governo em programas de apoio técnico e operacional de suporte ao planejamento dessas estratégias. • Para o caso de políticas estaduais de consolidação de pólos regionais, Jequié contaria com potencial para os serviços de especialidades médicas e de gestão. Enquanto a primeira atividade indica uma opção de mercado, o que pode ser traduzida por decisões estratégicas, a segunda indica uma decisão governamental de descentralização. Em ambos os casos, são atividades que teriam potencial para serem reforçadas quando implementadas políticas de descentralização estadual, visando menores deslocamentos por parte da população.

	Região de Influência	Implicações e indicações de diretrizes para a definição de uma política estadual de desenvolvimento urbano
		• A centralidade mínima exercida por Jequié em termos de ensino superior, serviços e bancos pode, por sua vez, sugerir a necessidade de ações de atração. Das três atividades, chama atenção a baixa centralidade das atividades de ensino superior; o que poderia ser alterado a partir de iniciativas governamentais de descentralização de *campi,* segundo características regionais. Nesse caso, merece destaque a importância da produção agrícola e mineral da Região, mas, sobretudo, sua inserção em dois domínios: a Caatinga e a Mata Atlântica.
8	**RI Teixeira de Freitas (4ª pos. hier.)**	• Ao se considerar as atividades econômicas existentes nessa RI, têm-se modelos produtivos (cana-de-açúcar, papel e celulose) que geram baixa oferta de emprego e com sérias restrições ambientais, principalmente pelo fato dessa RI estar inserida no domínio da Mata Atlântica. Do mesmo modo, tal economia, tradicionalmente não demanda níveis mais complexos em seus pólos. Assim, a atual dependência dessa RI à Vitória (Espírito Santo), indica perda de potenciais para o Estado vizinho. O pólo, Teixeira de Freitas, apenas terá sua polarização consolidada, se contar com a decisão do governo do Estado em priorizá-lo para sediar agências públicas que possam contribuir para seu ampliar sua atual centralidade. • Para a priorização, em termos de políticas inclusivas, deve-se considerar que a RI como um todo não é homogênea. Vale lembrar que os municípios de Jucuruçu, Lajedão e Vareda contam com grande dependência do programa Bolsa Família. Em uma situação que esse programa federal altere padrões de prioridade, diminua os valores invertidos ou mesmo cesse as transferências, o governo do Estado da Bahia deverá elaborar medidas alternativas imediatas. Ainda que esse programa de bolsas-auxílio seja mais perene, é fundamental que políticas públicas do Estado atuem para que se altere a situação de dependência.
9	**RI Eunápolis (4ª pos. hier.)**	• Como centralidades da Região, pode-se apontar as cidades de Eunápolis e Porto Seguro. Juntas, concentram 65% da população regional e, com uma economia em expansão, Porto Seguro vem expandindo a sua centralidade em nível regional, ao passo que se verifica um nível representativo de complementaridade de funções com o município de Eunápolis. • Ao considerar as atividades econômicas existentes nessa RI, têm-se modelos produtivos (cana-de-açúcar, papel e celulose) que geram baixa oferta de emprego e com sérias restrições ambientais, principalmente pelo fato dessa RI estar inserida do domínio da Mata Atlântica. • Do ponto de vista da preocupação estritamente ambiental, áreas remanescentes de Mata Atlântica têm sido objeto de grande pressão para conservação, e mesmo para a determinação de áreas de preservação e de reserva legal, apresentando assim, sérias limitações para as atividades econômicas. Isso exige uma definição prévia do que é de interesse da sociedade baiana, a partir da definição de seu Zoneamento Ecológico-Econômico. • A RI de Eunápolis não está entre as mais graves, no que se refere aos indicadores de cobertura de infraestrutura urbana, porém, vale sempre lembrar que existem situações emergenciais em escala municipal. Esta é uma realidade comum a todas as RIs e os municípios nesta situação seriam aqueles considerados de maior prioridade para políticas inclusivas, ou mesmo ampliação, por parte do governo estadual, de programas como o Bolsa Família. • Mais uma vez, observam-se conjuntos de municípios com características demográficas similares, independentemente de sua inserção numa ou noutra RI. Este fato faz lembrar que o detalhamento de uma política regional é feito, necessariamente em nível municipal, e, ainda mais especificamente, pela administração municipal, em escala intraurbana. A situação observada em muitas RIs, a respeito de suas realidades demográficas (taxa de crescimento total, população total, população urbana e taxa de urbanização, dentre outras), justifica essa preocupação, pois se mostram bastante heterogêneas no interior de seus territórios. • A concomitância de indicadores bons e ruins implica na necessidade de políticas públicas específicas, definidas por programas setoriais e não apenas regionais, como no caso da RI.
10	**RI Santo Antônio de Jesus (4ª pos. hier.)**	• As características do setor produtivo desta RI, ainda exigem políticas mais de apoio rural que urbano, sobretudo aquelas voltadas à agricultura familiar e sempre levando em consideração a sua inserção no domínio da Mata Atlântica. • Ao considerar o baixo volume demográfico desta RI, assim como sua ainda baixa taxa de urbanização, sugere-se a elaboração e implantação de programas que busquem ofertar serviços básicos à população, ainda que estes sejam de mais alto custo devido ao número reduzido de usuários e à ocupação mais rarefeita do território. Para tanto, são importantes, por exemplo, um sistema móvel e itinerante de serviços que permita a inclusão dos habitantes que residem no campo ou nas sedes municipais menores, onde é inviável a implantação de serviços permanentes. • A baixa concentração de funções urbanas, mesmo na cidade pólo, faz com que os habitantes dessa RI tenham que buscar serviços e produtos, até mesmo os considerados básicos, fora de seus limites, o que aumenta os custos. Programas que levem em consideração, tão somente a otimização de recursos, implicam na permanência da ausência dessas funções. Todavia, se de iniciativa governamental, interesses sociais devem ser priorizados. Com esse princípio, indica-se a descentralização de alguns serviços públicos, por meio da implantação de escritórios regionais, minimamente na cidade pólo, fato que pode funcionar como gerador de novas centralidades.
11	**RI Paulo Afonso (4ª pos. hier.)**	• Assim como em outras RIs que mesclam uma situação de crescimento e êxodo rural, é necessário que se adotem políticas que intencionem, a um tempo, estruturar os centros urbanos, dotando-os de condições urbanas adequadas, reduzindo perdas populacionais, e fortalecendo mecanismos de permanência da população no campo; porém, com acesso aos serviços e demais atividades que poderiam ocorrer por meio de atendimento móvel e itinerante; • O fato da RI de Paulo Afonso situar-se em uma situação de criticidade em termos de coberturas de infraestruturas urbanas básicas (energia elétrica coleta de lixo inferior, abastecimento de água e esgotamento sanitário), a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos, juntamente com várias outras RIs • Considerando a mínima centralidade desta RI em termos de cursos de graduação, IES e serviços e, máxima para gestão, duas questões chamam a atenção no caso de políticas regionais de consolidação de centros, visando maior otimização dos deslocamentos da população. Para o primeiro caso, é importante a adoção de políticas de descentralização de *campi,* que considerem as especificidades econômicas desta RI ou mesmo sua condição social de maior carência relativa. Para o segundo caso, tem-se um potencial que é o da concentração de agências governamentais, em parte devido ao processo de geração de energia (hidrelétrica). Nesse caso, devem ser exploradas as possibilidades de parceria entre o governo do Estado, municípios desta RI e a empresa Chesf, para a implantação de programas relacionados, sobretudo, à inserção social e a questões ambientais, com destaque para aqueles que envolvam a conservação de microbacias, e a preservação das áreas, ambas fundamentais à geração energética.
12	**RI Irecê (4ª pos. hier.)**	• O predomínio de municípios entre 10 e 20 mil habitantes, e com taxa de urbanização inferior a 50%, revela uma fraca condição urbana. Essa característica, associada ao esvaziamento de espaços rurais e processo de migração rural-urbana podem anunciar pressões sobre estruturas e serviços de suas cidades. Conforme indicado para outras RIs, para enfrentar essa situação necessita-se de condições técnicas, com as quais, na maioria das vezes, os municípios não contam. Por essa e outras situações, é fundamental um programa de apoio técnico e operacional àqueles em situações mais singulares. • É positivo e estratégico o aumento da centralidade da cidade de Irecê, que ocupa posição geográfica central no Estado, uma vez que se situa próxima da grande área ao longo do rio São Francisco, onde se localizam os centros urbanos em piores situações em termos de rede urbana e cuja população necessita percorrer grandes distâncias para obter serviços mais raros e especilizados, indo buscá-los, muitas vezes em Salvador. Tal fato, no entanto, deve alicerçar-se tanto de forma a promover políticas que promovam a estrutura intraurbana (física e social) e a capacitação técnico-administrativa das prefeituras, necessárias ao enfrentamento dos impactos ocasionados pelo aumento dessa centralidade, como também, que permitam a manutenção de sistemas equilibrados em termos de rede urbana. Destaca-se nesse contexto, o papel que Barra ou Xique-Xique poderá obter, positivamente à rede urbana da Bahia com o aumento de suas centralidades, numa visão de longo prazo.

	Região de Influência	Implicações e indicações de diretrizes para a definição de uma política estadual de desenvolvimento urbano
		• Fortalecimento da infraestrutura adequada à retomada das atividades agrícolas. Indica-se assim, esta área como prioritária para políticas de desenvolvimento científico, onde se identifiquem centros de pesquisa de excelência com estudos voltados para os problemas apresentados pela exaustão dos solos e ocorrências de secas. Do mesmo modo, sugere-se que essas mesmas políticas avaliem como, a descentralização de estruturas universitárias e de pesquisa, consideram as diferentes realidades regionais, procurando atender, sobretudo, aquelas onde as limitações ambientais são mais graves. Nesse sentido, cabem incentivos efetivos para a consolidação do Projeto de Irrigação do Baixio Irecê. • A agricultura tem que ser reconhecida como potencialidade regional e incentivada no âmbito de políticas públicas integradas do governo do Estado. • O predomínio de municípios com tamanho demográfico reduzido e população urbana inferior a 50%, indica a necessidade de políticas voltadas ao fortalecimento do campo, seja no âmbito da implantação/ampliação de escolas rurais, seja no âmbito da dotação de infraestrutura nas sedes municipais, de modo a assegurar a condição urbana adequada das mesmas.
13	**RI Guanambi** **(5ª pos. hier.)**	• O fato da RI de Guanambi situar-se em uma situação de criticidade em termos de coberturas de infraestruturas urbanas básicas (energia elétrica coleta de lixo inferior, abastecimento de água e esgotamento sanitário), a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos, juntamente com várias outras RIs. • A Ferrovia Oeste/Leste será uma importante rota de integração regional, com benefícios para a RI de Guanambi, já que esta se encontra na região central por onde passará a ferrovia, mais precisamente na cidade de Caetité, onde será construída uma estação de transbordo. A sua implantação facilitará o escoamento do minério produzido na região e, consequentemente, terá impactos sobre o município de Caetité, devendo aumentar a sua população urbana, transformar a sua estrutura econômica, expandir os seus níveis de emprego, apresentar taxas muito expressivas de crescimento do seu PIB, diversificar e tornar mais complexas as suas funções urbanas, o que tende a reforçar a sua centralidade na rede urbana regional e nacional, inclusive com possibilidades de vir a conformar um embrião de aglomeração urbana na Região, em conjunto com Guanambi, a somente 39,2 quilômetros de distância. Logicamente, os impactos regionais (econômicos, sociais e ambientais), intra e interurbanos da exploração em grande escala de minério de ferro em Caetité, constituem desafios para as políticas públicas municipais e estaduais, de forma a tornar, esse novo vetor de expansão do processo local e de geração de riquezas, compatível com a criação de condições, não só para uma maior endogenia desse processo em nível regional, mas também, para melhorar e tornar menos heterogêneo o padrão de vida da população dos municípios da região, principalmente daqueles mais diretamente vulneráveis a esses impactos. • Políticas públicas estaduais devem se preocupar, portanto, com os impactos urbanos que tal investimento possa gerar, sobretudo se for considerada a baixa capacidade gerencial e técnica dos municípios. Esta é uma situação que se repete em várias RIs, com variações. • O predomínio de municípios entre 10 e 20 mil habitantes e com taxa de urbanização inferior a 50%, revelam uma fraca condição urbana. Essa característica, associada ao esvaziamento de espaços rurais e processo de migração rural urbana podem anunciar pressões sobre estruturas e serviços de suas cidades. Conforme indicado para outras RIs, para enfrentar essa situação, necessita-se de condições técnicas com as quais, na maioria das vezes, os municípios não contam. Por essa e outras situações, é fundamental um programa de apoio técnico e operacional àqueles em situações mais singulares. • É positivo e estratégico o aumento da centralidade de Guanambi que ocupa posição geográfica central no Estado, uma vez que se situa próximo à área ao longo do rio São Francisco, onde se localizam os centros urbanos em piores situações em termos de rede urbana e cuja população necessita percorrer grandes deslocamentos para obter serviços mais raros e especilizados, indo buscá-los, muitas vezes em Salvador. Tal fato, no entanto, deve alicerçar-se tanto de forma a promover políticas que promovam a estrutura intraurbana (física e social) e a capacitação técnico-administrativa das prefeituras, necessárias ao enfrentamento dos impactos ocasionados pelo aumento dessa centralidade, como também, que permitam a manutenção de sistemas equilibrados em termos de rede urbana. , como é o caso da RI de Guanambi, na qual não se verifica nenhum salto hierárquico entre os centros urbanos que compõem essa RI.
14	**RI Senhor do Bonfim** **(5ª pos. hier.)**	• A RI de Senhor do Bonfim faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de Regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços). As RIs situadas nesse corredor merecem atenção especial das políticas estaduais de desenvolvimento regional. • Considerando a baixa concentração de atividades e serviços, exceto para a gestão na cidade de Senhor do Bonfim, confirma-se a sua centralidade frágil, a partir de reduzidas relações sociais e econômicas. Tal fato implica em políticas de desenvolvimento rural, não necessariamente urbanas, sobretudo aquelas pensadas para a agricultura familiar. Além disso, a baixa capacidade de resposta às demandas de polarização dos municípios desta RI, indica uma unidade territorial de fracas relações urbanas e de atividades majoritariamente rurais. Esse fato exige políticas públicas que levem em consideração a dificuldade de se prestar serviços urbanos em áreas com densidades demográficas menores; para tanto, o princípio norteador dessas políticas deve ser o do interesse social. Tal qual outras RIs com essas características, sugere-se a formulação de projetos com estruturas itinerantes para o atendimento de serviços públicos como saúde, educação complementar e cultura, a se estruturarem sobre o aqui proposto Anel Viário de Integração Estadual. • Deve-se considerar a inserção desta RI no domínio da Caatinga como um fator importante, limitador, mas também potencial para seu desenvolvimento. Assim como as demais RIs inseridas nesse domínio, é importante que se estabeleçam esforços para a implantação (ou valorização) de centros de pesquisa voltados para esta realidade ambiental.
15	**RI Valença** **(5ª pos. hier.)**	• A despeito da RI de Valença ser uma das menores do Estado em termos de área e com taxas de urbanização relativamente baixas, a coloca num conjunto de outras RIs onde o atendimento a serviços públicos, se entendidos do ponto de vista da racionalidade, só poderá ocorrer de forma satisfatória se implementado com ações alternativas. Por ações alternativas entendem-se aquelas com estruturas móveis de atendimento, sobretudo na área de saúde, educação complementar e cultura. • O fato da RI de Valença situar-se em uma situação de criticidade em relação à oferta de infraestrutura urbana básica (energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário) a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos.. • Para RIs com o perfil demográfico do de Valença, a atuação do poder público é fundamental para a reversão do quadro atual em termos de baixa complexidade e densidade nos fluxos urbanos. Sugere-se a implantação de políticas de descentralização de agências governamentais do Estado ou mesmo da União, capazes de atrair outras funções urbanas, minimamente para a cidade pólo. • Com as atividades do Campo de Manati, a Região de Influência de Valença tende a se tornar um grande centro de exploração de gás natural, o que deverá agravar ainda mais os seus problemas ambientais e, portanto, exigir políticas públicas especificamente voltadas para essa área. Além disso, a RI caracteriza-se como uma das mais importantes zonas turísticas da Bahia (Costa do Dendê), o que agrega à questão ambiental, mais um componente de fundamental importância estratégica para a Região, principalmente considerando-se que se insere no domínio da Mata Atlântica que, mesmo com elevado nível de desmatamento, apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração.
16	**RI Brumado** **(5ª pos. hier.)**	• A inserção desta RI no domínio da Caatinga, indica grandes restrições à produção agrossilvipastoril. Tal fato a qualifica como prioritária para políticas de desenvolvimento científico, onde se identifiquem centros de pesquisa de excelência com estudos voltados para esta problemática, e viabilizem sua consolidação. Do mesmo modo, sugere-se que essas mesmas políticas avaliem, como a descentralização de estruturas universitárias e de pesquisa, consideram as diferentes realidades regionais, procurando atender, sobretudo, aquelas onde as limitações ambientais são mais graves. • Os indicadores relativos ao PIB desta RI, assim como o seu evidente êxodo rural, indicam claramente a necessidade de políticas públicas compensatórias e/ou emergenciais. Nesse sentido, conforme descrito na análise da distribuição do Programa Bolsa Família para o Estado da Bahia, é necessária, para os casos de municípios onde esse repasse é importante, a adoção de programas complementares, substitutivos ou mesmo alternativos para o caso de eventuais alterações nas prioridades do Governo Federal.

	Região de Influência	Implicações e indicações de diretrizes para a definição de uma política estadual de desenvolvimento urbano
17	**RI Jacobina** **(5ª pos. hier.)**	• Esta RI, caracterizada por municípios medianamente urbanos (taxa de urbanização entre 54% e 77%), onde se verificaram elevadas taxa de crescimento populacional, no período 2000-2007, possuem deficiências sociais identificadas pela grande dependência do Bolsa Família em relação à massa salarial do município, fazendo parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços). As RIs situadas nesse corredor merecem atenção especial, portanto, relacionadas às políticas estaduais de desenvolvimento regional. • Para o enfrentamento da situação acima descrita, e conforme indicado para outras RIs, necessita-se de condições técnicas que, na maioria das vezes, os municípios não contam. Por essa e outras situações, é fundamental um programa de apoio técnico e operacional, de forma a orientar e auxiliar na construção, planejamento e aplicação adequada de instrumentos e ações para o uso e ocupação do solo, seja urbano ou rural. • A baixa capacidade de resposta às demandas de polarização dos municípios dessa RI, indica uma unidade territorial de fracas relações urbanas e de atividades majoritariamente rurais. Esse fato exige políticas públicas que levem em consideração a dificuldade de se prestar serviços urbanos em densidades demográficas menores; para tanto, o princípio norteador dessas políticas deve ser o do interesse social. Tal qual outras RIs com essas características, sugere-se a formulação de projetos com estruturas itinerantes para o atendimento de serviços públicos como saúde, educação complementar e cultura, a se estruturarem sobre o aqui proposto Anel Viário de Integração Estadual. • A inserção desta RI no domínio da Caatinga indica grandes restrições à produção agrossilvipastoril. Além disso, a RI possui parte de seus municípios inseridos no complexo da Chapada da Diamantina, com importância em atividades turísticas e nichos de exploração mineral. Tais fatos a qualificam como prioritária para políticas de desenvolvimento científico, onde se identifiquem centros de pesquisa de excelência, com estudos voltados para estas especificidades regionais, e viabilizem sua consolidação nesta RI. Do mesmo modo, sugere-se que essas mesmas políticas avaliem, como a descentralização de estruturas universitárias e de pesquisa, consideram as diferentes realidades regionais, procurando atender, sobretudo, aquelas onde as limitações ambientais são mais graves.
18	**RI Itaberaba** **(6ª pos. hier.)**	• A diminuta densidade de relações urbanas nesta RI, indica a necessidade de políticas que considerem a importância social de programas de atendimento à população, como saúde, educação, cultura e lazer. Assim, se fundamentados em princípios meramente de otimização de recursos, dificilmente poder-se-á priorizar RIs como a de Itaberaba. Para conciliar esses dois interesses, o social e o da otimização de recursos, sugere-se a elaboração de políticas pensadas na prestação de serviços itinerantes e organizados, de forma a vincular-se ao trajeto aqui proposto para um Anel de Integração Estadual. • A inserção desta RI no domínio da Caatinga, indica grandes restrições à produção agrossilvipastoril. Tal fato a qualifica como prioritária para políticas de desenvolvimento científico, onde se identifiquem centros de pesquisa de excelência com estudos voltados para esta problemática, e viabilizem sua consolidação nesta RI. Do mesmo modo, sugere-se que essas mesmas políticas avaliem como, a descentralização de estruturas universitárias e de pesquisa, consideram as diferentes realidades regionais, procurando atender, sobretudo, aquelas onde as limitações ambientais são mais graves. • O fato da RI de Itaberaba situar-se em uma situação de criticidade em termos de coberturas de infraestruturas urbanas básicas (energia elétrica coleta de lixo inferior, abastecimento de água e esgotamento sanitário), a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos, juntamente com várias outras RIs • A RI de Itaberaba faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de Regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços). As RIs situadas nesse corredor merecem atenção especial, portanto, com relação às políticas estaduais de desenvolvimento regional.
19	**RI Ribeira do Pombal** **(6ª pos. hier.)**	• A RI de Ribeira do Pombal faz parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços). As RIs situadas nesse corredor merecem atenção especial, portanto, com relação às políticas estaduais de desenvolvimento regional. • Predomina nesta RI a população rural, para qual, as ações do Estado devem estar voltadas a duas frentes principais: a atenção ao campo, seja na perspectiva de políticas específicas para o fortalecimento das atividades econômicas, seja da infraestrutura que permita uma melhor vida das pessoas no campo; seja a dotação de infraestrutura urbana, que permita as cidades assumirem seu papel de lugar central, mesmo que em nível hierárquico elementar. • O fato da RI Ribeira do Pombal situar-se em uma situação de criticidade em termos de cobertura de infraestrutura urbana básica (energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo) a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos. • Considerando a inserção desta RI no domínio da Caatinga (polígono das secas), baixa representatividade em termos de produção econômica e mesmo de indicadores sociais, tem-se a RI de Ribeira do Pombal como prioritária para políticas inclusivas e de desenvolvimento econômico regional. • Considerando a sugestão de se agregar os municípios atualmente polarizados por cidades fora de seu território, em polarizações baianas, e/ou consolidar/criar pólos urbanos capazes de agremiar a totalidade ou parte dos municípios hoje submetidos a polarizações externas, a RI de Ribeira do Pombal pode assumir uma posição estratégica, juntamente com a de Paulo Afonso e Salvador. Todavia, as características mais rurais de seus municípios, assim como os baixos indicadores de consolidação urbana (se consideradas as infraestruturas básicas) suas chances contributivas são menores. Isso reforça o fato de que deva ser considerada prioritária para as políticas inclusivas e de desenvolvimento. • Instalação de agências de desenvolvimento tecnológico e agropecuário específicas, que considerem uma realidade de restrições ambientais graves.
20	**RI Seabra** **(6ª pos. hier.)**	• Esta RI, caracterizada por municípios predominantemente rurais, possui deficiências sociais verificadas pela grande dependência do Bolsa Família em relação à massa salarial do município, fazendo parte de uma espécie de corredor ou arco, no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia, que apresenta um conjunto de Regiões relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços). As RIs situadas nesse corredor merecem atenção especial, portanto, com relação às políticas estaduais de desenvolvimento regional. • A baixa capacidade de resposta às demandas de polarização dos municípios desta RI, indica uma unidade territorial de fracas relações urbanas e de atividades majoritariamente rurais. Esse fato exige políticas públicas que levem em consideração a dificuldade de se prestar serviços urbanos em densidades demográficas menores; para tanto, o princípio norteador dessas políticas deve ser o do interesse social e não o da otimização de recursos. Tal qual outras RIs com essas características, sugere-se a formulação de projetos com estruturas itinerantes para o atendimento de serviços públicos como saúde, educação complementar e cultura, a se estruturarem sobre o aqui proposto Anel de Integração Estadual. • Para o enfrentamento da situação acima descrita, e conforme indicado para outras RIs, necessita-se de condições técnicas que, na maioria das vezes, os municípios não contam. Por essa e outras situações, é fundamental um programa de apoio técnico e operacional, de forma a orientar e auxiliar na construção, planejamento e aplicação adequada de instrumentos e ações para o uso e ocupação do solo, seja urbano ou rural. • A inserção desta RI no domínio da Caatinga indica grandes restrições à produção agrossilvipastoril. Além disso, a RI possui parte de seus municípios inseridos no complexo da Chapada da Diamantina, com importância em atividades turísticas e nichos de exploração mineral. Tais fatos a qualificam como prioritária para políticas de desenvolvimento científico, onde se identifiquem centros de pesquisa de excelência, com estudos voltados para estas especificidades regionais, e viabilizem sua consolidação nesta RI. Do mesmo modo, sugere-se que essas mesmas políticas avaliem como, a descentralização de estruturas universitárias e de pesquisa, considera as diferentes realidades regionais, procurando atender, sobretudo, aquelas onde as limitações ambientais são mais graves.

	Região de Influência	Implicações e indicações de diretrizes para a definição de uma política estadual de desenvolvimento urbano
		• O fato da RI de Seabra situar-se em uma situação de criticidade em termos de coberturas de infraestruturas urbanas básicas (energia elétrica coleta de lixo inferior, abastecimento de água e esgotamento sanitário), a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos, juntamente com várias outras RIs • É positivo e estratégico o aumento da centralidade da cidade de Seabra que ocupa posição geográfica central no Estado, uma vez que se situa próxima às grandes áreas localizadas ao longo do rio São Francisco, onde se localizam os centros urbanos em piores situações em termos de rede urbana e cuja população necessita percorrer grandes distâncias para obter serviços mais raros e especilizados, indo buscá-los, muitas vezes em Salvador. Tal fato, no entanto, deve alicerçar-se tanto de forma a promover políticas que promovam a estrutura intraurbana (física e social) e a capacitação técnico-administrativa das prefeituras, necessárias ao enfrentamento dos impactos ocasionados pelo aumento dessa centralidade, como também, que permitam a manutenção de sistemas equilibrados em termos de rede urbana, como é o caso da RI de Seabra, que não possui saltos hierárquicos entre os centros urbanos que compõem essa RI.
21	**Município de Correntina (7ª pos. hier.)**	• Correntina não determina a sua Região de Influência. Pelo contrário, é um município baiano que é polarizado principalmente pela Região de Influência de Goiânia, capital do estado de Goiás, classificada como Metrópole 1 A da rede urbana brasileira (Regic/2007). Essa situação se verifica, em parte, pela conexão da área mais produtiva e dinâmica do município, porção oeste, com o estado de Goiás. Com o intuito de aproximar os municípios baianos à rede urbana capitaneada por Salvador e para o interior da Bahia, é importante o desenvolvimento de políticas voltadas a agregar os municípios atualmente polarizados por cidades fora de seu território em polarizações baianas, como no caso de Correntina. Com esse intuito deve influenciar a implementação da Ferrovia Oeste-Leste com previsão de estação de transbordo no município, e que deverá aumentar a sua centralidade, bem como sua relação com Barreiras e demais cidades do Estado. • Correntina se coloca como um dos principais municípios baianos em termos da importância relativa do seu PIB agropecuário no total do Estado, e baixa taxa de urbanização. Mesmo sendo pequena a sua população urbana, são críticos os níveis de cobertura de todas as infraestruturas urbanas básicas do município, o que, com um possível aumento de sua centralidade e consequente crescimento da população, atenção deverá ser voltada para políticas municipais de planejamento e desenvolvimento urbano, de forma a incorporar investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida urbana da cidade.
22	**Municípios baianos polarizados por Aracaju (7ª pos. hier.)**	• Do ponto de vista meramente do Estado da Bahia e também do entendimento de uma realidade a partir de fluxos e hierarquias urbanas, é importante que se desenvolvam iniciativas para: (i) agregar os municípios atualmente polarizados por cidades fora de seu território em polarizações baianas; (ii) consolidar/criar pólos urbanos capazes de agremiar a totalidade ou parte dos municípios hoje submetidos a polarizações externas. No caso específico dos municípios baianos polarizados por Aracaju, esses novos pólos ou mesmo a consolidação dos existentes deverão ser encontrados nas RIs de Ribeira do Pombal, Paulo Afonso ou mesmo Salvador. Para esse propósito, dentre outras coisas, é fundamental a garantia de uma rede rodoviária favorável à realização de fluxos internos à Bahia e a oferta, competitiva, de serviços e produtos capazes de atrair usuários também para o território baiano. • Encontra-se em implementação pelo governo do Estado, o Projeto Nordeste da Bahia - Bacia Sedimentar de Tucano, com o objetivo de aproveitar o potencial das águas de aquífero subterrâneo existente nessa Região, visando, na sua primeira etapa, a expansão da oferta de água nos municípios de Cícero Dantas, Fátima, Heliópolis, Paripiranga e Adustina, beneficiando cerca de 100 mil habitantes. A ordem de serviço relativa a essa etapa foi assinada, pelo governo do Estado, em abril de 2010. Esse Projeto deverá aumentar a vinculação desses municípios com o governo estadual, em particular com a Metrópole Salvador, e esvanecer a atual influência da cidade de Aracaju. • Esta região chama a atenção pelos seus baixos índices de emprego e renda, bem como pela alta criticidade em termos de cobertura de infraestrutura urbana básica (energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo), o aque a coloca como prioritária em programas de investimentos básicos..

5.2 Espacialidades Síntese

Ao se pensar em uma Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado da Bahia, a organização da rede urbana tal qual estudada neste documento evidencia a necessidade de se formular diretrizes diferenciadas, que se ajustem a cada particularidade territorial, e que se articulem em estratégias voltadas à desconcentração de funções ora observadas e ao maior equilíbrio entre as centralidades, incluindo, em alguns casos, a elevação de patamares na hierarquia urbana. Aponta também que as diretrizes devem contemplar as distintas naturezas das dinâmicas territoriais urbanas e seus decorrentes efeitos, que implicam em ações nos âmbitos urbano, regional e urbano-regional.

Nesse sentido parece claro que para certas porções do território baiano não é suficiente a proposição de políticas urbanas, mas as mesmas devem estar inseridas, necessariamente, numa escala maior de intervenção, qual seja a regional.

A construção de políticas públicas regionais pode obter seus referenciais por meio de uma perspectiva de cada uma das Regiões de Influência adotadas neste trabalho, considerando evidentemente suas heterogeneidades internas, mas também por meio de generalizações ou agrupamento de Regiões com características similares. No capítulo anterior, obteve-se uma síntese das principais características para cada uma das Regiões de Influência, seguido de sugestões de diretrizes para melhoria nos indicadores sociais e econômicos assim como para racionalidades no uso dos recursos públicos.

A leitura final do diagnóstico, em sua integralidade e nos quadros resumos, anteriormente apresentados no subcapítulo 5.1, permitiu uma síntese de grandes unidades ou **espacialidades**, formadas ora pela junção de RIs, ora por parte delas, ou ainda pelas suas sobreposições. O método utilizado para se chegar a essa síntese foi o de sobrepor as considerações trazidas pelos quadros síntese, a uma base cartográfica que inclui a divisão político-administrativa dos municípios, a delimitação das RIs e a classificação hierárquica dos centros urbanos da Bahia, segundo diferentes níveis de concentração de funções. Tais considerações, vale lembrar, foram: cenários de fluxos e hierarquias, indicadores demográficos, indicadores sociais, indicadores econômicos e indicadores diversos a respeito da infraestrutura urbana básica para que as cidades possam de fato exercer suas centralidades com qualidade.

Evidentemente, sínteses para um território do tamanho e da complexidade do Estado da Bahia correm o risco de diminuir a importância de particularidades, tal qual apresentado nos capítulos anteriores. Todavia, acredita-se que essa mesma síntese constitui uma aproximação necessária sobre uma realidade territorial em que se deseja intervir. O quadro abaixo sintetiza esse esforço.

Quadro 15: Espacialidades identificadas e indicação de estratégias

Espacialidades	Estratégias
Espacialidade 1: Compartimentos Condicionados pela Densidade de Pólos	Estabelecimento de políticas estratégicas de criação ou consolidação de centros urbanos ou de grandes estruturas regionais que possam potencializar centralidades existentes.
Espacialidade 2: Compartimentos Submetidos a Polarizações Externas	Estabelecimento de políticas para inserir fluxos e dependências no interior do Estado da Bahia, garantindo as relações interurbanas, favorecendo as ligações de curta distância e capturando esses espaços efetivamente para o contexto da rede urbana baiana.

Espacialidades	Estratégias
Espacialidade 3: Compartimentos Condicionados por Umbrais Físico-Ambientais	Consideração das limitações e potencialidades impostas pelas características de cada um dos domínios fitogeográficos observados na Bahia.
Espacialidade 4: Compartimentos com Dinamicidade Econômica	Identificação de potenciais e proposição de políticas de fortalecimentos de iniciativas capazes de gerar processos de dinamização econômica, sobretudo aqueles com capacidade de maior internalização de seus efeitos dinâmicos, e de ganhos de competitividade sistêmica regional.
Espacialidade 5: Compartimentos submetidos à Fragilidade Social	Promover ação de desenvolvimento regional e local e estabelecer críticas para políticas compensatórias que permitam a redução da dependência por problemas emergenciais nas Regiões de Influências mais deprimidas, assim como elaborar propostas de iniciativa estadual, paralelas, complementares ou substitutivas à federal.
Espacialidade 6: Compartimentos Determinados pela sua Condição Urbana	Ampliação com universalidade no Estado, das políticas de infraestrutura e serviços básicos urbanos a partir da definição de metas temporais e de cobertura de atendimento.
Espacialidade 7: Compartimentos com Predominância de Pequenos Municípios	Desenvolvimento socioambiental sustentável dos pequenos municípios através do estabelecimento de prioridades em políticas de infraestrutura, educação, saúde e inclusão social.

Fonte: Vertrag (2010)

A seguir, são apresentadas em maior detalhe cada uma dessas espacialidades, constituídas de figuras sínteses e suas ações estratégicas.

5.2.1 Espacialidade 01: Compartimentos Condicionados pela Densidade de Pólos Hierárquicos

A distribuição espacial das cidades baianas evidencia a conformação de três compartimentos que se distinguem pela distância ou proximidade em relação aos centros que apresentam concentração de funções urbanas. Ressalta-se que de leste para oeste as distâncias entre as cidades ampliam-se, como decorrência do processo de ocupação, bem como das características naturais do território.

Considerando que esta espacialidade resulta diretamente dos estudos mais específicos de fluxos e da localização de seus fixos, metodologicamente, ela é uma das sínteses mais importantes apontandas neste documento. De fato, para uma política urbana e regional pensada a partir de uma rede de cidades, os compartimentos condicionados pela densidade de pólos assumem uma importância maior. Sua descrição mais detalhada encontra-se no subcapítulo 4.3.2.

Além de sintetizar a rede urbana do Estado nesses três compartimentos (alta densidade de pólos, média densidade de pólos e áreas distantes de pólos), com situação relativamente menos adequada para os municípios localizados na porção oeste, observa-se também a existência de saltos hierárquicos no interior de determinadas RIs, entre o pólo e as cidades polarizadas pelo mesmo. Por exemplo, um Pólo Sub-regional polariza somente Núcleos, sem a intermediação de centros urbanos intermediários entre essas duas hierarquias. Nesse caso, a existência de tais centros diminuiria a necessidade de deslocamentos maiores.

Todas essas situações indicam a necessidade de ações estratégicas de ocupação do território baiano e proposições para diminuição dos deslocamentos observados. As situações mais graves sob esse aspecto são as porções norte e oeste; o que as caracteriza como espaços prioritários para as ações que possam consolidar ou mesmo criar pólos urbanos que sirvam de nós intermediários entre a mais alta hierarquia das RIs e as cidades em posição mais inferior.

Ressalta-se ainda que a análise dos três compartimentos ao ser realizada em conjunto com a hierarquização adotada e os fluxos entre cidades permitiu identificar várias diferenciações no interior da rede urbana, sobressaindo em nível superior a porção leste do Estado, especificamente Salvador e as cidades do seu entorno. Em níveis menores de complexidade, observam-se aglomerações urbanas, ou com tendência para tal, formadas por Petrolina-Juazeiro, Ilhéus-Itabuna, Eunápolis-Porto Seguro. Além disso, também se identificaram pólos que assumem quase que isoladamente a centralidade de uma série de cidades, como é o caso de Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê, Jequié, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas, Brumado, Guanambi, Jacobina, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Seabra. Nestes últimos, políticas urbanas regionais são ainda mais necessárias, tais como o fomento a consórcios para infraestruturas, soluções integradas de transporte e oferta de serviços públicos em sistemas regionais.

Por último estudou-se os investimentos anunciados no Estado que poderiam implicar em mudanças significativas na realidade atual. Sinais de recuperação econômica do Brasil e do Estado da Bahia sugerem um conjunto importante de novos investimentos. Todavia, interessam aqui aqueles que poderiam sugerir mudanças nas configurações das atuais RIs. Este é o caso da Ferrovia Oeste-Leste, que ligará Barreiras a Ilhéus e terá estações de transbordo em alguns municípios baianos (com instalação de porto em Ilhéus).

Espacialidade 1: Compartimentos Condicionados pela Densidade de Pólos Hierárquicos

Estabelecimento de políticas estratégicas de criação ou consolidação de centros urbanos ou de grandes estruturas regionais que possam potencializar centralidades existentes.

Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes

Propor programas que visem a consolidação e estruturação de pólos que detêm quase que isoladamente a centralidade de um conjunto de cidades (Pólos Únicos), considerando as estratégias demandadas/determinadas pelo seu porte populacional urbano. Vale notar que esses programas devem visar não apenas o atendimento a demandas básicas, antes, sobretudo, fortalecer e qualificar o papel hoje exercido por esses pólos. Tais pólos são: (i) pólos únicos com população urbana situada entre 150.000 e 500.000 habitantes, como no caso de Vitória da Conquista e Juazeiro, (ii) pólos únicos com população urbana situada entre 100.000 e 150.000 habitantes, como no caso de Barreiras, Teixeira de Freitas e Jequié, (iii) pólos urbanos com população urbana situada entre 50.000 e 100.000 habitantes, como no caso de Irecê, Guanambi, Senhor do Bonfim, Jacobina, Itaberaba e Paulo Afonso e; (iv) pólos urbanos com população abaixo de 50.000 habitantes, como no caso de Brumado, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória e Seabra.

Consolidar subpólos regionais ainda pouco estruturados em termos de infraestruturas e serviços urbanos, com políticas de valorização dos pólos potenciais ou mesmo criação de novos, no intuito de atender às demandas diversas da população sem a necessidade de grandes deslocamentos. Nesta consolidação, deve-se considerar a importância de se ter mais "nós urbanos" que interrompam o movimento migratório na direção das grandes e médias cidades: subpólos com população urbana entre 50.000 e 100.000 – Itapetinga e Itamaraju; subpólos com população urbana abaixo de 50.000 habitantes – Camacã, Ibicaraí, Ipiaú, Amargosa, Ipirá, Conceição do Coité, Macaúbas, Xique-Xique e Luís Eduardo Magalhães.

Elaborar políticas que incentivem a desconcentração dos investimentos nas eventuais negociações entre o governo do Estado e investidores, contrariamente àquilo que se observa na região mais próxima à Salvador. Para tanto, sugere-se que a política de atração de investimentos considere como prioritários os espaços de menor densidade de pólos da rede urbana.

Contribuir na formatação, estruturação e consolidação dos Conselhos Municipais das Cidades, assim como nas *articulações intermunicipais e com o* Conselho Estadual das Cidades.

Priorizar investimentos públicos em atividades com efeitos multiplicadores nas RIs com grandes extensões territoriais, onde se observam relações pouco densas hierarquicamente (como Barreiras e Juazeiro), e nas que contam com centros urbanos pouco equipados em termos de infraestrutura e de serviços (como Guanambi, Ribeira do Pombal e Seabra pelas suas baixas concentrações de funções).

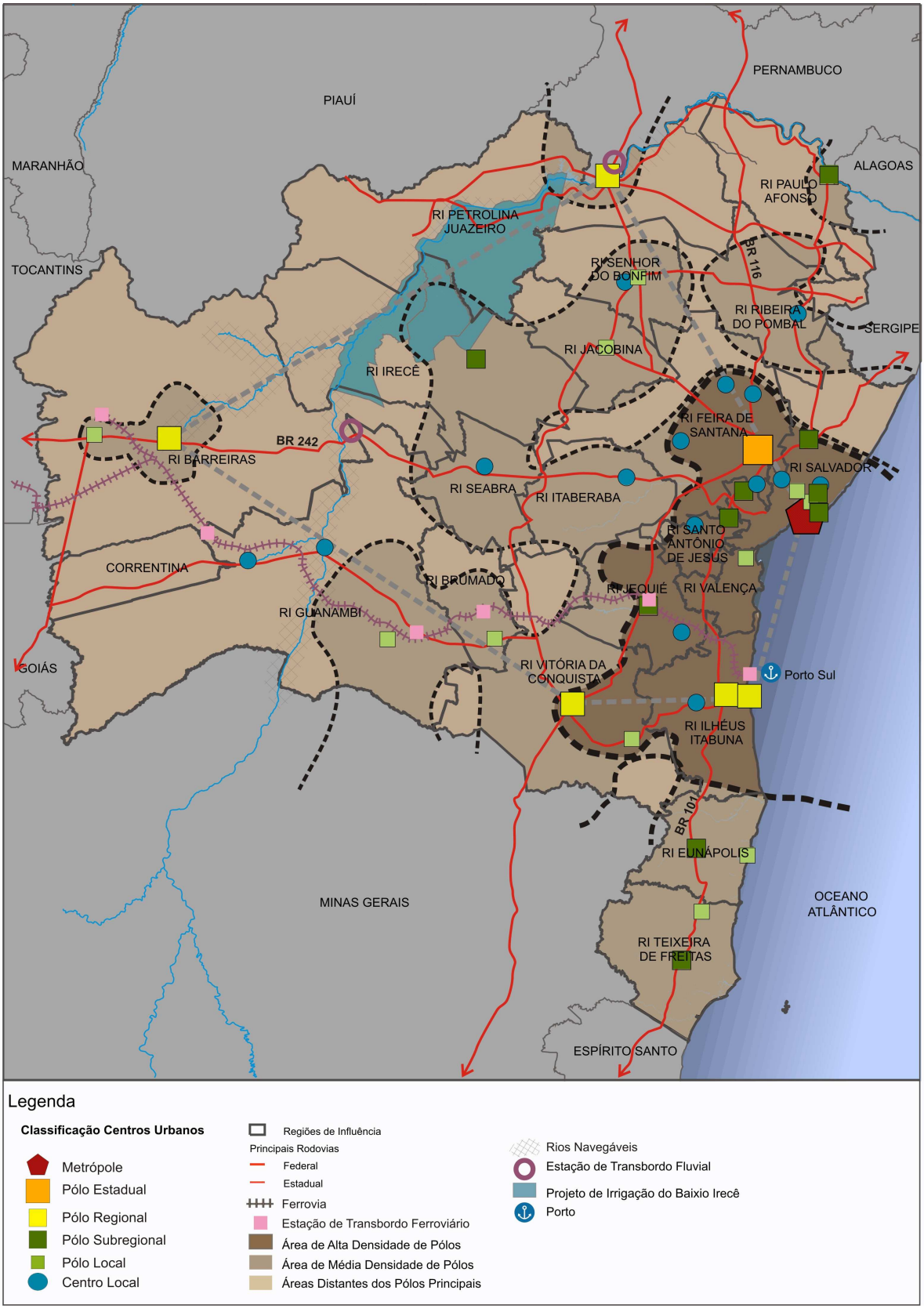
Estimular a instalação de novas unidades das IES estaduais multicampi e diversificar a gama de cursos ofertados, para além dos cursos básicos, voltados, sobretudo, para a formação de professores (como os de Língua Portuguesa e Pedagogia).

Criar um plano estadual de pós-graduação que estimule os cursos com nota 3 (o nível mais baixo na escala de avaliação), visando sua melhoria e consolide aqueles de nota 4 e 5.

Utilizar os grandes projetos de investimentos como instrumentos capazes de alterar características consideradas negativas da atual rede urbana da Bahia. Citam-se como exemplos: (i) os impactos a serem gerados pela implementação da Ferrovia Oeste-Leste que podem vir a alterar a atual configuração da rede urbana da Bahia caracterizada por menores densidades no sentido do litoral para o interior, com destaque para Barreiras, Caetité e Ilhéus, além de Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Brumado e Jequié; (ii) aproveitamento logístico do rio São Francisco, enquanto rio navegável que corta longitudinalmente o Estado, devendo-se considerar os impactos da plataforma logística a ser instalada em Juazeiro e da estação de transbordo fluvial em Irecê, no encontro com a BR-242; (iii) fortalecimento de infraestruturas viárias que possam garantir maior acessibilidade ou conexão entre os pólos urbanos localizados na região central do Estado, fortalecendo um arco de integração entre os centros urbanos de Irecê, Seabra, Xique-Xique, Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Brumado; e (iv) a implementação do Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê, com aumento da centralidade de Irecê, influenciando os centros urbanos de Xique-Xique, Itaguaçú da Bahia, Jussara e Sento Sé.

Garantir apoio técnico-administrativo aos municípios submetidos a impactos de grandes obras assim como de grandes dinâmicas urbanas atuais ou tendenciais. Isso exige políticas de descentralização das instâncias governamentais e, sobretudo, a ampliação do papel da SEDUR como suporte às prefeituras inseridas nessa categoria.

Figura 77: Espacialidade 1 –Compartimentos Condicionados pela Densidade de Pólos Hierárquicos



Fonte: Vertrag (2010)

5.2.2 Espacialidade 02: Compartimentos Submetidos a Polarizações Externas

Conforme pode ser visualizado na Figura 78, o Estado da Bahia, a partir dos indicadores selecionados e tendo como recorte espacial de análise as suas Regiões de Influência, pode primeiramente ser entendido como um território que a um tempo avança com suas polarizações para o estado de Sergipe (Aracaju) e Recife e deixa submetidas parcelas importantes desse mesmo território para a polarização de centros localizados fora do Estado, como Goiânia/Brasília (RIs de Barreiras e Guanambi), Recife (RI de Juazeiro) e Vitória, no Espírito Santo (RI deTeixeira de Freitas).

Pelo exposto percebe-se que existem influências concomitantes entre algumas RIs da Bahia e as de alguns estados vizinhos. Essas sobreposições, em conjunto com as áreas em que Salvador exerce tênue influência, demonstram que a rede urbana baiana mostra-se frágil em determinadas porções do território, tais como a oeste, extremo sul, norte e nordeste.

No caso dos municípios baianos polarizados por Aracaju, há uma certa compensação pelo fato desta cidade estar na área de influência de Salvador. No entanto, para as funções urbanas de complexidade média, a população desse conjunto de municípios polarizados por Aracaju, ainda necessita se deslocar até a capital sergipana para a busca de produtos e serviços não encontrados em sua região. Esse deslocamento é favorecido principalmente pela distância. Do ponto de vista dos interesses estaduais, essa é uma situação prejudicial, seja em termos econômicos ou políticos.

Ainda no que se refere às polarizações com fluxos originados fora da Bahia, ressalta-se a crescente influência de interesses internacionais sob o mercado imobiliário da faixa litorânea. Apesar desse tipo de polarização apresentar natureza distinta das citadas anteriormente, a ação de redes estrangeiras sob essa parcela do Estado tem vinculado parcelas importantes do território, de beleza cênica incomparável, a interesses frequentemente diversos à lógica do lugar. A instalação de hotéis e *resorts* de alto padrão e um mercado de terrenos e condomínios voltados para compradores estrangeiros exemplifica essa ação.

Descrições mais detalhadas destes aspectos encontram-se nos subcapítulos 4.1 e 4.2.

Espacialidade 2: Compartimentos Submetidos a Polarizações Externas

Estabelecimento de políticas para inserir fluxos e dependências no interior do Estado da Bahia, garantindo as relações interurbanas e favorecendo as ligações de curta distância e capturando esses espaços efetivamente para o contexto da rede urbana baiana.

Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes

Fortalecer a posição de Salvador no cenário nacional, tanto do ponto de vista urbano (infraestruturas e serviços) como econômico, nesse sentido tem-se por exemplo a necessária identificação de nichos que possam distinguir positivamente a cidade no Brasil.

Identificar potenciais centros que possam ocupar posição intermediária para comércio, serviços e gestão (pública e empresarial) entre os centros urbanos classificados nos níveis superiores da rede urbana – Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras, Ilhéus-Itabuna e Juazeiro – e o restante das demais cidades.

Estabelecer estratégias para implantação de agências descentralizadas do governo federal no interior do Estado da Bahia (destaque para os centros de hierarquia intermediária de cada Região de Influência), considerando o relativo distanciamento da rede urbana da Bahia dos centros de decisão política e empresarial do país.

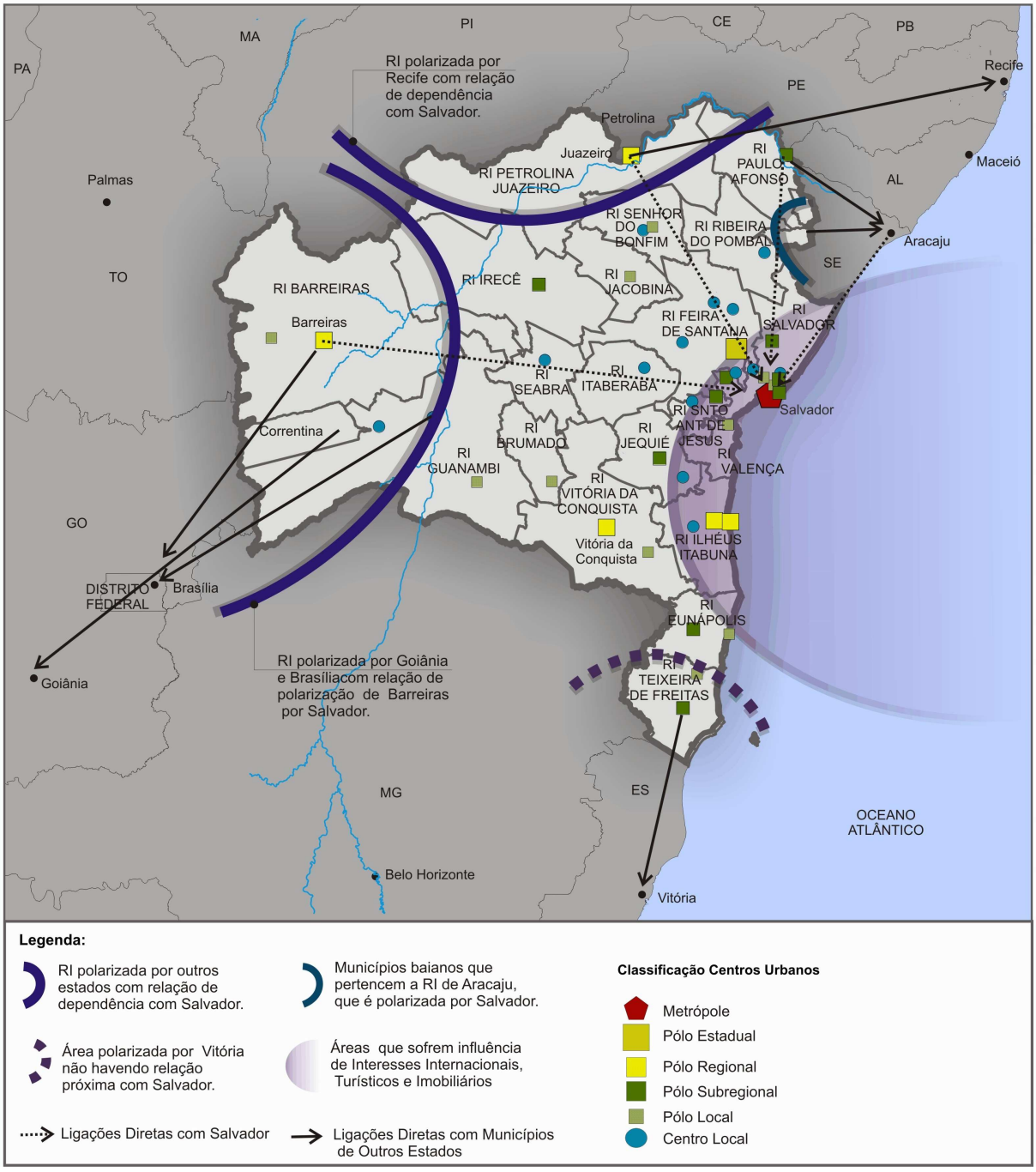
Desenvolver programas de incremento à atividade turística que desencadeiem complementaridades regionais no intuito de agregar potenciais ao território baiano.

Implementar infraestruturas de logística competitivas no âmbito nacional e capazes de responder a uma demanda crescente da parte do movimento internacional, considerando a realidade de baixa representatividade dos aeroportos de Salvador e Ilhéus. Além disso, para fazer frente à concentração de movimento nesses aeroportos, em oposição a grandes vazios no atendimento por esse serviço no restante do território estadual, é necessária a modernização de aeroportos menores.

Estabelecer políticas capazes de atrair e disciplinar investimentos imobiliários internacionais como vem ocorrendo em Salvador, Camaçari, Itacaré e Porto Seguro, subsidiadas por estudos que permitam melhor entender as implicações da influência do capital estrangeiro que tem investido montante muito grande de recursos no mercado imobiliário estadual. A falta de estrutura de análise de projetos no âmbito municipal poderá incrementar eventuais impactos negativos de tal processo. Outro aspecto relevante é a identificação dos impactos desse mesmo processo sobre o acesso à moradia pela parcela da população excluída.

Formação e estruturação de Conselhos Municipais no litoral baiano, que sofre determinações de mercados emissores de turismo e da ação imobiliária internacional, por meio de: (i) apoio na formação, estruturação e consolidação de Conselhos Municipais das Cidades, sempre priorizando a articulação com o Conselho Municipal do Turismo e o do Meio Ambiente; (ii) quando necessário, apoio na elaboração, revisão e aplicação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, sobretudo agregando a preocupação estratégica sobre a relação entre atendimento a demandas da população local por terras e as demandas apresentadas por turistas; (iii) preparação e capacitação dos municípios no desenvolvimento e aplicação de planos, programas e projetos de controle e fiscalização do uso e ocupação do solo, além de políticas de acesso a lotes urbanizados, regularização fundiária e de habitação de interesse social, com articulação intermunicipal; (iv) articulação entre os Conselhos Estaduais: das Cidades, do Turismo e do Meio Ambiente; assim como das Políticas Estaduais: de Desenvolvimento Urbano, do Turismo e do Meio Ambiente, com vistas a discutir os problemas referentes à rede urbana do estado, considerando questões relativas a hierarquias e centralidades, pouco comuns no debate dessas organizações.

Figura 78: Espacialidade 2 – Compartimentos Submetidos a Polarizações Externas



Fonte: Vertrag (2010)

5.2.3 Espacialidade 03: Compartimentos Condicionados por Umbrais Físico-Ambientais

Em termos ambientais, o território da Bahia chama a atenção por certa sobreposição espacial de indicadores sociais e econômicos por Regiões de Influência com os recortes de caráter ambiental. De fato, o Estado conta com parcelas, de leste a oeste, dos domínios fitogeográficos da Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Outro umbral importante é a calha do rio São Francisco que determina o limite entre os domínios da Caatinga e do Cerrado. A descrição mais detalhada encontra-se no subcapítulo 4.4.1.

Tal divisão do território, remete a uma similar análise das RIs segundo diversos indicadores sociais, econômicos e de relação urbana. Assim, na análise de praticamente todos os indicadores trabalhados revela uma clara situação negativa para as RIs inseridas no domínio da Caatinga (semi-árido). Esse fato, dentre outros, atesta não apenas sérias limitações, mas também, a necessidade de se conhecer as potencialidades econômicas das regiões do Estado, sempre tendo em vista a garantia da sustentabilidade ampliada. Fatos como esse, além de fornecer subsídios importantes na definição de um Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), reforçam a importância de sua finalização e a necessária articulação deste com a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Da mesma forma, considerando-se a complementaridade evidente entre os dois estudos, o da Rede Urbana Estadual e o ZEE Estadual, considera-se que um próximo passo para maior detalhamento de estratégias urbanas de uma política estadual, pode se dar pela busca de um ainda pouco discutido “Zoneamento Ecológico Econômico *Urbano*” para cada uma das Regiões de Influência do Estado da Bahia. Esta é uma proposta que deve ser ainda discutida, à luz da apropriação futura desses dois estudos, constituindo um exemplo de integração analítica e de estratégias entre diversos estudos importantes já disponíveis para o planejamento de ações no Estado.

Espacialidade 3: Compartimentos Condicionados por Umbrais Físico-Ambientais

Consideração das limitações e potencialidades impostas pelas características de cada um dos domínios fitogeográficos existentes na Bahia.

Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes

No caso das parcelas do território da Bahia inseridas no domínio da **Mata Atlântica** (situação de alta complexidade por agregar elevada concentração demográfica, maior parcela da produção industrial do Estado, áreas mais competitivas para o desenvolvimento turístico, concentração de interesses imobiliários nacionais e estrangeiros, dentre outros). Têm-se como políticas e/ou ações necessárias:

Estabelecer políticas de controle do uso do solo, sobretudo no que se refere ao parcelamento urbano.

Desenvolver programas de capacitação institucional junto às prefeituras para controle do uso e ocupação do solo, tendo por base as características específicas do domínio da Mata Atlântica.

Identificar áreas críticas sob pressão de uso turístico e/ou imobiliário predatório em níveis regionais para enfrentamento multi-institucional. Nesse caso, são prioritários os municípios com maiores taxas de crescimento, conforme explicitado nos quadros anteriores de cada uma das RIs.

Identificar megaprojetos turísticos e imobiliários, análise de seus processos de licenciamento e implantação de medidas mitigadoras/mitigatórias *ex post.* Com isso ter-se-ia um referencial para o estudo do impacto, conforme anteriormente sugerido, do capital estrangeiro e nacional na ocupação do território da Bahia.

Analisar os vetores de crescimento atuais e aqueles estabelecidos por planos e programas de governo, frente a eventuais "barreiras" de interesse ambiental. Tal iniciativa deverá compor o proposto Zoneamento Ecológico Econômico do Estado.

Identificar e analisar eventuais propostas de zonas de desenvolvimento no interior desse domínio e sua espacialização frente às Unidades de Conservação do Estado da Bahia. Para essa diretriz é necessário estudo no âmbito municipal e uma análise de seus planos diretores.

Identificar o esgotamento do imaginário de exuberância deste domínio para utilização em campanhas de *marketing* turístico da Bahia no exterior.

Estabelecer políticas estaduais de valorização de iniciativas municipais e ou regionais, que possam reduzir a situação de desperdício do patrimônio natural em atividades produtivas de baixo rendimento, seja por meio de avanços na capacitação da mão-de-obra local, seja na maior rigidez na fiscalização do destino de resíduos (medida de resultado indireto, porém importante).

Identificar leis e diretrizes governamentais municipais que possam ser replicadas, de capacitação para difusão do conhecimento da legislação ambiental e de sua importância sócio-ambiental.

Identificar esforços para internalizar recursos privados nos municípios que adotem práticas alternativas de uso sustentável das florestas.

Identificar esforços para a internalização no Estado, das chamadas Boas Práticas de Desenvolvimento Local e Regional já implantadas em outros lugares por fontes diversas de financiamento, como por exemplo, de Organizações Não Governamentais Internacionais e que possam ser replicadas nesta parcela do território baiano.

No caso das parcelas do território da Bahia inseridas no domínio fitogeográfico da **Caatinga** (a área da Caatinga diferencia-se de outras áreas semi-áridas do mundo pelo fato de, aqui, os povoamentos não se concentrarem apenas onde há disponibilidade de água, mas sim em toda a sua extensão), têm-se como políticas e/ou ações necessárias:

Identificar esforços das chamadas Boas Práticas de Desenvolvimento Local, já implantadas em outros municípios por fontes diversas de financiamento como, por exemplo, de Organizações Não Governamentais Internacionais. Essa diretriz, ao ser ampliada e mesmo adotada para os outros domínios, poderá compor um Banco de Difusão de Boas Práticas, compilado, gerenciado e difundido pela SEDUR.

Identificar diretrizes para adoção de processos de reconversão econômica, atraindo atividades com práticas conservacionistas avançadas, dado o avanço de atividades que, historicamente, tem provocado eliminação da cobertura vegetal. O Banco de Boas Práticas acima proposto deverá contribuir para o estabelecimento desta diretriz.

Identificar esforços para o estabelecimento da chamada "cidade compacta", para o combate ao vazio urbano e para o combate da especulação imobiliária que impõe padrões de baixa densidade de ocupação. Tais esforços já devem ter ocorrido por meio da realização dos planos diretores municipais, todavia, esta diretriz diz respeito a uma iniciativa de caráter estadual e voltado especificamente para esse domínio, onde os recursos naturais são mais escassos.

Identificar diretrizes e artigos em leis (sobretudo no Código de Obras e Posturas municipais) que estabeleçam normas construtivas de baixo consumo de energia e de recursos hídricos. Especial atenção deverá ser dada no caso da aprovação de grandes obras urbanas (ex.: exigência de retenção da água da chuva). Iniciativas de caráter municipal deverão ser incentivadas em forma regional pelo governo do Estado ou, mais precisamente, pela SEDUR.

No caso das parcelas do território da Bahia inseridas no domínio fitogeográfico do **Cerrado** (depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o ecossistema brasileiro que mais alterações sofreu com a ocupação humana. Um dos impactos ambientais mais graves na região foi causado por garimpos, que contaminaram os rios com mercúrio e provocaram o assoreamento dos cursos de água), têm-se como políticas e/ou ações necessárias:

Definir fomentos que reconheçam a diversidade deste domínio, atentando para os recursos e limitações em cada uma das tipologias existentes.

Discutir em forma de audiências públicas, o avanço da agricultura intensiva sobre o Cerrado e mesmo o avanço com baixas densidades ou com irregularidades das manchas urbanas ou perímetros urbanos municipais.

Definir políticas de desenvolvimento rural vinculadas a técnicas de produção ainda consideradas alternativas. Ainda que o Banco de Boas Práticas sugerido para a Caatinga tenha caráter urbano, a mesma ideia poderia ser replicada para o uso do solo rural.

Discutir em forma de audiência pública o impacto de programas de investimentos públicos e privados diversos que possam impactar as características desse domínio fitogeográfico.

Discutir e, caso conclua-se como necessário, estabelecer diretrizes e propostas para a criação de novas Unidades de Conservação no Cerrado, objetivando reduzir a sua baixa representatividade percentual conservada no Estado da Bahia.

Figura 79: Espacialidade 3 –Compartimentos Condicionados por Umbrais Físico-Ambientais

Fonte: Vertrag (2010)

5.2.4 Espacialidade 04: Compartimentos com Dinamicidade Econômica

O cenário recente da economia baiana revela a conformação de áreas produtivas no território estadual, pautadas no desenvolvimento de atividades ligadas aos setores primário e secundário. Parte desse desenvolvimento está relacionado à tendência dos municípios em responder de forma ativa aos efeitos dinâmicos que o crescimento da economia brasileira vem induzindo nas diversas regiões do país.

O aproveitamento de condições naturais, frequentemente em conjunto com a inserção da irrigação, tem propiciado o desenvolvimento de áreas produtivas dinâmicas ligadas à agricultura. Nesse sentido, o uso da irrigação tem favorecido a produção em grande escala de grãos e fruticultura, respectivamente nas porções oeste e norte do Estado. Outras porções do território baiano também se destacam. Podem ser citadas as produtoras de feijão localizadas no semi-árido, nas RIs de Irecê e Ribeira do Pombal; as ligadas à banana, nas RIs de Valença e Guanambi; as de café, em Vitória da Conquista; além do cacau, em Ilhéus e Itabuna.

A pecuária bovina foi um importante vetor de ocupação do território, porém na contemporaneidade apenas algumas regiões se sobressaem como importantes abastecedoras: Feira de Santana, pela quantidade de rebanho e capacidade de abate; e Vitória da Conquista até Teixeira de Freitas, em função da importância histórica dessa atividade para a região. Além disso, o Estado da Bahia detém um dos maiores rebanhos caprinos do Brasil. A criação ocorre principalmente na porção norte do semi-árido, nas RIs de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal e Paulo Afonso. Esse compartimento de dinamicidade econômica é responsável por aproximadamente 80% da produção estadual de cabras.

A silvicultura em território baiano se destaca sobretudo pela produção de madeira de florestas plantadas para a fabricação de papel e celulose. Três compartimentos se sobressaem ligados a esse tipo de produção, localizados nas RIs de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Salvador (mais especificamente na área de influência de Alagoinhas). As condições naturais existentes no domínio da Mata Atlântica têm favorecido o desenvolvimento dessa atividade na faixa leste do Estado.

Em se tratando do setor secundário, quantidade representativa dos investimentos está localizada nas cidades inseridas porção leste do Estado, abrangendo as áreas de Alta e Média Densidade de Pólos. Distinguem-se os compartimentos de dinamicidade localizados nas RIs de Teixeira de Freitas e Eunápolis, decorrentes do desenvolvimento da indústria de papel e celulose, e na RI de Salvador, que apresenta participação expressiva no PIB Industrial do Estado. A concentração do PIB nessa porção do Estado se explica pela existência do Complexo Petroquímico e Automotivo de Camaçari, a Refinaria Landulpho Alves e demais investimentos de grande porte localizados principalmente na RMS.

Em se tratando de um cenário futuro, destaca-se que alguns investimentos de grande porte podem ter impactos expressivos não só sobre o dinamismo da economia baiana e, particularmente, de alguns municípios e cidades, mas também sobre a rede urbana estadual.

Tais fatos, em grande parte, estão relacionados à perspectiva de desenvolvimento dos agronegócios, da indústria extrativa mineral e de serviços associados a essas atividades no território estadual. A Bahia – economia base de recursos naturais - encontra-se em condições muito favoráveis de responder à demanda por produtos agropecuários e de origem mineral, atualmente em expansão não só no mercado interno brasileiro, mas, principalmente, no mercado internacional.

Assim, merecem destaques os investimentos estratégicos já mencionados, alguns já em fase operacional: a Ferrovia Oeste-Leste, que vai criar condições favoráveis à expansão dos agronegócios em Correntina e nos municípios da RI de Barreiras, e permitir a

exploração de minério de ferro na RI de Guanambi (Caetité); a exploração de minérios nas RIs de Jequié (Itagibá e Maracás) e Feira de Santana (Coração de Maria); o Complexo Intermodal Porto Sul na RI de Itabuna-Ilhéus; o exploração de gás na RI de Valença; oportunidades decorrentes dessa exploração e o estaleiro do Recôncavo na RI de Salvador; o Projeto Sistema Viário Oeste onde está revista a construção de ponte rodoviária ligando Slavdor à Ilha de Itaparica; e projetos de irrigação e de oferta de abastecimento visando melhores condições de vida e o aumento do potencial de produção agropecuária (alimentos, energia, etc.), nas RIs de Irecê e Aracaju.

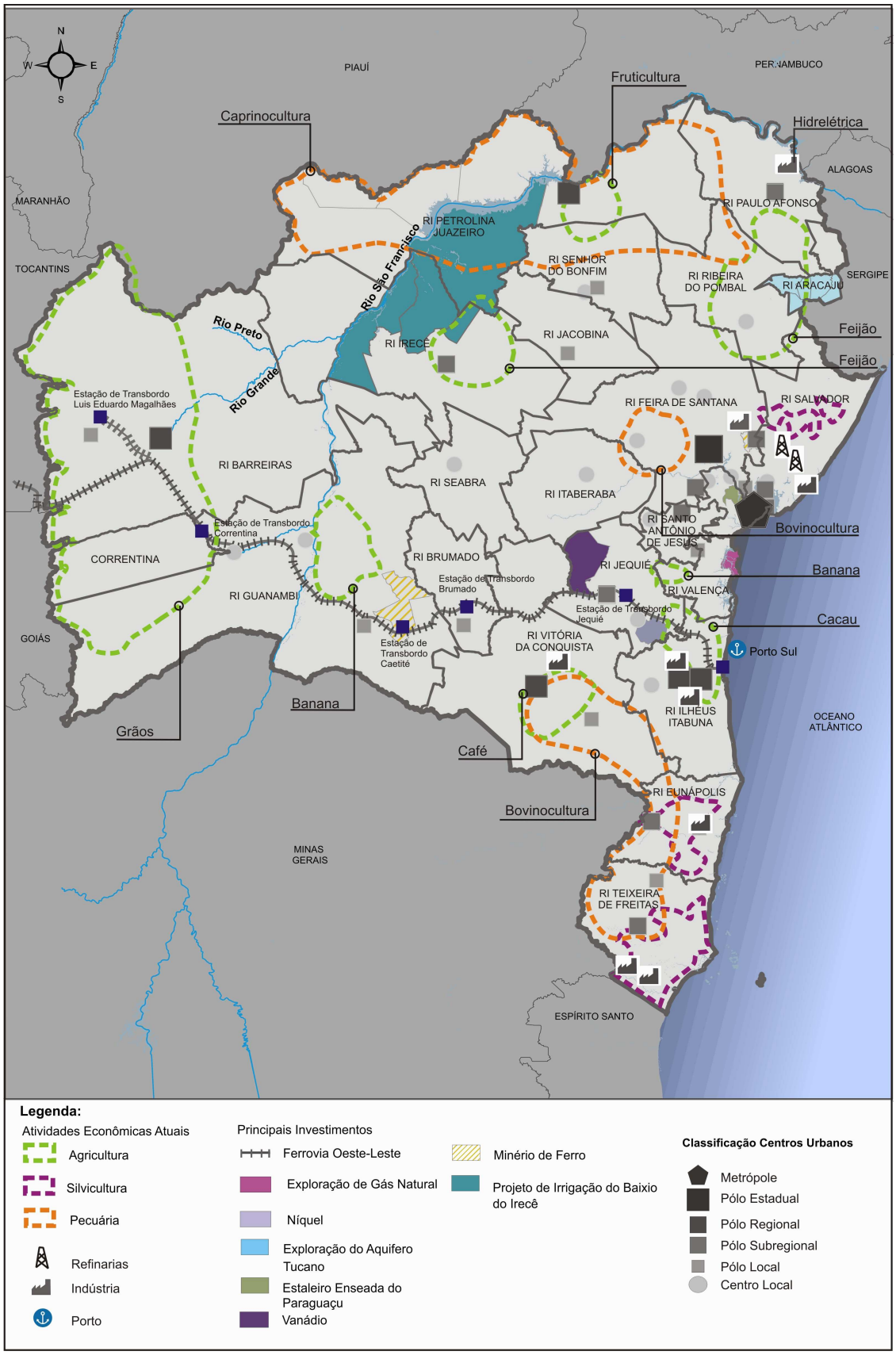
A maturação desses projetos, associada às boas perspectivas existentes para a expansão dos agronegócios das RIs de Juazeiro (fruticultura e cana-de-açúcar), Eunápolis (papel e celulose) e Teixeira de Freitas (papel e celulose), deverá intensificar o processo de *relativa desconcentração espacial* das atividades econômicas no Estado e implicar em mudanças relativamente expressivas na rede urbana da Bahia.

Essa rede deverá ter alguns de seus nós ou centros urbanos fortalecidos, principalmente aqueles vinculados diretamente aos impactos dos investimentos estratégicos mencionados, embora com tendências da Metrópole de Salvador e de sua Região de Influência permanecer com níveis máximos de centralidade. Isso se justifica não só pelo fato dessa Região ser beneficiária de alguns dos investimentos estratégicos em curso (gás, estaleiro, etc.), mas também pelas perspectivas favoráveis de desenvolvimento de sua atual base produtiva, industrial e de serviços, de importância nacional e mundial (petroquímica, setor automobilístico, turismo, centros de gestão de grandes empresas, etc.).

Esses centros, tendo em vista a intensidade de suas possíveis transformações econômicas, sociais, urbanas e regionais, devem ser objeto de um dos focos da política de desenvolvimento urbano.

Espacialidade 4: Compartimentos com Dinamicidade Econômica
Identificação de potenciais e proposição de políticas de fortalecimentos de iniciativas capazes de gerar processos de dinamização econômica, sobretudo aqueles com capacidade de maior internalização de efeitos dinâmicos, e de ganhos de competitividade sistêmica regional.
Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes
Incentivar o maior adensamento das cadeias produtivas locais, ampliando a geração de valor agregado da base produtiva regional, e, quando possível, de forma a favorecer a uma maior integração e fortalecimento da rede urbana local.
Promover a adequação de gargalos locais de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações de forma a favorecer a competitividade das atividades econômicas regionais.
Incentivar processo de inovação tecnológica das atividades econômicas regionais, não somente com base em instrumentos legais, como a Lei Estadual de Inovação, mas também, quando for o caso, da criação de infraestrutura especializada de apoio ao desenvolvimento tecnológico dessas atividades.
Priorizar ações que visem mitigar e ordenar os expressivos impactos de intervenções locais decorrentes da expansão da indústria extrativa mineral e da infraestrutura portuária.
Promover o desenvolvimento dos capitais institucional e social local como instrumentos de fortalecimento da identidade e solidariedade regional.
Incentivar a promoção de ações de desenvolvimento regional das grandes empresas estatais com atuação regional, a exemplo da Petrobrás e CHESF.

Figura 80: Espacialidade 4 –Compartimentos com Dinamicidade Econômica



Fonte: Vertrag (2010)

5.2.5 Espacialidade 05: Compartimentos submetidos à Fragilidade Social

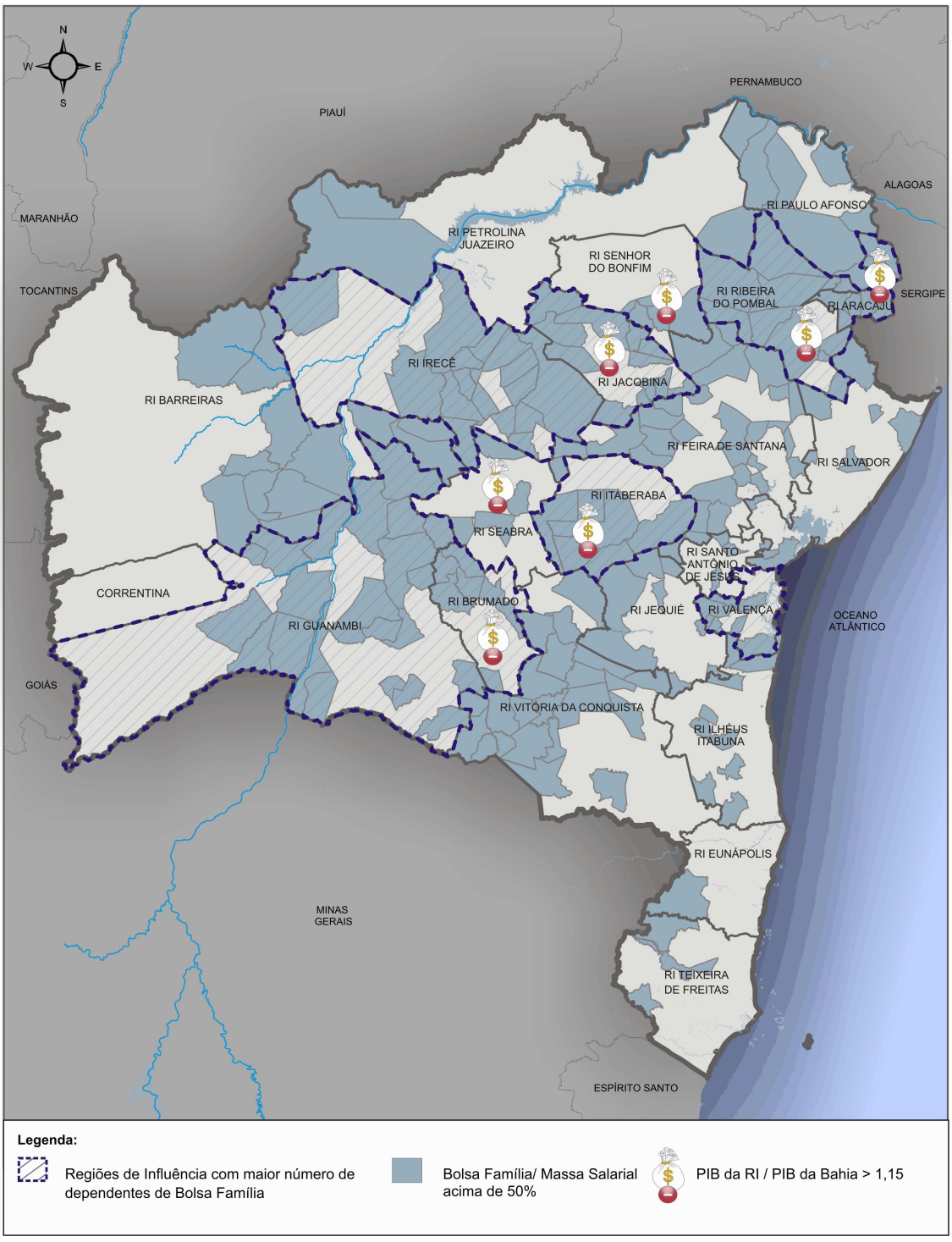
Outra variável utilizada para se apreender sinteticamente a realidade do estado da Bahia é a espacialização do indicador de dependência de cada um dos municípios em termos dos recursos do programa federal Bolsa Família. Essa dependência foi avaliada considerando a importância relativa dos recursos transferidos às famílias locais em relação ao total de rendimentos gerados pelo o mercado de trabalho formal de cada município. A seleção deste indicador se justifica pela síntese que ele comporta em relação a um conjunto de outros indicadores sociais e econômicos.

As Regiões de Influência onde esse indicador é mais elevado são as seguintes: Aracaju, Ribeira do Pombal, Irecê, Itaberaba, Guanambi, Jacobina, Brumado e Valença. Dentre essas Regiões, encontram-se aquelas que, no Estado, são pouco expressivas ou dinâmicas, em termos de potencial de geração de PIB Total, Agropecuário e/ou Industrial e/ou de Serviços: Aracaju (SE), Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim, Jacobina, Seabra, Itaberaba e Brumado. Estas regiões conformam uma espécie de corredor ou arco no sentido centro-nordeste do Estado da Bahia.

Em grande parte, o urbano é ainda muito incipiente em decorrência da fragilidade da base produtiva. Nesse caso, deve-se enfatizar as políticas de desenvolvimento regional e/ou municipal, que, no entanto, incorporem dimensões relativas à promoção das atividades e fortalecimento das redes urbanas locais.

Espacialidade 5: Compartimentos submetidos à Fragilidade Social
Promover ação de desenvolvimento regional e local e estabelecer críticas para políticas compensatórias que permitam a redução da dependência por problemas emergenciais nas Regiões de Influências mais deprimidas, assim como elaborar propostas de iniciativa estadual, paralelas, complementares ou substitutivas à federal.
Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes
Articular políticas estaduais de desenvolvimento regional com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR – Ministério da Integração Nacional), de forma a promover a criação de empregos e o empreendedorismo local. Uma das prioridades da PNDR refere-se às regiões e municípios mais vulneráveis do semi-árido Nordestino.
Identificar e promover soluções adequadas aos gargalos existentes na infraestrutura de transporte, energia, telecomunicações e de recursos hídricos.
Promover os serviços de extensão tecnológica visando o apoio às atividades econômicas locais.
Promover a universalização do ensino fundamental e médio e criar alternativas de ensino técnico-profissionalizante articuladas a iniciativas específicas de desenvolvimento regional.
Promover o desenvolvimento dos capitais institucional e social local como instrumentos de fortalecimento da identidade e solidariedade regional.
Promover o fomento das iniciativas locais de geração de renda e emprego com linhas de crédito em condições adequadas de juros e prazos.
Articular estruturas de comercialização que favoreçam as iniciativas locais de criação de emprego e renda.

Figura 81: Espacialidade 5 –Compartimentos submetidos à fragilidade social



Fonte: Vertrag (2010)

5.2.6 Espacialidade 06: Compartimentos determinados pela sua Condição Urbana

A população urbana, no seu cotidiano, depende de uma série de fatores, tais como infraestrutura, serviços, renda, entre outros. A existência desses fatores em oferta suficiente para atender a demanda, caracteriza as cidades que detêm as condições de manutenção e reprodução da vida urbana. Assim, a **condição urbana** é a conjugação de uma série de variáveis que em função da sua disponibilidade e oferta repercutem em melhores ou piores condições de vida da população que habita as cidades.

Em relação ao Estado da Bahia, várias regiões estão sujeitas a diversos tipos de carência, desde as ligadas à infraestrutura, até as relativas à dificuldade de geração de renda, como já citado anteriormente. Essa situação evidencia as dificuldades e problemas a que está sujeita parte da população. Nesse sentido, a condição urbana oferece um cenário da situação de cada cidade baiana. Para tal, esse índice foi definido com base nas seguintes variáveis: a) população urbana igual ou superior a 50% da população total; b) densidade demográfica urbana igual ou superior a 8.000 hab/km²; c) cobertura de energia elétrica de, no mínimo, 50%; d) cobertura de água de 50%, no mínimo; e) cobertura de esgoto de, no mínimo, 50%; f) participação isolada do PIB de serviços ou da indústria igual ou superior a 50% ou a soma dos PIBs da indústria e serviços igual ou superior a 50%.

Como tais variáveis ocorrem de forma distinta e desigual no território, a condição urbana apresenta graus diferenciados: a) condição urbana elevada: atendimento a todos os critérios; b) condição urbana média: atendimento a 5 dentre os critérios propostos; c) condição urbana baixa: atendimento a 3 ou 4 critérios; d) condição urbana precária: atendimento a 2 ou menos critérios.

Em relação à condição urbana elevada, considerada a que reúne os aspectos mais favoráveis ao desenvolvimento urbano, apenas algumas regiões e/ou cidades foram classificadas neste nível. Distinguem-se aquelas localizadas nas áreas de Alta Densidade e Média Densidade de Pólos, em especial algumas cidades-pólo das RIs e o entorno de Salvador e Ilhéus-Itabuna.

A condição urbana média é encontrada principalmente nas áreas de Alta Densidade e Média Densidade de Pólos, em especial em algumas cidades-pólo das RIs, como por exemplo em Barreiras, Guanambi, Irecê e Vitória da Conquista. Quando existente nas Áreas Distantes de Pólos, ocorre principalmente ao longo do rio São Francisco.

A condição urbana classificada como baixa é evidenciada em muitas cidades baianas, em todas as regiões. Porém, destacam-se algumas cidades localizadas nas RIs de Irecê, Brumado, Seabra e Itaberaba, inseridas no domínio da caatinga e aquelas à oeste do rio São Francisco, no cerrado. Além disso, pode ser citado o extremo sul do Estado.

Da mesma forma que a anterior, a condição urbana precária está presente em várias porções do território baiano. No entanto, podem ser ressaltadas algumas áreas, que dada a existência de muitas cidades inseridas nesse nível, conformam grandes extensões em que a condição urbana atende minimamente à população. Podem ser citadas as cidades existentes nas RIs de Aracaju, Vitória da Conquista, Valença, Guanambi, Barreiras e Feira de Santana.

Espacialidade 6: Compartimentos determinados por sua Condição Urbana

Ampliação com universalidade no Estado, das políticas de infraestrutura e serviços básicos urbanos a partir da definição de metas temporais e de cobertura de atendimento.

Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes

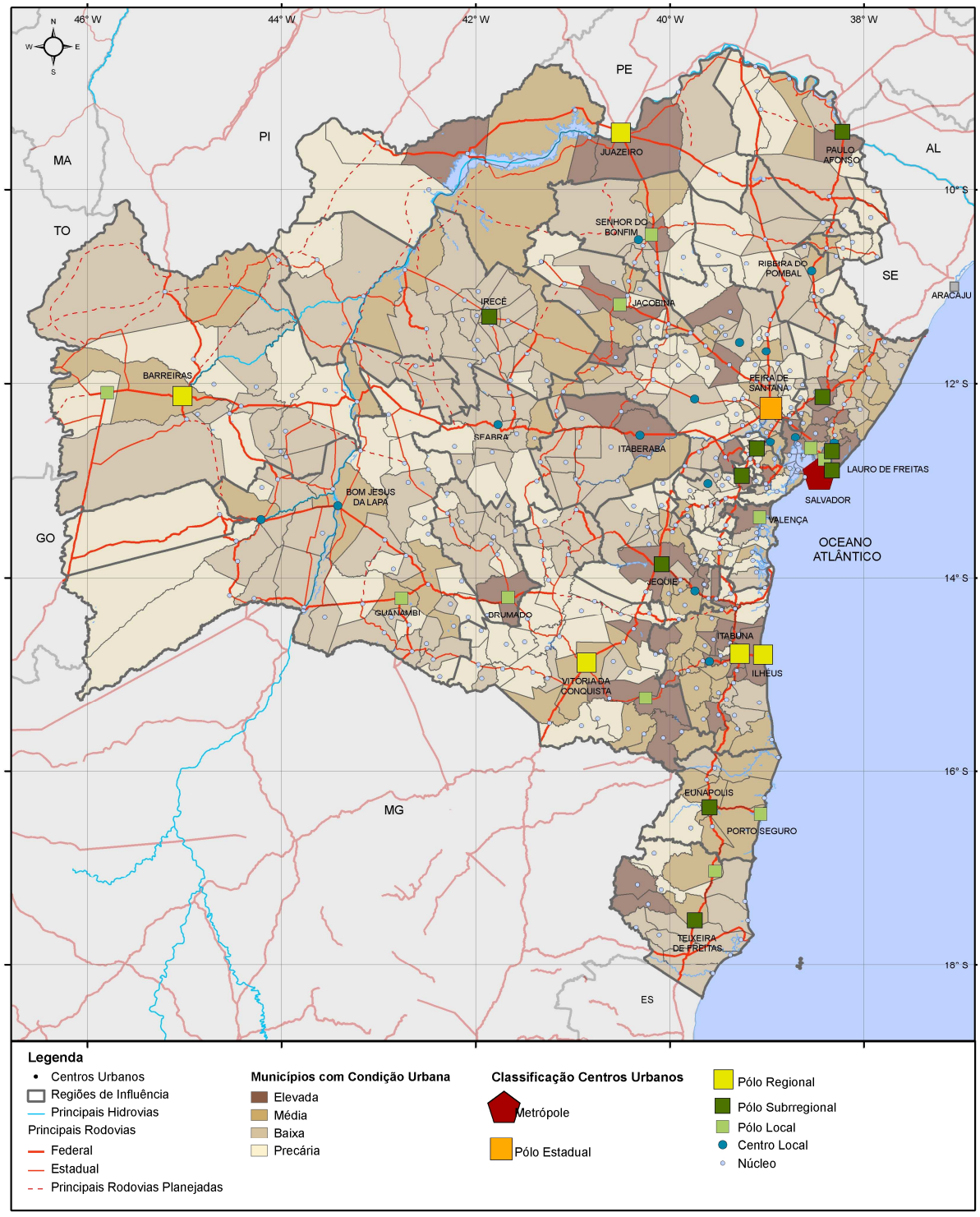
Estabelecer políticas públicas de dotação de infraestrutura urbana básica (água, esgoto e energia) nos municípios de condição urbana baixa ou inexistente, por meio da implantação das condições mínimas necessárias à vida aglomerada.

Elaboração de estudos específicos para detectar as causas da emigração de população em cada município e criação de mecanismos que permitam a fixação da população, por meio de atividades geradoras de emprego e renda.

Estimular nos municípios com crescimento populacional acelerado em certa unidade de tempo, a elaboração de planos específicos de atuação no âmbito da atenção às demandas intra-urbanas.

Disponibilizar aos municípios (com ênfase naqueles de baixa ou inexistente condição urbana) corpo técnico que permita o apoio a estruturação de políticas locais de caráter integrador entre o rural e o urbano.

Figura 82: Espacialidade 6 – Compartimentos determinados pela sua condição urbana



Fonte: Vertrag (2010)

5.2.7 Espacialidade 07: Compartimentos com Predominância de Pequenos Municípios

Os pequenos municípios, considerados aqueles com população total inferior a 20 mil habitantes, representam uma parcela significativa no Estado da Bahia. Dos 417 municípios, 249 se enquadram nesse estrato, ou seja, 59,7% do total.

Nesse conjunto, quase 61% (151 municípios) apresenta taxa de urbanização inferior a 50%, demonstrando a predominância do rural sobre o urbano na distribuição da população. Além disso, o pequeno número de habitantes em conjunto com municípios territorialmente extensos repercute na existência de taxas de densidade demográficas extremamente baixas em algumas porções do Estado. Essa situação pode ser evidenciada principalmente no sudoeste da RI de Guanambi.

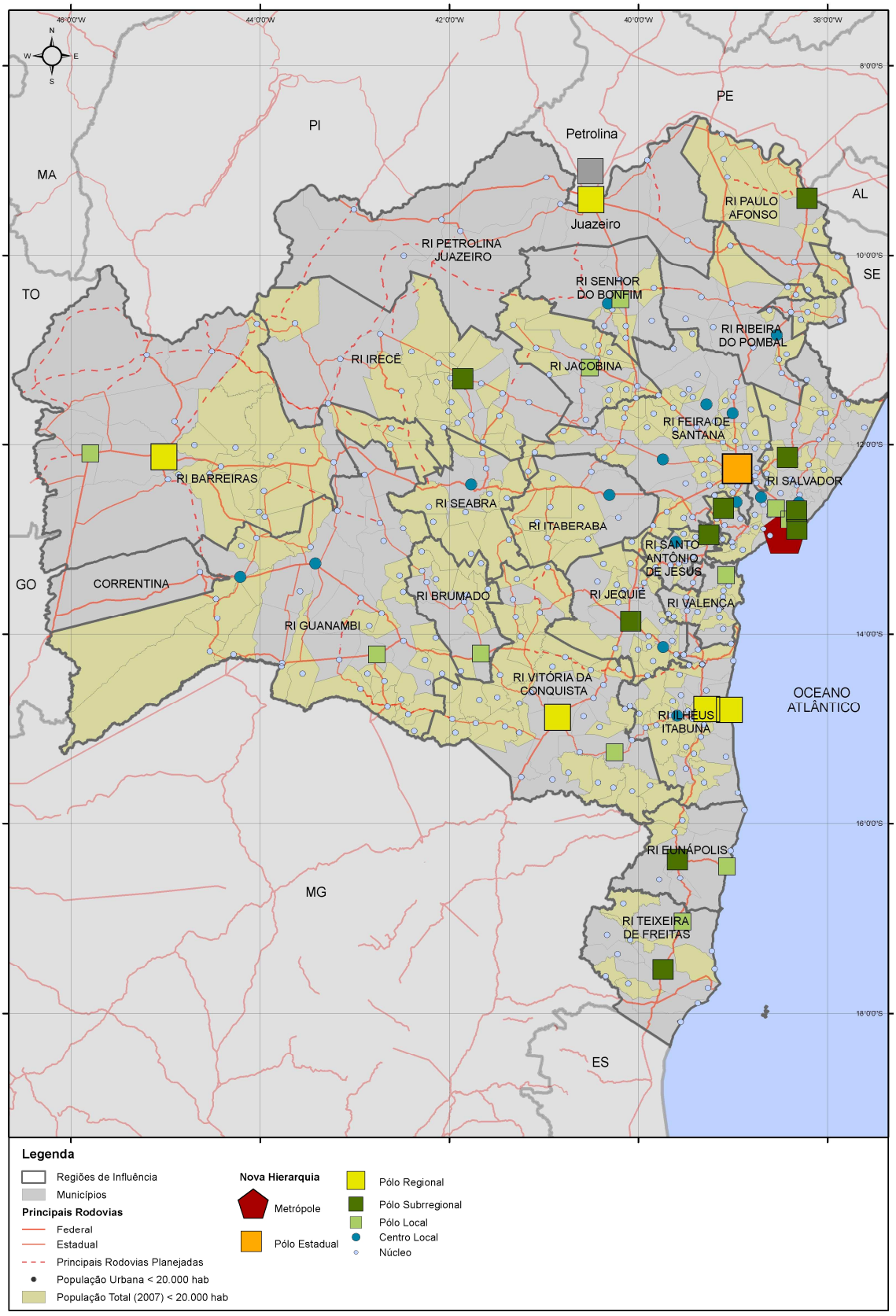
Como o percentual de pequenos municípios é elevado, de um modo geral, os mesmos encontram-se distribuídos por todo o território baiano. No entanto, destacam-se algumas regiões do Estado, tais como as RIs de Paulo Afonso, Aracaju, Irecê, Barreiras, Seabra, Itaberaba, Vitória da Conquista, Valença e Ilhéus-Itabuna, nas quais é considerável a quantidade de municípios classificados nesse estrato.

Embora ocorra essa distribuição por praticamente todo o Estado da Bahia, com exceção da RI de Juazeiro, é visível a concentração dos municípios pequenos no domínio da Caatinga. Isso pode ser explicado pelo modo de desenvolvimento dessa região, que dada as características, favoreceu a ocupação mais esparsa do território.

Evidencia-se uma grande concentração também a oeste do rio São Francisco, no domínio do Cerrado, favorecida, em parte, pelo desenvolvimento em determinados municípios de uma economia pautada principalmente no setor primário.

Espacialidade 7: Compartimentos com Predominância de Pequenos Municípios
Desenvolvimento socioambiental sustentável dos pequenos municípios.
Implicações e Indicações para a Definição de Diretrizes
Estabelecer prioridades em políticas de infraestrutura, educação, saúde e inclusão social voltados aos pequenos municípios.
Estabelecer políticas de descentralização das ações, financiamentos e investimentos em desenvolvimento urbano, através de programas e projetos específicos voltados às Regiões de Influência e municípios com baixa cobertura dos serviços de saneamento básico e energia elétrica;
Estimular a articulação entre as políticas estaduais de desenvolvimento urbano, meio ambiente, social, segurança pública e cultura.
Propor políticas integradoras entre rural e urbano, na medida em que, na maioria dos municípios, predomina a população rural e a cidade não precisa ser, necessariamente, o único local onde tal população possa encontrar serviços de educação e saúde, por exemplo;
Tendo em vista os custos para implantação de redes fixas de serviços em todo o estado da Bahia, sugere-se a criação de unidades móveis ou itinerantes de saúde, de abastecimento, de bibliotecas e atividades culturais, dentre outras, para atender as cidades com baixa ou inexistente condição urbana, além da população rural.

Figura 83: Espacialidade 7 – Compartimentos com Predominância de Pequenos Municípios



Fonte: Vertrag (2010)

6 GRANDES ALINHAMENTOS COMO SUBSÍDIO À POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O momento conjuntural da economia baiana é propício à implementação de medidas que se apropriem da diversidade presente nas regiões, com tendência a resultados virtuosos. A ausência de uma política de desenvolvimento urbano e regional, neste momento histórico, pode levar a que, diante da possibilidade de inflexão dos indicadores ora favoráveis, venha a se regredir a níveis de desigualdade mais extremados que os que se buscam combater.

Como já destacado, as cidades apresentam distinções quanto à oferta de produtos e serviços, o que lhes confere posições diferenciadas na hierarquia urbana. Neste estudo, a hierarquização efetuada através da análise de concentração de variáveis permitiu identificar a posição das cidades na rede urbana, bem como a relevância que cada uma assume no Estado da Bahia.

Essa classificação hierárquica quando analisada conjuntamente com as ligações entre cidades, com aquela da espacialidade em três grandes áreas, fundamentada na densidade de pólos, além das 7 espacialidades apresentadas anterioremente, permite avançar no entendimento da rede urbana do Estado da Bahia e na identificação de **arranjos espaciais** específicos (Figura 84) que merecem atenção quanto à implementação de políticas urbanas diferenciadas, como veremos a seguir.

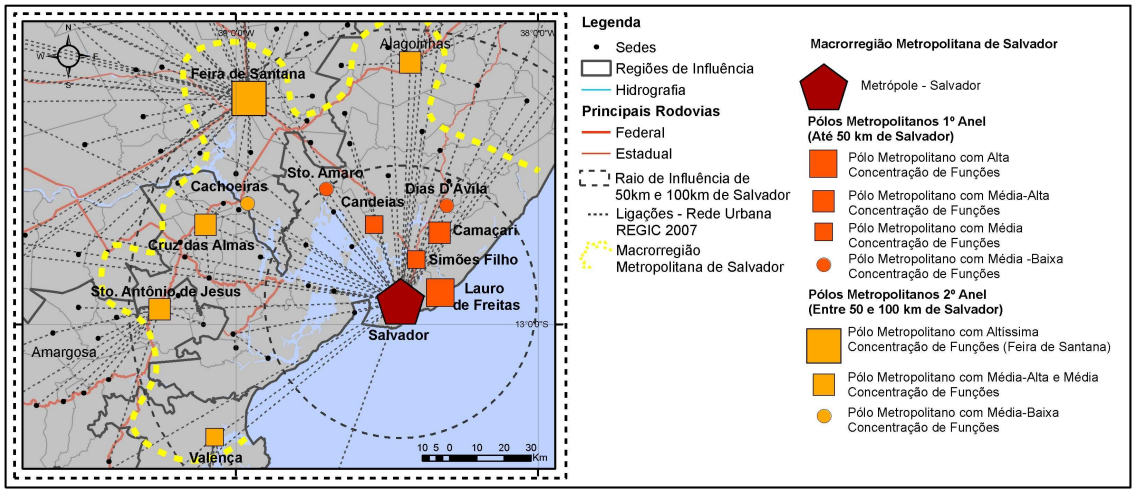
6.1 Arranjos Espaciais Estratégicos para o Planejamento Urbano do Estado

1) **Macrorregião Metropolitana de Salvador**: no Estado distingue-se uma porção em que estão localizadas, de modo inequívoco, as cidades com os níveis mais elevados de concentração de bens e serviços (Figura 85). Entendido como o espaço contido em um raio de aproximadamente 100 km a partir de Salvador, esse arranjo apresenta-se como o mais dinâmico, pois além da concentração de fixos, detém grande intensidade de fluxos entre os centros urbanos que o compõem e com a quase totalidade do Estado. Assim, a Macrorregião Metropolitana de Salvador extrapola os limites da Região Metropolitana, conformando um espaço, onde inúmeros pólos com diferentes concentrações de funções possuem intensas interações espaciais e econômicas. Além de Salvador, que se configura como Metrópole, com máxima concentração de funções, sobressaem-se: Feira de Santana, como Pólo Estadual, com altíssima concentração de funções; Lauro de Freiras como Pólo Sub-regional, com alta concentração de funções; Alagoinhas, Camaçari, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus também como Pólos Subregionais, porém com média-alta concentração de funções (Figura 84)..

Essas cidades em conjunto conformam dois anéis, com base na distância em relação à Salvador. Assim, no primeiro anel, até 50 km da Metrópole, podem ser destacadas as cidades de Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, Dias d'Ávila e Santo Amaro, que, dada a proximidade, mantêm fortes ligações de natureza metropolitana com Salvador. No segundo anel, de 50 a 100 km a partir de Salvador, sobressaem Feira de Santana, Alagoinhas, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Valença e Cachoeira. Embora a distância seja maior, a concentração de funções urbanas nessas cidades amplia o raio de influência do metropolitano, o que faz dessa macrorregião uma unidade de planejamento estratégica e para onde se deve destinar diretrizes diferenciadas e especiais de estruturação física, econômica e social. Nesse contexto cabe destacar a posição de Feira

de Santana que, apesar de sua elevada concentração de funções, que a coloca isoladamente em segunda posição hierárquica como um pólo estadual, possui dinamismo intimamente associado ao da metrópole, inclusive quando se observa a distância que separa as duas cidades.

Figura 84: Macrorregião Metropolitana de Salvador



2) **Aglomeração Urbana**: este arranjo é configurado a partir da identificação de complementaridade de funções entre dois centros urbanos que detêm centralidade em uma determinada Região de Influência e que apresentam proximidade geográfica. A urbanização contínua não é um critério de identificação, mas a interação e alternância de funções. Constituem-se, na Bahia, como Aglomerações Urbanas: i) Ilhéus-Itabuna, ambos classificados como Pólos Regionais e com alta concentração de funções; e ii) ainda que de forma incipiente, Eunápolis-Porto Seguro, classificados como Pólo Subregional e Pólo Local, com médio-alto e médio nível de concentração, respectivamente.

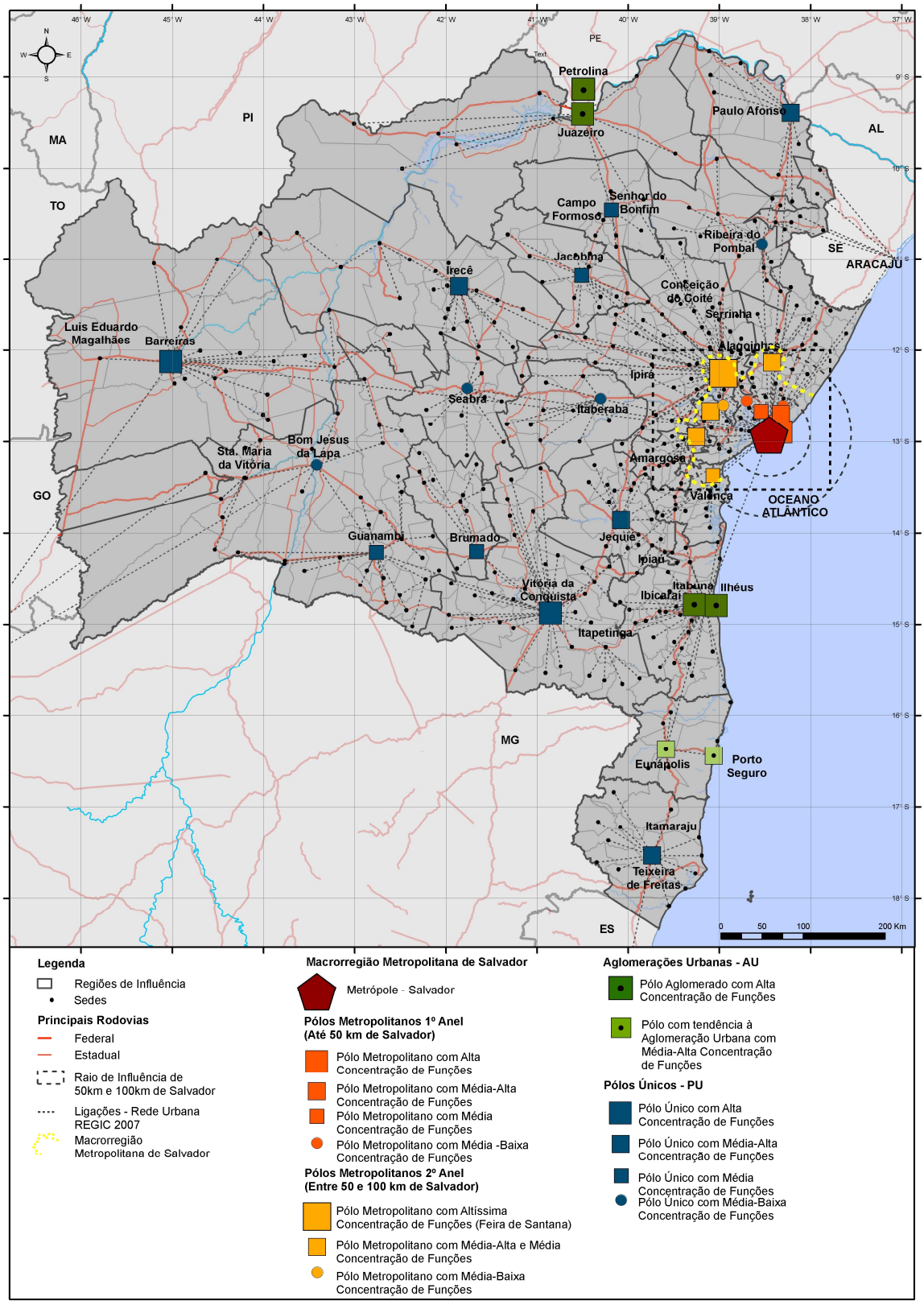
3) **Aglomeração Urbana Interestadual/RIDE** – Região Integrada de Desenvolvimento: A RIDE é uma região definida por lei que abrange municípios de unidades da federação distintas, com o objetivo de conseguir prioridade no recebimento de recursos públicos como meio de promover projetos que visem a dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento. Questões relativas aos projetos, instrumentos de ação e objetivos são discutidas conjuntamente pelas unidades da federação envolvidas. Bahia e Pernambuco configuram a RIDE Petrolina-Juazeiro, que além destas duas cidades, engloba mais três em cada estado. Essas duas cidades conformam uma Aglomeração Urbana que pode ser considerada contínua, na medida em que a separação originalmente imposta pelo rio São Francisco foi vencida pela ponte Presidente Dutra que liga os estados da Bahia e Pernambuco, desde a década de 1950. Assim, constata-se a complementaridade de funções entre os dois centros urbanos e a continuidade da malha urbana. Em se tratando das políticas públicas, além das ações compartilhadas entre os dois estados, as mesmas deverão considerar o alto grau de dependência dos municípios baianos integrantes da RIDE em relação à Juazeiro, configurados como Núcleos, com níveis de concentração de funções mínimos ou inexistentes.

4) **Pólos Únicos**: São os centros urbanos que detêm isoladamente a centralidade de funções em uma determinada região de influência ou porção de uma, sendo assim formados por áreas de abrangência de portes variados, bem como por centros urbanos de níveis diversificados. Existem quatro níveis do arranjo denominado de Pólos Únicos, que dizem respeito às seguintes hierarquias: i) Pólo Regional, representado por Vitória da Conquista e

Barreiras, com média-alta concentração de funções; ii) Pólo Sub-regional, relacionado às cidades de Irecê, Jequié, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas, com média concentração; iii) Pólo Local, através dos centros urbanos de Brumado, Guanambi, Jacobina e Senhor do Bonfim, com média-baixa centralização de funções; iv) Centro Local, referentes aos municípios de Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Seabra, com baixa concentração. Esses centros urbanos não compartilham funções com cidades próximas, fazendo com que apresentem relevância regional na estruturação da rede urbana do Estado da Bahia.

Uma observação geral da configuração dos arranjos permite inferir a grande desigualdade em termos de distribuição dos centros funcionais pelo território baiano, concentrados na faixa leste. Nas demais áreas do Estado prevalecem os pólos de menor centralidade, que em função da distância, acarretam em trajetos mais longos a serem percorridos ou mesmo, no não atendimento de determinadas funções.

Figura 85: Arranjos Norteadores para o Desenvolvimento das Políticas



Fonte: Vertrag/2010.

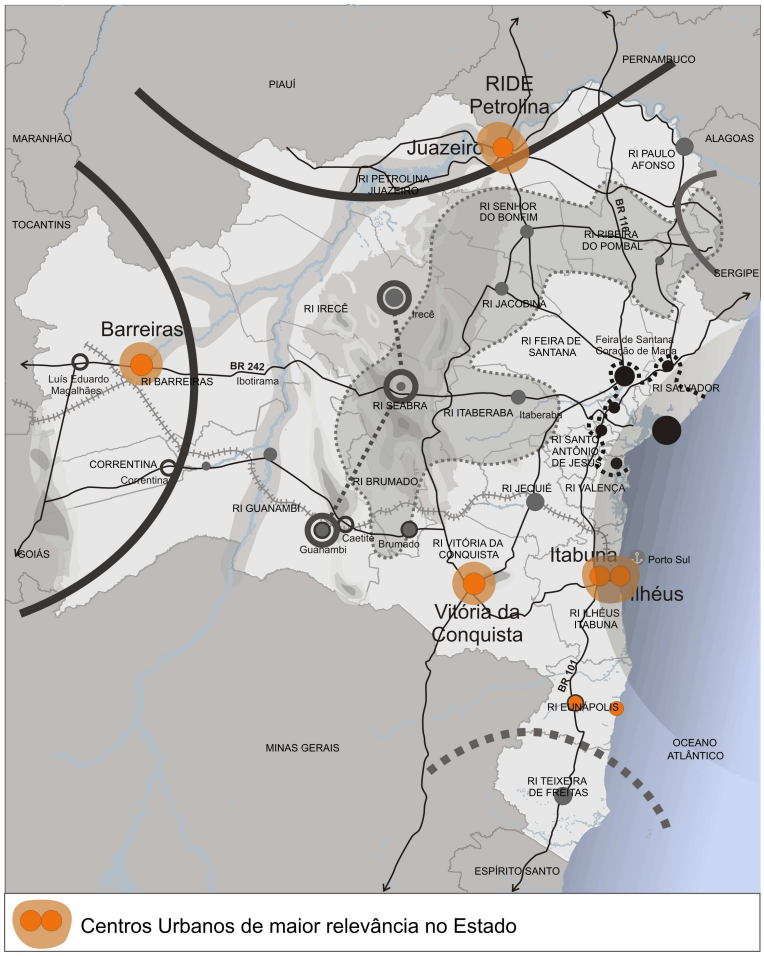
6.2 Centros Urbanos de maior relevância no Estado

Além dos pólos que compõe a Macrorregião Metropolitana de Salvador, os centros urbanos de **Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Juazeiro**, caracterizam-se pela sua grande relevância no Estado, em função da alta concentração de funções e de população urbana (Ilhéus, Itabuna, Juazeiro e Vitória da Conquista com mais de 150.000 habitantes e Barreiras, com 113.075 habitantes). Os crescimentos populacional e econômico observados nesses pólos, pressionam sobremaneira a infraestrutura urbana, muitas vezes precária, como no caso de Barreiras (níveis críticos de cobertura de energia elétrica, coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário).

Além disso, como conseqüência, alguns problemas urbanos podem piorar na medida em que o nível de centralidade e a população se ampliam. Nesse sentido, as ações de planejamento urbano devem se anteceder a tais problemas e serem adequadas a cada situação.

Destaca-se também, nesse contexto, a conformação por Ilhéus e Itabuna de uma Aglomeração Urbana e de Juazeiro com Petrolina de uma RIDE/Aglomeração Urbana, conforme já explicitado anteriormente. Políticas públicas capazes de reforçar o fenômeno de aglomeração urbana em Ilhéus-Itabuna deverão também contribuir para que se fortaleça a integração à rede urbana da Bahia a Região de Influência de Teixeira de Freitas que se encontra hoje polarizada, principalmente por Vitória (ES), ao sul.

Figura 86: Centros Urbanos de maior relevância no Estado da Bahia



Fonte: Vertrag/2010.

6.3 Pólos únicos da rede urbana estadual

Apesar das evidências de que várias Regiões de Influência têm respondido de forma ativa aos efeitos dinâmicos do crescimento da economia brasileira, as porções central e oeste do Estado guardam sinais de dinamismo restrito no que se refere ao desenvolvimento urbano. Verifica-se que a oeste da área mais desenvolvida, localizada ao longo da faixa litorânea da Bahia (área de alta densidade de pólos), os centros urbanos localizam-se relativamente distantes um dos outros, detêm menor população e são, em sua maioria, de hierarquia intermediária ou baixa. As exceções são Barreiras e Vitória da Conquista.

Como já definido, esses centros, chamados de únicos, têm como característica a centralização, em um só pólo, das principais funções mensuradas. Não há compartilhamento de funções com pólos próximos, o que faz com os mesmos exerçam, quase que isoladamente, papel relevante na estruturação da rede urbana da Bahia em tais porções do Estado.

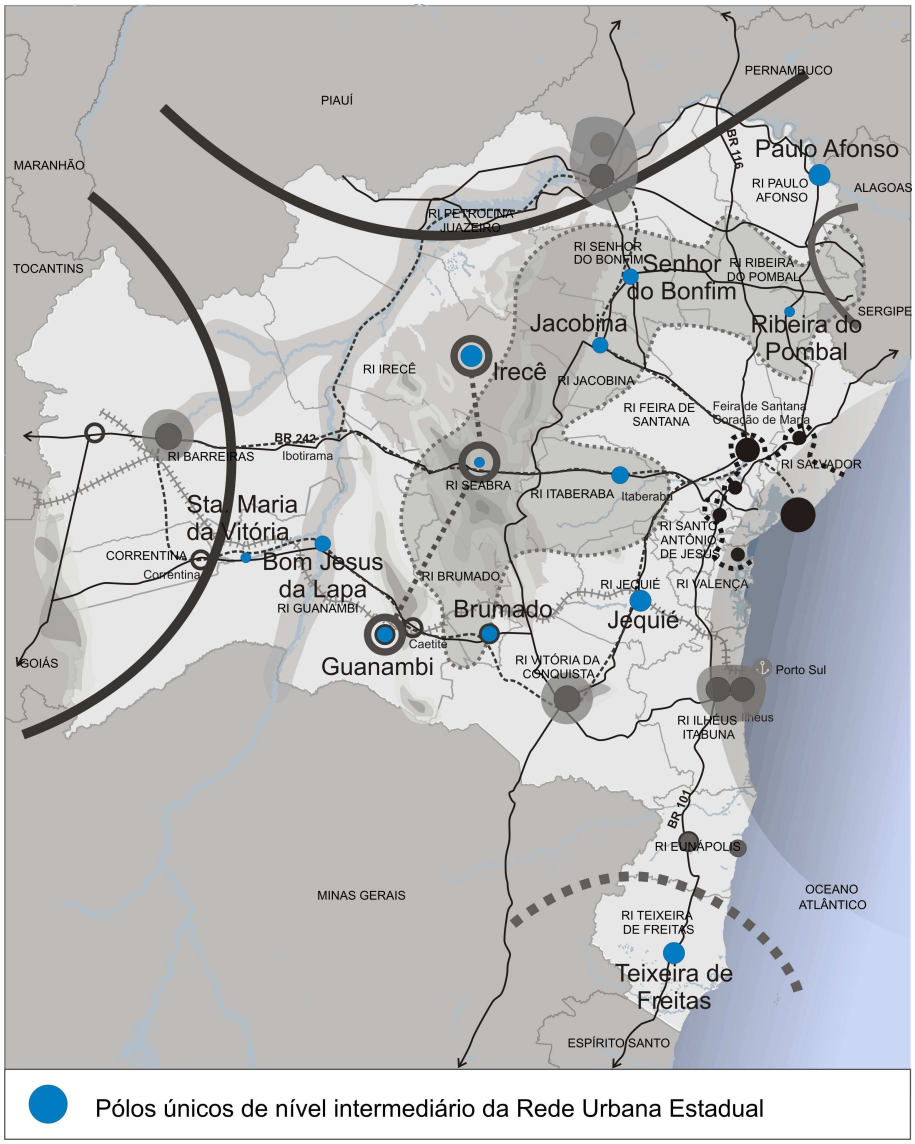
Os principais são: **Vitória da Conquista** e **Barreiras** que, com alta concentração de funções, alinham-se como centros de grande relevância, conforme já destacado no item anterior (sub-item 6.2). Tais centros são seguidos de **Irecê, Jequié**, **Paulo Afonso** e **Teixeira de Freitas**, com média concentração.

Os demais pólos únicos observados posicionam-se em níveis hierárquicos inferiores da rede urbana baiana - **Brumado, Guanambi, Jacobina** e **Senhor do Bonfim**, com média-baixa concentração de funções; **Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Itaberaba, Ribeira do Pombal** e **Seabra**, com baixa-mínima concentração de funções. Essa situação aponta para uma maior fragilidade com relação ao próprio contexto de isolamento relatado, devendo-se destacar que dentre esses centros urbanos, sete constituem-se como pólos de Região de Influência (Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim, Jacobina, Itaberaba, Seabra, Brumado e Guanambi).

Indo além, pode-se ainda destacar que a região conformada pela abrangência de tais pólos coincide, em termos de fragilidade devida aos aspectos ambientais, com a área de domínio da Caatinga, podendo-se dizer que pelo menos cinco deles (Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim, Jacobina, Itaberaba e Brumado) situam-se sobre as porções mais áridas deste domínio, somente fugindo a esta regra os centros urbanos de Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, ambos localizados no domínio do Cerrado. Além disso, verifica-se que parte do isolamento de alguns dos centros urbanos dá-se também em função de barreiras físicas impostas pelo conjunto de Serras que compõe a Chapada da Diamantina.

A fragilidade da rede urbana baiana observada, desta forma, pelo isolamento dos pólos únicos de sua rede, indica a necessidade de ações para a **integração**, principalmente física entre os mesmos, e com os centros de maior relevância do Estado, de tal forma que se estabeleçam condições para uma maior consolidação do sistema urbano baiano.

Figura 87: Pólos únicos de nível intermediário da Rede Urbana Estadual



Fonte: Vertrag/2010

6.4 Oeste baiano com fortes polarizações externas

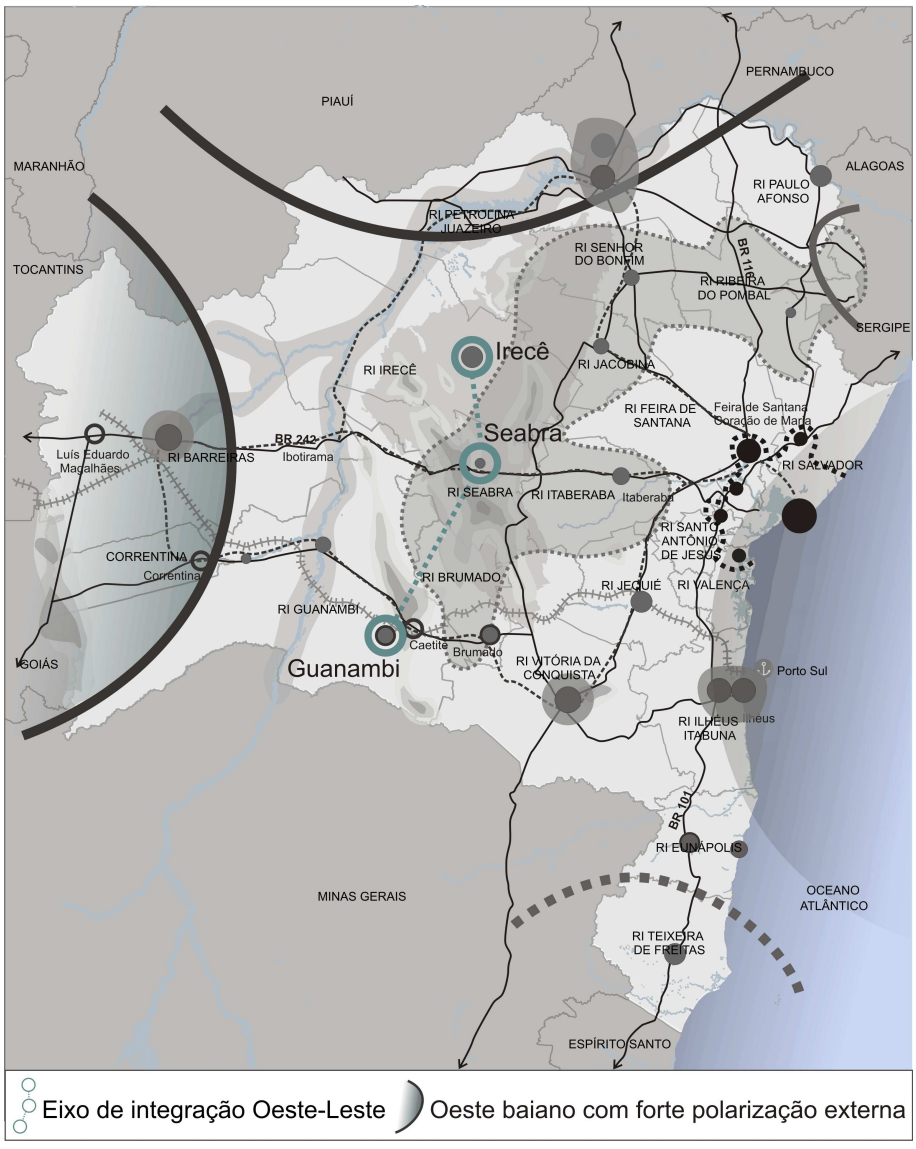
Ainda que inegavelmente ligadas à capital baiana do ponto de vista das decisões políticas e de suas proposições, as porções situadas mais a oeste, no domínio do Cerrado, especialmente nas **Regiões de Influência de Barreiras e porção oeste do município de Correntina**, caracterizam-se pela forte polarização à Brasília e Goiânia, fruto de um processo de ocupação no território baiano que, iniciado de leste a oeste, por um longo tempo, foi considerado pelo seu governo como área de reserva, distante aproximadamente 850 km de Salvador.

A diminuição dessa dependência interestadual da porção oeste da Bahia poderá ser alcançada a partir do fortalecimento da rede urbana estadual, na sua porção mais frágil, qual seja, a do centro-oeste da Bahia. Com esse intuito, **Irecê, Seabra e Guanambi** conformam um eixo vertical de atuação estratégica em conjunto com **Barreiras,** na medida em que o

aumento de suas centralidades, através da oferta de serviços mais raros e especializados e que são procurados pela população de locais mais distantes, repercute positivamente nos demais centros urbanos desta rede, contribuindo para a construção de um sistema mais consolidado. Como consequência, pode-se esperar maior internalização dos efeitos dinâmicos, e de ganhos de competitividade sistêmica regional.

Contribuem para tal intento, os investimentos estratégicos novos observados no item 6.6 bem como, para o caso de Seabra, as potencialidades turísticas da Chapada da Diamantina e de Irecê, a agricultura irrigada.

Figura 88: Oeste baiano com fortes polarizações externas



Fonte: Vertrag/2010

6.5 Pequenos municípios e regiões de baixa inclusão social

Como visto no subcapítulo 4.4.2, as cidades pequenas, considerados aquelas com população urbana inferior a 20 mil habitantes, representam uma parcela significativa no Estado da Bahia. Das 417 cidades, 344 se enquadram nesse estrato, ou seja, 82,5% do total e, várias delas encontram-se localizadas nas áreas de Média Densidade de Pólos e Distante de Pólos ficando portanto frequentemente restritas ao uso e consumo dos serviços e bens mais essenciais, bem como de infraestrutura urbana básica à qualidade de vida em uma cidade.

Tendo em vista a representatividade numérica das pequenas cidades e também municípios, é estratégico pensar em políticas voltadas exclusivamente para os mesmos. E assim, visando dar maiores subsídios para uma Política de Desenvolvimento Urbano que leve em conta as especificidades e particularidades das cidades baianas, é imprescindível que haja uma atenção especial aos pequenos centros, especialmente aqueles mais carentes de infraestrutura urbana, bem como com indicativos de esvaziamento populacional. A tentativa de se conhecer e localizar essas cidades complementa as considerações regionais mais generalizadas, realizadas no decorrer do item relativo aos aspectos demográficos.

Assim, identificaram-se quatro grupos distintos no conjunto formado por pequenas cidades, quando se consideraram em conjunto aspectos populacionais (população total de até 19.999 habitantes[54] e processos de esvaziamento ou concentração populacional), de urbanização (taxa de urbanização inferior a 50%), de condição urbana (baixa ou precária) e de localização (área de média densidade ou distante de pólos):

Grupo 1 – Configurado pelos municípios localizados na Área Distante de Pólos e que apresentam, além da condição urbana baixa ou precária, processo de esvaziamento populacional. Encontram-se localizados, sobretudo, nas RIs de Barreiras e Guanambi, com destaque para aqueles a oeste do rio São Francisco, e na RI de Brumado. Ainda observam-se tais municípios, mesmo que em menor quantidade, nas RIs de Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Aracaju, Feira de Santana e Irecê.

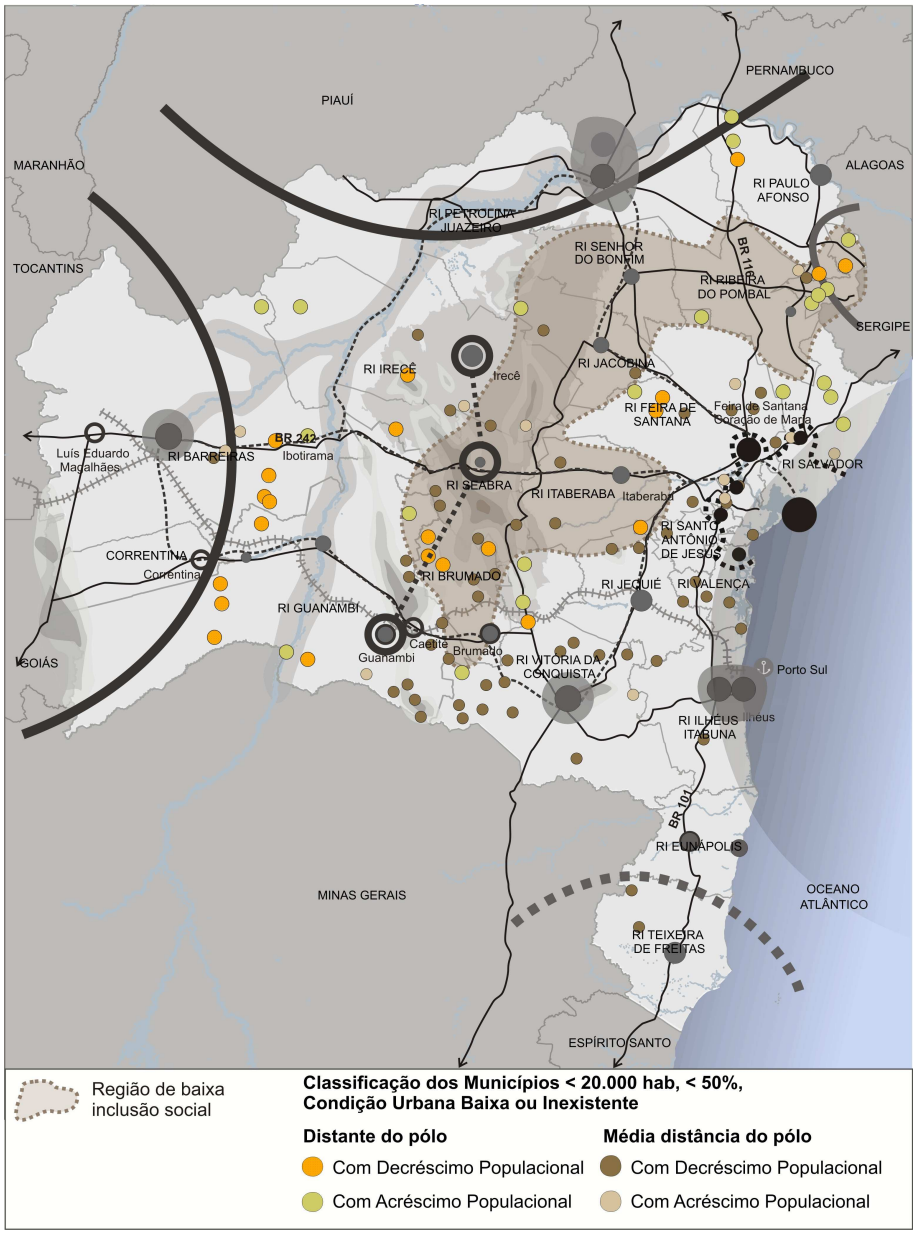
Grupo 2 – Caracterizado por municípios localizados na Área Distante de Pólos, com condição urbana baixa ou inexistente, porém, contrariamente ao grupo citado anteriormente, com concentração populacional. Encontram-se localizados principalmente nas RIs de Aracaju, Salvador e Vitória da Conquista. Em menor quantidade, localizam-se nas RIs de Guanambi, Barreiras, Paulo Afonso, Irecê e Feira de Santana.

Grupo 3 – Caracteriza-se pelos municípios localizados na Área de Média Densidade de Pólos, com baixa ou precária condição urbana e pelo processo de esvaziamento populacional. É o grupo mais expressivo em termos de quantidade de municípios, 40 em um total de 88. Há uma concentração inequívoca desses municípios nas regiões sul e centro-sul do Estado, destacando-se as RIs de Vitória da Conquista, Guanambi e Seabra. Além disso, verificam-se ocorrências, mesmo que em menor quantidade, nas RIs de Barreiras, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Jacobina, Irecê, Itaberaba, Jequié e Santo Antônio de Jesus.

Grupo 4 – Distingue-se pela localização na Área de Média Densidade de Pólos, baixa ou precária condição urbana e pelo processo de crescimento populacional. São poucos que se enquadram nessa situação, localizando-se nas RIs de Barreiras, Irecê, Ribeira do Pombal e Guanambi.

[54] Segundo a Contagem Populacional de 2007.

Figura 89: Pequenos municípios e regiões de baixa inclusão social



Fonte: Vertrag/2010

É ainda necessário ressaltar que apesar das situações mais críticas estarem nos compartimentos territoriais de média densidade e distante de pólos, existe também municípios com população de até 19.999 habitantes, taxa de urbanização inferior a 50% e condição urbana baixa ou precária inseridos na área de alta densidade de pólos. A maioria dos municípios desse compartimento, que se enquadra nos atributos estabelecidos, se caracteriza por apresentar o processo de esvaziamento populacional, excetuando-se poucos casos, como aqueles localizados na RI de Salvador. Para os casos de diminuição de população, com destaque para aqueles observados nas RIs de Valença e Feira de Santana, o fenômeno pode estar ocorrendo em função da proximidade de médios e grandes centros, os quais exercem grande atração na população que busca melhores condições de vida. Nesse sentido, esses municípios demandam a implantação de políticas que visem o desenvolvimento das condições de sobrevivência, bem como da permanência da população.

Pelo exposto, fica evidente não somente a necessidade de políticas específicas para os municípios considerados pequenos, mas também e, principalmente, a implementação de políticas diferenciadas para cada conjunto apresentado. O grande universo de municípios pequenos e, por conseqüência, seus centros urbanos, denota uma grande diversidade de situações e problemas. Nesse sentido, um plano que vise a conformação de uma rede urbana mais equilibrada, deve levar em consideração tais particularidades.

Complementarmente, merece atenção especial, o compartimento configurado no sentido centro-nordeste do estado da Bahia, pelas RIs de Brumado, Seabra, Itaberaba, Jacobina, Senhor do Bonfim, Ribeira do Pombal e municípios baianos da RI de Aracaju, relativamente pouco expressivas em termos de potencial de geração de PIB (total, agropecuário e/ou industrial e/ou de serviços). Não por acaso, os territórios citados, localizam-se na porção mais castigada da Bahia, tendo em vista o clima semi-árido do domínio fitogeográfico da Caatinga.

6.6 Investimentos estratégicos com repercussão na rede urbana estadual

Alguns investimentos estratégicos que estão sendo realizados ou que estão em vias de implementação no Estado sinalizam mudanças para a inversão do cenário de fragilidade da rede urbana baiana que, principalmente na sua porção oeste, possui grandes parcelas de seu território submetidas também a polarizações externas. A maturação desses projetos, associada às boas perspectivas existentes para a expansão dos agronegócios nas RIs de **Juazeiro** (fruticultura e cana-de-açúcar), **Eunápolis** (papel e celulose) e **Teixeira de Freitas** (papel e celulose), deverão intensificar o processo de relativa desconcentração espacial das atividades econômicas no estado e implicar em mudanças relativamente expressivas na rede urbana da Bahia. Neste sentido, são estratégicos:

a. A Ferrovia Oeste-Leste, que vai criar condições favoráveis à expansão dos agronegócios da RIs de Barreiras e no município de Correntina, com tendência a aumento na centralidade das cidades de Caetité, Jequié, Brumado, Correntina, e Luís Eduardo Magalhães onde estão previstas estações de transbordo, além de Ilhéus, a partir da implementação de um complexo portuário ligado à ferrovia – o **Complexo Intermodal Porto Sul** (entre Ilhéus e Itacaré). Destacam-se nesse contexto: (i) Caetité, Jequié e Brumado que concentram potencialidades relativas a jazidas de extração de minérios, em especial, de ferro em Caetité que, como conseqüência de um possível aumento de sua centralidade possui fortes tendências a aglomerar-se a Guanambi (39 km de distância de Caetité); de vanádio em Maracás (RI Jequié); de níquel em Itagibá (RI de Jequié) e Luís Eduardo Magalhães, como centralidade emergente no contexto da Região de Influência de Barreiras, com expressivo aumento de sua população e de concentração de atividades e serviços nos últimos anos (estes não detectados pelo Regic/2007).

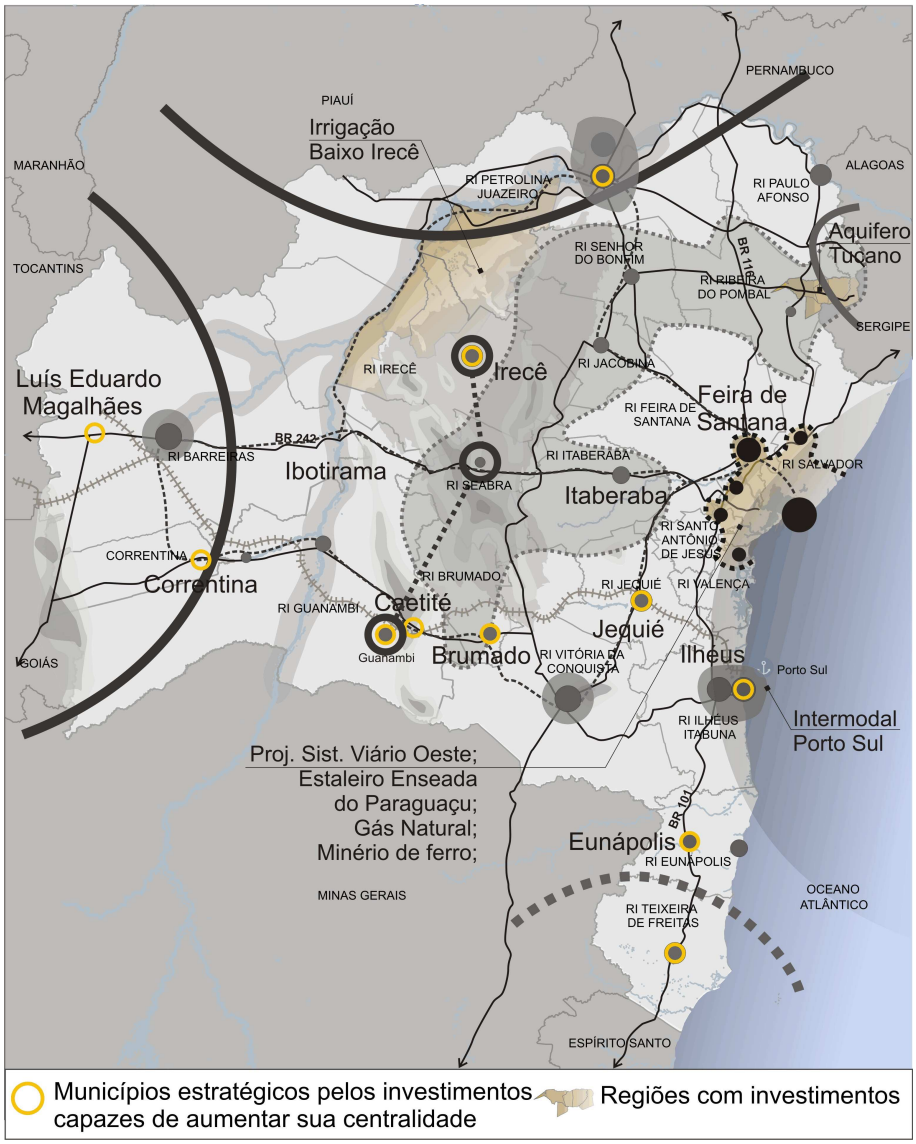
b. Projetos de irrigação do Baixio Irecê, abrangendo áreas dos municípios de Irecê, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Jussara e Sento Sé, prevendo-se com o projeto, a produção, em grande escala, de cana-de-açúcar para etanol e plantas oleaginosas (dendê, palma, etc.) para diesel, além de fruticultura irrigada. Tal projeto deverá repercutir positivamente no aumento da centralidade de Irecê, centro urbano considerado estratégico em função de sua posição geográfica central no Estado.

c. Exploração do Aquífero Tucano, o Projeto Nordeste da Bahia - Bacia Sedimentar de Tucano, com o objetivo de aproveitar o potencial das águas subterrâneas desse aqüífero, visando, na sua primeira etapa, a expansão da oferta de água em Cícero Dantas, Fátima, Heliópolis, Paripiranga e Adustina, municípios com forte dependência de Aracaju e caracterizados pelo seu baixo potencial de geração de renda.

A possível ampliação da centralidade de determinadas cidades, poderá ocasionar aumento na sua população e necessidade de maiores investimentos em sua infraestrutura urbana, bem como a incorporação de programas de desenvolvimento gerencial e de condições técnicas e operacionais adequadas aos municípios. Outros investimentos considerados estratégicos no Estado tem como localização prioritária a Macrorregião Metropolitana de Salvador, reforçando a centralidade dos pólos e as relações internas da região:

d. Projeto Sistema Viário Oeste – a partir do qual está prevista a construção de ponte rodoviária ligando Salvador à Ilha de Itaparica; a duplicação, da Ponte do Funil, entre os municípios de Vera Cruz e Nazaré; a duplicação da BA-001 no trecho entre a cabeceira da nova ponte, na Ilha de Itaparica, e a cidade de Nazaré; e a duplicação da BA-046, no trecho entre Nazaré e Santo Antonio de Jesus (entroncamento com a BR-101). Este projeto deverá intensificar a relação de Salvador com os municípios situados a oeste da baía, com tendências à modificar as relações de complementaridade de funções, podendo-se prever a conformação futura de um novo desenho para a sua região metropolitana.

Figura 90: Investimentos estratégicos com repercussão na rede urbana estadual



Fonte: Vertrag/2010

e. Estaleiro Enseada do Paraguaçu (ou do Recôncavo) - localizado em frente ao canteiro de São Roque do Paraguaçu[55], no Recôncavo baiano, o empreendimento vai ocupar uma área de cerca de um milhão de metros quadrados nas margens da Baía do Iguape, em Maragogipe. Estratégico em relação às demandas decorrentes da exploração das reservas do pré-sal, o estaleiro será totalmente voltado para a produção de plataformas de petróleo de todos os tipos. Com o estaleiro, deverá aumentar também a centralidade de Maragogipe na rede urbana da Bahia.

f. Exploração de Gás Natural na RI de Valença - Recentemente ganhou importância a exploração de gás natural na Bacia de Camamu-Almada, principalmente na costa marítima do município de Cairu (RI de Valença). Uma das bases de exploração é o campo de gás natural de Manati, de onde é transportado até a estação de tratamento por um gasoduto que percorre trechos oceânicos e terrestres ao longo dos municípios de Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde, onde é tratado pela unidade local da Petrobrás. Tal exploração tem importância significativa, pois o Estado da Bahia é o terceiro maior mercado consumidor de gás natural do Brasil. O aumento da demanda por gás natural no Estado está relacionado, principalmente, ao número crescente de indústrias metalúrgicas, químicas, eletrônicas, de cosméticos, plásticos e borracha que estão sendo implantadas na **Região de Influência de Salvador**, incluindo a expansão do complexo industrial petroquímico de Camaçari. Há também o potencial para um crescimento ainda maior na demanda por gás natural, relacionado às usinas termoelétricas que foram construídas como parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), implementado pelo Estado da Bahia: Termobahia, em São Francisco do Conde e vinculada à Refinaria Lindolpho Alves; Fafen Energia e Arembepe Energia, em Camaçari.

Em função da disponibilidade de gás natural e de jazidas de argila, com características físicas e químicas adequadas, a Região de Influência de Salvador tende a se tornar um grande pólo cerâmico. Na região já estão instaladas as empresas Moliza, em Candeias, a Eliane e a Incefra, em Camaçari e a Delta a ser instalada no município de São Sebastião do Passé. Entre os municípios, cujas jazidas de argila revelam maior potencial, encontram-se Simões Filho, Mata de São João, Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada e Itanagra.

g. Potencial de exploração de minério de ferro no município de Coração de Maria, a 25 km de Feira de Santana. O projeto de exploração das reservas existentes encontra-se a cargo da Ferrous Resources e o início da produção está previsto para 2015, inclusive com a construção de um mineroduto como meio de transporte da mina até a um porto, a ser também construído pela empresa na Baía de Todos os Santos[56].

6.7 Costa litorânea com forte influência de interesses internacionais

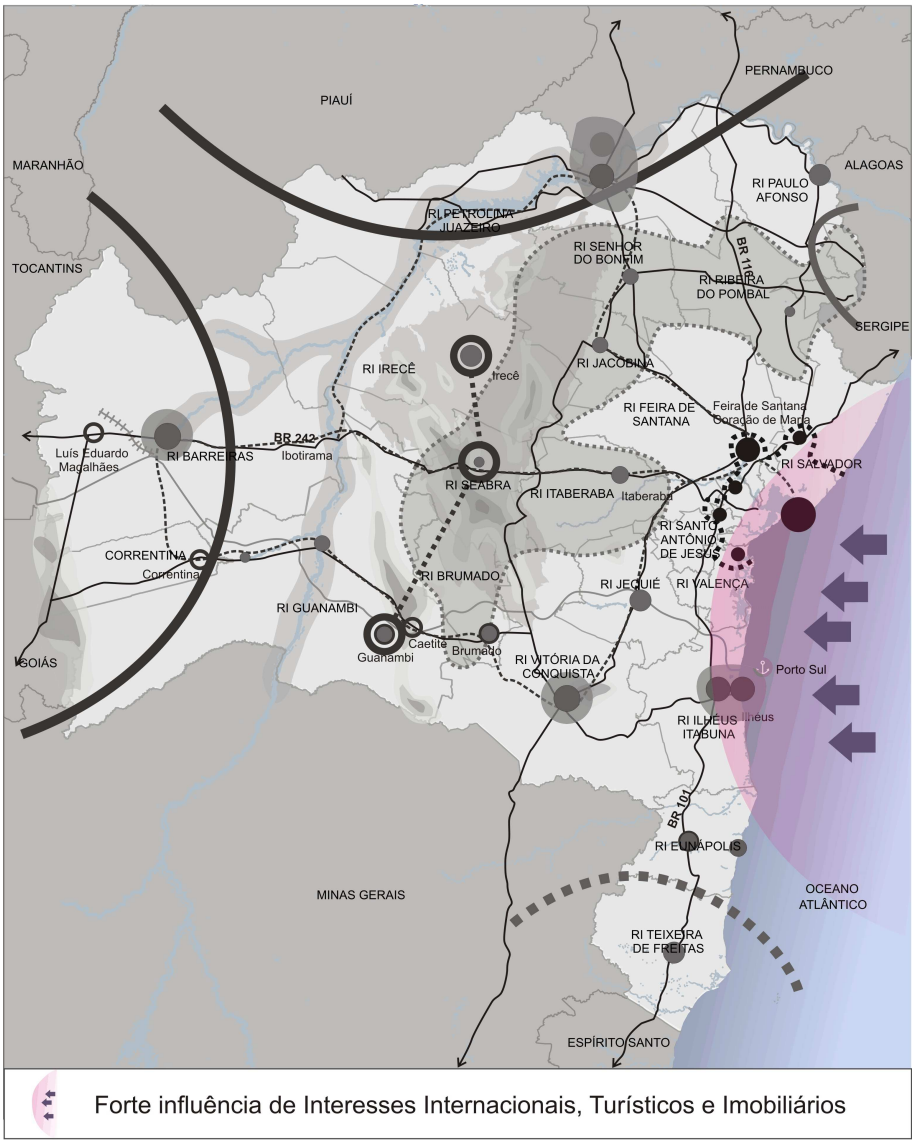
Ressalta-se a importância da vinculação de parcelas crescentes do mercado imobiliário a interesses internacionais. Sobretudo localizadas na faixa Leste litorânea do Estado, este fenômeno de internacionalização imobiliária impõe procedimentos até então desconhecidos para a gestão pública e de difícil enfrentamento por instrumentos legais locais. De fato, se num primeiro momento, tais investimentos estrangeiros possam ser entendidos como positivos para a economia baiana, num outro indica uma sobrevalorização nos preços do mercado da terra que dificilmente podem ser assimilados pelas camadas da população com menor poder aquisitivo e mesmo pelas agências locais e do Estado de habitação popular. Esse fenômeno conta com poucas informações consolidadas no âmbito

[55] Atualmente já existe, em São Roque do Paraguaçu, distrito de Saubara, um canteiro de construção *off shore* da Petrobras.

[56] Conforme www.ferrous.com.br.

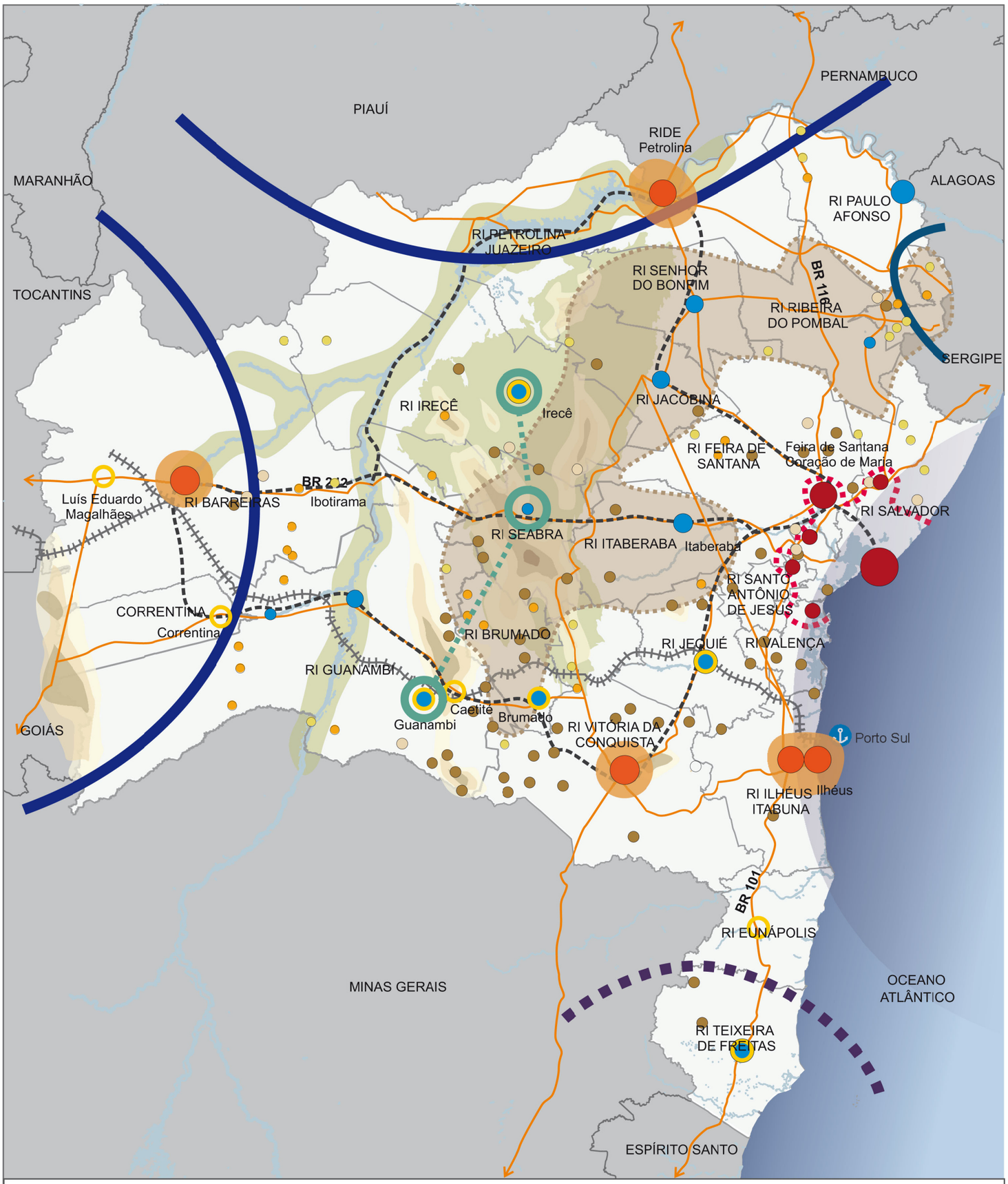
municipal; do mesmo modo, ainda é pouco estudado pela perspectiva do setor público e dos impactos gerados.

Figura 91: Costa litorânea co forte influência de interesses internacionais.



Fonte: Vertrag/2010.

Figura 92: Síntese dos Grandes Alinhamentos, subsídios à Polítia de Desenvolvimento Urbano da Bahia.



Legenda

- Regiões de Influência
- Principais Rodovias
  - Federal
  - Estadual
- Ferrovia
- Porto
- Serra / Chapada
- Área de Proteção Ambiental
- Macrorregião Metropolitana de Salvador
- Centros Urbanos de maior relevância no Estado
- Pólosúnicos de nível intermediário da Rede Urbana Estadual
- Eixo de integração Oeste-Leste
- Municípios estratégicos pelos investimentos capazes de aumentar sua centralidade
- Região de baixa inclusão social
- Eixos estruturais para integração física
- RI polarizada também por outros Estados
- Área polarizada por Vitória
- Municípios baianos polarizados por Aracaju
- Áreas que sofrem influência de Interesses Internacionais, Turísticos e Imobiliários

Classificação dos Municípios < 20.000 hab, < 50%, Condição Urbana Baixa ou Inexistente

Distante do pólo	Média distância do pólo
Com Decréscimo Populacional	Com Decréscimo Populacional
Com Acréscimo Populacional	Com Acréscimo Populacional

Fonte: Vertrag/2010.

7 REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES URBANAS: PRESSUPOSTOS E CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA DEFINIÇÃO

7.1 Pressupostos para Definição de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas

A proposição de uma política de desenvolvimento urbano para o Estado da Bahia não estaria completa, sem a reflexão acerca do papel do Estado no estabelecimento de recortes espaciais adequados a um eficaz plano de intervenção e de transformações urbanas.

Nesse sentido, faz-se mister considerações acerca dos novos arranjos institucionais que podem contribuir para tal política, no âmbito dos territórios urbanizados que se revestem de maior complexidade no Estado, com vistas ao reconhecimento e implantação de Regiões Metropolitanas – RM e/ou de Aglomerações Urbanas - AU.

As discussões sobre a criação de regiões metropolitanas no Brasil readquirem relevância com a retomada dos trabalhos na Câmara Federal, em março/2011 acerca do Estatuto das Metrópoles.

Tal qual o ocorrido com o Estatuto das Cidades, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o Estatuto da Metrópole também objetiva regulamentar a matéria e oferecer alguns parâmetros para a definição desse ente, que não se configura, contudo, como um ente administrativo no atual quadro federativo brasileiro.

Desse modo, a despeito do crescimento acelerado e da ausência de critérios nacionais para a criação das regiões metropolitanas, desde a Constituição de 1988, os estados passaram a legislar sobre a matéria, criando, alterando ou extinguindo as RM. Como resultado, predomina um distanciamento entre o fato metropolitano enquanto processo sócio-espacial e a institucionalização de regiões metropolitanas, enquanto fato político-institucional.

Nesse sentido, cabe reafirmar o conteúdo que se espera de uma metrópole, associado à etimologia da palavra que na sua origem designa a cidade mãe, revelando, portanto, uma posição distinta das demais no âmbito de sua influência e polarização sobre determinado recorte territorial. Na atualidade, o termo metrópole é, cada vez mais "associado a uma grande cidade de serviços, a uma cidade que concentra as atividades de comando e desempenha um papel de centro para um extenso território exterior. Paralelamente emergem as 'funções metropolitanas' que já não englobam apenas os serviços à população, mas dizem respeito principalmente aos serviços às empresas tanto a montante (pesquisa, concepção, inovação, ...) como a jusante (marketing, comercialização, comunicação, ...)" (MERENNE-SCHOUMAKER, 1998, p. 6).

Embora o termo *metropolitano* esteja presente também na expressão região metropolitana, cabe salientar a natureza diversa das discussões que norteiam a perspectiva da *metrópole* e aquela da *região metropolitana*, tendo em vista suas escalas e seus propósitos, conforme apontado anteriormente. Enquanto a metrópole se vincula a discussões conceituais acerca da relevância da cidade, normalmente no contexto nacional, a região metropolitana tem sido definida no Brasil a partir de uma perspectiva de recorte espacial de intervenção ou área de planejamento, embora com êxito variável em cada caso.

Não só no Brasil, mas também no mundo, a definição do que é uma região metropolitana não é tarefa simples. Em países como o Canadá, por exemplo, sua criação se

associa a fins de recenseamento, sendo denominadas Regiões Metropolitanas de Recenseamento (RMR), e definidas como “as regiões do cume da hierarquia urbana, formadas de um centro urbano e de municipalidades urbanas que lhe são contíguas e fortemente integradas no plano social e econômico. Os limites das RMR são definidos segundo critérios morfológicos e funcionais, ou seja, tamanho da população, densidade e movimentos pendulares.” Nesse caso, o centro urbano deve ter, no mínimo, 100 mil habitantes, a intensidade dos movimentos pendulares permite verificar seu nível de integração, como resultado, no ano de 2001, o Canadá possuía 27 RMR, das quais 17 com mais de 200 mil habitantes. (COLLIN, ROBERTSON e CHARRON, 2007, p. 17).

Nos Estados Unidos, a definição adotada pelo Bureau do Censo desde os anos de 1970 para definir as ASM – Áreas Estatísticas Metropolitanas -, compreende: densidade de população, deslocamentos pendulares (migrações alternantes), modo de ocupação do espaço urbanizado e o crescimento da população.

Na Espanha, não há uma definição padrão de área metropolitana, embora possam ser citados como critérios para defini-las: municípios localizados a uma distância máxima de 35 km da cidade-central, população da cidade-central maior que 50 mil habitantes a densidade de população; a dinâmica demográfica recente; a mobilidade; a habitação; os processos de urbanização e as redes de transportes existentes (ALBA e NAVARRO, 2007).

Observa-se, assim, que além dos pressupostos de contiguidade espacial entre parte dos municípios envolvidos no processo e de integração socioeconômica, há um conjunto de critérios funcionais ou morfológicos que se repetem em praticamente todos os casos, sendo os mais relevantes: patamar mínimo de população, densidade e movimentos pendulares.

No Brasil, a definição de Região Metropolitana é motivo de controvérsia, mesmo porque, após a Constituição de 1988, os estados passaram a ter autonomia na criação, ampliação e extinção de Regiões Metropolitanas, do que resultou uma variedade de possibilidades de classificação, não prevalecendo uma visão nacional, tampouco critérios únicos. Assim, as motivações para a criação e a implantação das regiões metropolitanas, variam de acordo com os interesses estaduais.

Ressalta-se que a definição das Regiões Metropolitanas possui duas dimensões igualmente importantes, mas que se relacionam a escalas espaciais distintas: uma é a nacional e outra a estadual.

Desde a Constituição Federal de 1988 é a dimensão estadual que tem sido priorizada, pois, ao delegar aos Estados Federados a responsabilidade pela implantação de tais entes, o Governo Federal não estabeleceu parâmetros mínimos que pudessem ser orientadores do processo em nível nacional. Ao agir dessa forma, os Estados ganharam autonomia para estabelecer seus próprios critérios, resultando, como já salientado anteriormente, em grandes disparidades em sua definição.

Por outro lado, a constituição das AU – Aglomerações Urbanas, não teve muita repercussão na política urbana nacional, pois as mesmas não foram objeto de inserção efetiva no âmbito das políticas do Estado.

Disso resulta a fragilidade de implantação de AU e a predominância da implantação das RM em praticamente todos os Estados da federação. O próprio Governo Federal ao não inserir as AU como objeto de ações específicas, desestimulou sua implantação por uma certa vacância de proposição de mecanismos e benefícios específicos (incentivos, financiamentos, programas, etc.) para sua consideração.

Cabe ressaltar, contudo, que na perspectiva funcional, toda região metropolitana é uma aglomeração urbana, mas o contrário não é verdadeiro.

Nesse contexto, a definição de Região Metropolitana ganha nova perspectiva, pois seu sentido maior está diretamente relacionado ao estabelecimento de uma política urbana estadual e, em decorrência, os parâmetros estabelecidos para sua definição, também devem ser ajustados de modo a que as mesmas respondam a demandas específicas dos Estados.

Desse modo, no âmbito da presente proposição, há que se diferenciar metrópoles de regiões metropolitanas, sendo essas últimas compreendidas como áreas de planejamento no âmbito estadual.

Assim, embora se reconheça a necessidade de uma regulamentação federal, cada estado limita-se à sua esfera de ação e o Estado da Bahia faz o mesmo, propondo uma leitura interna dos processos de concentração urbana, cujo resultado é o reconhecimento de espacialidades aglomeradas e que possuem representação e significância em nível estadual.

Tal se justifica, inclusive, tendo em vista que a Constituição Estadual da Bahia, em seu Art. 6º, afirma que:

> "O Estado divide-se em Municípios, unidades político-administrativas autônomas, e, para fins administrativos, mediante lei complementar, em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum"

Ainda na Constituição Estadual, em seu Art. 61º, explicita-se a determinação de criação da Região Metropolitana de Itabuna, porém, sem qualquer referência em bases técnicas para tal.

Pelo exposto, entende-se que uma Política de Desenvolvimento Urbano para a Bahia deve considerar a proposição de dois tipos de arranjos institucionais, aquele da Região Metropolitana e aquele da Aglomeração Urbana. Ambos revelam dinâmicas importantes de interação, porém em escalas distintas, como se verá a seguir.

Uma **região metropolitana** deve se constituir por um agrupamento de municípios que apresentam fortes interações espaciais (via de regra, com a presença de urbanização contínua) entre alguns dos municípios componentes, bem como significativas relações socioeconômicas; elevada densidade demográfica; expressiva taxa de urbanização, sendo capitaneada por uma cidade que exerça importante função de comando da economia estadual ou mesmo para além do território estadual, ocupando os níveis mais elevados da hierarquia urbana do Estado, podendo ser a capital do Estado, uma Metrópole ou Pólo Estadual, definidos pelos estudos da rede urbana.

A **aglomeração urbana** é também uma região de planejamento, tal como as RMs, porém numa escala menos abrangente, ou seja, abrigando um menor número de população, menor alcance espacial das atividades nelas ancoradas, menor contingente populacional, menor densidade demográfica, e tendo sua centralidade, menor alcance no interior do estado, como no caso dos Pólos Regionais e de alguns Pólos Sub-regionais..

Contudo, numa aglomeração urbana, em razão da integração econômica ou social, parte dos problemas urbanos só pode ser resolvida se houver uma efetiva integração também no âmbito das políticas públicas, para além do nível da municipalidade, na medida em que existe a contiguidade de suas malhas urbanas, ou então a proximidade entre elas, revendo importantes vínculos cotidianos de natureza econômica ou social, mesmo ocorrendo descontinuidade física entre as manchas urbanas respectivas.

Com isso, entende-se que ambas as possibilidades institucionais devam ser valorizadas e objeto de política de médio e longo prazo de modo a viabilizar sua definição e implementação no estado da Bahia. É que se fará a seguir, por meio da apresentação de critérios julgados relevantes para esse intento.

7.2 Critérios Orientadores para a Definição de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas na Bahia

A partir das considerações precedentes, parece claro que o primeiro critério a ser considerado é aquele que situa a cidade no conjunto daquelas que exercem funções superiores, entendidas como as que efetivamente são capazes de organizar e de influenciar a vida urbana do Estado, dentre outros, sua centralidade em termos de comando e gestão (pública e privada), a oferta de atividades variadas de comércio e serviços e sobretudo aqueles de maior raridade, incluindo-se aí, a saúde, educação, cultura, dentre outros. A influência de tal centro urbano deve conformar uma região ampla tanto dentro do território estadual quanto ultrapassando seus limites, é o caso de Metrópoles e dos Pólos Regionais.

Analisando-se os dados relativos à realidade baiana, observa-se um salto hierárquico no conjunto de cidades com população superior a 500 mil habitantes, parecendo pertinente, portanto, propor que o limiar inferior de população para compor uma Região Metropolitana, deve se situar neste referencial para o conjunto metropolitano, o que significa uma concentração populacional de cerca de 3,5% da população total e 5% da população urbana do estado da Bahia. Porém, a concentração populacional não pode ser considerada isoladamente, mas em conjunto com as características funcionais dessas cidades.

Igualmente, a concentração do PIB apresenta-se como um indicador importante. Tais indicadores visam oferecer uma visão acerca das atividades econômicas predominantes, esperando-se que aquelas relacionadas à indústria e aos serviços e comércio sejam predominantes em relação às atividades agropecuárias. O limiar de 3% do PIB foi definido com base na observação da participação das cidades baianas no PIB estadual e o percentual de 65% da PEA dedicada a atividades urbanas encontra respaldo nos critérios recorrentemente utilizados para a definição do urbano.

Também a densidade demográfica total deve ser considerada, indicando-se um limite inferior de 500 hab/km², considerando-se a realidade da Bahia.

Embora, quando se observa o contexto nacional, apenas Salvador, no estado da Bahia, apresenta efetivamente, características capazes de inserir tal realidade urbana como metropolitana, por outro lado, o Estado apresenta também algumas realidades de maior complexidade urbana que não podem ser ignoradas no âmbito de uma Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, ênfase especial deve ser dada à RIDE de Petrolina-Juazeiro, cuja extensão envolve dois estados distintos e uma população que pouco reconhece as fronteiras legais na busca ao atendimento de suas demandas cotidianas.

Sugere-se, assim, que o reconhecimento das RMs e das AUs – Aglomerações Urbanas no Estado da Bahia, seja orientado por dois grupos de critérios, que deverão ser utilizados como referências para a formulação da política urbana estadual. O primeiro grupo é composto por critérios principais que caracterizam e distinguem as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas e o segundo grupo por critérios complementares que contribuem para a sua delimitação territorial. São eles:

Grupo 1 – Critérios principais:

1) Posição do núcleo central na rede urbana:

- Metrópole ou Pólo Estadual para RM

- Pólo Regional para AU

Fonte do dado: Estudo da Rede Urbana da Bahia.

2) População total:

- superior a 500 mil habitantes no município pólo ou na soma dos dois principais municípios para a RM

- superior a 200 mil habitantes no município pólo ou em dois municípios contíguos para a AU

Fonte do dado: Censos Demográficos ou Contagem da População, IBGE.

3) Densidade demográfica bruta:

- 500 hab./km^2 para o município pólo da RM

- 200 hab./km² para o município pólo ou na soma dos dois municípios principais da AU

Fonte do dado: IBGE tanto para a área quanto para a população.

4) Participação percentual no conjunto do PIB estadual:

- 3% do PIB do município pólo da RM

- 1% do PIB do município pólo do conjunto considerado como AU

Fonte do dado: Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia ou órgão responsável pela geração do dado.

Grupo 2 – Critérios Complementares

5) Taxa de urbanização mínima:

- 60% em cada município componente tanto da RM quanto da AU.

Fonte do dado: IBGE.

6) Continuidade Urbana* (continuidade de infraestrutura e atividades urbanas sem significativos vazios urbanos):

- entre os municípios componentes para a RM.

- entre os municípios componentes para a AU.

Fonte do dado: imagem de satélite.

* Salienta-se que é neste contexto de continuidade urbana que podem ocorrer a inclusão de municípios com funções públicas de interesse comum, não tendo sido este um critério exclusivo, pois suas variáveis devem ser discutidas caso a caso.

7) Movimento pendular intenso entre os municípios:

- abrangendo pelo menos 10% da população do município de origem dos deslocamentos intermunicipais.

Fonte do dado: Censo Demográfico/IBGE.

Os critérios acima foram aplicados para o Estado da Bahia considerando primeiramente o conjunto de centros urbanos com potencialidade para conformar, de acordo com o 1º critério, uma região metropolitana ou uma aglomeração urbana:

- Região Metropolitana: Salvador, por ser uma metrópole na classificação de centros urbanos do Estudo da Rede Urbana da Bahia e Feira de Santana, por ser um pólo estadual na classificação de centros urbanos do Estudo da Rede Urbana da Bahia.

- Aglomeração Urbana: Ilhéus-Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras, por serem pólos regionais na classificação de centros urbanos do Estudo da Rede Urbana da Bahia.

Com o intuito de balizar uma análise territorial suficientemente abrangente em termos de espacialização dos municípios conformadores de uma RM ou AU, foram considerados os centros urbanos localizados num raio de 50 km a partir do pólo e incluídos em sua região de influência. Sendo uma área de alta proximidade do pólo, foi também utilizada na caracterização das Regiões de Influência realizada no Estudo da Rede Urbana da Bahia, uma vez que se constitui em uma distância de fácil percurso para um movimento diário de ida e volta. O Quadro 16 contém os critérios sistematizados para esse conjunto de municípios com os dados atuais disponíveis para análise (o 7º critério, portanto não está sistematizado pela falta de detalhamento desse dado disponível pelo IBGE). Seguem as constatações possíveis de serem realizadas a partir da análise deste quadro, a respeito da criação de RMs e AUs na Bahia.

a) Região Metropolitana

Salvador (Metrópole): Conforma indubitavelmente uma Região Metropolitana com outros municípios da região, atingindo todos os quatro primeiros critérios que caracterizam uma região metropolitana. Ressalta-se o fato de Salvador ser indicada como metrópole nos estudos que analisam o território nacional. Com relação aos critérios complementares que orientam a definição dos municípios componentes, salvo exceção o 7º critério, a RMS seria composta minimamente pelos municípios de: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias d'Ávila, Vera Cruz, Itaparica e Madre de Deus.

Feira de Santana (Pólo Estadual): Compõem todos os 4 critérios para caracterizar-se como uma Região Metropolitana, sendo que com relação aos critérios complementares, observa-se uma formação incipiente de urbanização contínua com Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos, destacando-se a baixa taxa de urbanização deste último município. Contudo, recomenda-se cautela quando das discussões relativas a esse município, pois apesar de sua elevada concentração de funções, localiza-se muito próximo a Salvador e está sob influência metropolitana direta, assim, seu dinamismo está intimamente associado ao da metrópole Salvador, inclusive quando se observa a distância que separa as duas cidades. Para fins de planejamento, poderia ser incentivado o estabelecimento da Macrorregião Metropolitana de Salvador, tendo Feira de Santana como um dos pólos de relevância (mesmo que venha a constituir-se em uma região metropolitana), além de Lauro de Freitas e Alagoinhas.

b) Aglomeração Urbana

Ilhéus-Itabuna (Pólo-Regionais): atendem a todos os critérios para a sua caracterização como aglomeração urbana e possuem espacialidade com características de semi-continuidade, ou seja, embora não haja contigüidade da mancha urbana, ambas compartilham funções urbanas de grande importância. Embora seja classificada como AU é importante destacar os indicativos de grandes impulsos e investimentos rumo a um desenvolvimento mais acelerado da região que deverão impactar no seu quadro urbano e na sua importância relativa em relação ao Estado da Bahia. Cabe destacar que a posição hierárquica resultante para os dois municípios considerou as suas funções urbanas separadamente, podendo-se obter nível de centralidade superior, caso seja considerado o seu conjunto.

Juazeiro (Pólo Regional): Juazeiro é um Pólo Regional, e atinge todos os critérios para classificação como aglomeração urbana, no entanto o município com o qual é nítido a conformação de contigüidade urbana – Petrolina - localiza-se no estado vizinho de Pernambuco. Sugere-se que o governo da Bahia promova, em articulação com o estado de Pernambuco, política específica de fortalecimento da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento já existente e definida em nível federal.

Vitória da Conquista e Barreiras (Pólos Regionais) – Não atingem o conjunto de critérios mínimos para a definição de uma aglomeração urbana para estas áreas. Antes contudo, são pólos urbanos isolados.

Considerações complementares:

- Outro critério complementar e não relacionado acima pela dificuldade em se definir indicador específico, constitui-se na inclusão de cidades pelas funções públicas de interesse comum, a exemplo do que acontece em regiões metropolitanas onde devam ser pensadas políticas integradas de proteção aos mananciais de abastecimento público, ou para habitação de interesse social, transporte público, entre outros.

- As Aglomerações Urbanas na Bahia devem ser estabelecidas com vistas a permitir a mais ágil tomada de decisões, sobretudo no que diz respeito às questões relacionadas ao meio ambiente (gestão ambiental, saneamento, resíduos, dentre outros), ordenamento territorial, transporte (meios e vias), dentre outras, em relação as quais se observam ou se

projetam problemas cuja solução poderá ser otimizada com a implantação de uma nova escala de intervenção, pactuada entre os municípios componentes.

- Tais considerações demonstram a necessidade de um olhar cuidadoso sobre a realidade urbana em questão, de modo a não privilegiar, como ocorre na maioria dos estados brasileiros, um movimento muito mais político no que diz respeito à criação e institucionalização das Regiões Metropolitanas (RM) do que reflexo de processos espaciais. Ao mesmo tempo apontam para a viabilidade de se considerar as AU como estratégias de planejamento em face da política urbana do estado.

- Admite-se a proposição de Aglomerações Urbanas Descontínuas, nos casos onde se verifica a intensidade das interações entre os centros urbanos, contudo, prevalece uma separação física entre eles, seja em razão de componente natural ou outro que impeça a efetiva continuidade das manchas urbanas. Tal foi a tendência observada entre Porto Seguro e Eunápolis, cuja dinâmica das funções analisadas indica que esses dois centros urbanos, embora descontínuos do ponto de vista de suas manchas urbanas, apresentam complementaridade de funções, o que poderia justificar, a médio prazo, a institucionalização de uma Aglomeração Urbana Descontinua.

Quadro 16: Aplicação dos Critérios para determinação de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas

GRUPO 1 - CRITÉRIOS PRINCIPAIS				CRITÉRIOS COMPLEMENTARES		
1º CRITÉRIO	2º CRITÉRIO	3º CRITÉRIO	4º CRITÉRIO	5º CRITÉRIO	6º CRITÉRIO	8º CRITÉRIO
RM - Metrópole (Salvador) e Pólo Estadual (Feira de Santana)	RM – mun. pólo ou dois mun. principais. > 500 mil hab	RM – mun. pólo >500 hab/km^2	RM – município pólo > 3%	Tx. Urb do município > 60%	Entre os municípios	Pelo menos 10% da população
AU - Pólo Regional (Ilhéus-Itabuna, Juazeiro, Vitoria da Conquista e Barreiras)	AU – munic. Pólo ou 2 mun. contíguos> 200 mil hab.	AU – mun. pólo ou soma de dois mun. principais >200 hab/km^2	AU – município pólo ou conj. AU >1%	Tx. Urb do município > 60%	Entre os municípios	Pelo menos 10% da população

	Município	População Total 2007	Densidade Demográfica Bruta 2007	Participação PIB total no PIB estadual (2008)	Taxa de Urbanização 2007	Continuidade Urbana	Movimento Pendular (Censo 2010)
REGIÃO METROPOLITANA							
SALVADOR - METROPOLE							
RMS ATUALMENTE INSTITUÍDA	**Salvador**	2.892.625	4.913,29	24,38	99,96		-
	Camaçari	220.495	338,04	9,49	96,15	sim	-
	Lauro de Freitas	144.492	2.923,42	1,92	99,39	sim	-
	Simões Filho	109.269	678,44	2,19	89,34	sim	-
	Candeias	78.618	363,24	2,26	91,16	sim	-
	Dias d'Ávila	53.821	346,86	1,10	94,31	sim	-
	São Sebastião do Passé	40.321	91,62	0,27	78,12	não	-
	Mata de São João	37.201	66,04	0,27	72,57	não	-
	Vera Cruz	35.060	166,43	0,16	94,22	sim	-
	Pojuca	30.221	125,84	0,75	86,75	não	-
	São Francisco do Conde	29.829	136,54	6,52	80,22	não	-
	Itaparica	19.897	207,71	0,07	100,00	sim	-
	Madre de Deus	15.432	1.684,78	0,14	96,79	sim	-
ALTA PROX.	**Santo Amaro**	58.028	136,29	0,21	74,90	não	-
	Salinas da Margarida	13.090	106,62	0,05	43,86	não	-
	Saubara	11.051	82,80	0,05	96,87	não	-
SUBTOTAL		**3.759.229**	**929,91**	**49,80**	**97,82**		
FEIRA DE SANTANA - PÓLO ESTADUAL							
MUNICÍPIOS DE ALTA PROXIMIDADE	**Feira de Santana**	571.997	509,60	4,31	90,45	sim	-
	Santo Estêvão	44.532	146,79	0,16	52,90	não	-
	São Gonçalo dos Campos	29.205	116,98	0,15	49,11	sim	-
	Conceição do Jacuípe	27.522	286,73	0,22	75,82	sim	-
	Santanópolis	25.947	124,73	0,02	51,44	não	-
	Irará	25.012	110,92	0,10	36,19	não	-
	Coração de Maria	23.161	84,41	0,08	36,89	não	-
	Amélia Rodrigues	22.096	165,74	0,09	85,18	sim	-
	Santa Bárbara	19.440	70,02	0,05	41,28	não	-
	Conceição da Feira	19.091	142,63	0,06	63,43	não	-
	Ipecaetá	16.055	49,65	0,03	14,83	não	-
	Serra Preta	15.149	33,96	0,04	41,60	não	-
	Água Fria	14.810	27,10	0,05	35,24	não	-
	Antônio Cardoso	12.074	49,85	0,03	21,40	não	-
	Anguera	9.523	66,52	0,02	43,10	não	-
	Ouriçangas	7.802	68,05	0,02	36,72	não	-
	Tanquinho	7.589	41,15	0,02	71,29	não	-
SUBTOTAL		**891.005**	**177,33**	**5,44**	**75,75**		
AGLOMERAÇÕES URBANAS							
ILHÉUS-ITABUNA - PÓLO REGIONAL							
MUNICÍPIOS DE ALTA PROXIMIDADE	**Ilhéus**	220.144	142,19	1,56	73,67	sim	-
	Itabuna	210.604	565,39	1,64	97,89	sim	-
	Ibicaraí	24.752	137,50	0,07	74,58	não	-
	Coaraci	22.764	89,98	0,07	90,48	não	-
	Uruçuca	22.070	79,48	0,06	79,91	não	-
	Itajuípe	20.343	82,43	0,08	77,33	não	-
	Buerarema	19.956	113,50	0,06	85,15	não	-
	Itapé	11.123	29,87	0,03	60,24	não	-
	Floresta Azul	10.333	35,23	0,03	71,11	não	-
	Almadina	6.687	31,83	0,02	80,53	não	-
	Barro Preto	6.669	65,72	0,02	71,49	não	-
	São José da Vitória	6.095	136,09	0,01	88,78	não	-
SUBTOTAL		**581.540**	**142,67**	**3,64**	**83,81**		
JUAZEIRO - PÓLO REGIONAL							
	Petrolina	268.339	72,52	1,07	74,57	sim	-
MUNICÍPIOS DE ALTA PROXIMIDADE	**Juazeiro**	230.538	43,11	1,34	77,03	sim	-
	Casa Nova	62.862	7,91	0,25	52,09	não	-
	Curaçá	32 449	5,34	0,001	40,21	não	-
	Sobradinho	21.315	17,82	0,45	89,81	não	-
SUBTOTAL		**615.503**	**32,05**	**2,04**	**39,36**		
VITÓRIA DA CONQUISTA - PÓLO REGIONAL							
MUNICÍPIOS DE ALTA PROXIMIDADE	**Vitória da Conquista**	308.204	114,77	2,17	86,60	sim	-
	Itambé	33.687	24,25	0,09	65,97	não	-
	Barra do Choça	32.489	53,67	0,24	65,35	não	-
	Anagé	25.716	16,33	0,06	18,37	não	-
	Planalto	21.486	26,55	0,08	64,12	não	-
	Belo Campo	15.262	29,48	0,05	54,85	não	-
	Caraíbas	10.541	16,49	0,02	18,42	não	-
SUBTOTAL		**447.385**	**54,42**	**2,70**	**75,81**		
BARREIRAS - PÓLO REGIONAL							
MUNICÍPIOS DE ALTA PROXIMIDADE	**Barreiras**	129.501	19,75	1,28	89,51	sim	-
	São Desidério	25.158	2,04	0,78	32,74	não	-
	Riachão das Neves	22.528	4,65	0,20	47,38	não	-
	Angical	14.700	11,12	0,04	47,00	não	-
	Catolândia	3.767	6,89	0,02	25,72	não	-
SUBTOTAL		**195.654**	**7,64**	**2,33**	**72,94**		

LEGENDA: atingiu ao critério não atingiu ao critério

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBA, C. e NAVARRO, C. L'émergence du fait métropolitain en Espagne. In : HOFFMANN-MARTINOT, V. e SELLERS, J. (Org.) **Politique et métropole. Une comparaison internationale**. Paris : CNRS Editions, 2007, p.153-172.

BAHIA. Constituição do Estado da Bahia, 1989.

BAIARDI, A. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar: de colonos a neo-farmers. Bahia análise & dados, Salvador, v. 13, n. 4, p. 951-968, 2004.BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Agências bancárias e ativos**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/> Acesso em setembro de 2009.

BARBOSA, T.B.A.; CERQUEIRA, P.S. Resultados da pesquisa "Análise Territorial da Bahia Rural" e as recentes estratégias para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Salvador, **Revista Desenbahia,** Solisluna, 2005, p. 137-156.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Processo de Subdesenvolvimento, As Desigualdades Espaciais e o "Jogo das Escalas", in Desigualdades Regionais*, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Salvador, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Atlas Territórios Rurais.** Brasília: Condraf/NFAD, 2004.

BSH Travel Research, divisão estatística da BSH International. **Investimentos No Brasil: Hotéis & Resorts, 2008-2011**. Documento técnico, 2008.

CARDOSO DA SILVA, Alexsandro Ferreira & FERREIRA, Angela Lúcia. Três momentos da urbanização turística: Estado, mercado e desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro (1997-2007). IN: Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. Vol. XII, núm. 270 (89), 1 de agosto de 2008.

CASTRO, Janio R.B. As festas religiosas em louvor a São João Batista na Bahia: práticas devocionais e elementos míticos na interface sagrado/profano. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Bahia, 2008.

CEPAL. Economia y território em América Latina y al Caribe: desigualdades y políticas. Santiago do Chile, 2009.

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

COLLIN, J-P; ROBERTSON, M. e CHARRON, M. Déploiement et recomposition de l'espace métropolitain au Canada : une analyse politique. In : HOFFMANN-MARTINOT, V. e SELLERS, J. (Org.) **Politique et métropole. Une comparaison internationale**. Paris : CNRS Editions, 2007, p. 11-39.

CONCLA – Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

CORREA, Roberto L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, W.J.V. *et all.* **Territórios de Identidade:** Um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006. 120 p.

EXAME. Anuário 2007-2008 de Turismo. São Paulo: Abril, 2007.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Perdas e ganhos na produção imobiliária: uma agenda pública para o futuro. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245. Disponível em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24544.htm. Acesso em 21 de out. 2009.

FIRKOWSKI, Olga L. C. F. Urbanização e cidades: os vários desafios à investigação geográfica. In: MENDONÇA, F., LOWEN-SAHR, C. e SILVA, M. (Org.) **Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p. 387-405.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Perfil Regional Recôncavo Sul: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. C**hapada Diamantina: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Subespacialização Regional. Chapada Diamantina: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Irecê: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Oeste da Bahia: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Extremo Sul: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1994.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Sul da Bahia: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Sudoeste da Bahia: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Serra Geral: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Nordeste da Bahia: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 2000.

HOFFMANN-MARTINOT V. et SELLERS, J., **Politique et métropole**, Une comparaison internationale, CNRS Éditions, Paris 2007.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2007.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/default.shtm.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009** – Munic/2009. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em abril de 2009.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Comentários sobre o Regic/2007**. IPARDES: Curitiba, 2009.

IPEA. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de Arranjos Produtivos Locais no Brasil**. IPEA, 2006.

MAGALHÃES, Reginaldo S.; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63, fevereiro de 2007, pp. 107-119.

MERENNE-SCHOUMAKER, B. A metropolização - um dado novo In: BARATA SALGUEIRO, T (org.). **Globalização e reestruturação urbana**. Lisboa: Centro deEstudos Geográficos da Univ. de Lisboa, 1998.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette **Analyser les territoires**. Savoirs et outils. Rennes: PUR - Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 107.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Déficit Habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte, 2009

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Versão para Discussão). Brasília: MIN, 2006.

OIKOS Pesquisa Aplicada Ltda. Estudo de impacto ambiental (eia) das obras de Implantação da ferrovia oeste leste (ef 334), entre Figueirópolis (TO) e ilhéus (BA), Volume 3. Disponível em

http://www.oikos.com.br/adobados/EIA_RIMA_FIOL/88FOL_2009_11_27_VOL3/88FOL_2009_11_VOL3_V2.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2010.

PACHECO, Paula. Terra Estrangeira. In. Carta Capital. São Paulo: Editora Confiança, ano XIII, n.460, set. de 2007.

PINHEIRO, Augusto. De olho no Nordeste. In. Revista Nordeste. Ano 1, n.5, nov. 2006, p.46-48.

PL3460/04 – Projeto de Lei que Cria o Estatuto da Metrópole. Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=251503, acesso em 4 de março de 2009.

RODRIGUES, Kelly et al. HSM Management Update, n. 62, dezembro de 2008.

Produção Agrícola Municipal - Culturas temporárias e permanentes 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2008/default.shtm.

Produção da Pecuária Municipal – 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2008/default.shtm.

PUMAIN, D.; PAQUOT, T. e KLEINSCHMAGER, R. Dictionnaire la ville et l'urbain. Paris: Economica, 2006.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. 2008.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo:Hucitec, 1996

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO. **Século XXI, Consolidação do Turismo**: Estratégia Turística da Bahia, 2003-2020. Salvador, 2005.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Sistema de Dados Estatísticos**. 2003

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Povoados da Bahia.** 2007

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Bahia em Números**. Caderno Especial, Ano III, dezembro de 2009.

SEMA-BA. Secretaria do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação**. 2003

SISTEMA FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – 2006. Disponível em http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm.

SOBEL, Tiago Farias e ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento Territorial: Uma Avaliação das Políticas Adotadas no Submédio do Vale do São Francisco. Sociedade Brasileira de Economia Política , São Paulo, 2006.

ULTRAMARI Clovis e DUARTE, Fabio. Desenvolvimento Local e Regional. Curitiba: Editora IBPEX, 2009.

VERON, J**. L'urbanisation du monde.** Paris : La Découvert, 2006

WWF – Word Wide Fund for Nature. **Biomas Brasileiros.** Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/biomas/> Acesso em outubro de 2009.

Sites consultados

http://www.asabrasil.org.br/

http://arraialdajudasantuario.blogspot.com

http://www.atarde.com.br

http://www.bahia.com.br/

http://bahia3000.hpg.com.br

http://www.bamin.com.br

http://www.caritas.org.br/index.php

http://ceas.com.br/

http://www.comunicacao.ba.gov.br/

http://www.cptba.org.br/

http://www.ferrous.com.br

http://www.ibran.org.br

http://www.portosenavios.com.br

http://www.reporterbrasil.org.br

http://www.saojoaobahia.com.br/

http://www.seagri.ba.gov.br/

http://www.setur.ba.gov.br/

http://www.valec.gov.br

http://www.visiteabahia.com.br

http://www.uneb.br

APÊNDICES

Apêndice 1: Mapa Base para Análise do Estudo da Rede Urbana (Esc: 1:1.500.000)

Apêndice 2: Apêndices Digitais

Apêndice 1: Mapa Base para Análise do Estudo da Rede Urbana – Escala 1: 1.500.000

Apêndice 2: Apêndices Digitais

Apêndice Digital 1: Concentração das variáveis selecionadas

Apêndice Digital 2: Tipologia dos Municípios segundo Quadrantes de Desempenho – 2002/2007

Apêndice Digital 3: Distribuição dos Municípios e da RI segundo a Importância relativa da Bolsa Família para a Economia do Município

Apêndice Digital 4: PIB da Agropecuária, Indústria e Total dos Municípios da Região de Influência de Salvador e Região Metropolitana de Salvador.

EQUIPE TÉCNICA - VERTRAG

Coordenação Técnica Geral
Luís Henrique Cavalcanti Fragomeni
Arquiteto Urbanista

Coordenação Adjunta e Gerência Técnica
Líria Yuri Nagamine
Arquiteta Urbanista

EQUIPE TÉCNICA - Principal

Clóvis Ultramari
Arquiteta Urbanista

Mariano Macedo
Economista

Olga Firkowski
Geógrafa

EQUIPE TÉCNICA - Adjunta

Giseli Tedeschi S. Paraná
Arquiteta Urbanista

Patrícia Baliski
Geógrafa

Sérgio Sampaio
Economista

Oscar R. Macedo Schmeiske
Processamento de Dados

Evemar Wernick
Processamento de Dados

GEOPROCESSAMENTO

Heloísa Humphreys Alberge
Arquiteta Especialista em Geoprocessamento

Adriana Cadena von Bahten
Arquiteta e Urbanista

Melissa Midori Yamada
Arquiteta e Urbanista

ESTAGIÁRIOS – Arquitetura e Urbanismo

Camila Luana Knopki

Clarissa Machado

Lucas I. Kodama Yoshinaga

Nádia Cibele Besciak

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Rosa Moura
Geógrafa – IPARDES